anglo
VESTIBULARES

História 1
Brasil

História do Brasil

José Carlos Pires de MOURA

HISTÓRIA DO BRASIL

Índice

Parte 1 — O Brasil Colonial

Parte 1

O Brasil Colonial

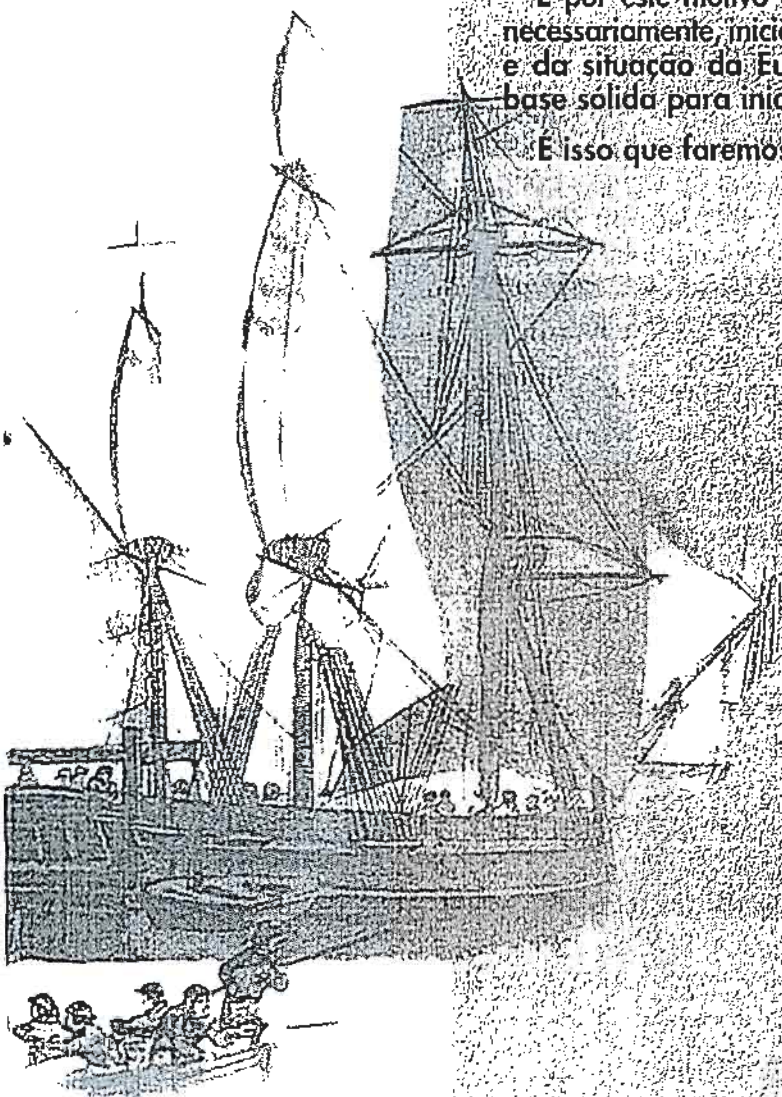
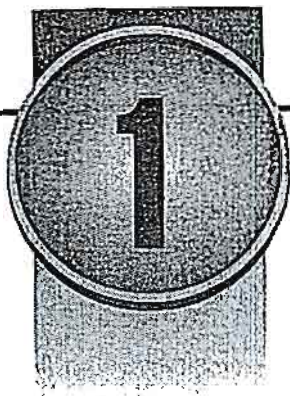
UNIDADE I

A Europa na Época das Grandes Navegações

Cabral chegou ao Brasil em 1500 (Meu Deus, pensará você, este livro contém cada novidade!)

Mas, e se quisermos conhecer os antecedentes do "descobrimento" de nosso país? Eles ocorreram antes de 1500 e, portanto, não são abrangidos pela História do Brasil.

É por este motivo que um curso sobre a nossa História deve, necessariamente, iniciar-se com um resumo da História de Portugal e da situação da Europa no século XV. Assim, teremos uma base sólida para iniciar nosso estudo da História do Brasil.

É isso que faremos nesta unidade.

Século XV: O Nascimento do Mundo Moderno

No princípio do século XV, a Europa atravessava uma fase de profundas modificações econômicas, sociais e políticas. Embora algumas delas tenham ocorrido bem antes (século XII), foi no decorrer do século XV que atingiram seu ponto máximo, ocasionando a desagregação das velhas instituições da Idade Média e dando início à Idade Moderna (século XV a XVIII).

O processo de alterações principiou no final do século XI, quando o império árabe, o Califado de Bagdá, entrou em decadência e fragmentou-se numa multidão de pequenos reinos.

Conseqüentemente, terminou o domínio árabe sobre o mar Mediterrâneo, o que permitiu o reinício da navegação comercial européia, interrompida em virtude do monopólio marítimo exercido pelos árabes desde o século VII. Com a reabertura do Mediterrâneo à navegação européia, houve um renascimento comercial tão intenso, que, já no século XV, o comércio era a mais importante e lucrativa atividade econômica da Europa.

Essa alteração na economia ocasionou importantes modificações na estrutura social européia. Dessa forma, a burguesia comercial — classe ligada ao comércio e às suas atividades paralelas (transporte, estocagem, construção naval, etc.) — transformou-se na classe detentora do poder econômico. Assim, a nobreza feudal, que durante tantos séculos dominara a sociedade européia, perdeu parte significativa de sua força econômica, embora mantivesse sua influência política. Outra conseqüência do desenvolvimento comercial foi a expansão das áreas urbanas, enquanto as rurais passavam para um plano inferior.

Essas transformações econômicas e sociais geraram alterações também no campo político, até então quase totalmente controlado pela nobreza.

A partir do século XIV, os reis aliaram-se à burguesia no combate à nobreza: o poder dos nobres diminuiu e o dos reis aumentou. Esse processo de fortalecimento político da realeza recebeu o nome de centralização monárquica e levou, em diversos países europeus, à formação do Estado Nacional moderno.

Portanto, no século XV, a civilização da Europa Ocidental assentava-se em três pontos básicos: comércio, burguesia e monarquias fortes.

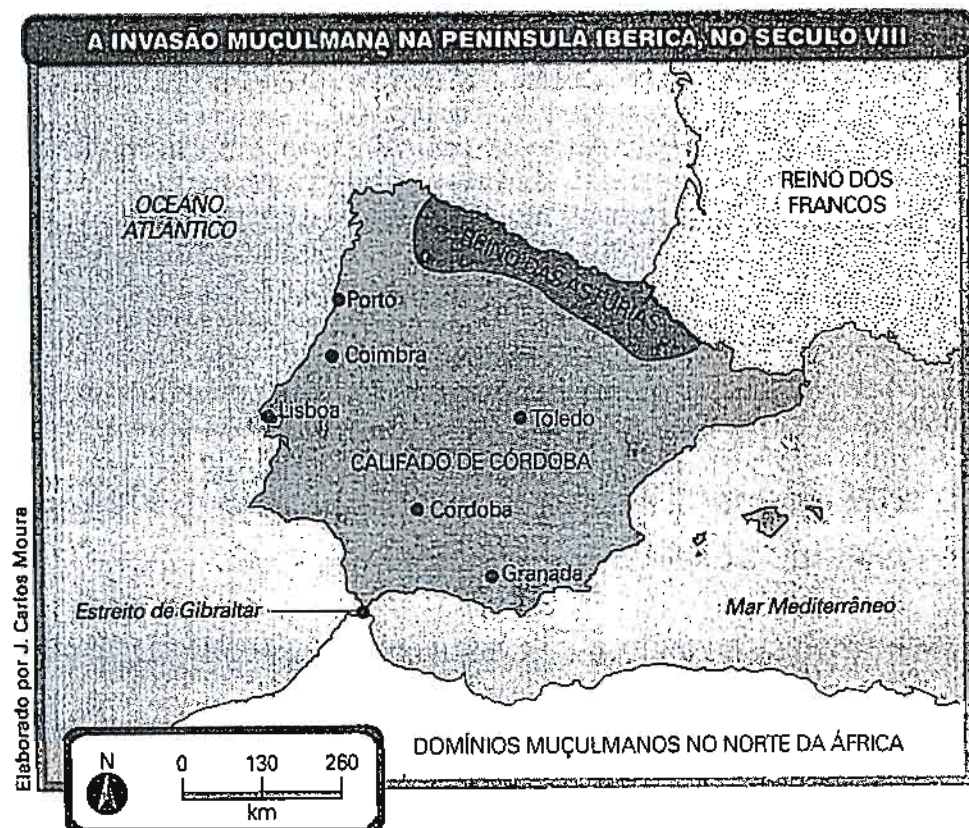
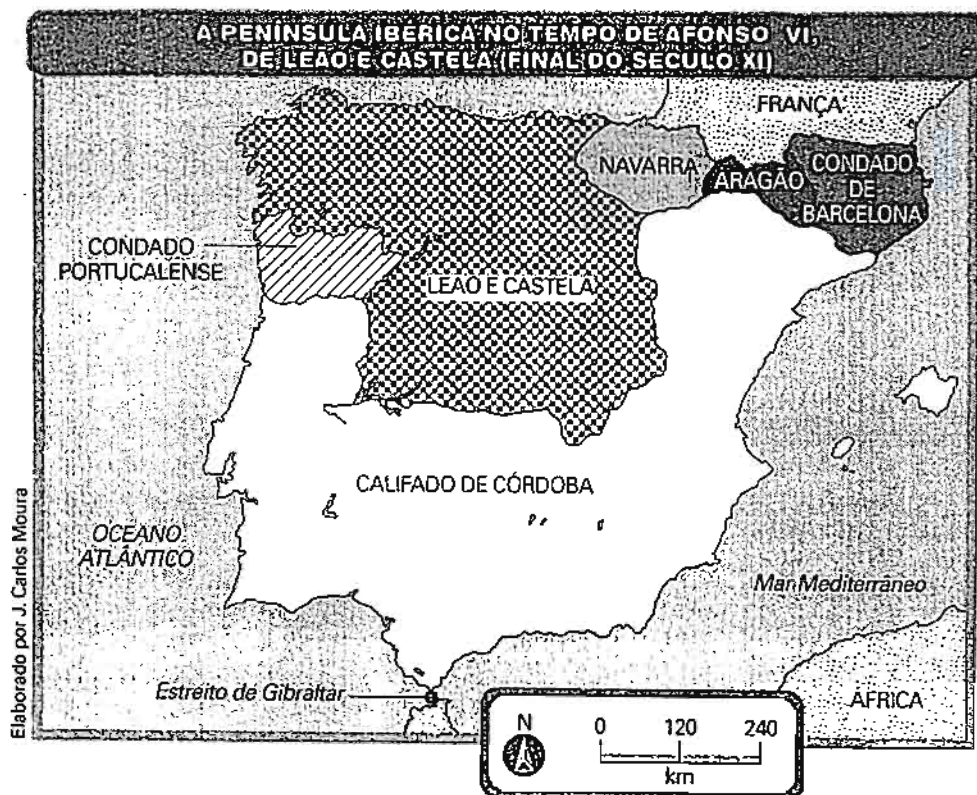
Neste mesmo século, o comércio europeu, sempre em busca de novos produtos e mercados, sentiu necessidade de se estender além das fronteiras européias, em direção à África e ao Oriente. A burguesia e os governos europeus iniciaram, então, o movimento que caracterizou a formação do mundo moderno: a **Expansão Ultramarina Européia**, iniciada por Portugal e continuada, posteriormente, por Espanha, Holanda, França e Inglaterra.

A Formação do Reino de Portugal

OS ÁRABES NA PENÍNSULA IBÉRICA

Em 476, quando caiu o Império Romano do Ocidente, a província romana da Hispânia, na península Ibérica, era habitada principalmente pelos visigodos, povo bárbaro de origem germânica. Desaparecida a autoridade do Império, os visigodos, já então cristianizados, criaram seu próprio reino, cuja capital era a atual cidade espanhola de Toledo.

Cerca de dois séculos e meio mais tarde, no ano de 711, o general árabe Tarik, cujo exército estava aquartelado no norte da África, no atual território do Marrocos, atravessou o estreito de Gibraltar, derrotou os visigodos e ocupou seu território, com exceção de uma estreita faixa de terras no extremo norte da península, onde formou-se o reino cristão das Astúrias. Foi a partir das Astúrias que começou a Guerra de Reconquista, — os quase oito séculos de lutas em que os cristãos foram lentamente reconquistando o território ocupado pelos muçulmanos. Durante a Reconquista formaram-se os reinos de Castela, de Leão, de Navarra e de Aragão — que mais tarde se uniram, dando origem à Espanha moderna — e o Condado Portucalense, do qual se originou Portugal.

Na segunda metade do século XI, os Reinos de Leão e Castela, bem como o Condado Portucalense, estavam reunidos sob o governo de uma só pessoa: Afonso VI. Senhor de um território bastante vasto, esse rei pôde organizar um poderoso exército e atacou incessantemente os muçulmanos, expandindo o domínio cristão em direção ao sul da península.

O extremo norte da península Ibérica não foi ocupado pelos árabes. Ali se formou o pequeno reino cristão das Astúrias, a partir do qual se iniciou o movimento da Reconquista.

No final do século XI, o Condado Portucalense é doado por Afonso VI, como feudo, a Henrique de Borgonha. Nessa época, os muçulmanos já haviam perdido mais de um terço de seu território inicial.

Em sua luta contra os muçulmanos, Afonso VI contou com o auxílio de muitos nobres de outros países europeus, sendo que um deles, Henrique de Borgonha, se destacou tanto em combate, que recebeu do rei, como feudo, o Condado Portucalense.

Após a morte de Henrique de Borgonha, seu filho Afonso Henriques, vencendo os castelhanos e reconquistando terras em mãos dos muçulmanos, proclamou a independência do Condado, em 1140. Foi, portanto, com Afonso Henriques que se originou o reino de Portugal, iniciando-se também a dinastia de Borgonha.

A DINASTIA DE BORGONHA (1140 -1383)

Os reis dessa dinastia dedicaram-se à expansão territorial, lutando contra os muçulmanos, o que estimulou o povoamento e a agricultura nas áreas reconquistadas. A longa fase de lutas fortaleceu o poder real, contribuindo assim para uma precoce centralização monárquica em Portugal. Enquanto no interior se desenvolveu a agricultura, no litoral desenvolveu-se o comércio, favorecido pelas facilidades comerciais decorrentes da centralização monárquica e pela posição geográfica do Reino, por onde passavam importantes rotas comerciais marítimas. Com isso enriqueceu-se o grupo mercantil luso.

A consolidação do poder real, já fortalecido pelas guerras, chegou a seu ponto extremo com a Revolução de Avis, a mais profunda e permanente das revoluções portuguesas.

Em 1247, os portugueses completaram a expansão territorial em direção ao sul. Portugal conquistou então o território que possui até os dias de hoje. Já os castelhanos, só dois séculos e meio mais tarde, foi que conseguiram expulsar os árabes e controlar Aragão e Navarra, formando assim a Espanha moderna.

A REVOLUÇÃO DE AVIS (1383-1385)

4 Com a morte de D. Fernando, último rei da dinastia de Borgonha, o problema da sucessão colocou em choque a nobreza e o grupo mercantil: a viúva D. Leonor e a nobreza queriam anexar Portugal a Castela, sob o pretexto de que a filha do rei falecido era casada com o rei de Castela. O grupo mercantil e o povo queriam Portugal independente. Através da Revolução de Avis (1383-1385), uma insurreição popular firmemente apoiada pelo grupo mercantil, aclamou-se D. João, mestre da Ordem Militar de Avis, como "regedor e defensor do Reino".

Após várias batalhas entre portugueses e castelhanos, estes foram vencidos pelas forças comandadas por Nuno Álvares Pereira, na batalha de Aljubarrota, em 1385. D. João foi então proclamado rei de Portugal, tornando-se D. João I, fundador da dinastia de Avis.

Com a Revolução de Avis, desmoronou o já frágil regime feudal que existia em Portugal. Com efeito, as guerras contra árabes e castelhanos, sempre presentes na história da formação do Reino, tiveram entre outros efeitos o de limitar a implantação do feudalismo: à testa de todo o organismo social sempre se encontrou o rei.

Portanto, o feudalismo português — se comparado com o inglês e o francês — apresentava um modelo próprio, no qual entre o rei e os súditos não havia intermediários e o poder político era centralizado.

Durante a dinastia de Avis, a monarquia tornou-se cada vez mais o centro do poder político, apoiada pelo grupo mercantil, que ampliou sua influência sobre os negócios do Reino. O Estado dedicou-se à ampliação da atividade comercial, daí este período ser marcado pela expansão marítima, que significa mais uma etapa do desenvolvimento mercantil português.

A Expansão Ultramarina Européia

AS GRANDES NAVEGAÇÕES

No século XV, ocorreu a fase dos descobrimentos, quando Portugal e Espanha lançaram-se ao mar nas grandes navegações, utilizando-se do relativo desenvolvimento tecnológico da época, como, por exemplo, da bússola, do astrolábio, da caravela. O objetivo dessa expansão era a busca de novos mercados produtores e a ampliação da atividade comercial. E essa expansão estava ligada à estagnação por que passava o comércio no final do século XIV. Parecia ter sido atingido o limite máximo de consumo de numerosas mercadorias. Impunha-se, por isso, a necessidade de se reduzirem os preços e de se diversificar a oferta de mercadorias. A única categoria de bens com que se poderia executar tal política eram as chamadas "especiarias", mercadorias de reduzido volume e alto valor unitário — como, por exemplo, ouro, prata, pedras preciosas, marfim, açúcar, pimenta — produzidas no norte da África e no Oriente. No entanto, para reduzir o preço das especiarias, era necessário ir buscá-las diretamente na fonte produtora, a fim de que se eliminassem os vários intermediários existentes entre o produtor e o consumidor final.

Portugal foi pioneiro nas navegações, em virtude principalmente da sua formação política e social, caracterizada pela ligação da realeza com o grupo mercantil interessado no desenvolvimento do comércio marítimo.

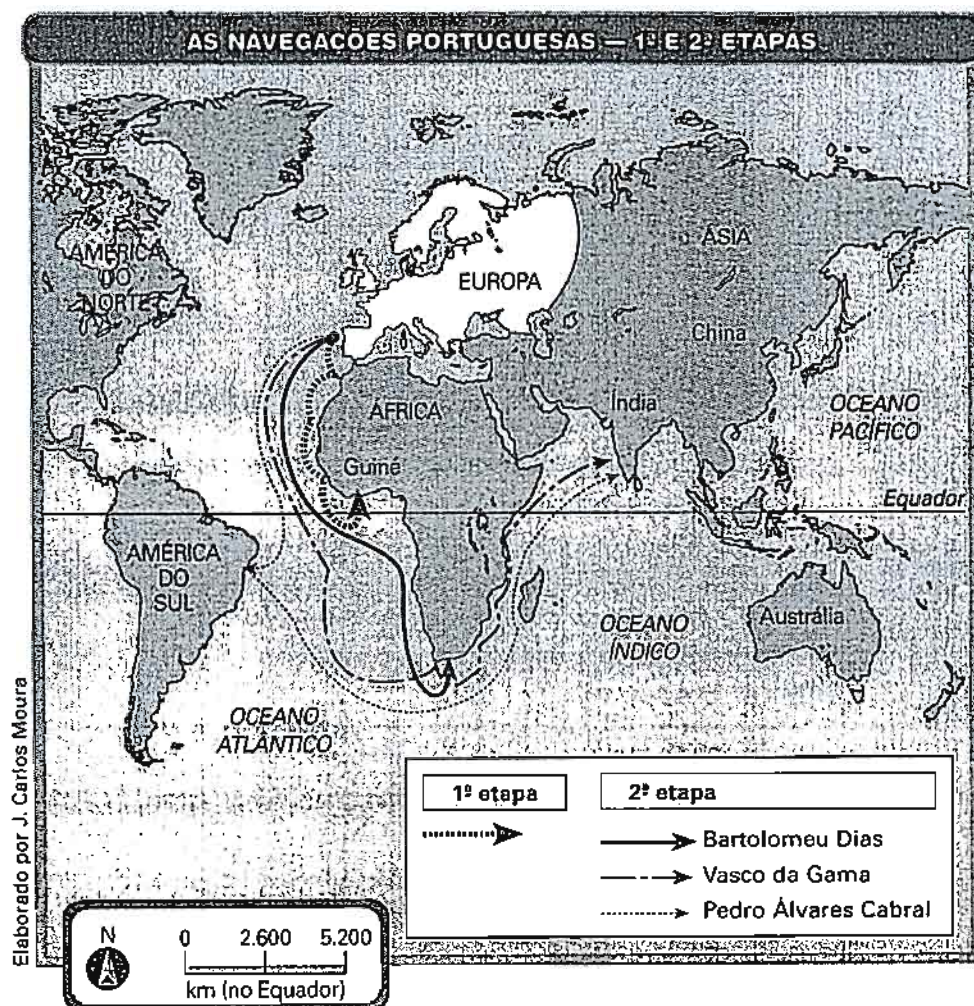
O marco inicial da expansão marítima foi a conquista de Ceuta (no atual Marrocos), em 1415, onde se uniram os interesses da nobreza, que via ali apenas uma aventura militar, e dos comerciantes, que sabiam ser a cidade um importante centro comercial para onde convergiam as rotas das caravanas do norte do Saara. Após a conquista, e tendo os árabes transferido essas rotas mais para o sul, Portugal iniciou a conquista do litoral africano, o chamado "périplo africano". Entre 1415 e 1460, período do infante D. Henrique, foram descobertos e ocupados Madeira, Açores, Cabo Verde e Guiné. Em 1482, atingiu-se a foz do Congo; em 1488, Bartolomeu Dias descobriu o cabo da Boa Esperança; finalmente, em 1498, Vasco da Gama atingiu Calicute, na Índia. Dois anos depois, em viagem ao Oriente, Cabral incorporaria o Brasil ao Império Português.

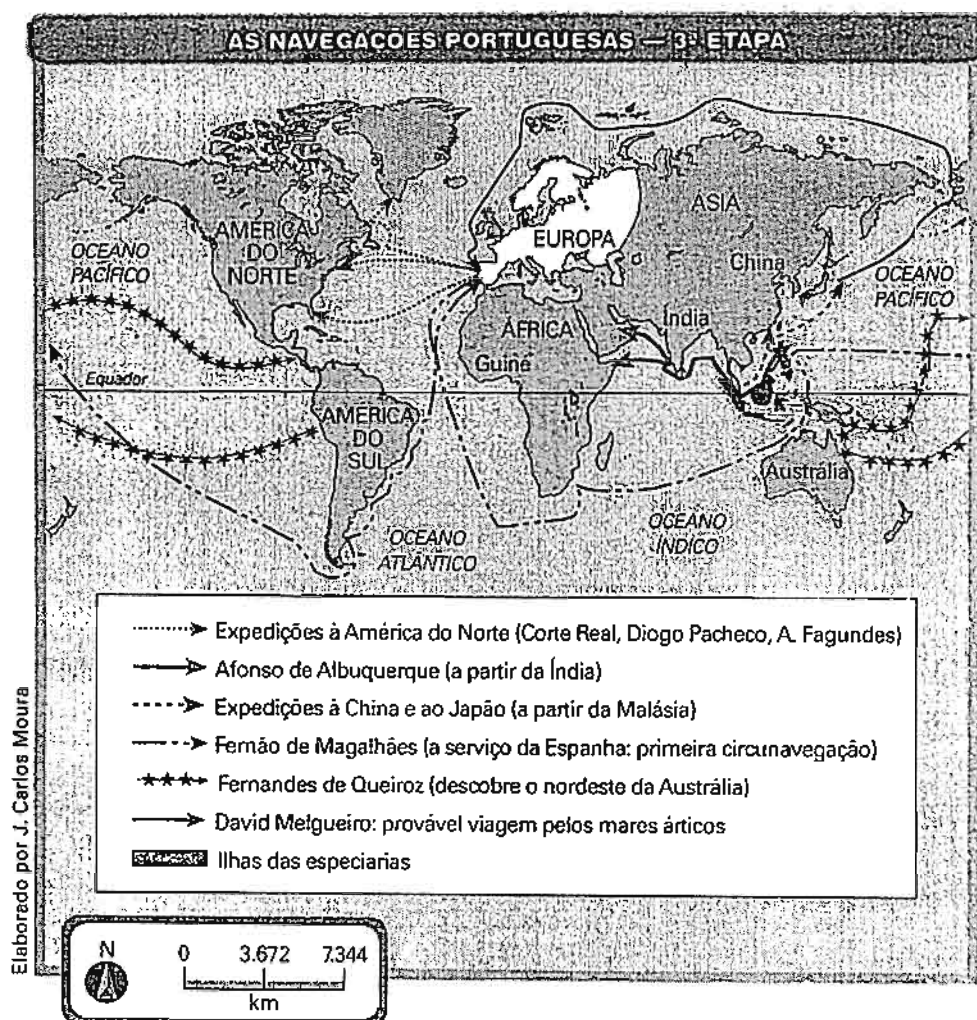
Após tomarem Granada dos mouros, em 1492, os espanhóis também lançaram-se à expansão. Procurando chegar às Índias pelo Ocidente através da circunavegação, atingiram a América em outubro daquele mesmo ano. Logo em seguida, portugueses e espanhóis assinaram o Tratado de Tordesilhas (1494), dividindo entre si as terras descobertas e aquelas ainda por descobrir.

É claro, porém, que Portugal e Espanha não conseguiram manter a exclusividade da empresa ultramarina. A partir de fins do século XVI, Holanda, França e Inglaterra passaram a participar desta, transformando o comércio com o ultramar num gigantesco empreendimento europeu.

R

AS NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS

A expansão portuguesa durou quase um século e meio e pode ser dividida em três grandes etapas. As duas primeiras você pode acompanhar observando o mapa a seguir.

Resumidamente, essas etapas podem ser assim descritas:

- **1ª etapa (1415-1460)** — É explorada a costa atlântica da África até o golfo da Guiné, dando a Portugal acesso direto às especiarias (ouro, marfim, escravos negros, pimenta malagueta, etc.).
- **2ª etapa (1460-1500)** — Continua a exploração do litoral africano em direção ao sul. Bartolomeu Dias descobre o cabo da Boa Esperança (1488) e, dez anos depois, Vasco da Gama atinge a Índia, dando aos portugueses acesso direto às especiarias orientais (cravo, pimenta, canela, etc.). Logo em seguida — em 1500 — a frota de Cabral, enviada para consolidar o feito de Vasco da Gama, "descobre" o Brasil.
- **3ª etapa (1500-1600)** — A partir da expedição de Cabral, os navegadores lusos foram cada vez mais longe. Exploraram a costa atlântica da América do Norte e entraram nos terríveis mares gelados da Groenlândia. Fernão de Magalhães (português a serviço da Espanha) iniciou a primeira viagem de circunavegação, comprovando, na prática, que a Terra era redonda. Por fim, chegaram ao Extremo Oriente (China e Japão), percorreram o oceano Pacífico e atingiram a Austrália.

AS CONSEQÜÊNCIAS DA EXPANSÃO

Desde o final do século XV e durante todo o século XVI, o Estado português esteve inteiramente voltado para uma política mercantil e ultramarina.

Isso, aliás, é fácil de entender, já que os portugueses dominavam o comércio ultramarino europeu. Assim, obtendo lucros imensos, Portugal transformou-se no mais rico país da Europa, durante a primeira metade do século XVI.

Essa riqueza, no entanto, era mais aparente do que real, porque quase toda ela escoava para o exterior. Primeiramente, com agricultura pobre e sem manufaturas, Portugal era obrigado a importar quase tudo o que consumia, pagando com as especiarias tão duramente obtidas no ultramar. A conquista e a manutenção do império ultramarino absorviam parte considerável dos lucros comerciais. Além disso, a maioria das atividades ultramarinas era monopólio da Coroa, e esta, em vez de reinvestir os lucros obtidos, desperdiçava-os sustentando o luxo da corte e fazendo enormes doações à nobreza e ao clero, dois grupos sociais parasitários que nada produziam e viviam luxuosamente à custa do Estado.

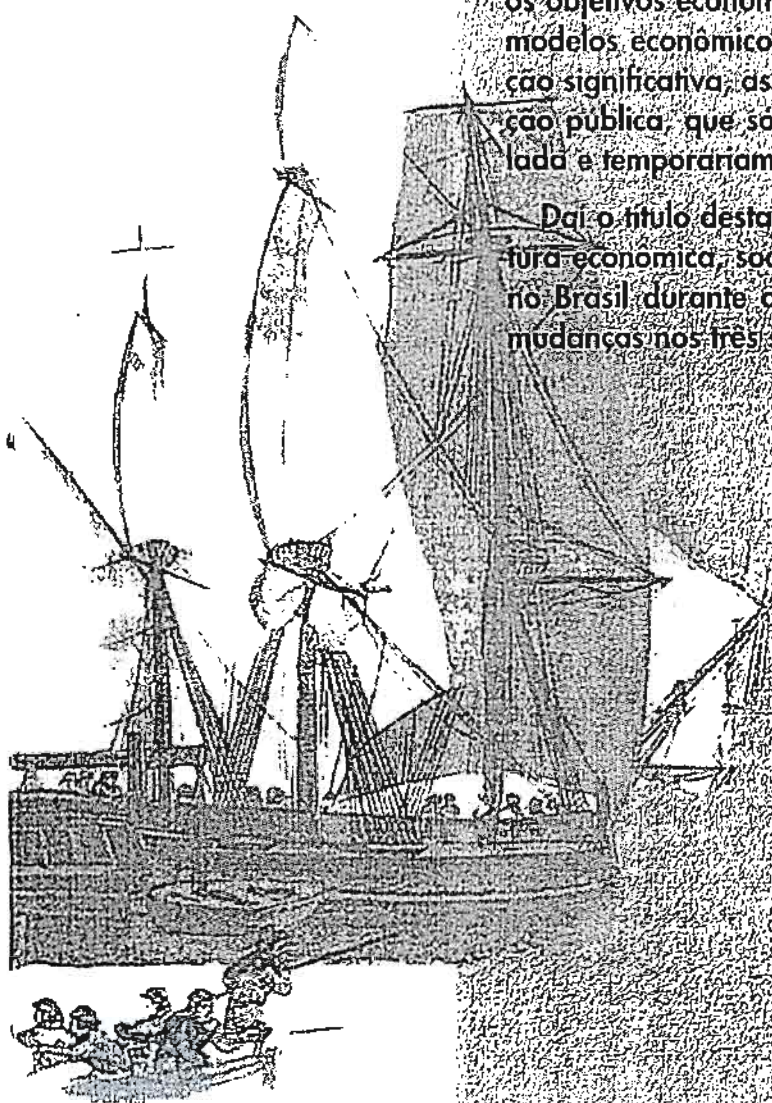
Finalmente, a longa luta entre a nobreza e o grupo mercantil terminou com a derrota deste último, quando, em 1506, D. Manuel I ordenou a expulsão dos judeus — a maior parcela do grupo mercantil de Portugal. Assim, a empresa ultramarina ficou em mãos da nobreza, completamente despreparada para dirigi-la (a expulsão dos judeus foi decretada em 1496, mas só efetivada em 1506).

Por esses motivos, em meados do século XVI, Portugal já se encontrava em decadência, o que aliás influenciou a colonização do Brasil, iniciada nessa época.

UNIDADE II

A Montagem da Colonização

A presença portuguesa no Brasil estendeu-se, a partir de 1530, por, aproximadamente, 300 anos, sendo que as linhas mestras da colonização, em termos econômicos, sociais e políticos, foram estabelecidas no século XVI. A partir de então, e até 1822, quando o Brasil separou-se de Portugal, os objetivos econômicos da Metrópole não se modificaram, os modelos econômicos adotados não sofreram qualquer alteração significativa, assim como a estrutura social e a administração pública, que só se modificaram em algumas regiões, isolada e temporariamente.

Daí o título desta segunda unidade, que abrangerá a estrutura econômica, social e administrativa montada por Portugal no Brasil durante o século XVI, e mantida praticamente sem mudanças nos três séculos seguintes.

O Período Pré-Colonial (1500-1530)

Pré-colonial é o nome dado aos 30 anos subseqüentes à chegada de Cabral ao Brasil. Portugal descobriu o Brasil em 1500, mas só o colonizou a partir de 1530. Por quê? Indecisão? Incapacidade? Desorganização? Não; apenas por sólidas razões de caráter econômico-financeiro. Vejamos quais foram estas razões.

MERCANTILISMO E COLONIZAÇÃO

Quando o comércio atingiu um nível de crescimento que começou a influenciar e modificar toda a estrutura econômica e social européia, estava iniciada a Revolução Comercial, que se estendeu do século XV ao XVIII.

Essa Revolução destruiu o feudalismo e, ao mesmo tempo, desencadeou um processo de transformações econômicas que geraram, no final do século XVIII, o capitalismo industrial, ou seja, o moderno sistema capitalista de produção.

Neste meio tempo — entre os séculos XVI e XVIII — qual seria então o sistema de produção existente na Europa? Era um sistema de transição, caracterizado pelos últimos vestígios do feudalismo e alguns prenúncios do capitalismo. Baseado no comércio e comandado pela burguesia mercantil, esse sistema desenvolveu-se por meio da acumulação de capital comercial, isto é, do capital gerado na comercialização de mercadorias, e que por isso recebeu o nome de **capitalismo comercial**. Assim, as transformações desencadeadas pela Revolução Comercial destruíram os mecanismos econômico-financeiros até então em vigor, substituindo-os por outros, mais adaptados à nova realidade econômica. Esse conjunto de novos conceitos e práticas recebe o nome de Mercantilismo.

Dentre os inúmeros princípios mercantilistas, quatro destacam-se:

1) a comercialização de mercadorias domina e controla a produção de mercadorias;
2) a comercialização é mais lucrativa do que a produção;
3) é fundamental para um país que suas exportações sejam maiores do que suas importações;
4) um país deve acumular as maiores reservas possíveis de ouro e prata (princípio do metalismo).

Os dois primeiros princípios explicam por que Portugal não ocupou e colonizou o Brasil logo após a descoberta.

Como em 1500 quase nenhum produto brasileiro tinha importância comercial, Portugal, caso desejasse lucrar com suas novas terras, precisaria primeiro produzir alguma mercadoria, **investindo dinheiro em sua produção**. Porém era bem mais lucrativo investir no **comércio** de especiarias orientais.

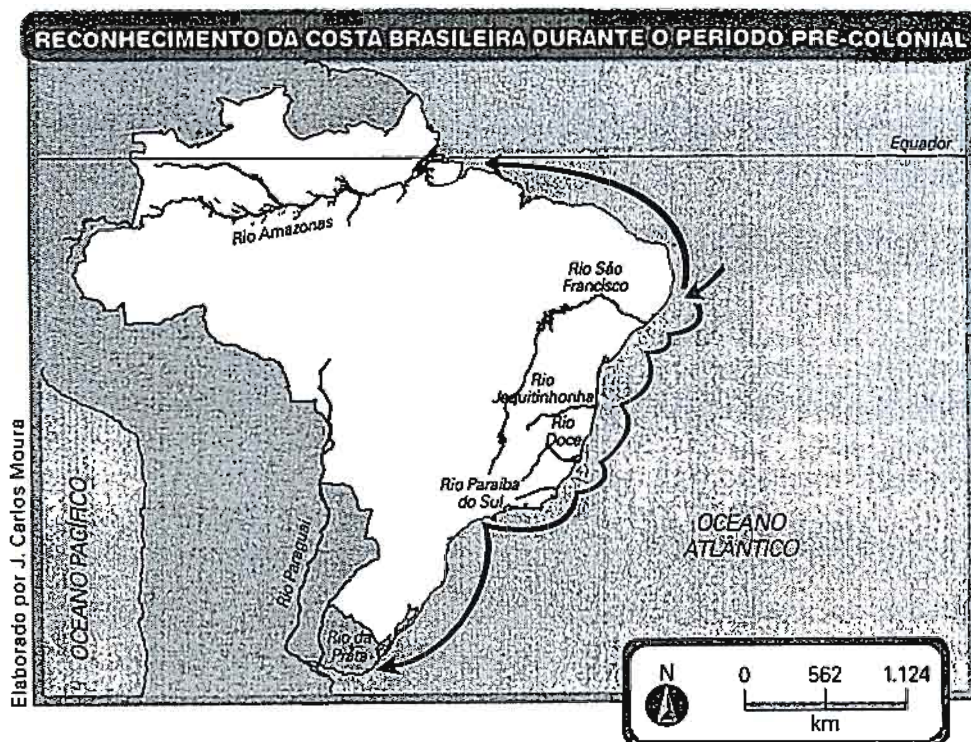
Desse modo, colonizar o Brasil, em 1500, significaria **deixar de aplicar capital no comércio para aplicá-lo na produção**. Isto, em termos mercantilistas, não era ruim: era péssimo.

Por esses motivos, Portugal tomou posse da terra, mas não a ocupou.

AS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES

Embora não visasse à ocupação do território, Portugal enviou algumas expedições ao Brasil, para fazerem o reconhecimento geográfico e o policiamento do litoral.

A primeira e a segunda expedições — 1501, sob o comando de Gaspar de Lemos; 1503, sob o comando de Gonçalo Coelho — tiveram o mesmo objetivo: o reconhecimento geográfico da terra.

A terceira e a quarta expedições — 1516 e 1526, sob o comando de Cristóvão Jacques — destinaram-se principalmente ao policiamento do litoral, para evitar a presença de corsários estrangeiros, sobretudo dos franceses, que aqui contrabandeavam pau-brasil.

As várias expedições (algumas de reconhecimento e outras de policiamento), enviadas pela Coroa durante o período pré-colonial, fizeram o levantamento geográfico dos principais pontos da costa brasileira. Ao norte, chegaram até a foz do Amazonas e, ao sul, atingiram o rio da Prata.

A EXPLORAÇÃO DO PAU-BRASIL

4 Entre os atuais Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, abundava nas florestas litorâneas o pau-brasil, madeira utilizada na Europa para a fabricação de tinturas. Embora muito menos valioso do que as especiarias orientais, sua exploração foi a única atividade econômica sistemática exercida no Brasil durante o período pré-colonial.

De 1501 a 1513, a Coroa monopolizava a exploração do pau-brasil, arrendando a particulares o direito de extrair a madeira. O mais famoso desses arrendatários foi Fernão de Noronha.

A partir de 1513, a exploração tornou-se livre; assim, qualquer súdito de Portugal poderia exercê-la desde que pagasse à Coroa o imposto estipulado: 1/5 do valor da madeira explorada.

A extração de pau-brasil, embora exercida durante todo o período pré-colonial, não foi importante, por não gerar a ocupação da terra. Os europeus chegavam aqui, contratavam com os índios o fornecimento da madeira, carregavam os navios e retornavam à Europa, sem se fixarem no território. Os indígenas, que forneciam a mão-de-obra para o corte e carregamento da madeira, recebiam em troca de seu trabalho algumas quinquilharias. Era o sistema de "escambo": troca de mercadorias (trabalho por quinquilharias), sem intervenção do fator monetário (dinheiro).

O ACIDENTE DA COLONIZAÇÃO

5 Em 1530, chegou ao Brasil a quinta expedição, comandada por Martim Afonso de Sousa. Percorreu o litoral desde o Nordeste até o rio da Prata, subiu novamente em direção ao Norte, e, em 1532, fundou a vila de São Vicente. Além disso, plantou cana e construiu o primeiro engenho de açúcar do Brasil: o engenho de São Jorge dos Erasmos.

Ora, pensará o leitor, se Martim Afonso continuar com essas atividades, vai iniciar a colonização do Brasil! Pois era justamente o que ele estava fazendo. E por ordem do rei, D. João III. Por quê?

A Coroa mudara de idéia quanto à colonização de suas terras americanas por vários motivos. Um deles era que o comércio oriental de especiarias começava a enfrentar alguns problemas, causados pelo excesso de monopólios e pelas conseqüências da expulsão dos judeus. No entanto, a razão principal era o receio de que o Brasil fosse ocupado por outros povos. A descoberta de fantásticas jazidas de ouro e prata na América Espanhola havia aumentado muito o interesse dos europeus, particularmente dos franceses, pelas terras americanas. Portugal não podia correr o risco de que o Brasil, onde talvez também existissem jazidas auríferas, fosse ocupado por uma potência estrangeira. Os portugueses, então, precisavam ocupar produtivamente a terra, montando nela um sistema de produção cujos lucros cobrissem os gastos de ocupação.

Resumindo: ocupar a terra para não perdê-la; mas ocupá-la produtivamente, ou seja, colonizá-la.

Fica explicado, assim, o título deste item: "O acidente da colonização". Portugal, por motivos acidentais e alheios à sua vontade, decidiu-se pela colonização, a partir de 1530, mas como a Coroa não dispunha de dinheiro necessário à colonização de um território tão vasto, adotou no Brasil o sistema de Capitanias Hereditárias, que transferia à iniciativa privada quase todas as despesas do empreendimento.

Os detalhes desse sistema, estudaremos mais adiante, no capítulo "A administração colonial".

A Solução Açucareira

Tomada a decisão de colonizar o Brasil, o passo seguinte foi a escolha do produto em que se basearia a colonização. Portugal optou pelo açúcar, pelas inúmeras vantagens que lhe trazia, entre as quais:

- a cana adaptava-se bem ao clima e solo do litoral brasileiro;
- o açúcar era já um produto conhecido em toda a Europa;
- Portugal já adquirira experiência da produção açucareira nos canaviais da Ilha da Madeira e dos Açores;
- com esse produto seria relativamente fácil obter o capital necessário ao investimento inicial da colonização;
- com o açúcar, seria mais simples resolver o problema apresentado pelo transporte marítimo e pelos fretes;
- o açúcar ajudaria a solucionar o problema de alargamento do mercado consumidor europeu.

As três primeiras vantagens explicam-se por si mesmas. As três últimas permitiriam a Portugal superar algumas falhas de sua estrutura econômica.

Com efeito, a Metrópole não podia arcar com o investimento inicial, nem solucionar os problemas de transporte e fretes, pois sua indústria naval e sua marinha estavam em declínio. Não possuía também uma estrutura mercantil que assegurasse a penetração do açúcar brasileiro nos mercados europeus.

Essas dificuldades, entretanto, foram solucionadas por meio da aliança com os flamengos (holandeses), que já distribuíam o açúcar produzido pelos portugueses nas ilhas do Atlântico, desde o século XV. Interessada que estava na comercialização do produto, a burguesia flamenga forneceu, sob a forma de empréstimos, parte dos capitais necessários ao investimento inicial, participou do transporte, cuidou da distribuição do açúcar e ainda solucionou o problema básico da colonização: a ampliação do mercado consumidor na Europa.

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA

Os comerciantes portugueses e holandeses, que financiaram com grande margem de riscos a montagem de uma área produtora açucareira no Brasil, naturalmente esperavam obter grandes lucros, que viessem a compensar os investimentos.

Por essa razão, a produção açucareira organizou-se de maneira a propiciar a máxima rentabilidade, baseada na **plantation**, ou seja, na grande propriedade, monocultora e escravista, produtora em larga escala de açúcar destinado aos mercados externos.

A **plantation** gerou uma alta especialização na produção — produzia-se quase somente açúcar — e uma alta concentração da renda (a renda do açúcar dividia-se em duas partes: a maior iria para o exterior; a menor permaneceria no Brasil, concentrada em mãos dos senhores de engenho).

A empresa açucareira, cuja unidade de produção era o engenho, desenvolveu-se principalmente no litoral nordestino, devido ao solo de massapê e à proximidade com os mercados consumidores europeus. O açúcar brasileiro entrou em crise na segunda metade do século XVII, por causa da concorrência holandesa nas Antilhas, fato que estudaremos no capítulo "Invasões holandesas".

ESCRAVIDÃO E TRÁFICO NEGREIRO

Produzir o açúcar no Brasil apresentava, como já vimos, vários problemas. Um deles era o da mão-de-obra, necessária às plantações de cana, ao fabrico de açúcar e aos serviços gerais.

Para a metrópole, havia três soluções possíveis:

- utilizar trabalhadores assalariados, trazendo grandes contingentes de imigrantes portugueses para o Brasil;
- utilizar a escravidão indígena;
- utilizar a escravidão negra.

A primeira foi logo descartada. Portugal não tinha população suficiente para isso, sem contar que um trabalhador europeu só aceitaria vir trabalhar na América por um salário altíssimo. Além do mais, do ponto de vista do mercantilismo, não era interessante a vinda de um grande número de trabalhadores livres para uma colônia como o Brasil. Por causa da grande disponibilidade de terras, seria quase impossível evitar que muitos deles acabassem por se estabelecer como pequenos proprietários, com produção voltada para o mercado local. Ora, isso era totalmente contrário aos objetivos da metrópole, interessada na produção em grande escala, destinada ao mercado europeu.

A segunda solução também era difícil, pois a mão-de-obra indígena era pouco produtiva para o trabalho agrícola. Mesmo assim, a escravidão indígena predominou durante o século XVI, sendo posteriormente abandonada na região açucareira, embora sobrevivesse em todo o período colonial nas áreas econômicas secundárias.

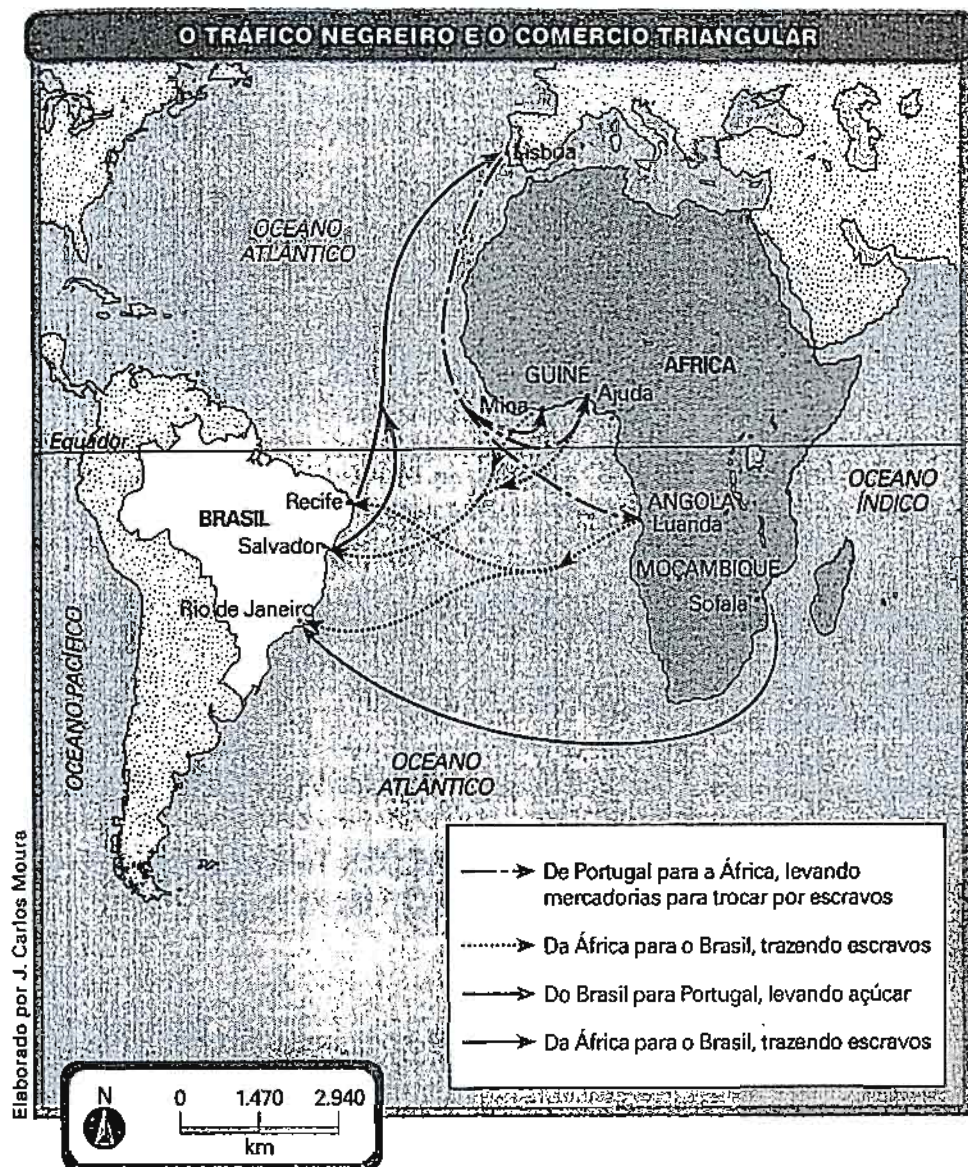
Quanto à terceira solução, generalizou-se assim que a produção colonial atingiu um nível compatível com a compra de escravos africanos. E a explicação para isso é simples.

Portugal já desenvolvera, desde o século anterior, um ativo e lucrativo tráfico negreiro. Com a adoção da escravidão negra no Brasil, esse tráfico multiplicou-se, aumentando significativamente o lucro que a colônia dava à metrópole.

O comércio dos escravos da costa africana para a América era denominado **tráfico negreiro**. Os negros eram adquiridos nas feitorias africanas, principalmente Angola e Guiné, por meio da prática do escambo. Os traficantes portugueses trocavam bugigangas, aguardente e rolos de fumo por escravos, fornecidos pelas próprias tribos africanas, que capturavam inimigos de outros grupos tribais.

Ao longo do século XVI e nos seguintes, a escravidão negra expandiu-se para todo o mundo colonial, transformando o tráfico negreiro numa das mais importantes atividades européias, responsável por significativa parcela dos capitais acumulados na Europa entre os séculos XVI e XVIII.

Quanto ao Brasil, a manutenção do escravismo, por quase 350 anos, impregnou de tal forma o sistema econômico, social, político e cultural que até hoje seu incômodo legado nos atormenta.

O uso de escravos negros no Brasil durante três séculos e meio teve importantes conseqüências a longo prazo, a maioria delas negativa. Duas dessas conseqüências são a baixa produtividade da mão-de-obra e o envilecimento do trabalho manual (a sua transformação em algo vergonhoso). A primeira dessas conseqüências deveu-se ao fato de que com a escravidão a quantidade e a qualidade do trabalho eram as piores possíveis. Acostumado a esses baixos índices, o País teve dificuldade em elevá-los, mesmo após a Abolição. Quanto à segunda, durante séculos todo o trabalho manual era exercido pelos negros. Desenvolveu-se assim entre os brancos a crença de que o trabalho manual era "coisa de negro" e, portanto, vergonhoso para um homem livre. Esse complexo, que também sobreviveu à Abolição, teve péssimos efeitos sobre a produtividade do trabalho.

Com a generalização do tráfico negreiro surgiu o chamado comércio triangular (Portugal-África; África-Brasil; Brasil-Portugal). Assim, além dos lucros com a venda de escravos, ganhava-se também nos fretes, pois os navios, que antes vinham de Portugal quase vazios, agora traziam os porões abarrotados de escravos. O tráfico de Moçambique para o Brasil estabeleceu-se mais tarde e era geralmente feito por navios exclusivamente negreiros.

O INVESTIMENTO INICIAL

A montagem de uma área produtora de açúcar no Brasil requeria grande investimento, pois o custo de produção era alto: aquisição de equipamentos, mão-de-obra, mercadorias importadas necessárias ao abastecimento da colônia, etc. Agravando esse problema, a produção agrícola apresentava ainda um outro: o período de carência, ou seja, o espaço de tempo entre o início do empreendimento e a venda da primeira colheita.

Mobilizar grandes capitais com uma margem considerável de riscos, sem perspectivas de lucros rápidos, não pareceu um empreendimento interessante ao grupo mercantil português, que, além de se encontrar enfraquecido pela expulsão dos judeus (1506), não se dedicava à produção. Também não interessou aos elementos da alta nobreza, que já possuíam rendimentos elevadíssimos, graças aos privilégios políticos e econômicos que a Coroa lhes concedia.

Por essa razão, foram os elementos da baixa nobreza, ávidos de lucros e poder, que se incluíram no rol dos primeiros colonizadores, ou como sesmeiros, donos de sesmarias (grandes propriedades doadas a quem tivesse condições de as cultivar), ou como donatários, administradores de capitanias. Sentindo necessidade de reforçar seus recursos financeiros, a baixa nobreza recorreu aos capitais de comerciantes portugueses e principalmente dos capitalistas holandeses.

No entanto, apesar dessa mobilização de capitais, muitos donatários e sesmeiros não o tiveram em quantidade suficiente para vencer o período de carência. Essa foi a principal causa do fracasso de grande parte dos primeiros colonizadores.

A CARACTERIZAÇÃO COLONIAL

10 Se nos perguntassem o que é uma colônia, provavelmente responderíamos: é um país que não é independente, pois pertence a uma metrópole. Porém, essa definição seria apenas parcialmente correta, já que, na realidade, o que define um país ou região como **colonial** ou **colonizada** são **determinadas características de sua estrutura econômica, social, política e cultural**. Tais características, normalmente, aparecem em países que não possuem governo próprio, ou, como habitualmente se diz, não são independentes. Muitas vezes, porém, elas estão presentes em países que jamais pertenceram a uma metrópole, ou que, tendo pertencido, já conquistaram sua "independência".

No caso específico do Brasil, podemos dizer que fomos uma colônia por dois motivos: primeiro porque, pertencíamos a uma metrópole (Portugal) e segundo porque **nossa estrutura socioeconômica era tipicamente colonial**. Vamos examinar, então, mais detalhadamente, os aspectos que davam ao Brasil sua caracterização colonial.

A FUNÇÃO ECONÔMICA DA COLÔNIA

11 No item "Mercantilismo e colonização" vimos os conceitos mercantilistas fundamentais. Pois bem, são os dois últimos daqueles conceitos que definem a função econômica de uma colônia para com sua metrópole na época do mercantilismo (do século XVI ao XVIII).

Em termos gerais, uma metrópole adquire na colônia as mercadorias nela produzidas, encarregando-se de comercializá-las na Europa. Dessa forma, a metrópole não precisa importar produtos de outros países, o que **reduz suas importações** e, conseqüentemente, seus gastos em ouro. Além disso, a metrópole exporta estas mercadorias, o que **aumenta suas exportações** e, assim também, seus ganhos em ouro. Através desse processo, em resumo, a metrópole aumenta suas **reservas de ouro**.

A esta divisão de trabalho — em que a colônia se dedica à produção (atividade menos lucrativa) e a metrópole, à comercialização (atividade mais lucrativa) — dá-se o nome de **Pacto Colonial**.

Em termos econômicos, portanto, o Brasil era uma colônia porque:

- o açúcar destinava-se ao mercado externo, e não ao interno;
- a produção açucareira visava satisfazer os interesses de Portugal, e não os do Brasil;
- dedicando-se apenas à produção, o Brasil deixava a parte mais lucrativa do empreendimento, a comercialização, com a Metrópole;
- grande parte da renda obtida pela Colônia acabava sendo desviada para Portugal, pois como o Brasil produzia quase que somente açúcar, tinha de importar praticamente todos os outros produtos aqui consumidos.

Durante três séculos, toda a estrutura econômica montada no Brasil visava atender às necessidades da Metrópole. Após a independência, quando o País deveria passar a atender a seus próprios interesses, isso não foi possível, pois a estrutura econômica não estava preparada para esse objetivo.

O **monopólio comercial**, que obrigava o Brasil a fazer todo seu comércio exterior através de Portugal, reforçou ainda mais a subordinação da Colônia à Metrópole.

Temos, assim, completo o quadro que caracteriza a estrutura de produção acentuadamente colonial do Brasil.

AS DISCRIMINAÇÕES INICIAIS E A CONCENTRAÇÃO DA RENDA

12 A estrutura de produção montada no Brasil-colônia teve, logo de início, conseqüências econômicas e sociais profundas, que marcaram nossa História durante séculos, inclusive após a independência.

A colonização do Brasil caracterizou-se pela existência das chamadas discriminações iniciais. Entende-se por isso o fato de que o sucesso ou fracasso de um colonizador dependiam menos de sua habilidade ou esforço pessoal que de sua capacidade de atender a determinados requisitos. O primeiro deles era a posse de capital. Aí se encontrava a mais importante discriminação: aquele que não o possuísse — e em quantidade — estava automaticamente impossibilitado de se dedicar à produção de açúcar. Assim, os elementos mais dinâmicos e ativos da agricultura lusitana, os pequenos lavradores independentes, foram excluídos da atividade açucareira.

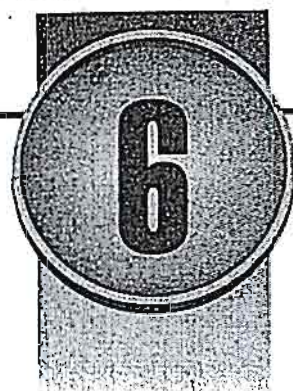
Um segundo fator discriminatório era a localização da propriedade. Como o açúcar destinava-se à exportação, quanto mais próxima do litoral estivesse a sesmaria, mais facilmente se realizava o embarque do produto. Devido às dificuldades do transporte por terra, se considerarmos duas propriedades, uma no litoral e outra no interior, e sendo iguais todas as demais condições, a propriedade litorânea apresentava um lucro consideravelmente maior.

Em terceiro lugar, podemos citar a qualidade do solo. As safras apresentavam maior rentabilidade quando a plantação era feita em terras de massapê. Assim, a qualidade do solo condicionou o sucesso ou insucesso das lavouras e fixou o seu rendimento. Quando uma sesmaria não possuía solos de massapê, suas possibilidades de êxito eram muitíssimo limitadas. Ora, convém não esquecer que o massapê concentrava-se na faixa litorânea e no vale dos rios. Assim, aqueles que se localizaram nestas áreas — porque aqui chegaram primeiro ou por terem sido privilegiados com a concessão de sesmarias bem situadas — tiveram, desde logo, nítida superioridade sobre os demais sesmeiros.

As condições de beneficiamento (posse de engenho) foram também importantíssimas na tendência discriminatória que caracterizou a colonização inicial do Brasil. Admitindo que houvesse igualdade de condições entre os sesmeiros e que todos, vencida a carência, se tornassem proprietários de canaviais em plena produção, desde logo surgia a diferença entre os que se mantinham apenas como agricultores e os que, a esta condição, juntavam a de senhores de engenho. Houve, de início, colonizadores que se dedicaram apenas à agricultura e outros que eram senhores de engenho. Os primeiros entregavam a cana aos segundos, para ser transformada em açúcar, pagando em espécie o serviço. Do ponto de vista social, eram iguais; do ponto de vista econômico, não o eram. Pouco a pouco, os simples plantadores passaram a subordinar-se aos senhores de engenho. Depois de lhes entregar a safra, acabaram por entregar a terra. Subsistiu, finalmente, apenas aquele que dominava a unidade produtora de forma integral, que possuía os canaviais e o engenho. Isso gerou a **concentração da propriedade**, a **aristocratização** e o desaparecimento dos plantadores independentes. De uma sociedade hierarquizada em senhores de engenho, lavradores e escravos, foi eliminado o segundo termo.

Convém finalmente lembrar um fator que teve grande influência na formação econômica e social do Brasil-colônia: o rápido crescimento do poderio político-administrativo dos grandes proprietários. Como vimos, o período de carência havia procedido a uma verdadeira seleção entre aqueles que tentaram se estabelecer na Colônia. Para o sesmeiro que vencesse esse período, o empreendimento entrava no ritmo normal e evoluía para uma situação de rotina. Mesmo assim, deparavam-se ainda obstáculos muito grandes, por vezes insuperáveis. As fazendas eram separadas por grandes distâncias, quer umas das outras, quer dos poucos centros urbanos que então existiam. Os proprietários, assim, não podiam contar com auxílio dos vizinhos ou do poder público, então quase inexistente. Desse modo, o sesmeiro revestiu-se de "poderes laterais" — políticos, administrativos e judiciários — transformando-se no verdadeiro centro de autoridade da Colônia.

O Brasil, nos séculos XVI e XVII, caracterizou-se pela supremacia do poder privado, representado pelo sesmeiro, sobre o poder público, que só adquiriu importância no século XVIII. Munido de poderes quase feudais, o senhor de engenho expandiu constantemente sua influência, transformando-se no elemento central da sociedade brasileira.

A transformação dos senhores de engenho em típicos aristocratas rurais ocorreu independentemente de sua origem social. Os membros da classe dominante colonial, mesmo aqueles que originariamente não pertencessem à nobreza, acabavam se aristocratizando, por concentrarem em suas mãos a posse da terra, dos escravos, da renda e do poder político. Essa aristocratização gerou também a mentalidade profundamente conservadora de nossas elites, fato que se verifica até hoje.

A Formação da Sociedade Colonial

Como vimos anteriormente, uma das características fundamentais da sociedade que se formou no Brasil em decorrência da colonização foi a aristocratização. Já vimos também que essa aristocratização nasceu das condições econômicas aqui vigentes no século XVI, tais como a existência do latifúndio, a concentração da propriedade e os poderes laterais assumidos pelo senhor de engenho.

Entre as camadas componentes dessa estrutura social, destacava-se a dos **senhores** — dominante econômica, social e politicamente — formada pelos colonizadores, proprietários de terras e de escravos.

Na base da estrutura social da Colônia, encontram-se os **escravos** — negros africanos ou elementos indígenas, de propriedade dos senhores — que exerciam todas as atividades produtivas, constituindo "as mãos e os pés do senhor". De acordo com as ordenações vigentes em Portugal e em seu império colonial, eram equiparados, para efeitos legais, a animais de carga.

Entre os dois pólos — senhor e escravo — achavam-se as **camadas intermediárias** formadas pelos funcionários públicos, padres, militares, agregados, rendeiros, etc. Girando em torno dos senhores, essas camadas não possuíam expressão socioeconômica. A economia de exportação, a relativa facilidade de aquisição de produtos importados, a inexistência do comércio interno e de atividades manufatureiras e, ainda, a existência do trabalho escravo, impedindo o desenvolvimento do trabalho assalariado, entravavam o crescimento dessas camadas.

Essa sociedade caracterizava-se ainda pela **estratificação social**, sendo impossível a passagem do escravo à posição de senhor e deste à de escravo.

Outra de suas características era o aspecto **rural**, pois a maior parte das relações sociais processava-se no campo. O latifúndio era o centro da vida econômica e social. As cidades constituíam pequenos aglomerados e em geral só adquiriam importância na época de comercialização das safras e nos eventos religiosos, quando para elas se deslocavam os senhores e seus dependentes.

Outro aspecto importante era o patriarcalismo: concentração de poderes nas mãos do senhor, sobre seus dependentes, escravos, etc. Verificava-se, também, o rápido crescimento do poderio dos grandes proprietários, que se outorgavam poderes laterais — políticos, administrativos e judiciários sobre suas regiões — tornando-se verdadeiros centros de autoridade na Colônia, em detrimento até da própria representação real.

Além disso, a ideologia vigente na sociedade colonial brasileira era importada, refletindo os interesses e valores da Metrópole e da burguesia comercial européia. Assim, na Colônia, a classe dominante adotou tal ideologia, impondo-a ao restante da sociedade. Completa-se a lógica do sistema: a uma economia dependente correspondia uma cultura também dependente.

Portanto, assim podemos resumir os elementos básicos que configuravam a estrutura colonial do Brasil na época:

- economia voltada para o mercado externo;
- desvio para o exterior da maior parte da renda gerada pelo açúcar;
- mercado consumidor interno extremamente reduzido;
- submissão ao monópolio comercial português;
- concentração da renda em mãos da classe dominante;
- sociedade aristocratizada;
- inexistência de classe média;
- cultura e ideologia importadas (baseadas em valores externos).

Apenas no século XVIII, com a mineração, a sociedade brasileira sofreu algumas alterações, em decorrência de a sociedade mineira ser mais monetarizada e urbana, o que permitiu uma mobilidade social não admitida na zona açucareira. Nessa sociedade, o valor do indivíduo não era medido pela posse de terras, mas pela posse do dinheiro, que era o principal instrumento de ascensão social.

A Administração Colonial

14 O sistema administrativo estabelecido pela Metrópole no Brasil, durante o século XVI, manteve-se sem grandes alterações até o fim do período colonial.

Os dois grandes objetivos desse sistema eram de caráter militar e financeiro: a defesa do território e a arrecadação de impostos. No entanto, avaliá-los não é simples. Sob o ponto de vista militar, o sistema funcionou surpreendentemente bem, pois, embora Portugal fosse um país em constante decadência, todos os ataques estrangeiros ao Brasil acabaram sendo repelidos.

Já em termos administrativos, o sistema apresentou baixa eficiência, sendo caracterizado, em termos gerais, por decisões lentas, excesso de burocracia, despreparo dos funcionários, corrupção e autoritarismo. Apesar disso, a administração pública portuguesa no Brasil jamais entrou em colapso. Poderíamos dizer que funcionava mal, mas funcionava.

No Brasil colonial, dois modelos administrativos destacaram-se: o Sistema de Capitanias e o Governo Geral. Constitui erro muito comum, porém, imaginar que tais elementos foram sucessivos, isto é, que se criou primeiro o Sistema de Capitanias (1534) e, como este não deu resultado, teria sido abolido, criando-se, em seu lugar, o Governo Geral (1548).

Na realidade não foi isso o que aconteceu. As capitanias hereditárias mantiveram-se, mesmo após a criação do Governo Geral. Os dois sistemas completavam-se: o Governador Geral tratava dos problemas que afetavam o Brasil como um todo. Cada donatário, por sua vez, governava sua capitania, resolvendo os problemas de caráter regional, tal como fazem atualmente os governos estaduais.

Estabelecidos esses pontos básicos, vamos então estudar mais detalhadamente cada um dos dois sistemas.

O SISTEMA DE CAPITANIAS

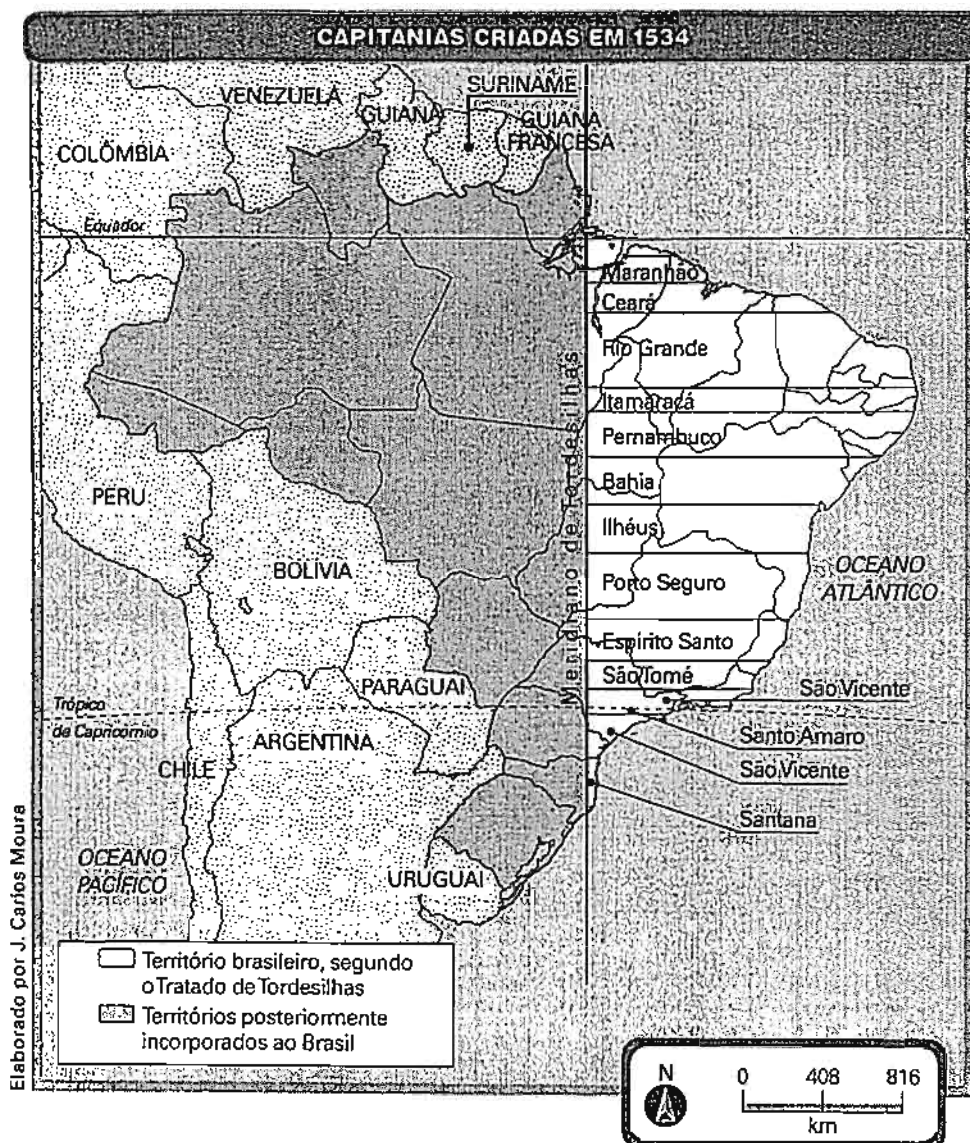
15 Em 1534, o rei D. João III criou o Sistema de Capitanias Hereditárias. Com essa medida, a Coroa visava transferir para a iniciativa privada as despesas da colonização, mantendo, no entanto, a participação do governo nos lucros desta colonização.

As capitanias eram grandes lotes de terra — algumas com mais de 400000 km² — que começavam no litoral e iam até o meridiano de Tordesilhas. Cada donatário recebia sua capitania em caráter vitalício e hereditário, não podendo vendê-la a não ser à Coroa. Como os poderes concedidos aos donatários eram muito amplos (direitos políticos, administrativos, fiscais, judiciários e militares), certos autores chegam a afirmar que eles eram verdadeiros reis dentro de suas capitanias. No entanto, arcavam com todas as despesas, inclusive as de defesa militar, sendo obrigados ainda a entregar à Coroa grande parte dos lucros obtidos. Você já deve ter percebido, portanto, que ser donatário não era exatamente o melhor negócio do mundo.

Por esse motivo, embora a Coroa tenha criado 14 capitanias, havia apenas 12 donatários (alguns deles possuíam mais de uma capitania). Esses eram, em geral, elementos da pequena nobreza, atraídos pelos poderes políticos e pelas extensas áreas de terras que a Metrópole lhes oferecia.

É importante lembrar, no entanto, que a Coroa **não transferia** ao donatário **a propriedade** das terras da capitania, mas apenas os **direitos de governo** sobre essas terras.

Por isso não devemos comparar uma capitania a uma fazenda, mas a um dos atuais estados brasileiros. E o donatário comparava-se a um governador, e não a um fazendeiro.

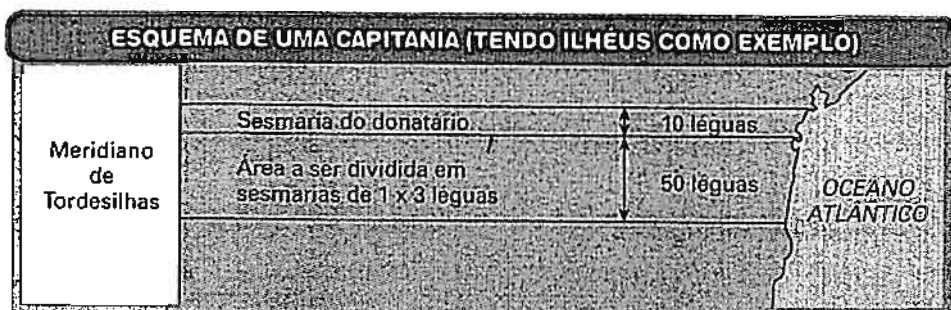
Dentro da capitania, o donatário recebia ainda uma grande sesmaria (fazenda), a qual, esta sim, era sua propriedade particular. O restante das terras da capitania, o donatário deveria distribuir gratuitamente sob a forma de sesmarias a pessoas que pudessem cultivá-las.

Mapa com as fronteiras atuais do Brasil mostrando a área que pertencia ao País, pelo Tratado de Tordesilhas, as capitanias criadas em 1534 por D. João III, o território destas em relação aos atuais Estados brasileiros e, no destaque, como se fazia a divisão entre a sesmaria do donatário e as demais sesmarias, que seriam entregues aos colonos.

ESQUEMA DE UMA CAPITANIA (TENDO ILHÉUS COMO EXEMPLO)

Meridiano de Tordesilhas

Sesmaria do donatário — 10 léguas

Área a ser dividida em sesmarias de 1 × 3 léguas — 50 léguas

OCEANO ATLÂNTICO

As capitanias maiores tinham em média 60 léguas de costa (1 légua = 6,6 km). Uma faixa com 10 léguas de frente, estendendo-se até o meridiano de Tordesilhas, era a sesmaria do donatário. A faixa restante seria dividida em sesmarias menores (1 légua × 3 léguas). Portanto, a menor fazenda que alguém poderia possuir teria "apenas" 13 mil hectares.

A regulamentação do Sistema de Capitanias era feita por meio de dois documentos, entregues a cada donatário: a **Carta de Doação** e o **Foral**.

A Carta de Doação regulamentava, principalmente, os aspectos político-administrativos, ou seja, estabelecia quais os poderes governamentais concedidos ao donatário.

O Foral estabelecia, sobretudo, os detalhes fiscais do Sistema de Capitanias, ou seja, quais impostos seriam pagos ao donatário e quais à Coroa. Como regra geral, fixava-se o seguinte:

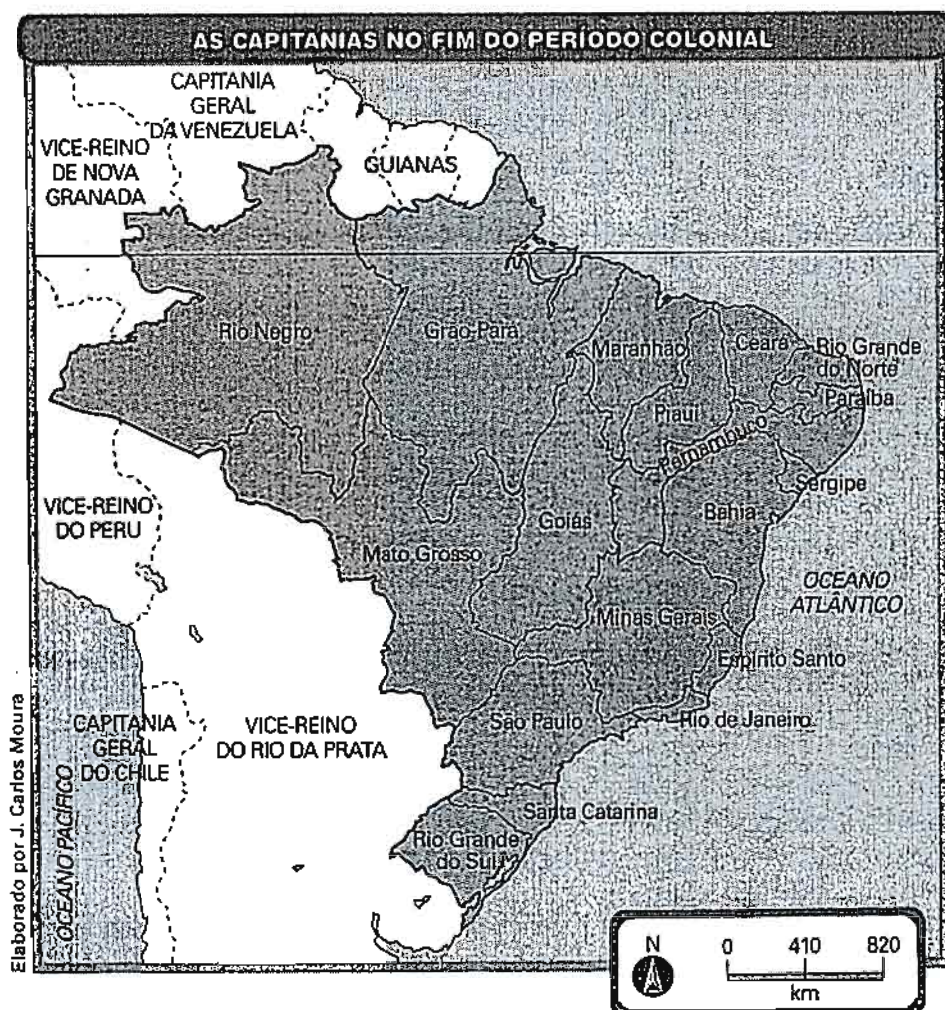
- pagavam-se à Coroa os impostos relativos à exploração do subsolo, à extração de madeira e à exploração da pesca;
- pagavam-se ao donatário os impostos relativos à exploração do solo (agricultura) e dos rios (navegação fluvial, engenhos movidos a água, etc.).

A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE CAPITANIAS

16 O Sistema de Capitanias apresentou resultados pouco favoráveis: das 14 capitanias, apenas as de Pernambuco e São Vicente não fracassaram. Pernambuco progrediu rapidamente, graças ao êxito da produção açucareira. São Vicente, embora não tenha falido, manteve um baixo nível de rentabilidade econômica, voltada muito mais para uma economia de subsistência do que para o fornecimento ao mercado externo. As demais capitanias ou faliram, ou sequer foram ocupadas por seus donatários. Por isso a Metrópole criou, em 1548, o Governo Geral, transferindo para este **uma parte dos poderes** anteriormente pertecentes aos donatários.

Com o passar dos anos, as capitanias foram, paulatinamente, retornando ao governo português. Em alguns casos, a Coroa comprou-as; em outros, recebeu-as ou porque morriam os donatários sem deixar herdeiros ou porque as capitanias não eram ocupadas por seus proprietários.

As capitanias pertencentes ao Estado chamavam-se "Capitanias da Coroa" sendo administradas por um governador, nomeado pelo rei. Entre elas incluíam-se algumas capitanias novas, criadas nos séculos XVII e XVIII, como as do Grão-Pará, de Minas Gerais, de Santa Catarina, de Mato Grosso, de Goiás e do Rio Grande do Sul.

Finalmente, em 1759, o Marquês de Pombal, ministro do rei D. José, expropriou quase todas as capitanias particulares ainda existentes. Restou apenas uma — o que na prática pôs fim ao sistema.

No fim do Período Colonial, as fronteiras do Brasil já eram muito semelhantes às atuais, e todas as capitanias pertenciam à Coroa.

O GOVERNO GERAL

12 Como já vimos, em 1548 a Metrópole criou o Governo Geral, o que reduziu os poderes políticos dos donatários. A capitania da Bahia — comprada de seu proprietário pela Coroa — foi escolhida para sede do governo. Nela o primeiro governador, Tomé de Souza, fundou a cidade de Salvador, onde se estabeleceu a capital da Colônia.

O Governo Geral surgiu porque:

- fracassou o Sistema de Capitanias;
- houve a necessidade de defender melhor o Brasil contra eventuais ataques estrangeiros;
- Portugal tendia cada vez mais a centralizar o governo e a administração pública.

O primeiro governador-geral recebeu um documento chamado Regimento, que estabelecia seus poderes, os quais pouco se modificaram durante o resto do período colonial. Basicamente, ao governador cabia coordenar os problemas relativos à defesa, ao incentivo da economia, à administração pública, justiça e cobrança de impostos.

Para o exercício dessas funções, era ele assessorado por três funcionários, que, de certa forma, se equiparavam aos atuais ministros: o Provedor-Mor supervisionava as finanças e a arrecadação de impostos, o Ouvidor-Mor tratava da justiça e o Capitão-Mor cuidava da defesa.

A EVOLUÇÃO DO GOVERNO GERAL

13 Você já deve ter notado que, normalmente, quando se estuda o Governo Geral, analisam-se minuciosamente as realizações dos três primeiros governadores: Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá. Depois disso, só se volta a estudar a ação do governo quando D. João VI chega ao Brasil. De Mem de Sá a D. João — um espaço de duzentos e quarenta anos — nada se comenta. Quem sabe durante todos esses anos tivemos governadores secretos, ou quem sabe tímidos, ou tão modestos que não quiseram entrar para a História.

Bem, mas há mais uma hipótese: talvez esses governadores não tenham realizado praticamente nada, e por isso caíram no esquecimento. Agora começamos a chegar perto da verdade.

Na realidade, embora teoricamente os poderes do governador-geral fossem amplos, na prática eram pouco exercidos, em virtude da grande extensão territorial da Colônia, da enorme distância que separava as poucas cidades e vilas então existentes e da falta de meios de transportes e comunicação. Assim, o governador-geral transformou-se numa figura de pouca importância, exceto em ocasiões de ataques estrangeiros, quando a defesa centralizava-se em suas mãos.

Por essa razão, eram as Câmaras Municipais, uma para cada vila (hoje, município), que exerciam o poder político na Colônia, nos séculos XVI e XVII. Controladas pelos grandes proprietários, elas resolveram problemas políticos, administrativos, judiciários, fiscais, monetários e até militares. Somente no século XVIII o poder das Câmaras Municipais diminuiu, enquanto, simultaneamente, aumentava a influência do governador-geral e dos governadores das capitanias.

As Câmaras eram formadas por vereadores eleitos. Nessas eleições, porém, tanto para ser eleitor como para ser eleito, a lei exigia que se fosse "homem bom", ou seja, pessoa rica que não exercesse qualquer tipo de trabalho manual; assim praticamente só os senhores de terras enquadravam-se nessa categoria.

AS DIVISÕES DE GOVERNO

19 Devemos lembrar ainda que durante o período colonial o Brasil sofreu algumas divisões administrativas. Em 1572, a Colônia foi dividida em "Repartição Norte", com capital em Salvador, e "Repartição Sul", com sede no Rio de Janeiro; em 1578, voltou-se ao governo único. No entanto, a tentativa de divisão repetiu-se em 1608, sendo novamente abandonada poucos anos depois.

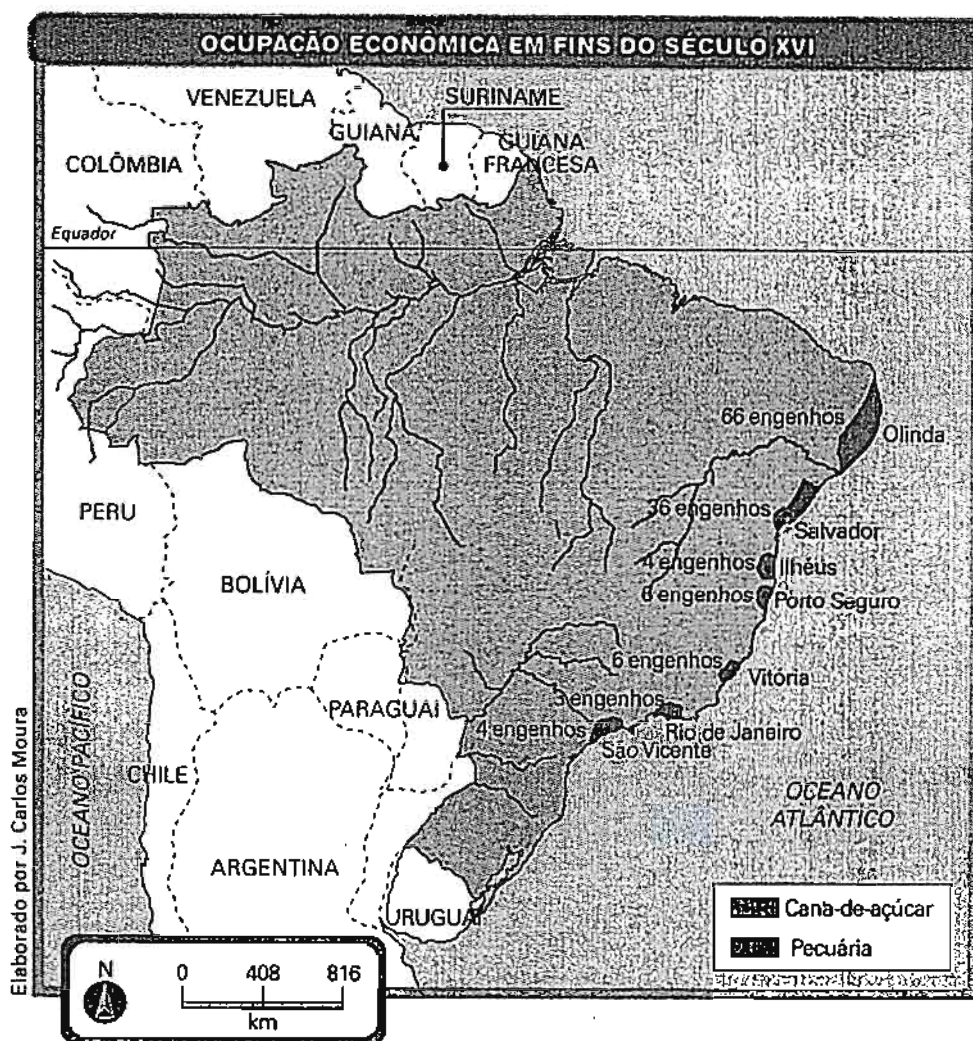
Em 1621, a administração da região norte da Colônia foi separada do restante do Brasil, formando o Estado do Maranhão, com capital primeiro em São Luís e depois em Belém. O restante da Colônia formava o Estado do Brasil, cuja capital continuou em Salvador, até 1763, quando foi transferida para o Rio de Janeiro.

OS VICE-REIS

20 Em 1640, surgiu no Brasil o título de vice-rei, entregue pela primeira vez ao Marquês de Montalvão, embora a Colônia não fosse elevada, oficialmente, à categoria de vice-reino. Até 1714, porém, só a dois governantes entregara-se o título: ao Marquês de Montalvão e ao Conde de Óbidos. Desta data até 1808 (chegada da família real ao Brasil), todos os nossos governadores gerais (total de 13) receberam, indistintamente, o título de vice-rei.

CONCLUSÃO

Ao findar o século XVI, a montagem da colonização em si estava concluída. A posse portuguesa sobre o Brasil já estava firmemente estabelecida — tanto que fracassaram as diversas invasões estrangeiras, que estudaremos mais tarde — e a economia açucareira era um sucesso.

É claro que a área efetivamente ocupada era apenas uma pequena parcela do atual território brasileiro, como você pode observar no mapa abaixo. Mas, nos dois séculos seguintes, a ocupação se expandiria continuamente, mantidas sempre as linhas gerais da estrutura econômica, social e política que estudamos nesta unidade.

Observando o mapa, vê-se quão pouco do atual território brasileiro estava efetivamente ocupado, por volta de 1600. Era o suficiente, porém, para garantir a posse portuguesa sobre o litoral do Brasil e dar elevados lucros à Coroa e à burguesia lusas.

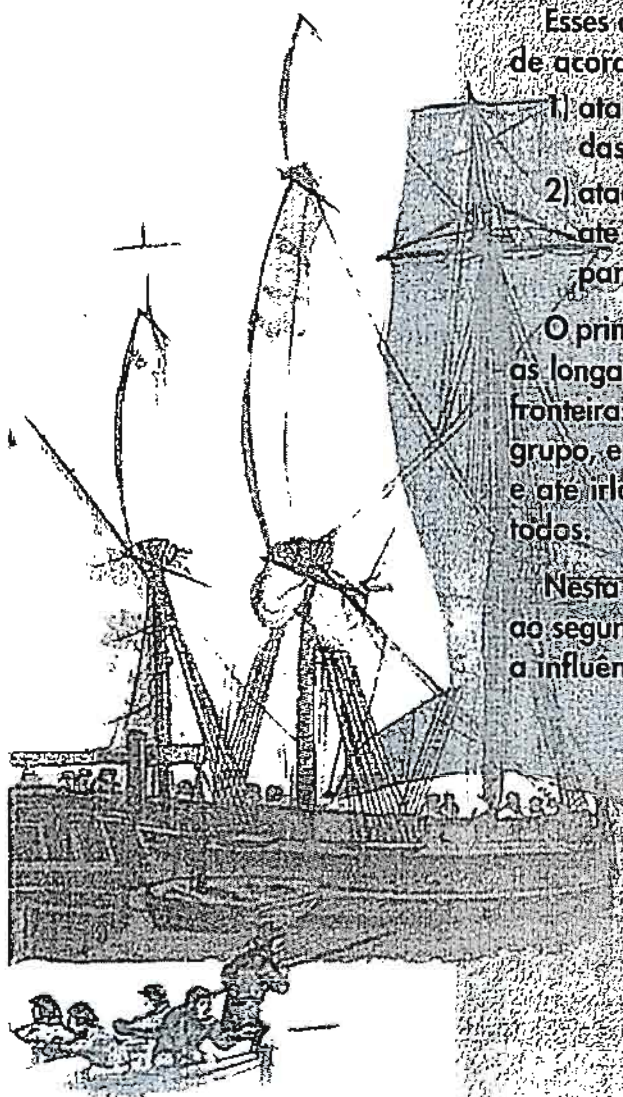
Os Estrangeiros e o Brasil

Durante o período colonial, o Brasil sofreu inúmeros ataques estrangeiros, que variaram desde simples atos isolados de pirataria, quando uma cidade litorânea era rapidamente saqueada, até invasões em larga escala, que visavam à conquista definitiva de grandes extensões de terras.

Esses ataques estrangeiros podem ser divididos em dois grupos, de acordo com a região de onde vinham as tropas atacantes:

1) ataques vindos da própria América do Sul, feitos através das fronteiras terrestres do Brasil;
2) ataques vindos da Europa, de potências inimigas (às vezes até amigas) de Portugal que organizavam frotas armadas para atacar o litoral brasileiro.

O primeiro grupo engloba todos os ataques espanhóis, durante as longas disputas entre Portugal e Espanha para estabelecer as fronteiras de suas respectivas colônias na América. No segundo grupo, enquadram-se os ataques franceses, ingleses, holandeses e até irlandeses, sendo os holandeses os mais importantes de todos.

Nesta unidade estudaremos apenas os ataques pertencentes ao segundo grupo. E veremos também, embora superficialmente, a influência dos povos estrangeiros no Brasil colonial.

As Invasões Francesas

A INVASÃO FRANCESA NA GUANABARA (1555-1567)

Os franceses, que há muitos anos freqüentavam o litoral brasileiro fazendo contrabando, foram os primeiros estrangeiros que tentaram conquistar uma parte da Colônia. Em 1555, sob o comando de Nicolau de Villegaignon, ocuparam a baía da Guanabara, onde fundaram uma colônia chamada França Antártica. Nessa colônia se estabeleceram huguenotes — assim chamados os protestantes na França — para fugir às perseguições de que eram vítimas em seu país.

Cinco anos depois, em 1560, o governador geral Mem de Sá entrou em luta contra os franceses, atacando-os e destruindo suas fortificações. Os invasores, porém, conseguiram fugir para as matas que circundavam a baía e, após a saída de Mem de Sá, tornaram a se fortificar. Por esse motivo, em 1565, Estácio de Sá, sobrinho do governador-geral, chegou à Guanabara, onde fundou a cidade do Rio de Janeiro. Nesse momento, o ataque contra os franceses reiniciou-se. Em 1567, retornou Mem de Sá trazendo reforços para o ataque final. Os franceses foram derrotados e expulsos da região, tendo Estácio de Sá morrido durante os combates.

Após a vitória, Mem de Sá resolveu mudar a cidade, então localizada junto ao Pão de Açúcar, para um outro ponto da baía, estabelecendo-a próximo de onde hoje se localiza o aeroporto Santos Dumont.

A OCUPAÇÃO DA COSTA LESTE-OESTE

Expulsos da Guanabara, os franceses passaram a freqüentar o litoral leste-oeste do Brasil, da Paraíba ao Maranhão, ameaçando a posse portuguesa sobre a região. As autoridades metropolitanas resolveram então ocupar efetivamente essa costa, quase desabitada. Expedições militares foram enviadas e, partindo da Bahia e de Pernambuco, atacaram os franceses e os índios a eles aliados, fundando diversas fortalezas, em torno das quais surgiram, posteriormente, várias cidades.

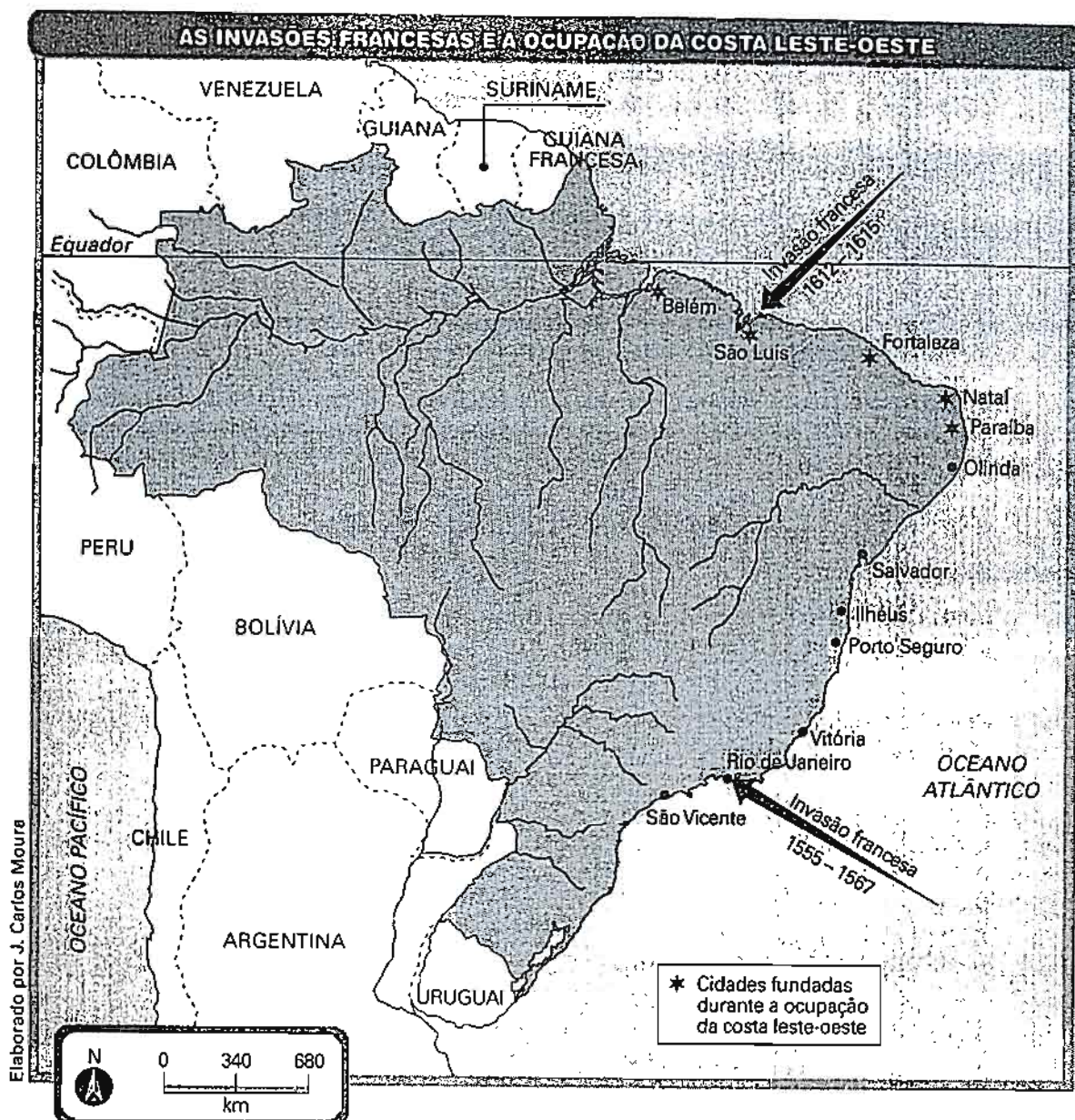
A seqüência de ocupação foi a seguinte:

- **Paraíba:** Frutuoso Barbosa e Diogo Flores Valdez ocuparam a região entre 1583 e 1585, fundando um forte às margens do rio Paraíba (origem da atual João Pessoa).
- **Rio Grande do Norte:** Manuel Mascarenhas Homem ocupou a região onde fundou, em 1598, o forte dos Reis Magos (origem de Natal).
- **Ceará:** Martim Soares Moreno ocupou-o entre 1607 e 1610, fundando um forte e a igreja de Nossa Senhora do Amparo (origem da cidade de Fortaleza).

A INVASÃO FRANCESA NO MARANHÃO (1612-1615)

Em 1612, a França tentou novamente estabelecer uma colônia no Brasil, escolhendo desta vez o litoral do Maranhão. Daniel de La Touche, à frente de uma expedição, fundou o forte de São Luís, origem da atual capital maranhense, dando à nova colônia o nome de França Equinocial.

A reação portuguesa foi imediata. Em 1613, Jerônimo de Albuquerque atacou os franceses, auxiliado inicialmente pela esquadra de Francisco Castelo Branco e, posteriormente, pelas forças de Alexandre de Moura, que assumiu o comando geral e conseguiu, em seguida, em 1615, a rendição dos franceses, que se retiraram para a Europa.

Criou-se então a capitania do Maranhão, cujo governo foi entregue a Jerônimo de Albuquerque. Ao mesmo tempo iniciou-se a exploração do litoral para oeste, em direção à foz do Amazonas. Neste local, em 1616, Francisco Castelo Branco fundou o forte do Presépio, em torno do qual surgiu a cidade de Belém.

Como conseqüência da presença francesa no litoral brasileiro e, particularmente, da invasão do Maranhão, os portugueses trataram de garantir a posse da costa leste-oeste, ocupando pontos estratégicos do litoral entre a atual Paraíba e a foz do Amazonas (mapa com as fronteiras atuais)

Franceses...

4 No início do século XVIII, o Brasil foi atacado por corsários franceses a serviço do rei da França, Luís XIV, que os enviou ao Brasil em represália à participação portuguesa na guerra de Sucessão Espanhola, ao lado da Inglaterra e contra a França.

Em 1710, chegou ao Rio de Janeiro o corsário Jean François Duclerc, que foi, entretanto, vencido e preso pelos portugueses. Com o fracasso de Duclerc, Luís XIV enviou ao Brasil, em 1711, uma nova esquadra, sob o comando de René Duguay-Trouin, que ocupou o Rio de Janeiro, saqueou a cidade e só se retirou após receber um grande resgate, em dinheiro e mercadorias.

... E ingleses

5 Aproximadamente entre 1530 e 1580, tornou-se freqüente a presença de navios ingleses no litoral brasileiro, contrabandeando ou trocando mercadorias com os índios e mesmo com os portugueses. De qualquer modo, era uma presença pacífica, com objetivos fundamentalmente comerciais.

Entretanto, em 1580 — época em que Inglaterra e Espanha estavam em guerra — Portugal caiu sob o domínio espanhol. A partir deste momento, a presença inglesa no Brasil caracterizou-se pela violência. Como nesta época a Inglaterra ainda não possuía uma grande esquadra, os ataques ingleses ao Brasil foram feitos por corsários:

- Edward Fenton atacou Santos em 1583, sendo combatido pela esquadra de Diogo Flores Valdez, e retirando-se para a Inglaterra.
- Robert Withrington e Cristopher Lester atacaram Salvador em 1587, sem, no entanto, conseguirem ocupar a cidade.
- Thomas Cavendish atacou Santos em 1591, ocupando e saqueando a cidade. Dois meses depois, retirou-se tranqüilamente para a Inglaterra.
- James Lancaster e Venner ocuparam Recife em 1596. Saquearam a cidade, apoderando-se de grande quantidade de riquezas, e depois retiraram-se, com 15 navios carregados de mercadorias.

Além desses ataques, os ingleses tentaram várias vezes, no século XVII, ocupar territórios na região do Amapá e na foz do Amazonas. Portugal, porém, conseguiu repelir esses ataques e manter seu domínio sobre a região.

As Invasões Holandesas

AS CAUSAS DAS INVASÕES

Durante a primeira metade do século XVII, os holandeses por duas vezes invadiram o Brasil, ocupando o Nordeste por mais de 20 anos. Essas invasões foram as mais importantes do período colonial, por terem longa duração, grande número de tropas envolvidas na luta e por suas conseqüências.

As causas das invasões holandesas estão ligadas a acontecimentos políticos e econômicos ocorridos na Europa durante a segunda metade do século XVI. Entre esses acontecimentos, destacam-se a queda de Portugal sob o domínio da Espanha e o processo de independência política da Holanda.

O DOMÍNIO ESPANHOL (1580-1640)

Com a morte de D. João III, em 1557, subiu ao trono português seu neto **D. Sebastião.**

Aos vinte e quatro anos de idade, D. Sebastião, impregnado de fanatismo e de espírito cruzadista, partiu para a África a fim de conquistar o Marrocos. Na **batalha de Alcácer Quibir**, em 1578, o exército mal organizado de D. Sebastião foi esmagado pelas forças árabes, tendo o rei morrido em combate.

Declarado vago o trono, coroou-se rei o cardeal **D. Henrique**, de idade avançada, tio-avô de D. Sebastião. Com a morte de D. Henrique, abriu-se em Portugal a questão sucessória: o cardeal não deixara descendentes e vários candidatos apresentavam-se como pretendentes ao trono. Dentre eles, Felipe II, rei de Espanha e neto de D. João III. Felipe II ocupou Portugal militarmente, dando início ao **domínio espanhol**, que se estenderia por sessenta anos, de 1580 a 1640.

Nesse período, Portugal foi obrigado a participar da política militarista da Espanha, contribuindo para isso com material humano e vultosos recursos. A Espanha impôs bloqueio comercial à Inglaterra, à França e à Holanda, que, vendo seus interesses prejudicados, invadiram as colônias portuguesas orientais e ocidentais.

Para o Brasil, as conseqüências diretas da dominação espanhola foram pouco significativas, já que não só os principais cargos políticos-administrativos da Colônia continuaram ocupados por portugueses, mas também mantiveram-se as linhas gerais da administração colonial, até então seguidas por Portugal.

É verdade que durante o domínio espanhol verificou-se uma sensível expansão territorial no Brasil. Isso, no entanto, parece ter ocorrido mais pelas circunstâncias favoráveis da época do que por uma orientação específica do governo espanhol. Indiretamente, porém, com o domínio espanhol, inúmeros inimigos europeus da Espanha começaram a atacar o Brasil, destacando-se aí as invasões holandesas.

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA HOLANDÊS

Em meados do século XVI, as províncias dos Países Baixos, compreendendo os territórios da Bélgica e Holanda atuais, pertenciam à Espanha. A intolerância política e religiosa do governo de Madri, — o Norte dos Países Baixos aderira ao protestantismo —, bem como os excessos do duque de Alba, governador da região, fizeram explodir, em 1572, uma revolta contra os espanhóis.

Após nove anos de luta, a região sul dos Países Baixos (Bélgica) ligou-se novamente à Espanha, pela Paz das Arras. A parte norte (Holanda) constituiu, então, a União de Utrecht e em 1581 proclamou sua independência sob o nome de República das Províncias Unidas. A guerra contra a Espanha, porém, continuou, com alguns intervalos de trégua, até 1648, quando a Paz de Westfália reconheceu a independência da República.

Durante todo o século XVI, a situação econômica da Holanda foi de tão rápida expansão, que, no início do século XVII, o país apresentava-se como a maior potência comercial, financeira e marítima da Europa.

O EMBARGO COMERCIAL ESPANHOL

9 Anteriormente à união das coroas ibéricas, Portugal e os Países Baixos mantinham um ativo comércio, no qual os holandeses vendiam aos portugueses cereais, metais, manufaturas, laticínios, etc, e compravam deles sal, vinho, especiarias, açúcar e madeiras. Quando em 1580 os espanhóis apoderaram-se de Portugal, o comércio luso-holandês era já de vital importância para ambas as partes.

Devido à sua luta com os Países Baixos, o governo espanhol, entre 1585 e 1599, ordenou vários embargos contra os navios holandeses em portos lusitanos. Essas medidas prejudicaram enormemente Portugal — chegando a haver ameaça de fome por falta de cereais — e também a Holanda, que via reduzido seu lucrativo comércio açucareiro. Os próprios comerciantes portugueses apresentaram uma série de protestos em Madri e os embargos foram suspensos. Finalmente, a assinatura da Trégua dos Doze Anos (1609-1621) entre Holanda e Espanha permitiu que o comércio luso-holandês reiniciasse sem empecilhos.

Quando se encerrou a Trégua, e a Espanha renovou seus embargos e obstáculos à ida de navios holandeses a Lisboa, surgiu entre os comerciantes batavos a idéia de conquistar o Brasil. Após algumas hesitações e controvérsias, foi fundada, neste mesmo ano, 1621, a Companhia das Índias Ocidentais, sendo-lhe concedido, por 24 anos, o monopólio do comércio, navegação e conquista das terras das Américas e parte da África.

Assim, o ataque ao Brasil não foi uma aventura de corsários ou uma iniciativa casual, nem mesmo uma simples tentativa de anexar territórios. Foi, isto sim, um empreendimento friamente planejado e executado pelos grandes grupos comerciais da Holanda, visando apoderar-se das fontes produtoras de açúcar.

É oportuno também ressaltar que os holandeses, tipicamente mercantilistas, não desejavam interferir diretamente na produção, deixando aos senhores de engenho aqui instalados a tarefa de obter o açúcar. A Companhia pretendia apenas controlar a área produtora, comprar as safras e fornecer os escravos e equipamentos.

A PRIMEIRA INVASÃO HOLANDESA (1624-1625)

10 O local escolhido pela Companhia para sua primeira incursão foi a capitania da Bahia, mais precisamente a cidade de Salvador, região mais conhecida pelos holandeses e um porto de fácil acesso para um ataque marítimo.

A OCUPAÇÃO DE S. SALVADOR

11 A esquadra holandesa partiu da Europa em dezembro de 1623, sob o comando de Jacob Willekens, sendo as tropas de desembarque chefiadas por Van Dorth. Em maio de 1624, chegou a força inimiga às proximidades de Salvador. Logo em seguida os invasores iniciaram o ataque e, em apenas dois dias, tomaram a cidade, quase sem sofrer baixas. A maioria da população havia se retirado para o interior, sendo o governador aprisionado.

Após ocupar a cidade, Van Dorth começou a reconstruir e ampliar suas fortificações, ao mesmo tempo em que se fazia um balanço da presa de guerra; esta, aliás, foi enorme e altamente compensadora. Lançaram-se proclamações garantindo a vida e as propriedades daqueles que aderissem aos holandeses, o que aliás foi feito por vários senhores de engenho. Iniciou-se assim o empreendimento holandês no Brasil.

RESISTÊNCIA E EXPULSÃO

12 Os elementos que haviam abandonado a cidade e boa parte da população do interior resolveram lutar contra o invasor. Sob o comando de Matias de Albuquerque, organizaram-se pequenos grupos de 25 a 40 soldados, iniciando-se uma ativa guerra de guerrilhas, bloqueando constantemente o avanço do inimigo para o interior.

As tropas holandesas começavam a sofrer com a falta de víveres, e o abastecimento ficava dia a dia mais difícil. Praticamente bloqueados em Salvador, não podiam atender a principal razão de aqui estarem: apoderar-se da área produtora de açúcar. As perspectivas de êxito, assim, murchavam rapidamente.

Na Espanha e em Portugal, a notícia da captura da capital da Colônia teve enorme repercussão e Filipe IV, que reinava em ambos os países, ordenou o envio de reforços ao Brasil. Uma poderosa esquadra luso-espanhola, com 52 navios — a maior que até então cruzara o Equador —, partiu com destino à América. A 31 de março de 1625, foi iniciado o ataque às posições holandesas, por terra e por mar. Após violentos combates, que duraram cerca de um mês, os holandeses renderam-se, entregando os despojos e as armas, a primeiro de maio do mesmo ano.

Essa derrota, no entanto, foi largamente compensada pela incursão de Piet Heyn à Bahia, em 1627, e pela captura, pelo mesmo almirante, no ano seguinte, da "frota da prata" espanhola. Com esses recursos, preparou-se o segundo ataque ao Brasil.

Devido à ameaça representada pelos corsários e piratas, o governo espanhol determinou que os navios que transportavam ouro e prata da América para a Espanha não viajassem mais sozinhos, mas agrupados em grandes frotas, que anualmente se dirigiam à Espanha. Uma dessas frotas foi aprisionada pelos holandeses, dando-lhes um lucro três vezes maior do que todo o capital da Companhia das Índias.

A SEGUNDA INVASÃO HOLANDESA (1630-1654)

13 O período decorrido entre 1627 e 1630 foi gasto pela Companhia das Índias Ocidentais na preparação de um novo ataque ao Brasil. Dessa vez, a região escolhida foi a capitania de Pernambuco, porque, além de ser um grande centro produtor de açúcar, era menos aparelhada militarmente que a da Bahia. Esse fato dava-se por ser ainda capitania particular, pertencente aos descendentes do primeiro donatário, Duarte Coelho.

Para facilidade de estudo, podemos dividir a segunda invasão holandesa em três fases:

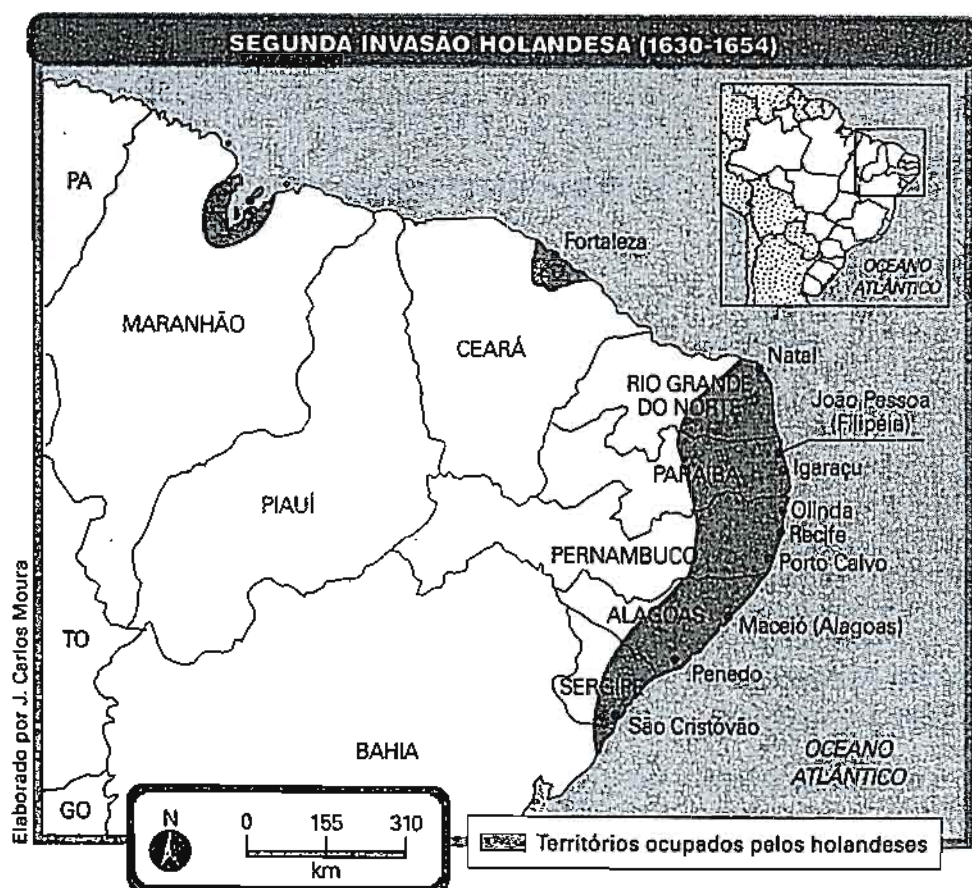
- fase inicial, de conquista
- fase média, de acomodação
- fase final, de declínio e expulsão

Essas fases referem-se não apenas aos sucessos ou insucessos militares dos holandeses, mas também ao comportamento da população colonial em geral e da classe dominante em particular, em seu relacionamento com os invasores.

A FASE DE CONQUISTA

14 Transpirou em Madri e Lisboa a notícia da nova invasão. Matias de Alburquerque, responsável pela capitania de Pernambuco, que se achava na Espanha, retornou então ao Brasil e, embora dispusesse de poucos recursos militares, organizou a defesa o melhor que pôde.

A 14 de fevereiro de 1630, apareciam diante de Olinda 70 navios flamengos. Em poucos dias Olinda e Recife caíram nas mãos do invasor. Matias de Albuquerque, então, retirou-se para o arraial fortificado do Bom Jesus, de onde passou a dirigir a luta de guerrilhas contra os holandeses.

O período entre 1630 e 1635, aproximadamente, constituiu a fase de conquista e caracterizou-se por uma série de combates entre holandeses e luso-brasileiros, visando ao domínio da zona interiorana. Os defensores apoiavam-se em diversas posições fortificadas, a partir das quais dirigiam uma luta de guerrilhas que ocasionava sérias dificuldades aos invasores.

Iniciada em Pernambuco, a ocupação holandesa expandiu-se em direção ao norte, até o Maranhão, e, ao sul, atingindo Sergipe. Embora a área ocupada fosse pequena (pouco mais de 100 mil km²), era muito rica, pois produzia dois terços do açúcar brasileiro. No mapa foram mantidas as fronteiras atuais, para que se veja quais regiões dos estados hoje existentes foram ocupadas. As cidades assinaladas já existiam na época, aparecendo entre parênteses os nomes que então possuíram.

Embora o avanço holandês fosse constante, era também tão lento e obtido à custa de perdas tão pesadas, que dificilmente poderia se prolongar por muito tempo. Felizmente para os invasores, as tentativas feitas por Madri para expulsá-los não tiveram efeito. A esquadra para cá enviada em 1631, sob o comando de Oquendo, retirou-se após um combate indeciso com os navios holandeses, e, por alguns anos, nenhuma tentativa séria foi realizada pela Espanha, no sentido de desalojá-los.

Por volta de 1634, a resistência luso-brasileira começou a esmorecer, e a sorte dos combates inverteu-se radicalmente. Os holandeses alcançaram vitória após vitória, tomando uma a uma as posições fortificadas dos resistentes. Em meados de 1635, os arraiais do Bom Jesus e de Nazaré, últimos redutos de resistência, caíram em mãos dos holandeses. Matias de Albuquerque, que até então comandara as tropas portuguesas e brasileiras, foi obrigado a retirar-se para Alagoas.

Chamado pela Metrópole, Alburquerque entregou o comando a D. Luís de Rojas e Borja, que chegara com reforços. Iludido por algumas pequenas vitórias, ele entrou em combate com os holandeses na Mata Redonda, em 1636. Ganharam os holandeses. Rojas e Borja morreu no combate. A fase de conquista rápida estava encerrada. Dona de quatro das cinco capitanias mais importantes — Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte — a Companhia das Índias podia agora consolidar seu poder no Brasil. Iniciava-se a segunda fase da invasão: a de acomodação.

A FASE DE ACOMODAÇÃO

Durante muito tempo, considerou-se o responsável pelas vitórias holandesas, em 1634-1635, o traidor Calabar, guia dos guerrilheiros de Matias de Albuquerque e que passara para o lado do inimigo. No entanto, é difícil acreditar que a traição de um guia, por maiores que fossem suas qualidades, pudesse alterar de maneira tão radical a sorte da guerra. Realmente, apesar de a contribuição de Calabar ter sido importante, a principal razão do sucesso dos invasores foi outra.

Como vimos anteriormente, não pretendiam os holandeses interferir diretamente na produção de açúcar, mas apenas controlar a zona produtora e monopolizar o comércio açucareiro. Para isso, era necessário contar com a boa vontade da população local, particularmente dos senhores de engenho. Com esse objetivo, a Companhia lançou proclamação, em dezembro de 1634 e, em troca da fidelidade às autoridades holandesas, prometeu liberdade de religião, manutenção do direito de propriedade, isenção do serviço militar e equiparação aos holandeses perante a lei. Segundo Netcher, esta proclamação teve efeito: "dentro de pouco tempo, voltaram a viver na vila (Paraíba) oito dos mais ricos de seus moradores, os quais prestaram o juramento exigido".

É bastante significativo que os primeiros a se acomodarem à dominação holandesa fossem "dos mais ricos dos seus antigos moradores". Na verdade, "à classe dominante dos senhores de engenho e plantadores de cana, os mais prejudicados com os distúrbios na produção, colocava-se a opção: resistir ao domínio holandês, ou aceitá-lo, voltando a suas fazendas e engenhos, retomando suas tarefas, dividindo dessa forma os lucros com os holandeses. A segunda hipótese foi a escolhida. Para eles, tratava-se apenas de uma mudança de metrópole. Antes produziam para Portugal; agora, para a Holanda. O que interessava era a manutenção de seus privilégios e de sua posição na sociedade."

Além disso, grande parte das plantações e dos engenhos tinha sofrido com a guerra enorme danos ou destruição completa. Para o reinício da produção, os grandes senhores recorreram ao auxílio financeiro da Companhia, por meio de empréstimos, iniciando, assim, o processo de dependência econômica da classe dominante colonial aos holandeses.

A adesão da classe dominante aos invasores lançou por terra a resistência, visto serem os grandes proprietários os principais sustentáculos dela, fornecendo-lhe dinheiro, armas, alimentos, cavalos e até soldados. Sem eles, o combate aos flamengos reduziu-se a ínfimas proporções, não chegando realmente a incomodá-los.

O GOVERNO DE NASSAU (1637-1644)

Nomeado em 1636, chegava no ano seguinte ao Brasil o primeiro governador holandês, o conde Maurício de Nassau. Nassau tinha basicamente dois objetivos: consolidar as conquistas já feitas pelos flamengos e obter a confiança da população, garantindo assim definitivamente a posse do Brasil para a Holanda.

Alguns grupos de guerrilheiros ainda agiam no interior, e Nassau destacou tropas para atacá-los enquanto ele mesmo se pôs à frente do grosso de seu exército e desalojou os portugueses de Porto Calvo. Em seguida, resolveu atacar Salvador, e para isso preparou uma poderosa frota de 40 navios e 5000 homens de desembarque. O ataque, porém, foi um fracasso; após um mês de cerco (abril-maio de 1638), os holandeses foram obrigados a se retirar. Este revés originou desinteligências entre Nassau e a Companhia. Até o fim de seu governo, ambos nunca mais se entenderam perfeitamente.

Apesar desse insucesso, os flamengos ainda anexaram Sergipe e o Maranhão, bem como posições no litoral africano, na Guiné e em Angola. Também a esquadra do Conde da Torre, que tentou expulsar os holandeses em 1640, falhou em seu intento, após quatro dias de combate com a frota inimiga.

Nesse meio tempo, Nassau adotou uma série de medidas de caráter político-administrativo, visando solidificar a acomodação entre flamengos e brasileiros, consolidando assim o domínio da Companhia. Através dessas medidas, instalou-se na Colônia uma estrutura administrativo-judiciária em moldes holandeses, abriram-se casas bancárias e comerciais, realizaram-se diversos melhoramentos públicos, como jardins, palácios, teatro, etc.

Por trás desse desenvolvimento, mais aparente que real, iam-se acumulando alguns problemas graves. Parcelas consideráveis da população não se submetiam ao domínio estrangeiro; as diferenças religiosas ocasionavam desavenças crescentes entre invasores e invadidos; a política comercial da Companhia encarecera a maioria dos gêneros consumidos pela população.

Estudos recentes têm demonstrado que a administração holandesa no Brasil foi bem menos brilhante e progressista do que se pensava. Apesar das grandes rendas obtidas com o açúcar, o tráfico de escravos e as presas de guerra, a Companhia das Índias Ocidentais encerrou suas atividades melancolicamente, em estado de insolvência financeira. Mesmo durante o governo de Nassau, os *déficits* foram constantes.

A esses problemas, já por si bastante inquietantes, veio juntar-se outro, que acabaria por levar à ruína o domínio holandês: as boas relações entre a Companhia e os senhores de engenho, elemento fundamental da dominação flamenga, começaram a se deteriorar. Iniciou-se assim a última fase do domínio holandês.

A FASE DE DECLÍNIO E EXPULSÃO

16 Em 1640, uma revolução iniciada em Lisboa libertou Portugal do jugo espanhol. O Duque de Bragança, proclamado rei, com o título de D. João IV, preparou o país para a guerra, visto que Madri, não aceitando o fato consumado, ordenou que Portugal fosse invadido por um poderoso exército.

Ora, a situação econômica, financeira e militar de Portugal era lamentável, e D. João procurou imediatamente aliados que lhe fornecessem meios de defesa. Como nesta época a Holanda ainda estava em guerra com a Espanha, o governo luso fez um acordo com os flamengos, pelo qual, em troca de apoio militar contra os castelhanos, reconhecia-se a posse holandesa sobre o Nordeste, por um prazo de dez anos.

Esse acordo foi muito mal recebido no Brasil, mas logo se percebeu que Portugal fazia jogo duplo: publicamente reconhecia o domínio holandês, mas secretamente apoiava a resistência contra ele. Apoio limitado é verdade, pois os recursos do reino eram poucos, mas sempre iam mantendo os revoltosos, permitindo eventuais ataques contra o inimigo.

Em 1642, irrompeu a Insurreição Maranhense, e, em 1644, os holandeses foram expulsos de São Luís. Finalmente, em 1645, iniciou-se uma grande revolta, denominada Insurreição Pernambucana, que só terminaria com a expulsão final dos holandeses.

Enquanto a revolta desenvolvia-se, as relações entre senhores de engenhos e a Companhia pioravam. Por volta de 1645, esgotava-se o prazo para pagamento dos empréstimos que os holandeses haviam feito aos latifundiários, para que estes reconstruíssem seus engenhos. No entanto, uma série de contratempos, como incêndios, epidemias entre os escravos, seca, além da queda no preço do açúcar, impossibilitaram a maioria dos grandes proprietários de saldar suas dívidas. A Companhia então iniciou a cobrança judiciária de seus créditos.

Sem recursos financeiros suficientes, parcela considerável dos senhores foi obrigada a entregar seus engenhos e propriedades, e muitos ainda tiveram de enfrentar a prisão. Ameaçada de extermínio, da perda de seus privilégios e propriedades, a classe dominante, em sua maioria, aderiu aos revoltosos, que se viram assim fortalecidos.

A adesão da classe dominante à revolta só ocorreu depois que esta já havia começado, o que obrigou a elite a dividir a liderança do movimento com elementos de origem popular. Basta lembrar que entre os mais importantes líderes da Insurreição Pernambucana estavam Felipe Camarão, índio, e Henrique Dias, negro. Fato raro e significativo numa sociedade aristocrática, conservadora, intolerante e racista.

A esse tempo, tropas luso-brasileiras foram enviadas da Bahia para Pernambuco, ocuparam o sul da capitania e infligiram grave derrota aos flamengos, em fins de 1645.

O governo holandês então decidiu auxiliar a Companhia, e socorros em dinheiro, homens e armas foram encaminhados para Pernambuco. Formou-se assim, em 1648, um exército que se dirigiu para o sul da capitania, partindo de Recife. Ocorreu então a Batalha dos Guararapes, que resultou numa desastrosa derrota para os holandeses, que pouco depois sofreram nova decepção com a retomada de Angola pelos portugueses.

Novo encontro no mesmo sítio dos Guararapes (1649) resultou em nova e mais grave derrota para os flamengos. Depois disso, os invasores não tentaram novas investidas, mas a situação para sitiados e sitiadores não se alterou.

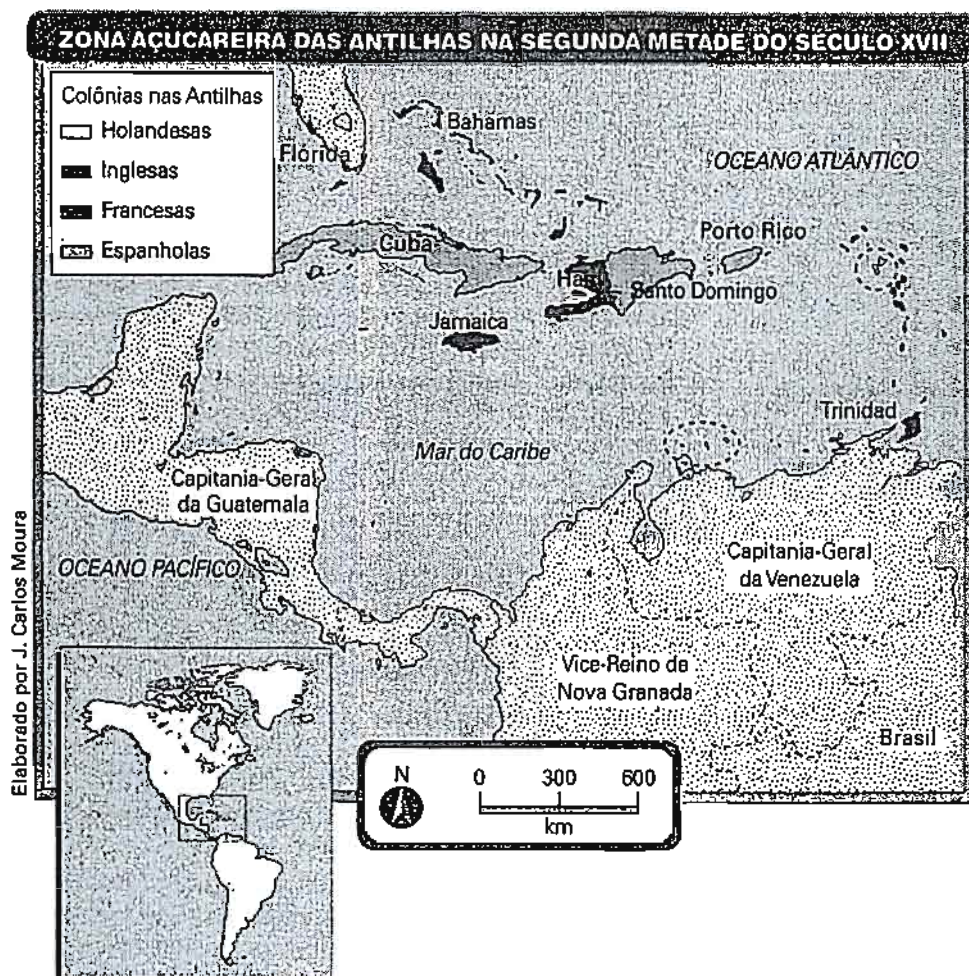
Em 1652, a derrota da Holanda na guerra contra a Inglaterra ofereceu a oportunidade de pôr fim ao impasse de Pernambuco. Em 1653, uma esquadra portuguesa, sob as ordens de Pedro Jaques de Magalhães, recebeu de D. João IV a missão de auxiliar os insurretos; em dezembro, o cerco total do Recife holandês, agora completado por mar, tirou aos defensores a esperança de resistência. Atacadas as suas fortificações, foram obrigados a capitular em janeiro de 1654, voltando o Nordeste à Coroa portuguesa.

CONSEQÜÊNCIAS DA INVASÃO HOLANDESA

17 Os efeitos da presença holandesa no Nordeste, a médio e longo prazo, tiveram grande importância para Portugal e sua colônia. No caso do Brasil, esses efeitos foram de tal monta que podemos considerar as invasões holandesas um dos marcos mais significativos em nossa vida colonial.

A QUEBRA DO MONOPÓLIO

18 A conseqüência mais importante para o Brasil da expulsão dos holandeses foi a perda do monopólio do açúcar no mercado internacional. Nos vinte e quatro anos que aqui permaneceram, os flamengos haviam adquirido todos os conhecimentos técnicos relativos ao cultivo de cana e produção do açúcar. Com esses conhecimentos e munidos da mais avançada técnica de que se dispunha na época, os holandeses implantaram uma nova zona produtora de açúcar nas Antilhas.

As melhores técnicas introduzidas na produção, bem como a utilização de subprodutos (melaço, aguardente, etc), permitiram aos holandeses reduzir em muito o custo do produto, caindo o preço de venda à metade do que era anteriormente. O Brasil, diante da concorrência, foi obrigado a baixar também os preços, muito embora o custo permanecesse inalterado. A quantidade de açúcar brasileiro exportado para a Europa caiu em 50%. Desse modo, na segunda metade do século XVII, a rentabilidade da estrutura açucareira do Nordeste estava reduzida a um quarto do que havia sido em sua melhor época.

Observando o mapa das Antilhas, vê-se que as colônias da Holanda (cinco pequenas ilhas assinaladas com círculos pontilhados) não tinham área suficiente para produzir açúcar em grande quantidade. Por isso, após serem expulsos do Brasil, os holandeses financiaram a montagem de uma estrutura açucareira em colônias de outras metrópoles, particularmente em Cuba, Jamaica, Haiti, Santo Domingo, Porto Rico e Trinidad.

O CHOQUE DE INTERESSES COM A METRÓPOLE

19 Até a época das invasões holandesas, havia uma perfeita identidade de interesses entre a Metrópole e a classe dominante brasileira. Essa identidade baseava-se numa divisão de tarefas: o senhor de engenho produzia o açúcar e a Coroa o comercializava. Cada uma das partes tinha absoluta autonomia em seu setor, e essa associação revelara-se altamente lucrativa para ambos os lados. Com a quebra do monopólio, a lucratividade do empreendimento açucareiro decaiu consideravelmente. Vendo reduzirem-se suas rendas, a Coroa começou a interferir — ao menos indiretamente — na esfera produtiva, a criar regulamentos, impostos, etc. A classe dominante colonial, obviamente, ressentiu-se desta interferência, e a identidade de interesses com a Metrópole — base do domínio luso no Brasil — começou a desaparecer.

A INFLUÊNCIA BRITÂNICA

20 Até a época das invasões holandesas, a Holanda era o principal aliado econômico de Portugal; para os portugueses tal aliança era muito importante, pois sua decadência econômica tornava imprescindível a presença de um parceiro comercial e financeiramente forte. Assim, como já vimos, mesmo durante as invasões, Portugal manteve sua aliança com os flamengos, devido à guerra de independência contra a Espanha. Mas com a expulsão dos holandeses do Brasil, em 1654, a aliança luso-holandesa rompeu-se definitivamente.

Nessa época, no entanto, a necessidade portuguesa de possuir um aliado poderoso era ainda maior do que antes, porque, com o domínio espanhol, o Reino, já em decadência econômica, enfraqueceu-se política e militarmente. Foi nesse contexto que se iniciou a consolidação da aliança luso-britânica. Afinal, Portugal estava em franca decadência, e a Inglaterra despontava como grande potência mundial.

Os objetivos dessa aliança eram relativamente simples: Portugal fazia grandes concessões econômicas à Inglaterra, recebendo em troca proteção diplomática e militar. Os ingleses conquistaram assim uma ativa e sempre crescente participação no comércio com o Reino e com o Brasil.

Por isso, quando em 1657 a Holanda tornou a declarar guerra a Portugal, exigindo a devolução do Brasil e de Angola, imediatamente a esquadra britânica apoiou os portugueses. Diante de tal apoio, o governo holandês concordou em abrir negociações, firmando-se a paz definitiva em 1661, através do Tratado de Haia.

Neste mesmo ano, Lisboa e Londres assinaram o tratado de "Paz e Casamento", que colocou Portugal e Brasil na órbita de influência inglesa. Tal influência consolidou-se definitivamente com o Tratado de Methuen, firmado em 1703, pelo qual a Inglaterra daria preferência aos vinhos portugueses e Portugal, aos tecidos ingleses.

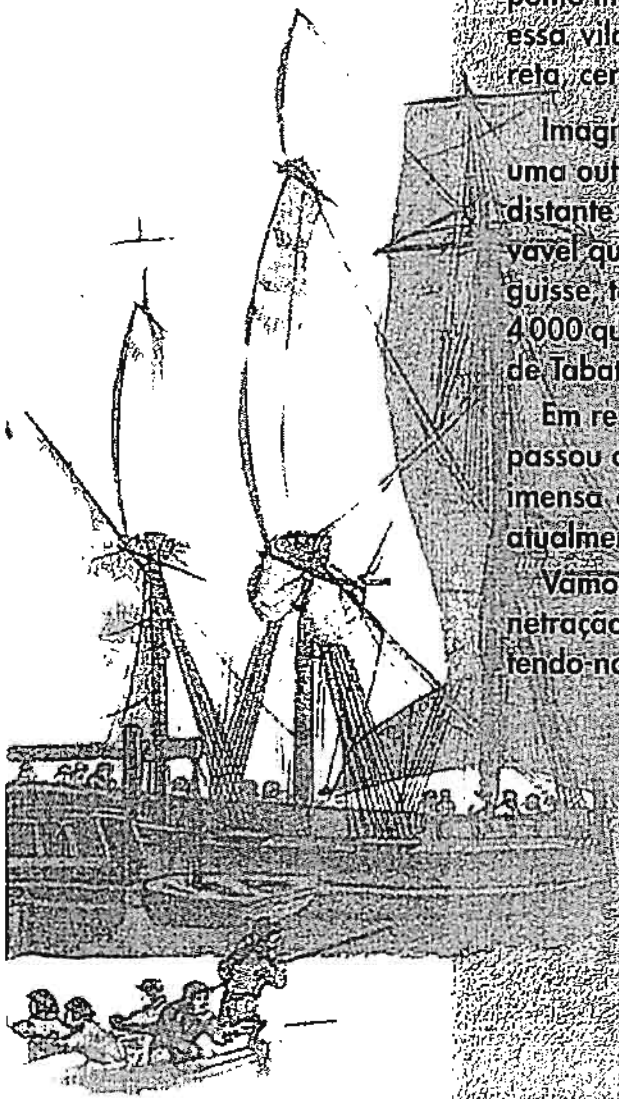
A aplicação desse tratado levou à falência as manufaturas portuguesas e ampliou de tal forma a influência econômica da Inglaterra sobre o Brasil, que este, ao se tornar independente de Portugal, em 1822, praticamente passou a ser uma colônia econômica da Inglaterra.

A Expansão Territorial

No início do século XVII, se alguém quisesse sair do litoral brasileiro e ir a pé até a povoação mais distante do mar, não teria grande trabalho. Após dois ou três dias de caminhada, nosso viajante chegaria a uma pequena vila — perdida no meio da mata virgem — que marcava o ponto máximo da ocupação portuguesa em direção ao interior; essa vila chamava-se São Paulo, distando do mar, em linha reta, cerca de 40 quilômetros!

Imaginemos agora que, decorrido pouco mais de um século, uma outra pessoa tentasse também atingir, a pé, o ponto mais distante no interior ocupado pelos colonizadores. É pouco provável que esse viajante atingisse seu objetivo. E, caso o conseguisse, teria levado alguns anos para percorrer, a pé, os quase 4 000 quilômetros que, em linha reta, separam o litoral do forte de Tabatinga, na atual fronteira do Brasil com o Peru.

Em resumo, a ocupação portuguesa, do século XVII ao XVIII, passou de uma estreita faixa de terras, junto ao litoral, para a imensa área com mais de 8 000 000 km² que o Brasil possui atualmente.

Vamos estudar nesta unidade esse vasto movimento de penetração para o interior, denominado Expansão Territorial, detendo-nos em seus aspectos econômicos e populacionais.

A Expansão Bandeirante

O NÚCLEO DE IRRADIAÇÃO: SÃO VICENTE

O grande movimento de bandeiras, responsável pelo maior ciclo de expansão no Brasil, teve como núcleo de irradiação a capitania de São Vicente e, particularmente, a vila de São Paulo. Daí partiu a maior parte das expedições que penetrariam o sertão, atingindo, às vezes, regiões incrivelmente distantes. Assim, para que se compreenda melhor o movimento bandeirante, é necessário que se verifiquem as condições então vigentes em São Vicente.

Uma comparação entre São Vicente e o Nordeste açucareiro revela importantes diferenças entre as duas regiões.

O Nordeste, apoiado na produção de açúcar, apresentava-se até meados do século XVII como a zona mais rica da Colônia. Baseado numa economia de exportação e produzindo em larga escala, o Nordeste, particularmente Pernambuco e Bahia, estava numa fase ascensional. Os engenhos multiplicavam-se, haviam surgido vários núcleos urbanos e a população crescia rapidamente. Desse modo, os habitantes da região estavam presos a ela por atividades geralmente bastante lucrativas e que exigiam a presença constante do proprietário no local.

Bem diversa era a situação na área vicentina. Desde o início fracassou na região a tentativa de criar uma economia de exportação. Três fatores principais contribuíram para esse insucesso:

1) A grande distância que separava São Vicente da Metrópole e que encarecia demasiadamente os fretes. Para os comerciantes portugueses, era incomparavelmente mais barato buscar o açúcar em Pernambuco.
2) A faixa litorânea em São Vicente (Baixada Santista) era estreita, alagadiça e, portanto, pouco propícia à produção canavieira em larga escala.
3) Devido às duas razões anteriores, o capital comercial desinteressou-se pela região vicentina, concentrando sua atuação na área de Pernambuco e Bahia.

Como a função fundamental de uma colônia era produzir mercadorias para abastecer o comércio metropolitano, o fracasso do sistema exportador transformou a Capitania de São Vicente numa região secundária, cuja história econômica, durante o período colonial, pode ser assim resumida:

- Raramente, muito raramente, a região exportava algumas mercadorias para Portugal.
- Durante a maior parte do tempo, a produção vicentina destinou-se ao consumo local (economia de subsistência).
- Em algumas épocas — principalmente no período de 1620 a 1680 — a capitania produziu mercadorias para abastecer outras regiões do Brasil; dessas mercadorias, a mais importante foi o trigo.

A **pobreza** vicentina, típica das áreas coloniais desligadas da exportação, era agravada pelo **isolamento** da capitania. Ela não estava aparelhada para produzir diversos artigos, e a aquisição destes em Portugal era problemática, quer pela falta de recursos para adquiri-los, quer pela dificuldade em obter meios de transporte entre a Metrópole e São Vicente.

Estes produtos — armas, ferramentas, roupas, utensílios domésticos, etc — eram elementos indispensáveis à sobrevivência da população. Da mesma maneira, faltava mão-de-obra especializada, como pedreiros, ferreiros, carpinteiros e outros artesãos. Esses fatores em conjunto explicam o aspecto triste e mesmo miserável das residências e povoações da capitania nos séculos XVI e XVII, bem como as precárias condições em que vivia sua população. Exemplos dessa pobreza são os testamentos da época, em que um simples traje de senhora — por ser produzido na Europa — valia mais que uma casa, um sítio e bom número de escravos índios.

Em resumo, a população vicentina, pobre ao extremo, foi obrigada, para sobreviver, a copiar os usos e costumes do indígena, guerreando, caçando e vestindo-se como ele, imitando seu sistema de construções e adotando sua língua, sendo que até o século XVIII os paulistas ainda usavam mais o tupi-guarani do que o português.

Casa da Câmara Municipal da vila de São Paulo (século XVII). O aspecto da Casa da Câmara reflete bem a pobreza da vila de São Paulo. Esse pequeno prédio, além de sede da Câmara de Vereadores e da administração municipal, era também cadeia, tribunal, depósito e arsenal. E, durante muitas décadas, foi a única construção paulistana com cobertura de telhas. Todas as demais eram cobertas com palha ou ramos de palmeira.

A falta de recursos, o isolamento, a pobreza, em suma, deram à população vicentina a característica que seria a causa básica do bandeirantismo: o **desenraizamento**. Nada prendia os paulistas à região; estes a abandonariam assim que surgisse uma alternativa compensadora. E as bandeiras, como veremos adiante, foram, em determinado momento, a escapatória há tanto tempo aguardada.

O CICLO DE BANDEIRAS DE CAÇA AO ÍNDIO

Os paulistas, já nos primeiros anos da capitania, apresaram índios, utilizando-os no cultivo da terra e em outros serviços. Mas foi somente nas primeiras décadas do século XVII que a caça ao indígena transformou-se numa atividade sistemática e organizada. Para isso, contribuíram poderosamente as disputas coloniais entre as potências européias, particularmente aquelas que envolveram Portugal e Holanda.

Realmente, entre 1617 e 1630, os holandeses ocuparam diversos pontos da costa africana, principalmente o Senegal e Costa do Ouro, expulsando os portugueses e iniciando o tráfico de escravos negros. Em 1630, ocuparam Pernambuco, principal terminal do comércio negreiro. Finalmente, em 1637 e 1641, ocuparam Arguim e Angola, as duas principais fontes de escravos africanos, e que pertenciam a Portugal. Desse modo, os portugueses perderam espaço no tráfico negreiro, passando a ter dificuldades para fornecer toda a mão-de-obra necessária as capitanias brasileiras que continuaram sob domínio de Portugal. E, é bom lembrar, algumas dessas capitanias, como a da Bahia, eram grandes centros consumidores de escravos negros. Não havendo africanos em quantidades suficiente, seria necessário adquirir também escravos índios.

Nesse mesmo período, a marinha portuguesa perdeu grande número de navios, não só na luta contra os holandeses mas também porque, devido ao domínio espanhol, Portugal passou a ser atacado pelos inimigos da Espanha. A redução da frota lusa prejudicou o abastecimento do Brasil, o que incentivou algumas regiões da colônia a produzirem mercadorias para o mercado interno. Uma dessas regiões foi a Capitania de São Vicente, que passou a produzir trigo nas áreas próximas à vila de São Paulo.

O aumento da produção agrícola paulista e a falta de escravos negros em algumas capitanias fez surgir um mercado consumidor de consideráveis proporções para a mão-de-obra indígena. No entanto, como apenas os paulistas possuíam a experiência sertanista e o desenraizamento necessários para o apresamento em grande escala, a eles competiu o abastecimento desse mercado. Iniciou-se assim o grande ciclo de caça ao índio.

Ocorre, porém, que a população indígena nas proximidades de São Paulo já havia sido em grande parte dizimada. Foi necessário, então, organizar as bandeiras, expedições de apresamento destinadas a caçar e aprisionar indígenas em regiões mais distantes. Essas bandeiras visavam apenas ao aprisionamento de índios (inexistia qualquer objetivo de colonização ou alargamento de fronteiras) e para isso exigiam de 500 a 3000 pessoas, entre brancos e índios já escravizados.

A grande maioria das bandeiras preferiu dirigir-se para a região sulina, onde se localizavam grandes aldeamentos indígenas construídos pelos jesuítas. Essa preferência tinha duas razões fundamentais: ao fixar-se numa aldeia, passando a levar vida sedentária, o indígena perdia sua principal vantagem militar: a mobilidade; além disso, como os jesuítas obrigavam o índio a trabalhar na lavoura, este estava já adaptado ao trabalho agrícola, o que fazia aumentar consideravelmente seu preço de venda.

Embora algumas bandeiras tenham se organizado já em 1610, o movimento de caça ao índio acentuou-se entre 1629 e 1648, quando vários bandeirantes, sucessivamente, atacaram e destruíram as missões jesuíticas de Guairá, Itatim e Tape, que ficavam, respectivamente, nos atuais Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Dezenas de milhares de índios foram aprisionados, sendo a maior parte deles utilizados nas fazendas paulistas e, o restante, vendido para o Nordeste e para a Capitania do Rio de Janeiro.

Roteiros do bandeirantismo de apresamento. As missões do Tape foram destruídas pelas bandeiras de Raposo Tavares, Fernão Dias e André Fernandes. As do Guairá e Itatim, pelas bandeiras de Manoel Preto e Raposo Tavares. Este continuou, em seguida, avançando pelo sertão e, após alguns anos de marcha, atingiu a foz do Amazonas. (As fronteiras assinaladas são as atuais.)

A ação dos bandeirantes forçou os jesuítas — que aliás eram espanhóis e tinham estabelecido essas missões com o apoio do governo de Madri — a retirarem-se da região, abrindo caminho para que, mais tarde, esses territórios fossem incorporados ao Brasil.

Na segunda metade do século XVII, o bandeirantismo de apresamento entrou em declínio, por dois motivos. Primeiro, porque os holandeses foram expulsos do Nordeste e de Angola, o que permitiu a normalização do tráfico negreiro para o Brasil. Segundo — e provavelmente esse foi o motivo mais importante — os paulistas haviam destruído um número tão elevado de missões e de aldeias indígenas que, para aprisionar índios em grande escala, era necessário ir buscá-los em regiões muito distantes, o que transformou a captura de escravos índios numa atividade cara e arriscada.

O declínio e posterior desaparecimento do bandeirantismo de caça ao índio causou sérias dificuldades econômicas à Capitania de São Vicente. Como a região continuava sendo pobre, sem recursos para adquirir escravos negros, a diminuição do fornecimento de indígenas levou a agricultura paulista ao declínio, tendo a produção de trigo praticamente desaparecido.

O CICLO DE BANDEIRAS DE BUSCA AO OURO

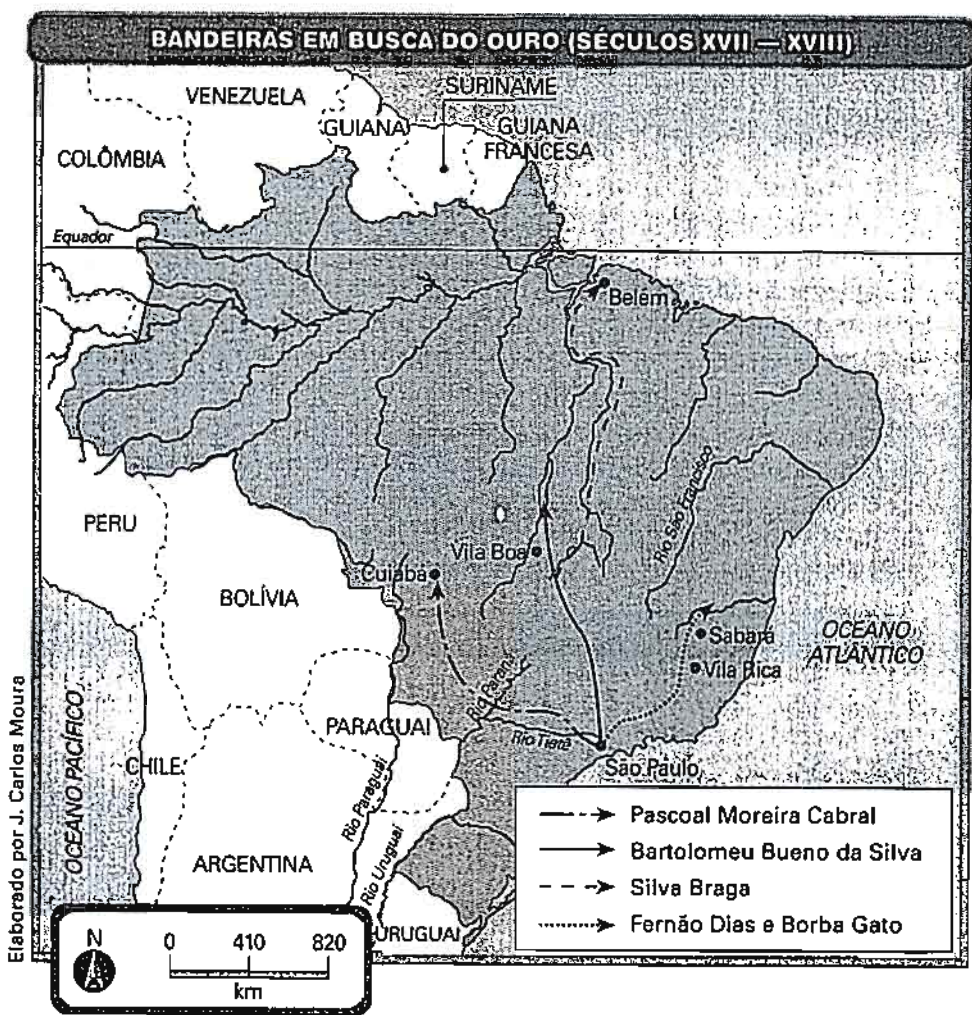
A atividade de aprisionamento e venda de escravos índios não chegara a modificar o panorama geral de pobreza que caracterizava a região vicentina. Em vista disto, a atividade bandeirante continuava a ser, para a população local, a melhor maneira de tentar escapar à miséria generalizada.

As expedições sertanistas passaram então a ter um novo objetivo: a busca do ouro e pedras preciosas. E o novo rumo foi do noroeste, em direção ao atual território de Minas Gerais. Embora já tivessem visitado a região anteriormente, somente na segunda metade do século XVII os bandeirantes passaram a explorá-la sistematicamente. Para lá se dirigiram, entre outros, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, Fernão Dias Pais e Borba Gato.

O bandeirantismo paulista recebia incentivo da Coroa, visto que, com a queda nos lucros da produção açucareira, após a expulsão dos holandeses, Portugal procurava desenvolver novas atividades na Colônia. Daí, o renovado interesse metropolitano na descoberta de eventuais jazidas auríferas.

Após quase meio século de buscas constantes, o esforço dos sertanistas foi recompensado, quando, em 1693, Antônio Rodrigues Arzão descobriu as primeiras jazidas, em Caeté, no atual território de Minas Gerais. Quase que imediatamente iniciou-se o povoamento da atual região Centro-Oeste, onde se descobriram novos e importantes depósitos de metal precioso.

A ocupação da região processou-se em três etapas sucessivas. A primeira foi responsável pelo surgimento, entre 1700 e 1725, de São João Del Rei, Vila Rica, Sabará, Vila do Príncipe, Arraial do Tejuco e outros núcleos menores. O conjunto constituiria as Minas Gerais. A segunda ocupou parte do território que seria, mais tarde, a capitania de Mato Grosso, onde se descobriu ouro em 1718 (Caxipó-Mirim), em quantidade bem menor que nas Gerais. Surgiram então Cuiabá e Vila Bela, bem como os fortes de Coimbra, Príncipe da Beira, Miranda e Albuquerque. O terceiro e último núcleo resultante da mineração surgiu em 1725, com a fundação de Vila Boa, que deu origem à capitania de Goiás.

Os efeitos da mineração foram importantíssimos para a evolução histórica da Colônia, e vamos estudá-los separadamente, na Unidade relativa à economia mineradora.

Roteiros do bandeirantismo de busca ao ouro. As primeiras descobertas (Vila Rica e Sabará) deram origem a Minas Gerais. Em seguida, foram encontradas as jazidas de Cuiabá e de Vila Boa, que originaram, respectivamente, as capitanias de Mato Grosso e Goiás. (As fronteiras assinaladas são as atuais.)

Em relação ao bandeirantismo, resta ainda lembrar que, além da caça ao índio e da busca ao ouro, as bandeiras foram muitas vezes contratadas pelas autoridades para prestar determinados serviços à Coroa. A esse tipo de bandeirismo chamou-se sertanismo de contrato. Sem importância significativa para a expansão territorial, as bandeiras contratadas destinavam-se à destruição de quilombos e ao ataque às tribos indígenas que se opunham ao domínio português.

As bandeiras contratadas pela Coroa atuaram no Norte e, principalmente no Nordeste do Brasil, sendo que os chefes mais famosos foram Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso de Almeida. Juntos, participaram, no Rio Grande do Norte, no combate à longa rebelião indígena conhecida como Guerra dos Bárbaros (1683-1713). E o mesmo Domingos Jorge Velho chefiou, entre 1690 e 1695, a última etapa da luta para destruir o maior e mais famoso quilombo já surgido no Brasil: o Quilombo dos Palmares, na serra da Barriga, em Alagoas.

A Ocupação do Sul

Já se viu que o avanço dos paulistas em direção ao Sul, na fase de apresamento, alcançara as missões jesuíticas, destruindo-as. As bandeiras, porém, não substituíram a ocupação jesuítico-espanhola pela portuguesa, deixando no lugar das missões o vazio. Afinal, a expansão de fronteiras não entrava nas cogitações do bandeirante.

Expulsos os jesuítas, os grandes rebanhos bovinos e muares que pertenciam às missões ficaram dispersos pela região, onde, devido às condições propícias, reproduziram-se rapidamente. A existência de grandes rebanhos sem proprietários e de extensas pastagens naturais constituiu poderoso fator de atração, em vista dos quais convergiram para a região sulina consideráveis contigentes humanos, a partir da segunda metade do século XVII.

Três movimentos de ocupação dirigiram-se para o extremo Sul nesse período:

1) Os jesuítas, que retornaram à região sulina, onde fundaram, em 1687, os Sete Povos das Missões.
2) Colonos paulistas e portugueses, que fundaram Paranaguá (1647), São Francisco (1660) e Laguna (1676), pontos de apoio para a apropriação dos rebanhos de gado.
3) As autoridades portuguesas, que fundaram em 1680 a Colônia do Sacramento, na margem norte do Rio da Prata, visando incorporar a região ao Brasil.

A penetração jesuítica e governamental gerou posteriormente constantes choques militares entre portugueses e espanhóis. Essas lutas serão estudadas no capítulo sobre a formação das fronteiras.

Por outro lado, a movimentação dos colonos que se estabeleceram no interior da região sulina gerou a atividade pastoril, com base na qual se formaram a economia e a sociedade locais.

De meados do século XVII até a primeira ou segunda década do século seguinte, essa atividade foi bastante modesta. Descontando-se o mercado local, de reduzidas proporções, as possibilidades de comercialização do gado eram restritas. As grandes distâncias que separavam a região dos mercados consumidores impediam a venda de gado para corte. Da mesma maneira, a falta de um sistema eficiente de conservação da carne não permitia a venda para regiões distantes.

A exploração da pecuária, assim, limitava-se à venda do couro, exportado para a Europa. A carne portanto, não tinha valor comercial, o que dava à pecuária sulina característica curiosa: matava-se o boi, extraía-se o couro e simplesmente jogava-se carne fora!

Dessa forma, inexistia a necessidade de boas pastagens, sen-

O mapa mostra, no atual Sul brasileiro, a presença dos três agentes de ocupação do território: os colonos criadores de gado, os jesuítas e a Coroa portuguesa. Convém lembrar que a pecuária estendeu-se a regiões que hoje não pertencem ao Brasil, e que a ocupação ocorreu antes do estabelecimento das fronteiras hoje existentes.

do a engorda do gado secundária. Por esse motivo, durante muitos anos, embora os rebanhos tivessem dono, a terra e os pastos eram propriedade coletiva.

Essa situação modificou-se a partir da segunda década do século XVIII. Com o surgimento da zona aurífera em Minas Gerais, foi necessário trazer do litoral até as minas os produtos consumidos pelos mineradores, e enviar até o litoral o ouro por eles extraído. Logo se verificou a impossibilidade de transportar essas mercadorias por meio de escravos, passando-se então à utilização de muares: as famosas "tropas de mulas".

Entretanto, a única região possuidora de grandes rebanhos muares era a sulina, que, daí por diante, passou a vender milhares de animais, anualmente, para a zona das Gerais. Conduzido até São Paulo, o gado era vendido na célebre feira anual de Sorocaba, e então levado para as minas. A rentabilidade da pecuária sulina cresceu consideravelmente, pois à venda de couro, inclusive agora para Minas Gerais, somava-se o fornecimento de gado para transporte.

Finalmente, na segunda metade do século XVIII, com a generalização do processo de charqueamento da carne (carne seca), a pecuária atingiu sua fase de rentabilidade máxima. O charque era enviado a Minas Gerais juntamente com os fardos de couro e o gado muar. A carne, deste modo, passou a ter valor monetário, fato que transformou a estrutura econômico-social da região sulina.

A necessidade de engordar o gado gerou a necessidade de haver boas pastagens. Conseqüentemente, a terra foi apropriada, após longa fase de luta entre os principais criadores. Surgiram assim as "estâncias".

Essa modificação econômica gerou conseqüências sociais. Bem definida a classe dominante local — os estancieiros, proprietários de grandes extensões de terra e numeroso gado bovino e muar —, surgiu também uma classe de trabalhadores, o peão de gado, preso à fazenda e vivendo num sistema de semi-servidão.

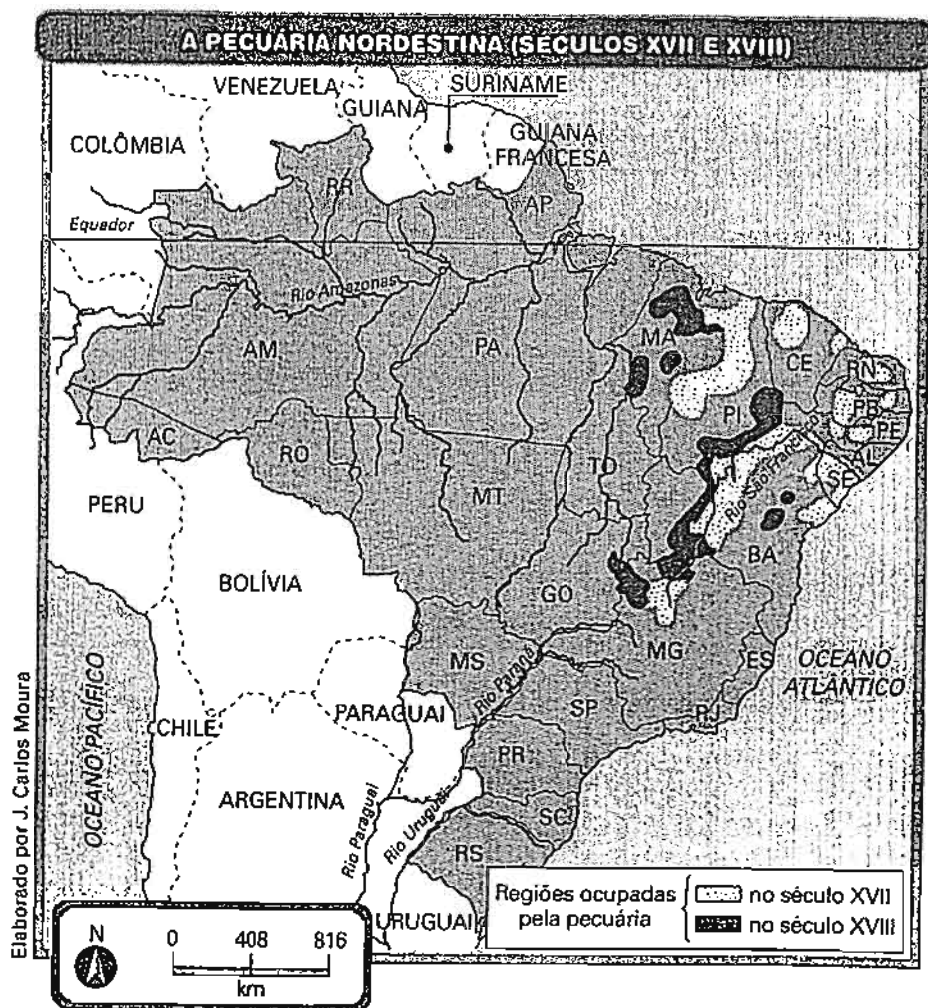
A escravidão, rara na zona pastoril sulina, por não se adaptar à atividade criatória, somente existiu nas regiões de charqueada, onde o escravo negro era a mão-de-obra geralmente adotada. O Sul definiu assim suas grandes linhas históricas: região de transição entre as colonizações portuguesa e espanhola; ocorrência de constantes guerras fronteiriças, que se prolongaram além da independência; criação de gado extensiva e sistema de produção baseado na grande propriedade e na predominância da mão-de-obra livre, em sistema de semi-servidão.

A Ocupação do Sertão Nordestino

A atividade canavieira, no século XVI, ocupara o litoral nordestino. A extrema especialização e a alta lucratividade decorrente da estrutura açucareira permitiram a formação de um mercado consumidor maior do que se pensaria à primeira vista. Isso porque, além do elevado poder de compra dos senhores de engenho, a maioria das fazendas produzia apenas açúcar, adquirindo fora todos os demais produtos, desde gêneros alimentícios até tecidos para roupas dos escravos.

Desse modo, deveriam ter surgido, em outras regiões da Colônia, áreas especializadas em produzir as mercadorias consumidas no litoral açucareiro. Porém, como demonstrou o economista e historiador Celso Furtado, uma série de fatores desviou para o exterior o impulso dinâmico criado pela economia canavieira: "Em primeiro lugar, havia os interesses criados pelos comerciantes portugueses e holandeses, que gozavam dos fretes excepcionalmente baixos, que podiam propiciar os navios que seguiam para recolher açúcar. Em segundo lugar, estava a preocupação política de evitar o surgimento na Colônia de qualquer atividade que concorresse com a economia metropolitana". (*Formação Econômica do Brasil*)

Um dos poucos produtos que podiam ser produzidos sem concorrer com a Metrópole era o gado, utilizado como elemento complementar da atividade açucareira, para transporte, alimentação, movimentação de engenhos e fornecimentos de couro.

Conforme a atividade açucareira foi-se expandindo, por um lado cresceu a necessidade de gado e, por outro, começou a faltar terras para pastagens no litoral. Isso obrigou os fazendeiros a deslocar seus rebanhos para o interior. No entanto, como os pastos eram de má qualidade, o crescimento dos rebanhos forçou a pecuária nordestina a se expandir para o sertão, em busca de novas pastagens. Esse contínuo avanço, ao

O mapa mostra o avanço da pecuária sertaneja. No século XVII foi ocupada a área mais clara, à qual se somou, no século XVIII, a área mais escura. Nota-se a existência de grandes áreas vazias separando os núcleos pastoris e também a concentração da atividade criatória ao longo do rio São Francisco — por isso mesmo conhecido na época como rio dos Currais. Vê-se ainda que, no século XVIII, a pecuária começa a ultrapassar os limites geográficos do Nordeste, entrando nos atuais territórios de Minas Gerais e Goiás. (As fronteiras assinaladas são as atuais.)

longo de dois séculos, fez com que a atividade criatória se expandisse para o interior do Nordeste.

A MARCHA PARA O INTERIOR

A expansão da atividade pastoril no Nordeste apresentou três fases distintas: na **primeira fase**, os animais eram criados dentro da própria fazenda de açúcar, pertencendo o rebanho e a lavoura ao mesmo proprietário. O gado destinava-se à alimentação da população, particularmente dos escravos, ao transporte e à movimentação dos engenhos.

A **segunda fase** iniciou-se com a separação entre as atividades agrícola e pastoril, quando esta começou a penetrar no interior, mas ainda próxima da zona açucareira. Embora separadas as atividades, o proprietário do gado ainda era o senhor de engenho. Nessa segunda fase, além do que já propiciava ao proprietário, o gado fornecia ainda o couro — principal matéria-prima da região —, utilizado desde a confecção de roupa e calçado até a construção de telhados e janelas.

Na **terceira fase** as duas atividades separaram-se completamente. O pastoreio, deslocando-se cada vez mais para o interior, alcançou o rio São Francisco e, com a descoberta das minas, chegou ao norte da zona mineradora. Desse modo, a pecuária sertaneja, um sistema econômico à parte, servindo de elo entre as economias açucareira e mineradora, forneceu gado de corte a esta última durante boa parte do século XVIII.

Assim, a atividade criatória, inicialmente um apêndice da lavoura canavieira, tornou-se relativamente autônoma, funcionando inclusive como elemento receptor de populações marginalizadas economicamente, particularmente mestiços provenientes do litoral.

O SISTEMA DE CRIAÇÃO

A atividade pastoril no Nordeste expandiu-se rapidamente, devido ao reduzido capital necessário à montagem de uma fazenda de gado. As terras abundavam, e ao criador bastava requerer a doação de uma sesmaria ou simplesmente se apossar dela. A obtenção do gado também era fácil, mesmo para o colono sem recursos. Bastava que este trabalhasse 4 ou 5 anos numa fazenda de gado, onde o pagamento era feito através de uma participação sobre as reses que nascessem (geralmente uma cria em cada quatro). Desse modo, terminado o tempo de serviço, o colono possuía um pequeno rebanho, podendo assim estabelecer-se por conta própria.

As instalações, poucas e rudimentares, limitavam-se a uma ou duas casas e alguns currais, construídos com material local. Os métodos de criação bastante simples, do tipo extensivo, e a ausência de cuidado para com o gado dispensavam mão-de-obra numerosa. Assim, para uma fazenda de três léguas utilizavam-se de dez a doze homens, cujo recrutamento era dos mais fáceis: negros forros, mestiços ou os próprios indígenas da região, os quais se adaptavam bem ao pastoreio. Esses homens eram assalariados ou servos, sendo os escravos raramente utilizados.

REGRESSÃO À ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA

A economia pastoril existia em função de mercados consumidores externos a ela: a zona açucareira e, posteriormente, a área mineradora. Esses mercados, porém, entraram em decadência, respectivamente, na segunda metade do século XVII e na segunda metade do século XVIII.

Diante deste duplo acontecimento, a economia pastoril não desapareceu: pelo contrário até se expandiu, pelo menos em termos de crescimento dos rebanhos e da área por eles ocupada.

A explicação desse fenômeno é que o criador, com reduzida posse monetária, tinha como único capital o gado. Assim, não podendo transferir o rebanho para outra região, sua única alternativa era continuar com a criação, mesmo que os preços fossem baixos e a procura reduzida. Despedindo-se os poucos assalariados, passava-se a produzir na fazenda o que antes era comprado fora, assim a pecuária sertaneja começou a se atrofiar, fechada sobre si mesma, regredindo finalmente para uma economia de subsistência.

A atividade pastoril, que já era pobre, entrou em declínio em meados do século XVIII, situação que se manteve até os dias atuais. Essa decadência do pastoreio gerou a atual estrutura econômica do sertão nordestino, miserável e extremamente frágil.

A Ocupação da Região Norte

[9] A ocupação da região Norte do Brasil deu-se, em grande parte, por iniciativa governamental, sendo por isso muitas vezes chamada de **expansão oficial**.

Após a ocupação da costa leste-oeste (que já vimos no capítulo 8), a Coroa preocupou-se em explorar e ocupar o litoral do Pará e o vale Amazônico não só devido à presença de estrangeiros — particularmente ingleses e holandeses — na foz do Amazonas, mas também à esperança de encontrar jazidas de ouro e prata.

Para facilitar a colonização, separou-se administrativamente a região Norte do restante da Colônia, criando-se, em 1621, o Estado do Maranhão, que compreendia desde o Ceará até o atual Amazonas.

No Estado do Maranhão, no entanto, havia duas regiões com características próprias e que, por isso, tiveram processos de colonização diferentes: o vale Amazônico e o Maranhão propriamente dito. Vamos, portanto, estudá-las separadamente.

A COLONIZAÇÃO DO VALE AMAZÔNICO

[10] Expedições subindo o Amazonas e seus principais afluentes fizeram o reconhecimento da região. A mais famosa expedição, comandada por Pedro Teixeira, em 1637, saiu de Belém e explorou todo o rio, chegando até Quito, no Equador.

Após reconhecer a região, seria necessário montar um sistema de exploração econômica. Nesse momento a situação se complicou. As características geográficas da Amazônia e os limitados recursos da época não permitiram o desenvolvimento da agricultura ou da pecuária em grande escala. Além disso, ao contrário do que esperava a Coroa, não se encontraram jazidas de metais preciosos. Como então ocupar economicamente aquela imensa área?

Encontrou-se a solução casualmente. Ao penetrarem nos rios e selvas amazônicos, os portugueses notaram que os índios utilizavam para fins medicinais e alimentícios grande variedade de frutas, ervas, folhas e raízes. Alguns desses produtos naturais (cacau, baunilha, canela, cravo, resinas aromáticas, etc), chamados **drogas do sertão**, poderiam ser comercializados na Europa, substituindo ou complementando as famosas especiarias orientais.

Os colonizadores iniciaram então a coleta de recursos naturais das matas, o que, durante mais de duzentos anos — até o final do século XIX —, foi a base da economia amazonense.

Os colonos e as missões religiosas — sobretudo as jesuíticas — exerceram essa atividade, utilizando-se da mão-de-obra indígena. Instalados em missões ou em pequenas vilas às margens dos rios, os europeus enviavam os índios mata adentro, em busca das drogas do sertão, as quais, posteriormente, eram trasportadas por via fluvial até Belém e daí exportadas para a Europa.

A coleta de "drogas", embora não tenha sido altamente lucrativa, gerou a ocupação — ainda que esparsa, com baixíssima densidade demográfica — da Amazônia, incorporando-a ao Brasil.

A economia coletora enfrentou, no entanto, um problema sério: a disputa entre jesuítas e colonos pela utilização da mão-de-obra indígena, cada um tentando obter para si o uso exclusivo dos índios.

Essa disputa, que variou desde a intriga junto às autoridades portuguesas até a luta armada entre colonos e missionários, agravou-se com o crescente êxito econômico dos jesuítas. Esses, habilidosamente, ao invés de forçarem o índio a trabalhar para eles, tratavam de obter a cooperação voluntária destes. Os colonos, é claro, faziam justamente o contrário. Resultado: enquanto as missões jesuíticas prosperavam rapidamente, as aldeias dos colonos enfrentavam crescentes dificuldades.

O conflito agravava-se, em nada resultando as medidas tomadas pela Coroa, que tentou regulamentar o uso dos indígenas.

Os regulamentos criados pelo governo eram curiosíssimos e mostravam, entre outras coisas, que já naquela época as autoridades não estavam seriamente preocupadas em impedir o extermínio dos indígenas. De um lado, a Coroa proibiu a escravização dos índios e até determinou que eles recebessem um "salário": alguns metros de tecido de algodão, por ano. Por outro lado, as leis davam aos colonos o direito de utilizar um terço dos índios aldeados, com os quais trabalhariam a metade do ano. Dos índios restantes, uma parte trabalharia "livremente" em qualquer atividade, e a outra poderia ser utilizada pelo governo na realização de obras públicas. O resultado prático de tais regulamentos foi, naturalmente, o extermínio de tribos inteiras.

Finalmente, na metade do século XVIII, o governo metropolitano, então dirigido pelo Marquês de Pombal, que mantinha com os jesuítas uma luta pelo poder em Portugal, decretou a expulsão destes, primeiro do Estado do Maranhão, e logo depois de todo o Brasil. O resultado imediato foi a desagregação da economia coletora de drogas do sertão. A Amazônia entrou então numa longa fase de estagnação econômica, que só foi rompida nos últimos anos do século XIX, com o surto da borracha.

Observe as partes do atual território brasileiro que pertenciam ao Estado do Brasil e ao Estado do Maranhão, por volta de 1760. Repare que, quando da criação do Estado do Maranhão, em 1621, a ocupação portuguesa, em ambos os estados, limitava-se a uma estreita faixa litorânea.

A COLONIZAÇÃO DO MARANHÃO

III O Maranhão propriamente dito teve um processo de colonização diferente do vale Amazônico. Durante o século XVII e primeira metade do XVIII, a capitania do Maranhão foi uma das regiões mais pobres do Brasil.

A economia local baseava-se na coleta de drogas do sertão — embora em menor quantidade que no vale Amazônico — e numa precária agricultura de subsistência. A pobreza da região impedia a utilização de escravos negros, usando-se por isso o indígena.

Como a escravização dos índios gerou várias disputas entre os jesuítas — que se opunham a ela — e os colonos maranhenses, a Coroa interveio, decretando uma lei que proibia o uso dos índios como escravos. Porém essa lei, um dos inumeráveis exemplos da habilidade das autoridades portuguesas, fazia uma exceção: os índios poderiam ser escravizados em "guerra justa", ou seja, quando atacassem os colonos. Portanto, para escravizarem os indígenas, bastaria que os fazendeiros declarassem que haviam sido atacados... Conseqüentemente, todos ficaram satisfeitos — jesuítas, colonos, Coroa —, exceto os índios, é claro, escravizados até seu extermínio.

Com ou sem escravidão, no entanto, a pobreza maranhense persistia. Para resolver o problema, a Metrópole criou, em 1681, a Companhia de Comércio do Maranhão, com a função de desenvolver a economia local. A tentativa fracassou. A Companhia acabou por prejudicar economicamente os colonos, a tal ponto que esses se rebelaram, em 1684, ocorrendo a Revolta de Beckman, que estudaremos mais adiante. Em conseqüência disso, o governo fechou a Companhia.

Algumas décadas depois, a Metrópole fez uma nova tentativa para resolver o problema da pobreza maranhense, criando, em 1755, a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Esta foi bem sucedida, introduzindo na região o cultivo do algodão, bem como a escravidão negra. O sucesso foi tanto, que, 25 anos, mais tarde, o Maranhão já era o maior produtor mundial de algodão.

Três fatores contribuíram para esse êxito: a habilidade da Companhia, o aumento do consumo de algodão, devido à Revolução Industrial inglesa e a guerra de independência dos Estados Unidos, a qual, por algum tempo, liquidou a produção algodoeira americana. A fase de prosperidade, porém, foi breve, e por isso é às vezes chamada de "euforia maranhense". No início do século XIX, os Estados Unidos recuperaram seus algodoais e a economia do Maranhão, não suportando a concorrência, entrou em rápido declínio.

A Formação das Fronteiras

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

12 Os primeiros limites estabelecidos entre os territórios espanhóis e portugueses na América foram criados pelo Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha, em 1494, seis anos antes da chegada de Cabral ao Brasil. A linha divisória (daí em diante denominada meridiano de Tordesilhas) deveria passar a 370 léguas a oeste do arquipélago Cabo Verde. As terras situadas a leste do meridiano pertenceriam a Portugal; as situadas a oeste, à Espanha.

No entanto, divergências a respeito de em qual das ilhas de Cabo Verde se iniciaria a contagem das léguas impediram a fixação rigorosa da linha divisória. Em termos aproximados, esta passava por onde se situam hoje Belém do Pará, ao norte, e Laguna, em Santa Catarina. Desse modo, o território brasileiro possuiria cerca de 2 800 000 km².

Até a segunda metade do século XVII, não surgiram problemas fronteiriços, pois tanto a colonização portuguesa, na costa Atlântica, quanto a espanhola, junto ao Pacífico, limitaram-se a áreas litorâneas. Mesmo no início daquele século, quando os portugueses ultrapassaram a linha de Tordesilhas em seus extremos norte (com a ocupação do Estado do Maranhão) e sul (com as bandeiras de apresamento) não se verificaram quaisquer choques. Isso, aliás, era natural, pois os dois povos ibéricos estavam, nessa época, sob um único governo, devido ao domínio espanhol. Nos sessenta anos de dominação castelhana, a linha divisória perdera qualquer sentido, já que todo o território pertencia ao governo de Madri.

A partir de 1650, no entanto, surgiram os problemas ligados à delimitação fronteiriça. O meridiano de Tordesilhas fora ultrapassado pelos portugueses em praticamente toda sua extensão. A oeste da linha, estabelecimentos e povoações portuguesas iam sendo fundadas, e algumas prosperavam rapidamente. Em suma, Portugal não só ultrapassara, mas ocupara um território teoricamente espanhol. Na maior parte dos casos, a situação não parecia preocupar muito as autoridades de Madri. Em alguns lugares, porém — e particularmente na região sulina —, os espanhóis possuíam já sólidos interesses econômicos e opuseram tenaz resistência ao avanço lusitano.

Iniciaram-se, desse modo, as lutas fronteiriças, que levaram, cerca de três quartos de século mais tarde, à assinatura dos tratados de limites, dando ao Brasil um território três vezes maior do que aquele que possuiria caso tivessem prevalecido os acordos de 1494.

AS LUTAS NA REGIÃO SULINA

13 O estopim das lutas fronteiriças foi o fato de os portugueses estabelecerem, em 1680, a Colônia do Sacramento, fundada na margem norte do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires. A iniciativa portuguesa recebeu o apoio da Inglaterra, que via aí uma maneira de conquistar o comércio platino usando Portugal como testa-de-ferro.

Na região da bacia Amazônica, onde seus interesses eram praticamente nulos, a Espanha não opusera resistência à penetração lusitana. Na região sulina, porém, temendo que os portugueses, a partir do domínio do Prata, controlassem o comércio platino e tentassem subir os rios da região e alcançar as minas de Potosí (na atual Bolívia), o governo de Madri resolveu impedir a expansão lusitana.

Assim, imediatamente após a fundação da Colônia do Sacramento, tropas espanholas, com base em Buenos Aires, atacaram a povoação. Contando com grande superioridade de forças, ocuparam a posição, aprisionando a guarnição e os moradores civis. A corte de Lisboa, no entanto, contando com a cobertura diplomática da Inglaterra, exerceu tal pressão sobre Madri, que a Espanha resolveu restituir-lhe a colônia, o que foi feito por meio da assinatura do Tratado de Lisboa, em 1681.

As três décadas seguintes foram quase de paz, excetuando-se o ataque espanhol de 1704 e os choques entre proprietários de gado portugueses e espanhóis, que contavam com o apoio declarado ou não de seus respecti-

vos governos. Essa turbulência intermitente transformou-se em guerra declarada, quando Portugal envolveu-se na Guerra de Sucessão Espanhola, apoiando o candidato austríaco ao trono castelhano. O mais importante reflexo dessas hostilidades, no Brasil, foi o ataque dos espanhóis à Colônia do Sacramento, ocupada por eles após violentos combates. Em 1715, porém, o Tratado de Utrecht, que pôs fim à guerra, devolveu a colônia a Portugal.

Seguiu-se então um novo período de "paz quente", encerrado em 1735, quando, após vários incidentes diplomáticos, os espanhóis voltaram a atacar a Colônia do Sacramento. Dessa vez, os portugueses estavam preparados. Após 23 meses de cerco, as tropas de Madri foram obrigadas a bater em retirada, sem terem atingido seus objetivos.

Após meio século de lutas armadas, nenhum dos lados tivera qualquer vantagem apreciável. A constatação dessa realidade levou as duas metrópoles a encarar a solução do problema por via diplomática. Iniciou-se assim a fase dos tratados de limites, que passaremos a examinar em seguida.

O TRATADO DE MADRI (1750)

15 As negociações entre Madri e Lisboa iniciaram-se em 1749, partindo de alguns fatos consumados: o Tratado de Tordesilhas, totalmente superado, na prática inexistia; uma larga porção de território havia sido ocupada por Portugal, que não podia abandonar tão extensos interesses.

A partir dessa visão realista da situação, os portugueses, por intermédio de seu principal negociador, o brasileiro Alexandre de Gusmão, acabaram por impor a norma básica que norteou as negociações: o princípio do *uti possidetis*. Segundo esse princípio, a posse efetiva de um território pertenceria a quem o tivesse realmente ocupado. Portugal garantia para si, desse modo, todos os frutos da expansão territorial verificada nos cento e cinqüenta anos anteriores.

A única exceção referiu-se à Colônia do Sacramento, cedida aos espanhóis não apenas pelo interesse castelhano na região do Prata, mas também pelo fato de que a colônia ficaria praticamente isolada do resto do Brasil, cercada como estava de povoações espanholas. Como compensação, os portugueses receberam o território dos Setes Povos das Missões, conjunto de missões jesuíticas no atual Rio Grande do Sul.

O Tratado de Madri entregava os Setes Povos das Missões a Portugal. Quanto aos jesuítas ali estabelecidos, dizia o tratado que poderiam se mudar, com seus bens e os índios para o território espanhol. Como os índios e padres recusaram-se a abandonar a região, foram atacados, em 1756, por um exército luso-espanhol. Foi a chamada **Guerra Guaranítica**, que, como sempre, terminou com um massacre quase total dos índios.

Concluído o tratado em 1750, outras divergências surgiram na região Sul, agora quanto à demarcação das fronteiras, o que se agravou pela recusa jesuítica em aceitar a mudança referente aos Sete Povos. A demarcação caiu em ponto morto, e finalmente o Tratado de Madri foi anulado pelo **Convênio de El Pardo**, assinado em 1761.

O Tratado de Madri atribuiu ao Brasil mais de 95% do território que o País possui atualmente. As áreas que no mapa aparecem na cor preta foram incorporadas por meio de diversos tratados (e, eventualmente, alguma pressão militar) negociados entre 1777 e 1905. Correspondem ao atual Estado do Acre e ao noroeste do Amazonas. No extremo Sul, a região que aparece em destaque acabou voltando ao domínio espanhol e hoje pertence ao Uruguai.

O TRATADO DE SANTO ILDEFONSO (1777)

15 A anulação do Tratado de Madri fez ocorrerem choques, oficiais ou não, na zona limite da colonização espanhola e portuguesa. A ocupação portuguesa, porém, de maneira difusa e às vezes imperceptível, ia lentamente se expandindo na região do Rio Grande, sobretudo através da criação de gado e busca de pastagens.

Finalmente, em 1777, Portugal e Espanha assinaram um novo tratado de paz e limites: o Tratado de Santo Ildefonso, bastante prejudicial a Portugal, que além da Colônia do Sacramento, perdeu também os Sete Povos das Missões. Quase todo o território do atual Rio Grande do Sul escapava assim ao domínio português.

As fronteiras estabelecidas por esse novo tratado não chegaram a ser demarcadas. Aproveitando-se disso e do fato de os espanhóis terem ocupado alguns pequenos territórios na Amazônia, que pertenciam aos portugueses, Portugal invadiu e ocupou os Sete Povos das Missões, definitivamente incorporados ao Brasil pelo Tratado de Badajóz, assinado em 1801.

Desse modo, quando da independência, o Brasil possuía fronteiras praticamente iguais às determinadas pelo extinto Tratado de Madri. Com pequenas diferenças, tais fronteiras são as mesmas que o País possui atualmente.

Em linhas gerais, as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Santo Ildefonso coincidiram com as do Tratado de Madri. As diferenças situaram-se no noroeste do atual Amazonas (compare com o mapa anterior), onde o Brasil ganhou território, e no Rio Grande do Sul, onde perdeu. No entanto, a maior parte dessa área perdida foi recuperada em 1801, com o Tratado de Badajoz.

- • Cidades e vilas
- Áreas provavelmente sob a influência das cidades e vilas
- Áreas conhecidas e povoadas de maneira mais ou menos estável, mas sem nenhuma vila ou cidade
- Áreas não povoadas pelos colonizadores e ainda praticamente desconhecidas
- — Fronteira atual

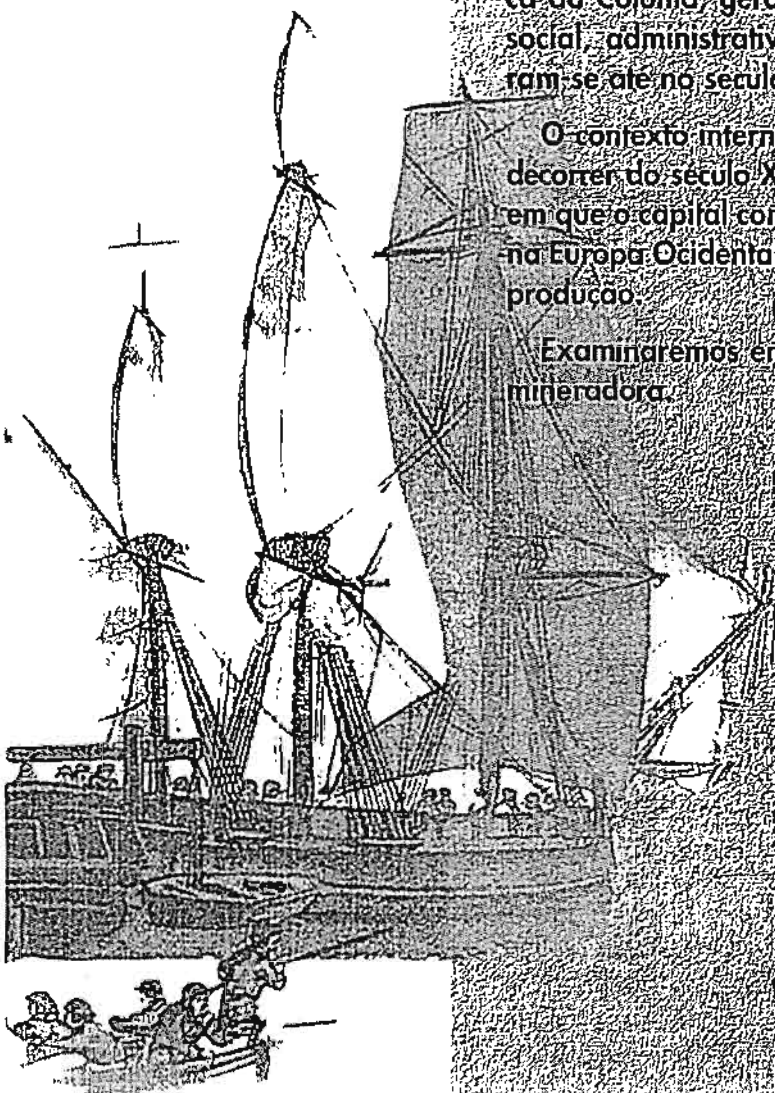
Fonte: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo I, v. I.

Observando os dois mapas, vêem-se os efeitos da expansão territorial ocorrida durante os séculos XVII e XVIII. No entanto, não se deve esquecer de que, mesmo nas áreas povoadas, o povoamento era rarefeito, pois ao findar o século XVIII (1800), a densidade demográfica brasileira — excluídos os índios — mal chegava a 0,35 habitante por quilômetro quadrado.

A Economia Mineradora (Século XVIII)

A mineração desenvolvida no Brasil durante o século XVIII representou uma das mais importantes etapas do período colonial. Iniciada em uma época de crise, resultante do declínio da lucratividade da produção açucareira, a atividade mineradora imprimiu um novo ritmo à vida econômica da Colônia, gerando modificações importantes nos setores social, administrativo, político e cultural, cujos efeitos refletiram-se até no século XIX.

O contexto internacional em que se inseria a mineração, no decorrer do século XVIII, mostrava um mercantilismo decadente, em que o capital comercial cedia primazia ao capital industrial; na Europa Ocidental, ao mesmo tempo, o sistema capitalista de produção.

Examinaremos em seguida o desenvolvimento da atividade mineradora.

Características Fundamentais da Mineração

A IMPORTÂNCIA RELATIVA DO OURO

As características da mineração brasileira, embora de caráter técnico, influenciaram todo o desenvolvimento da economia mineradora, segundo o princípio de que o importante, num sistema de produção, **não é o que se produz, mas como se produz**. Assim, a mineração foi significativa para a História do Brasil, não por ter explorado o ouro, mas pela maneira como o fez.

Verifica-se facilmente esse fenômeno quando se recorda que o valor do ouro exportado no período colonial (cerca de £150000000) totalizou apenas a metade do açúcar enviado para o exterior no mesmo período (cerca de £300000000). Desse modo, se nos baseássemos apenas no valor direto das mercadorias, a produção de açúcar deveria ter trazido à Colônia um progresso muito mais significativo do que a de ouro.

Ora, se não é o produto o responsável pelo desenvolvimento, só nos resta explicá-lo através da maneira como essa atividade era realizada e das implicações sociais e econômicas desse modo de produção. Daí a importância das características técnicas da mineração.

O OURO DE ALUVIÃO

Ao contrário do que ocorria na América Espanhola, onde as formações geológicas em que se encontrava o ouro exigiam grandes obras para explorá-lo, o minério brasileiro era de aluvião, encontrado geralmente nas areias e barrancos dos rios. Em vista disso, a técnica para a obtenção do ouro era das mais rudimentares, e o equipamento exigido para a exploração também mínimo, limitando-se em geral a umas poucas ferramentas, alguns pratos de madeira ou de estanho e algumas peneiras.

Sendo reduzidas as exigências em técnica e equipamentos, o capital necessário à mineração era, por conseqüência, tão pequeno que praticamente qualquer pessoa na Colônia ou em Portugal poderia se dedicar à extração de ouro. Finalmente, como os depósitos auríferos eram superficiais e esgotavam-se com certa rapidez, não havia necessidade de mão-de-obra numerosa. Um pequeno número de pessoas, ou mesmo um indivíduo isoladamente, poderia se dedicar à mineração, com razoáveis probabilidades de sucesso.

Em suma, a mineração caracterizava-se por ser uma atividade democrática, sem discriminações iniciais: qualquer um, pobre ou rico, branco ou mestiço, poderia se transformar em minerador.

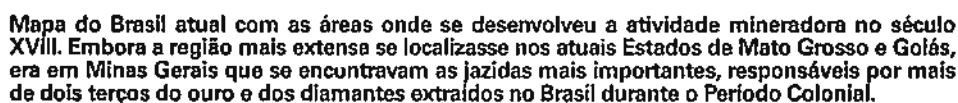
Sob esse aspecto é interessante estabelecer uma comparação entre os ciclos do ouro e do açúcar. Neste último, a exigência de grandes investimentos e as discriminacões iniciais fizeram com que poucos indivíduos se dedicassem à atividade, gerando a concentração da propriedade e da renda, o que levou à formação de uma sociedade aristocratizada, rigidamente dividida entre senhores e escravos, estes últimos afastados do mercado consumidor. Quanto à classe dominante, adquiria principalmente objetos de luxo, produzidos no exterior, impedindo assim que outras áreas da Colônia se especializassem na produção daquilo que a zona açucareira consumia.

Já com a mineração ocorreu, de modo geral, o inverso. Sem exigências de capital e mão-de-obra numerosos, houve uma melhor distribuição da riqueza e da propriedade, porque abriu maiores perspectivas à iniciativa particular e ao trabalho assalariado. A grande propriedade era rara em Minas Gerais. Da mesma forma, os extremos de riqueza e pobreza constituíam exceção, predominando as pessoas de situação intermediária. O mercado consumidor pôde assim expandir-se razoavelmente, gerando o crescimento geral do sistema econômico.

Finalmente, a localização geográfica da zona mineradora também contribuiu para o desenvolvimento da Colônia. Exercida em zona de colonização recente, distante do litoral, a mineração exigiu desde o início estradas e meios de transporte que a ligassem ao litoral. Desse modo, a área compreendida entre Minas Gerais e o litoral foi englobada no surto de crescimento, à medida que surgiram vilas

e cidades, ao longo das vias de comunicação. Simultaneamente, o transporte fez com que outras regiões se especializassem na criação de animais, posteriormente enviados às Gerais.

Fica claro, assim, que as modificações introduzidas na vida econômica da Colônia, no decorrer da mineração, tiveram como base de expansão as características anteriormente apontadas.

Mapa do Brasil atual com as áreas onde se desenvolveu a atividade mineradora no século XVIII. Embora a região mais extensa se localizasse nos atuais Estados de Mato Grosso e Goiás, era em Minas Gerais que se encontravam as jazidas mais importantes, responsáveis por mais de dois terços do ouro e dos diamantes extraídos no Brasil durante o Período Colonial.

A Atividade Mineradora

A ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO MINERADORA

A INTENDÊNCIA DE MINAS

Logo que se descobriram as primeiras jazidas em Minas Gerais, a Coroa publicou o Regimento dos Superintendentes, Guardas-Mores e Oficiais-Deputados para as minas de ouro, em 1702.

Para executar o Regimento, cobrar os impostos e superintender todo o serviço de mineração, foram criadas as Intendências de Minas, uma para cada capitania em que houvesse extração de ouro. No que se referia à mineração, eram elas totalmente independentes de qualquer outra autoridade colonial, prestando contas tão somente ao governo de Lisboa.

A Intendência compunha-se de um superintendente, vulgarmente chamado de intendente, a quem cabia a supervisão geral dos trabalhos e de um guarda-mor, que fazia a repartição das jazidas entre os mineradores e fiscalizava, nas minas, a observância do Regimento. Sendo impossível ao guarda-mor exercer suas funções em toda a extensão da zona mineradora, podia fazer-se representar, nos lugares afastados, por guardas-menores por ele nomeados. Isto, aliás, gerou diversos abusos, como venda de nomeações, etc. Havia ainda grande número de oficiais subalternos, como escrivães e outros auxiliares.

As excessivas atribuições das Intendências — órgãos simultaneamente administrativos, judiciários, fiscais e policiais — impediram seu bom funcionamento. Se acrescentarmos a isso os constantes conflitos de jurisdição entre as Intendências e outras autoridades, elas mais prejudicaram do que auxiliaram a mineração. Inclusive a função de fornecer auxílio técnico aos mineradores, a qual teoricamente se incluía nos afazeres das Intendências, jamais foi exercida. Apenas realizaram com alguma eficiência a cobrança dos impostos, agindo com o máximo rigor, quase sempre descambando para a brutalidade e a prepotência.

O INÍCIO DA EXPLORAÇÃO

A descoberta de uma jazida aurífera devia ser obrigatoriamente comunicada à Intendência. O guarda-mor, então, dirigia-se ao local, ordenando a demarcação do terreno a ser explorado. Este era dividido em lotes — chamados "datas" — cada um entregue a um minerador.

Fazia-se a entrega das "datas" por sorteio. No dia da distribuição, comunicado com certa antecedência, deviam comparecer todos aqueles que estivessem interessados em receber um lote; não se admitiam procuradores ou representantes. O descobridor da jazida não só tinha o direito de escolher uma data, mas também receber um prêmio em dinheiro. A Intendência separava em seguida uma data para si, vendendo-a depois em leilão público. As datas restantes eram sorteadas entre os presentes. Encerrado o sorteio, se sobrassem terras auríferas, fazia-se uma distribuição suplementar. Se, pelo contrário, o número de interessados era excessivo, reduzia-se a área das datas na proporção necessária.

De qualquer modo, as datas compunham-se sempre de pequenos lotes de terra, com no máximo 50 metros de largura.

A COBRANÇA DE IMPOSTOS

Na época em que teve início a atividade mineradora, o imposto estabelecido para aqueles que se dedicavam à extração aurífera era o **quinto**, ou seja, o pagamento à Coroa de 20% do ouro encontrado. Não sendo possível determinar se uma barra ou saca de ouro já havia sido ou não quintada, a sonegação tornava-se conseqüentemente muito fácil.

Para solucionar esse problema, criou-se um imposto adicional chamado **finta**. No entanto, como o contrabando continuava aumentando, o governo extinguiu a finta e criou as Casas de Fundição, sendo que a mais importante delas, a de Minas Gerais, começou a funcionar em 1725.

A essas Casas o minerador entregava seu ouro em pó, o qual era fundido e transformado em barras. Destas se descontava o quinto, sendo as restantes devolvidas ao minerador. Simultaneamente, proibiu-se a exportação e a comercialização de ouro em pó.

Em 1735, a Coroa passou a cobrar, além do quinto, um novo imposto: a **capitação**, um imposto *per capita*, pago em ouro, pelas pessoas e estabelecimentos comerciais da área mineradora.

A capitação foi abandonada em 1750, permanecendo apenas o quinto. Exigia-se, porém, uma arrecadação mínima de 100 arrobas de ouro por ano. Caso não se atingisse tal quantidade, decretava-se a **derrama**: a cobrança de quanto faltava para atingir as 100 arrobas.

Entretanto, à medida que as jazidas foram-se esgotando, caiu a produção de ouro e também a arrecadação de impostos. Aumentaram, assim, as suspeitas de sonegação e a violência por parte da Intendência, o que gerou crescentes atritos entre as autoridades metropolitanas e a população mineradora. Esta foi uma das causas da Inconfidência Mineira, em 1789.

AS REFORMAS POMBALINAS

A maioria das medidas fiscais e administrativas adotadas na área mineradora fazia parte da política geral de reformas posta em prática pelo Marquês de Pombal, que foi ministro do rei D. José, entre 1750 e 1777.

Pombal tinha uma visão bastante clara da fraqueza econômica de Portugal, da extrema dependência do Reino em relação à Inglaterra e da ilusória riqueza proporcionada pelo ouro brasileiro, que acabaria sendo quase todo usado para cobrir os *déficits* da balança comercial portuguesa. Por isso durante um quarto de século, todos os esforços do Marquês visaram superar e inverter essa situação.

Baseado no racionalismo iluminista, procurou por todos os meios modernizar a administração e desenvolver a economia na Metrópole. Isso evidentemente exigia vastos recursos financeiros. Para obtê-los, Pombal reforçou as práticas mercantilistas em relação ao Brasil. Todo o arsenal de medidas preconizadas pelo Pacto Colonial e pelo Absolutismo — acrescido de algumas providências inovadoras — foi utilizado. Estímulo à produção colonial, aperto do monopólio, centralização administrativa, combate ao contrabando, maior eficiência na cobrança de impostos, criação de novos tributos.

Procurou também eliminar quaisquer elementos que concorressem com a Coroa em termos políticos ou econômicos. Expropriou Capitanias Hereditárias, reduziu o poder das Câmaras Municipais e expulsou os jesuítas, confiscando suas imensas propriedades.

Acreditando que a consolidação do domínio luso nas fronteiras norte e sul do Brasil passava pela integração dos índios à civilização portuguesa, Pombal proibiu a escravização dos indígenas e estimulou os casamentos entre colonos e índios.

A médio e longo prazo, a política de Pombal teve pouco êxito. Na Metrópole, enfrentou a intensa resistência da aristocracia e da Igreja. Externamente, sofreu terrível pressão da Inglaterra — então iniciando sua Revolução Industrial —, que em hipótese alguma abriria mão do domínio econômico sobre Portugal e suas colônias. E no Brasil, as medidas pombalinas aumentaram a contradição de interesses entre a população colonial e a Metrópole, justamente no momento — segunda metade do século XVIII — em que a Revolução Industrial e as novas idéias liberais iniciavam o desmonte do Antigo Regime e do Sistema Colonial.

Não foi por acaso, portanto, que poucos anos após o término do governo de Pombal começou, no Brasil, a luta pela independência, a qual estudaremos na próxima Unidade.

A EXPLORAÇÃO DO OURO

16 Quando se divulgou a notícia da descoberta de jazidas auríferas, grande número de pessoas dirigiu-se para a região do ouro, particularmente para o atual território de Minas Gerais. A quase totalidade desses indivíduos dedicou-se exclusivamente à mineração, abandonando qualquer outra atividade, inclusive as indispensáveis à sobrevivência da população local.

Conseqüentemente, nos primeiros anos da mineração, a escassez de mercadorias, nas Gerais, era notória. Inclusive os alimentos tinham que ser adquiridos em outras regiões. Assim, cada vez que as chuvas ou qualquer fator interrompia ou dificultava as comunicações com outras capitanias, a população mineradora passava momentos difíceis, até várias crises de fome, particularmente entre 1700 e 1730.

A expansão de outras atividades e a melhoria das vias de comunicação levaram à normalização do mercado local, a partir do segundo quartel do século XVIII.

Simultaneamente, foi crescendo a extração do metal precioso, generalizando-se em todo o Brasil Central os dois sistemas fundamentais de exploração aurífera: as lavras e as faiscações.

LAVRAS E FAISCAÇÕES

17 Dois tipos de empreendimentos foram organizados visando à exploração do ouro: as lavras e as faiscações.

As **lavras**, unidades produtoras relativamente grandes, chegavam a possuir algum equipamento especializado, exigindo, às vezes, o trabalho de mais de 100 escravos. Como o capital necessário

para explorar um lavra era elevado, apenas jazidas de ouro suficientemente grandes compensavam o capital investido.

Já nas **faiscações**, pequenas unidades produtoras, trabalhavam somente algumas pessoas ou, em muitos casos, apenas um minerador. Também era freqüente um homem livre enviar um escravo para a faiscação, o qual ficava com uma parte do ouro encontrado e entregava a outra parte a seu senhor.

Na zona mineradora, o número de lavras sempre foi menor do que o de faiscações. No entanto, tal diferença acentuou-se quando a mineração entrou em decadência (esgotamento de jazidas) até que, no final do século XVIII, as lavras praticamente desapareceram.

As companhias de mineração, no sentido empresarial da palavra, quase não existiram na área mineradora, exceto quando a atividade já estava em pleno declínio. A primeira companhia que realmente funcionou foi organizada em 1809, pelo governador de Goiás, para a exploração das jazidas de Anicuns.

O fato de o governador da capitania organizar essa companhia evidencia o caráter oficial do empreendimento e também como a estrutura colonial do Brasil desestimulava a iniciativa privada e o espírito capitalista.

A EXPLORAÇÃO DE DIAMANTES

Além do ouro, exploraram-se também, na mesma época, os diamantes. Entretanto, sua importância, em relação à do ouro, foi pequena.

A princípio adotou-se para a extração dos diamantes o mesmo sistema que vigorava na do ouro: a livre extração com pagamento do quinto. No entanto, como encontravam-se as pedras em áreas muito limitadas e, além disso, era difícil calcular e separar o quinto dos diamantes — bastante diferentes uns dos outros, em tamanho e qualidade — adotou-se logo um processo mais conveniente à cobrança de impostos. Demarcou-se cuidadosamente o território em que se encontravam os diamantes, isolando-o completamente do exterior. Esse território, que se chamou **Distrito Diamantino**, é o que circunda a atual cidade de Diamantina, em Minas Gerais. Dentro do Distrito, concedia-se a exploração dos diamantes, como privilégio, a determinadas pessoas, que pagavam à Coroa uma quantia fixa anual pelo direito de explorar a pedra.

Em 1771, o sistema foi novamente modificado, passando a exploração a ser feita diretamente pela Coroa. Organizou-se, então, uma **Junta da Administração Geral dos Diamantes**, sob a direção de um intendente, para ocupar-se da matéria. Essa administração independia completamente de quaisquer autoridades coloniais e somente prestava contas ao governo de Lisboa. Na área do Distrito, ninguém podia estabelecer-se, nem ao menos penetrar ou sair sem autorização especial, e a vida de seus habitantes (cerca de 5000 pessoas, no final do século XVIII), achava-se inteiramente nas mãos do intendente, cujos poderes iam até o confisco de todos os bens de um cidadão, sem forma de processo ou recurso algum.

Além do Distrito Diamantino, outras áreas da Colônia onde se encontraram diamantes foram destacadas e isoladas, proibindo-se o acesso de qualquer pessoa: rio Jequitinhonha (Minas Gerais); rios Claro e Pilões (Goiás); Sudoeste da Bahia; alto Paraguai (Mato Grosso). Essas áreas, sem serem aproveitadas, conservaram-se desertas.

A decadência da mineração dos diamantes, mais ou menos paralela à do ouro, foi agravada por um fator: a desvalorização das pedras devido a seu grande afluxo no mercado europeu. Conseqüentemente, com a contínua queda de seu valor, em princípios do século XIX, a exploração do diamante já não era uma atividade importante.

As Conseqüências da Mineração

9 A atividade mineradora introduziu uma série de modificações nas estruturas econômica, social e política do Brasil. Muitas dessas alterações desapareceram com o declínio da mineração; outras, porém, permaneceram e, mais tarde, influíram no processo de modernização ocorrido no Brasil em meados do século XIX.

O SURTO DEMOGRÁFICO

10 A mineração atraiu para o Brasil Central um grande número de colonos, a maioria deles imigrantes provenientes de Portugal, atraídos pela miragem do ouro. Calcula-se, que no decorrer do século XVIII, cerca de 800000 pessoas deslocaram-se da Metrópole para cá, a maior parte concentrando-se na zona mineradora.

Dentro da própria Colônia, no entanto, verificou-se um imenso movimento migratório, em que populações do Nordeste e do extremo Sul dirigiam-se para Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Como conseqüência disso, o eixo populacional do Brasil deslocou-se do Nordeste para o Sudeste e Centro-Oeste, o que correspondeu ao deslocamento do eixo econômico também para a mesma região. Finalmente, o próprio centro político da Colônia aproximou-se da região mineira: em 1763, a capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro.

Como conseqüência da atração aurífera, a população do Brasil aumentou rapidamente no século XVIII. Tendo passado de 100000 habitantes em 1600 para 300000 em 1700; ao encerrar-se o século do ouro, em 1800, essa população somava já 3300000 habitantes, um terço dos quais de origem européia.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XVIII
(Excluídos os índios "não integrados")

Ano	População	
1600	100000 habitantes	
		+ 20%
1700	300000 habitantes	
		+ 1.000%
1800	3300000 habitantes	

MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DE TRABALHO

11 A atividade mineradora introduziu modificações significativas também no esquema de mão-de-obra até então vigente no Brasil.

Inicialmente, verificou-se um aumento no preço e na procura de escravos negros. O primeiro destes fatores explica-se pela própria mineração: com o afluxo de ouro brasileiro ao mercado mundial, caiu o valor do metal, gerando uma inflação que atingiu particularmente as mercadorias que eram objeto de comércio internacional, entre elas o escravo. Quanto ao segundo fator, a melhor distribuição da renda entre a população mineradora permitiu que as camadas médias dessa população adquirissem escravos, quer para empregá-los na extração de ouro, quer em atividades domésticas. O crescimento dos preços e da procura estimulou o tráfico negreiro, que cresceu durante grande parte do século XVIII.

Simultaneamente, alargou-se, na área mineradora, a faixa de trabalho livre. Esse alargamento iniciou-se nas faiscações, nas quais era comum o trabalhador isolado, homem livre, que por falta de recursos não podia usar o trabalho escravo. Além do mais, surgiram, paralelamente à mineração, outras atividades econômicas em que não era possível, ou pelo menos aconselhável, o emprego de escravos. Podemos citar como exemplo o transporte de mercadorias, feito por tropas de mulas, ou o comércio em geral, atividades em que não se usava o escravo ou, então, usava-se secundariamente.

As profissões liberais, o funcionalismo e os ofícios em geral, então em desenvolvimento, foram outros tantos campos em que o escravo praticamente não pôde penetrar. Por essas razões

e outras de menor importância, o trabalho livre, nas Gerais, chegou a abranger cerca de metade da mão-de-obra total, fato inédito no Brasil, pelo menos em atividades econômicas de primeira grandeza.

Por isso, apesar do aumento verificado na importação de escravos, o sistema escravista de produção sofreu um sério abalo na época da mineração, do qual nunca mais se recuperou. Iniciou-se aí o longo declínio da escravidão, que se encerrou um século depois, no decorrer do Segundo Reinado. O trabalho escravo nas minas, aliás, era utilizado em condições bastante diversas daquelas vigentes na agricultura açucareira, pois, como já vimos, a mineração permitia muitas vezes o trabalho longe do proprietário, o trabalho por tarefa e até por conta própria, dando o escravo uma contribuição a seu senhor.

Abriam-se assim perspectivas à alforria (libertação do escravo) e a uma certa conscientização da massa escrava, aparecendo inclusive, aqui e ali, o impulso à rebeldia. Ao iniciar-se a mineração, os escravos constituíam cerca de dois terços da população; ao terminar, essa porcentagem havia caído para um terço do total de habitantes, como se pode ver no quadro a seguir.

Ano	População total (excluídos os índios "não integrados")	Escravos	% dos escravos sobre a população total
1700	300.000 habitantes	200.000	≈ 63%
1800	3.300.000 habitantes	1.200.000	≈ 36%

O CRESCIMENTO DO MERCADO INTERNO

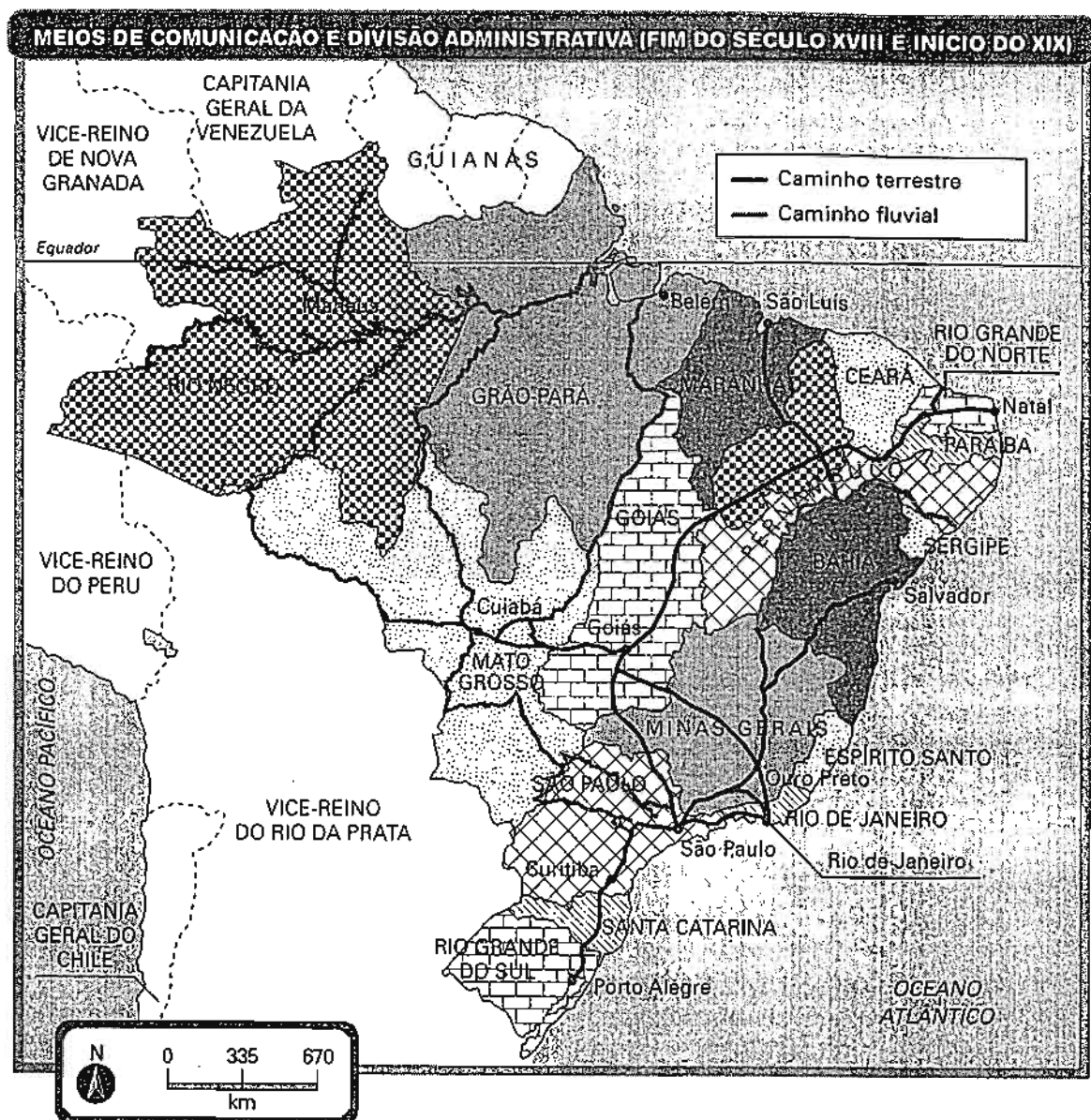
12 Quando iniciamos o estudo da economia mineradora, verificamos que na região das minas os casos de extrema pobreza ou riqueza eram raros. Esse foi o principal fator responsável pela melhor distribuição da renda, na mineração, do que nas demais atividades da Colônia.

Já verificamos também que havia em Minas Gerais, nos primeiros decênios do século XVIII, uma extrema especialização: só o ouro interessava, as outras atividades eram deixadas de lado.

Esses dois fatores ocasionaram o surgimento, na área mineradora, de um considerável mercado consumidor. A melhor distribuição de renda permitiu que o consumo da população, em termos de Brasil-colônia, fosse elevado. A posse do ouro e a especialização valorizaram enormemente qualquer mercadoria que não fosse produzida no local. Desenvolveu-se assim uma atividade comercial bastante ampla, visando abastecer o mercado minerador. Comerciantes, mascates, vendedores, transportadores, todos se dirigiam para a região das minas, vendendo, com lucros consideráveis, mercadorias trazidas da Metrópole ou mesmo de outras regiões da Colônia. Assim, correspondendo ao aparecimento do mercado consumidor, surgiu e desenvolveu-se um ativo comércio interno.

Ocorreu inclusive a articulação da região mineira com outras áreas da Colônia, às vezes bastante distantes. Do Rio de Janeiro, forneciam-se a Minas bens de consumo em geral: alimentos, roupas, tecidos, ferramentas, armas, utensílios domésticos, etc. O Rio Grande do Sul especializou-se na venda de couro, gado muar e charque para as Gerais; regiões intermediárias, como São Paulo, foram beneficiadas por este comércio, especializando-se na reengorda dos animais, por exemplo. O Nordeste enviou à região Centro-Oeste gado bovino para corte, através do rio São Francisco. Todos esses produtos, pagos em ouro, iniciaram uma circulação de riquezas inédita no Brasil.

Mesmo as manufaturas chegaram a ter algum desenvolvimento, logo eliminado pelo governo de Lisboa, que, em 1785, proibiu a existência de qualquer "fábrica" no Brasil, salvo aquelas destinadas a produzir panos grosseiros, em geral usados pelos escravos.

O Brasil, finalmente, deixara de ser uma colônia ilhada, em que cada capitania estava totalmente isolada das demais. A ligação econômica entre as várias regiões começava a lançar os germes de uma futura unidade nacional. O centro dinâmico desse processo era, na época, a zona mineradora.

No mapa as principais vias de comunicação no Brasil por volta de 1800. Embora grandes áreas ainda permanecessem isoladas, todas as regiões econômicas da colônia já estavam interligadas. Observe o amplo aproveitamento das vias fluviais. Quanto ao aspecto administrativo, havia 18 capitanias — todas da Coroa —, sendo a mais recente a do Rio Negro. À época de independência, Rio Negro foi incorporado ao Grão-Pará sendo, posteriormente, recriado com o nome de Amazonas.

MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA SOCIAL

13 A estrutura social, na região mineradora, apresentou substanciais diferenças em relação ao Nordeste açucareiro. A quase inexistência da grande propriedade agrária, o índice relativamente elevado de urbanização, a desimportância relativa da escravidão e a ampliação do trabalho livre foram elementos que originaram um outro tipo de organização social.

A população mineradora desconheceu a rigidez característica da sociedade açucareira. Nas minas, ela adquiriu uma mobilidade social muito maior. Formada por elementos provenientes de todas as regiões do Brasil, de Portugal e até de outros países, indivíduos das mais diversas profissões e níveis econômicos, a sociedade mineradora caracterizou-se pelo aparecimento da camada média, até então desconhecida na Colônia.

Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, em meados do século XVIII apenas um terço da população das minas dedicava-se à exploração do ouro. Os demais eram elementos típicos de camadas médias: mercadores, mestres de ofício, boticários, taberneiros, advogados, médicos, barbeiros, burocratas, padres, professores, tropeiros, soldados, etc. Essa camada média, muito embora passando mais tarde por grandes dificuldades, sendo muitos de seus membros pressionados de volta à classe baixa, não mais desaparecerá, transformando-se, assim, no embrião da classe média brasileira, que se consolidará no período final do século XIX.

As modificações socioeconômicas ocorridas na região mineradora, com a maior circulação de riquezas, a relativa mobilidade social e a urbanização, levaram ao aparecimento de novas manifestações culturais. O barroco brasileiro, que surgira timidamente na literatura baiana, estendeu-se para outras modalidades artísticas. A arquitetura, a pintura, a escultura, a música e o entalhe desenvolveram-se significativamente: foi o chamado barroco mineiro.

Foi também em Minas Gerais que surgiu, pela primeira vez no Brasil, um movimento literário que era um sistema articulado de escritores, obras e leitores: o Neoclassicismo ou Arcadismo.

Os escritores arcádicos brasileiros foram influenciados pelo racionalismo iluminista e se preocupavam em investigar a realidade sociopolítica da colônia. Entre eles, sobressaíram-se Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, entre outros.

O racionalismo e a preocupação em associar a atividade intelectual à análise da realidade colonial tiveram naturais conseqüências políticas. Não foi por acaso que alguns poetas arcádicos tiveram ativa participação na Inconfidência Mineira, defendendo a ruptura do pacto colonial.

A INFLUÊNCIA EXTERNA DA MINERAÇÃO BRASILEIRA

14 A mineração brasileira, no século XVIII, fez com que dobrasse a quantidade de ouro existente no mundo. É claro, portanto, que suas conseqüências não poderiam ficar restritas ao Brasil, tendo, necessariamente, que atingir outros países. O mais atingido foi a Inglaterra.

Já sabemos que, desde o tratado de Methuen (1703), Portugal adquiria na Inglaterra praticamente todos os produtos manufaturados que consumia. Para pagar essas importações, os portugueses utilizavam o ouro brasileiro, o qual, assim, acabou se acumulando quase todo na Inglaterra.

Esse acúmulo de ouro gerou uma grande disponibilidade de capitais, permitindo à burguesia inglesa investir na montagem de um parque industrial. Desse modo, o ouro do Brasil foi uma das principais causas monetárias da Revolução Industrial inglesa.

A DECADÊNCIA DA ATIVIDADE MINERADORA

15 Não é necessário ser um gênio para se descobrir a causa da decadência da mineração: praticamente acabou o ouro. A partir de 1760, as jazidas esgotaram-se rapidamente, como você pode verificar no quadro a seguir.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE OURO

ANOS	QUANTIDADE (toneladas)
1701-1720	55
1721-1740	100
1741-1760	290
1761-1780	210
1781-1800	110
1801-1821	55

O rápido declínio da mineração causou, é claro, sérias dificuldades econômicas na região mineradora. Conforme o ouro foi acabando, os mineradores empobreceram, dividindo-se em três grupos. Alguns migraram para outras capitanias. Outros, que ainda dispunham de certos recursos e possuíam escravos, formaram grandes fazendas, com produção voltada para o mercado local. Os mais pobres — a maioria — estabeleceram pequenas roças de subsistência e, com o passar dos anos, foram absorvidos pelos latifundiários ou, pelo menos, transformaram-se em seus dependentes.

Paralelamente à decadência da mineração, várias cidades estagnaram ou decaíram, algumas simplesmente desaparecendo.

Apesar de todos esses problemas, pesquisas recentes têm demonstrado que o declínio da mineração não provocou uma crise econômica generalizada no sudeste brasileiro, nem mesmo na Capitania de Minas Gerais. Esgotado o ouro, a economia de Minas voltou-se para o abastecimento do mercado interno, particularmente para a região do Rio de Janeiro, cuja população cresceu rapidamente nas últimas décadas do século XVIII.

O Processo de Independência

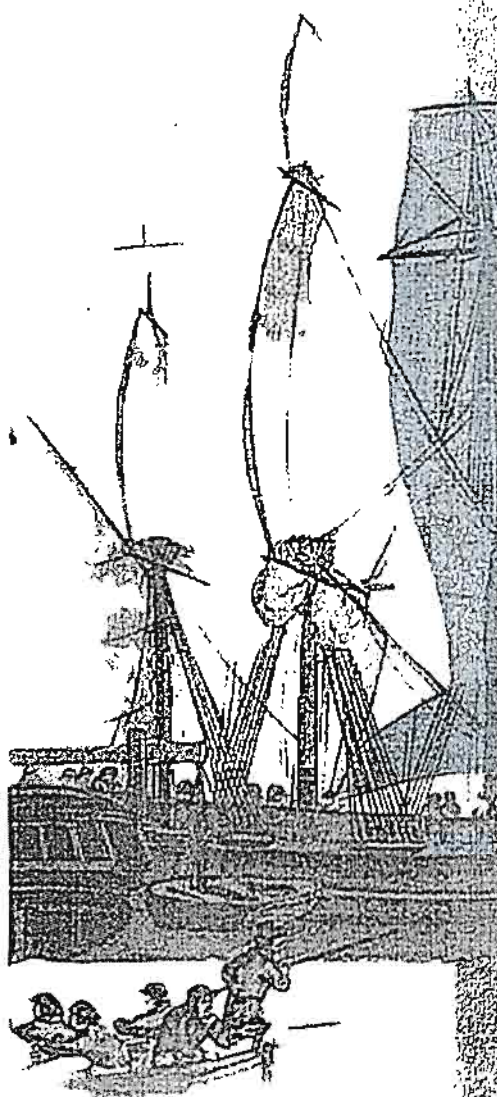
Você já deve ter visto dezenas de vezes na televisão, no cinema, em livros e revistas a cena do "grito do Ipiranga", quando D. Pedro I declarou a separação política entre o Brasil e Portugal.

À primeira vista, o fato parece simples. Os brasileiros, cansados do domínio lusitano, revoltaram-se, expulsaram os portugueses do Brasil e proclamaram a independência. O líder da revolta, príncipe D. Pedro, foi coroado imperador. Pronto. Acabou-se a dominação portuguesa no Brasil. Finalmente éramos independentes. Essa visão simplista dos acontecimentos, porém, não explica alguns pontos interessantes de todo o processo.

Primeiro: tornamo-nos independentes de Portugal em termos políticos. No entanto, a independência foi proclamada por um português, nosso primeiro imperador era português, os principais assessores políticos do imperador eram portugueses, a maioria dos oficiais do Exército, portugueses também. Que independência estranha!

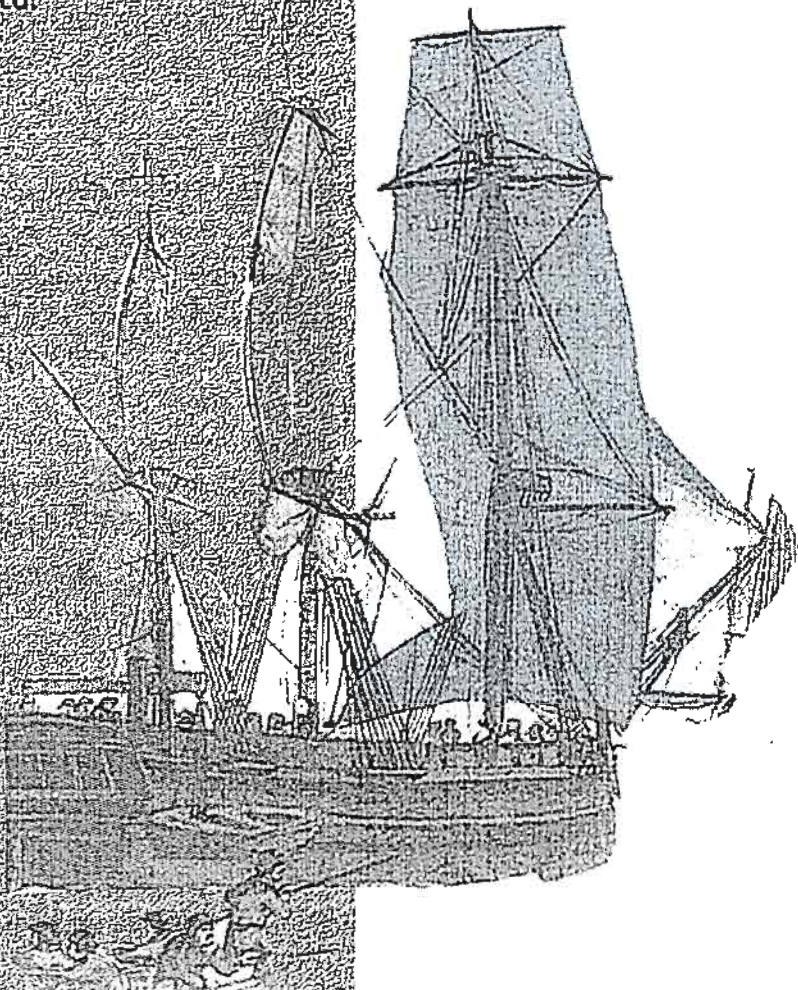
Segundo: tornamo-nos independentes de Portugal definitivamente. Entretanto o imperador era português, filho primogênito do rei de Portugal e herdeiro do trono luso. Quando D. João VI morresse, D. Pedro I passaria a ser, simultaneamente, rei de Portugal e imperador do Brasil. Essa independência definitiva estava parecendo muito temporária!

Terceiro: tornamo-nos independentes de Portugal também em termos econômicos. Só que, nesta época, a economia brasileira não era mais dominada por Portugal, mas pela Inglaterra. Notável!

Quarto: deixamos de ser uma colônia de economia agrícola, baseada no latifúndio, no trabalho escravo e na exportação de produtos primários. Éramos agora um país independente, com uma economia agrícola baseada no latifúndio, na escravidão e na exportação de produtos primários. Que mudança!

Mas então, afinal, o Brasil tornou-se independente? A resposta, embora pareça contradizer o que vimos acima, é afirmativa.

A independência, porém, não ocorreu somente porque D. Pedro teria gritado "independência ou morte", nem se limitou aos acontecimentos do dia 7 de setembro de 1822 e sequer mudou o caráter colonial de nossa economia e de nossa sociedade.

> O processo de independência começou em meados do século XVIII e, a rigor, não se encerrou em 1822, mas apenas com a abdicação de D. Pedro I, em 1831. Importantes acontecimentos internacionais — a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas — influenciaram esse processo.

E é por isso que nos capítulos seguintes vamos estudar não ***a independência***, mas sim o ***processo de independência***, ou seja, o conjunto de fatores internos e externos ao Brasil que, agindo ao longo de muitas dezenas de anos, acabaram por provocar a nossa autonomia, dando-nos condições para iniciar uma longa luta, que ainda hoje não acabou, em favor da nossa verdadeira libertação econômica e política.

A Independência das Colônias Americanas

Quando se estuda o processo de independência brasileiro, é importante lembrar que naquela época não foi apenas o Brasil que conseguiu se separar de sua metrópole. No mesmo período histórico – final do século XVIII e início do XIX – praticamente toda a América se emancipou. Colônias portuguesas, espanholas, francesas e inglesas tornaram-se independentes, encerrando assim o chamado Antigo Sistema Colonial. Você pode verificar esse fato observando os mapas a seguir.

Às vésperas da independência das Treze Colônias, a divisão política do continente americano era inteiramente colonial. Nas décadas seguintes, com a crise do Antigo Sistema Colonial, essa divisão seria completamente modificada.

Por volta de 1830, o processo de independência das colônias americanas estava praticamente completo. Na América do Sul e na América Central, as áreas ainda colonizadas eram diminutas. Na América do Norte, os ingleses ampliavam seu domínio no Canadá, que, no entanto, já havia conquistado uma certa autonomia. Observando a expansão dos Estados Unidos em direção ao Sul (ocupação da Flórida) e a Oeste (incorporação da Louisiana e de territórios indígenas), você perceberá qual seria o próximo passo dessa expansão: a conquista do norte do México.

4 Evidentemente, o fato de todas essas colônias terem obtido sua liberdade na mesma época não foi uma simples coincidência. Foi, isso sim, o resultado das importantíssimas transformações ocorridas nas metrópoles e nas colônias a partir de meados do século XVIII, que marcaram a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, dando origem ao mundo contemporâneo. Um mundo no qual, o velho Sistema Colonial, surgido no século XVI, não tinha mais lugar.

O Declínio Colonial no Brasil

Para que a independência brasileira fosse possível, seria preciso que ocorressem duas grandes condições gerais.

- No quadro internacional, Portugal teria de passar por um processo de enfraquecimento econômico, político e militar que impedisse qualquer reação portuguesa a uma eventual proclamação de independência em sua colônia americana.
- No Brasil, seria necessário o surgimento de grupos sociais que tivessem interesses muito opostos aos da metrópole e iniciassem, portanto, um movimento a favor da independência.

Se ocorressem essas duas condições, particularmente a segunda, já teria sido iniciado o chamado **declínio colonial**, isto é, o lento, porém constante, enfraquecimento dos laços que prendem uma colônia à sua metrópole. Esse declínio, na maioria das vezes, leva ao rompimento de tais laços, ou seja, à independência.

No caso do Brasil, o declínio colonial ocorreu ao longo do século XVIII, embora alguns sintomas já existissem no século anterior. E o que vamos estudar neste capítulo são as características desse declínio e a maneira como elas influenciaram nosso processo de independência.

O progressivo enfraquecimento dos laços que prendem uma colônia à sua metrópole é praticamente inevitável, pois, à medida que se explora uma colônia, a área ocupada se expande, a população aumenta e a produção também. Mesmo lentamente, a estrutura administrativa e a urbanização crescem, surgindo novas camadas sociais. Com o passar do tempo, a população da colônia começa a desenvolver interesses próprios, muitos deles opostos aos da metrópole. Esse choque de interesses vai se agravando aos poucos, até surgirem conflitos graves entre a colônia e a metrópole. Insatisfeita, a população colonial começa a se revoltar; ferido em sua autoridade, o governo metropolitano responde, reforçando a presença militar e utilizando a violência.

Nesse momento, embora algumas vezes as partes envolvidas não o percebam, o declínio colonial já atingiu o ponto em que tem início o movimento de independência.

No caso brasileiro, isso ocorreu durante o século XVIII, quando além de antigas contradições de interesses (que existiam desde o início da colonização), dois novos conflitos surgiram entre:

- consumidores coloniais e monopólios metropolitanos;
- classe dominante colonial e metrópole.

Ambos tinham uma causa comum: a longa decadência econômica de Portugal. Empobrecido, o Reino tinha dificuldade para gerar os recursos necessários à manutenção de seu governo e de sua elite. Diante disso, a Coroa adotou a solução mais fácil: ampliou ao máximo a exploração de sua colônia americana, aumentando os impostos e taxas e, sobretudo, reforçando o monopólio comercial.

Como se vê, o hábito do governo de aumentar os impostos toda vez que tem dificuldades financeiras, jogando assim o problema nas costas do contribuinte, é coisa bem mais antiga do que se pensa.

Imagine o efeito desse aumento de impostos sobre os preços, numa colônia em que a grande maioria dos gêneros era importada da metrópole! Imagine também o tamanho do descontentamento da população.

Essa insatisfação foi ainda agravada por um outro fator. Para cobrar os novos impostos e fazer cumprir o monopólio, a Coroa passou a ampliar constantemente a estrutura administrativa, em particular os setores policial-militar, fiscal e judiciário. E como a função dessa estrutura era vigiar e punir a população, a maior parte dos cargos passaram a ser exercidos por portugueses enviados diretamente de Portugal. Criou-se assim uma divisão clara: os nascidos no Brasil pagando e

obedecendo; os nascidos no Reino cobrando e punindo. Para azedar as relações entre brasileiros e portugueses não poderia haver receita melhor...

No caso específico da elite colonial, o relacionamento com a metrópole azedou por três motivos principais. Primeiro, porque o enfraquecimento luso impedia que Lisboa garantisse bons preços e mercados para os gêneros produzidos pelos senhores rurais. Segundo, porque o excesso de impostos e a rigidez do monopólio reduziam a margem de lucro dos produtores brasileiros, dificultando ainda mais as vendas. Terceiro, porque o poder e a autoridade, agora exercidos pelos órgãos públicos portugueses, eram anteriormente exercidos pela classe dominante colonial, em nome da Coroa.

Povo insatisfeito, elite descontente. Isso resultaria, muito provavelmente, em revoltas cada vez mais graves e que, cedo ou tarde, desembocariam na luta pela independência. No entanto, para que o país se tornasse independente, seria necessário que os conflitos entre a elite brasileira e a metrópole se tornassem mais graves que as contradições entre essa mesma elite e os demais grupos sociais brasileiros. Somente quando isso ocorresse é que a aristocracia rural daria apoio integral ao movimento da independência.

O PRIMEIRO ALERTA: AS REVOLTAS NATIVISTAS (SÉCULOS XVII E XVIII)

O surgimento de interesses brasileiros conflitantes com os de Portugal e o crescente descontentamento da população da colônia levaram a diversas revoltas contra a metrópole. O processo foi longo — a primeira ocorreu em 1641 e a última, em 1817 — e revela claramente que, à medida que o tempo passava, as rebeliões iam cada vez mais longe em seus objetivos: começaram reivindicando uma simples troca de governador de capitania e terminaram por propor a total autonomia do Brasil.

Para facilidade de estudo, costuma-se dividir essas revoltas em duas categorias:

- rebeliões nativistas (1641 – 1720);
- revoltas emancipacionistas (1789 – 1817).

As **nativistas** — que estudaremos neste capítulo — foram de caráter local, geralmente restritas a uma cidade ou região limitada, e **não chegaram a propor a independência**. Reclamavam dos elevados impostos ou dos monopólios da Coroa e da ineficiência de governantes nomeados por Lisboa. Portanto, eram revoltas contra **uma** autoridade portuguesa — e não contra **a** autoridade portuguesa.

Já as revoltas **emancipacionistas** — que analisaremos mais tarde — propunham o rompimento definitivo com a metrópole, ou seja, a independência.

Vamos então estudar as principais rebeliões nativistas.

A ACLAMAÇÃO DE AMADOR BUENO EM SÃO PAULO (1641)

Em 1641, com a notícia do término do domínio espanhol, alguns paulistas pretenderam aproveitar o momento para se desligar de Portugal, que até então não manifestara qualquer interesse pela região. Tentaram proclamar Amador Bueno da Silva "rei" de São Paulo, mas, com a recusa do aclamado, o ânimo separatista esfriou, esfriando também o movimento.

Essa revolta refletiu principalmente o interesse de algumas famílias espanholas estabelecidas em São Paulo e que desejavam a incorporação da capitania aos domínios espanhóis de Buenos Aires ou Assunção, com os quais São Paulo mantinha relações econômicas mais amplas do que com o resto do Brasil ou Portugal.

A REBELIÃO DE BECKMAN NO MARANHÃO (1684)

Na segunda metade do século XVII, a situação da economia maranhense, que nunca fora boa, tendia a piorar. A Coroa, pressionada pelos jesuítas, proibiu a escravização de indígenas, os quais eram a base da mão-de-obra local, utilizados na coleta de "drogas do sertão" e na agricultura de subsistência.

Visando melhorar a situação da capitania, o governo português criou, em 1682, a Companhia de Comércio do Maranhão, a qual recebia o monopólio do comércio maranhense e em troca deveria promover o desenvolvimento da agricultura local.

A má administração da empresa gerou uma rebelião de colonos, em 1684, sob a chefia dos irmãos Manuel e Thomas Beckman. O objetivo dos rebeldes era o fechamento da Companhia e a expulsão dos jesuítas. A revolta foi sufocada pela Coroa, mas a Companhia encerrou suas atividades.

A GUERRA DOS EMBOABAS EM MINAS GERAIS (1708-1709)

A descoberta das "minas gerais" provocou um fluxo migratório interno e externo para aquela região. Muito cedo surgiram os conflitos entre os paulistas — descobridores das jazidas e primeiros povoadores — e os "emboabas", portu-

gueses na maioria, ao lado de pernambucanos, baianos e outros.

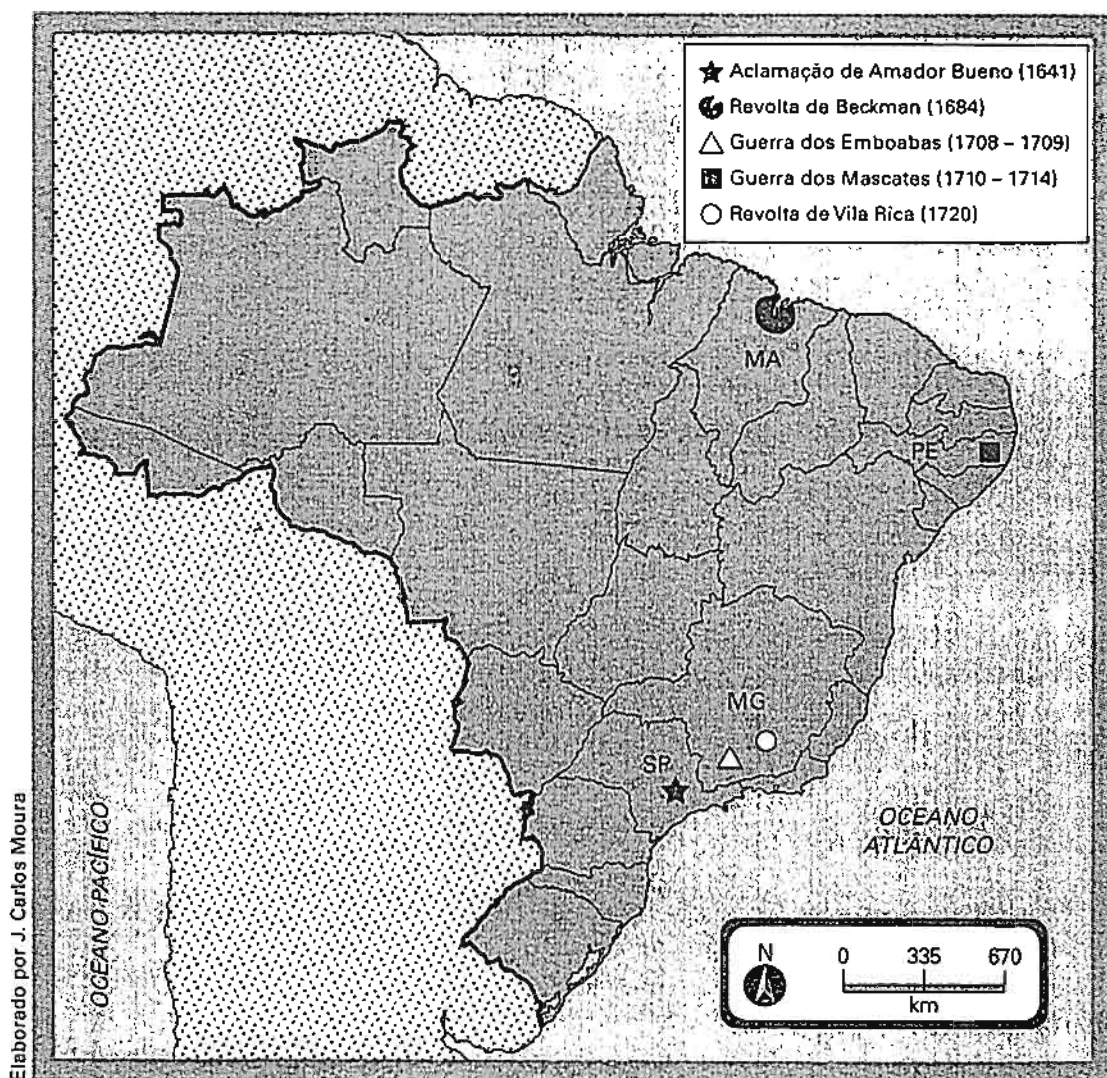
Disputavam o direito de exploração das terras, defendido pelos paulistas como primeiros ocupantes, e pelos emboabas como cidadãos do Reino. Entre 1708 e 1709, ocorreram lutas violentas entre os dois grupos, com derrotas sucessivas por parte dos paulistas.

O governador Albuquerque Coelho de Carvalho promoveu a pacificação geral em 1709, quando foi criada a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, pertencente à Coroa.

A GUERRA DOS MASCATES EM PERNAMBUCO (1710-1714)

Essa luta, entre os proprietários rurais de Olinda e os comerciantes portugueses de Recife, originou-se com a expulsão dos holandeses no século XVII. Se a perda do monopólio brasileiro do fornecimento de açúcar à Europa foi trágica para os produtores pernambucanos, não foi tanto assim para a burguesia lusitana de Recife, que passou a financiar a produção olindense, com elevadas taxas e grandes hipotecas.

A superioridade econômico-financeira de Recife não tinha correspondente político, visto que seus habitantes continuavam dependendo da Câmara Municipal de Olinda. Em 1710, Recife conseguiu sua emancipação político-administrativa, transformando-se em município autônomo. Os olindenses, comandados por Bernardo Vieira de Melo, invadiram Recife, provocando a reação dos mascates chefiados por João da Mota.

A luta entre as duas cidades manteve-se até 1714, quando foi encerrada graças à mediação da Coroa. O esforço da aristocracia fora inútil: Recife manteve sua autonomia.

O mapa mostra, no atual território brasileiro, os locais onde ocorreram as rebeliões nativistas. Repare que elas ocorreram nos três tipos de regiões em que, na época, se poderia dividir o território da Colônia: as muito pobres, como São Paulo e Maranhão; as ricas, porém passando por uma fase de decadência, como Pernambuco; e as em rápido processo de enriquecimento, como Minas Gerais. Isso mostra que o descontentamento em relação à Metrópole não era um problema local ou regional, mas sim um sentimento que se ia formando na população colonial como um todo. (As fronteiras assinaladas são as atuais.)

A REVOLTA DE VILA RICA EM MINAS GERAIS (1720)

A fiscalização e a tributação excessivas da Coroa com relação às Minas Gerais provocou, após a criação das Casas de Fundição em 1720, a rebelião de Vila Rica. O movimento foi rapidamente sufocado, tendo seu principal líder, Felipe dos Santos, sido enforcado e esquartejado.

As Casas de Fundição foram criadas, por lei, em 1719, mas, em Minas Gerais, só começaram a funcionar em 1725.

Essa revolta assinalou o amadurecimento da consciência colonial, apesar de ser um movimento local e de pouca organização. A morte do líder mostrou como seriam tratados aqueles que ousassem atentar contra as ordens de sua Majestade.

Mais uma vez ficava claro que a população da Colônia, embora ainda não pensasse em independência, tinha já uma consciência bastante nítida de quais eram seus interesses, estando disposta, para defendê-los, a chegar até à revolta armada contra as autoridades portuguesas.

Como conseqüência desse movimento, resolveu Portugal, em dezembro de 1720, criar a capitania de Minas Gerais, separando-a de São Paulo.

A Crise do Sistema Colonial

12 Você deve estar lembrado de que, ao iniciarmos o estudo do processo de independência, vimos que esta dependia da ocorrência de dois fatores: o surgimento no Brasil de grupos sociais dispostos a lutar pela autonomia e o enfraquecimento de Portugal. O primeiro desses fatores foi estudado no Capítulo 19. O segundo estudaremos agora.

Há uma coisa que não podemos esquecer: se entre as metrópoles européias apenas Portugal se enfraquecesse, a independência brasileira não estaria necessariamente garantida. Poderia acontecer, simplesmente, que uma outra potência colonial expulsasse daqui os portugueses e se apoderasse do Brasil. Em resumo, nós apenas mudaríamos de "dono".

Portanto, para que nosso processo de independência se completasse, era necessário que o enfraquecimento de Portugal ocorresse dentro de um processo mais amplo, ou seja, de um enfraquecimento geral do Sistema Colonial.

A QUEDA DO ANTIGO REGIME

Antigo Regime é o nome que os historiadores dão ao sistema econômico, social e político vigente na Europa nos séculos XVI, XVII e XVIII. Tal regime incluía:

- no plano político: o absolutismo;
- no plano econômico: o mercantilismo e o capitalismo comercial;
- no plano social: uma sociedade estamental, porém já com o surgimento de classes sociais (entre elas a burguesia).

Nessa sociedade pré-capitalista e bastante heterogênea, foi difícil manter o equilíbrio social e o crescimento econômico. O Estado absolutista interveio, com sua extrema centralização política e administrativa, manteve a sociedade em equilíbrio e, através da política mercantilista, estimulou o crescimento da economia. Assim, a política adotada visava enriquecer o Estado para fortalecê-lo, o que, porém, fortaleceu também a burguesia.

A criação de colônias no ultramar foi um dos objetivos da política mercantilista. A colonização pretendia a acumulação de capital comercial na Europa, por meio do monopólio comercial, da escravidão e do tráfico negreiro. Fica claro, portanto, que o sistema colonial fazia parte do Antigo Regime.

No século XVIII, o "Antigo Regime" entrou em crise devido à industrialização (Revolução Industrial), pois o capitalismo industrial, com produção em grande escala, não admitia barreiras ao consumo, tais como o monopólio comercial e o trabalho escravo.

Por isso a burguesia industrial passou a ver no intervencionismo econômico do Estado não mais um auxílio, mas um entrave ao crescimento da economia, opondo-se assim ao absolutismo e ao mercantilismo.

Resumindo: a Revolução Industrial Inglesa, que liquidou o mercantilismo, a Revolução Francesa, que iniciou a derrubada do absolutismo e a independência dos Estados Unidos, mostrando qual o resultado natural da oposição de interesses entre a colônia e a metrópole, deram início à crise geral do Antigo Regime e, em conseqüência, à crise do sistema colonial, que dele dependia.

CONFLITOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Para entender o comportamento de alguns setores sociais brasileiros na época em que ocorreram a crise do Antigo Regime e do Sistema Colonial, é necessário lembrar os conflitos de interesses entre os três grandes grupos que compunham a nossa sociedade:

- classe dominante: formada por grandes latifundiários, dedicados à agricultura e pecuária;
- camada média: formada por funcionários, padres, militares, comerciantes, pequenos proprietários, profissionais liberais, etc;
- classe baixa: formada pelos trabalhadores livres e, principalmente, pelos escravos;

A contradição fundamental dessa sociedade era a que opunha senhores a escravos. No entanto, em termos do processo de independência, o conflito entre a classe dominante e a camada média era o mais importante, por dois motivos. Primeiro, porque a importância política da classe baixa praticamente inexistia. Segundo, porque a camada média, sendo a mais culta da Colônia e basicamente urbana, era a que tinha mais condições de pelo menos iniciar o movimento de independência.

E foi nesse ponto que a situação se complicou. A camada média adotara a ideologia liberal que então se desenvolvia na Europa. A classe dominante aceitava alguns desses princípios, entre eles a independência das colônias e o fim do monopólio comercial. No entanto, recusava outros, sobretudo os resumidos na famosa trilogia da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Se os senhores rurais admitissem essa trilogia, estariam derrubando os alicerces em que sua classe se apoiava: o monopólio da posse da terra e a escravidão.

Por isso, quando elementos da camada média, a partir do final do século XVIII, iniciaram algumas revoltas que propunham a independência do Brasil, a classe dominante ou manteve-se neutra, ou simplesmente apoiou a Metrópole. Como conseqüência, os movimentos emancipacionistas (Inconfidência Mineira, Inconfidência Baiana e Revolução Pernambucana) fracassaram.

A classe dominante colonial apoiava a independência, **desde que esta não ferisse seus interesses e privilégios.** Começam a se explicar assim alguns dos problemas levantados no início desta Unidade. As limitações impostas à nossa independência deveram-se, em parte, à atuação da classe senhorial, que não podia admitir transformações na estrutura econômica e social do Brasil.

AS REVOLTAS EMANCIPACIONISTAS

13 Conforme o declínio colonial brasileiro ia se acentuando, aumentava o descontentamento da população colonial em relação à metrópole, levando ao surgimento de um novo tipo de revoltas no Brasil, muito mais importantes do que as rebeliões nativistas verificadas anteriormente. Foram as chamadas **revoltas emancipacionistas,** que lutavam contra a autoridade portuguesa, defendendo abertamente a **independência**.

Ocorreram três revoltas desse tipo: a Conjuração Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817).

As duas primeiras vamos estudar neste capítulo; a terceira, ocorrida já no período joanino, estudaremos no capítulo 22.

O mapa — com as fronteiras atuais — mostra as áreas em que ocorreram as revoltas emancipacionistas. É importante lembrar que Bahia, Pernambuco e Minas Gerais eram as três capitanias mais ricas e mais populosas do Brasil na época em que tais revoltas ocorreram.

Essas revoltas tiveram maior ou menor participação popular, conforme o caso. Todas elas, no entanto, foram lideradas por elementos da camada média, adotaram a ideologia liberal e não obtiveram apoio da classe dominante agrária.

No que se refere à ideologia, os movimentos emancipacionistas tiveram uma característica importante. O liberalismo por eles adotado tinha surgido na Europa como conseqüência da desagregação do "Antigo Regime". Era, portanto, uma ideologia revolucionária e que representava basicamente os interesses da burguesia industrial.

Adotado no Brasil, o liberalismo passava a ter um aspecto contraditório: o de uma ideologia burguesa num país que não possuía burguesia.

Daí decorrem as limitações que as idéias liberais sempre tiveram entre nós: adotadas como teoria, raramente podiam ser aplicadas na prática. E quando o eram — sob a forma de um liberalismo de fachada — acabavam por beneficiar mais às potências européias do que ao Brasil.

Em resumo: falar em liberdade num país onde mais da metade da população era escrava seria cômico, se não fosse trágico.

A INCONFIDÊNCIA MINEIRA (1789)

14 Na segunda metade do século XVIII, a mineração estava em franca decadência, sendo cada vez mais difícil para os mineradores pagarem as 100 arrobas anuais de ouro, estabelecidas pela Coroa como limite mínimo do **quinto** a ser arrecadado. Por esse motivo, iam-se acumulando os impostos atrasados, o que levou o governo metropolitano a criar a **derrama**, ou seja, a cobrança forçada dos quintos em atraso.

Se lembrarmos que, em 1789, o total desses atrasados era de 596 arrobas (equivalente à soma dos quintos pagos nos 10 anos anteriores), fica claro por que a população de Minas Gerais estava tão sensível a qualquer idéia de rebelião. Por isso os chefes da Inconfidência tinham programado a revolta para começar no mesmo dia em que se iniciasse a cobrança da "derrama". Tratava-se do primeiro movimento a propor a libertação colonial definitiva por meio de uma ação político-militar.

Entretanto, como os líderes da revolta faziam parte da elite mineradora, o movimento teve um caráter bastante limitado baseado em idéias gerais um tanto vagas: "libertação" colonial, proclamação de uma república nos moldes norte-americanos, livre produção manufatureira e instalação de uma universidade em Vila Rica. O principal objetivo dos inconfidentes era obter a independência de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e não de todo o Brasil.

A pouca fidelidade do movimento às idéias liberais ficou comprovada pela indefinição quanto ao problema da escravidão. Muitos dos inconfidentes eram escravistas, portanto não lhes interessava a abolição da escravidão no Brasil.

Apesar desses problemas, a Inconfidência teve importância histórica. A respeito dela afirmou o historiador Sérgio Buarque de Holanda: "A falta da consciência ideológica não invalida o significado da Inconfidência Mineira. Era um sintoma da desagregação do Império português da América. A coroa portuguesa bem o sentiu e tentou, por um castigo exemplar, deter a marcha do processamento histórico e impedir pelo terror que seus domínios seguissem o exemplo da América inglesa. Refletia, por outro lado, os impulsos de um povo que tomava consciência da realidade, suas particularidades e suas possibilidades. Nesse sentido foi nacionalista. Pode-se, portanto, considerá-la, sem hesitação, um movimento precursor da independência do Brasil."

15 A INCONFIDÊNCIA BAIANA (1798)

Desde 1763, por força da transferência para o Rio de Janeiro da sede do Governo Geral e da maior importância da economia mineira, a Bahia passou por várias crises.

A dificuldade econômica atingiu toda a população baiana, principalmente artesãos, ex-escravos e mestiços. Freqüentemente, manifestavam seu descontentamento por meio de motins vinculados às idéias libertárias da Revolução Francesa, divulgadas entre a população da Bahia pelo trabalho subterrâneo da Maçonaria.

Em fins do século XVIII, circulavam em Salvador panfletos subversivos e liam-se livros franceses. A 12 de agosto de 1798, os muros dos logradouros públicos apareceram cobertos de cartazes, conclamando o povo à revolução.

O movimento chegou ao fim depois da denúncia feita aos principais implicados — Luiz Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, João de Deus e Manoel Faustino dos Santos, todos artesãos ou soldados —, que foram presos e enforcados.

Comparando a Inconfidência Baiana com a Inconfidência Mineira, dois aspectos se destacam: o caráter popular do movimento baiano — por isso suas propostas eram mais revolucionárias, pretendendo atender as reivindicações das camadas pobres da população — e o fato de ser mais abrangente, pois propunha a independência da Bahia e convidava as demais capitanias a se unirem à revolta.

AFINAL DE CONTAS: O QUE QUERIA A ELITE?

16 Para a classe dominante colonial, formada pelos grandes proprietários de terras e de escravos, a situação era contraditória. Desejavam libertar-se do controle metropolitano, do monopólio comercial e dos entraves que Lisboa colocava ao livre curso dos negócios na colônia. Gostariam, também, de assumir os altos cargos do governo e da magistratura, que eram normalmente reservados a portugueses. Mas não queriam de modo algum pôr em risco a posse de seus latifúndios e escravos nem perder os numerosos privilégios sociais que possuíam.

A justificativa política e moral para combater o domínio metropolitano era dada pelas idéias liberais. Por isso, todos os movimentos favoráveis à independência baseavam-se nessas idéias. Só que elas também defendiam a liberdade individual e a igualdade entre os homens, e combatiam a escravidão, a opressão de uma classe sobre outra e a concessão de privilégios a qualquer grupo social.

Para os grandes fazendeiros, apoiar uma revolta com base na ideologia liberal significava correr o risco de ver o povo participar ativamente do processo, dando origem a reformas econômicas e sociais que implicariam a destruição da própria elite. E esta era suficientemente bem informada para saber o que a Revolução Francesa causara à aristocracia, ou o que acontecera aos latifundiários brancos do Haiti, quando os escravos se revoltaram e expulsaram as autoridades francesas.

Nas condições brasileiras do início do século XIX, só seria possível fazer a independência com a participação da classe dominante agrária, que só participaria se encontrasse um meio de não arriscar seus privilégios.

A evolução da política européia no início do século XIX resolveu o problema, enfraquecendo Portugal e obrigando seu governo a refugiar-se no Brasil; o que acabou dando à elite a oportunidade de assumir o controle do processo e realizar a independência sem luta armada, sem participação popular e, acima de tudo, sem riscos.

Influências Externas no Processo de Independência

12 Já vimos como a queda do "Antigo Regime" influenciou a crise do sistema colonial, determinando assim as causas externas da independência brasileira. Neste item, vamos destacar as duas causas externas de maior importância.

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

13 Paralelamente ao processo da independência brasileira, desenvolveu-se a Revolução Industrial, particularmente na Inglaterra, fato que exerceu considerável influência na emancipação política do Brasil e de toda a América espanhola.

Ao contrário do que muitas vezes se pensa, a principal característica da Revolução Industrial não se baseou nos novos produtos introduzidos no mercado, mas na nova maneira de produzir mercadorias já conhecidas anteriormente. A industrialização na Inglaterra iniciou-se pela área dos têxteis, que já há vários séculos constituíam a principal manufatura britânica, possuindo assim um mercado consumidor bastante amplo. Produzidos anteriormente por sistema manual, os tecidos, a partir de fins do século XVIII, receberam a aplicação de teares mecânicos movidos a vapor; iniciava-se assim a moderna indústria têxtil.

Nessa transformação do modo de produção, entretanto, não foram alteradas apenas as técnicas, mas também a matéria-prima: o algodão, um produto tipicamente colonial, paulatinamente tomou o lugar da lã, exclusivamente européia. Esse fato estabeleceu uma primeira e importante relação entre a Revolução Industrial e as áreas coloniais, que passam a ser as fornecedoras da principal matéria-prima industrial consumida na Europa. Entre 1780 e 1850 o consumo de algodão pela indústria inglesa passou de 2000 para 250 000 toneladas.

Não foi esta, no entanto, a principal vinculação entre a industrialização européia — britânica principalmente — e as regiões coloniais. A utilização da máquina e do vapor haviam permitido uma enorme expansão da produção de bens industriais, gerando um novo problema para os produtores ingleses: a colocação de seus produtos no mercado. Como o crescimento do consumo na Inglaterra não fora suficiente para absorver toda a produção, a burguesia britânica voltou-se para as áreas coloniais, visando transformá-las em regiões compradoras do excedente industrial inglês.

Na área sul-americana, o Brasil era o maior consumidor em potencial, não apenas por sua população, grande para a época, mas também pelo alargamento do mercado interno, ocasionado pela mineração. No entanto, a Colônia estava submetida ao monopólio comercial imposto por Portugal, o que encarecia os produtos que aqui entravam, reduzindo o poder de consumo da população. O monopólio tornou-se assim totalmente incompatível com o desenvolvimento industrial britânico.

Por esse motivo, a partir dos últimos anos do século XVIII, a Inglaterra começou a combater o monopólio comercial português sobre o Brasil. E o desaparecimento do monopólio seria o passo final para a independência.

AS GUERRAS NAPOLEÔNICAS

14 O surgimento do capitalismo industrial na Inglaterra aumentou a competição econômica entre os principais países europeus, justamente no momento em que cresciam as divergências políticas entre ingleses e franceses e entre a França revolucionária e as monarquias absolutistas da Europa continental.

Esse conjunto de circunstâncias gerou um conflito militar generalizado: as Guerras Napoleônicas.

Iniciadas na última década do século XVIII e estendendo-se até 1815, essas guerras tiveram profundas conseqüências para o processo de independência da América Latina e particularmente do Brasil.

Em 1805, na Batalha de Trafalgar, os ingleses destruíram a

esquadra francesa, invalidando o plano de Napoleão de desembarcar um grande exército na Inglaterra.

O imperador francês resolveu então asfixiar economicamente a Grã-Bretanha, decretando, em 1806, o Bloqueio Continental, que proibiu os países europeus de comerciarem com a Inglaterra.

Portugal e Espanha, metrópoles decadentes, encontraram-se num impasse: se aderissem ao Bloqueio, a Inglaterra ocuparia suas colônias; se não aderissem, a França ocuparia as metrópoles.

A Corte espanhola acabou se rendendo a Napoleão, que ocupou militarmente a Espanha. A Corte portuguesa, então chefiada pelo príncipe regente D. João (a rainha, D. Maria I, estava louca), não resistiu aos franceses, comandados por Junot, mas também não se rendeu: transferiu-se para o Brasil.

Esses acontecimentos foram extremamente significativos no processo de independência do Brasil e demais colônias latino-americanas, pois ocasionaram o desaparecimento do monopólio comercial.

No capítulo seguinte, faremos uma análise mais profunda da permanência de D. João VI no Brasil e das conseqüências daí advindas.

O Período Joanino e a Regência de D. Pedro

O PERÍODO JOANINO (1808-1821)

20 A família real, bem como os nobres e funcionários que a acompanhavam, deixaram Portugal em fins de 1807, chegando ao Brasil em janeiro de 1808. Aportaram inicialmente em Salvador, depois deslocando-se para o Rio de Janeiro.

O estabelecimento da Corte na Colônia foi de considerável importância para a evolução subseqüente do processo de independência, bem como para o período do Primeiro Reinado e Regência. Alguns de seus efeitos, na realidade, verificaram-se por muito tempo, influindo na formação econômica e política do Brasil ao longo do século XIX.

Mais do que as importantes obras e iniciativas deixadas por D. João VI, o que deu a seu governo um realce de tão longa duração foi a mudança de perspectiva a que ele foi conduzido por sua transplantação para o Brasil.

Obrigado a abandonar a tradicional atitude fiscalista da Coroa, D. João VI passou a se preocupar em fundar e expandir um império português no Brasil, criando aqui um **aparelho de governo e administração**, uma **orientação econômica e social** e, principalmente, transferindo de Lisboa para o Rio de Janeiro o **centro de autoridade política do Brasil**. Como conseqüência, interesses, aspirações, fidelidades e oposições dos grupos sociais brasileiros passaram a girar em torno de D. João e de seu governo.

Essa importantíssima realização não resultou evidentemente de uma atitude planejada e consciente de D. João VI, mas de diversas circunstâncias da época. Não esqueçamos, no entanto, que não se julga um governo pelas suas intenções, mas por suas realizações.

Foi assim que surgiu finalmente uma **política brasileira**, o que para o Brasil — um país em formação, mais um sistema coletivo de interesses privados do que uma nação — era fundamental. Assim, além de facilitar a independência, esse fato foi uma das razões que impediu o Brasil de se desmembrar em vários países menores, como ocorreu com a América Espanhola.

REALIZAÇÕES ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS

21 Chegando ao Brasil, deparou-se D. João com uma séria crise financeira, pois o término do monopólio privara o governo de suas melhores fontes de renda. Diante do fato consumado e tentando remediar seus efeitos, o príncipe regente decretou, em janeiro de 1808, a abertura dos portos brasileiros à navegação das nações amigas (a Inglaterra já há alguns anos vinha exigindo tal medida). Simultaneamente, estabeleceu-se uma taxa alfandegária de 24% sobre o valor dos produtos importados.

A abertura dos portos teve vários efeitos. A curto prazo, incentivou o desenvolvimento das exportações e importações, permitindo um rápido crescimento do comércio externo brasileiro. Algumas cidades, particularmente o Rio de Janeiro, tiveram um inusitado movimento econômico, o que em pouco tempo modificou completamente o aspecto da antiga sede do governo colonial e outros centros portuários. As rendas alfandegárias obtidas passaram a constituir a principal parcela da arrecadação governamental, fornecendo os recursos necessários, embora nem sempre suficientes, para a obra aqui realizada por D. João. Finalmente, a longo prazo, a política alfandegária adotada quando da abertura dos portos dificultou o desenvolvimento de manufaturas no Brasil, visto que a taxa de 24% era insuficiente para protegê-las da concorrência das indústrias inglesas.

Por isto mesmo, muitas iniciativas do Príncipe Regente, como a instalação de uma siderúrgica (na Serra de Ipanema, próxima de Sorocaba, em São Paulo) e a revogação da proibição de existência de manufaturas (1808), surtiram escassos resultados.

Ainda em 1808, D. João criou o Banco do Brasil. Este, apesar das dificuldades iniciais que enfrentou e de sua relativa desor-

ganização, introduziu uma certa ordem na caótica situação orçamentária e contábil do Brasil, permitindo ainda a criação do papel-moeda e a regulamentação das emissões monetárias. A criação de escolas e centros de estudos, bem como outras instituições de caráter cultural, inseriram-se na política geral do príncipe de dar ao Brasil um arcabouço econômico e institucional à altura de sua nova posição.

Grande parte dos seus esforços, no entanto, foram invalidados pelas distorções da economia e da sociedade brasileiras, bem como pela preponderância quase absoluta exercida pela Inglaterra sobre o Brasil e Portugal.

A POLÍTICA EXTERNA DE D. JOÃO

Os Tratados de 1810

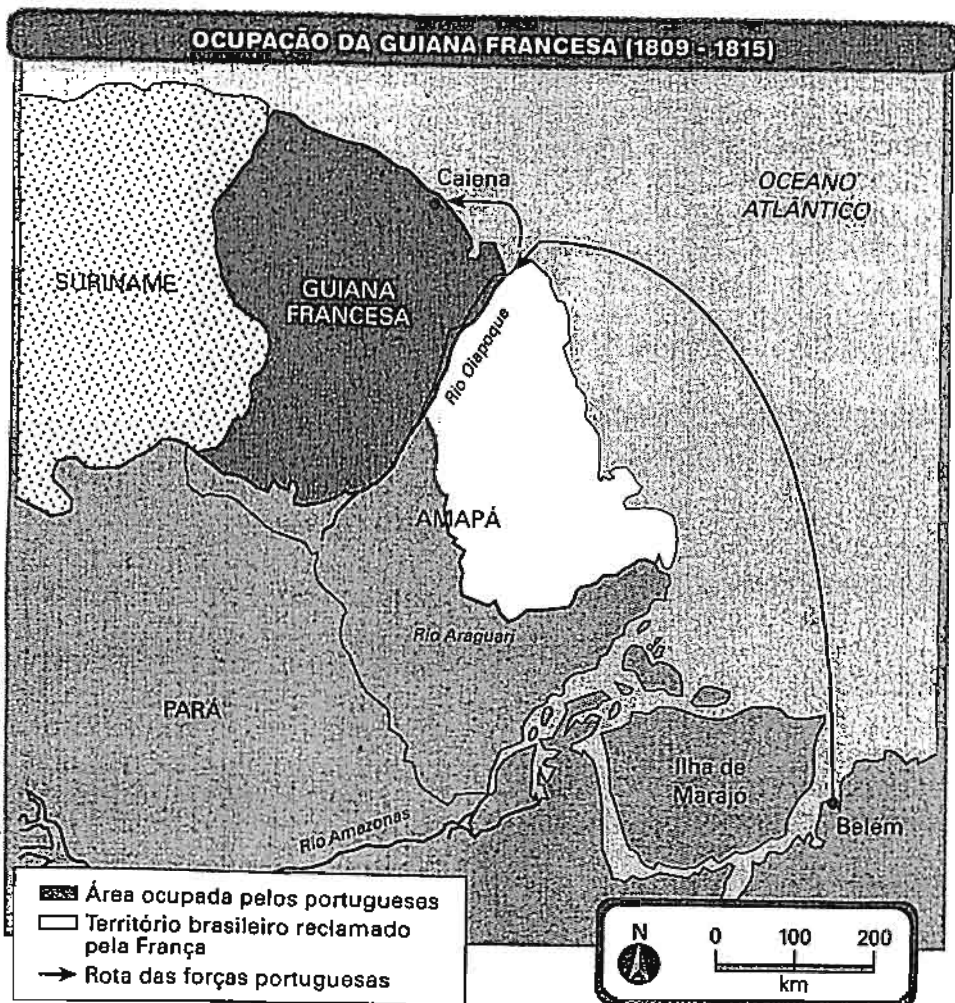
A Inglaterra pretendia tirar todas as vantagens possíveis da transferência da Corte para o Brasil. Ainda em Lisboa, o embaixador inglês, Lord Strangford, exigiu que se abrissem os portos assim que a família real aqui chegasse.

Continuando essa política, os ingleses impuseram a D. João os "Tratados de Navegação e Comércio", assinados em 1810, os quais concediam à Inglaterra:

- **taxas alfandegárias preferenciais**: os produtos britânicos pagariam 15% de imposto nas alfândegas brasileiras, enquanto que os produtos portugueses pagariam 16% e os de outras nações, 24%;
- **tribunais especiais para os súditos ingleses**: os cidadãos britânicos aqui residentes não se sujeitariam às leis portuguesas;
- **direito à permanência de uma esquadra inglesa no Brasil.**

Renovado em 1827, esse tratado esteve em vigor até 1843, ocasionando, a longo prazo, efeitos danosos à economia brasileira. A redução da receita alfandegária, devido às taxas privilegiadas, foi um dos fatores responsáveis pelos crônicos *déficits* orçamentários de que viria a se ressentir o País. Essa mesma redução veio dificultar ainda mais as já escassas probabilidades de industrialização no Brasil.

A Ocupação da Guiana Francesa

Em 1809, uma expedição militar portuguesa conquistou a Guiana Francesa, apresentando como razão oficial da conquista o exercício de represálias contra Napoleão. Porém, na verdade, essa expedição visava alargar o território brasileiro.

A ocupação da Guiana, ordenada por D. João, tinha dois objetivos: exercer represálias contra Napoleão e acabar com as pretensões francesas sobre o território do Amapá, ao norte do rio Araguari. (Mapa com as fronteiras atuais.)

Após a queda de Napoleão, o Congresso de Viena (1815) determinou a devolução da Guiana à França. D. João, porém, conseguiu incorporar ao ao Brasil uma parte do território anteriormente pertencente aos franceses.

A Ocupação do Uruguai

A ocupação do Uruguai — então chamado de Banda Oriental — refletia os antigos interesses de Portugal no Prata. A deposição dos reis espanhóis por Napoleão provocara nas colônias espanholas da América o movimento de independência, que contava com o apoio da Inglaterra. Inicialmente, sob o pretexto de defender os interesses de sua esposa, Dona Carlota Joaquina, pertencente à família real de Espanha, D. João interviu na região, enviando tropas portuguesas para ocuparem o Uruguai em 1811. A Inglaterra, porém, que não via com bons olhos a expansão portuguesa no Prata, obrigou D. João a retirar suas forças da região, em 1813.

Três anos depois, em 1816, os portugueses, sob o comando do general Lecor, invadiram novamente o território uruguaio, ocupando Montevidéu. O Uruguai foi oficialmente anexado ao Brasil, em 1821, com o nome de Província Cisplatina, situação que perdurou até 1828.

A POLÍTICA INTERNA DE D. JOÃO

No campo específico da política interna, D. João ampliou a autonomia do Brasil em termos financeiros, fiscais, judiciários e militares. Procurou também manter o equilíbrio entre os principais grupos de pressão política então existentes: a aristocracia rural brasileira e os comerciantes portugueses.

Para agradar aos latifundiários, o príncipe regente concedeu-lhes numerosos privilégios fiscais e políticos. Em favor dos comerciantes, foram aprovadas várias medidas de caráter econômico.

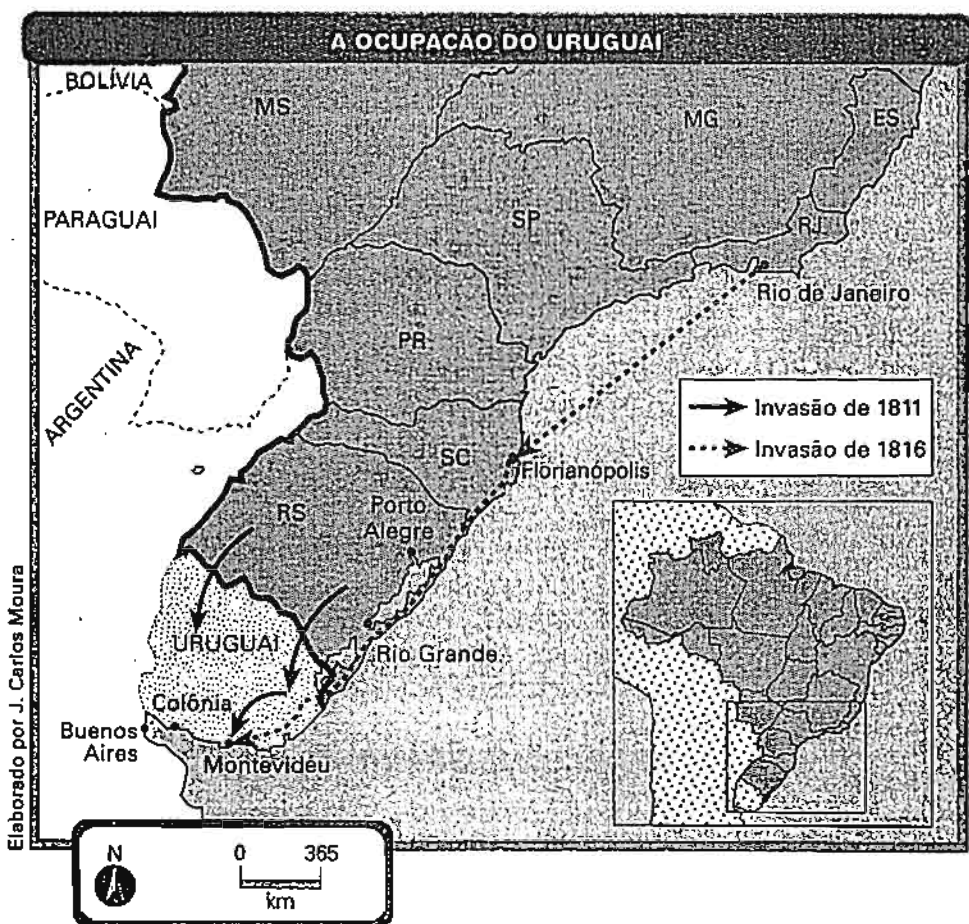
A elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal em 1815, embora com limitada importância prática, deu a Portugal mais um voto no Congresso de Viena e desviou a atenção da opinião pública de alguns problemas internos que estavam descontentando a população.

O Congresso de Viena foi convocado em 1815, após a derrota de Napoleão. Sua função foi reestruturar politicamente a Europa, de acordo com os interesses dos países que haviam vencido a guerra.

Em 1816, faleceu a rainha D. Maria I, e o príncipe regente assumiu então definitivamente o trono, com o nome de D. João VI, em 1818.

Resta lembrar ainda que o Período Joanino foi uma época de razoável progresso cultural, tendo sido criadas as escolas médicas da Bahia e do Rio de Janeiro, a Academia de Belas Artes, a Biblioteca Real, a Imprensa Régia, o Teatro Real de São João, a Academia Militar e o Arquivo Militar.

Também nesse período veio ao Brasil, em 1816, a Missão Artística Francesa, que teria grande influência sobre as artes plásticas brasileiras.

Este mapa (com as fronteiras atuais) mostra as duas invasões do Uruguai, ordenadas por D. João VI, em 1811 e 1816. As tropas do general Lecor, na segunda invasão, partiram do Rio de Janeiro, pois não era possível organizar um exército tão numeroso, para os padrões da época, no Rio Grande do Sul. E a longa marcha por terra, desde Florianópolis (então chamada Desterro), deveu-se à inexistência no litoral gaúcho de portos com condições para desembarque de um grande número de soldados.

A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA (1817)

Foi a única revolta emancipacionista que ultrapassou a fase conspirativa, tendo os revoltosos conseguido ocupar Pernambuco por algum tempo.

A situação de Pernambuco era propícia ao surgimento de movimentos revolucionários. Os pesados impostos, a opressão militar e o excesso de monopólios geraram o descontentamento popular e facilitaram o surgimento de idéias favoráveis à independência.

Preparou-se, então, uma revolta, cujos líderes principais foram Domingos Martins, o capitão José de Barros Lima, o padre Roma, o frei Miguelinho e Antônio Carlos de Andrada.

Descoberta a conspiração, o governador Miranda Montenegro ordenou a prisão dos implicados. Esses, porém, reagiram e, com apoio de parte das tropas, ocuparam Recife e formaram um governo provisório, com cinco membros representando o exército, o clero, o comércio, a magistratura e a agricultura.

A Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Ceará e Alagoas aderiram à revolta. Mesmo assim, após algumas semanas, as forças portuguesas conseguiram reocupar a região. Os chefes revolucionários foram então presos e condenados à morte.

De qualquer modo, a ocorrência da Revolução Pernambucana mostra como a oposição de interesses entre a população colonial e a Metrópole estava atingindo os limites do suportável.

O Regresso de D. João VI a Portugal

Após a derrota definitiva de Napoleão, em 1815, desenvolvera-se em Portugal um forte movimento visando ao regresso de D. João VI ao Reino. A situação de Portugal era lamentável, com a economia abalada pela guerra e pela perda do monopólio sobre o Brasil, e com as finanças públicas virtualmente arrasadas. Simultaneamente, as idéias liberais proclamadas pela Revolução Francesa haviam finalmente chegado ao Reino, e as instituições políticas vigentes, particularmente o absolutismo, sofriam uma crescente oposição, agravada ainda pela demora da família real no Brasil.

Esses fatores em conjunto levaram à eclosão de uma revolta em agosto de 1820: a Revolução Constitucionalista do Porto. Rapidamente vitoriosos, os revoltosos ocuparam Lisboa, proclamando o fim do absolutismo e a instauração da monarquia constitucional. Determinou-se a eleição de Cortes (Parlamento) para aprovar a primeira constituição do reino e exigiu-se a volta de D. João a Portugal.

O movimento português despertou grande interesse no Brasil, já então Reino Unido a Portugal. As revoltas na Bahia, no Pará e no Rio de Janeiro levaram D. João a jurar antecipadamente a constituição que estava sendo elaborada. Finalmente, em abril de 1821, D. João VI embarcou para Portugal, deixando D. Pedro encarregado da Regência do Brasil.

A REGÊNCIA DE D. PEDRO (1821-1822)

A POLÍTICA RECOLONIZADORA DAS CORTES DE LISBOA

Em 1821, instalaram-se as Cortes de Lisboa, que deveriam ser compostas de cento e trinta deputados portugueses e setenta e cinco brasileiros (destes, foram eleitos apenas 69 e somente 45 se deslocaram à Lisboa). Passada a fase inicial de euforia, iniciaram-se os choques entre lusos e brasileiros, motivados pelas tentativas das Cortes de recolonizarem o Brasil. Essas tentativas foram feitas por meio de vários decretos: reunião numa só entidade dos exércitos brasileiro e português; extinção dos tribunais aqui estabelecidos por D. João VI; ordem de regresso de D. Pedro a Portugal, para "completar sua educação política"; nomeação para cada província brasileira de um governador de Armas diretamente sujeito a Lisboa.

Sob o ponto de vista português, essa política era correta. Caso conseguissem recolonizar o Brasil e restabelecer o monopólio comercial, as Cortes obteriam os recursos financeiros necessários para expandir a economia portuguesa. No entanto, as autoridades de Lisboa erraram por não perceberem que a política de recolonização era inviável na prática, por três motivos: contrariava os interesses brasileiros, Portugal não tinha mais condições militares e políticas de impor sua vontade ao Brasil e a Inglaterra opunha-se à recolonização.

O governo português adotou, então, medidas restritivas ao Brasil, o que gerou aqui um movimento de oposição às Cortes. Muitos dos portugueses domiciliados no Brasil aderiram ao movimento, vislumbrando obter, com a permanência de D. Pedro, as regalias que só um governo autônomo pode propiciar: contratos rendosos aos comerciantes, postos elevados aos políticos, títulos e honrarias a todos.

A SEPARAÇÃO DEFINITIVA

Logo no início de 1822, atendendo a numerosas solicitações, D. Pedro resolveu desobedecer às Cortes e permanecer no Brasil. Foi o

famoso "Dia do Fico" (9 de janeiro). Algumas tropas portuguesas aquarteladas no Rio, comandadas pelo general Jorge Avilez, tentaram obrigar D. Pedro a regressar a Portugal, mas logo desistiram e retiraram-se para Lisboa.

Pressionado pela opinião pública e pela imprensa, na qual se destacavam Gonçalves Ledo e Januário Barbosa, D. Pedro nomeou um novo ministério (16 de janeiro), cuja figura central era José Bonifácio de Andrada. Entre fevereiro e agosto de 1822, as medidas favoráveis à autonomia do Brasil surgiram rapidamente, entre elas:

- nenhuma lei vinda de Lisboa seria obedecida sem o "Cumpra-se" do regente;
- aceitação por D. Pedro do título de "Defensor Perpétuo do Brasil";
- instalação, no Rio de Janeiro, do Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, órgão consultivo que deveria aconselhar o regente nos assuntos importantes;
- convocação de uma Assembléia Constituinte, que deveria organizar uma Constituição para o Brasil;
- considerar inimigas quaisquer tropas enviadas por Portugal;
- proibição da posse de funcionários enviados de Lisboa.

Diante dessa série de medidas e da rapidez com que foram tomadas, a separação definitiva entre o Brasil e Portugal era somente uma questão de tempo e de oportunidade. Finalmente, a 7 de setembro, D. Pedro, diante da ordem das Cortes para que voltasse imediatamente a Portugal, proclamou a independência.

AS LIMITAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA

29 Diante do quadro apresentado no item anterior, fica-se com a impressão de que a classe dominante agrária, a alta burocracia civil e militar e o próprio D. Pedro estavam todos convencidos da necessidade e oportunidade de se proclamar a independência do Brasil, e de que trabalhavam unidos para consegui-la, desde o momento em que D. João VI regressou a Portugal.

Um exame cuidadoso dos fatos ocorridos durante a regência de D. Pedro mostra, porém, que os fatos se passaram de maneira diferente.

Quando as Cortes de Lisboa iniciaram seus trabalhos, a aristocracia rural estava politicamente dividida em dois grupos:

1) um grupo minoritário, favorável à independência imediata;
2) um grupo majoritário, favorável à manutenção da união com Portugal, desde que tivéssemos uma certa autonomia e que não se restabelecesse o monopólio comercial.

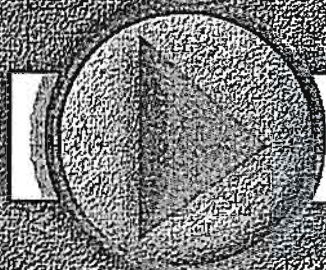
Conforme as Cortes foram aumentando suas exigências de recolonização, o grupo favorável à união luso-brasileira passou a defender uma autonomia cada vez maior para o Brasil, mas continuou a desejar a união.

Só no último momento, quando ficou claro que as Cortes não aceitariam um acordo e exigiram a completa recolonização, este grupo uniu-se aos elementos favoráveis à independência. Na realidade, a maioria da classe dominante fez o possível para manter o Brasil unido a Portugal, o que só não ocorreu devido ao absoluto desconhecimento dos deputados portugueses, nas Cortes, a respeito da realidade brasileira.

A classe dominante não era contra a independência, mas apenas receava que esta provocasse um processo revolucionário que pusesse em risco seus privilégios. E a nossa elite socioeconômica colocava seus interesses particulares acima dos interesses da Nação. O que, aliás, é muito mais freqüente do que geralmente se imagina.

D. Pedro e a burocracia que o cercava encaravam a luta pela independência muito mais como uma **disputa política portuguesa do que brasileira**. Isto é, para eles, tratava-se de lutar contra as Cortes, **mesmo que** para isso tivessem que proclamar a independência do Brasil.

Se lembrarmos que essas mesmas pessoas governavam o País durante o Primeiro Reinado (1822-1831), é simples entender o porquê de o processo de independência só ter-se encerrado em 1831, quando D. Pedro I abdicou do trono brasileiro e retirou-se para a Europa.

Além disso, como a independência foi controlada pela classe dominante agrária, não trouxe mudanças à nossa estrutura econômica, que continuou fundamentalmente colonial: agrária, latifundiária, escravista e dependente do mercado externo.

Parte 2

O Brasil Monárquico

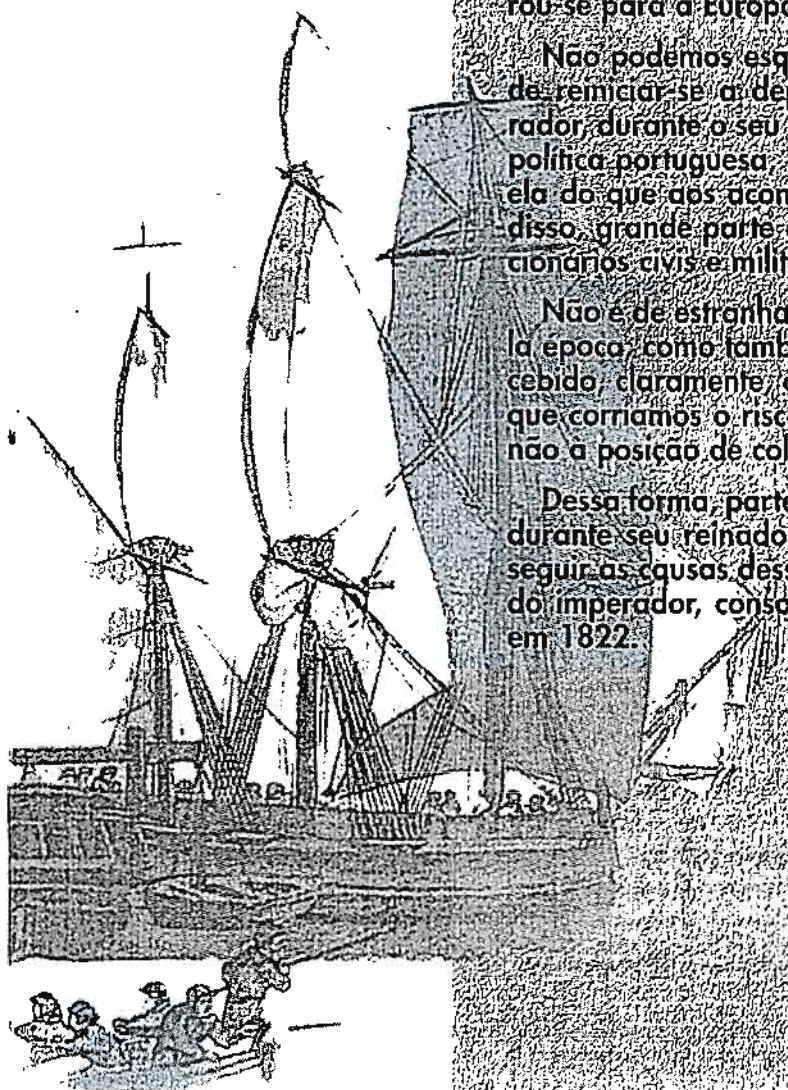
O Primeiro Reinado (1822-1831)

O Primeiro Reinado corresponde ao período de nove anos em que D. Pedro I governou o Brasil.

Embora o País nesse momento já estivesse separado de Portugal, consideramos que o Primeiro Reinado faz parte, ainda, do processo de independência. Este, na realidade, somente se encerrou quando D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro e retirou-se para a Europa, em 1831.

Não podemos esquecer dois fatores responsáveis pelo risco de reiniciar-se a dependência do Brasil a Portugal: o imperador, durante o seu reinado, manteve-se intimamente ligado à política portuguesa, em certos momentos, aliás, mais ligado a ela do que aos acontecimentos ocorridos no nosso País; além disso, grande parte dos assessores do governo e os altos funcionários civis e militares eram portugueses.

Não é de estranhar, portanto, que não só os políticos daquela época, como também parte da opinião pública tenham percebido, claramente, que a nossa independência era precária e que corríamos o risco de, a qualquer momento, voltarmos senão à posição de colônia, pelo menos à de reino unido.

Dessa forma, parte do desgaste político que D. Pedro I sofreu durante seu reinado decorreu dessa situação. Estudaremos a seguir as causas desse desgaste e como ele gerou a abdicação do imperador, consolidando assim a indepedência alcançada em 1822.

Crise Econômica e Instabilidade Política

A ARISTOCRACIA RURAL NO PODER

Já vimos que a independência foi um empreendimento político liderado pela classe dominante. Mas qual a atitude do restante da população? O que pensaram e fizeram a camada média e o povo em geral?

Quando falamos em **povo**, estamos excluindo um grupo que representava quase metade da população total do País: **os escravos**. A respeito da independência, estes simplesmente não pensavam nada. Para eles era indiferente se quem segurava o cabo do chicote eram portugueses ou brasileiros.

Embora as demais classes sociais tenham apoiado a independência, não conseguiram influenciar os destinos políticos do Brasil depois desta, devido à absoluta predominância da aristocracia rural na economia e na sociedade brasileira.

Por isso a autonomia caracterizou-se por ser um movimento de cima para baixo, da cúpula para a base, e não ocasionou modificações no sistema socioeconômico. E por que não? Porque reformas profundas não interessavam à classe dominante, que desejava manter a estrutura colonial de produção, indispensável à manutenção do controle que os grandes proprietários exerciam sobre o Brasil.

Essa situação explica também por que adotamos a Monarquia como forma de governo, apesar de não termos nem nobreza hereditária nem uma dinastia própria. Explica, ainda, por que D. Pedro manteve-se no trono, embora grande parte da classe política não confiasse muito no príncipe.

Assim, interessava à aristocracia rural manter a Monarquia, com D. Pedro, porque esta lhe trazia uma grande vantagem: evitar qualquer agitação política ou disputa pelo poder que pudessem eventualmente provocar modificações econômicas ou políticas no País.

Em resumo, a situação foi a seguinte: a classe dominante fez a independência, apoderou-se do controle do governo e tratou de orientar a política nacional de acordo com seus interesses particulares.

Quando da independência, o Brasil possuía 19 províncias, mas essa divisão sofreu várias modificações. A Cisplatina foi perdida em 1828, dando origem ao Uruguai. Durante o Império, Pernambuco perdeu grande parte de seu território e foram criadas as províncias do Paraná e do Amazonas. O Piauí — que não tinha litoral — obteve um acesso ao mar, por meio de uma troca de territórios com o Ceará. Durante a República, o Acre foi conquistado à Bolívia e foram criados os Estados do Amapá, de Roraima, Rondônia, Mato Grosso do Sul e do Tocantins.

Para defender esses interesses, estabeleceu-se a seguinte orientação:

- **Na política externa:** manteve-se uma política de aliança com a Inglaterra, a maior compradora de produtos brasileiros, que eram produzidos pelos grandes latifundiários.
- **Na política interna:** evitaram-se quaisquer transformações no sistema econômico e social do Brasil.

Visando colocar em prática esse sistema político, deveria ser criado um aparelho de Estado (uma estrutura político-administrativa) e, em seguida, fazer com que ele funcionasse em todo o País.

Criá-lo foi fácil: bastou aproveitar aquele que D. João criara no Período Joanino (1808-1821). Difícil foi fazê-lo funcionar num País enorme, com meios de comunicação precários, profundos regionalismos e que, ainda por cima, enfrentava séria crise econômica.

Desencadeou-se assim uma longa fase de agitação política, que caracterizou todo o Primeiro Reinado (1822-1831) e o Período Regencial (1831-1840).

A CRISE ECONÔMICA

Na época da independência, o Brasil atravessava uma fase de dificuldades econômicas, causadas pela má situação dos nossos produtos de exportação no mercado internacional.

A chamada lavoura tradicional (açúcar, algodão e fumo), que representava metade de nossas exportações, apresentava um quadro pouco animador.

No que se refere ao açúcar, a situação pode ser assim resumida:

- A produção européia de açúcar de beterraba começava a concorrer com o açúcar de cana.
- O mercado inglês continuava a ser abastecido pelas colônias britânicas das Antilhas.
- O mercado dos Estados Unidos, o de mais rápido crescimento na época, era atendido pelo açúcar cubano, cuja produção estava em franco desenvolvimento.
- O mercado da Europa continental era abastecido em boa parte pelo açúcar de beterraba e pela produção das colônias francesas, holandesas e espanholas.

A situação algodoeira era ainda pior, devido à concorrência dos Estados Unidos, cujo algodão era "apenas" melhor e mais barato que o nosso.

O fumo, cuja produção destinava-se principalmente à troca por escravos africanos, ressentia-se das dificuldades por que passava nesta época o tráfico negreiro.

A exportação de couro também não era animadora, principalmente em virtude da concorrência da pecuária argentina.

Esses fatos geraram no Brasil uma de suas mais longas fases de crise econômica. Embora os dados estatísticos sobre esse período sejam poucos e não mereçam muita confiança, é quase certo que o declínio da economia nacional entre 1820 e 1850 tenha causado uma séria redução da renda *per capita* brasileira, calculada pelo economista e historiador Celso Furtado em cerca de 40%.

Somente em meados do século, com o desenvolvimento da cafeicultura, conseguimos superar essa crise.

DIFICULDADES ECONÔMICAS E CRISE POLÍTICA

A crise no setor econômico, vista no item anterior, causou sérias dificuldades financeiras para o governo imperial, que viu sua principal fonte de recursos abalada: os impostos cobrados sobre a importação de mercadorias (taxas alfandegárias).

Isso porque, para comprar produtos importados, um país precisa de moeda forte — hoje o dólar naquela época a libra — a qual é ganha através de exportações. **Quanto menos se exporta**, menos se ganha e, portanto, **menos se importa**. No caso do Brasil, menores importações significaram uma redução nas rendas do governo.

Ficava assim caracterizada uma **crise econômico-financeira**.

A crise era econômica, porque a economia nacional estava em dificuldades; financeira, porque o governo passava a ter menos dinheiro à sua disposição.

Talvez você, neste momento, esteja pensando: "Mas a solução era simples! Aumentavam-se as taxas alfandegárias sobre a importação e pronto, ou então criavam-se taxas sobre a exportação, e estava resolvida a crise."

Acontece, porém, que nos setores econômico e financeiro os fatos têm o lastimável costume de não serem simples.

O governo não podia aumentar os impostos de importação, pois os tratados de 1810, com a Inglaterra, não lhe permitiam. E também não podia criar taxas sobre as exportações, porque estaria agindo contrariamente aos interesses da classe dominante, que era agrária e exportadora.

Como solução para o impasse, o governo fez empréstimos no exterior e emitiu papel-moeda. No entanto, já naquela época, tal medida foi apenas um paliativo, ou seja, não resolveu os problemas, pelo contrário, apenas os agravou a longo prazo.

Desse modo, a crise econômico-financeira apresentou dois efeitos diferentes: de um lado, gerou um profundo declínio ou estagnação em várias regiões do País, já que cada província, ou grupo delas, era especializada na produção de um dos produtos decadentes no mercado internacional; de outro lado, como o governo não dispusesse de recursos para auxiliar as províncias em crise, estas passaram a se opor a ele ou mesmo a se revoltarem abertamente.

Após a independência, as antigas capitanias receberam o nome de províncias, mantendo-o até a proclamação da República, em 1889, quando então passaram a se chamar Estados.

As autoridades imperiais, porém, não dispunham de recursos para sufocar definitivamente as rebeliões, e as províncias, por sua vez, não tinham meios de prolongar a resistência. Permaneceu-se assim num estado de agitação intermitente, numa crise política que se prolongou por quase 30 anos.

A esse conflito entre o governo central e os grupos provinciais somou-se a contradição entre os comerciantes estabelecidos nas principais cidades litorâneas e a classe dominante, cujos membros, freqüentemente, deviam vultosas quantias ao grupo comercial. O fato de esse grupo ser formado sobretudo por portugueses e, portanto, apoiado pelo imperador, foi um dos fatores que contribuiu para azedar as relações entre D. Pedro I e a classe senhorial que o tinha levado ao poder.

Esse conjunto de crises e contradições explica a agitação política característica do Primeiro Reinado. A resolução só foi encontrada após a abdicação, em 1831, e a consolidação da economia cafeeira, já no Segundo Reinado.

O Primeiro Reinado (1822-1831)

O Processo Político

Evolução Política do Primeiro Reinado

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

[4] Ao contrário do que aconteceu na América Espanhola, no Brasil não houve uma guerra de independência longa e sangrenta, mas apenas lutas em pontos isolados do País, onde algumas tropas portuguesas fizeram o que lhes parecia lógico: não aceitaram a independência proclamada por D. Pedro I.

Resistiram contra a independência as províncias do Pará, do Maranhão, do Piauí, da Bahia e Cisplatina, embora apenas na Bahia tenham ocorrido combates importantes.

A luta armada pela independência foi breve e ocorreu em regiões isoladas entre si. Note que a extensão das áreas envolvidas não é proporcional à intensidade dos conflitos: os maiores combates ocorreram na Bahia.

Como o governo não dispusesse de soldados suficientes para enfrentar as tropas portuguesas, foram contratados batalhões de mercenários na Europa e também oficiais mercenários, principalmente ingleses e franceses, para a Marinha e o Exército.

A utilização de mercenários estrangeiros foi comum no Brasil, entre 1822 e 1850. Os soldados eram principalmente alemães, polacos e suíços, e os oficiais, principalmente na marinha, ingleses, destacando-se, entre estes, Cochrane, Grenfell e Taylor. De modo geral, tais mercenários sentiam pelos brasileiros profundo desprezo, tratando-os de maneira bárbara.

Na Bahia, as tropas portuguesas do general Madeira de Melo resistiram durante dez meses. Cercados por terra pelas tropas dos generais Lima e Silva e Labatut e por mar pela esquadra de Cochrane, os portugueses retiraram-se em junho de 1823. É curioso — e significativo — verificar que, apesar da presença de importantes elementos mercenários, o maior esforço na luta contra Madeira de Melo advinha dos batalhões de voluntários brasileiros, formados por gente humilde do sertão baiano, que foram dispersados logo que a guerra acabou.

No Maranhão e Piauí, os portugueses foram derrotados sem dificuldades. O mesmo ocorreu no Pará, onde, aliás, verificou-se outro acontecimento significativo: quando os navios de Grenfell chegaram a Belém, grupos de patriotas, formados principalmente por populares, revoltaram-se e dominaram a cidade antes que os mercenários desembarcassem.

A recompensa que receberam por seu patriotismo foi "notável": Grenfell mandou colocar quase 300 pessoas no porão de um pequeno navio, despejou sobre elas algumas sacas de cal e fechou o porão. Praticamente todos morreram sufocados. Enquanto isso, nos elegantes salões do palácio imperial, no Rio de Janeiro, D. Pedro compunha o Hino da Independência: "... já raiou a liberdade no horizonte do Brasil..."

Na Cisplatina, o general português Frederico Lecor, que apoiava a independência, derrotou as tropas de Álvaro da Costa, fiéis a Portugal. Estava assim encerrada a guerra de independência.

O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA

O Brasil enfrentou algumas dificuldades quanto ao reconhecimento de sua independência por outros países.

Na América, várias nações hesitaram em reconhecer a independência, por temerem que a monarquia brasileira representasse, a longo prazo, as tentativas de recolonização. Além disso, a política expansionista do Brasil na região do rio da Prata causava sérias desconfianças entre os países vizinhos.

As monarquias européias, ligadas à política conservadora da "Quádrupla Aliança" (França, Áustria, Prússia e Rússia), e que defendiam a "política da legitimidade" criada pelo Congresso de Viena, consideraram a independência do Brasil "ilegítima", afirmando que só a reconheceriam se Portugal também o fizesse.

Para fazer cumprir a política da legitimidade, estabelecida pelo Congresso de Viena (1815), foi constituída a Quádrupla Aliança, formada pela Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia. Algum tempo depois, a França foi admitida na Aliança, que passou então a chamar-se Quíntupla. Quando ficou claro que a legitimidade seria um empecilho ao reconhecimento da independência das ex-colônias espanholas e portuguesas da América, a Inglaterra retirou-se da Aliança que, assim, voltou a ser Quádrupla.

Quanto à Santa Aliança, que é muitas vezes apresentada como uma perigosa ameaça à nossa independência, não passou de uma declaração de princípios, proposta pelo czar Alexandre I, da Rússia, e assinada por quase todos os soberanos europeus, segundo a qual eles se comprometiam a governar segundo "os santos princípios da religião de Nosso Senhor Jesus Cristo". Como você vê, cinismo, em política internacional, é coisa antiga.

O primeiro país a reconhecer o Brasil independente foram os Estados Unidos, em 1824. No ano seguinte, com a intermediação da Inglaterra, Portugal finalmente reconheceu nossa independência, recebendo porém do Brasil uma indenização de £2 000 000, naquela época uma enorme quantia.

Você talvez pergunte: "E o Brasil tinha tanto dinheiro assim?" É claro que não, mas a Inglaterra "bondosamente" nos emprestou, a juros. Com esse empréstimo começou uma história antiga, porém ainda bastante atual: a dívida externa brasileira.

Em 1826, a Inglaterra também reconheceu o Brasil, exigindo para isso a renovação por mais de 15 anos dos Tratados de 1810, que mantiveram as reduzidas taxas alfandegárias de importação, e compromisso brasileiro de extinguir o tráfico negreiro até 1830. Logo em seguida, as demais nações européias também reconheceram nossa independência.

A ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Dois meses antes da independência, fora convocada uma Assembléia Constituinte, cujo objetivo era elaborar uma constituição para o Reino do Brasil, pois a que estava sendo feita pelas Cortes de Lisboa não atendia minimamente aos nossos interesses. Após o 7 de setembro, essa Assembléia passou a ter uma nova tarefa: elaborar a constituição do Império, o que começou a ser feito em maio de 1823.

Os deputados da Assembléia estavam divididos em dois partidos:

- **Partido Brasileiro**: que representava os interesses da classe dominante agrária e de alguns setores da camada média.
- **O Partido Português**: que defendia os interesses da burocracia civil e militar do Estado, formada principalmente por portugueses.

Entretanto, esses não eram partidos no sentido exato da palavra, mas agrupamentos de políticos com interesses comuns e reunidos em torno de alguns chefes de maior prestígio.

O Partido Brasileiro, que tinha maioria na Constituinte, desejava um regime liberal em que os poderes políticos do Legislativo fossem superiores aos do Executivo.

Tratava-se aqui de um liberalismo de fachada que, absolutamente, não punha em risco os privilégios econômicos e sociais da elite agrária.

Já o Partido Português, minoritário e dependente do apoio do Imperador, defendia um sistema em que a autoridade do Executivo fosse muito ampla.

Iniciados os trabalhos da Assembléia, o Partido Brasileiro apresentou, através de Antônio Carlos de Andrada, um projeto de constituição apelidado de "Constituição da Mandioca". O historiador Caio Prado Jr. definiu perfeitamente o projeto quando afirmou que "afastando o perigo da recolonização; excluindo dos direitos políticos as classes inferiores e praticamente reservando os cargos de representação nacional aos proprietários rurais; concentrando a autoridade política no Parlamento e proclamando a mais ampla liberdade econômica, o projeto consagra todas as aspirações da classe dominante dos proprietários rurais". (*Evolução Política do Brasil*, 5ª ed., págs. 48 e 49, Ed. Brasiliense)

O apelido de "Constituição da Mandioca" deve-se ao fato de que tal projeto estabelecia o voto censitário (voto por renda), sendo porém difícil determinar uma renda mínima que fosse válida para todo o País. Por isso adotou-se o critério de que para ser eleitor o cidadão deveria ter uma renda equivalente ao valor de uma determinada quantidade de farinha de mandioca.

D. Pedro I, cujo sentimento democrático não era exatamente profundo, não aceitou o projeto, que lhe limitava os poderes. Começaram então os choques entre a Constituinte e o imperador, agravados ainda pelo autoritarismo do monarca e pelo apoio que este dava a elementos portugueses.

Naquela época, alguém que acreditasse nos sentimentos democráticos do governo seria tolo ou mal-intencionado. Já na abertura das sessões da Assembléia Constituinte, D. Pedro dissera em seu discurso: "espero que a constituição que façais mereça minha imperial aprovação". Mais claro que isso, impossível: façam a democracia que quiserem, contanto que seja eu quem mande.

Em julho, José Bonifácio e seu irmão Martim Francisco demitiram-se do ministério e passaram a atacar o imperador, por meio do jornal *Tamoio*. Ao mesmo tempo, D. Pedro I interferia constantemente nos trabalhos da Assembléia, retardando a votação do projeto. Por outro lado, deputados e jornalistas atacavam cada vez mais violentamente os elementos portugueses que assessoravam o chefe de Estado.

Finalmente, em 11 de novembro de 1823, D. Pedro mandou cercar com tropas o prédio em que funcionava a Assembléia. Os deputados passaram a noite em sessão de emergência — foi chamada "Noite da Agonia" —, e no dia 12 o imperador decretou a dissolução da Constituinte. Estava consumado o primeiro golpe de Estado do Brasil independente.

Esse golpe, como outros posteriores, foi justificado pela necessidade de defender a integridade e independência do Império e a liberdade popular. Estranho método de se defender a liberdade, acabando com ela e estabelecendo a ditadura!

Logo em seguida, D. Pedro I declarou que convocaria outra Assembléia Constituinte, à qual apresentaria um novo projeto de Constituição, muito mais liberal que o anterior. Para isso, nomeou um Conselho de Estado de 10 membros, o qual, já no mês seguinte (dezembro), apresentou o projeto constitucional.

O imperador, porém, preferiu não convocar eleições para uma nova Assembléia. Quem sabe Sua Majestade achasse que eleições eram um luxo caro demais para um país pobre como o nosso?

Assim, cópias do novo projeto foram enviadas às Câmaras Municipais das principais cidades do País, para que os vereadores examinassem-no e devolvessem-no ao governo, com críticas, sugestões, etc. Apenas as Câmaras de Itu (SP) e Salvador apresentaram críticas. As demais trataram de achar o projeto "ótimo".

Diante dessa maciça demonstração de apoio do "povo" brasileiro, D. Pedro I, em março de 1824, outorgou a constituição.

Entendemos por constituição **outorgada** aquela imposta pelo governo ao povo. Quando uma constituição é aprovada democraticamente, por uma Assembléia de representantes populares, dizemos que ela é **promulgada**.

Em linhas gerais, a Constituição de 1824 — que vigorou até a proclamação da República, em 1889 — estabelecia o seguinte:

- Monarquia constitucional e hereditária.
- Regime unitário, ou seja, quase todos os poderes político-administrativos concentravam-se em mãos do governo central. Os governos das províncias tinham autonomia mínima.
- União entre a Igreja e o Estado, sendo a religião católica a oficial; era o sistema de "Padroado".
- Voto censitário (para ser eleitor era necessário ter uma determinada renda mínima) e descoberto, ou seja, não secreto.
- Quatro poderes: Moderador, Executivo, Legislativo e Judiciário.

O poder **Moderador**, pessoal e exclusivo do imperador, intervinha sempre que surgiam conflitos entre os demais poderes e determinava qual deles tinha razão. No exercício do poder Moderador, o imperador nomeava os senadores, convocava a Assembléia Geral para reuniões extraordinárias, sancionava os decretos e resoluções da Assembléia Geral, dissolvia a Câmara dos Deputados, quando achasse necessário, convocava a eleição para deputados, nomeava e demitia ministros e suspendia magistrados.

Para assessorar o imperador no exercício do poder Moderador, havia um Conselho de Estado, cujos membros, no entanto, eram nomeados pelo próprio imperador.

O poder **Executivo**, também exercido pelo imperador, através dos ministros por ele nomeados, tinha as seguintes funções: nomear bispos, convocar a Assembléia Geral para reuniões ordinárias, nomear os magistrados, os funcionários públicos, os comandantes do Exército e da Marinha, os embaixadores e executar as leis, decretos, regulamentos, etc.

Nota-se facilmente que, com o Executivo e Moderador em mãos, D. Pedro I adquiriu poderes quase absolutos. Aliás, o Artigo 99 da Constituição dizia que a pessoa do imperador era inviolável e sagrada, não sendo responsável perante nenhum outro órgão ou poder.

O poder **Judiciário** era exercido pelos tribunais provinciais e pelo Superior Tribunal de Justiça.

O poder **Legislativo** era exercido pela Assembléia Geral, que se dividia em dois ramos: a Câmara dos Deputados — eleitos de quatro em quatro anos — e o Senado, com seus membros nomeados pelo imperador em caráter vitalício.

A Constituição do Império adotava o sistema de **eleições indiretas** havendo dois tipos de eleitores: os de **paróquia** e os de **província**. Os eleitores de paróquia elegiam os de província e estes votavam para eleger deputados e senadores. Para ser eleitor de paróquia, exigia-se uma renda anual mínima de 100 mil réis; para o eleitor de província, 200 mil réis e para ser deputado ou senador, 400 e 800 mil réis, respectivamente.

Havia, porém, um grande número de cidadãos impedidos por lei de exercerem o direito de voto, como os solteiros menores de 25 anos, os empregados domésticos e os membros do clero. Não podiam ser eleitores de província os escravos libertos e proibia-se a eleição dos não católicos para os cargos de deputado e senador.

Em resumo, os eleitores eram uma porcentagem insignificante da população total, o que transformava as eleições em pouco mais do que uma comédia. Completava-se assim o caráter fundamental de nossa primeira constituição: **liberal na aparência, conservadora no conteúdo, autocrática no funcionamento**.

O DECLÍNIO DA POPULARIDADE DO IMPERADOR

▣ No período entre 1824 e 1831, o Brasil registrou um clima de crise política quase permanente. Essa situação provocou o progressivo desgaste da imagem de D. Pedro I e do Partido Português, culminando finalmente com a abdicação do imperador, em abril de 1831.

Hoje, que a poeira do tempo já assentou, é facil perceber que D. Pedro I e seus aliados — o Partido Português — tinham poucas chances de sobrevivência política, pois o soberano estava envolvido numa rede de situações e interesses contraditórios. A má situação da economia nacional já era suficiente, por si só, para desgastar seriamente a imagem do governo. Além disso, havia ainda o crescente choque de interesses entre a aristocracia rural (visava exercer poder através do monarca) e o imperador (queria governar de maneira personalista e autoritária).

Para completar esse quadro pouco animador, D. Pedro I exerceu uma péssima administração, caracterizada por permanentes *déficits* orçamentários, por empréstimos externos negociados em condições suspeitas, pela constante desvalorização da moeda nacional (o mil réis), pela falência do Banco do Brasil, etc.

Nessas circunstâncias, o governo só poderia sobreviver se o monarca possuísse uma grande habilidade política. Ocorre, porém, que habilidade não era uma das características de D. Pedro I, um verdadeiro mestre na arte de fazer inimigos. Os erros políticos por ele cometidos foram tantos e tão graves, que chegam a dar a impressão de um premeditado suicídio político.

Vamos estudar, em seguida, os principais acontecimentos que causaram a abdicação do imperador.

A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (1824)

8 Em 1824, a situação das províncias do Nordeste, particularmente Pernambucano, era ideal para o surgimento de uma revolta: economia em crise — devido ao declínio das lavouras de cana, fumo e algodão —; insatisfação popular decorrente da dissolução da Constituinte e da outorga da Constituição; pesados impostos e, finalmente, a nomeação, por D. Pedro I, de presidentes de província que não gozavam de apoio político local.

Por isso, quando Francisco de Paes Barreto foi nomeado como novo presidente da província de Pernambuco, a revolução estourou.

Em 2 de julho de 1824, os revoltosos de Pernambuco ocuparam Recife e nomearam uma junta governativa, chefiada por Manuel Paes de Andrade. Proclamaram então a República e adotaram provisoriamente a constituição da Colômbia. Aderiram imediatamente ao movimento as províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, formando a Confederação do Equador.

A reação do governo imperial foi rápida. O brigadeiro Lima e Silva — pai do Duque de Caxias — comandando tropas brasileiras e batalhões de mercenários, atacou os revoltosos por terra, enquanto as forças navais comandadas pelos mercenários ingleses Cochrane e Taylor completavam o cerco por mar. Em poucas semanas, as tropas rebeldes foram derrotadas.

Iniciou-se então uma violenta repressão exercida pelas tropas imperiais: saques, destruições, assassinatos e fuzilamentos. Entre os executados encontrava-se Frei Caneca, veterano da Revolução Pernambucana de 1817, e um dos mais populares líderes da época.

A violência com que o imperador reprimiu a Confederação do Equador liquidou sua popularidade no Nordeste, nessa época a mais populosa região do Brasil. Conseqüentemente, acentuaram-se as divergências entre a opinião pública e D. Pedro.

A SUCESSÃO DO TRONO PORTUGUÊS

9 Em 1826, faleceu em Lisboa o Rei de Portugal, D. João VI. A Coroa portuguesa passou então a pertencer a D. Pedro, que assumiu o trono português com o título de D. Pedro IV, sendo simultaneamente rei de Portugal e imperador do Brasil.

A população brasileira reagiu imediatamente, temerosa de que o fato de o Brasil e Portugal serem governados pela mesma pessoa levasse à restauração do Reino Unido, comprometendo assim a independência brasileira.

Diante dessa reação, o imperador abdicou ao trono português em favor de sua filha, D. Maria da Glória, que era brasileira. Como ela fosse ainda criança, D. Pedro nomeou seu irmão mais novo, D. Miguel, como regente de Portugal, até que D. Maria completasse 18 anos.

> Curiosamente, a partir desse momento, Portugal passa a ter uma rainha nascida no Brasil, enquanto que este tem um imperador nascido em Portugal.

Essa solução visava reduzir as desconfianças da população em relação a D. Pedro I. Mas isso não ocorreu, pois D. Miguel tomou para si o trono português, obrigando D. Maria da Glória a retornar ao Brasil. Tal atitude levou D. Pedro a se envolver profundamente na política interna portuguesa, na tentativa de defender os interesses da filha, descuidando-se dos problemas brasileiros.

Por isso, o ressentimento brasileiro em relação ao imperador aumentou mais ainda, desgastando a sua já reduzida popularidade.

A GUERRA CISPLATINA (1825-1828)

10 Como já vimos no capítulo 22, D. João VI mandara invadir o Uruguai, formalmente anexado ao Brasil em 1821, com o nome de Província Cisplatina.

Em 1825, os líderes uruguaios Lavalleja e Rivera, que estavam exilados na Argentina, desembarcaram no Uruguai e, apoiados pela população local, iniciaram uma revolta contra os brasileiros e proclamaram a independência da Cisplatina, resolvendo incorporá-la à Argentina. Em vista disso, o Brasil declarou guerra à Argentina, iniciando-se as operações militares em 1826.

Durante dois anos arrastaram-se os combates navais e terrestres e as forças imperiais, embora não decisivamente derrotadas, sofreram uma série de reveses que abalaram seriamente o moral das tropas e levaram as operações militares a um ponto morto.

A opinião pública brasileira, que jamais apoiara a guerra, ficou ainda mais descontente com o insucesso das tropas imperiais e principalmente com os métodos de recrutamento militar empregados pelo governo.

> O serviço militar, na época, era voluntário. Como obviamente não havia voluntários em número suficiente, as equipes de recrutamento passaram simplesmente a seqüestrar pessoas em locais públicos, as quais eram então incorporadas à força e enviadas para a frente de combate. Ironicamente, chamavam-se tais recrutas de "voluntários especiais".

Surgiram então numerosas manifestações contra a guerra, as quais repercutiram imediatamente na Câmara de Deputados, que voltara a funcionar em 1826, e na imprensa, havendo violentos discursos e artigos contra a guerra, o ministério, o imperador e a própria Monarquia.

Pressionado pelo público e pela Câmara, e malsucedido na frente militar, D. Pedro I acabou por ter que aceitar a mediação britânica no conflito, já que a Inglaterra, interessada em dominar o comércio do rio da Prata, preferia que o Uruguai ficasse independente, sem se sujeitar ao domínio brasileiro ou argentino.

Assim, em 1828, foi assinado um tratado de paz, pelo qual o Brasil e a Argentina reconheciam a independência da Cisplatina, que passou a se chamar República Oriental do Uruguai.

A reação da opinião pública diante do fim da guerra pode ser exemplificada através dos seguintes versos, de autor anônimo, que circularam no Rio de Janeiro nessa época:

A Corte vai deitar luto;
A cidade se ilumina:
Acabam nossas desgraças
Lá se foi a Cisplatina

Brava gente brasileira
Longe vá-se amor servil:
Deixemos os estrangeiros
E cuidemos do Brasil.

A ABDICAÇÃO DO IMPERADOR (1831)

III Após a Guerra Cisplatina, a imagem de D. Pedro junto à população estava definitivamente desgastada. Uma prova disso foram as eleições legislativas de 1830. Apesar de o sistema eleitoral permitir às autoridades o rígido controle do eleitorado, acabou por ocorrer um fato extremamente raro na História do Brasil: o governo perdeu as eleições, tendo o Partido Brasileiro, de oposição, eleito a maioria dos deputados.

Em dezembro deste mesmo ano, D. Pedro I fez uma desastrosa viagem de cunho político a Minas Gerais, e foi recebido pela população da maneira mais fria e antipática possível. Voltando ao Rio de Janeiro, foi recebido por seus partidários com uma série de festas e comemorações, que ocasionaram uma generalizada pancadaria entre "brasileiros" e "portugueses", a qual se estendeu de 12 a 14 de março de 1831. Foram as famosas "Noites das Garrafadas".

No dia 17, um grupo de deputados apresentou, por escrito, um enérgico protesto a D. Pedro, que então resolveu nomear um novo ministério, formado exclusivamente por brasileiros, incluindo entre seus membros algumas pessoas de bastante prestígio político. Nomeado em 19 de março, esse ministério teve curta duração, pois, como as manifestações de rua contra o governo continuassem, o imperador demitiu-o em 5 de abril e nomeou outro ministério formado apenas por amigos seus, quase todos extremamente impopulares: o "ministério dos marqueses".

A reação pública foi imediata. Grande número de pessoas começou a se juntar no Campo de Santana, às quais se uniram quase todas as unidades militares da guarnição do Rio de Janeiro. Enviou-se então comissão ao palácio imperial, solicitando que fosse reintegrado o ministério demitido. D. Pedro despediu a comissão com a conhecida frase: "Estou pronto a fazer tudo para o povo; nada, porém, pelo povo."

> Como qualquer outro governante autoritário do mundo moderno, D. Pedro I tinha um sentimento paternalista pelo povo, julgando que apenas ele, governante, sabia o que era bom para a população e que esta não tinha consciência de seus próprios interesses nem o direito de impor suas decisões ao governo.

Algumas horas depois, porém, o monarca percebeu que não poderia resistir ao movimento popular (já se falava inclusive em República) e tentou encarregar o senador Vergueiro de formar um novo ministério. O senador, entretanto, que não era tolo, tratou de "desaparecer" temporariamente e não foi localizado. Diante disto, D. Pedro I viu-se totalmente só e na madrugada de 7 de abril de 1831 abdicou ao trono brasileiro em favor de seu filho D. Pedro II, então com 5 anos de idade. Encerrava-se o Primeiro Reinado.

O Período Regencial (1831-1840)

A abdicação de D. Pedro I, em 1831, foi um fato importante da História política do Brasil, por três motivos principais.

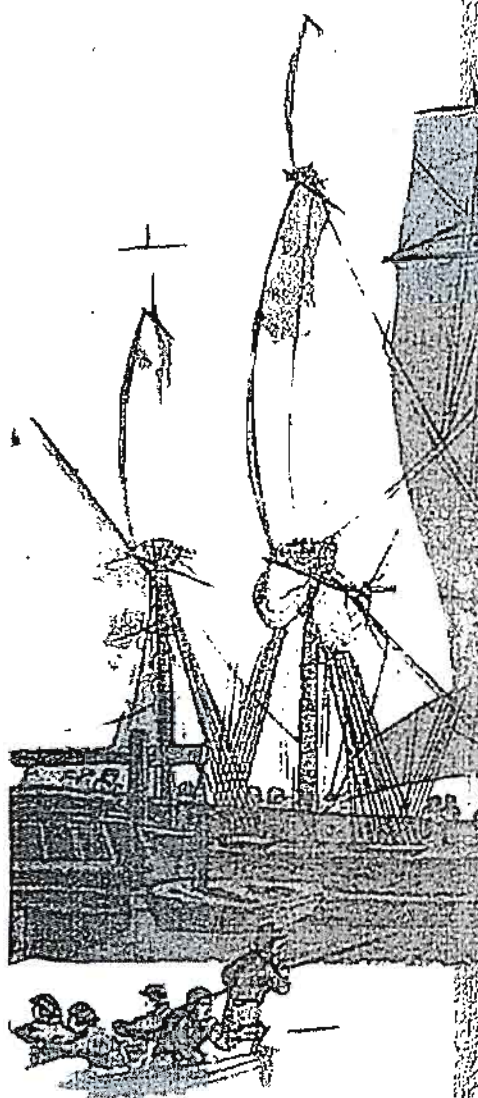
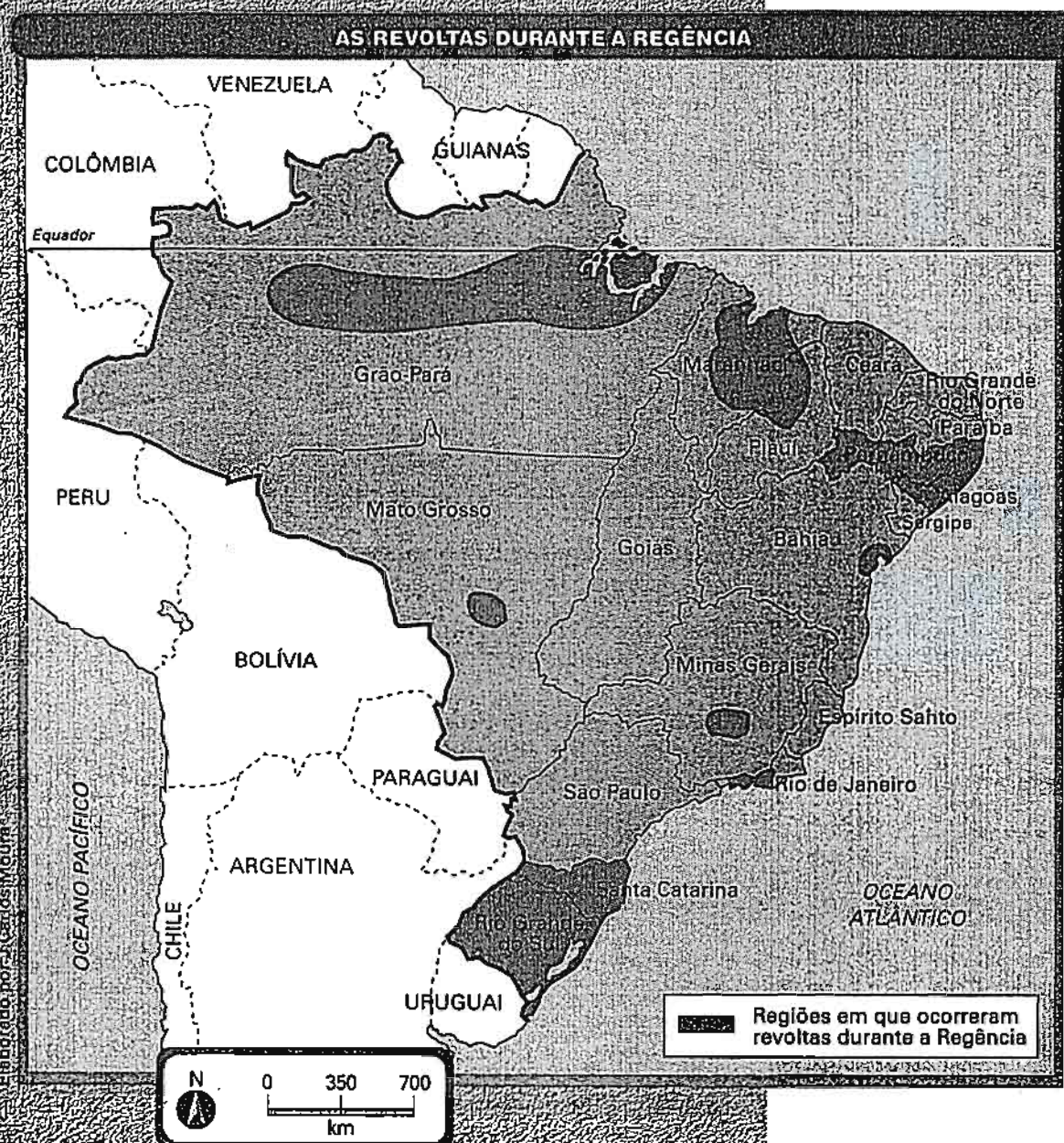
Em primeiro lugar, significou a consolidação da independência obtida em 1822. Afastado D. Pedro, eliminou-se o risco de o Brasil voltar a se unir a Portugal e encerrou-se a constante interferência de elementos portugueses na política interna brasileira.

Além disso, a abdicação permitiu que a aristocracia rural passasse a controlar diretamente o poder político, sem a intermediação do imperador. Assim, os senhores rurais apoderaram-se tão completamente do aparelho de Estado, que Teófilo Otoni chamou o 7 de Abril de "jornada dos logrados", pois o povo, a camada média e os militares foram iludidos pela aristocracia, que tomou conta do governo e não atendeu a nenhuma das reivindicações populares.

Por último, as contradições entre a classe dominante, a camada média e o povo estavam num segundo plano durante o Primeiro Reinado, na medida em que todos uniam-se por um único fator: a oposição a D. Pedro. Com a abdicação do imperador, então, iniciou-se um processo de lutas internas entre os grupos, cada um tentando impor sua orientação política aos demais.

Por esse motivo, o Período Regencial, uma época extremamente agitada, caracterizou-se por permanentes crises políticas e inúmeras revoltas armadas, quer no Rio de Janeiro, quer nas províncias.

Estudaremos nesta Unidade esse longo processo de lutas, bastante importante para o Brasil, pois permitiu à aristocracia rural derrotar os demais grupos socioeconômicos e controlar definitivamente o País.

A partir dessa época, os interesses particulares da classe dominante passaram a ser considerados "interesses nacionais", e quem os combatia era considerado, no mínimo, traidor da Pátria. Dominando a economia e o aparelho de Estado, subordinando os militares aos seus interesses e apoiando-se num liberalismo de fachada, a elite consolidou o seu domínio, mantendo-o praticamente até os dias atuais.

No entanto, como essa elite dependia do mercado externo por estar ligada à exportação, foi obrigada a se subordinar aos grandes grupos econômicos externos, que compravam os nossos produtos. Surgia, assim, um dos elementos que viria a caracterizar o que hoje chamamos de subdesenvolvimento.

As revoltas armadas verificadas durante o Período Regencial atingiram quase todas as regiões do Brasil. As mais importantes ocorreram no Grão-Pará, no Maranhão, na Bahia e no Rio Grande do Sul. (Mapa com as fronteiras da época.)

O Avanço Liberal

1 Costuma-se dividir a Regência em dois períodos distintos: o **avanço liberal**, de 1831 até aproximadamente 1836, e o **regresso conservador**, de 1836 a 1840.

No primeiro período, os liberais, por meio da Câmara dos Deputados, da imprensa, das sociedades políticas e de diversas rebeliões civis e militares, pressionaram politicamente o governo, reivindicando a liberalização do regime brasileiro. Como resultado, aprovaram-se leis e regulamentos, visando atender, em parte, aos interesses dos liberais.

No entanto, para que você compreenda melhor os motivos que levaram o governo a atender a essas reivindicações, verificaremos primeiro quais os partidos políticos dessa época.

OS PARTIDOS DURANTE O AVANÇO LIBERAL

2 Neste primeiro período da Regência, três partidos disputavam o poder político: o Exaltado, o Moderado e o Restaurador.

O **Partido Exaltado**, cujos principais líderes foram o major Frias de Vasconcelos e Cipriano Barata, pretendia a liberalização máxima do sistema político, por meio da instauração da república; do federalismo (maior autonomia às províncias), da democratização do sistema eleitoral e de diversas reformas de caráter social e econômico. Os exaltados (também chamados de "farroupilhas" ou "jurujubas") representavam na época a **esquerda liberal**, adotando, em resumo, um liberalismo verdadeiro, e não apenas aparente.

O **Partido Moderado**, liderado por Feijó, por Evaristo da Veiga, pelo senador Vergueiro e pelo brigadeiro Lima e Silva, defendia os interesses dos grandes fazendeiros, por meio da consolidação da independência com o mínimo possível de alterações socioeconômicas; por isso, seu objetivo era manter a "lei e a ordem", usando métodos policialescos. Os moderados (apelidados de "chimangos") representavam a **direita liberal**, adotando, em resumo, um liberalismo de fachada.

O **Partido Restaurador**, liderado pelos irmãos Andrada, desejava restaurar D. Pedro I no trono brasileiro. Os restauradores (também chamados de "caramurus") representavam, naquela época, a **direita conservadora**.

> As expressões **direita** e **esquerda** surgiram durante a Revolução Francesa. Direita indica os grupos políticos conservadores que pretendem manter inalterada a situação existente em um país; esquerda, os grupos que desejam introduzir reformas econômicas, sociais e políticas. Portanto, as expressões têm caráter relativo, pois as idéias que num determinado país ou época são consideradas de esquerda, em outras regiões ou períodos históricos poderão ser tidas como de direita.

Cada um desses partidos estruturou-se a partir de uma sociedade ou clube político. Os exaltados formaram-se em torno da **Sociedade Federal**; os moderados, em torno da **Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional** — que teve grande influência política nos primeiros tempos da Regência — e os restauradores, em torno da **Sociedade Militar**.

Durante o avanço liberal, o Partido Moderado manteve-se no poder, ficando o Exaltado e o Restaurador, na oposição.

Os moderados, porém, precisavam do auxílio dos exaltados para combater os restauradores. O governo, então, foi obrigado a fazer uma série de concessões políticas aos exaltados, aprovando diversas medidas liberalizantes. Tais concessões caracterizaram o Avanço Liberal.

A REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA (1831)

3 Quando o imperador abdicou, seu filho e sucessor, D. Pedro II, tinha apenas 5 anos de idade. De acordo com a Constituição, o País deveria ser governado por um regente, até que o novo imperador completasse 18 anos.

No entanto, como não havia nenhum membro da família imperial maior de idade e que pudesse exercer a regência, a lei determinava que esta fosse exercida por três pessoas, eleitas pela Assembléia Geral (Câmara de Deputados e Senado) para um período de quatro anos.

Ocorreu, porém, que na época da abdicação a maioria dos senadores e deputados estava em fé-

rias parlamentares, em suas respectivas províncias. Até reuni-los no Rio de Janeiro decorreriam algumas semanas, durante as quais o Brasil não poderia ficar sem governo.

Em vista disso, os poucos parlamentares que estavam na capital elegeram, ainda a 7 de abril, uma Regência Trina Provisória, que deveria representar o equilíbrio entre as várias facções políticas e ser formada por um liberal (Nicolau de Campos Vergueiro), um conservador (Carneiro de Campos) e um militar (brigadeiro Lima e Silva). Esses regentes governaram até junho de 1831.

Na realidade, a Regência Provisória era muito mais conservadora que liberal, já que seus membros acabaram todos por se acomodar no Partido Moderado.

Não se esqueça de que, como já havia ocorrido no Primeiro Reinado, os partidos da Regência eram muito mais grupos de pessoas com interesses políticos semelhantes do que verdadeiros partidos, no sentido atual da expressão.

Em seu curto período de governo, a Regência Provisória adotou algumas medidas importantes, visando conter o avanço político dos exaltados: manutenção da Constituição de 1824; anistia aos presos políticos; reintegração do ministério demitido por D. Pedro I em 5 de abril; Lei Regencial que privava os regentes de parte importante do Poder Moderador, e a criação da Guarda Municipal, uma milícia civil destinada a manter a ordem pública e a contrabalançar o poder do Exército, que assumira posição excessivamente liberal para o gosto dos moderados.

A REGÊNCIA TRINA PERMANENTE (1831-1835)

Em junho de 1831, a Assembléia Geral elegeu a Regência Trina Permanente, formada pelos deputados Costa Carvalho, Bráulio Muniz e pelo brigadeiro Lima e Silva. Representando a consolidação do Partido Moderado no governo, esta governou até 1835 e enfrentou constantes revoltas militares e rebeliões populares, tanto no Rio de Janeiro como nas províncias. Por isso, a figura política mais destacada nesta época foi a de Feijó, que, como ministro da Justiça, comandava as forças policiais.

A Regência Permanente objetivou fundamentalmente consolidar os interesses da elite dominante. Nesse sentido, os moderados revelaram uma notável habilidade política, utilizando-se de dois instrumentos aparentemente opostos: a repressão policial, seguida de uma abertura política, com a aprovação de diversas reformas de caráter liberal.

O PERÍODO REPRESSIVO (1831-1832)

O ministro da Justiça, padre **Diogo Feijó**, dirigiu violenta pressão aos liberais exaltados.

Inicialmente, Feijó extinguiu a Guarda Municipal, criando em seu lugar (1831) a Guarda Nacional, diretamente subordinada ao Ministério da Justiça e cujo corpo de oficiais era formado quase que exclusivamente por grandes proprietários rurais. Simultaneamente, os efetivos do Exército reduziram-se a 10 000 homens, dispersos em pequenas guarnições espalhadas pelo País.

A partir deste momento, e pelos próximos 30 anos, os militares foram postos à margem de qualquer decisão política importante no Brasil, enquanto que a Guarda Nacional tornou-se o braço armado da aristocracia rural.

Litografia de Bertichem. IEB/USP (São Paulo/SP)

Soldados e oficiais da Guarda Nacional, na época de sua criação. A Guarda existiu até 1917, mas só teve importância militar até a Guerra do Paraguai (1864-1870). A partir daí, transformou-se numa instituição quase folclórica. Mesmo assim, as patentes de oficial continuaram a ser compradas pelos grandes fazendeiros, os famosos — e politicamente poderosos — "coronéis" do sertão.

Na mesma época em que se criou a Guarda Nacional aprovou-se uma lei que estendia a autoridade do governo sobre os **juízes de paz**, subordinando assim o Poder Judiciário aos interesses do Executivo. Desse modo, aproximadamente uma dúzia de revoltas que ocorreram no Rio de Janeiro, entre 1831 e 1832, puderam ser sufocadas.

Em 1832, Feijó — já uma espécie de ditador legal — tentou dar um golpe de Estado, para ampliar ainda mais seus poderes.

O plano era simples. A Câmara de Deputados havia aprovado a destituição de José Bonifácio do cargo de tutor do futuro imperador D. Pedro II, mas o Senado, muito mais conservador, recusou a medida. Diante disso, todos os ministros e a Regência renunciaram, estando combinado entre Feijó e os deputados que a Câmara declarar-se-ia em Assembléia Constituinte, eliminando a Constituição de

1824 e fechando o Senado. Feijó, que controlava a Guarda Nacional, seria então o senhor absoluto da situação política.

No último momento, no entanto, a Câmara desistiu do plano, e a Regência reassumiu suas funções. Não se readmitiram, entretanto, os ministros, e com isso o golpe falhou completamente, excluindo-se Feijó do governo. Encerrou-se assim a primeira fase da Regência Permanente.

O PERÍODO REFORMISTA (1833-1835)

Esmagados os setores mais revolucionários da oposição, o governo pôde introduzir uma série de reformas políticas, objetivando apaziguar e unir diversas facções em que se dividia a classe dominante.

A primeira medida do governo foi aprovar, no final do período de Feijó, o **Código de Processo Criminal**, um exemplo típico das reformas dessa época. De um lado, descentralizou-se o sistema judiciário, baseado em juízes de paz eleitos em cada comarca, o que deu ampla autonomia aos municípios (esta era uma das reivindicações liberais). Por outro lado, o sistema foi montado de tal forma, que a autoridade judiciária ficou sob controle dos senhores rurais.

Logo em seguida, a Câmara dos Deputados e o Senado fizeram um acordo a respeito do problema da reforma constitucional: uma lei, aprovada em outubro de 1832, determinou que os deputados eleitos para o período de 1834-1837 tivessem poderes constituintes.

Com base nessa lei, aprovou-se em 1834 o **Ato Adicional**, reformando a Constituição de 1824, cujos pontos principais foram:

- descentralização do poder, concedendo maior autonomia política, administrativa e financeira às províncias;
- criação, em cada província, de uma Assembléia Legislativa Provincial formada por deputados eleitos;
- abolição do Conselho de Estado, mantendo-se, porém, o Poder Moderador;
- transferência da capital da província do Rio de Janeiro para Niterói;
- transformação da cidade do Rio de Janeiro em Município Neutro, uma espécie de Distrito Federal;
- redução da autonomia dos municípios;
- transformação da Regência Trina em Regência Una, eleita pelos eleitores de província.

Com o Ato Adicional, alcançou-se o ponto máximo do Avanço Liberal, pois o Ato representou a maior concessão política feita pelos moderados durante a Regência. Logo em seguida, os grupos conservadores começaram a se movimentar, e já em 1835 falava-se na necessidade de reduzir o "excessivo liberalismo" do Ato Adicional. Iniciava-se assim o Regresso Conservador.

O Regresso Conservador

A partir de 1836, os conservadores, que, no período anterior, por fraqueza ou tática política, haviam dividido o poder com os liberais, passaram a contra-atacar, e, pouco a pouco, concentraram em suas mãos a direção política e administrativa do país. Esse movimento foi o Regresso Conservador.

Vamos iniciar o estudo desse período, analisando a composição dos partidos políticos.

OS PARTIDOS DURANTE O REGRESSO CONSERVADOR

Entre 1834 e 1836, ocorreu uma recomposição partidária no Brasil, desaparecendo os três partidos existentes e surgindo, em seu lugar, dois novos agrupamentos políticos.

O Partido Restaurador desapareceu em 1834, devido à morte de D. Pedro I, nesse ano, em Portugal. Não havia mais o que restaurar.

Os moderados não tinham mais condições de permanecer unidos, devido ao rompimento entre a ala de Feijó e a chefiada por Bernardo de Vasconcelos, Costa Carvalho e Carneiro Leão.

O Partido Exaltado, por sua vez, encontrava-se muito enfraquecido, já que seus membros verdadeiramente liberais estavam presos, ou mortos, ou "congelados" politicamente.

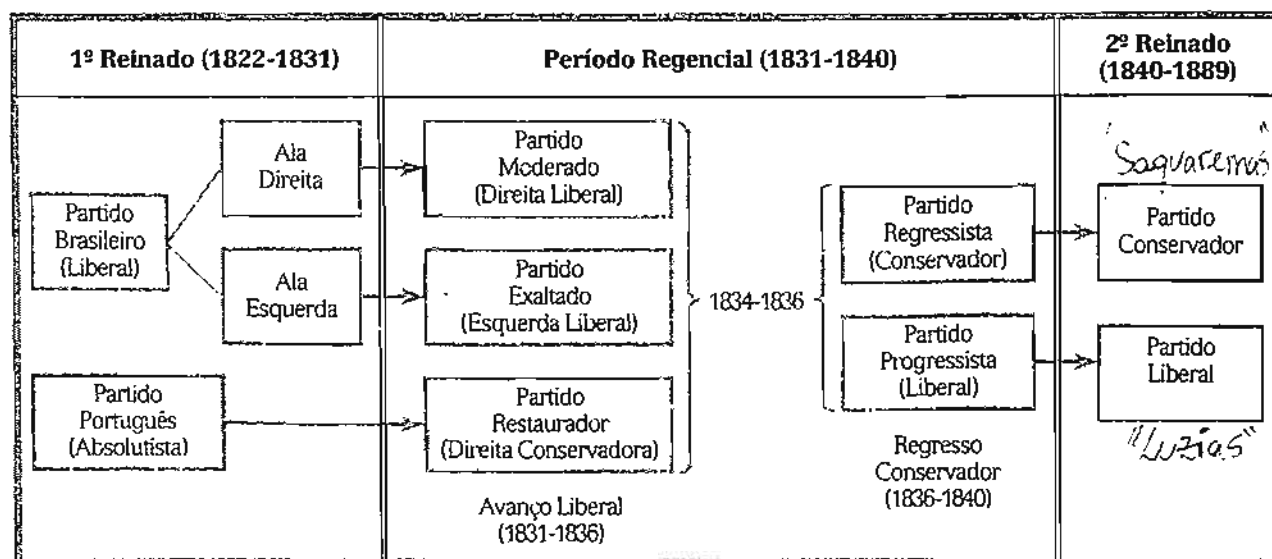
Diante desse quadro e da necessidade de se formarem alianças para disputar a eleição de regente uno, marcada para 1835, estruturam-se dois novos partidos:

O **Partido Regressista**, liderado por Bernardo de Vasconcelos e composto por antigos moderados e restauradores, pretendia um governo forte e centralizado, capaz de enfrentar as rebeliões provinciais que ainda ocorriam. Os regressistas defendiam inclusive a revisão dos aspectos liberalizantes e descentralizadores do Ato Adicional.

O **Partido Progressista**, liderado por Feijó, reunia os sobreviventes (menos exaltados, é claro) do antigo Partido Exaltado e alguns antigos moderados. Aceitavam uma monarquia constitucional, desde que respeitadas as medidas liberais anteriormente adotadas, inclusive o Ato Adicional.

Embora habitualmente se considere o Partido Restaurador como conservador e o Partido Progressista como liberal, na verdade os progressistas eram conservadores e os regressistas, mais ainda!

As mudanças partidárias, que vinham ocorrendo no Brasil desde a época da independência, podem ser resumidas por meio do quadro a seguir.

Evolução dos partidos políticos, da independência ao Segundo Reinado

A REGÊNCIA DE FEIJÓ (1835-1837)

9 Nas eleições para regente, realizadas em abril de 1835, dos vários candidatos que concorreram, apenas dois tinham possibilidades de êxito: Feijó e Holanda Cavalcânti. Venceu o primeiro, que tomou posse em outubro de 1835.

Esse pleito mostra claramente o processo eleitoral do Império. Seis mil eleitores participaram, da votação. Como o Brasil tinha na época aproximadamente 5000000 de habitantes, isso significa que apenas 0,12% dos brasileiros tinha direito de votar! E isso era chamado de "eleição popular"!

Como a maioria dos governantes cuja carreira desenvolveu-se dentro de regimes autoritários, Feijó, que fora um ótimo chefe de polícia, revelou-se um péssimo político e administrador, intransigente e violento, indispondo-se com a maioria dos líderes políticos da época.

Sem apoio parlamentar e cercado por auxiliares medíocres, Feijó foi incapaz não só de solucionar a crise financeira que afetava o governo, como também de derrotar as duas rebeliões que então ocorriam: a Farroupilha, no Rio Grande do Sul e a Cabanagem, no Pará. Portanto não constituiu surpresa a vitória do Partido Regressista, nas eleições legislativas de 1836.

Por sua vez, a Câmara dos Deputados, sob a direção de Bernardo de Vasconcelos, paralisou os trabalhos parlamentares, impedindo assim a ação administrativa do governo.

Um jornal da época descreve a ação de Vasconcelos na sessão legislativa de 1836: "O exímio parlamentar com suas longas arengas, com seus adiamentos, requerimentos, interpolações, emendas supressivas, substantivas, explicativas, urgências simples, mais urgentes, urgentíssimas e com outros meios fornecidos por seu fecundo engenho concorreu mais que algum outro para que nada ou quase nada se fizesse naquela sessão."

A situação do regente tornou-se insustentável, e em setembro de 1837 ele renunciou. Nenhum de seus companheiros de partido quis aceitar o cargo de ministro do Império, o qual, de acordo com a lei, seria o substituto do regente, em caso de renúncia ou morte. Feijó então nomeou para esse ministério o líder regressista Araújo Lima, acreditando que seria possível, mais tarde, elaborar com este uma composição política que fizesse os liberais retornarem ao governo.

A REGÊNCIA DE ARAÚJO LIMA (1837-1840)

10 Araújo Lima assumiu interinamente o cargo de regente em setembro de 1837, posição confirmada nas eleições realizadas em abril de 1838, quando novamente foi derrotada a candidatura de Holanda Cavalcânti.

Durante o seu governo, o Partido Regressista mostrou claramente o que significava a expressão "regresso": tratou de reformular o Ato Adicional e o Código Criminal, que representavam as duas principais vitórias obtidas pelos liberais nos primeiros anos de Regência.

Apresentou-se então à Câmara a **lei de interpretação do Ato Adicional**, cujo resultado prático foi transferir ao governo central o controle de todo o sistema jurídico e policial. Logo em seguida, "reformou-se" o Código Criminal, reduzindo-se drasticamente a autoridade dos juízes de paz (eleitos pelos eleitores de paróquia), cujos poderes transferiram-se aos chefes de polícia provincial, aos delegados de polícia e aos juízes municipais, nomeados pelo governo central.

Esses dois projetos, após vagarosa tramitação pela Assembléia Geral, acabaram aprovados, em 1840 e 1841, desaparecendo assim o pouco de democracia e participação popular que havia no Império.

A aprovação dessas medidas foi impulsionada por um grupo que controlava o Partido Regressista, apelidado de "a oligarquia". Formada por políticos fluminenses e paulistas, era representada no Rio de Janeiro por Rodrigues Torres, Paulino de Souza e Eusébio de Queirós, e em São Paulo, por Costa Carvalho. A "oligarquia" exercia ainda mais forte influência em Minas Gerais, por meio de alianças com Carneiro Leão e Bernardo de Vasconcelos.

Formou-se assim o triângulo político entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, o qual, aliás, correspondeu a vastos interesses econômicos (agrícolas e comerciais) comuns às três províncias. E esses interesses estavam ligados a um produto cuja importância crescia rapidamente: o **café**, que nos últimos anos da Regência transformou-se no principal produto brasileiro de exportação.

Portanto, a principal alteração sócio-política no final da Regência foi o crescimento da influência política dos barões do café fluminenses e paulistas, estabelecidos no vale do rio Paraíba do Sul.

Durante a Regência teve início o **surto cafeeiro**, ou seja, um crescimento tão rápido da cafeicultura, que o café, em pouco mais de dez anos, passou da posição de um produto secundário na economia brasileira para a de principal produto de exportação. Assim, quando se encerrou o Período Regencial, em 1840, a cafeicultura havia se transformado no carro-chefe da economia nacional.

Essa transformação, que foi o mais importante acontecimento econômico no Brasil durante o século XIX, teve significativas conseqüências econômicas, sociais e políticas, que serão estudados na próxima Unidade.

O GOLPE DA MAIORIDADE (1840)

III Denomina-se **golpe da maioridade** a colocação antecipada de D. Pedro II no trono, com apenas 14 anos de idade. Executado pelos progressistas, foi um dos mais hábeis golpes políticos da história do Brasil.

Os líderes progressistas, em minoria na Câmara, perceberam que não tinham condições de derrotar os conservadores regressistas, quer numa eleição, quer através de uma revolta armada. Resolveram então usar um outro meio para chegar ao poder: antecipar a colocação de D. Pedro II no trono.

A opinião pública, trabalhada pela propaganda do Clube da Maioridade (fundado pelos "maioristas") e cansada da agitação que caracterizava o Período Regencial, acreditava que a subida do imperador ao trono contribuiria para pacificar a situação política. Os chefes militares, embora nessa época exercessem influência bastante reduzida, simpatizavam com a idéia, e D. Pedro II, é claro, tinha todos os motivos para ser favorável ao plano.

A grande dificuldade, aparentemente, era o Partido Regressista, que dominava a Câmara dos Deputados e, assim, controlava o governo regencial. Portanto os regressistas não teriam nenhuma vantagem em antecipar a maioridade do monarca, o qual poderia inclusive formar um ministério com elementos de outro partido.

Nesse momento surgiu o grande trunfo político dos liberais. Os regressistas não tinham condições de lutar abertamente contra o plano maiorista, por dois motivos: primeiro, porque a subida do imperador ao trono consolidaria a Monarquia, o que era justamente um dos principais objetivos do regresso conservador; segundo, porque não seria inteligente se opor aos interesses de um príncipe que, mais cedo ou mais tarde, assumiria o governo, e com poderes bastante amplos!

Por isso, inicialmente os regressistas procuraram eliminar o movimento maiorista; depois procuraram contemporizar; finalmente hesitaram entre reagir e negociar. E neste meio tempo, o movimento adquiriu tal força que acabou superando a capacidade de reação dos regressistas.

E agora você talvez esteja se perguntando: mas afinal, qual a vantagem que a maioridade traria para os liberais?

A resposta é simples: eles seriam os heróis do drama, os campeões da causa do imperador, que lhes deveria a sua colocação no trono. E quando o jovem D. pedro II assumisse o poder, nada mais natural do que formar o ministério com os seus mais "queridos e leais" amigos: os liberais.

Quando os conservadores perceberam a armadilha em que tinham caído, já era tarde, pois o movimento maiorista havia chegado às ruas e empolgado a opinião pública. A 22 de julho de 1840, uma comissão de senadores e deputados solicitou ao imperador que assumisse o trono. Este concordou imediatamente. Araújo Lima e seus ministros demitiram-se e, dois dias depois, D. Pedro II nomeou seu primeiro ministério, formado, é claro, por membros do Partido Liberal.

Encerrara-se a Regência.

As Revoltas do Período Regencial

12 Durante o Período Regencial, ocorreu no Brasil um grande número de rebeliões, tanto na capital do Império como nas províncias. Algumas das revoltas duraram poucas horas; outras, dez anos. A maioria delas, porém, particularmente as ocorridas nas províncias, revelaram um mesmo fato significativo: o descontentamento de vastas parcelas da população, submetidas a um padrão de vida absolutamente miserável. E isto era verdade não apenas para os escravos, mas também para a massa de trabalhadores livres.

Todas essas revoltas, embora desconexas e em regiões isoladas entre si, evoluíram de maneira semelhante. As rebeliões iniciavam-se na camada média, que se situava logo abaixo da classe dominante. Daí se estendiam às classes populares, até chegar aos grupos mais pobres da população. A partir deste momento, os movimentos adquiriam características revolucionárias muito mais amplas do que os seus líderes desejavam, levando as camadas médias a abandonarem as revoltas ou até mesmo a ajudarem a sufocá-las. Por isso o governo regencial, embora fraco, conseguiu derrotar todas as rebeliões.

A falta de coesão e de ideologia definida, características das classes populares no Brasil, foi outro fator importante que contribuiu para o fracasso das revoltas. Esse fato levou o historiador Caio Prado Jr. a observar que "...em todos os movimentos populares deste período... o que mais choca é a sua completa desagregação logo que passa o primeiro ímpeto da luta. Congregam-se as massas em torno de individualidades mais ou menos salientes — caráter comum a todas as lutas políticas às quais faltam sólidas bases ideológicas — e a ação revolucionária é despendida em dissenções internas e hostilidades entre os chefes, que afinal não sabem ao certo que fazer". (Caio Prado Jr. *Evolução Política do Brasil*, 5ª edição, págs. 57 e 58)

Vamos estudar então as mais importantes dessas revoltas.

NO RIO DE JANEIRO

13 Diversos motins e levantes ocorreram no Rio de Janeiro em 1831 e 1832, durante a Regência Trina Permanente, provocados pelos oposicionistas exaltados e restauradores e combatidos pelos moderados que estavam no poder.

Em 1831, ocorreram os seguintes motins: em abril, o levante do 26º Batalhão de Infantaria e a revolta do Batalhão de Polícia. Em setembro, agitações promovidas por civis. Em outubro, levante do Batalhão de Infantaria da Marinha.

Em 1832, verificaram-se duas revoltas, ambas no mês de abril. Na primeira, promovida pelos exaltados, revoltaram-se as fortalezas de Villegaignon e Santa Cruz; na segunda, orientada pelos restauradores, participaram tropas de diversas unidades aquarteladas no Rio de Janeiro.

Todas essas revoltas foram sufocadas rapidamente (e muitas vezes violentamente) pelo governo, sendo a repressão chefiada por Feijó (Ministro da Justiça) e Aureliano de Sousa Coutinho (Intendente-Geral da Polícia) e executada por tropas da Guarda Municipal e, a partir de agosto de 1831, pela Guarda Nacional.

Ao mesmo tempo, registraram-se pequenas revoltas em muitas províncias, particularmente no Pará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso.

NAS PROVÍNCIAS

A CABANAGEM, NO PARÁ (1835-1840)

14 Foi uma revolução de caráter popular, da qual participaram inclusive índios e mestiços, ocasionada por diversos fatores, tais como: a miséria da maioria da população, a falta de laços efetivos entre a região e o resto do Brasil, o costume do governo central de impor presidentes de províncias estranhos à região, etc. Os "cabanos", liderados por Félix Antônio Clemente Melcher, Francisco Pedro Vinagre e Eduardo Nogueira Angelim, chegaram a ocupar por duas vezes a capital da província, Belém, e a controlar o governo provincial.

A repressão governamental, da qual participaram mercenários estrangeiros, como o Comandante John Taylor, foi violenta e incluiu diversos massacres de prisioneiros rebeldes.

Não se deve confundir a Cabanagem com a **Revolta dos Cabanos**, uma série de levantes armados, ocorridos no interior de Alagoas e Pernambuco entre 1832 e 1835.

Nessa série de levantes, os rebeldes não chegaram a constituir um governo nem dominaram qualquer território por tempo significativo. Mesmo assim, mantiveram os sertões alagoano e pernambucano em constante agitação, alarmando seriamente os latifundiários e as autoridades locais.

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA, NO RIO GRANDE DO SUL (1835-1845)

Foi a mais longa revolta da história do Brasil, tendo durado dez anos. Destacaram-se entre suas principais causas a situação precária da economia gaúcha, os excessivos impostos cobrados pelo governo regencial, o desejo de maior autonomia local por parte dos riograndenses (a maioria dos políticos gaúchos era favorável ao estabelecimento do federalismo no Brasil) e falta de habilidade dos presidentes de província, impostos pela Regência ao Rio Grande do Sul.

A revolta iniciou-se em 1835, e já no ano seguinte os farroupilhas (como eram chamados os rebeldes) proclamaram a República Riograndense e em 1839, a República Juliana, em Santa Catarina.

Apesar de sofrerem várias derrotas e de terem que abandonar Santa Catarina, os farroupilhas ainda dominavam grande parte do Rio Grande do Sul quando, em fins de 1842, foi nomeado presidente da província e seu comandante de armas o marechal-de-campo Luís Alves de Lima e Silva, Barão de Caxias, o qual, por meios militares e com negociações e anistias, conseguiu encerrar a Revolução Farroupilha, em 1845, sendo os principais chefes revoltosos (Bento Gonçalves, Davi Canabarro, Domingos José de Almeida e outros) mantidos em seus postos militares.

A SABINADA, NA BAHIA (1837-1838)

Foi chefiada pelo médico Francisco Sabino da Rocha Vieira. Os revoltosos ocuparam Salvador e proclamaram uma república provisória, que deveria durar até que D. Pedro II *comple*tasse 18 anos, em 1844. Iniciada em novembro de 1837, terminou em março do ano seguinte, quando as tropas legalistas, sob o comando do marechal-de-campo Crisóstomo Calado, entraram em Salvador, matando e ferindo centenas de rebeldes.

A BALAIADA, NO MARANHÃO (1838-1841)

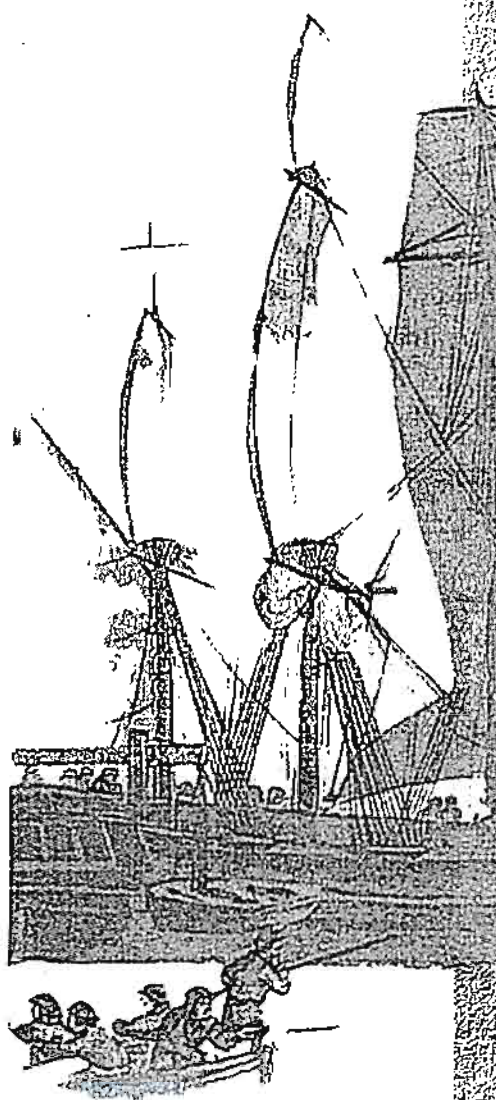
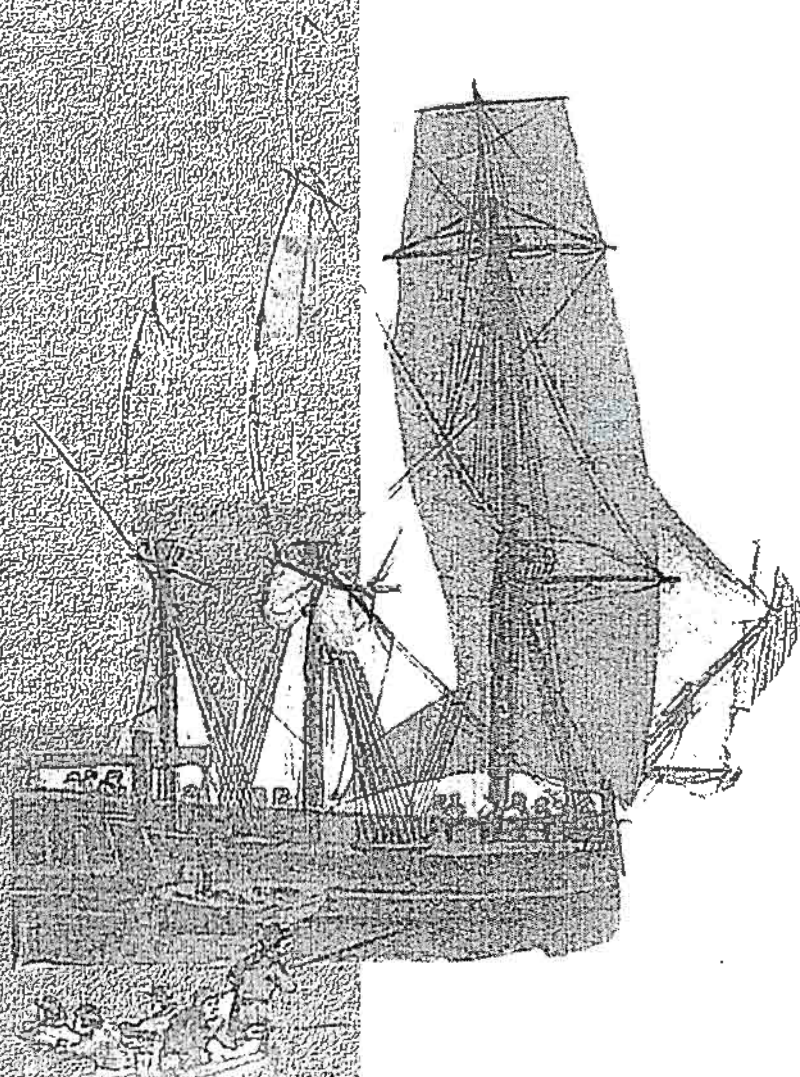
Ocorrida no sertão maranhense, foi uma revolta de caráter popular e sertanejo, chefiada pelo vaqueiro Raimundo Gomes Vieira (o Cara Preta), por Manuel dos Anjos Ferreira (o Balaio) e por um ex-excravo chamado Cosme. Ocuparam os rebeldes a vila de Caxias, aí estabelecendo seu quartel-general. A revolta acabou sendo sufocada pelas tropas de Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias.

O Segundo Reinado (1840-1889)

O reinado de D. Pedro II — o mais longo governo de nossa História — durou 49 anos, desde o Golpe da Maioridade (1840) até a proclamação da República (1889).

Sob muitos aspectos, o Segundo Reinado foi importante para o Brasil. A rápida expansão da cafeicultura permitiu que o País superasse a crise econômica que se arrastava desde a época da independência. Além disso, o governo, dispondo agora de maiores recursos financeiros, sufocou as últimas rebeliões provinciais, garantindo assim a manutenção da unidade territorial brasileira e o absoluto controle da classe dominante agrária sobre todo o Brasil. Diga-se de passagem que a manutenção da unidade territorial foi o último serviço importante que a elite rural prestou ao País.

Portanto, a partir da década de 1850-1859, o Brasil passou a aparentar o aspecto que até hoje muitas pessoas ainda atribuem ao Segundo Reinado: paz, tranqüilidade pública, progresso, economia em expansão, eleições periódicas, partidos políticos se revezando ordeira e democraticamente no poder e, pairando acima de todos e de tudo, a figura serena e austera de um senhor de longas barbas brancas: o imperador.

Se você julgar que essa imagem é inteiramente correta ou falsa, estará errado. Em História, nada é absolutamente bom ou mau. Pedro II não foi o mais excepcional dos brasileiros, como dizem alguns, e tampouco um imbecil, como afirmam outros. Foi apenas um burocrata bem-intencionado e até eficiente, porém incapaz de compreender a diferença entre liberalismo de fachada e democracia, entre progresso e construção de uma economia moderna. Esse pensamento, aliás, era o da classe política como um todo, na medida em que a maioria dos políticos provinha da elite rural, latifundiária, conservadora e dependente do capital financeiro internacional.

Assim se explica a contradição entre a imagem de progresso econômico e paz política que marcou o Segundo Reinado e a herança que este nos deixou: uma economia dependente da exportação de produtos primários e um sistema político que, com raras exceções, variou da "democracia sem povo" à ditadura pura e simples.

A Política Interna do Segundo Reinado

Em termos de política interna, a mais importante etapa do Segundo Reinado ocorreu entre 1840 e 1855, quando se criaram os principais mecanismos político-administrativos que nortearam a Monarquia brasileira até a sua extinção, em 1889. Vamos, portanto, dedicar uma especial atenção a esse período.

A CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO

Em julho de 1840, D. Pedro II nomeou seu primeiro ministério, formado, é claro, por liberais maioristas. Era uma troca perfeitamente lógica: os liberais, por meio do Golpe da Maioridade, haviam colocado o imperador no trono, e este, agora, os chamava para formar o novo governo.

Uma das primeiras medidas desse ministério foi a anistia aos envolvidos nas revoltas do período regencial. Mesmo assim, não cessou a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845). Logo em seguida, os liberais promoveram novas eleições legislativas, apelidadas de "eleições do cacete", devido à violência das autoridades contra os eleitores.

Como se vê, em termos de liberalismo e democracia, o Segundo Reinado começava bem! O governo que cometia tal violência era liberal, o que evidencia o quanto era suspeito o liberalismo no Brasil daquela época.

De qualquer modo, parece que as cacetadas constituíram um argumento político eficiente, pois o governo ganhou as eleições por larga margem de votos.

A alegria dos liberais, porém, durou pouco. Em março de 1841, D. Pedro II demitiu o ministério e nomeou outro, formado por membros do Partido Conservador. Já empossados, os conservadores tomaram uma série de medidas visando fortalecer não apenas seu próprio poder, mas também o controle da elite rural sobre o governo. Foi reformado o Código do Processo Criminal, tornando mais duras as penalidades contra a subversão política, restabeleceu-se o Conselho de Estado, dobrou-se a renda exigida para ser eleitor e criou-se o cargo de Chefe de Polícia nas províncias, permitindo ao governo o rígido controle de toda organização policial do País.

Finalmente, em 1842, alegando fraudes nas "eleições do cacete", o ministério solicitou ao imperador que dissolvesse a Câmara dos Deputados eleita naquelas eleições. D. Pedro II concordou, dissolvendo a Câmara e convocando novo pleito eleitoral, no qual, é claro, os conservadores venceram. Prejudicados em seus interesses, os liberais paulistas e mineiros revoltaram-se contra o governo.

AS REBELIÕES LIBERAIS DE 1842

Em São Paulo, a revolta dos liberais começou em maio, na cidade de Sorocaba, liderada pelo ex-regente Diogo Feijó e pelo brigadeiro Tobias de Aguiar. Em Minas Gerais, o movimento iniciou-se no mês seguinte, em Barbacena, chefiado por Teófilo Otoni e José Feliciano Coelho da Cunha. Para sufocar ambas as revoltas, foram enviadas tropas da Guarda Nacional e do Exército, sob o comando do general Luís Alves de Lima Silva, Barão de Caxias (mais tarde elevado à dignidade de Duque de Caxias).

As tropas do tenente-coronel Amorim Bezerra derrotaram os rebeldes paulistas, enquanto Caxias, em Sorocaba, prendia os principais líderes revoltosos. Em seguida, dirigiu-se o Barão de Caxias para Minas Gerais, onde, em agosto, entrou em combate com os rebeldes, nas proximidades de Santa Luzia do Rio das Velhas. As tropas governamentais estiveram à beira da derrota, sendo salvas pela oportuna chegada da coluna comandada pelo irmão de Caxias, o coronel José Joaquim de Lima e Silva. Derrotados, os revoltosos dispersaram-se, com exceção de seus chefes, que foram presos.

Processados e condenados, como já havia ocorrido com os líderes paulistas, todos receberam anistia em 1844, quando novamente subiram ao poder os liberais.

A VOLTA DOS LIBERAIS AO PODER

O gabinete conservador organizado por Carneiro Leão

foi demitido em 1844, época em que os liberais voltaram ao poder, no qual permaneceram até 1848. Com um desempenho político bastante fraco, em quatro anos de domínio liberal o ministério foi trocado seis vezes. Além disso, as promessas de reformas políticas, feitas assim que os liberais subiram ao governo, jamais foram cumpridas, mantendo-se todas as medidas repressivas adotadas pelos conservadores em 1841 e 1842.

Durante os quatro anos em que os liberais permaneceram no poder, destacou-se um único fato político importante: a criação, em 1847, do cargo de Presidente do Conselho de Ministros (primeiro ministro), ponto inicial da adoção do parlamentarismo no Brasil, cujos detalhes estudaremos mais adiante, neste mesmo capítulo.

A REVOLUÇÃO PRAIEIRA (1848): FIM DE UMA ÉPOCA

Em 1848, o Partido Liberal, estava corroído por dissenções de todo tipo e completamente gasto em termos políticos. Nos últimos dias de setembro, o imperador afastou os liberais do poder, entregando o governo a um gabinete conservador, que governou até setembro de 1853. O Marquês de Olinda (o antigo regente Araújo Lima) chefiou inicialmente esse gabinete, seguido pelo Marquês de Monte Alegre (José da Costa Carvalho, antigo membro da Regência Trina Permanente).

Uma Revolta Popular

Em novembro de 1848, um mês depois de os conservadores assumirem o governo, iniciou-se em Pernambuco a última revolta do Império: a Revolução Praieira. A queda dos liberais foi apenas o estopim da revolta, cujos antecedentes eram antigos e profundos. Durante muito tempo, considerou-se a Praieira apenas um protesto dos liberais frente à subida dos conservadores ao poder. Essa visão simplista dos acontecimentos históricos, sobretudo daqueles em que as camadas populares aparecem protestando contra a exploração econômica e política, era — e às vezes ainda é — adotada por algumas pessoas visando ocultar a triste realidade do País.

Na verdade, a injustiça social e a exploração econômica em Pernambuco tinham chegado a tal ponto que a maior parte das terras cultiváveis pertencia à família dos Cavalcanti.

À incrível riqueza dos Cavalcanti correspondia, é claro, um enorme poder político. O governo e a administração pública da província eram considerados pela orgulhosa família como sua propriedade particular. Por isso o povo pernambucano conhecia de cor os seguintes versos:

"Quem viver em Pernambuco
Deve estar desenganado
Que ou há de ser Cavalcanti
Ou há de ser cavalgado"

Além disso, as idéias republicanas e revolucionárias vigoravam em Pernambuco desde o tempo da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador. E continuavam na ordem do dia, graças a diversos jornais republicanos, particularmente o "Repúblico", dirigido por Borges da Fonseca. Também havia propaganda socialista — provavelmente inspirada pela Revolução de 1848, na França — com o general Abreu e Lima pregando a divisão das fortunas.

Finalmente, o sentimento antilusitano era muito forte em Pernambuco, onde o comércio estava praticamente dominado pelos portugueses. E foi em meio a esse ambiente que o Senado, controlado pelo Partido Conservador, anulou a indicação de Antônio Chichorro da Gama, liberal pernambucano, para uma cadeira de senador.

Foi a gota d'água. Os **praieiros** (assim apelidados os liberais exaltados em Pernambuco) revoltaram-se.

O programa praieiro era avançado: proclamação da república, nacionalização do comércio, garantia de trabalho, voto universal, liberdade de imprensa e reformas socioeconômicas. Sob a chefia de Nunes Machado e Borges da Fonseca, os revolucionários, após ocuparem Olinda, em fevereiro de 1849, atacaram Recife, onde foram derrotados pelas tropas governamentais, após violentos combates travados nas ruas da cidade.

Depois desse insucesso, os rebeldes dirigiram-se para o interior, onde grandes contingentes de sertanejos pobres aderiram entusiasticamente à revolta. Porém a extrema violência da repressão governamental, o isolamento político dos praieiros, já que os liberais das demais províncias achavam mais prudente não apoiar os seus "excessivamente liberais" colegas pernambucanos, e a traição de vários líderes rebeldes, que passaram para o lado do governo, levaram ao fracasso a Revolução Praieira, menos de um ano após seu início. Os chefes revoltosos foram condenados à prisão perpétua, sendo porém anistiados dois anos mais tarde.

Ocorreu na Praieira um fenômeno extremamente curioso, porém muito freqüente até hoje no Brasil. Quando perceberam que a revolta recebia considerável apoio popular, muitos de seus líderes a abandonaram e ajudaram o governo a sufocá-la. Esses homens, embora chefes de uma revolução popular, provinham das camadas médias e estavam muito mais ligados à elite do que eles mesmos julgavam. A visão que tinham do povo era romântica e irreal. Por isso, quando o povo real — pobre, maltrapilho, analfabeto, formado por negros e mestiços — aderiu à revolução, invadindo os latifúndios, matando senhores de engenho e trucidando os odiados representantes do governo, muitos líderes deixaram de chamá-lo de povo e passaram a chamá-lo de "essa gente", transferindo-se para o lado do governo. E ajudaram a resolver os problemas "daquela gente" a bala e a baioneta.

Ainda assim, no interior pernambuco, o capitão Pedro Ivo Veloso continuou combatendo até 1850, quando foi traído pelo próprio pai e preso por tropas legalistas.

A PACIFICAÇÃO

Já sabemos que, após a independência, o Brasil passou por uma longa fase de agitações políticas, iniciada em 1824 com a Confederação do Equador; a partir daí, ocorreram dezenas de revoltas e motins, até a Revolução Praieira, em 1848. E então, o silêncio, a calma absoluta. Será que a tão decantada "índole pacífica de nossa gente" tinha despertado, explicando assim, essa súbita mudança?

Não foi exatamente isso que aconteceu. Por volta de 1850, a ordem triunfou sobre a contestação. Os problemas nacionais não tinham sido resolvidos e sequer os contestadores estavam finalmente convencidos de que o Brasil era o "país do futuro", mas uma implacável repressão eliminara do combate os inimigos do sistema. Estes, em nome da ordem pública, do progresso e da democracia, haviam sido presos, fuzilados ou exilados. Essa dura repressão política, policial e militar foi chamada pelos governantes da época de *pacificação*...

Suponha, no entanto, que você está tentanto encontrar uma falha grave em nossa explicação. "Parece um raciocínio razoável. Os grandes fazendeiros têm muitos inimigos que fazem excessivas revoluções. Os primeiros resolvem o problema espancando os segundos, usando para isso a Guarda Nacional, as polícias provinciais ou mesmo o pouco que restava do Exército. Opa! Achei a falha! Onde é que o governo, que enfrentava uma tremenda crise financeira, ia arranjar o dinheiro necessário? Afinal, repressão em grande escala e sufocamento de revoluções exigem um bocado de dinheiro!"

Essa objeção, que seria perfeita até aproximadamente 1840, começou a deixar de sê-lo daí para frente. Graças ao **café**, que permitiu superar a longa crise econômica que se estendia desde o término das Guerras Napoleônicas (1815), o Estado finalmente dispunha de recursos bélicos e financeiros para impor sua autoridade sobre todo o País.

Com isso, resolvia-se parte do problema: a disputa entre a elite e as camadas populares. Mas e as brigas internas da classe dominante? Os choques entre liberais e conservadores? As lutas entre as diversas facções em que cada um dos partidos se dividiam? As disputas pessoais entre os principais chefes políticos? Afinal, para esses ilustres personagens, parece que a "terapia cacetológica" não era usada. Na maioria das revoltas, os líderes mais importantes acabavam sempre sendo anistiados.

Aí realmente a solução encontrada foi outra: a adoção do sistema **parlamentarista**, copiado da Inglaterra e, naturalmente adaptado às necessidades e aos interesses da elite agrária que governava. Adotado no Brasil a partir de 1847, o parlamentarismo acalmou as divergências entre as várias facções da classe dominante.

Em resumo: repressão, dinheiro e parlamentarismo; eis aí os ingredientes da pacificação.

O Parlamentarismo no Império

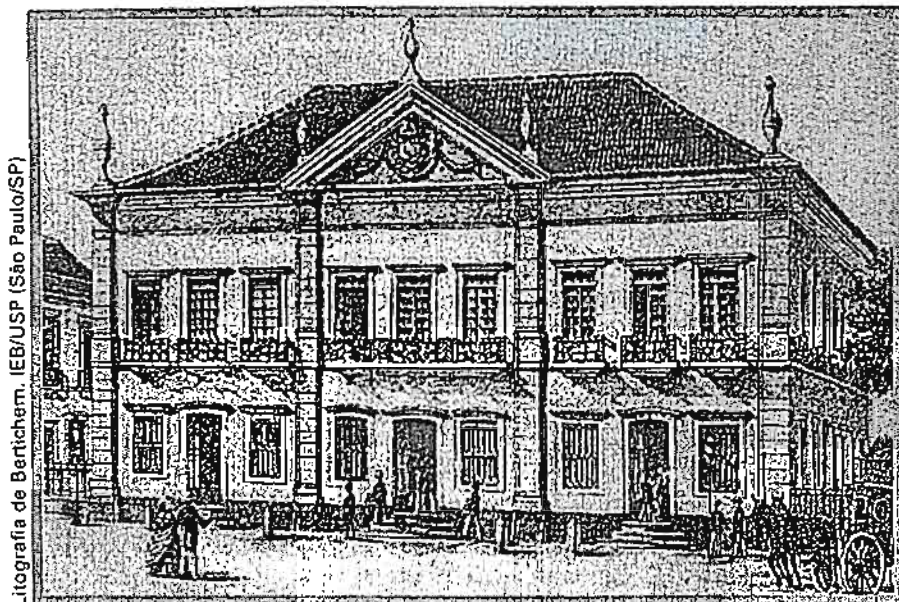
A principal característica do parlamentarismo, que foi desenvolvido na Europa no século XIX, é a grande importância atribuída ao Poder Legislativo. O Parlamento elabora as leis e fiscaliza de perto as pessoas encarregadas de executálas, ou seja, o governo (Poder Executivo). Esse poder é exercido pelo primeiro ministro escolhido pelo chefe de Estado entre os políticos mais importantes do partido vencedor das eleições.

O chefe de Estado, numa república, é o presidente; numa monarquia, é o rei ou imperador.

Escolhido o primeiro ministro, este nomeia os demais ministros, formando, assim, o **ministério** ou **gabinete**. Em seguida, o primeiro ministro solicita ao **Parlamento** um voto de confiança. Se este for concedido, o gabinete começa a governar; se for negado, o gabinete deverá renunciar.

No Brasil, adotou-se o parlamentarismo por etapas. Em 1847, criou-se o cargo de presidente do Conselho de Ministros (primeiro ministro), e, nos cinco anos seguintes, uma série de leis e práticas parlamentares acabaram por impor o novo sistema.

O nosso parlamentarismo diferia do europeu, devido à existência, entre nós, do Poder Moderador. Assim, três poderes atuavam diretamente sobre o sistema:

- o Poder Moderador, exercido pelo imperador;
- o Poder Executivo, exercido pelo gabinete;
- o Poder Legislativo, exercido pela Câmara de Deputados (o Senado, embora fizesse parte do Legislativo, não participava nos votos de confiança ao gabinete.)

Litografia de Bertichem. IEB/USP (São Paulo/SP)

Neste prédio funcionava a Câmara dos Deputados, durante o Segundo Reinado. Apenas ela emitia votos de confiança ou desconfiança no gabinete, pois no Senado, uma eventual maioria de conservadores ou de liberais não era resultante de eleições, já que os senadores eram nomeados pelo imperador em caráter vitalício.

Para manter-se no governo, o gabinete precisava simultaneamente da confiança da Câmara e do imperador. Assim, após uma eleição, D. Pedro II nomeava um político do partido vencedor para o cargo de primeiro ministro. Este formava, então, o gabinete e, obtido o apoio da Câmara, começava a governar.

Caso o gabinete entrasse em choque com a Câmara, cabia ao imperador, no exercício do Poder Moderador, decidir qual dos dois continuaria a exercer suas funções.

Quando o imperador tomava decisões, no uso do poder Moderador, consultava sempre o Conselho de Estado. Este aconselhava o imperador, que podia seguir ou não as opiniões dos conselheiros.

Se D. Pedro II concluísse que o gabinete tinha razão, dissolvia a Câmara e convocava novas eleições. Se achasse que os deputados estavam certos, demitia o gabinete, substituindo-o por outro do mesmo partido.

D. Pedro II não era, portanto, uma figura meramente decorativa, pois, embora não participasse do Executivo, as principais decisões políticas do País estavam em suas mãos. Essa importância do chefe de Estado, totalmente contrária aos padrões clássicos do parlamentarismo, fez com que o sistema brasileiro fosse chamado de "parlamentarismo às avessas". Um exemplo claro do poder que esse "parlamentarismo às avessas" dava ao imperador é que tanto a Câmara de Deputados como o gabinete evitavam criar desentendimentos com D. Pedro II, que podia, a qualquer momento, dissolver a primeira ou demitir o segundo.

Agora que conhece o nosso parlamentarismo, você talvez esteja se perguntando o porquê de a adoção desse sistema ter ajudado a "pacificar" o Brasil e a consolidar o poder da classe dominante agrária.

Em primeiro lugar, retirando-se do imperador o exercício do Poder Executivo, evitava-se o desgaste político do soberano, que passou a ser apresentado à opinião pública como uma espécie de pai de todos os brasileiros, um homem acima das lutas políticas e das pequenas brigas dos partidos, preocupado apenas com o bem-estar da Nação. Criou-se assim uma falsa imagem de Pedro II, na qual até hoje muitas pessoas ainda acreditam. Ora, a valorização da figura do imperador ajudava a fortalecer a Monarquia, permitindo a consolidação do poderio político da aristocracia rural.

Além disso, com o parlamentarismo, as disputas internas da classe dominante podiam-se resolver no âmbito estrito das discussões parla-

mentares e das trocas de gabinetes, evitando o perigo de revoltas armadas que, mesmo iniciadas e lideradas por pessoas da elite, sempre envolviam o risco de receberem a adesão do povo ("aquela gente", você se lembra). Em resumo: com a adoção do parlamentarismo, era tão fácil para os grupos da aristocracia subirem ao poder através da ação parlamentar, que não compensava o trabalho e o risco de organizar uma revolta armada.

Finalmente, o jogo político do parlamentarismo — eleições periódicas e freqüentes, existência de oposição e rodízio dos partidos no poder — dava à opinião pública a ilusão da existência daquilo que tanto se tem defendido no Brasil e tão pouco se tem praticado: a democracia.

OS PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos Liberal e Conservador dividiram entre si o poder durante o Segundo Reinado, com predominância do Conservador. Organizações sem programa definido, seguindo geralmente a opinião de alguns líderes de destaque, as diferenças entre os partidos eram mínimas, pois ambos defendiam os interesses dos grandes latifundiários, inserindo-se num mesmo quadro social. Por isso não formavam verdadeiros partidos, mas agrupamentos políticos rivais.

Chamados de "partidos de patronagem", defendiam exclusivamente os interesses da elite dominante e, embora apresentassem algumas divergências entre si, destacavam-se mais os pontos em comum, como por exemplo a defesa da estrutura escravista de produção e a manutenção do povo afastado do processo político.

Assim, mesmo quando os liberais ou conservadores propunham em seus programas políticos algumas reformas de interesse popular, o faziam principalmente para chegarem ao poder ou nele se manterem.

Portanto, ambos os partidos tendiam para a conciliação, que favorecia a manutenção dos interesses dos donos do poder.

A CONCILIAÇÃO

Como já vimos, a queda dos liberais, em 1848, levou o Partido Conservador ao poder, aí permanecendo até 1853.

Nessa época, diversos líderes políticos já tinham percebido a necessidade de realizar algumas reformas financeiras, políticas e administrativas. Porém nenhum dos partidos possuía condições de, isoladamente, realizar tais reformas, pois, além das divergências entre conservadores e liberais, havia as divergências internas de cada partido: os conservadores mais teimosos não queriam reforma alguma, enquanto os liberais mais exaltados desejavam mudanças amplas demais para o gosto da elite.

Para superar essas dificuldades, o senador conservador Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, instaurou em 1853 o chamado **Ministério da Conciliação**, formado por membros de ambos os partidos.

A "Conciliação" não foi apenas a organização de um ministério formado por liberais e conservadores, mas uma ampla aliança entre conservadores moderados e liberais moderados, isolando assim os radicais de ambos os partidos.

Dessa forma se chegou a um consenso político e à maioria parlamentar (metade dos deputados mais um) indispensáveis à implantação das reformas necessárias.

O Ministério da Conciliação passou por duas etapas: a primeira, iniciada em 1853, encerrou-se em 1856, com a morte do Marquês do Paraná, e a segunda estendeu-se até a crise financeira de 1858, que provocou a queda do ministério.

Nesses cinco anos de duração, ocorreram diversas modificações na estrutura administrativa do País e uma reforma bancária e monetária.

Com a fusão do Banco Mauá e do Banco Comercial do Rio de Janeiro, criou-se o segundo **Banco do Brasil** (o primeiro havia falido em 1828), o qual passou a centralizar as emissões de papel-moeda, pondo em prática uma política monetária que visava controlar as emissões, equilibrar o orçamento do governo e evitar a inflação.

Entre 1858 e 1862, o Brasil foi governado por três gabinetes formados exclusivamente por políticos conservadores: Visconde de Abaeté, Silva Ferraz e o então Marquês de Caxias. Apesar disso, esses gabinetes, pela ausência de radicalismo partidário, ainda estavam ligados aos princípios da conciliação.

A partir de 1862 até 1868, ocorreu uma nova experiência de conciliação, com o governo exercido pela **Liga Progressista.** Como os partidos estavam divididos em vários grupos, sem conseguir organizar uma maioria parlamentar sólida, viram-se forçados a formar uma aliança entre uma parte dos conservadores e uma parte dos liberais, a qual se denominou Liga Progressista. A Liga, portanto, era apenas um "quebra-galho" político.

Mais uma vez, os moderados dos dois partidos uniam-se, na tentativa de isolar os radicais. Nessa época, porém, a conciliação deixava de ser importante para a elite, tornando-se apenas uma decorrência do enorme enfraquecimento que atingia o Partido Conservador e o Partido Liberal. Relativamente fortes no início do Segundo Reinado, já na década de 1860 os partidos começavam a apre-

sentar sinais de esgotamento, tanto pelo cansaço da luta como pela falta de metas claras e definidas.

A instabilidade e a fraqueza partidárias refletiam-se nas constantes trocas de gabinetes. Enquanto os progressistas estiveram no poder (1862-1868), o ministério foi trocado seis vezes. Primeiro o gabinete de Zacarias de Goes e Vasconcelos; depois o do Marquês de Olinda; em seguida, outra vez Zacarias, logo substituído pelo ministério de Francisco José Furtado; alguns meses depois, o Marquês de Olinda voltou ao poder, para ser novamente substituído por Zacarias de Goes e Vasconcelos.

No entanto a Liga Progressista caminhava para o fim. Um desentendimento entre Caxias — comandante das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai — e o primeiro ministro Zacarias de Goes e Vasconcelos levou este último a renunciar. Para substituí-lo, D. Pedro II nomeou o Visconde de Itaboraí, conservador ortodoxo, ou seja, membro da oposição. A Liga Progressista, que ainda tinha maioria na Câmara dos Deputados, recusou o voto de confiança ao novo governo. Diante disso, o imperador dissolveu a Câmara e convocou novas eleições. Encerrava-se, assim a existência da Liga, em julho de 1868.

A atitude de D. Pedro, embora legal e constitucional, fugia totalmente às práticas parlamentares adotadas no Brasil desde 1847. Por esse motivo, costumava-se afirmar que o imperador, ao nomear o Visconde de Itaboraí, deu um golpe político.

O "golpe" de 1868 e o fim da Liga provocaram uma mudança na situação partidária. Embora ainda representassem os interesses da elite agrária, os partidos políticos começaram a definir melhor suas idéias e a se diferenciar mais nitidamente uns dos outros.

Nesse sentido, o **Partido Conservador** adquiriu contornos nítidos, defendendo a manutenção da estrutura econômica e política do País, sem nenhuma mudança importante. Já o **Partido Liberal** concluiu que ou se reformavam as instituições políticas ou se corria o risco de enfraquecer seriamente a Monarquia. Por isso defendeu a diminuição das atribuições do Poder Moderador, a descentralização política e administrativa, o Senado eletivo e temporário, a extinção gradual do trabalho escravo. Os liberais radicais, por sua vez, fundaram o **Partido Liberal Radical**, que apoiava todas as reformas propostas pelos demais partidos, aprofundando várias delas: extinção do Poder Moderador, abolição imediata da escravatura, adoção do sistema federativo (concedendo grande autonomia às províncias) e reforma do sistema eleitoral. Com o passar dos anos, os liberais radicais originaram o **Partido Republicano.**

Como se vê, a partir do final da década de 1860, ocorreu uma importante recomposição de forças e programas políticos. Começava a se formar a onda que derrubaria a Monarquia, em 1889.

A Política Externa do Segundo Reinado

11 Durante muitos anos, o estudo da política externa seguida pelo Brasil durante o Segundo Reinado resumiu-se unicamente a dois aspectos: o militar e o diplomático. No primeiro, descreviam-se minuciosamente as guerras de que o País participou. No segundo, apresentavam-se as negociações realizadas pela nossa diplomacia, principalmente aquelas ligadas às guerras externas e ao estabelecimento das fronteiras com os países vizinhos.

Em ambos os casos a conclusão era a mesma: o Brasil, uma nação pacífica, não tinha quaisquer ambições territoriais em relação a seus vizinhos, contra os quais, aliás, jamais praticara qualquer tipo de agressão; pelo contrário, a agressão partia dos países vizinhos, que só então recebiam a resposta de nossas tropas, restabelecendo-se, assim, a ordem, a paz e a justiça!

É claro que essa é uma visão distorcida da realidade, apresentando o Brasil sempre como país "bom", o "mocinho" dos filmes de *bang-bang*, enquanto os outros — principalmente a Argentina, o Uruguai e o Paraguai — são os "maus", os "bandidos".

Uma análise realista da política externa brasileira durante o Segundo Reinado exige primeiro que verifiquemos quais as linhas mestras dessa política, para, em seguida, determinarmos as razões da existência dessas linhas e finalmente descrevermos os fatos fundamentais que as caracterizavam. Assim, podemos afirmar que os fundamentos principais de nossa política externa foram:

- a manutenção de uma política de acomodação aos interesses da Inglaterra;
- constantes choques políticos e militares com os países platinos (Argentina, Uruguai e Paraguai).

Vamos agora estudar mais detalhadamente essas duas características.

A ACOMODAÇÃO AOS INTERESSES INGLESES

12 Durante todo o século XIX, a política externa brasileira teve de se acomodar aos interesses britânicos. Tal acomodação, que variava conforme as circunstâncias, resultava de nossa dependência econômica em relação aos ingleses, que naquela época eram os únicos fornecedores de empréstimos ao Brasil, os principais fornecedores de produtos importados e os maiores compradores de nossas exportações.

Fica clara, portanto, uma situação que muitas pessoas se recusam a enxergar: a dependência econômica causa fatalmente a dependência política, impedindo uma nação de ser senhora de seus próprios destinos.

Nesse contexto, a maioria das medidas adotadas pelo governo brasileiro no campo da política externa — e às vezes também na política interna — devia-se submeter aos interesses da Inglaterra, evitando desagradar ao nosso poderoso, exigente e geralmente incômodo aliado.

A QUESTÃO CHRISTIE

13 Apesar da relação de dependência entre o Brasil e a Inglaterra, o principal incidente diplomático do Segundo Reinado ocorreu justamente com os ingleses: a Questão Christie, denominação derivada do nome do embaixador inglês no Brasil, William Christie. Dispondo de pouca habilidade e muita prepotência — a prepotência aliás não era uma característica apenas dele, mas de toda a política externa britânica — Christie conseguiu transformar dois pequenos incidentes numa grave questão diplomática.

O primeiro incidente foi provocado pelo desaparecimento da carga do navio inglês *Prince of Walles*, naufragado em 1861 nas costas do Rio Grande do Sul. Embora as autoridades brasileiras já tivessem tomado providências para apurar a responsabilidade do furto, intempestivamente o embaixador britânico exigiu uma vultosa indenização, ao mesmo tempo que exigia a presença de um oficial

inglês nas investigações feitas pelo governo brasileiro.

O segundo incidente ocorreu no ano seguinte, no Rio de Janeiro. Três oficiais da marinha inglesa, à paisana e embriagados, promoviam tumultos na Tijuca quando foram presos por uma autoridade brasileira, a quem ofenderam. Identificados, foram imediatamente postos em liberdade.

William Christie transformou essa simples ocorrência policial em um sério conflito. Considerando que a marinha de Sua Majestade Britânica havia sido gravemente ofendida, exigiu do governo brasileiro punição para os policiais que julgava responsáveis pelo incidente. Não sendo atendido, surpreendeu o Império com ameaças de usar "medidas extremas", caso não fosse paga a indenização relativa à carga do *Prince of Walles* e punidos os funcionários brasileiros envolvidos no incidente da Tijuca. Como a aceitação sob coação não era compatível à soberania nacional, D. Pedro II negou-se a atender as exigências de Christie.

Christie respondeu a D. Pedro II. No dia 30 de dezembro de 1862, navios de guerra ingleses, cumprindo ordens do embaixador inglês, aprisionaram cinco navios mercantes brasileiros. A descabida atitude do inábil diplomata causou grande indignação popular no Rio de Janeiro, nos primeiros dias do ano de 1863. Percebendo a possibilidade de esse incidente desencadear fatos mais graves e vendo a que perigo expunha seus numerosos compatriotas comerciantes, já ameaçados pelo povo, Christie propôs que a questão fosse solucionada por arbitramento.

Escolheu-se como árbitro Leopoldo I, rei dos belgas, aliás, tio e conselheiro da Rainha Vitória da Inglaterra. A decisão de Leopoldo I nos foi inteiramente favorável. Cabia à Inglaterra pedir oficialmente desculpas ao Brasil pelas violências e descabidas exigências de seu embaixador. Não o fazendo, o Império rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra, e nosso embaixador Carvalho Moreira, Barão de Penedo, retirou-se de Londres.

Somente em 1865 os dois países reataram as relações. Reconhecendo os erros cometidos por Christie, o governo inglês encarregou seu embaixador em Buenos Aires, Edward Thornton, de apresentar suas desculpas a D. Pedro II, então em Uruguaiana, onde acabara de assistir à rendição das tropas paraguaias que haviam invadindo o Rio Grande do Sul.

A análise da Questão Christie mostra um fato interessante: em problemas semelhantes criados pela Inglaterra com outros países americanos, a reação britânica foi ainda mais violenta do que na questão com o Brasil, incluindo bloqueios navais, bombardeios de cidades litorâneas e até desembarque de tropas. Por que, no caso brasileiro, os ingleses não chegaram às últimas conseqüências?

Por vários motivos, mas principalmente devido ao fato de que o tamanho do Brasil e a extensão do seu litoral dificultavam as operações navais de intimidação, tão ao gosto da Inglaterra. Aqui, o custo de tais operações absolutamente não compensaria os resultados obtidos. Por isso, a resistência oferecida pelo governo acabou sendo bem-sucedida. Infelizmente, as autoridades brasileiras não transformaram essa resistência numa norma geral de conduta.

AS GUERRAS NA REGIÃO PLATINA

Durante o século XIX, todas as operações militares e guerras externas realizadas pelo Brasil concentraram-se, sem exceção, na área platina, envolvendo a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Uma série de fatores justifica tal concentração, de modo algum casual, entre os quais podemos destacar, em ordem crescente de importância:

- As demais fronteiras do Brasil eram praticamente desabitadas, com reduzida importância econômica e separadas do resto do País por extensas florestas quase impenetráveis.
- Na região platina, durante o período colonial, ocorreu uma longa disputa territorial entre Portugal e Espanha, ainda não resolvida quando as colônias da região tornaram-se independentes. Por isso o Brasil herdou as ambições e interesses de Portugal naquela área, enquanto a Argentina herdou as ambições espanholas.
- Os rios da Bacia Platina (rios Paraná, Paraguai e Uruguai e a junção de todos eles, o rio da Prata) eram bastante importantes econômica e militarmente, pois por eles escoava quase toda a produção da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e das províncias brasileiras de Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Pelos motivos já vistos, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai tinham o máximo interesse em controlar a rede fluvial platina, interesse esse compartilhado pelas principais potências estrangeiras: Estados Unidos, França e, principalmente, Inglaterra.

O governo inglês, visando proteger seu imenso interesse econômico na região do Prata, procurou sempre atingir dois objetivos fundamentais:

- manter a liberdade de comércio e navegação nos rios da bacia platina;
- evitar que o Brasil ou a Argentina se fortalecessem o suficiente para controlar política e economicamente o rio da Prata.

Desse modo, os mercados internos dos países da região foram sempre abastecidos com produtos da indústria inglesa, e, em todas as guerras ocorridas entre os países platinos, ou entre eles o Brasil, a influência britânica foi sempre importante.

O mapa (com as fronteiras da época) mostra os principais rios da Bacia Platina. Se lembrarmos que, em meados do século XIX, a região não dispunha de ferrovias nem de estradas dignas desse nome, fica evidente a importância dessas vias fluviais para as comunicações e o transporte em uma extensa área do Brasil, bem como no norte da Argentina e nos territórios do Uruguai e do Paraguai.

Devemos ainda lembrar que as ex-colônias espanholas, assim como o Brasil, eram países recém-independentes, com Estados Nacionais ainda em formação e cuja unidade territorial (particularmente nos casos do Brasil e da Argentina) via-se constantemente ameaçada por províncias ou regiões que pretendiam se desvincular do país a que pertenciam, quer seja para se unirem a um outro país, quer seja para se transformarem em nações independentes.

Por esse motivo, um dos aspectos mais importantes dos conflitos platinos era este: para que um país da região se fortalecesse, era preciso enfraquecer ou mesmo destruir o vizinho. Portanto, o fortalecimento econômico ou político de qualquer país da região passava a ameaçar a segurança dos demais.

Esse fato ajuda a compreender e superar uma das maiores dificuldades encontradas pelo estudante ao analisar os conflitos em que o Brasil se envolveu na área do Prata: as constantes e radicais mudanças de orientação da política externa dos países da região. O Brasil, que na década de 1840 foi o principal aliado do Paraguai, acabou por destruí-lo vinte anos mais tarde. O Uruguai foi sucessivamente inimigo e aliado de cada um dos outros países da área. Os mais constantes inimigos dos brasileiros no Prata foram os argentinos; apesar disso, Brasil e Argentina aliaram-se na guerra contra o Paraguai.

Tais mudanças confirmam o que apontamos acima: para enfraquecer um vizinho perigoso, qualquer arma era válida, inclusive a aliança com antigos inimigos. E qual era o vizinho perigoso? Era aquele que em qualquer momento estivesse se fortalecendo...

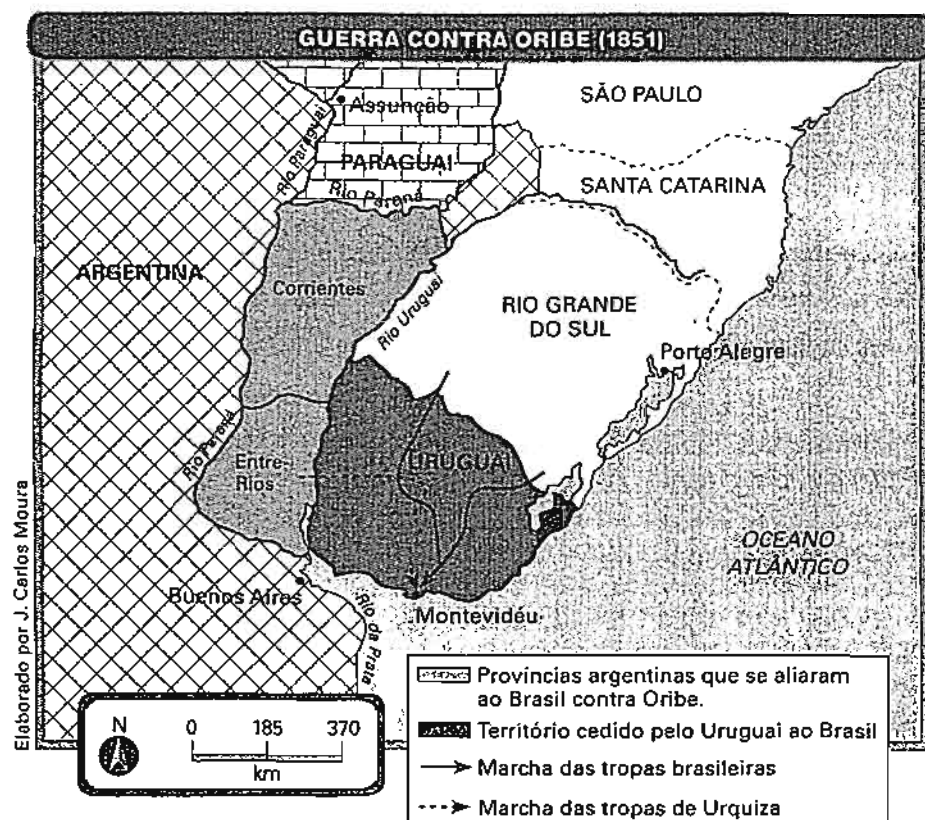
A GUERRA CONTRA ORIBE (1851)

15 Desde a sua independência, em 1828, o Uruguai vivera em constante guerra civil, com a participação de dois grandes grupos ou partidos políticos: os **Blancos** e os **Colorados**, que serviam de base para a atuação de caudilhos uruguaios. Dentre estes se destacavam o colorado Frutuoso Rivera e o blanco Manuel Oribe, os quais lutaram pelo controle do Uruguai desde 1836. As lutas internas do Uruguai eram ainda agravadas devido às constantes intervenções de brasileiros e argentinos, com o Brasil apoiando os colorados e a Argentina apoiando os blancos.

Até 1845, a política brasileira em relação ao Prata foi cautelosa, devido às dificuldades financeiras do Império e principalmente à ligação existente entre a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e os grupos em luta no Uruguai. Finda a Revolução (1845), o governo passou a apoiar firmemente os colorados uruguaios.

Portanto, apoiando os colorados, é obvio que o Brasil entrava em choque com a Argentina, cujo presidente, Rosas, auxiliava Oribe, abertamente. O receio de um choque armado com Rosas, naquele momento, era o único motivo que impedia o Brasil de enviar tropas em apoio aos colorados.

Em 1850, um fato modificou o equilíbrio político do Prata: o general Urquiza, governador da província argentina de Entre-Rios, manifestou claramente sua intenção de revoltar-se contra Rosas. A partir daí, a diplomacia do Império viu-se obrigada a agir rapidamente: em dezembro de 1850, o Brasil e o Paraguai assinaram um tratado de Aliança. Em maio de 1851, assinou-se novo tratado entre o Brasil, os colorados e as províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes, decidindo a expulsão de Oribe do Uruguai e de Rosas da Argentina.

A partir de julho, as tropas de Entre-Rios, comandadas pelo general Urquiza, e as brasileiras, comandadas por Caxias, iniciaram a invasão do Uruguai, até que, em 12 de outubro de 1851, Oribe rendeu-se incondicionalmente. Neste mesmo dia, o Brasil e o Uruguai assinaram um tratado de comércio, aliança e limites territoriais.

Pelo mapa (com as fronteiras da época) é possível observar o avanço das tropas brasileiras, a partir do Rio Grande do Sul, e das tropas de Urquiza, a partir da província argentina de Entre-Rios. Pode-se também perceber o território cedido pelo Uruguai ao Brasil, por meio de um tratado feito após a guerra. A rapidez com que este foi assinado demonstra que já estava negociado fazia algum tempo e que fez parte do preço pago pelos colorados pelo apoio brasileiro.

A GUERRA CONTRA ROSAS (1852)

16 A esta altura dos acontecimentos, você já percebeu que a invasão brasileira no Uruguai provavelmente desencadearia uma guerra contra a Argentina, governada pelo general Rosas. As disputas entre os governos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, já antigas, tinham-se agravado nos últimos anos, devido não somente ao conflito entre blancos e colorados no Uruguai, mas também ao fato de o Brasil reconhecer a independência do Paraguai, cujo território era reclamado pela Argentina. Além disso, Rosas não concordava com a abertura dos rios da bacia Platina à navegação internacional, enquanto o Brasil era favorável a tal medida.

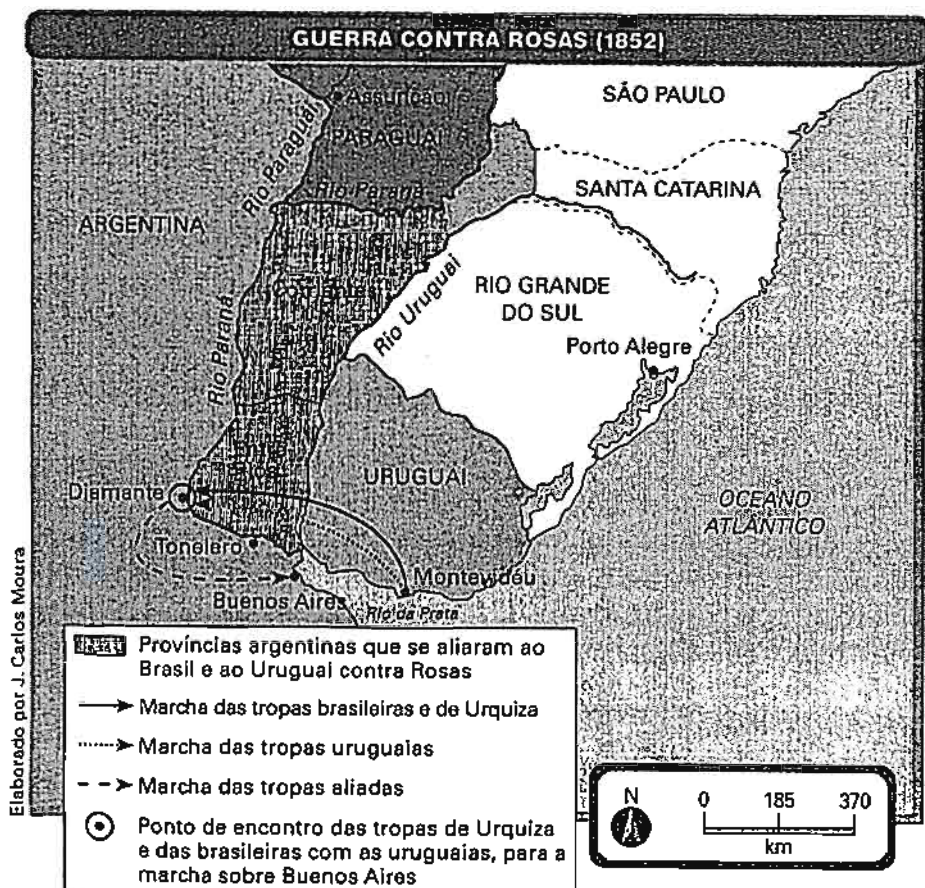
Frente a essas desavenças, o governo imperial concluiu ser impossível uma convivência pacífica com as autoridades de Buenos Aires. Mais do que isso, o Império considerou o governo de Rosas uma ameaça direta aos interesses brasileiros no Prata e no próprio Rio Grande do Sul.

A revolta do general Urquiza, de Entre-Rios, deu ao Brasil as condições militares para a derrubada de Rosas. Restava um único obstáculo: a Inglaterra, que, embora não apoiasse Rosas diretamente, era contrária a que o Brasil o derrubasse.

Visando contornar tal problema, a diplomacia brasileira agiu com extrema habilidade: em vez de atacar Rosas, atacou Oribe no Uruguai, derrotando-o em outubro de 1851. Logo no mês seguinte, Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes assinaram um convênio, pelo qual o Império comprometia-se a ajudar o general Urquiza na sua luta contra Rosas. Assim, o Brasil não estava invadindo a Argentina, mas apenas "ajudando" um argentino (Urquiza) a derrubar outro argentino (Rosas).

Como se vê, a política brasileira nem sempre era um simples disfarce para a atuação da Inglaterra. No caso de Rosas — e em alguns outros — o Império seguiu uma política própria e até contrária aos desejos britânicos. Daí pode-se concluir que, na maioria das vezes em que o governo brasileiro submeteu-se às imposições inglesas, foi não tanto pelo poderio militar britânico, mas pelo fato de a elite agrária, que controlava o governo, ter interesses coincidentes mais com os da Inglaterra do que com os do próprio Brasil.

O convênio foi assinado em 21 de novembro de 1851. Imediatamente, Urquiza iniciou sua marcha em direção a Buenos Aires, sendo a travessia do rio Paraná feita a bordo de navios da esquadra brasileira.

Em 3 de fevereiro de 1852, as tropas aliadas, cujo comandante geral era Urquiza, enquanto o brigadeiro Marques de Sousa comandava as tropas brasileiras, atacaram os rosistas em Monte Caseros. Completamente derrotado, Rosas refugiou-se a bordo de um navio inglês, partindo logo em seguida para a Inglaterra. Vencedor, Urquiza assumiu a presidência da Argentina.

Pelo mapa (com as fronteiras da época) é possível observar a marcha das tropas aliadas até Diamante, onde atravessariam o rio Paraná para, seguindo por sua margem direita, atingir Buenos Aires.

A GUERRA CONTRA AGUIRRE (1864-1865)

17 Durante toda a década de 1850, o Uruguai viveu em permanente estado de agitação devido à luta entre blancos e colorados, agravada pelas constantes intervenções do Brasil e da Argentina na política interna uruguaia (em 1854, o Brasil enviou tropas para o Uruguai, que só foram retiradas no ano seguinte).

Em 1863, o general Venâncio Flores — um dos mais violentos e sanguinários caudilhos da história do Uruguai — revoltou-se contra o governo de Montevidéu, presidido pelo blanco Bernardo Berro. Mesmo sendo este substituído por Atanásio Aguirre, a revolta continuou.

Diante da rebelião de Flores, assim se posicionaram os países vizinhos do Uruguai:

- o governo argentino, presidido pelo general Mitre, embora oficialmente neutro, na prática apoiava abertamente os revoltosos, pois com Flores no poder esperava exercer grande influência sobre o governo uruguaio;
- o Paraguai, presidido por Solano Lopez, assumiu uma posição bastante clara: embora se recusasse a fazer uma aliança militar com Aguirre, considerava qualquer tentativa de incorporar o Uruguai ao Brasil ou à Argentina uma ameaça direta à independência de seu próprio país, e agiria de acordo com esse pensamento;
- o Brasil mantinha-se oficialmente neutro, provavelmente sem intenções de mudar de posição, exceto se a independência uruguaia fosse ameaçada pela Argentina ou pelo Paraguai.

Portanto a situação parecia bastante equilibrada, havendo pouca possibilidade de que algum dos países vizinhos interviesse militarmente no Uruguai, seja pelo receio de reações dos outros países da área, seja pelo fato de a independência uruguaia estar garantida pela Inglaterra e França.

Os acontecimentos, porém, tomaram um rumo completamente diferente. A razão disso é que o Rio Grande do Sul, contrariando os desejos do governo imperial, apoiava tão firmemente a revolta do general Flores, que mais da metade de suas tropas era formada por riograndenses, e os estancieiros gaúchos pressionaram para que o governo brasileiro interviesse diretamente no Uruguai.

D. Pedro II mais uma vez enfrentava um grave problema. Os fazendeiros riograndenses desejavam controlar da maneira mais rígida possível o Uruguai, onde tinham grandes interesses econômicos. Por isso, o Rio Grande somente seria solidário para com o Império se este apoiasse decididamente os criadores de gado, dando cobertura à atuação desses homens no território uruguaio. Caso o governo negasse esse apoio, os gaúchos poderiam se separar do Império, como já ocorrera durante a Revolução Farroupilha (1835-1845).

Dois fatos, portanto, ficam bastante claros. Primeiro, que a política externa do Império foi muitas vezes condicionada por problemas internos, como os do Rio Grande. Segundo, na política platina, o cinismo era usado em doses cavalares. Afinal, a maior parte dos soldados de Flores era brasileira. E quando Aguirre, presidente legal do Uruguai, atacou essas tropas, **rebeldes e estrangeiras**, o Brasil invadiu o Uruguai, acusando-o de maltratar brasileiros...

Finalmente ainda se destaca o papel do governo argentino, cujo presidente, general Mitre, utilizou todos os tipos de intrigas diplomáticas para levar o Brasil a invadir o Uruguai. O objetivo de Mitre — que foi alcançado — era derrubar Aguirre, utilizando-se para isso de tropas brasileiras.

Assim, em princípio de 1864, o império enviou a Montevidéu o conselheiro José Antônio Saraiva, o qual, em maio do mesmo ano, exigiu de Aguirre indenização pelos prejuízos causados aos brasileiros na fronteira com o Rio Grande do Sul e punição dos responsáveis. O governo uruguaio, é claro, recusou. Em julho, uma reunião realizada em Puntas del Rosário, da qual participaram o conselheiro Saraiva, o general Flores, o ministro do exterior argentino, Rufino de Elizelde e o embaixador inglês na Argentina, Edward Thornton, resultou em novas exigências a Aguirre, que tornou a recusá-las.

Na reunião de Puntas del Rosário, extremamente importante para nossa História, Brasil e Argentina decidiram não apenas derrubar Aguirre, mas também formar uma aliança com Venâncio Flores, contra o Paraguai.

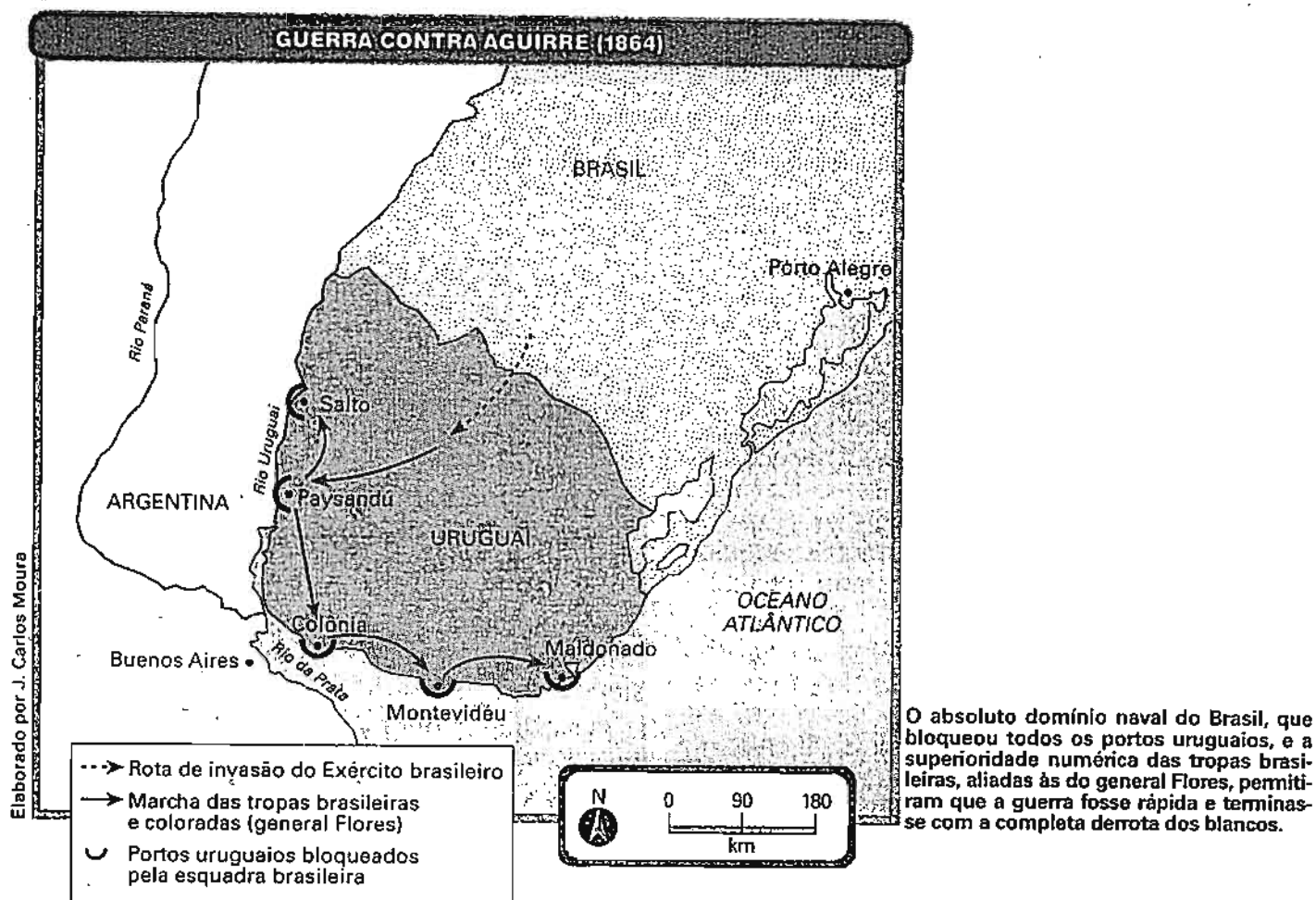
Saraiva, então, retirou-se para Buenos Aires, onde, a 4 de agosto de 1864, entregou um "ultimatum" a Aguirre: se não fossem atendidas todas as exigências brasileiras, as tropas e a marinha do Império iniciariam represálias contra o Uruguai.

No dia 22 do mesmo mês, como Aguirre continuava negando-se a atendê-lo, Saraiva e o chanceler argentino Elizelde assinaram um protocolo autorizando-se mutuamente a intervir no Uruguai, desde que fosse mantida sua independência.

A guerra começou em setembro. A esquadra, sob o comando do almirante Tamandaré, bloqueou e ocupou os portos fluviais uruguaios de Villa de Melo, Salto e Paissandu. Logo em seguida, o marechal Mena Barreto, à frente de 10000 soldados,

invadiu o Uruguai e reunindo-se às forças de Venâncio Flores, praticamente ocupou todo o país. Finalmente, em 15 de fevereiro de 1865, Aguirre abandonou o poder, assumido cinco dias depois pelo general Flores.

Encerrava-se a guerra contra Aguirre, mas já começava a maior guerra em que o Brasil envolveu-se até hoje: a Guerra do Paraguai.

O absoluto domínio naval do Brasil, que bloqueou todos os portos uruguaios, e a superioridade numérica das tropas brasileiras, aliadas às do general Flores, permitiram que a guerra fosse rápida e terminasse com a completa derrota dos blancos.

A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

18 Entre novembro de 1864 e março de 1870, desenrolou-se a Guerra do Paraguai, a mais longa e sangrenta guerra na América do Sul, com conseqüências que influenciaram decisivamente a história dos países envolvidos. Até maio de 1865, enfrentaram-se apenas o Paraguai e o Brasil. A partir daí, com a assinatura do tratado da Tríplice Aliança, os paraguaios passaram a lutar contra o Brasil, a Argentina e o Uruguai.

Os Antecedentes da Guerra

19 Dentre as razões que desencadearam a guerra do Paraguai, destacam-se em primeiro lugar as questões que dividiam os países do Prata.

O Paraguai, em meados do século XIX, era um país diferente dos demais da América Latina. Desde sua independência em 1811, até a guerra, tivera apenas três governantes: Francia, Carlos Antônio Lopez e seu filho Francisco Solano Lopez. O governo paraguaio não era democrático, como não era nenhum dos outros governos latino-americanos.

Apesar disso, o governo paraguaio, mais do que qualquer outro do continente, realizava uma política favorável às camadas populares. Desde os tempos de Francia, a elite agrária fora progressivamente eliminada, e suas terras expropriadas pelo governo e entregues em usufruto aos trabalhadores rurais. O mesmo acontecera com a exploração de madeira e de erva-mate, produtos monopolizados pelo Estado.

Assim, em meados do século XIX, o padrão médio de vida do povo paraguaio superava o de qualquer outro povo latino-americano: o analfabetismo fora quase eliminado e garantia-se emprego, moradia, alimentação e vestuário à maioria das famílias. Embora pobre, o Paraguai não

tinha dívida externa, suas riquezas (mate e madeira) não eram exploradas por estrangeiros e estava começando a criar, com seus próprios recursos, um pequeno porém sólido parque industrial.

Assim se explica a incrível tenacidade com que os paraguaios defenderam o regime de Solano Lopez. Embora ditador, Lopez representava os interesses da maioria da população, e não os de uma reduzida oligarquia aliada a comerciantes e banqueiros estrangeiros.

A prosperidade e a independência econômica do Paraguai inquietavam alguns de seus vizinhos e algumas potências estrangeiras. A Inglaterra preocupava-se com a política protecionista adotada pelas autoridades de Assunção e, mais do que isso, com o "mau exemplo" que o Paraguai dava aos demais países da região. Afinal, havia o risco de o Brasil e a Argentina perceberem que a política paraguaia trazia uma prosperidade muito mais sólida do que a obtida pelos brasileiros e argentinos, por meio de empréstimos externos e da entrega de suas riquezas à Inglaterra. Só a hipótese de que o exemplo paraguaio fosse seguido fazia com que muita gente importante, em Londres, perdesse o sono...

Por isso, a Inglaterra não pôs qualquer obstáculo a que seus banqueiros e industriais fornecessem ao Império e a Buenos Aires os recursos financeiros e materiais para que pudessem custear uma longa guerra, que terminou por destruir totalmente o Paraguai.

O fato de que o comportamento da Inglaterra beneficiou os países da Tríplice Aliança levou a algumas interpretações sobre as causas da Guerra do Paraguai que são, no mínimo, discutíveis. Uma delas é a de que o país de Solano Lopez foi vítima de uma ação imperialista britânica, da qual o Brasil e a Argentina seriam simples agentes. Em outras palavras, os ingleses teriam tido a idéia e mandado brasileiros e argentinos fazerem o serviço sujo. Estudos históricos mais recentes não confirmam essa hipótese, e tudo indica que as causas da guerra encontravam-se aqui mesmo, no processo de formação dos Estados nacionais da região platina.

A Argentina, por sua vez, não só ambicionava a posse de cerca de 1/3 do território paraguaio, como ainda que o mercado interno desse país fosse aberto aos produtos estrangeiros. Afinal, qualquer produto importado pelo Paraguai obrigatoriamente passaria pelo porto de Buenos Aires. Pelo porto e pela alfândega...

Assim, desde 1861, quando o general Mitre assumiu o poder na Argentina, seu governo fez todos os esforços econômicos, políticos e diplomáticos para enfraquecer e, se possível, derrubar o regime paraguaio, chefiado por Solano Lopez. Entre tais esforços incluíram-se intrigas diplomáticas, visando a que o Brasil e o Uruguai se unissem aos argentinos numa guerra contra o Paraguai. Essa política foi tão habilidosa que, em abril de 1865, quando os paraguaios invadiram a província argentina de Corrientes, estavam na verdade caindo numa armadilha.

Nessa ocasião, o ministro argentino Elizalde escreveu uma carta ao presidente Mitre, na qual dizia: "Dou a V.Sa. a melhor notícia de Páscoa que poderia esperar, pelo que o felicito cordialmente. Lopez caiu na armadilha, levando os vapores de Corrientes. (...) **Trocamos dois velhos navios por meio Paraguai** (...)"

Quanto ao Brasil, este desejava há muito tempo uma vasta região do norte do Paraguai e a liberdade de navegação nos rios Paraná e Paraguai, o que era fundamental para a comunicação com Mato Grosso. Além disso, o Império não via com bons olhos a estabilidade política do país guarani, aliada ao seu crescente fortalecimento econômico e, portanto, militar, pois, como já vimos, no contexto sul-americano da época, o fortalecimento de um país era encarado por seus vizinhos como uma ameaça em potencial.

Por isso, as atitudes do governo imperial em relação ao Paraguai foram-se tornando cada vez mais agressivas. Em 1855, o almirante Ferreira de Oliveira, comandando uma forte esquadra de 100 canhões e numerosas tropas de desembarque, foi a Assunção como ministro plenipotenciário do Brasil para resolver a questão de limites e navegação fluvial. O governo paraguaio contornou a situação, regressando o almirante sem nada ter conseguido. Somente em 1857 ambos os países assinaram um tratado garantindo ao Brasil a liberdade de navegação.

De qualquer modo, a expedição de Ferreira de Oliveira evidencia que as intenções do Império não eram exatamente pacíficas.

As Causas Imediatas da Guerra

20 Em 1850, Brasil e Paraguai assinaram um tratado comprometendo-se a defender a independência do Uruguai. Pouco depois, Paraguai e Uruguai assinaram um novo tratado, estabelecendo que se qualquer vizinho invadisse um desses países, o outro lhe prestaria imediato auxílio militar. Por isso, em agosto de 1864, quando o Brasil já ameaçava claramente invadir o Uruguai para derrubar o governo de Aguirre, o presidente paraguaio, Solano Lopez, comunicou ao Império que

consideraria a invasão atentatória ao equilíbrio político do Prata e que agiria de acordo com essa convicção.

Mesmo assim, em setembro de 1864, o governo imperial ordenou o ataque ao Uruguai. Com base nos tratados anteriores e na certeza de que seriam a próxima vítima, os paraguaios reagiram: em novembro, aprisionaram o navio brasileiro *"Marquês de Olinda"* em frente a Assunção e, logo em seguida, Solano Lopez declarou guerra ao Brasil.

Vê-se, pois, que a diplomacia do Império provocou conscientemente o Paraguai, apesar de estar certa de que o ataque ao Uruguai desencadearia a guerra.

Um detalhe esclarece perfeitamente a atitude do governo imperial. Oficialmente, a união do Brasil, Argentina e Uruguai para lutar contra o Paraguai ocorreu em 1º de maio de 1865, com a assinatura do tratado da Tríplice Aliança. Na prática, porém, tal "aliança" já estava acertada desde junho do ano anterior quando os representantes do Brasil, da Argentina e do Uruguai realizaram a reunião de Puntas del Rosário, que já estudamos no item anterior (e na qual estava presente o embaixador da Inglaterra na Argentina).

O Conselheiro Saraiva, que participou tanto da reunião como da assinatura da Tríplice Aliança, declarou muitos anos mais tarde: "...tais alianças (Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai) realizaram-se no dia em que o ministro brasileiro e o argentino conferenciaram com Flores nas Puntas del Rosário e não no dia em que Otaviano e eu, como ministros de Estado, assinamos o pacto".

As Forças em Luta

21 Entre novembro de 1864 e maio de 1865, a guerra envolveu apenas Brasil e Paraguai. A partir dessa data, com a oficialização da Tríplice Aliança, o país guarani passou a enfrentar o Brasil, a Argentina e o Uruguai.

O balanço de forças, ao iniciar-se a guerra, era o seguinte: Brasil, 18000 soldados; Argentina, 8 000; Uruguai, 1500; Paraguai, aproximadamente 60000 soldados. Portanto, a vantagem inicial parecia ser deste país, cujo exército era maior, mais organizado, disciplinado e mais motivado para a luta do que as tropas aliadas.

Mera ilusão essa vantagem! Os aliados tinham 13 milhões de habitantes, contra no máximo 800 mil paraguaios (alguns autores defendem a hipótese de que essa população fosse de aproximadamente 400 mil pessoas). Além disso (veja o mapa a seguir), a imensidão territorial dos países da Tríplice Aliança tornava impossível aos paraguaios ocupá-los militarmente. A única via de comunicação do Paraguai com o resto do mundo era o rio da Prata, facilmente bloqueável pelos aliados, que também contavam com absoluta superioridade naval: o Brasil possuía uma esquadra de 42 navios, enquanto o Paraguai dispunha de apenas 14 unidades, das quais somente 3 eram navios de guerra; os demais, pequenos vapores mercantes, precariamente armados. Finalmente a última vantagem: a Argentina e principalmente o Brasil continuaram recebendo empréstimos de bancos ingleses; quanto ao Paraguai, lutava sozinho.

Pelos motivos vistos anteriormente, as forças da Tríplice Aliança rapidamente alcançaram situação de superioridade, inclusive numérica. Acompanhe a evolução dos efetivos em combate:

EFETIVOS EM LUTA NA GUERRA DO PARAGUAI			
Fase da Guerra	Tropas paraguaias	Tropas aliadas	nº de brasileiros dentro das tropas aliadas
Início das operações (novembro de 1864)	60 000 soldados	27 500 soldados	18 000 soldados
Invasão do território paraguaio (abril de 1866)	45 000 soldados	66 000 soldados	38 000 soldados
"Marcha de flanco" (julho de 1867)	30 000 soldados	64 000 soldados	57 000 soldados
"Dezembrada" (dezembro de 1868)	18 000 soldados	31 000 soldados	25 000 soldados
Campanha da Cordilheira (1869)	8 000 soldados	30 600 soldados	26 000 soldados

Observando o quadro anterior, podemos chegar a duas conclusões importantes: durante quase toda a guerra, os paraguaios estiveram inferiorizados militarmente; a participação argentina e uruguaia foi reduzida, concentrando-se o esforço militar sobre o Paraguai e Brasil.

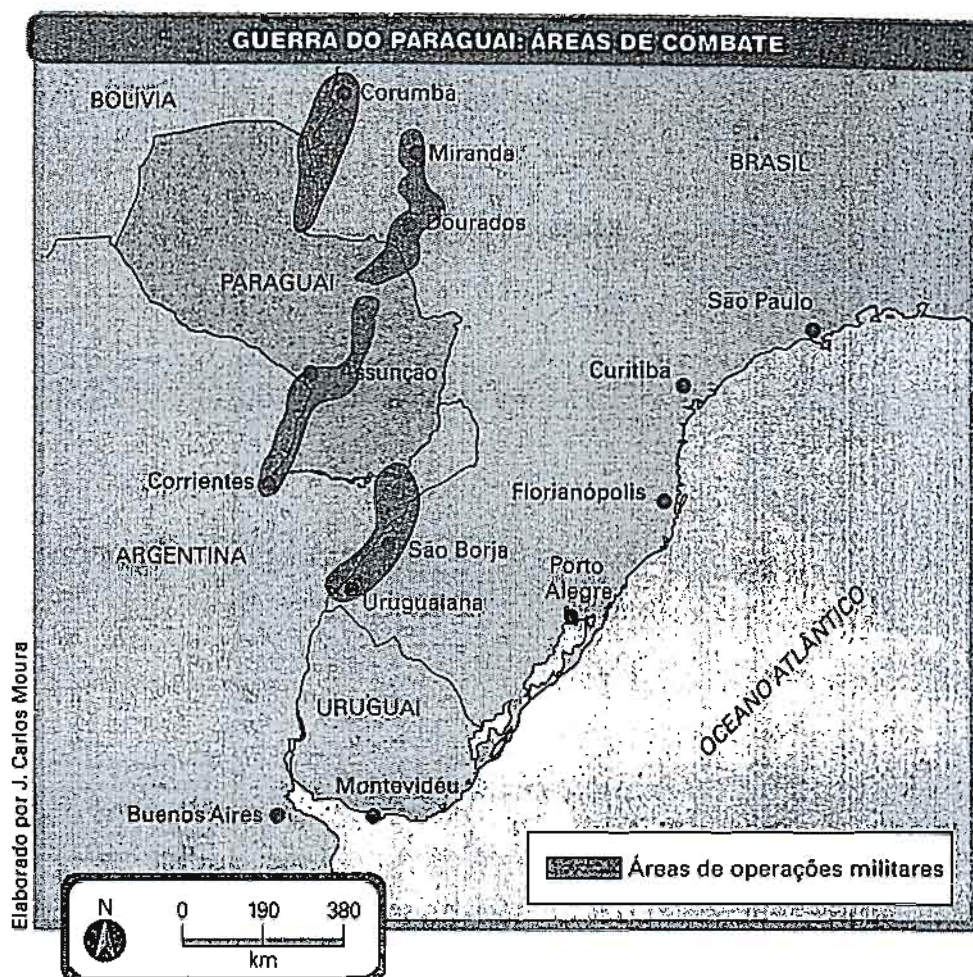
Antes de estudarmos as operações militares, uma última pergunta: por que a guerra foi tão longa? Afinal, os aliados possuíam grande superioridade em terra, absoluto domínio naval e puderam receber do exterior — particularmente da Inglaterra — os empréstimos e o material bélico que necessitavam. Além disso, como os aliados bloquearam o rio da Prata, o Paraguai atravessou os cinco anos de guerra sem receber do exterior sequer um cartucho para os fuzis de seu exército.

A resposta a essa pergunta é múltipla. Em primeiro lugar, o comando da Tríplice Aliança cometeu muitos erros, principalmente enquanto o general Mitre era seu comandante-em-chefe. Os soldados aliados tinham pouca motivação para a luta, pois os "voluntários" argentinos eram conduzidos acorrentados para os quartéis, enquanto no Exército brasileiro parte considerável da tropa era formada por civis recrutados à força, por escravos que se engajavam para obter a liberdade e por indivíduos pobres, pagos para se alistar no lugar de pessoas com melhor posição social.

Mas o elemento fundamental da resposta encontra-se no próprio Paraguai, cujo sistema econômico — pobre, porém sólido — resistiu a anos de guerra e bloqueio total; some-se a isso a identificação entre o governo e o povo, que levou os paraguaios a darem os mais notáveis exemplos de resistência e coesão nacional na História do continente americano.

As Operações Militares

▣ Sob o ponto de vista militar, a Guerra do Paraguai pode ser dividida em quatro grandes fases.

- **Ofensiva paraguaia** (de dezembro de 1864 a dezembro de 1865): a iniciativa militar coube aos paraguaios e a guerra desenrolou-se em território brasileiro e argentino;
- **Invasão do Paraguai** (de janeiro de 1866 a janeiro de 1868): a guerra, já em território paraguaio, foi comandada pelo aliado general Mitre;
- **Comando de Caxias** (de janeiro de 1868 a janeiro de 1869): Caxias assumiu o comando geral dos aliados;
- **Campanha da Cordilheira** (de janeiro de 1869 a março de 1870): sob o comando de Conde D'Eu, destruiu-se o remanescente do exército paraguaio.

As regiões assinaladas indicam onde ocorreram as operações militares, nas quatro fases da guerra. O grosso dessas operações ocorreu ao longo do rio Paraguai, entre Corrientes e Assunção.

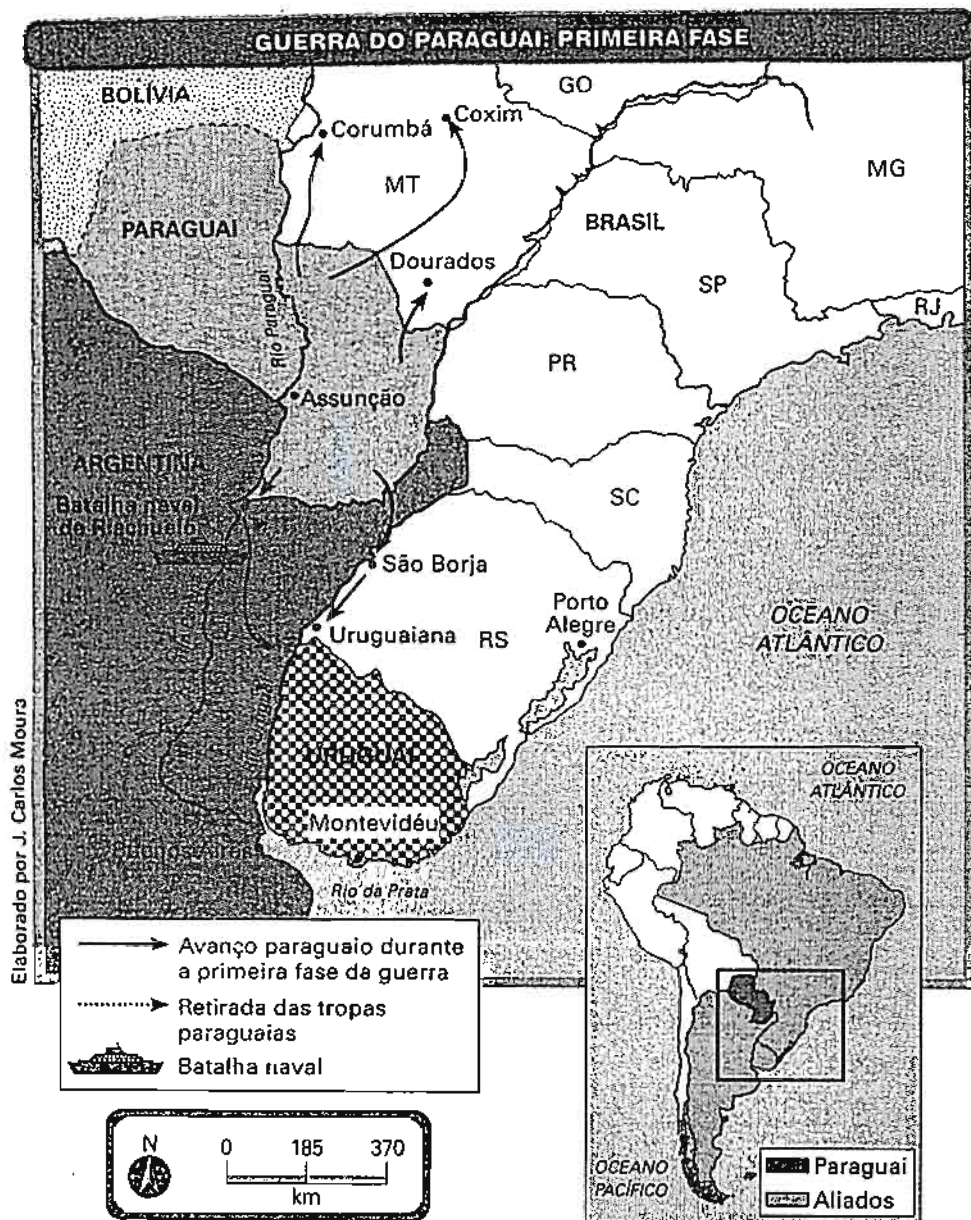
Ofensiva Paraguaia

23 Aproveitando sua superioridade inicial, Solano Lopez desencadeou três ofensivas simultâneas.

A primeira foi contra a província de Mato Grosso. Duas expedições comandadas pelos coronéis Barrios e Resquim, com um total de 9000 soldados, ocuparam o Forte de Coimbra, Albuquerque, Corumbá, Dourados, Miranda e Niuaque. Esse ataque foi quase inútil, pois se diluiu na imensidão do território praticamente despovoado.

Começava já a despontar um dos pontos fracos da organização militar paraguaia: seus oficiais, embora de uma bravura incrível, tinham preparação tática medíocre, muito inferior à do Estado-maior brasileiro.

A segunda ofensiva foi contra a província argentina de Corrientes, a partir da qual os paraguaios pretendiam atacar o Rio Grande do Sul e enviar reforços aos blancos uruguaios. Solano Lopez solicitou autorização do governo de Buenos Aires para atravessar a província de Corrientes com suas tropas. Diante da negativa argentina, o general Robles, à frente de 25000 soldados, invadiu a província. Lopez havia caído na armadilha. Finalmente a Argentina podia atacar o Paraguai sem parecer a agressora. A 13 de abril de 1865, começou a invasão de Robles; a 1º de maio, assinava-se o tratado da Tríplice Aliança.

A terceira ofensiva foi contra o Rio Grande do Sul. O coronel Estigarríbia, com 10000 homens, atravessou o rio Uruguaiana em junho de 1865, tomou São Borja e, após dois meses de marcha, ocupou Uruguaiana.

A imensidão do território dos países da Tríplice Aliança (no detalhe) inviabilizava uma vitória total do Paraguai. Por isso, os ataques contra o Brasil e a Argentina acabaram fracassando. A invasão de Mato Grosso ficou limitada no sul da província; o exército que invadiu o Rio Grande do Sul rendeu-se em Uruguaiana e as tropas que atacaram a Argentina foram obrigadas a recuar para território paraguaio. (Mapa com as fronteiras da época.)

As três ofensivas fracassaram completamente. O ataque a Mato Grosso foi inútil. O coronel Estigarríbia, isolado em Uruguaiana e cercado por forças aliadas cinco vezes superiores às suas, rendeu-se em setembro de 1865, numa cerimônia presenciada por D. Pedro II, Mitre e Venâncio Flores.

Os paraguaios também fracassaram na província de Corrientes. Em junho de 1865, na batalha naval de Riachuelo, a frota brasileira comandada pelo almirante Barroso, destruiu a esquadra paraguaia. Em outubro, as tropas guaranis começaram a retirada para suas bases. Em novembro, os aliados reocuparam a cidade de Corrientes (capital da província do mesmo nome) e, em dezembro, chegaram à fronteira paraguaia, em Passo da Pátria, na confluência dos rios Paraguai e Paraná.

Acabava assim a primeira fase da guerra. Daí em diante, a luta desenrolou-se em território paraguaio, e a iniciativa militar coube aos exércitos aliados.

A Invasão do Paraguai

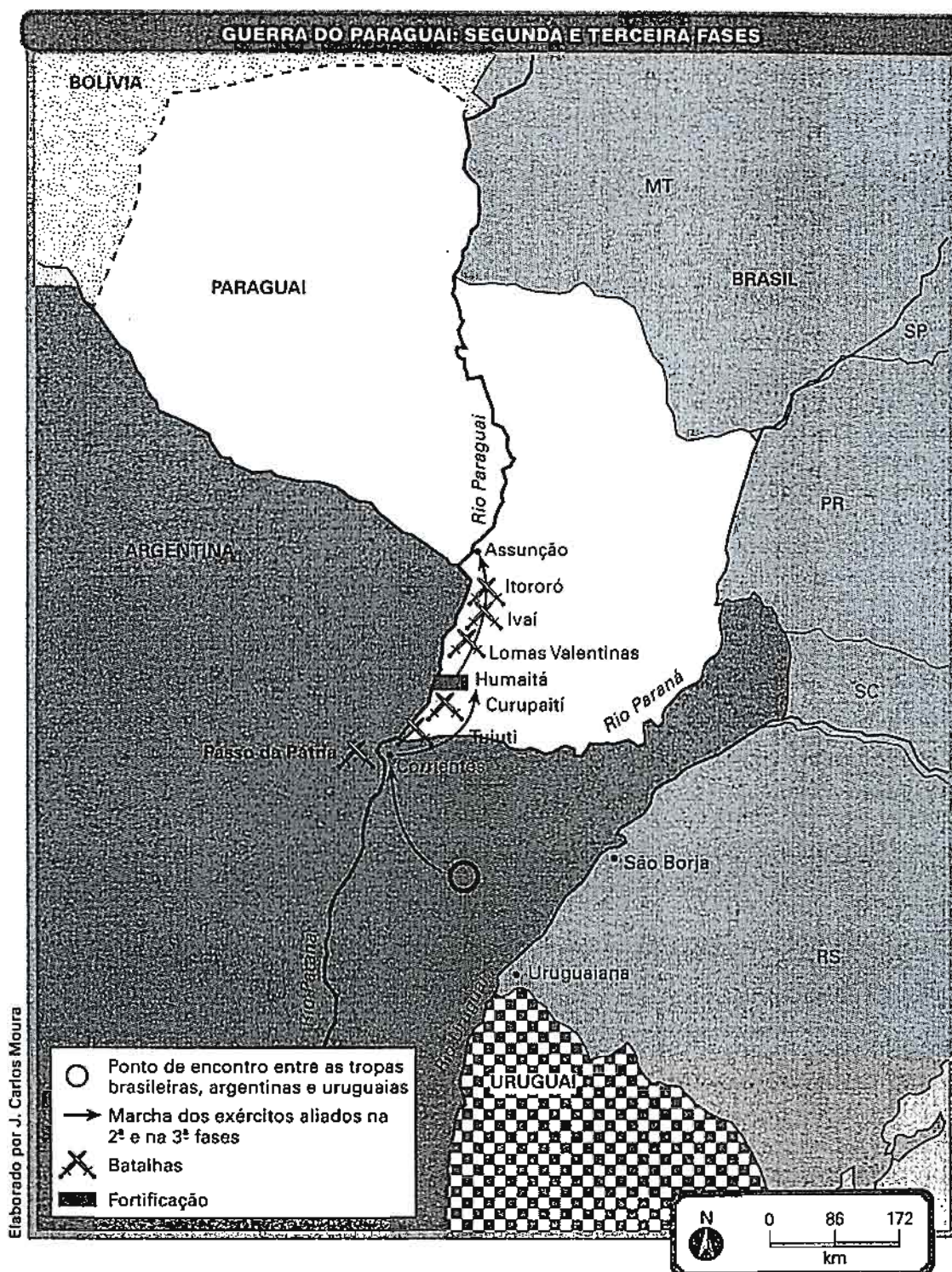
21 A segunda fase da guerra iniciou-se com a invasão do Paraguai, em abril de 1866, sob o comando geral de Mitre. O general Osório comandava as tropas brasileiras.

A resistência paraguaia foi tanta, que, embora os aliados estivessem a apenas 250km de Assunção, demoraram três anos para alcançá-la.

Em 1866, três foram as principais batalhas: Passo da Pátria, Tuiuti e Curupaiti. Os aliados venceram as duas primeiras; derrotados pelos paraguaios em Curupaiti, os exércitos da Tríplice Aliança paralisaram suas operações por seis meses.

Durante o ano de 1867, aproveitando a ausência de Mitre, que regressara temporiamente a Buenos Aires, Caxias, o novo comandante das tropas brasileiras, reorganizou os planos de combate e, através da chamada "marcha de flanco", cercou a fortaleza de Humaitá, a mais poderosa fortificação paraguaia. Porém as operações desenvolviam-se muito lentamente, sobretudo em virtude do desentendimento entre o comando brasileiro e o comandante-em-chefe, Mitre. Somente quando este retornou definitivamente à Argentina e Caxias assumiu o comando geral dos exércitos aliados, em janeiro de 1868, a situação modificou-se.

O Comando de Caxias

23 No decorrer de 1868, sob o comando de Caxias, as operações militares do exército e da esquadra intensificaram-se.

Os exércitos da Tríplice Aliança invadiram o Paraguai através de Passo da Pátria. A segunda e a terceira fases da guerra desenvolveram-se numa estreita faixa de terra ao longo do rio Paraguai e, nos primeiros 28 meses (de abril de 1866 a agosto de 1868), os aliados não conseguiram avançar mais do que 40 quilômetros.

Já no mês de janeiro, a divisão de couraçados conseguiu passar por Humaitá, apertando o cerco à fortaleza e cortando suas comunicações com Assunção. Não podendo mais receber mantimento e munições, a guarnição paraguaia retirou-se no começo de agosto, sendo a fortaleza ocupada pelos aliados. A conquista de Humaitá e de suas fortificações auxiliares custara aos aliados 30000 baixas, em troca de apenas 40 quilômetros de terreno cedido palmo a palmo, durante 27 meses.

Após a perda de Humaitá, o exército paraguaio, cada vez mais enfraquecido, entrincheirou-se nas proximidades do riacho Piquissiri.

Para conquistar esse campo, entrincheirado, Caxias organizou uma operação de cerco denominada "manobra de Piquissiri", em outubro e novembro de 1868. Obteve êxito e em dezembro, nas batalhas de Itororó, Ivaí e Lomas Valentinas, destroçou o exército paraguaio. Com a "dezembrada", como ficou conhecida essa série de batalhas, Assunção foi ocupada em janeiro de 1869.

A Campanha da Cordilheira

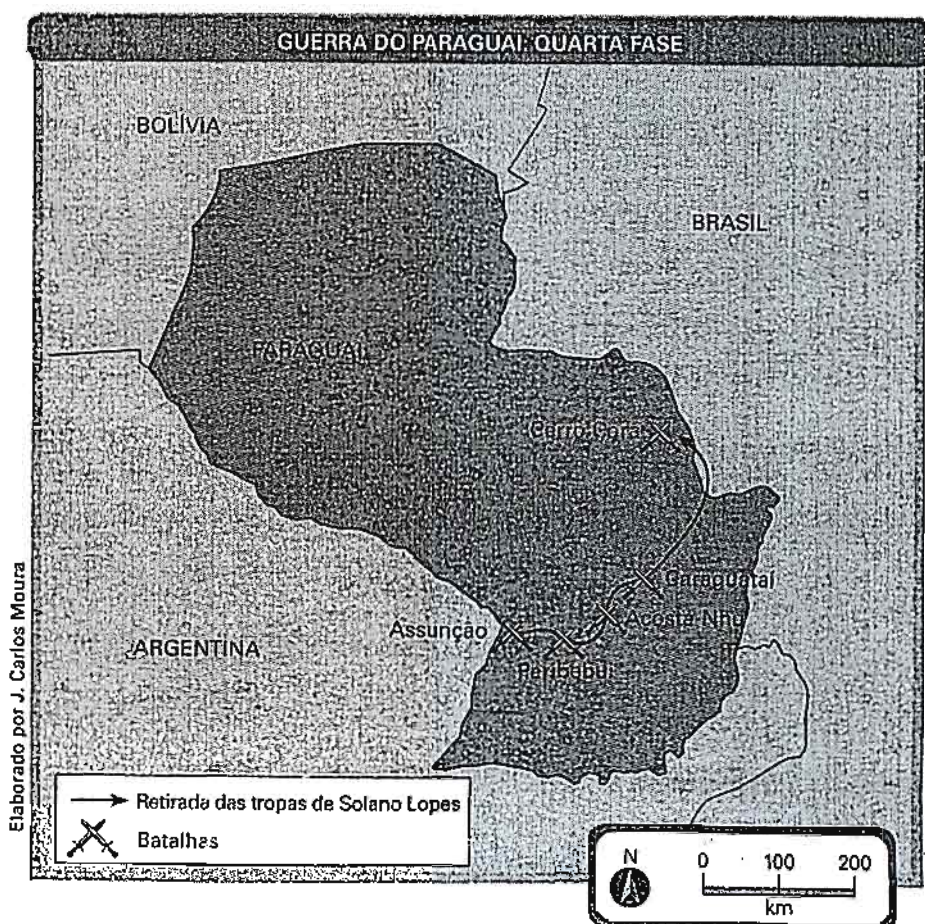
26 Ocupada a capital paraguaia, Solano Lopez e seus soldados refugiaram-se nas matas da Cordilheira. Não mais existia um exército, mas uma legião de doentes e famintos, formada por um pequeno número de veteranos e uma esmagadora maioria de crianças de 10 a 15 anos de idade.

A perseguição a esse "exército" recebeu o nome de Campanha da Cordilheira. Conhecendo bem o soldado paraguaio, ou seja, o povo, em despachos anteriores ao imperador, Caxias havia escrito: "...os soldados paraguaios são caracterizados de uma bravura, de um arrojo, de uma intrepidez, e de uma valentia que raia a ferocidade, sem exemplo na história do mundo". E em seguida pergunta: "Quanto tempo, quantos homens, quantas vidas e quantos elementos e recursos precisaremos para terminar a guerra, é dizer, para converter em fumo e pó toda a população paraguaia, para matar até o feto no ventre da mulher?".

A Campanha da Cordilheira foi a guerra de extermínio que Caxias não levou até o fim: em janeiro de 1869, solicitou sua exoneração do comando; atendido pelo imperador, logo em seguida foi substituído pelo Conde D'Eu, marido da princesa Isabel.

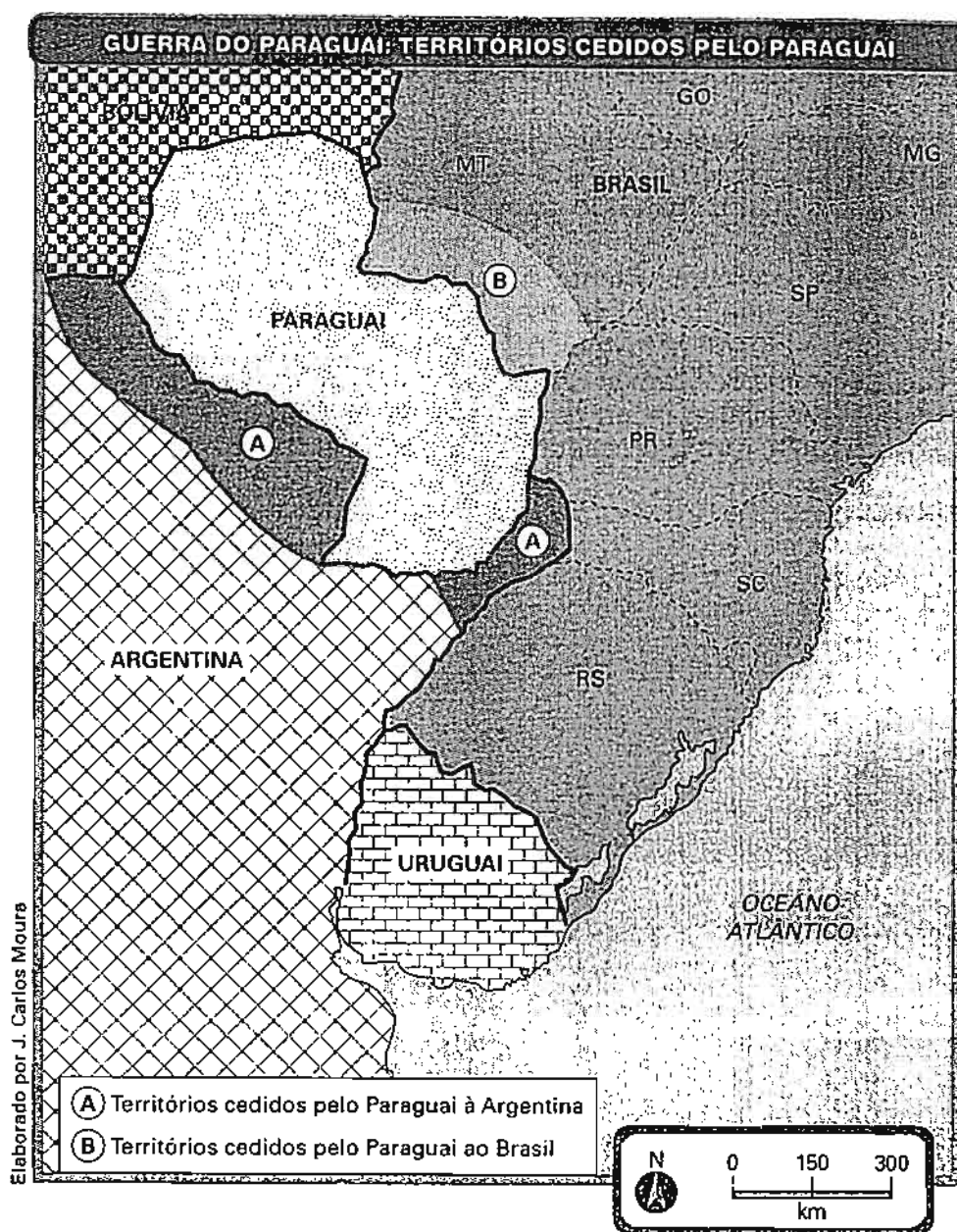
Nesse último período, em agosto de 1869, ocorreram diversos pequenos combates e duas batalhas: Peribebui e Acosta-Nhu (ou Campo Grande). Na primeira, 21000 soldados aliados ocuparam a pequena cidade de Peribebui, defendida por 1900 paraguaios. Então o Conde D'Eu forneceu uma pequena amostra de seu temperamento: mandou degolar todos os prisioneiros e incendiou o velho hospital local, queimando vivos os doentes.

Na segunda batalha, em Acosta-Nhu, o general Caballero reuniu as últimas forças paraguaias: 500 homens do VI Batalhão de Veteranos e 3500 crianças de 9 a 15 anos. Cercados por 20000 soldados aliados, a batalha iniciada pela manhã só terminou à noite, com a total destruição dos paraguaios. Praticamente não houve sobreviventes: os prisioneiros foram degolados no ato e os feridos morreram queimados, pois o Conde D'Eu, terminada a batalha, mandou incendiar o mato rasteiro que cobria a região.

Finalmente, em 1º de março de 1870, as tropas brasileiras do general Câmara, formadas por 3000 homens, tomaram o acampamento de Solano Lopez, em Cerro Corá, defendido por 200 ou 300 fiéis seguidores.

Lopez foi morto: acabara-se a Guerra do Paraguai. Na realidade, acabara-se o Paraguai.

As Conseqüências da Guerra

27 A Guerra do Paraguai teve conseqüências dramáticas para o vencido e os vencedores.

O Paraguai, completamente destruído, perdeu 150000 km² de territórios cedidos ao Brasil e à Argentina. Durante a ocupação aliada (1870-1876), o nascente parque industrial do Paraguai foi totalmente destruído pelo aliados, sendo a fundição de Ibicuí demolida pedra por pedra, máquina por máquina. A estrada de ferro foi "vendida" aos ingleses a preço de sucata e as reservas de mate e madeira, propriedade do Estado, vendidas a empresas estrangeiras. Finalmente, venderam-se as terras públicas, cultivadas pelos camponeses, a banqueiros ingleses, holandeses e norte-americanos, que passaram a alugá-las aos próprios paraguaios.

Antes da guerra, havia disputas fronteiriças do Paraguai com o Brasil e a Argentina. O tratado de paz imposto pela Tríplice Aliança obrigou os paraguaios a desistir de suas pretensões e reconhecer a posse brasileira e argentina sobre os territórios disputados (mapa com as fronteiras da época).

Mas a dizimação da população paraguaia foi a conseqüência mais trágica da guerra. Segundo a maioria dos historiadores, quando a guerra começou, havia no Paraguai aproximadamente 800000 habitantes; quando terminou, restavam 200000. Teriam morrido 75% da população total e 90% da população masculina. Já aqueles que levantam a hipótese de que, no início do conflito, o número de habitantes chegava a 400 mil acham que a porcentagem de mortos foi menor. Essa discordância não muda o aspecto essencial da tragédia: apenas se discute se ela foi *mais* ou *menos* trágica.

As conseqüências da guerra não foram boas também para o Brasil, que, com aproximadamente 50000 mortos e um gasto de milhões de libras, viu-se obrigado a aumentar brutalmente sua dívida externa. Obteve, é claro, os territórios paraguaios que sempre ambicionara, mas isso não compensou o custo da guerra.

A conseqüência política mais importante da guerra foi, para nós, o fortalecimento do Exército, agora transformado numa verdadeira instituição. A maioria dos oficiais provinha das camadas médias da sociedade e, por isso, acabaram entrando em choque com a Monarquia, que representava apenas os interesses da aristocracia rural e da alta burocracia.

Dessa forma, logo após a Guerra do Paraguai, fundou-se o Partido Republicano (1870), que, dezoito anos mais tarde, junto com o Exército, derrubou a Monarquia.

Veja bem: o fortalecimento do Exército refere-se não apenas ao seu aspecto material, mas principalmente à sua **institucionalização.** Antes da guerra, tínhamos muito mais um agrupamento de homens armados do que um verdadeiro exército; depois tínhamos uma instituição militar coesa, com espírito de corporação e ideologia política definida. A partir daí, os militares adquiriram condições de participar da política nacional.

Fora da região do Prata, a Inglaterra foi o país mais beneficiado pela guerra. Emprestou milhões de libras ao Brasil e à Argentina, assumindo o completo controle financeiro dos dois países. Apoderou-se das melhores riquezas do Paraguai e destruiu, para sempre, o "exemplo maligno" que o mesmo dava a seus vizinhos, como o único país verdadeiramente independente da América Latina.

A Economia do Segundo Reinado

O SURTO CAFEEIRO

Você deve estar lembrado que a independência do Brasil não causou nenhuma mudança significativa na estrutura econômica do País. Continuamos uma nação agrícola, baseada no latifúndio e na escravidão, exportadora de produtos primários, ou seja, não industrializados.

Isso porque, à época da independência, o Brasil não tinha condições de criar ou estimular a indústria, restando-lhe como única saída a exportação. Porém, o período que se estendeu do fim das Guerras Napoleônicas (1815) até a metade do século não favoreceu a exportação brasileira, e acabamos sofrendo uma prolongada crise econômica.

O que nos permitiu superar essa crise foi a rápida expansão da atividade cafeeira — o chamado surto cafeeiro — que, iniciado na década de 1830, fez com que a economia brasileira, a partir dos anos 1850, entrasse num longo período de crescimento.

A tabela a seguir nos dá uma idéia de como foi rápida a expansão da cafeicultura.

O crescimento da produção de café		
Decênios	Valor do café sobre o total das exportações brasileiras (%)	Valor do café brasileiro sobre o total da produção mundial (%)
1820-1829	18%	18%
1830-1839	43%	29%
1840-1849	41%	40%
1850-1859	48%	52%
1860-1869	45%	49%
1870-1879	56%	49%
1880-1889	62%	56%

Verificamos que o café, num espaço de tempo relativamente curto, passou de uma posição totalmente secundária para a de produto-base da economia brasileira. E isso ocorreu numa época de crise econômica e financeira, na qual as disponibilidades de capital eram mínimas.

Como foi possível? De que modo o Brasil, atravessando uma crise econômica, financeira e política, conseguiu ter êxito no empreendimento cafeeiro?

Um rápido resumo da história do café no Brasil ajudar-nos-á a responder a essa pergunta.

Introduzido aqui na primeira metade do século XVIII, o café foi produzido durante muitos anos em pequena escala e apenas para consumo interno. No final do século, porém, a produção de café no Haiti, o principal exportador mundial do produto, foi totalmente desorganizada, devido à longa guerra de independência que aquele país manteve contra a França.

Como conseqüência, o Brasil aumentou um pouco a produção de café e, embora em pequena escala, passou a exportá-lo regularmente. Nessa época (primeiros anos do século XIX), a cafeicultura começou a se concentrar nas proximidades da cidade do Rio de Janeiro.

Ora, a Baixada Fluminense era então uma zona agrícola decadente, onde a principal lavoura — a cana-de-açúcar — apresentava perspectivas pouco animadoras. Isso deixava os fazendeiros da região predispostos a tentar cultivar um gênero agrícola novo, desde que este não exigisse:

- capital elevado;
- técnicas especializadas;
- mão-de-obra especializadas.

E o café não exigia nada disso. Com um investimento relativamente pequeno, utilização de equipamentos rudimentares e mão-de-obra escrava, era possível montar uma fazenda de café de bom tamanho. Portanto, a partir do Período Joanino (1808-1821), a cafeicultura começou a se expandir, primeiro nas regiões próximas à cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, na parte fluminense do vale do Rio Paraíba.

Além disso, a cafeicultura contava com outras circunstâncias

favoráveis. Situada perto da zona aurífera de Minas Gerais — que, naquele momento, estava em decadência —, a atividade cafeeira pôde aproveitar toda uma estrutura econômica que fora montada devido à mineração.

Em resumo, a decadência da mineração deixou disponível uma série de fatores produtivos que puderam ser utilizados pelos cafeicultores, particularmente:

- meios de transporte (tropas de mulas);
- meios de comunicação (estradas e caminhos).

As estradas, abertas durante o século XVIII, ligavam Minas Gerais aos portos do Rio de Janeiro, Parati e Angra dos Reis, cruzando justamente a região em que se desenvolvia a cafeicultura.

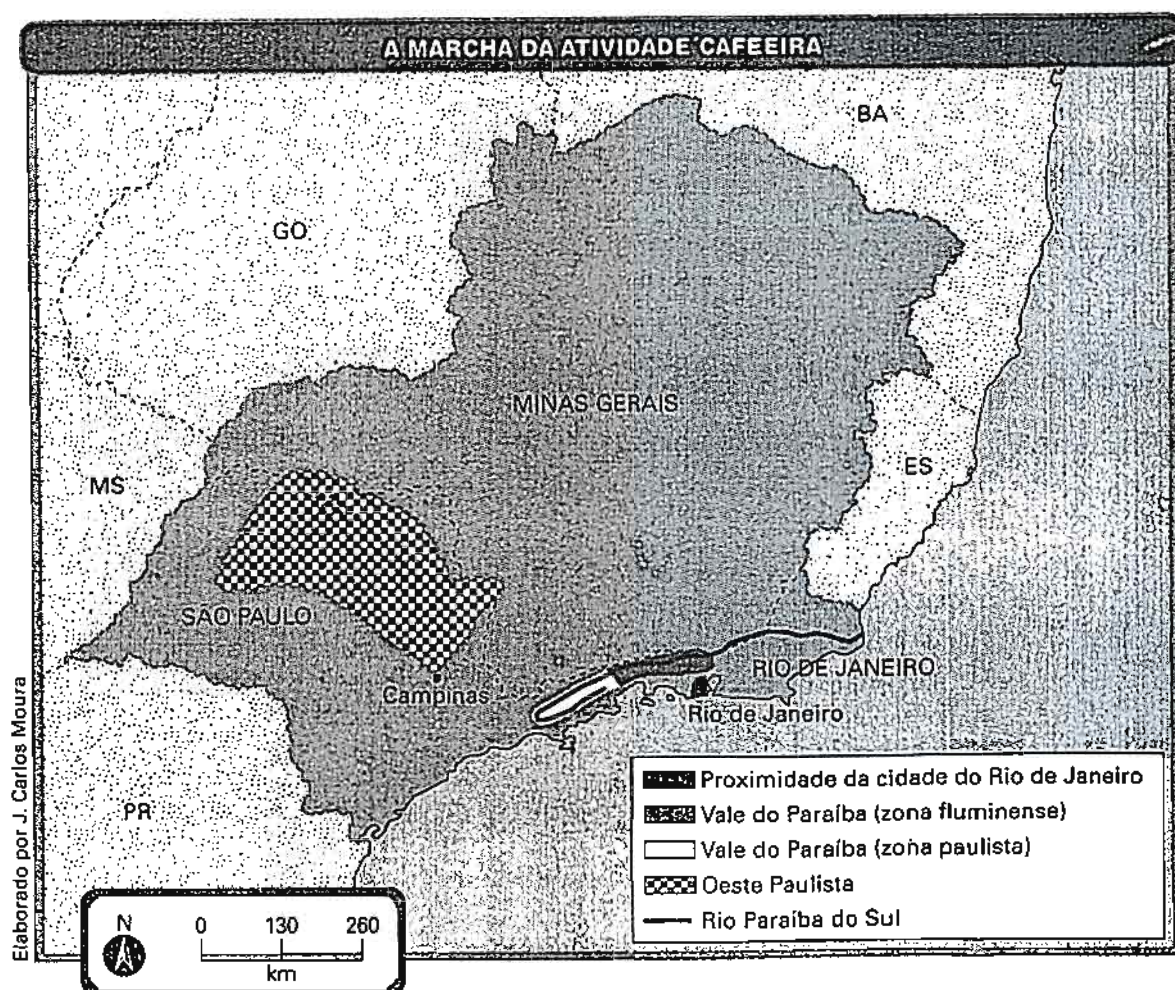
Os meios de transporte — numerosas tropas de mulas até então ocupadas no transporte de mercadorias entre Minas Gerais e o litoral — podiam, portanto, iniciar imediatamente o transporte do café até os portos acima citados.

Quanto à mão-de-obra, caso os fazendeiros fluminenses precisassem adquirir mais escravos, estavam próximos tanto de Minas Gerais — que concentrava o maior número de escravos do País — como do porto do Rio de Janeiro, que era o mais importante terminal de tráfico negreiro do Brasil.

Temos assim a explicação para a incrível rapidez com que a cafeicultura expandiu-se, avançando pelo vale do Paraíba e atingindo, já em meados do século XIX, a província de São Paulo.

É importante lembrar ainda que a expansão da economia cafeeira introduziu, paulatinamente, diversas modificações no Brasil, entre elas:

- a substituição de mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado (por meio da imigração);
- a modernização dos meios de transporte, com a construção de estradas de ferro;
- a expansão da rede bancária e do crédito agrícola;
- a modernização dos portos do Rio de Janeiro e de Santos;
- a dinamização das atividades comerciais.

Essas modificações foram responsáveis pelo crescimento e pela modernização da economia brasileira durante a segunda metade do século XIX, processo esse que os historiadores chamam de **modernização conservadora**.

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

29 Por que dizemos que a cafeicultura produziu no Brasil uma **modernização conservadora**? Porque o sistema econômico não mudou. Continuamos com uma estrutura agrário-exportadora baseada no latifúndio, só que modernizada (por exemplo: substituímos as tropas de mulas pela estrada de ferro). E assim, na segunda metade do século XIX, enquanto na Europa e nos Estados Unidos ocorria a Segunda Revolução Industrial, o Brasil manteve-se como um exportador de produtos agrícolas.

Desse modo, durante todo o Segundo Reinado e nas primeiras décadas da República, **a exportação foi o setor dinâmico de nossa economia**; em outras palavras, imaginando-se que a economia brasileira fosse uma composição ferroviária, a exportação seria a locomotiva. Toda a estrutura produtiva, o sistema econômico e financeiro nacional dependiam, direta ou indiretamente, da exportação.

Sistema econômico relaciona-se às atividades produtivas de um país, tais como agricultura, indústria, comércio, exploração de recursos naturais, prestação de serviços, etc. **A área financeira** envolve tudo que se relaciona à emissão de moeda, sistema bancário, pagamentos em geral, cobrança de impostos, receita, despesa governamental, etc.

Baseando-nos nessas características, podemos então considerar como tendências gerais de economia brasileira no Segundo Reinado:

- utilização de quase todos os recursos nacionais na produção de produtos primários destinados à exportação;
- concentração de exportação em uma reduzida variedade de produtos;
- diversificação das importações;
- dependência do governo em relação à cobrança de taxas alfandegárias;
- tendência a realizar empréstimos externos e a acolher investimentos estrangeiros.

Vamos agora analisar cada uma dessas cinco tendências gerais.

A CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS

30 Quase todos os recursos produtivos do Brasil — capitais, mão-de-obra, terras, equipamentos, etc. — destinavam-se aos produtos primários, os quais, em geral, eram exportados. Esse fato apresentava diversos aspectos negativos.

Em primeiro lugar, a concentração dos fatores de produção num único setor da economia causava permanente falta de recursos em outros setores.

Em segundo lugar, com nossa economia baseada na exportação de produtos primários, ficávamos sujeitos ao fenômeno que os economistas chamam de **deterioração das trocas**: a longo prazo, o preço da maioria dos produtos primários no mercado internacional tende a cair em relação ao preço dos produtos industrializados, fazendo com que seja necessário exportar cada vez mais produtos primários para pagar a importação da mesma quantidade de produtos industrializados.

No Brasil, durante o século XIX, tal fenômeno não ocorreu devido aos bons preços do café no mercado internacional e, principalmente, à extraordinária valorização da borracha (cerca de 400%). Porém, no século XX, começou a ocorrer a depreciação das exportações, como veremos mais adiante.

Em terceiro lugar, como os produtos brasileiros destinavam-se à exportação, o crescimento ou a estagnação de nossa economia dependia não apenas de nossos esforços, mas, principalmente, da evolução do mercado internacional. Assim, uma crise econômica ou uma guerra ocorrida na Europa, a milhares de quilômetros do Brasil, poderia gerar profunda crise em nossa economia, devido à redução das exportações.

Apesar desses problemas e das dificuldades que eles nos causaram, o crescimento das exportações e, portanto, da economia nacional, particularmente a partir de 1850 foi considerável, como você pode observar na tabela a seguir.

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DOS OITO PRODUTOS PRINCIPAIS (1821-1900)			
Decênio	Quantidade exportada (t)	Valor total da exportação (£ ouro)	Valor/tonelada da exportação (£ ouro/t)
1821-1830	924 423	23 544 000	25
1831-1840	1 581 912	44 156 000	28
1841-1850	2 416 931	48 215 000	20
1851-1860	3 297 520	92 674 000	28
1861-1870	3 638 524	134 983 000	37
1871-1880	4 902 782	189 880 000	39
1881-1890	5 994 127	203 723 000	34
1891-1900	7 007 322	278 219 000	40

Fonte: Apêndice do *Anuário Estatístico* de 1941, do Ministério da Fazenda.

A CONCENTRAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

31 Embora a quantidade e o valor das exportações brasileiras tenham aumentado durante o século XIX, a variedade de produtos exportados, que já era pequena, reduziu-se ainda mais ao longo daquele século. Café, açúcar, algodão, couro, cacau, mate, borracha e fumo representavam a quase totalidade de nossas vendas ao exterior, e o café ia conquistando uma posição cada vez mais importante. Constate isso no quadro a seguir.

PORCENTAGEM DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SOBRE O TOTAL DA EXPORTAÇÃO			
Ano	Café	Café e Açúcar	8 produtos principais
1830	20%	57%	93%
1850	48%	71%	92%
1890	68%	74%	94%

Fonte: "Comércio Exterior do Brasil", nº 1, *Serviço de Estatística Econômica e Financeira*.

Portanto, como a economia nacional dependia da exportação, e nesse sentido, o café era o produto mais importante no século XIX, o **Brasil dependia do café**.

Mas essa dependência representava um risco muito grande para o País, pois se qualquer problema ocorresse no setor cafeeiro, seja no mercado internacional ou na área produtora, o Brasil mergulhava de cabeça na crise. Naturalmente, restava-nos a esperança de que tais crises fossem bastante raras. Mas ocorriam freqüentemente e é fácil entender por quê.

Como dependíamos quase que exclusivamente da exportação de um único produto, estávamos sujeitos a dois tipos de crises: as internas, **na área produtora** (geadas, secas, enchentes, incêndios, pragas, etc.) e as externas, **no mercado internacional** (guerras, crises econômicas, políticas, reduções arbitrárias no preço do produto, etc.).

Quando um dos países europeus ou os Estados Unidos entravam em crise, seus governos logo de início procuravam reduzir as importações, visando equilibrar o balanço de pagamentos. Só que, ao equilibrar o deles, desequilibravam o nosso, já que exportávamos para esses países.

Por motivos internos ou externos, o Brasil sofreu freqüentes crises econômicas no decorrer de todo o século XIX.

A DIVERSIFICAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

32 Enquanto a nossa exportação concentrava-se principalmente em um único produto, a importação ao contrário diversificava-se. À medida que caminhávamos para o fim do século, importávamos uma variedade cada vez maior de produtos.

Você pode notar no quadro a seguir que os bens de consumo (vestuário, calçados, alimentos, utensílios) caíam de 80,8% para 53,6%, enquanto o item "diversos" aumentava de 18% para 35,5%. Ao mesmo tempo, o crescimento do item "carvão e máquinas" evidencia o início de uma modesta industrialização.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS IMPORTAÇÕES			
Mercadorias	Período		
	1839-1844	1870-1875	1902-1904
Vestuário e calçados	53,2%	49,1%	17,3%
Alimentos	21,0%	19,6%	28,6%
Utensílios	6,6%	10,7%	7,7%
Carvão e máquinas	1,2%	6,4%	10,9%
Diversos	18,0%	14,2%	35,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%
Bens de consumo	80,8%	79,4%	53,6%

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda, anos de 1840 a 1910.

A diversificação das importações mostrava que o mercado consumidor interno do Brasil estava crescendo e se diversificando. Esse fator positivo era no entanto parcialmente anulado pelos aspectos negativos da concentração das exportações.

A IMPORTÂNCIA DAS TAXAS ALFANDEGÁRIAS

33 Durante todo o século XIX, as taxas alfandegárias representavam o mais importante imposto cobrado pelo governo brasileiro. Os demais impostos que hoje conhecemos (territorial, predial, de circulação de mercadorias, sobre produtos industrializados, sobre a renda, etc.) ou não existiam ou eram insignificantes. Essa situação, aliás, é compreensível: a extensão do território brasileiro, a sua população dispersa e a precariedade dos meios de transporte e comunicações tornavam extremamente difícil a cobrança de tais impostos. Já a cobrança das tarifas alfandegárias era muito mais fácil: como se fazia todo o comércio externo do País através de uns poucos portos, com uma alfândega em cada um deles resolvia-se o problema.

Os dados a seguir — lá vem mais estatística — permitem que você avalie a importância das taxas alfandegárias.

RECEITA GOVERNAMENTAL (EM MILHARES DE CONTOS DE RÉIS)			
Período	Receita total	Taxas alfandegárias	% das taxas alfandegárias sobre a receita total
1821-1830	76 000	42 200	55,5%
1831-1840	144 400	98 000	67,8%
1841-1850	242 000	192 900	79,6%
1851-1860	421 000	332 700	79,0%
1861-1870	685 400	508 700	74,2%
1871-1880	1 077 700	770 000	71,4%
1881-1885	632 900	446 100	70,4%

Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil*, ano I, volume II, da D.G.E.

Veja que, após 1840, as tarifas alfandegárias representaram sempre mais de 70% da receita total do governo. Eram, porém, cobradas fundamentalmente **sobre a importação**, já que a classe dominante agrária, que controlava as exportações e o governo, pressionava para que as taxas cobradas sobre a exportação fossem bastante reduzidas.

Esse sistema fiscal revelava-se bastante falho, por dois motivos principais:

- limitava a capacidade de arrecadação do governo, que não poderia aumentar muito as tarifas de importação, sob o risco de encarecer demasiadamente os artigos importados, produtos de consumo geral da população;
- deixava a receita do governo sujeita às variações do mercado internacional: se este entrava em crise, as exportações brasileiras diminuíam e, assim, a importação também se reduzia, caindo as receitas do governo.

Não se esqueça de que a capacidade de um país **importar** mercadorias depende essencialmente da sua capacidade de **exportar** mercadorias. Afinal, é com o dinheiro ganho na exportação que se paga a importação.

Por esses motivos, mesmo quando a situação econômica do Brasil evoluía favoravelmente, como, por exemplo, durante a segunda metade do século XIX, o orçamento do governo estava quase sempre deficitário, ou seja, as despesas eram maiores do que a receita.

OS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

34 A história da dívida externa brasileira, longa e dolorosa, inicia-se em 1824, com um empréstimo de £ 1 000 000, e mantém-se até os dias atuais. Para analisarmos os empréstimos durante o século XIX, vamos observar o quadro estatístico a seguir e, em seguida, comentá-lo.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA E DO BALANÇO DE PAGAMENTOS (MÉDIAS DECENAIS EM CONTOS DE RÉIS)					
Decênios	Saldo da balança comercial	Serviço da dívida externa	% do serviço da dívida sobre a balança comercial	Novos empréstimos	Taxa de câmbio (Mil-réis por libra)
1821-1830	-2.200	—	—	—	6,23
1831-1840	-3.800	2.700	—	300	7,09
1841-1850	-5.300	3.800	—	700	8,90
1851-1860	-11.600	5.300	—	4.100	8,83
1861-1870	+18.900	12.000	63%	10.100	10,26
1871-1880	+34.300	16.700	49%	9.300	9,83
1881-1890	+30.900	30.500	99%	38.100	10,93
1891-1900	+67.200	57.300	85%	63.300	23,78

Fonte: Sodré, N. Werneck. *Formação Histórica do Brasil*, 4ª. ed., p. 262.

Até 1861, o balanço comercial do Brasil apresentou *déficits* quase permanentes, com a importação superando a exportação. Visando cobrir esses *déficits*, o governo fazia empréstimos externos sempre fornecidos por bancos ingleses. Mas como a Inglaterra era nossa maior fornecedora de produtos importados, o Brasil acabava utilizando esses empréstimos para comprar justamente os produtos ingleses. Portanto, ao nos emprestar dinheiro, **a Inglaterra apenas financiava suas próprias exportações.**

A situação alterou-se a partir de 1861, quando, graças ao crescimento da cafeicultura, a balança comercial passou a ter *superávits*, com a exportação superando a importação. Portanto, desapareceu a principal razão pela qual o Brasil realizava empréstimos.

"Ótimo — pensará você — não tendo mais *déficits* o Brasil não precisará mais fazer empréstimos. Além disso, com o dinheiro ganho graças aos *superávits*, poderemos ir pagando os empréstimos anteriores, até que a dívida acabe."

Doce ilusão! Nessa altura, meados do século, o serviço da dívida externa já era tal que acabava por absorver a maioria dos saldos comerciais.

Serviço da dívida é o quanto se paga por ano de juros e amortização (prestações) da dívida externa. Assim, se o país tem uma dívida de U$1 000 000 e paga-a em 10 prestações anuais de U$100 000, acrescidas de U$50 000 de juros, o serviço da dívida alcança a quantia de U$ 150 000 por ano.

Observando o quadro anterior, você vê que na década de 1881-1890 o serviço da dívida absorvia 99% dos saldos da balança comercial. Assim, a maior parte do dinheiro ganho no comércio externo **acabava voltando para o exterior**, em pagamento dos juros e amortizações de empréstimos anteriores. Por esse motivo, o governo via-se obrigado a fazer novos empréstimos, agora destinados principalmente às guerras platinas e a obras públicas, como ferrovias, portos, etc.

Contudo, como nem todas as obras públicas podiam ser financiadas por meio de empréstimos externos, o governo passou a estimular o investimento de capitais estrangeiros no Brasil, principalmente ingleses, para aplicá-los na exploração de estradas de ferro, portos, companhias de navegação e serviços urbanos, tais como gás, luz, transporte, telefone, etc. Desse modo, os poucos recursos em libras que nos restavam dos saldos comerciais eram remetidos ao exterior como **lucros e dividendos** das empresas estrangeiras aqui estabelecidas.

Resta-nos agora analisar um último aspecto importante: **a política cambial** adotada pelo Brasil durante o século XIX, ou seja, a relação de paridade (câmbio) estabelecida entre o mil-réis e a libra, que, naquela época, ocupava o lugar hoje ocupado pelo dólar no comércio internacional.

Observando a última coluna do quadro anterior, você notará que enquanto na década de 1821-1830 com 6,23 mil-réis se comprava uma libra, em 1891-1900 eram necessários 23,78 mil-réis para adquirir a mesma libra. Portanto, o mil-réis sofreu desvalorização de 282%. Essa desvalorização da moeda nacional visava principalmente beneficiar os exportadores brasileiros.

Entenda o funcionamento do mecanismo. O capitalismo é um sistema econômico caracterizado por constantes crises, denominadas **crises cíclicas** (pelo menos seis ocorreram no século XIX). Tais crises normalmente atingem todos os países industrializados, o que, no século XIX, englobava as principais potências do ocidente europeu e os Estados Unidos. Para se defenderem da crise, esses países adotavam uma série de me-

didas, entre elas a redução de suas importações, diminuindo a quantidade de produtos importados, ou o preço pago por eles.

A conseqüência dessa medida é que os países essencialmente exportadores de produtos agrícolas, como o Brasil, eram igualmente afetados pela crise, pois passavam a exportar menos para os países industrializados. Desse modo, os países ricos transferiam uma parte de seus prejuízos para os pobres. Em resumo, quando uma recessão econômia atingia a Inglaterra, o Brasil acabava sendo também duramente atingido.

Ora, a redução do preço das exportações brasileiras atingia imediatamente a elite agrária, que produzia os itens de exportação. Mas, como essa elite controlava o governo, ela se defendia da crise simplesmente desvalorizando o mil-réis. Isso era possível porque o exportador recebia em libras, as quais eram depois trocadas por mil-réis. Acompanhe o exemplo em que, para maior facilidade de compreensão, vamos usar o real em vez do mil-réis.

1º) Suponha a seguinte situação:

> valor da saca de café = £ 1
> taxa de câmbio = R$ 5 por £ 1

Nesse caso, ao vender uma saca de café, o cafeicultor recebia £ 1, que, trocada por reais, lhe dava R$ 5,00.

2º) Imagine, porém, que o preço do café no mercado internacional se reduzisse à metade, passando a saca a valer apenas £ 0,5. Mantida a taxa de câmbio, o cafeicultor passaria a receber, em reais, apenas R$ 2,50.

3º) Para evitar esse prejuízo, o real seria então desvalorizado.

4º) Teríamos agora a seguinte situação.

> valor da saca de café = £ 0,5
> taxa de câmbio = R$ 10 por £ 1

Agora, embora recebesse por uma saca de café apenas £ 0,5, o cafeicultor, **em reais**, continuava recebendo o mesmo de antes: R$ 5,00 por saca.

Assim, a desvalorização da moeda nacional permitia que os exportadores se defendessem das crises internacionais.

"Que maravilha, — pensará você — uma pequena alteração na taxa cambial e o Brasil está salvo da crise!" O Brasil não: **alguns brasileiros**, isto é, a classe dominante agrária. Para a esmagadora maioria da população, consumidora de produtos importados, o resultado da desvalorização do mil-réis era negativo, porque encarecia o preço das mercadorias importadas.

Na realidade, a classe dominante, através da manipulação da taxa cambial, simplesmente transferia o seu prejuízo para o restante da população. Esse processo, chamado **socialização de perdas**, ocorria em seqüência: os países ricos transferiam seus prejuízos para os países pobres, nos quais por sua vez, a classe dominante "socializava" suas perdas com o resto da população.

"Mas e se o café valorizasse? Ou será que isso nunca aconteceu?" Aconteceu, sim. Entre as décadas de 1851-1860 e 1871-1880, o valor da saca do café no mercado internacional subiu de £ 1,89 para £ 3,11; mas o mil-réis não foi valorizado, fornecendo ao exportador um duplo lucro: no valor em libras e no valor em mil-réis. Era a **concentração de lucros**.

Em resumo, numa situação de crise, os prejuízos recaíam sobre a população; mas se a situação fosse boa, os lucros concentravam-se na classe dominante.

AS TENTATIVAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO

35 O Brasil do século XIX era essencialmente agrícola, pois as indústrias praticamente inexistiam. Até aí, todos concordam. Quando se trata de explicar o porquê dessa situação, começam as discordâncias; as explicações são as mais diversas, variando do suspeito "o Brasil é um país de vocação agrícola" ao simplista "os banqueiros ingleses é que impediram a nossa industrialização".

No entanto, estudando-se cuidadosamente o assunto, dois fatos ficam bastante claros. Primeiro: no século XIX o Brasil não tinha condições econômicas, financeiras, sociais e políticas para iniciar um processo de industrialização. Segundo: apesar disso, era possível o surgimento de um número relativamente elevado de fábricas, algumas de grande porte, produzindo, inclusive, bens de produção. Essa possibilidade ficou demonstrada durante o surto industrial ocorrido em meados do século.

> Cuidado para não confundir determinados conceitos. **Surto industrial** é o crescimento rápido da indústria, durante um certo período de tempo, provocado por fatores ocasionais. Já **processo de industrialização** é o crescimento constante da indústria, a longo prazo, tendendo esta a se tornar o setor básico da economia nacional, mudança essa acompanhada por transformações econômicas, sociais, políticas e culturais.

Assim, no fim do século XIX no Brasil poderia haver uma indústria consideravelmente maior do que a existente. (Ao terminar o século XIX, havia no Brasil pouco mais de 1000 fábricas.) Por que

então o desenvolvimento da indústria não correspondeu a suas possibilidades reais? Para entender esse fato, vamos dividir os oitenta anos desde a independência até o fim do século em três fases: de 1822 a 1843, de 1844 a 1875 e de 1875 a 1900.

Na primeira fase, de 1822 a 1843, o Brasil ainda estava preso aos **Tratados de 1810**, que estabeleciam taxas alfandegárias de importação extremamente baixas, franqueando o mercado interno brasileiro aos produtos estrangeiros. Além disso, nesse período, a legislação relativa à indústria era constituída por leis ainda do tempo de D. João VI, as quais visavam sobretudo apoiar indústrias consideradas estratégicas, como a siderúrgica, e não aquelas que já tinham mercado consumidor razoável, como a têxtil. Acrescentando-se a isso a agitação política que caracterizou o Primeiro Reinado e a Regência, as possibilidades de crescimento indústrial foram quase nulas.

O segundo período começou com o término da vigência dos Tratados de 1810, em 1843, e foi até a crise em 1875. Assim que os Tratados deixaram de vigorar, o governo imperial preparou uma nova tarifa alfandegária: **a lei Alves Branco**, que ficou pronta em 1844. Contrariando o princípio anteriormente estabelecido de que qualquer mercadoria importada pagava a mesma taxa (15% sobre o valor da mercadoria), a lei Alves Branco partiu do princípio de que mercadorias diferentes pagariam taxas diferentes. Fez-se então lista com aproximadamente 3000 produtos, estabelecendo-se que cerca de 2000 deles pagariam taxas de 30%, enquanto os 1000 restantes, taxas que variavam de no mínimo 20% a no máximo 60%.

Aumentando as taxas de importação, a lei Alves Branco tinha objetivos eminentemente fiscalistas, ou seja, procurava ampliar a arrecadação de impostos do governo. Porém causou o encarecimento dos produtos estrangeiros, estabelecendo, assim, um certo protecionismo alfandegário.

Esse fato, aliado à disponibilidade de capitais, pois nessa mesma época terminou o tráfico de escravos, causou o surgimento de numerosas indústrias, particularmente as fundadas pelo Visconde de Mauá, entre as quais se destacava a fundição e estaleiro naval da Ponta da Areia, em Niterói. Dali saíram tubulações pesadas, pontes metálicas para estradas de ferro e, em onze anos, 72 navios mercantes e de guerra.

Isso deixa bem claro que dois motivos habitualmente alegados para explicar a não-industrialização do Brasil no século XIX — ausência de mercado interno e falta de tecnologia — não são verdades absolutas. Poderiam impedir um processo de industrialização, mas não o surgimento e consolidação de um setor industrial relativamente pequeno, porém sólido.

E por que então isso não aconteceu? Porque a pressão dos capitalistas ingleses, aliada à dos comerciantes importadores e à indiferença da elite dominante, totalmente ligada à agricultura, permitiu, entre outras coisas, que na década de 1860, a lei alfandegária Silva Ferraz reduzisse de 60% para 5% a taxa sobre a importação de navios. Completamente desprotegido, enfrentando a concorrência da maior indústria naval do mundo (a inglesa), o estaleiro da Ponta da Areia viu-se obrigado a encerrar suas atividades.

Se isso aconteceu ao Visconde de Mauá, o maior banqueiro e industrial do Brasil e um dos homens mais ricos do País, você pode imaginar a situação dos empresários menos poderosos e dos pequenos industriais.

No último período, compreendido entre a crise de 1875 e o final do século, os industriais finalmente se uniram para defender seus interesses, fundando, em 1881, a Associação Industrial. Esta passou a pressionar o governo, visando principalmente ao estabelecimento do protecionismo alfandegário, que encarecia a entrada dos produtos estrangeiros concorrentes dos de fabricação nacional e isentando de taxas a importação de máquinas e matérias-primas.

O argumento da Associação Industrial que mais sensibilizou o governo foi o de que o crescimento da produção industrial brasileira evitaria a importação de muitos artigos, ajudando a equilibrar o balanço de pagamentos do Brasil. Assim, o moderado protecionismo estabelecido nos últimos anos do Império e primeiros anos da República, permitiu que as 200 fábricas existentes em 1881, crescessem para 600 em 1889 e para pouco mais de 1000 em 1900.

ANEXO

CAPÍTULO 24

PÁGINA 95 – Título

Onde se lê,

Evolução Política do Primeiro Reinado

leia-se

O Processo Político do Primeiro Reinado

CAPÍTULO 31

PÁGINA 143

No item 37, substituir o texto pelo que segue abaixo:

A ABOLIÇÃO DO TRÁFICO NEGREIRO

37 A abolição do tráfico negreiro no Brasil resultou em grande parte da pressão que a Inglaterra exerceu sobre nós.

Essa pressão começou em 1810 com a assinatura dos Tratados de 1810 e se estendeu até 1850, quando finalmente o tráfico foi abolido.

Os motivos da oposição inglesa ao tráfico e à escravidão foram vários. O mais geral, foi o fato de que, com a Revolução Industrial, a escravidão foi se tornando uma instituição anacrônica, incompatível com a nova realidade de produção em grande escala, exigindo mão-de-obra cada vez mais qualificada e mais produtiva e, simultaneamente, mercados consumidores cada vez mais amplos.

Além disso, houve também motivos ligados à realidade política e socioeconômica da Inglaterra no início do século XIX. Alguns grupos religiosos ingleses, particularmente os quakers, opunham-se radicalmente à escravidão, e exerceram forte pressão sobre o governo e o Parlamento britânico, visando proibir o tráfico negreiro e o trabalho escravo. Tal campanha obteve o apoio de amplos setores da opinião pública inglesa, pois os antiescravagistas comparavam a brutal exploração da mão-de-obra escrava com a também brutal exploração do operariado, o qual representava então a maior parcela da população inglesa.

Cada vez mais pressionado, o Parlamento britânico acabou por proibir o tráfico negreiro na Inglaterra em 1810, e aboliu a escravidão na maior parte das colônias inglesas em 1833. Nesse contexto, o governo de Londres iniciou uma campanha mundial contra o tráfico e a escravidão, sendo que o alvo principal dessa campanha foi o Brasil, que era o único grande país escravocrata que ainda praticava o tráfico negreiro em larga escala (no outro grande país escravocrata — os Estados Unidos — o tráfico fora proibido em 1808).

Contudo, como os ingleses sabiam ser impossível eliminar subitamente a escravidão no Brasil, resolveram agir por etapas. Inicialmente, deveriam eliminar o tráfico negreiro.

Em 1810, na assinatura dos tratados de Navegação e Comércio e de Aliança e Amizade, os ingleses introduziram uma cláusula segundo a qual somente nas colônias portuguesas (Angola, Moçambique e Guiné) poderiam ser capturados os escravos. Em 1815, um acordo adicional determinou a proibição do tráfico nas regiões africanas ao norte do Equador.

Após a independência, os ingleses começaram a pressionar o governo brasileiro e finalmente, em 1827, foi ratificado um acordo estabelecendo que daí a três anos o tráfico cessaria. Atingindo aquele prazo, em 1830, cumpriu-se o acordo. E no ano seguinte, 1831, uma lei da Regência declarou livres os escravos aqui desembarcados a partir daquele momento.

Mas nenhuma dessas leis foi cumprida, apesar de a Inglaterra, já nessa época, aprisionar em alto-mar navios negreiros, cabendo depois a tribunais mistos anglo-brasileiros determinar o destino dos presos. E o tráfico continuou, com aproximadamente 20000 escravos entrando por ano no Brasil, entre 1820 e 1845.

Em 1844, o governo inglês irritou-se com a aprovação da lei Alves Branco, que aumentava as taxas de importação sobre os produtos britânicos, e decidiu apelar para a violência. Então em 1845, o Parlamento inglês, aprovou a lei chamada **Bill Aberdeen**, autorizando a marinha britânica a aprisionar os navios negreiros em qualquer lugar, inclusive em águas territoriais brasileiras, os

quais depois seriam incorporados à frota inglesa e os tripulantes julgados por crime de pirataria.

Apesar dessa violência, levada ao extremo de aprisionar e afundar navios mercantes que nada tinham a ver com o problema, o tráfico aumentou extraordinariamente: após a aprovação do Bill Aberdeen, a média de escravos que entravam no Brasil, por ano, subiu para 50 000.

Para evitar o agravamento da situação, o governo imperial decidiu que o melhor seria liquidar o tráfico. Assim, em 1850, a Lei Euzébio de Queiroz proibiu novamente a entrada de escravos no País. Só que desta vez o governo brasileiro empenhou-se no cumprimento da lei, e, em poucos anos, o tráfico foi totalmente extinto.

Aparece aqui um aspecto interessante de nossa História, ao qual já nos referimos no item sobre política externa: a capacidade de a elite rural que controlava o governo, resistir às pressões inglesas, quando isso lhe interessava. Durante 40 anos, o Brasil resistiu com êxito à pressão contra o tráfico, que cessou quando o governo assim o decidiu. Pena que essa incrível capacidade de resistência fosse usada para defender apenas os interesses da elite e não os da Nação.

A abolição do tráfico representou o primeiro golpe sério contra o sistema escravista, privado agora de sua única fonte de abastecimento. Além disso, os capitais relativamente elevados até então aplicados no tráfico negreiro transferiram-se para outras atividades, particularmente para o comércio, os serviços e, em menor escala, para a indústria, influindo no surto industrial ocorrido em meados do século, já estudado no tópico *As Tentativas de Industrialização*, no Capítulo 30.

CAPÍTULO 31

PÁGINA 145

No final do item 40, acrescentar o boxe a seguir:

Em 1850, poucos anos após o início da imigração, foi aprovada a **Lei de Terras**, que determinava como poderiam ser adquiridas as terras públicas (terras sem dono, que eram posse do Estado), que naquela época ainda constituíam a maior parte do território nacional. Ficava proibido a aquisição de tais terras por qualquer outro meio que não fosse a compra.

Para os fazendeiros, essa lei trazia várias vantagens. Uma delas: como na área rural eles eram quase os únicos que tinham dinheiro, praticamente só eles poderiam adquirir terras públicas. Outra vantagem: os imigrantes, que eram pobres, não conseguiriam comprar essas terras, sendo assim obrigados a passar a vida inteira trabalhando nas fazendas.

O Problema da Mão-de-Obra

O DECLÍNIO DO SISTEMA ESCRAVISTA

36 O problema da mão-de-obra no Brasil do século XIX equivale à escravidão, ou melhor dizendo, na **transição do trabalho escravo para outras formas de trabalho**, já que a escravidão, predominante no começo do século, no final já estava extinta.

Muitas pessoas acreditam que essa transição ocorreu em 1888, quando a Princesa Isabel assinou a lei Áurea, determinando a abolição da escravatura. Mas não. O processo da decadência do sistema escravista estendeu-se por quase 50 anos, ao final dos quais, já extremamente enfraquecido, foi então abolido. Perceberemos isso examinando os dados seguintes.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA			
Ano	População total	População escrava	Porcentagem de escravos sobre a população total
1850	7 000 000	2 500 000	36%
1872	10 111 000	1 510 000	15%
1888	13 800 000	700 000	5%

Fica claro, portanto, que a população escrava já vinha diminuindo rapidamente antes da abolição. Em 1888, a escravidão, como sistema de produção, tornara-se tão insignificante que foi até possível aboli-la. Sob esse aspecto, a lei Áurea apenas fez o reconhecimento legal de uma situação de fato: na prática, o sistema escravista está morto; então, decrete-se a sua abolição.

É importante determinarmos os três principais fatores que causaram decadência da escravatura **antes** da abolição:

- a abolição do tráfico negreiro;
- o crescimento do trabalho assalariado;
- o crescimento da semi-servidão.

Vamos então estudá-los separadamente.

A ABOLIÇÃO DO TRÁFICO NEGREIRO

leitura do texto na folha em anexo

37 A abolição do tráfico negreiro no Brasil resultou em grande parte da pressão que a Inglaterra exerceu sobre nós. Publicamente, os ingleses justificavam sua oposição ao tráfico alegando razões humanitárias. Mas, as razões reais eram outras, principalmente de caráter econômico.

Nesse sentido, os ingleses opunham-se à escravidão porque o escravo, não recebendo salário, estava impossibilitado de participar do mercado consumidor. Como no início do século XIX os escravos representavam quase 50% da população brasileira, a Inglaterra, a principal fornecedora de nosso mercado interno, encarava a escravidão como um obstáculo às vendas britânicas.

Também por isso a Inglaterra abolira a escravidão em suas colônias. Porém os ingleses encontravam dificuldades para substituir a mão-de-obra escrava, o que acarretava problemas para a exportação de várias dessas colônias. O Brasil, exportador de produtos semelhantes, passou a ser encarado pelos britânicos como um concorrente em potencial.

Se aqui a escravidão também fosse abolida, nossos problemas seriam semelhantes aos daquelas colônias. Essa foi a segunda razão pela qual os ingleses opuseram-se à escravidão no Brasil, unindo dessa forma o útil ao agradável: assumiam uma posição "humanitária" e, ao mesmo tempo, prejudicavam o concorrente.

Contudo, como os ingleses sabiam ser impossível eliminar subitamente a escravidão no Brasil, resolveram agir por etapas. Inicialmente, deveriam eliminar o tráfico negreiro.

Em 1810, na assinatura dos tratados de Navegação e Comércio e de Aliança e Amizade, os ingleses introduziram uma cláusula segundo a qual somente nas colônias portuguesas (Angola, Moçambique e Guiné) poderiam ser capturados os escravos. Em 1815, um acordo adicional determinou a proibição do tráfico nas regiões africanas ao norte do Equador.

Após a independência, os ingleses começaram a pressionar o governo brasileiro e finalmente, em 1827, foi ratificado um acordo estabelecendo que daí a três anos o tráfico cessaria. Atingindo aquele prazo, em 1830, cumpriu-se o acordo. E no ano seguinte, 1831, uma lei da Regência declarou livres os escravos aqui desembarcados a partir daquele momento.

Mas nenhuma dessas leis foi cumprida, apesar de a Inglaterra, já nessa época, aprisionar em alto-mar navios negreiros, cabendo depois a tribunais mistos anglo-brasileiros determinar o destino dos presos. E o tráfico continuou, com aproximadamente 20000 escravos entrando por ano no Brasil, entre 1820 e 1845.

Em 1844, o governo inglês irritou-se com a aprovação da lei Alves Branco, que aumentava as taxas de importação sobre os produtos britânicos, e decidiu apelar para a violência. Então em 1845, o Parlamento inglês, aprovou a lei chamada **Bill Aberdeen**, autorizando a marinha britânica a aprisionar os navios negreiros em qualquer lugar, inclusive em águas territoriais brasileiras, os quais depois seriam incorporados à frota inglesa e os tripulantes julgados por crime de pirataria.

Apesar dessa violência, levada ao extremo de aprisionar e afundar navios mercantes que nada tinham a ver com o problema, o tráfico aumentou extraordinariamente: após a aprovação do Bill Aberdeen, a média de escravos que entravam no Brasil, por ano, subiu para 50 000.

Para evitar o agravamento da situação, o governo imperial decidiu que o melhor seria liquidar o tráfico. Assim, em 1850, a Lei Euzébio de Queiroz proibiu novamente a entrada de escravos no País. Só que desta vez o governo brasileiro empenhou-se no cumprimento da lei, e, em poucos anos, o tráfico foi totalmente extinto.

Aparece aqui um aspecto interessante de nossa História, ao qual já nos referimos no item sobre política externa: a capacidade de a elite rural que controlava o governo, resistir às pressões inglesas, quando isso lhe interessava. Durante 40 anos, o Brasil resistiu com êxito à pressão contra o tráfico, que cessou quando o governo assim o decidiu. Pena que essa incrível capacidade de resistência fosse usada para defender apenas os interesses da elite e não os da Nação.

A abolição do tráfico representou o primeiro golpe sério contra o sistema escravista, privado agora de sua única fonte de abastecimento. Além disso, os capitais relativamente elevados até então aplicados no tráfico negreiro transferiram-se para outras atividades, particularmente para o comércio, os serviços e, em menor escala, para a indústria, influindo no surto industrial ocorrido em meados do século, já estudado no tópico *As Tentativas de Industrialização*, no Capítulo 30.

O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO ASSALARIADO

[38] Desde a época de D. João VI desejava-se expandir o trabalho assalariado no Brasil, e por várias vezes tentou-se incrementar a vinda de imigrantes europeus. No entanto só a partir da década de 1840 os particulares e o governo imperial encararam com seriedade o problema, devido ao término do fornecimento de escravos e à necessidade crescente de mão-de-obra para a lavoura de café.

Havia basicamente três maneiras possíveis de se expandir o trabalho assalariado:

- transformar o escravo em assalariado;
- aproveitar o razoável contingente de mão--de-obra livre — porém não assalariada — empregada em setores agrícolas de subsistência;
- promover a vinda de imigrantes europeus.

A primeira hipótese nem sequer foi cogitada. Além do preconceito contra o negro, considerado inferior, a escravidão destruíra a produtividade e o espírito de iniciativa do escravo, tornando-o incapaz, a curto prazo, de competir num mercado de trabalho assalariado, em moldes capitalistas.

A escravidão destrói as melhores qualidades de um indivíduo, independentemente de sua etnia . Por isso uma população submetida à escravidão tende a permanecer marginalizada, mesmo após obter sua liberdade.

A segunda hipótese também não foi sequer tentada, não só porque esses trabalhadores eram em sua maioria mestiços, e mais uma vez predominava o preconceito, mas também porque os grandes proprietários que dominavam o setor de subsistência não queriam transferir a mão-de-obra por eles controlada para a lavoura de exportação.

Restou, assim, a terceira hipótese: a vinda de trabalhadores estrangeiros. A partir dela ocorreu a expansão do trabalho assalariado no Brasil.

A COLONIZAÇÃO

[39] As primeiras tentativas de trazer trabalhadores estrangeiros foram promovidas pelo governo, ainda na primeira metade do século XIX. O governo custeava a vinda de europeus e sua instalação em áreas divididas em pequenas propriedades, formando **colônias** de imigrantes. E aí se encerrava a ação oficial.

A maioria dessas colônias fracassou completamente. Não podiam produzir para exportação, devido à impossibilidade de concorrerem com o latifúndio; não podiam produzir para o mercado interno, pela falta de meios de transporte para o escoamento da produção. Assim, as colônias entraram em decadência. Mesmo na atual Região Sul, as colônias alemãs e italianas enfrentaram enormes dificuldades iniciais e só circunstâncias posteriores permitiram o seu desenvolvimento. No resto do País, as colônias desapareceram ou se transformaram em núcleos de subsistência, com seus habitantes se "acaboclando", ou seja, usando as arcaicas técnicas agrícolas do caboclo brasileiro.

O fracasso do sistema de colonização prova que o trabalhador europeu distinguia-se do escravo negro ou do mestiço brasileiro não pela "raça" superior, mas pelo sistema econômico europeu. Colocado nas mesmas condições do nosso caboclo, o europeu, em poucos anos, igualou-se a ele.

A Imigração Financiada pelo Fazendeiro

Após o fracasso do sistema de colonização, tentou-se a imigração, iniciada pelo senador Vergueiro em 1847, na sua fazenda de Ibicaba, em São Paulo. O fazendeiro cobria as despesas de transferência do imigrante da Europa para o Brasil e este, aqui chegando, deveria trabalhar gratuitamente para o fazendeiro, durante algum tempo, até reembolsá-lo.

Num País em que os fazendeiros tinham enormes poderes e estavam acostumados ao trabalho escravo, imagine-se a situação desses imigrantes que trabalhavam de graça por "algum tempo" ...! O sistema fracassou completamente e, aliado ao fracasso anterior das "colônias", provocou na Europa um forte movimento contra a imigração para o Brasil. O governo da Prússia chegou a proibir a vinda de imigrantes para cá, e em 1871 essa medida estendeu-se para toda a Alemanha.

→ ver box na folha em anexo

A Imigração Subvencionada pelo Governo

A partir de 1870, o governo imperial assumiu a tarefa de trazer para cá imigrantes europeus, pagando-lhes a passagem, sem que tivessem de reembolsar ninguém. Aqui, o trabalhador assinava um contrato de trabalho, geralmente válido por dois ou cinco anos, e em seguida dirigia-se para a fazenda. O contrato previa um salário dividido em duas parcelas: uma fixa, independente de qualquer circunstância adversa, e a outra proporcional ao volume da colheita. Esse sistema, bem sucedido, estimulou a entrada de imigrantes no Brasil, como você pode ver nos quadros a seguir.

IMIGRAÇÃO SUBVENCIONADA

Ano	Nº de imigrantes
1870	13 000
1878	22 000
1886	30 000
1887	50 000
1888	133 000

Fonte: Dados do Departamento Nacional de Colonização e do Boletim comemorativo da Exposição Nacional de 1808.

IMIGRAÇÃO TOTAL

Período	nº de imigrantes	média anual
1820-1883	430 000	7 166
1884-1893	883 000	88 300
1894-1903	862 000	86 200

Fonte: Dados do Departamento Nacional de Colonização e do Boletim comemorativo da Exposição Nacional de 1908.

A maioria desses imigrantes dirigiu-se para a região do café, onde, particularmente em São Paulo, os assalariados passaram a ser muito mais numerosos do que os escravos. Além de causar um abalo seríssimo na escravidão, o crescimento da imigração e do trabalho assalariado em São Paulo forneceram dois elementos que contribuíram para a futura transformação do território paulista no maior centro industrial do Brasil: mercado consumidor interno e mão-de-obra relativamente especializada.

CRESCIMENTO DA SEMI-SERVIDÃO

Na região do café, o alto nível de lucro e a disponibilidade de elevados capitais tornavam possível a adoção do trabalho assalariado, o que não aconteceu nas regiões mais pobres. As áreas que cultivavam produtos cuja exportação decaía — como a zona algodoeira maranhense e a região açucareira do Nordeste — não tinham condições de promover a imigração e adotar o trabalho assalariado.

Assim, em tais regiões, surgiu um sistema de semi-servidão, sendo a maioria dos escravos transformados em trabalhadores livres, porém não assalariados. Tal sistema apresentava basicamente duas variantes. Na primeira, a fazenda era dividida em áreas: uma maior, cuja produção pertencia ao fazendeiro, e outra menor, cuja produção pertencia ao trabalhador rural; este, em 10 horas por dia, trabalhava 2 ou 3 horas para si mesmo e as demais para o fazendeiro. Na segunda variante, o empregado trabalhava normalmente na plantação e recebia depois uma certa porcentagem (1/3 geralmente) da colheita.

Assim se explica o porquê de a escravidão ter declinado tanto, antes mesmo da abolição. Cessada a importação de escravos, substituídos pelo sistema assalariado nas zonas mais ricas e pela semi-servidão nos mais pobres, o sistema escravista es-

tava irremediavelmente condenado e sua extinção total era apenas questão de tempo.

Você, no entanto, talvez esteja se perguntando: "E a campanha abolicionista? E as famosas leis que foram acabando com a escravidão gradativamente? Afinal, tudo isso não teve importância?" Vamos então examinar esse aspecto da questão.

A CAMPANHA ABOLICIONISTA

A campanha a favor da abolição da escravatura foi provavelmente o maior movimento de opinião pública ocorrido no Brasil, durante o século XIX, do qual participaram elementos de todas as classes sociais. Particularmente a partir de 1880, com a fundação da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, o movimento tomou grandes proporções, com a questão abolicionista discutida no Parlamento, na imprensa, em clubes, em comícios e até em movimentos de rua.

Apesar de tudo isso, a campanha abolicionista não foi uma causa do declínio da escravidão, mas provavelmente muito mais uma conseqüência. À medida que a escravidão perdia sua importância econômica, a manutenção desse sistema transformava-se num absurdo, gerando uma oposição cada vez maior.

A campanha abolicionista causou, isto sim, a abolição da escravidão, quando o sistema já estava totalmente abalado. Por esse motivo, as leis que acabariam com a escravatura de maneira lenta e segura, sem "abalos indesejáveis" na economia nacional, tiveram, na prática, quase nenhum sentido positivo.

A primeira dessas leis, aprovada em setembro de 1871, ficou conhecida como **Lei do Ventre Livre**. Determinava que os filhos de escravos nascidos a partir dessa data seriam livres. Porém (há sempre um porém) as crianças ficariam em poder dos senhores de suas mães até a idade de oito anos; aí então o senhor decidia-se: ou recebia do Estado uma indenização de 600 mil-réis (equivalentes ao valor de 20 sacas de café), ou poderia utilizar-se gratuitamente dos serviços do menor "livre", até que este completasse 21 anos! Como quem trabalha de graça é escravo, vê-se que essa lei tinha efeitos práticos bastante reduzidos.

Em setembro de 1885, foi aprovada a Lei Saraiva-Cotegipe, mais conhecida como **Lei do Sexagenário**: todos os escravos, aos 65 anos de idade, automaticamente estariam livres.

É impossível descrever nestas simples linhas a alegria avassaladora que tomou conta deles. Levantaram-se, gritaram, abraçaram-se às gargalhadas. E tudo isso ante o espanto dos observadores, que jamais teriam imaginado que os prósperos, gordos e sizudos fazendeiros escravocratas pudessem ter tal comportamento.

"Fazendeiros? — dirá você! — mas não eram os escravos velhos que estavam contentes?" Ora, claro que não; embora escravos, velhos, analfabetos e ignorantes, não eram burros. Não se iam alegrar pelo direito de morrer de fome em liberdade. A alegria vinha mesmo dos fazendeiros, que assim podiam se livrar do peso de alimentar um escravo velho e imprestável para o trabalho.

É evidente portanto que a Lei do Ventre Livre e a do Sexagenário eram principalmente manobras para iludir a opinião pública e manter a escravidão. Da mesma maneira que a campanha abolicionista não causou o declínio do sistema escravista, também essas leis não causaram a abolição.

A abolição não foi conseguida pelas elites reformistas, que apenas oferecem à causa o prestígio de sua posição social e inteligência. Não foi feita pelo Exército, que se limitou a recusar perseguir os escravos fugidos. Não foi feita pela Princesa Isabel nem sequer pelo Parlamento. A lei Áurea, na realidade, foi obtida pelo povo, em movimentos de rua, passeatas, comícios, lutas contra a cavalaria da polícia, num período de agitação, fuga em massa de escravos, brigas e mortes, e tudo sob a liderança dos abolicionistas.

E veio a lei:

Art. 1 — É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2 — Revogam-se as disposições em contrário.

Grande vitória. Setecentos mil escravos obtiveram sua liberdade. Depois, no dizer do historiador Joel Rufino dos Santos, escrevendo 90 anos após a abolição: ..."os negros descobriram que não tinham nada, só a liberdade. Não tinham terra, não tinham profissão, não tinham ajuda do governo. A Lei Áurea nem sequer os mencionava. Os da roça vieram para a cidade (embora muitos preferissem lá ficar), os da cidade foram morar em favelas e cortiços. Sua situação real, 90 anos depois, pode ser medida pelas estatísticas: os negros são recordistas em analfabetos, favelados, presidiários, subnutridos, exercendo as profissões mais humildes e mal remuneradas. O que os brasileiros pensam deles, em geral, pode-se ver nas piadas de botequim, (...), nas frases feitas da linguagem cotidiana: só trabalham obrigados, não têm responsabilidade, (...), 'só dão pra futebol e samba', e 'quando não fazem na entrada fazem na saída'." (*História do Brasil*. São Paulo: Marco Editorial, 1979, p. 120.)

Nas palavras mais frias do historiador Nelson Werneck Sodré: "o fardo da escravidão foi largado na estrada pela classe dominante. Tornara-se demasiado oneroso para que ela o carregasse". (*Formação Histórica do Brasil*, 4ª ed., p. 253.)

O Declínio do Império

A cena é bastante conhecida. Uma praça grande cheia de tropas e de canhões; num dos lados, um comprido casarão assobradado (o Quartel-General) cercado por soldados e, no meio dela, o marechal Deodoro da Fonseca, a cavalo, de braço erguido e espada na mão, gesto imitado por alguns oficiais que o rodeavam. Era a proclamação da República. Naquela manhã de 15 de novembro, encerravam-se melancolicamente 67 anos de Monarquia no Brasil.

O desenho ao lado mostra a proclamação da República, em 1889, com as tropas diante do Quartel General do Exército, no Campo de Santana (atual praça da República), no Rio de Janeiro.

Por que a Monarquia caiu? Por muitas razões, sendo a principal o fato de que o regime chefiado por Pedro II não correspondia mais às necessidades do Brasil. Há muitos anos que a Monarquia, como sistema de governo, estava parada no tempo, enquanto o Brasil ia evoluindo, sofrendo mudanças na sua economia e sociedade. Por isso o Império acabou perdendo o apoio de importantes setores sociais e foi derrubado sem resistência. Vamos examinar mais detalhadamente esse processo.

AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS

Desde a década de 1870, a economia brasileira vinha passando por rápidas transformações. O café, com preços elevados e exportação ascendente, novamente havia incorporado o Brasil às grandes rotas do comércio internacional. O comércio externo crescia rapidamente, as ferrovias expandiam-se, unindo as principais regiões do País, o comércio interno diversificava-se. A rede bancária estava em expansão, fundavam-se companhias de comércio, de armazéns-gerais, de exploração portuária e de navegação. Até as indústrias começavam a aparecer: nos últimos oito anos do Império, criaram-se quase 500 fábricas, com um capital de 400000 contos.

Todas essas transformações decorriam direta ou indiretamente do crescimento da cafeicultura. Assim o Brasil ia-se modernizando, paralelamente ao alargamento do trabalho livre e do crescimento do mercado consumidor interno. Porém, não se deve exagerar a importância dessas transformações, pois, se eram intensas em certas áreas, no conjunto o País ainda se mantinha incrivelmente atrasado.

Essas transformações econômicas causaram, por sua vez, alterações na estrutura social brasileira, a qual, às vésperas da proclamação da República, apresentava-se da seguinte maneira:

- classe dominante agrária, formada pelos senhores de terras, dividida em dois grupos: a facção ascencional,

ligada à exportação (principalmente os cafeicultores) e a facção decadente, desligada da exportação ou a ela ligados através de produtos em declínio (principalmente os produtores de algodão e açúcar);

- camada média, formada por comerciantes, industriais, pequenos proprietários, profissionais liberais, funcionários, padres, militares e intelectuais;
- classe baixa, formada por escravos (até 1888), semi-servos, assalariados e artesãos.

Algumas características dessas sociedades decorriam das modificações econômicas. Em primeiro lugar, a divisão da classe dominante em duas facções, ambas participando do aparelho de Estado e, em conjunto, dominando a política brasileira. Só que o grupo exportador modernizara-se, adaptando-se ao dinamismo do mercado internacional, enquanto o aparelho burocrático-administrativo do Império transformara-se num empecilho, atrapalhando inclusive os negócios e os lucros do grupo ligado à exportação.

Diante disso, esse grupo, particularmente o dos cafeicultores, desejava reformar o aparelho de Estado, adaptando-o aos novos tempos e às novas necessidades. Diante do profundo conservadorismo do Império e da impossibilidade de adaptá-lo às novas circunstâncias, os cafeicultores começaram a apoiar a idéia republicana. Não foi por acaso, portanto, que a força do Partido Republicano concentrou-se justamente na província de São Paulo.

Por outro lado, uma das principais conseqüências das transformações econômicas ocorridas a partir dos anos 1870 foi justamente o fortalecimento da camada média, inclusive do seu segmento militar, que, como já vimos, saíra consideravelmente fortalecido da Guerra do Paraguai.

Como a camada média não tinha representação política e seus interesses políticos e econômicos não eram considerados pelo Império, ela se desinteressou pela sorte da Monarquia, fortalecendo, assim, o movimento republicano.

A classe popular, cuja participação política era quase nula, apresentava um nível de conscientização muito baixo, porém não ao ponto de levá-la a defender o regime monárquico. O povo talvez sequer se revoltasse contra a Monarquia, mas, se esta fosse derrubada, não sairia às ruas para defendê-la.

Portanto, você já deve ter percebido que o sistema monárquico brasileiro estava extremamente enfraquecido. O Império tinha-se demonstrado incapaz de absorver os novos grupos socioeconômicos, particularmente os cafeicultores paulistas e a camada média, que acabaram tendo atuação decisiva na derrubada da Monarquia.

Para que isso acontecesse, faltava apenas que alguns incidentes relativamente graves abalassem o precário equilíbrio do Império. A partir de meados da década de 1870, tais incidentes começaram a acontecer.

A QUESTÃO RELIGIOSA (1872-1875)

No Brasil monárquico, a Igreja e o Estado estavam oficialmente unidos por duas instituições: o **padroado** e o **beneplácito**. O primeiro oficializava o catolicismo como a religião do Brasil (as demais religiões eram apenas toleradas e não podiam ter culto público) e transformava os padres e bispos em funcionários públicos com salários pagos pelo Estado. O segundo determinava que os bispos, embora indicados pelo Papa, somente seriam efetivados no cargo se o imperador concordasse.

Como sempre, a ligação oficial entre Igreja e Estado acabou gerando complicações. Em 1864, o Papa publicou uma bula (decreto papal) proibindo qualquer união entre o clero e a maçonaria, pois na Europa, nessa época, maçons e católicos estavam envolvidos em áspera disputa. No Brasil, porém, tal disputa não existia, e inclusive muitos padres faziam parte de lojas maçônicas.

A maçonaria é uma sociedade filantrópica secreta, existente em quase todos os países, e cujas origens remontam à Idade Média. Normalmente os membros da maçonaria possuem um considerável poderio econômico, o que dá a essa sociedade uma razoável influência política.

Por esse motivo, a bula papal teve pouca repercussão no Brasil. No entanto, em 1872, o bispo de Olinda, D. Vital de Oliveira, e o de Belém do Pará, D. Antônio de Macedo, mandaram fechar todas as irmandades religiosas de suas dioceses que não quisessem excluir os seus membros maçons. Como a maçonaria tinha prestígio político, o governo imperial acabou intervindo na questão e, com base nos direitos do padroado, ordenou a prisão e o processo de ambos os bispos, condenados, em 1874, à prisão com trabalhos forçados. No ano seguinte, o Duque de Caxias, que nessa época era primeiro-ministro, convenceu o imperador a anistiar os dois religiosos.

Caxias teve a mais brilhante carreira da História militar do Brasil, sobretudo por sua aguda percepção do papel do militar e das Forças Armadas. Sempre que o poder de decisão esteve em suas mãos, Caxias impediu a degradação de Exército em tropa de choque e do militar em carcereiro e torturador.

Durante a Revolução Farroupilha, ele recusou-se a assistir a uma cerimônia de regozijo pela vitória do governo na batalha de Porongos: "Mandem rezar missa por alma dos mortos que comparecerei com meus oficiais" — disse ele — "pois os mortos eram **todos brasileiros**". Por isso a anistia foi utilizada por Caxias em toda a sua carreira de pacificador. Ao anistiar os bispos, ele mantinha a sua tradição de inteligência e visão política.

A maioria da população sequer ficou sabendo da discórdia entre o Estado e a Igreja. Porém, a pequena e influente minoria que participava da política compreendeu que a Monarquia estava-se desgastando, incapaz de superar mesmo uma pequena crise. Portanto, a Questão Religiosa causou ao governo um desgaste político considerável e fez aumentar o número de pessoas favoráveis à separação entre Igreja e Estado. E este era justamente um dos itens defendidos pelos republicanos.

A QUESTÃO MILITAR (1884-1886)

47 Quando estudamos a Guerra do Paraguai, vimos que uma de suas principais conseqüências foi o fortalecimento do Exército, o qual, vitorioso, queria que os civis lhe retribuíssem os sacrifícios feitos em combate com respeito, melhores soldos e promoções mais rápidas. Mas o governo imperial não atendeu a nenhuma dessas pretensões, aumentando assim o fosso que separava os militares, quase todos originários da camada média, do Império elitista e aristocrático.

Além disso, uma parcela crescente dos oficiais achava que os políticos civis não passavam de bacharéis afetados, ótimos para discursar, mas péssimos para governar. Achavam ainda que o País deveria ser governado com base em princípios científicos, técnicos, matemáticos. E quem no Brasil tinha uma formação suficientemente "matemática" para poder governar de modo "científico"? Os militares, é lógico. Tal linha de raciocínio derivava da filosofia **positivista** do francês Augusto Comte. E embora relativamente poucos oficiais conhecessem realmente essa teoria, usavam-na como justificativa para o desejo de os militares exercerem o poder.

Veja você como a teoria ajustava-se perfeitamente à mentalidade autoritária e tecnicista. Num governo baseado em princípios "científicos", os problemas do país são resolvidos segundo critério "técnicos", e não políticos. Assim, para se resolver, por exemplo, um problema econômico, nada de consultas à opinião pública, nem de debates na Câmara de Deputados (afinal, os deputados são economistas? Não. Então que calem a boca!). Bastava contratar um economista famoso, colocá-lo no Ministério da Fazenda e pronto: ele e seus assessores técnicos resolveriam o problema da maneira mais eficiente possível.

Para quem gosta de ditaduras tecnocráticas, a receita parece excelente. Mas como a História mostra, o resultado prático de tais regimes é catastrófico e o autoritarismo disfarçado de cientificismo representa sempre um perigo, para qualquer país.

Portanto a disputa entre militares e civis — ou, como se dizia na época, entre "fardas" e "casacas" — aos poucos aumentava. E nesse ambiente surgiram alguns pequenos incidentes, que em outra época teriam passado despercebidos, mas agora acabaram criando um sério conflito entre o Exército e a Monarquia.

Tudo começou quando o coronel Sena Madureira manifestou-se publicamente contra a reforma do Montepio Militar. Como era proibido aos militares manifestarem-se pela imprensa, esse oficial foi advertido pelo Ministério da Guerra.

Na mesma época, um jangadeiro cearense, Francisco Nascimento, começava a ser conhecido do público. Líder dos jangadeiros do Ceará, Nascimento havia convencido seus colegas de profissão a não carregarem escravos em suas jangadas, impedindo assim que fossem embarcados em navios e vendidos para as províncias do Sul, onde obtinham melhores preços. Vindo ao Rio de Janeiro para participar de um comício favorável à abolição, o jangadeiro, agora apelidado de "Dragão do Mar", foi recebido com honras militares na Escola de Tiro do Exército. Irritado com o fato, o governo ordenou a prisão do comandante da Escola, o mesmo Sena Madureira do episódio anterior. Diante disso, outros oficiais protestaram publicamente e também foram punidos, provocando, então, novos protestos. Essa reação em cadeia causou a prisão disciplinar de numerosos oficiais.

A situação começava a se acalmar, quando o coronel Cunha Matos, numa inspeção de rotina, descobriu uma negociata com o fornecimento de gêneros ao Exército, no Piauí. Consideraram o capitão Pedro José de Lima o responsável, e este solicitou a um deputado amigo, Simplício Coelho de Rezende, que o defendesse. Da tribuna da Câmara dos Deputados, Simplício, num violento

discurso, atacou Cunha Matos, que se defendeu por meio da imprensa — o que era proibido — e foi preso. Recomeçou o conflito.

Só que desta vez a situação foi mais grave, pois o fato repercutiu entre a guarnição do Rio Grande do Sul, cujo comandante, marechal Deodoro da Fonseca, recusou-se a prender os oficiais sob seu comando. Diante disso, Deodoro foi demitido do cargo, agravando ainda mais a situação.

Finalmente o governo percebeu-se num beco sem saída: ou cedia ou corria o risco de enfrentar uma rebelião militar. Resolveu ceder. Suspendeu as punições e libertou os oficiais. De qualquer modo, a Monarquia, já mal vista pelos militares, desgastou-se mais ainda. O fim estava próximo.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

48 No final dos anos 1880, a Monarquia brasileira apresentava-se extremamente enfraquecida. Desatualizada politicamente e ineficiente em termos administrativos, o regime ia perdendo cada vez mais adeptos. Os cafeicutores já tinham aderido à República. A camada média afastava-se do regime, e os militares opunham-se francamente a ele. Um dos últimos esteios da Monarquia, os fazendeiros escravocratas, com a abolição da escravatura haviam-se desinteressado pela sorte do Império. O partido Republicano, em 1889, dispunha das condições ideais para a proclamação da República.

Em 1870, a facção radical do partido Liberal lançou o Manifesto Republicano, publicado no jornal "A República", do Rio de Janeiro: nascia o **Partido Republicano.** Daí para a frente, o movimento expandiu-se, particularmente em São Paulo, com a criação, em 1872, do **Partido Republicano Paulista** e a realização, no ano seguinte, da Convenção Republicana de Itu, na qual ficou claro o apoio dos cafeicultores paulistas às novas idéias.

Apenas três fatores ainda ajudavam a manter o sistema monárquico: o prestígio pessoal de D. Pedro II junto à boa parte da classe política, a dedicação ao imperador por parte dos chefes militares mais antigos e a divisão dos republicanos em "revolucionários", que desejavam a derrubada imediata do regime, e "evolucionistas", que imaginavam que com a morte de Pedro II o império cairia por si só.

Mas de repente ainda surgiu alguém tentando salvar a Monarquia. Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, último primeiro-ministro do Império, assumiu o poder propondo uma série de reformas políticas, copiadas do próprio programa republicano, por meio das quais pretendia reformar a Monarquia, adaptando-a aos novos tempos. Mas era tarde. Os deputados, extremamente conservadores, recusaram o programa de reformas.

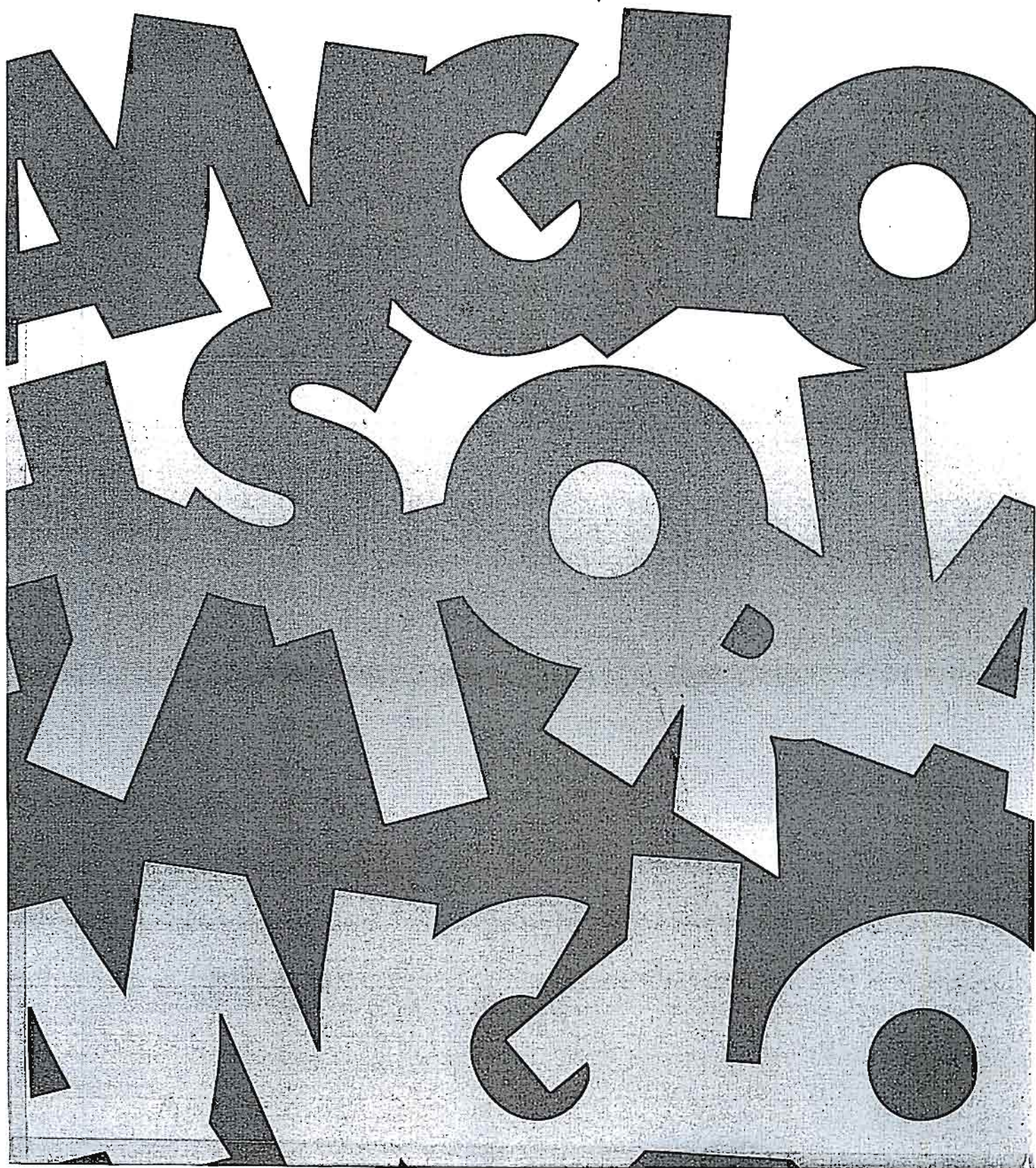
A pedido do primeiro-ministro, o imperador dissolveu a Câmara e convocou eleições, sendo que os deputados então eleitos tomariam posse em 20 de novembro de 1889.

A possibilidade de que a nova Câmara aprovasse as reformas propostas por Ouro Preto era uma séria ameaça tanto para o Partido Republicano como para os monarquistas conservadores. Os republicanos veriam seu próprio programa de reformas ser esvaziado e os conservadores temiam que, na tentativa de modernizar a Monarquia, os privilégios da elite agrária fossem afetados. Por isso, os primeiros trataram de pôr em marcha o golpe político-militar que proclamaria a República; e os segundos trataram de não resistir e de aderir rapidamente ao novo regime.

Assim, no dia 11 de novembro de 1889, o marechal Deodoro da Fonseca aceitou chefiar um movimento que derrubaria o governo. Na noite do dia 14, o major Sólon Ribeiro espalhou nos quartéis do Rio de Janeiro o boato de que Deodoro e o tenente-coronel Benjamim Constant, presidente do Clube Militar seriam presos. Diante disso, revoltaram-se dois regimentos aquartelados em São Cristovão, cujo comando foi assumido pelo marechal Deodoro da Fonseca.

Por sua vez, o Visconde de Ouro Preto também se movimentava. Reuniu o ministério no Quartel-General e ordenou às tropas do marechal Almeida Barreto que defendessem o governo. Os dois marechais, porém, acabaram-se pondo de acordo, e o Quartel-General foi inteiramente cercado. Numa última tentativa, Ouro Preto ordenou ao ajudante-general do Exército, marechal Floriano Peixoto, que atacasse os rebeldes, mas Floriano recusou. Era o fim. Ao amanhecer do dia 15 de novembro, o ministério foi deposto; na tarde desse mesmo dia, oficialmente se proclamou a República: dois dias depois, a família imperial abandonou o Brasil.

A proclamação da República contou com restrita participação popular. Daí alguns historiadores simpáticos à Monarquia deduzirem que o povo era monarquista e assistiu "bestificado" à incrível "maldade" que se cometia contra o idoso imperador. O povo realmente não participou. Com sua velha sabedoria, já percebera que, com Monarquia ou República, os problemas que realmente lhe importavam provavelmente não seriam solucionados.

História 3
Brasil

História do Brasil

José Carlos Pires de MOURA

CONSELHO EDITORIAL
Guilherme Faiguemboim
Nicolau Marmo

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Assaf Faiguemboim

EDITORA RESPONSÁVEL
Magda Reis

ASSISTÊNCIA EDITORIAL
Flávia Lúcia de Matos Santanna
Paula P. O. C. Kusznir

ARTE E EDITORAÇÃO
Gráfica Editora Anglo Ltda.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Cunha-Facchini

Gráfica e Editora Anglo Ltda.
MATRIZ
Rua Gibraltar, 368 - Santo Amaro
CEP 04755-000 - São Paulo - SP
(0XX11) 3273-6000
www.cursoanglo.com.br

Código: 85001636

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coleção Anglo. — São Paulo: Anglo, 1990-1991

Vários autores

1. Livros-texto (2º grau)

90-0414 CDD-373.19

Índices para catálogo sistemático:
1. Livros-texto: Ensino de 2º grau 373.19

Índice

Parte 3 - A República Velha (1889-1930)

Parte 4 — A República Populista (1930-1964)

Unidade XIV — A Era Vargas (1930-1945)

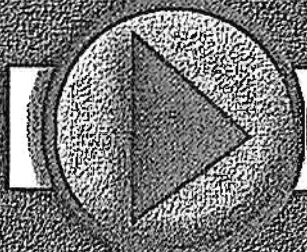
Unidade XV — A Democracia Populista (1945-1964)

Parte 5 — O Regime Militar (1964-1985)

Unidade XVI — O Modelo Econômico e Político do Regime Militar

Unidade XVII — A Evolução Política do Regime Militar

Parte 6 — A República Contemporânea

Unidade XVIII — O Brasil e a Globalização

Parte 3

A República Velha (1889-1930)

O período que se estende da proclamação da República em 1889 até a Revolução de 1930 é chamado pelos historiadores de Primeira República ou República Velha.

A principal característica da República Velha foi o absoluto domínio das **oligarquias agrárias** (os grandes fazendeiros) sobre a política brasileira. A oligarquia mais rica e poderosa, formada pelos cafeicultores, assumiu o controle do governo federal e do governo do Estado de São Paulo. As oligarquias mais fracas, ligadas à pecuária, ao açúcar, ao algodão, ao cacau e a outros produtos secundários, assumiram o controle dos demais governos estaduais. Essa situação de domínio manteve-se até a Revolução de 1930.

Ora, diante desses fatos, você talvez esteja pensando que a derrubada da Monarquia em nada alterou o panorama brasileiro: no tempo do Império, os fazendeiros mandavam; proclamada a República, eles ainda continuaram mandando!

Porém a realidade não é assim tão simples. O grupo cafeeiro agora no poder era muito mais moderno, dinâmico e empresarial do que as velhas oligarquias nordestinas que dominavam o Império. Além disso, com a proclamação da República, abriu-se um espaço, embora pequeno, possibilitando que a classe média e a nascente burguesia industrial participassem da política do País. Por esses motivos, ainda que a República Velha nos pareça hoje atrasada e retrógrada, ela significou um importante avanço em relação ao período monárquico.

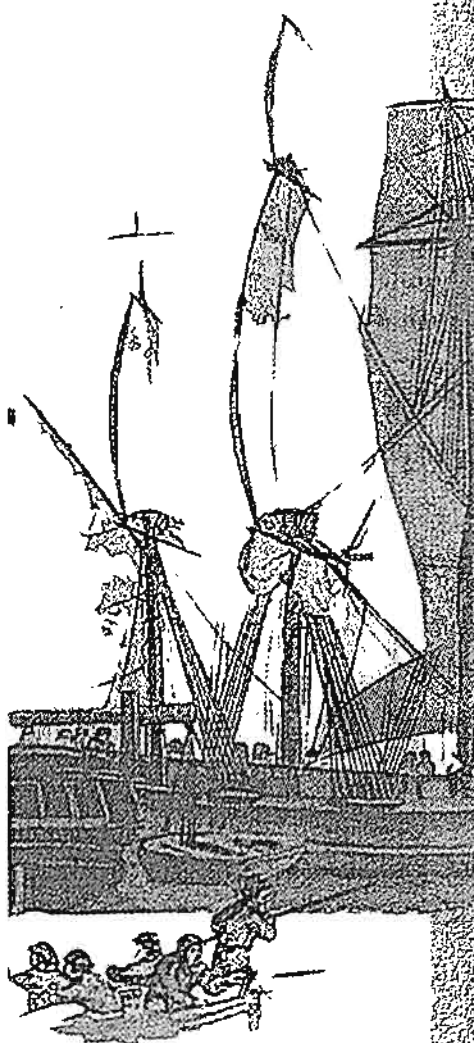
Nas próximas quatro Unidades, estudaremos a luta das oligarquias para controlarem o governo, sua longa permanência no poder, seguida da decadência nos anos vinte e finalmente da queda, em 1930.

A Crise da República (1889-1894)

Já sabemos que a República foi proclamada por meio da união de elementos da classe dominante (os cafeicultores), da classe média (os militares) e da burguesia, todos com o mesmo objetivo: derrubar o Império, que não correspondia mais aos seus interesses, e substituí-lo pelo regime republicano. Porém, embora o objetivo fosse o mesmo, cada um dos grupos desejava que o novo sistema político fosse estabelecido de acordo com seus interesses particulares, sobretudo no campo da economia.

Nesse sentido, a oligarquia pretendia que o Estado republicano apoiasse totalmente a agricultura em geral e o café em particular, enquanto a classe média e a burguesia desejavam o desenvolvimento das novas atividades econômicas, particularmente a indústria, o comércio e os serviços. Essa discordância inicial acabou gerando uma nova série de divergências, pois escolher entre a política agrária ou industrialista significava optar por políticas diferentes também nos setores fiscal, alfandegário, cambial, monetário, creditício, etc.

Você já percebeu, portanto, que era quase inevitável um choque entre esses grupos, com cada um tentando assumir o controle do novo regime. Nos primeiros meses seguintes ao 15 de novembro, o choque não se verificou, pois as oligarquias agrárias e a classe média receavam um contragolpe monarquista. Mas quando esse perigo desapareceu, a luta começou. Primeiro na imprensa, depois no Congresso Nacional, em seguida sob a forma de manifestações públicas e finalmente chegou-se à luta armada, à guerra civil.

Esse processo de lutas recebe o nome de **crise da República**. Após alguns anos de disputa, a classe média, representando então as forças mais progressistas do Brasil, acabou derrotada e expulsa do governo. Com a ascensão de Prudente de Moraes à Presidência da República, em 1894, as oligarquias vitoriosas impuseram ao País seu sistema político, baseado numa economia agrária.

O Governo Provisório (1889-1891)

Derrubada a Monarquia, constituiu-se um Governo Provisório, presidido por Deodoro da Fonseca. Entre os ministros, havia elementos da aristocracia cafeeira e representantes da classe média, os quais eram militares ou profissionais liberais. Nesse governo, destacou-se Rui Barbosa, ministro da Fazenda, que tentou formular uma política econômica de acordo com os interesses da classe média e da burguesia.

O Governo Provisório tinha três funções básicas: consolidar o novo regime, institucionalizá-lo por meio da aprovação de uma constituição e executar certas reformas administrativas que se mostravam necessárias.

Visando alcançar seu objetivo, o governo adotou uma série de medidas, dentre as quais se destacam:

- a expulsão da família imperial;
- a extinção da Câmara de Deputados, do Senado e do Conselho de Estado;
- a extinção também das Assembléias Provinciais e das Câmaras Municipais, substituídas por interventores nomeados para governar os municípios e as províncias (agora chamadas de **Estados**);
- a grande naturalização, que passou a considerar cidadãos brasileiros todos os estrangeiros aqui residentes, exceto aqueles que não desejassem se naturalizar;
- a separação entre a Igreja e o Estado, criando os cartórios de Registro Civil;
- a convocação de eleições visando estabelecer uma Assembléia Constituinte cuja função seria preparar a primeira Constituição Republicana.

Essas medidas, adotadas no final de 1889 e durante o ano de 1890, foram acompanhadas de várias crises políticas, devido principalmente à contradição de interesses entre as forças representadas no governo: as oligarquias de um lado, a classe média e a burguesia do outro e também devido às divergências no próprio governo, ocorridas entre Deodoro e seus ministros. Esses conflitos culminaram com a renúncia coletiva do Ministério, substituído por outro, chefiado pelo Barão de Lucena, antigo político monarquista e amigo pessoal de Deodoro.

No entanto, a crise do "Encilhamento" foi o acontecimento mais notável do Governo Provisório, a qual resultou da política econômico-financeira adotada por Rui Barbosa, que estudaremos a seguir.

O ENCILHAMENTO

Como já vimos, Rui Barbosa representava no Governo Provisório os interesses da nascente burguesia nacional e da classe média, grupos que desejavam impulsionar as novas atividades econômicas, particularmente a indústria. Nesse sentido, a política industrialista do ministro da Fazenda, quando posta em prática, baseou-se em dois elementos principais:

- aumento das taxas alfandegárias de importação, visando proteger a indústria nacional contra a concorrência estrangeira;
- emissão de papel-moeda, visando aumentar o total de dinheiro em circulação no País e, assim, estimular os negócios e a produção.

Para isso, outras medidas foram tomadas, objetivando complementar as anteriores: reforma da legislação, que regulamentava as sociedades anônimas, anulação dos empréstimos à lavoura (concedidos no final do Império como compensação aos fazendeiros pela abolição da escravatura), e criação do crédito bancário às indústrias. Para a emissão de papel-moeda, criaram-se bancos emissores em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Porém essa política industrialista foi duramente combatida e sempre que possível sabotada pelos grandes grupos financeiros internacionais, particularmente ingleses e franceses, e por seus aliados aqui no Brasil: o comércio importador e as oligarquias agrárias. Podemos perceber claramente as razões dessa oposição. Os capitalistas europeus e americanos evidentemente não achavam graça alguma na perspectiva de o Brasil

produzir os mesmos artigos que até então eles nos forneciam. Os importadores viam na industrialização brasileira uma ameaça direta à sua fonte de lucros: a venda de produtos estrangeiros. As oligarquias rurais eram obrigadas a dançar de acordo com a música, ou seja, concordar com a burguesia européia e americana, compradoras dos produtos exportados pelos nossos latifundiários.

5 Então, fica claro o quanto seria difícil manter a política de industrialização. Os bancos franceses e ingleses aqui estabelecidos, temendo as medidas de Rui Barbosa, chegaram a ameaçar fecharem suas portas.

Naquela época, o fechamento de bancos estrangeiros estabelecidos em países pobres constituía um dos pretextos prediletos para as grandes potências intervirem militarmente em tais países.

Comentando a questão dos bancos, Rui Barbosa afirmou, num telegrama enviado ao nosso embaixador em Londres: "Bancos não têm nenhuma razão (...) O Governo Provisório (...) não lhes pode consentir posição privilegiada de, sem capitais no País, viverem de especulações sobre o câmbio (...) em prejuízo do comércio, do tesouro e do crédito nacional (...)".

Veja você que Rui tocou num dos pontos essenciais da questão, justamente a função dos bancos estrangeiros, que especulavam sobre nossa economia, obtinham aqui grandes lucros e, em seguida, transferiam esses lucros a seus países-sede.

6 Além de todos esses problemas, dois outros dificultavam nosso caminho à industrialização: a inexperiência governamental em conduzir uma política econômica objetiva e, sobretudo, o caráter ainda **profundamente colonial da nossa economia e da nossa sociedade**. No Brasil, durante quatro séculos voltado para a exportação de matérias-primas e gêneros alimentícios, a efetivação da política industrialista significaria a transformação de nossas estruturas. Por isso, o capital estrangeiro e o latifúndio que já haviam se aliado para derrotar o pioneirismo de Mauá, uniram-se novamente nos primeiros anos da República visando impedir a industrialização. E alcançaram seus objetivos.

7 Os primeiros resultados da política de Rui Barbosa foram excelentes, ocorrendo o rápido crescimento dos negócios e a formação de um grande número de empresas industriais, comerciais e de serviços. Conseqüentemente, dinamizou-se um setor que iniciava seus passos no Brasil: o **mercado de capitais**, com a compra e venda de títulos e ações. E então surgiu aquilo que é a marca registrada do sistema capitalista: a especulação. No Brasil da época, ela foi feita por meio da formação de empresas-fantasmas, que objetivavam unicamente levantar dinheiro vendendo ações. Essa especulação gerou uma incrível alta na cotação das ações, seguida, como não podia deixar de ser, por uma estrondosa queda dessas cotações, que acabou não só com as empresas-fantasmas, mas também com muitas empresas boas. Assim, um grande número de investidores sofreu graves prejuízos, ao mesmo tempo em que a emissão da moeda agravou a inflação já existente.

Portanto, podemos afirmar que o Encilhamento foi a conseqüência da política econômico-financeira de Rui Barbosa.

Resumindo, a crise do Encilhamento causou especulação, falência de um grande número de empresas e agravamento da inflação.

8 Você pode imaginar a alegria dos inimigos da industrialização quando a política de Rui Barbosa começou a desencadear tais conseqüências. Caíram de pau em cima do ministro, até que no começo de 1891 forçaram-no a renunciar ao Ministério da Fazenda. Essa velha técnica funciona ainda em nossos dias: a pretexto de se combater um ponto negativo de uma política, destrói-se toda ela. No caso específico do Encilhamento, o que merecia desaprovação era a especulação, não a política de Rui Barbosa. O ideal seria corrigir os erros cometidos e continuar a luta pela industrialização, mas isso não interessava à elite rural e ao capital estrangeiro. Por esses motivos afastaram Rui Barbosa do Ministério da Fazenda e abandonaram a política industrialista.

Perguntará você: eles "abriram o jogo", opondo-se claramente a que o Brasil se industrializasse? Claro que não! Sentiam-se "trêmulos" de patriotismo e "frementes" de desejo de que o País progredisse e se tornasse uma grande potência, mas sem especulação. Que comovedora honestidade...

A CONSTITUIÇÃO DE 1891

9 Em 1890, elegeu-se uma Assembléia Constituinte. Durante três meses, essa Assembléia discutiu um projeto de constituição apresentado pelo Governo Provisório. Finalmente, em 24 de fevereiro de 1891, **promulgou-se a nova Constituição**, a segunda da nossa História e a primeira da República, a qual vigorou até 1930, sofrendo uma pequena reforma em 1926.

10 O Brasil passou a ser uma República Federativa, composta por 20 Estados. Como em todo sistema verdadeiramente federativo, cada Estado possuía grande autonomia: podia eleger seu governador (então chamado presidente) e sua Assembléia Legislativa, tinha sua própria Constituição e organizava sua administração, sistema judiciário, serviços públicos, sistema escolar, forças policiais, etc. Podiam ainda contrair empréstimos no exterior, cobrar impostos inclusive sobre a exportação e ter seus próprios corpos militares (a Força Pública de São Paulo era mais bem armada e equipada que o Exército). Além disso, cada Estado tinha seu Código Eleitoral e seu Código Processual.

11 Porém, não pense que essa ampla autonomia estadual — muito maior que a de nossos dias — significava o esfacelamento do poder central. Pelo contrário, pois a União (governo federal) detinha as melhores fontes de renda (os impostos mais rentáveis), controlava o sistema financeiro, monetário e cambial e estabelecia as relações exteriores e a defesa nacional. Além disso, embora cada Estado tivesse seu próprio judiciário, o Código Civil e Penal, elaborado pelo governo federal, era um só para todo o País.

12 A nova Constituição estabelecia três poderes: o **Executivo**, o **Legislativo** e o **Judiciário**.

O **Poder Executivo** era exercido pelo presidente da República, eleito por voto popular direto, juntamente com o vice-presidente, para um mandato de 4 anos, sendo que o presidente não podia se reeleger para o mandato imediatamente posterior. A escolha dos ministros cabia ao presidente e estes eram responsáveis apenas perante ele.

Os eleitores votavam separadamente para presidente e vice-presidente. Era possível, portanto, votar no candidato a presidente de uma chapa e no candidato a vice-presidente de outra.

O **Poder Legislativo** era exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, ambos eleitos pelo povo. Elegiam-se três senadores para cada Estado, inclusive o Distrito Federal, estabelecido no Rio de Janeiro, capital do País, e o mandato durava nove anos. Elegia-se ainda um deputado para cada 70000 habitantes, num mandato de três anos de duração.

O **Poder Judiciário**, formado pelos Juízes Federais, tinha como órgão superior o Supremo Tribunal Federal.

A Constituição estabeleceu o direito de voto para os cidadãos do sexo masculino maiores de 21 anos (não votavam as mulheres, mendigos, analfabetos, membros de ordens religiosas e soldados). O voto era descoberto, ou seja, não secreto. Garantia ainda aos cidadãos todos os principais direitos e liberdades individuais. No plano teórico, a Constituição de 1891 era excelente: justa, equilibrada e liberal. Na prática, porém, funcionou de modo medíocre, pois não impediu o controle das oligarquias rurais sobre a máquina administrativa e sobre o sistema político e econômico do Brasil.

Resta ainda lembrar um capítulo da Constituição, chamado **Disposições Transitórias**. De acordo com ele, o Congresso Nacional elegia o primeiro presidente da República e seu vice, pelo voto indireto.

A Presidência de Deodoro da Fonseca (1891)

Em março de 1891, o Congresso Nacional elegeu para presidente e vice, respectivamente, os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Nessa época, os grupos políticos responsáveis pela proclamação da República já estavam se hostilizando abertamente. Os elementos contrários a Deodoro lançaram uma chapa de oposição, encabeçada por Prudente de Moraes, que só não foi eleito porque correu o boato de que, se Deodoro não vencesse, as tropas dariam um golpe. O marechal venceu, com uma margem de diferença de apenas alguns votos.

A situação política do presidente não era fácil. Frente à luta entre os industrialistas e os representantes da lavoura, Deodoro optou pelos últimos, nomeando um novo ministério, que era na prática liderado pelo ministro da Fazenda, o Barão de Lucena, conservador e antigo político monarquista. A partir desse momento, as forças políticas mais progressistas, inclusive muitos militares, passaram para a oposição.

Você talvez pense que recebendo o apoio dos grandes fazendeiros Deodoro estava tranqüilo. Mas na realidade ocorriam vários conflitos, com grupos apoiando e combatendo o presidente. As oligarquias estavam profundamente divididas: a maioria do Congresso Nacional opunha-se ao presidente, enquanto os governos estaduais, chefiados por elementos da confiança de Deodoro, apoiavam-no. Como naquela época os governos dos estados manipulavam o processo eleitoral, é claro que, na primeira eleição que houvesse, os grupos oposicionistas que controlavam o Congresso seriam derrotados. Portanto, tornava-se essencial a esses grupos obter o domínio dos governos estaduais, o que aconteceria somente com o apoio do presidente da República. E como Deodoro negava-lhes esse apoio, a guerra estava automaticamente declarada: para se impor politicamente, o presidente precisava derrotar o Congresso, e este, para sobreviver, precisava se desfazer do presidente.

A 3 de novembro de 1891, apoiado por seus aliados políticos, Deodoro deu um golpe de Estado: fechou o Congresso, decretou o estado de sítio, estabeleceu a censura e prendeu inúmeros líderes oposicionistas. Dos 20 governos estaduais, 17 manifestaram-se favoráveis ao golpe. Mas foi só esse o apoio que recebeu. A opinião pública assumiu uma posiçao contrária à Deodoro, desde os poderosos cafeicultores paulistas até os operários da estrada de ferro Central do Brasil, que entraram em greve, enquanto os principais líderes militares também se opunham ao marechal. A 23 de novembro, o almirante Custódio de Melo sublevou a esquadra e exigiu a renúncia do presidente, apoiado pelas unidades do Exército. Sem forças para resistir, Deodoro da Fonseca renunciou. Seu golpe fracassara.

A Presidência de Floriano Peixoto (1891-1894)

Diante da renúncia de Deodoro, o vice-presidente, Floriano Peixoto, assumiu o poder. Saíra um marechal, entrara outro. Seria somente essa a mudança?, perguntavam os grupos políticos. Por via das dúvidas, todos, inclusive os que haviam apoiado Deodoro, trataram de manifestar um "comovente júbilo" pelo restabelecimento das instituições democráticas. Isso porque, no mesmo dia em que tomou posse, Floriano reabriu o Congresso, suspendeu o estado de sítio e soltou os políticos e oficiais anteriormente presos.

Os grupos econômicos estrangeiros, que controlavam nossa economia também recorreram à tática do apoio. No dia seguinte à posse de Floriano, a imprensa brasileira divulgou este telegrama: "Londres, 24 — Produziu excelente impressão a queda da ditadura. Desde ontem à tarde os títulos brasileiros subiram rapidamente". Que maravilha, pensará você, os grandes grupos internacionais apoiavam o restabelecimento da democracia no Brasil! Calma; não se alegre tanto. Esse apoio tinha um preço. Ainda em novembro de 1891, o *Jornal do Comércio* publicou um telegrama vindo de Paris, o qual, referindo-se à política financeira de Rui Barbosa, afirmava: "... todos os homens competentes (em Paris) julgam necessário que o Brasil mude absolutamente a sua política nesta matéria. É opinião geral que devem cuidar de estabelecer medidas financeiras, expondo sinceramente a situação, renunciando ao sistema de animar especulações loucas...".

Demonstravam, assim que condenavam violentamente a política industrialista, considerada "especulação louca". De qualquer modo, os grupos internos e externos que se opunham à transformação da economia brasileira iam levar um belo susto. Floriano e as forças políticas que com ele chegaram ao poder logo mostraram que havia muito mais que uma simples troca de marechais. Com Floriano, os republicanos radicais assumiram o controle do governo federal e tentaram liquidar o sistema colonial que ainda dominava a nossa economia. Vamos então estudar essa tentativa.

A POLÍTICA ECONÔMICA DE FLORIANO

Os setores da classe média e da nascente burguesia que ocuparam o poder com Floriano não tinham condições de reformular as estruturas sociais e econômicas do Brasil. Mesmo assim, visando favorecer as novas forças que surgiam no País, introduziram uma série de medidas, sendo as mais importantes:

- os empréstimos à indústria;
- as taxas alfandegárias protecionistas;
- as medidas a favor das classes sociais mais pobres.

Os empréstimos à indústria, extremamente necessários, objetivavam atenuar as grandes dificuldades das empresas brasileiras durante o ano de 1892. Os industriais, por intermédio de uma comissão que os representava, eram a favor de que o governo realizasse tais empréstimos. Os representantes do comércio importador e das oligarquias rurais manifestaram-se contra, afirmando que desse modo agravar-se-ia ainda mais a inflação.

A elite rural sempre se utilizava da desvalorização da moeda (uma das causas da inflação) para socializar os prejuízos decorrentes das quedas no preço dos produtos brasileiros de exportação. E agora, subitamente, esses patrióticos senhores estavam preocupadíssimos com a inflação! É realmente comovedor!

Os latifundiários, particularmente os cafeicultores, preocupavam-se com as conseqüências desses empréstimos, que poderiam alterar seu relacionamento com os grupos econômicos estrangeiros. E tinham razão de se preocupar. Nícia Vilela Luz, em seu livro "A Luta pela Industrialização do Brasil", cita a seguinte notícia divulgada naquela época pelo *Jornal do Comércio*: "Consta-nos que os Srs. Rothschild telegrafaram ao Sr. ministro da Fazenda, fazendo-lhe sentir que a emissão de apólices para auxílio às indústrias, se resolvida pelos

poderes públicos, não será de bom efeito no crédito do País". Ora, como esses simpáticos "Srs. Rothschild" eram credores de 90% da dívida externa do Brasil, se ficassem zangados, poderiam se recusar a nos emprestar mais dinheiro, ou até cobrar o que já devíamos...

Observe, portanto, que dizer que não precisamos nos preocupar com a dívida externa, pois esta vem sendo convenientemente administrada, é uma afirmação no mínimo suspeita.

Primeiro porque, quando tudo vai bem, o País não contrai dívidas ou então paga as que já tem.

Segundo porque a dívida permite aos "Rothschild" desta ou daquela época intrometerem-se nos problemas internos da nação.

Apesar de todas essas pressões, os florianistas conseguiram seu objetivo. Conscientes de que a indústria brasileira, muito inferior à estrangeira, só poderia sobreviver e se desenvolver se recebesse proteção, em novembro de 1892, autorizaram o Banco da República do Brasil a emprestar às indústrias até 100000 contos de réis.

Além disso os florianistas estabeleceram o **protecionismo alfandegário**, visando encarecer os produtos importados, o que beneficiaria a produção nacional, e isentaram de taxas alfandegárias a importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas.

Atualmente está em moda, no Brasil, combater o protecionismo alfandegário, afirmando-se que a liberação total das importações é condição indispensável para introduzir o País no "Primeiro Mundo". É sempre bom lembrar que naquela época os Estados Unidos — então o campeão mundial de crescimento econômico — praticava intensamente o protecionismo alfandegário, o qual ainda hoje é largamente utilizado pelos próprios norte-americanos, bem como pela União Européia e pelo Japão.

Como não existiam normas gerais para nortear esse protecionismo, feito através do estudo individual do caso de cada mercadoria ou empresa, os industriais passaram a defender a introdução de uma reforma alfandegária que estabelecesse critérios gerais e objetivos para a concessão de isenções tarifárias. Com esse espírito, no governo de Floriano iniciou-se uma revisão da legislação alfandegária, surgindo daí uma lei, aprovada pela Câmara de Deputados em 1896, já na presidência de Prudente de Morais. Mas pouco depois as oligarquias, que haviam readquirido o pleno controle do governo, conseguiram anular essa lei.

18 Ainda em seu governo, Floriano e o ministro da Fazenda, Serzedelo Corrêa, adotaram medidas radicais contra a especulação e a emissão excessiva de papel-moeda. A principal medida foi a reforma bancária, acabando com a possibilidade de os bancos particulares emitirem papel-moeda. A partir dessa época e até hoje, as emissões passaram a ser privilégio do governo federal, possibilitando o controle do meio circulante (o dinheiro em circulação no País).

19 Finalmente, o governo de Floriano Peixoto foi o único no Brasil anterior a 1930 a adotar diversas medidas **em benefício das classes pobres**. Nesse sentido, Floriano recebeu o inestimável apoio de Barata Ribeiro, prefeito do Distrito Federal (aliás nomeado pelo presidente). Entre as medidas de maior alcance, podemos citar:

- a redução no aluguel das casas de operários;
- a redução no preço da carne e do pescado, através de um incansável combate aos intermediários e especuladores;
- a melhoria no abastecimento de gêneros alimentícios ao Rio de Janeiro;
- a demolição da maior "cabeça-de-porco" (cortiço) do Brasil, localizada no Rio de Janeiro;
- a aprovação de lei ordenando a construção de casas para operários e famílias pobres.

20 O povo — que podia ser ignorante, mas evidentemente não era burro — ficou maravilhado. Parecia inacreditável, mas finalmente um governo deste País se lembrava de que no Brasil havia ... povo! Por isso, apesar das medidas muitas vezes violentas e arbitrárias de Floriano contra seus inimigos políticos, as camadas populares apoiaram o marechal sempre que seu governo esteve ameaçado.

No entanto é claro que esse apoio não era universal. Logo após o término do governo de Floriano, o novo ministro da Fazenda, Rodrigues Alves, observou num relatório enviado ao presidente Prudente de Moraes: "... correm em Londres apreciações desfavoráveis às extravagâncias injustificáveis do transacto governo do Sr. Marechal Floriano Peixoto". Perfeito. Para aqueles que viviam da exploração do Brasil, um governo que se preocupava com a industrialização do País, com sua independência econômica e com a melhoria das condições de vida de seu povo, estava cometendo, no mínimo, uma "extravagância injustificável...".

OPOSIÇÃO E GUERRA CIVIL

21 Já vimos que, quando Floriano subiu ao poder e restabeleceu a normalidade democrática, praticamente todos os grupos políticos o apoia-

ram. Mas esse apoio unânime durou pouco, devido às medidas assumidas pelo marechal no campo político (depôs os governos estaduais que haviam apoiado o golpe de Deodoro) e no campo econômico (apoiou a industrialização). Frente a essa situação, as oligarquias rurais e os banqueiros estrangeiros convenceram-se da necessidade de impedir a permanência de Floriano no poder, iniciando um movimento de oposição a seu governo. A princípio, usaram meios de luta absolutamente de acordo com a lei, num clima de calma; depois, à medida que esses métodos foram fracassando, os grupos de oposição empregaram táticas cada vez mais violentas e ilegais, culminando com a revolta armada e a guerra civil.

Inicialmente, tentaram afastar Floriano pondo em dúvida a legalidade de seu mandato, e para isso a oposição baseou-se em dois artigos da Constituição:

Art. 47 — O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos por sufrágio direto da Nação e maioria absoluta de votos.

Art. 48 — Se, no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-à a nova eleição.

Como Deodoro renunciara depois de apenas oito meses de governo, os opositores a Floriano entenderam que ele deveria convocar novas eleições presidenciais. Porém o Art. 47 referia-se ao presidente eleito por voto direto, **o que não aconteceu** com Deodoro, eleito por **voto indireto**, por meio das Disposições Transitórias, que diziam o seguinte:

Art. 1º — Promulgada esta Constituição, o Congresso, reunido em Assembléia Geral, elegerá em seguida, por maioria absoluta de votos... o Presidente e o Vice-Presidente dos Estados Unidos do Brasil.

§ 2º — O Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência da República durante o período presidencial.

Portanto, fica claro que em caso de renúncia ou morte do presidente eleito por **voto direto**, faz-se nova eleição; no caso de renúncia do presidente **eleito pelo Congresso** ("na forma deste artigo"), assume o vice-presidente. A clareza da lei tornava impossível que os opositores de Floriano tivessem dúvidas a respeito. Assim, objetivavam não o cumprimento da lei, mas o afastamento do marechal. A tentativa falhou, e em maio de 1892 a Comissão de Justiça da Câmara de Deputados legalizou o mandato de Floriano.

[22] Pouco antes, em janeiro, as fortalezas de Lage e de Santa Cruz haviam-se revoltado, exigindo a renúncia de Floriano em favor de Deodoro. Os rebeldes, afirmando lutar pela legalidade, queriam a volta do presidente que fechara o Congresso! Liderada pelo sargento Silvino Honório de Macedo, a revolta foi rapidamente dominada e seu líder, preso e fuzilado.

Frente ao fracasso, os inimigos do governo resolveram mudar de tática. Em abril, treze generais assinaram um manifesto exigindo a renúncia de Floriano e a convocação de novas eleições. O texto do manifesto é interessantíssimo, dizendo a certa altura: "E os abaixo-assinados, cientes de que só com a eleição do presidente da República... poderá restabelecer prontamente a confiança, o sossego e a tranqüilidade da família brasileira, e bem assim o conceito da República no exterior, hoje tão abalado, esperam e contam que, nesse sentido, dareis as vossas ordens, e que não vacilareis em reunir este importante serviço aos muitos que, nos campos de batalha, já prestastes à pátria". Você pode reparar que a linguagem de manifestos desse tipo, no Brasil, não se alterou ao longo do tempo. Inclusive o apelo à "tranqüilidade da família brasileira" já estava presente há mais de um século. É de espantar, aliás, que os 13 generais não tivessem feito nenhuma referência ao "espírito pacífico de nossa gente" e às "ideologias esdrúxulas e alienígenas"...

Floriano não teve dúvidas. Considerando o manifesto antes de mais nada um ato de indisciplina, com punição prevista no Código Militar, transferiu sumariamente os generais para a reserva e posteriormente os prendeu ou desterrou. A tentativa das oposições de enfraquecer os florianistas fracassara duplamente, pois eles permaneceram no governo, e ainda ficou claro que a opinião dos 13 generais não era a do Exército: no dia seguinte ao manifesto, o Clube Militar, em assembléia, decidiu expulsar os 13 oficiais.

[23] Poucos dias depois, organizaram-se no Rio de Janeiro manifestações em homenagem a Deodoro, as quais constituíram mera desculpa para ataques pessoais ao presidente e também uma tentativa para derrubá-lo. Fazendo justiça ao seu apelido de "Marechal de Ferro", Floriano decretou, pelos meios legais, o estado de sítio por 72 horas, no Rio de Janeiro e Niterói. Em seguida, prendeu os elementos mais comprometidos com os acontecimentos e desterrou-os para diversos pontos do País.

Começava agora o ano de 1893. Como os opositores a Floriano haviam falhado em suas tentativas anteriores de derrubá-lo, decidiram partir para a luta armada: a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, e a Revolta Armada, no Rio de Janeiro, os dois maiores e mais violentos movimentos que o "Marechal de Ferro" teve de enfrentar.

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895)

24 No Rio Grande do Sul, a situação partidária era bastante complexa, com os caudilhos gaúchos brigando violentamente entre si. No meio desses conflitos, dois grupos principais organizaram-se, um em torno do Partido Republicano, chefiado pelo governador do Estado, Júlio de Castilhos, e o outro do Partido Federalista, chefiado por Silveira Martins. Em fevereiro de 1893, os federalistas (apelidados de "maragatos") revoltaram-se contra os republicanos (apelidados de "pica-paus").

Pode-se ter uma idéia do conteúdo do movimento federalista pelas opiniões de seu líder, Silveira Martins. Quando se discutia o projeto de lei dos sexagenários, esse ferrenho escravista afirmou a respeito da aprovação da lei: "Será o suplício da Constituição, uma falta de consciência e escrúpulo; um verdadeiro roubo, a naturalização do comunismo, a ruína geral, a bancarrota do Estado, o suicídio da Nação."

A Revolução Federalista, em suas origens, constituía um problema interno do Rio Grande, uma briga doméstica entre caudilhos. Mas, como o governo federal não podia ficar neutro, apoiou Júlio de Castilhos, então governador legal do Estado e um dos homens que mais lutara pela implantação da República. A partir desse momento, os federalistas revoltaram-se contra Floriano, iniciando-se, assim, uma longa guerra civil, que chegou até a fronteira de São Paulo, e durante a qual tanto rebeldes como legalistas cometeram incríveis atos de violência, com degolamentos em massa, assassinatos de civis, torturas e vinganças de um barbarismo incrível, desmentindo mais uma vez a lenda de que somos um povo pacífico, não dado à violência.

Nos últimos meses do governo de Floriano, os federalistas, após várias derrotas graves, perderam seu principal chefe militar, o caudilho Gumercindo Saraiva. A revolta estava praticamente encerrada, porém continuaram ocorrendo combates esporádicos, e apenas em 1895 a paz definitiva foi acertada, já no governo de Prudente de Moraes.

A REVOLTA DA ARMADA (1893-1894)

25 Em setembro de 1893, a esquadra ancorada no Rio de Janeiro sublevou-se contra o governo, chefiada pelo almirante Custódio de Melo, ex-ministro da Marinha de Floriano e o mesmo que forçara a renúncia de Deodoro, em 1891. Só que, dessa vez, ele tentava forçar a renúncia do "Marechal de Ferro". A revolta recebeu o apoio da maioria dos navios da armada e também do Batalhão Naval (fuzileiros navais) e da Fortaleza de Villegaignon.

As demais fortalezas e todas as unidades do Exército apoiaram o governo. Mais uma vez a popularidade de Floriano foi demonstrada, com a formação voluntária de um grande número de batalhões populares, que lutaram ao lado do governo. Assim, entre setembro de 1893 e março de 1894 desenrolou-se a Revolta da Armada, com os navios bombardeando a cidade e o Exército bombardeando os navios. Simultaneamente, Floriano comprou no exterior diversos navios de segunda mão, formando uma esquadra legalista, apelidada pelos rebeldes de "Esquadra de Papelão", pois não acreditavam que desse modo o governo conseguisse reunir navios com poder de fogo suficiente para derrotá-los.

26 Nesse meio tempo, o almirante Saldanha da Gama, conhecido líder monarquista, assumiu o comando dos revoltosos no Rio de Janeiro, enquanto Custódio de Melo, com alguns navios, descia para o sul, ligando a Revolta da Armada com a Revolução Federalista. O caráter monarquista dos líderes da esquadra revoltosa era tão óbvio, que o povo fazia trocadilho usando o manifesto em que os rebeldes diziam "defender o império da Constituição". Segundo o povo, o que eles queriam mesmo era "defender a Constituição do Império...".

Também nessa ocasião tornou-se evidente como as potências estrangeiras apoiavam os que lutavam contra Floriano. No início da revolta, estavam ancorados na Guanabara navios de guerra ingleses, franceses, americanos e portugueses. Essas esquadras estrangeiras ajudaram, direta e indiretamente os rebeldes, ora pressionando diplomaticamente o governo, ora ameaçando desembarcar tropas na cidade, e até fornecendo munições aos navios rebeldes para que bombardeassem o Rio de Janeiro! Tudo era válido contra a "extravagância injustificável" de Floriano...

27 Finalmente, em março de 1894, a "Esquadra de Papelão" chegou ao Rio de Janeiro e bloqueou os revoltosos. Parece que afinal ela não era de papelão, pois os rebeldes renderam-se sem disparar um tiro, refugiando-se a bordo de navios de guerra portugueses que aqui se encontravam. O comandante desses navios comprometeu-se com o governo brasileiro a dar asilo aos vencidos e desembarcá-los em Portugal. Porém, poucos dias depois, eles desembarcaram no Uruguai, de onde puderam passar para o Rio Grande do Sul e unir-se aos federalistas. Devido a esse fato, Floriano rompeu relações diplomáticas com Portugal, as quais só foram reatadas no governo de Prudente de Moraes.

No mesmo dia em que a "Esquadra de Papelão" chegava ao Rio de Janeiro (1º de março), realizavam-se eleições para a escolha do sucessor de Floriano, desmentindo a acusação de que o marechal pretendia permanecer ilegalmente no poder. O eleito foi Prudente de Moraes, representante da oligarquia cafeeira paulista. Apesar de contrário à candidatura de Prudente, Floriano garantiu sua posse e, em 15 de novembro de 1894, ele assumiu a Presidência da República.

A eleição e a posse de Prudente de Moraes significaram a derrota política do florianismo, da classe média e da burguesia, que tinham tentado, por meio da industrialização, fortalecer a economia do País, garantindo-lhe a independência econômica. As oligarquias agora voltariam ao poder, restabelecendo seu predomínio econômico e político e remetendo o Brasil à "invejável" posição de maior exportador mundial... de sobremesa.

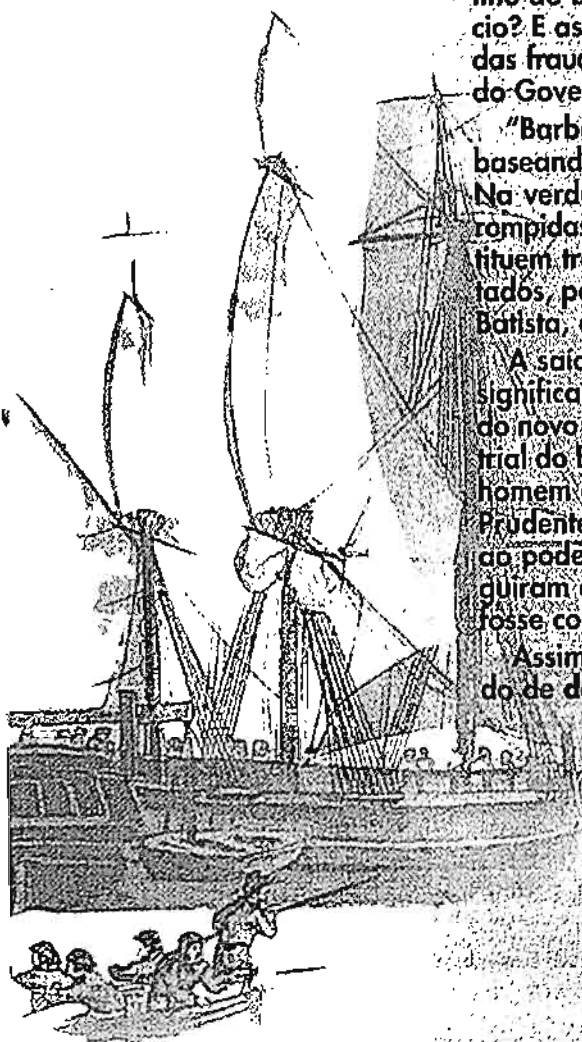
O Domínio das Oligarquias (1894-1909)

"Olhai para esta enorme extensão chamada Brasil... Qual o seu fim? Qual o seu destino, que lhe deu a natureza? O calor do seu clima, a fertilidade de seu solo? É lavrar a terra, explorar, aproveitar essa fertilidade, com que nos enriquece o destino."

"Ora", pensará você, "que idéia mais cretina! Então o *destino* do Brasil resume-se **apenas** em lavrar a terra? E o comércio? E as indústrias?" ... "as indústrias são filhas da jogatina e das fraudes praticadas à sombra das emissões de papel-moeda do Governo Provisório."

"Barbaridade!" — dirá você — "que idéias loucas!" Mas é baseando-se nelas que se governa o Brasil a partir de 1894. Na verdade, tais idéias sempre tinham vigorado, sendo interrompidas apenas no período de Floriano. As citações acima constituem trechos de discursos pronunciados na Câmara de Deputados, por Manuel de Morais e Barros, em 1895, e por Homero Batista, em 1893.

A saída de Floriano e a entrada de Prudente de Moraes não significaram uma simples troca de homens, mas a substituição do novo pelo velho. Os florianistas, apoiando o progresso industrial do Brasil, não tiveram condições de levar à presidência um homem com seus pontos de vista. Tentaram, mas em vão. Com Prudente de Moraes, as velhas oligarquias agrárias voltaram ao poder, controlando-o firme e integralmente, e ainda conseguiram que o Estado, tanto na área federal como na estadual, fosse colocado totalmente a serviço dos interesses agrícolas.

Assim se iniciou a segunda fase da República Velha: o período de **domínio das oligarquias**. Vamos estudá-lo a seguir.

A Presidência de Prudente de Moraes (1894-1898)

Prudente de Moraes exerceu um governo de transição, agindo sempre de modo calmo e cuidadoso. Assim, abandonou uma a uma as medidas inovadoras de Floriano, retornando à antiga política do Império: agricultura e sólidas relações com os grupos financeiros internacionais. O novo presidente poderia ter revogado de uma só vez todas as iniciativas do governo anterior, mas sabia que os florianistas ainda tinham certa força, sobretudo no Exército, e, além disso, o vice-presidente, Manuel Vitorino Pereira, estava ligado às idéias de Floriano, o que exigia bastante cautela de Prudente.

Para isso, primeiro tratou de garantir para si o apoio das principais oligarquias estaduais, principalmente a dos poderosos cafeicultores paulistas, representados pelo Partido Republicano Paulista (PRP).

Durante a República Velha não havia partidos políticos de âmbito nacional. Cada estado possuía seus próprios partidos e, evidentemente, os partidos mais poderosos localizavam-se nos estados mais ricos. Por isso, o Partido Republicano Paulista (PRP) era o mais poderoso do País, seguido pelo Partido Republicano Mineiro (PRM).

Conquistado o apoio das principais oligarquias, o novo presidente tratou de extinguir a Revolução Federalista, que ainda continuava no Rio Grande do Sul. Em 1895, assinou-se a paz com os rebeldes, que receberam a anistia, ocorrendo uma aproximação política entre o governo e os antigos chefes revoltosos. Desse modo, Prudente de Moraes conseguiu isolar o principal grupo de oposição: os florianistas, então agrupados no Partido Republicano Federal (PRF).

A política de Prudente foi interrompida por alguns meses, quando o presidente licenciou-se do cargo, por motivos de saúde, e o vice, Manuel Vitorino, assumiu interinamente a presidência. Quando em março de 1897 Prudente reassumiu suas funções, passou a atacar os florianistas com redobrada energia, sufocando diversas manifestações populares e duas revoltas da Escola Militar.

Simultaneamente, o PRF dividiu-se em várias facções, o que não apenas enfraqueceu a oposição, mas também anulou a identidade entre florianistas civis e militares. Os movimentos civis e militares, dessa época em diante, ocorreram separadamente, e só na década de 1920 a identidade voltou a existir.

Fortalecendo progressivamente sua posição, Prudente de Moraes pôde-se dedicar inclusive a alguns problemas de política externa. Reatou relações diplomáticas com Portugal, rompidas por Floriano em 1894, conseguiu, com a intermediação portuguesa, que os ingleses desocupassem a ilha de Trindade, onde estavam há alguns anos, e resolveu o problema das Missões, território com 25000 km² na fronteira entre o Brasil e a Argentina, o qual esta reclamava para si. Submeteu-se o caso ao arbitramento do presidente Cleveland, dos Estados Unidos, e o Brasil, representado pelo Barão do Rio Branco, ganhou a questão.

MOVIMENTO SERTANEJO DE CANUDOS

Dentre os vários problemas políticos enfrentados por Prudente de Moraes, o mais grave ocorreu no sertão da Bahia, entre 1896 e 1897: a **Guerra de Canudos.**

As causas dessa guerra despontaram já na época da colonização do Brasil, quando o sistema econômico latifundiário e monocultor voltava-se para o atendimento de interesses externos, o que gerou no País o incrível contraste entre uma elite rica, próspera, culta, e uma massa popular pobre, faminta e analfabeta. E entre todas as regiões do Brasil, no sertão nordestino esse contraste era mais acentuado.

A seca e sobretudo a exploração econômica levaram a população sertaneja a uma situação de miséria e de isolamento quase total. As feiras anuais eram o único meio de os habitantes do sertão se comunicarem com o litoral, e mesmo as notícias mais importantes (como a abolição da escravatura e a proclamação da República) chegavam ao interior nordestino muitos meses depois. Do governo, o sertanejo somente conhecia o cobrador de impostos

e a polícia. O sistema de servidão em que vivia o nordestino e a ausência do poder público criaram entre ele e o "coronel" fazendeiro laços de submissão praticamente feudais.

Nessas circunstâncias, a população sertaneja só tinha duas opções para escapar do desespero completo: o cangaço ou o misticismo religioso. Formando bandos de cangaceiros podiam superar a miséria por meio da violência. Recorrendo ao misticismo, os nordestinos combatiam a miséria concentrando-se em aspectos espirituais. Às vezes, aparecia alguém que conseguia unir a fé profunda dos místicos com a bravura militar dos cangaceiros. E aí então a revolta explodia.

O mais notável desses líderes sertanejos foi Antônio Mendes Maciel, um cearense magro, de cara ossuda, olhar magnético, barba e cabelo crescidos. Vestindo um camisolão azul e empunhando um bordão de peregrino, vinha percorrendo a caatinga desde 1882, pregando aos pobres e desempregados, dando-lhes consolo e prometendo-lhes, baseado na Bíblia, um mundo melhor.

Era chamado de Antônio Conselheiro, ou simplesmente Conselheiro, pois em suas andanças pelo sertão ia fazendo profecias e dando conselhos a quem o procurasse. E, após a instauração da República, mandava seus seguidores queimarem os editais de cobrança de impostos.

Em 1893, o Conselheiro, acompanhado de aproximadamente 200 pessoas, resolveu fixar-se numa fazenda abandonada, em Canudos, às margens do rio Vaza-Barris, no sertão baiano. Enquanto seus seguidores construíam uma igreja, ele continuava a sua pregação, sempre prometendo um mundo novo e mais justo. A força de suas palavras foi tanta, que em pouco tempo, em torno da igreja surgiram cerca de 2500 casas de pau-a-pique e telhado de palha, com uma população de mais de 10000 pessoas. Era o **arraial de Canudos** ou **Belo Monte**, como chamavam seus moradores.

Canudos localizava-se no nordeste da Bahia, numa região bastante castigada pelas secas. O fato de o arraial ficar às margens do rio Vasa Barris atenuava o problema de falta de água, mas não resolvia esse problema, pois, fora da época das chuvas, o rio chegava a ficar completamente seco. Apesar disso, a economia de Canudos, baseada na agropecuária e no comércio com as povoações vizinhas, era próspera e garantia aos canudenses um padrão de vida muito superior à média do sertão baiano.

[4] Em Canudos, embora existisse propriedade privada, predominava o sistema econômico comunitário. A maior parte das lavouras e dos rebanhos pertencia a todos, sem patrões ou empregados, sem ricos ou pobres. Os sertanejos famintos, que esperavam meses e meses uma oferta de emprego nas "feiras de trabalhadores" e quando finalmente o obtinham recebiam 500 réis por doze longas horas de serviço, viam em Canudos realmente um paraíso. Por isso, dos mais remotos lugares do sertão, multidões dirigiam-se ao arraial.

Os fazendeiros, as autoridades e a Igreja alarmaram-se. E com razão! Grupos de homens, mulheres e crianças, carregando imagens de santos e estandartes religiosos, passavam lentamente pelas estradas poeirentas do sertão, cantando ladainhas, despertando a caatinga. E causavam medo. O medo frio que sobe pela espinha dos poderosos quando vêem os fracos e famintos unindo-se, formando um verdadeiro exército. E um exército terrível, formado por soldados que não tinham nada a perder a não ser a própria vida, que, para eles, não valia nada...

Atemorizado, em 1893 o governo baiano enviou um destacamento da Polícia Militar baiana no encalço de Conselheiro e seus seguidores. Essa tropa foi completamente derrotada.

[5] Com o crescimento de Canudos, as autoridades federais e estaduais se uniram para destruir o arraial, iniciando-se, assim, uma série de expedições militares.

Primeira Expedição (novembro em 1896): reuniu 107 soldados do Exército, comandados pelo tenente Pires Ferreira. Partiram de Juazeiro, sendo destroçados pelos sertanejos em Uauá, após um violento corpo a corpo. Em Salvador, o massacre causou alarme e a impresa baiana começou a publicar mentiras sobre Canudos: era um reduto de monarquistas habitado por sertanejos selvagens e fanáticos liderados pelo Conselheiro, um comunista (esta última acusação não poderia faltar!).

Segunda Expedição (janeiro de 1897): organizada pelo governo estadual, era formada por 560 soldados do Exército e da Polícia Militar baiana, comandados pelo major Febrônio de Brito. Apesar de armados com metralhadoras pesadas e dois canhões Krupp, nas proximidades do arraial foram completamente derrotados pelos habitantes de Belo Monte.

Terceira Expedição (março de 1897): Canudos, então, já se tornara um problema nacional; por isso, foi o governo federal quem organizou essa expedição, sob o comando do coronel Moreira César, famoso pelas violências cometidas contra os federalistas gaúchos na Revolução de 1893. Reuniu 1300 soldados do Exército, com infantaria, cavalaria e artilharia. Aproximando-se do arraial, o comandante ordenou um ataque direto contra as posições rebeldes, que resultou num desastre completo. Ocultos na caatinga, colados ao terreno que tão bem conheciam, os sertanejos esmagaram as tropas governamentais. Muitos soldados e oficiais morreram, inclusive Moreira César, enquanto o armamento e as munições ficavam em mãos dos vitoriosos.

[6] **Quarta Expedição** (junho a outubro de 1897): a maior força militar já montada no Brasil desde a Guerra do Paraguai, e que, incluindo os reforços enviados em agosto do mesmo ano, somava 14000 soldados, sob o comando do general Artur Oscar. Incluía regimentos de infantaria, batalhões de caçadores especiais (tropas de elite), destacamentos de cavalaria, grupos de metralhadoras pesadas, diversas baterias de artilharia. Essa poderosa força, após um prolongado bombardeio de artilharia, lançou-se ao ataque direto a Canudos, mas foi repelida pelos canudenses.

[7] Novas operações militares foram então organizadas sob a supervisão do ministro da Guerra, marechal Machado Bittencourt, que, obedecendo a Prudente de Moraes, deslocou-se até a Bahia. Frente a essa situação é claro que a opinião pública estava convenientemente preparada: "caberia ao Exército salvar a República dos bárbaros que a ameaçavam". Mais reforços foram enviados, sob o comando do general Savaget, cercando totalmente Canudos. Ocorreram combates terríveis, e os sertanejos conseguiram repelir sucessivos ataques.

> **Um dos aspectos mais impressionantes nessa guerra foi o fato de que, quando se iniciaram os combates e ficou claro que de Canudos ninguém sairia vivo, não só os moradores se recusaram a fugir, mas pessoas que estavam fora do Arraial faziam o impossível para nele penetrarem, mesmo sabendo que não sairiam vivas. Os sertanejos, em sua 25ª hora, não relutaram quanto à escolha: a viver miseravelmente, preferiam morrer lutando.**

[8] Finalmente a capacidade de resistência dos habitantes de Belo Monte esgotou-se. No final de setembro, as tropas conseguiram espalhar querosene entre as casas do arraial, incendiando-o. No dia 5 de outubro, os últimos quatro resistentes, entrincheirados próximos às ruínas da igreja, foram mortos. Acabara-se a guerra sertaneja de Canudos. Acabara também a população do arraial, pois as forças governamentais degolaram a maioria dos prisioneiros. O cadáver de Antônio Conselheiro, que morrera alguns dias antes da queda

do arraial, foi desenterrado, decapitado e sua cabeça levada para Salvador.

9 O jornalista Euclides da Cunha, que acompanhou a última fase das operações militares como correspondente de guerra do jornal *O Estado de São Paulo*, transcreveu mais tarde as suas impressões em um livro famoso: *Os Sertões*. Assim descreveu os últimos momentos do Arraial: "Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo...

Ademais, não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de pormenores em que repontassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos?".

E assim foi. Destruiu-se Canudos a ferro e fogo. Mas as causas da guerra — a miséria, o desemprego, a exploração desumana — permaneceram praticamente intocadas.

10 Um mês depois, a 5 de novembro, no Rio de Janeiro, Prudente de Moraes foi receber as tropas vitoriosas que regressavam de Canudos. Durante a recepção, o soldado Marcelino Bispo tentou matar o presidente; falhou em seu intento, mas acabou atingindo o ministro da Guerra, marechal Bittencourt, que morreu no local. Esse incidente acabou tornando-se pretexto para Prudente decretar o estado de sítio e usar os poderes excepcionais que este lhe conferia; conseguiu assim se livrar dos oposicionistas mais incômodos, particularmente dos antigos adeptos de Floriano.

A ingenuidade política dos florianistas levou-os a cavar sua própria sepultura. Quando as primeiras expedições contra Canudos fracassaram, eles acusaram o governo de fraco e incompetente, transformando a eliminação de Conselheiro e de seus seguidores em verdadeira "necessidade nacional". Com a destruição do Arraial, Prudente de Moraes forteleceu sua posição, podendo reduzir ao silêncio a ala civil do florianismo. A ala militar, responsabilizada pela demora da vitória governamental, foi acusada de se dedicar demais à política, esquecendo-se assim de suas obrigações profissionais. Traumatizados pela ineficiência demonstrada pelo Exército na campanha de Canudos, os militares afastaram-se da política. Era justamente isso que Prudente e as oligarquias desejavam.

No primeiro semestre de 1898, realizaram-se eleições presidenciais para eleger o sucessor de Prudente de Moraes. Numa última tentativa de recuperar o poder, os remanescentes do florianismo indicaram como candidato Lauro Sodré, mas novamente foram derrotados. Elegeu-se o candidato do governo: Manuel Ferraz de Campos Sales, paulista, fazendeiro, cafeicultor e ex-governador de São Paulo. Pela segunda vez consecutiva, um membro da oligarquia cafeeira ocupava a presidência da República.

A Presidência de Campos Sales (1898-1902)

11 Campos Sales representava tipicamente os ideais políticos das oligarquias. Frio e autoritário, afirmava publicamente que a política era um privilégio exclusivo da elite, e que no governo só poderia haver pessoas de famílias tradicionais, ricas e cultas. Com relação à economia, julgava que **todos** os nossos problemas tinham **uma única** causa: a desvalorização de nossa moeda.

Certamente você já percebeu que um governo baseado em tais idéias só poderia dar em ... desastre. E deu. E ponha-se desastre nesse desastre! De qualquer forma, lembre-se de que não apenas Campos Sales pensava desse modo. Também quase toda a nossa elite (as tais famílias tradicionais, ricas e cultas) pensava assim.

A POLÍTICA FINANCEIRA DE CAMPOS SALES

12 Em 1898, a economia brasileira, baseada totalmente na exportação, não ia bem. Constate isso no quadro a seguir, referente aos nossos dois principais produtos de exportação: o **café** e a **borracha**.

Verifique que o preço internacional do café estava caindo, pois embora o número de sacas exportadas aumentasse, o valor em dinheiro diminuía. No caso da borracha, o preço da tonelada elevava-se, mas acabávamos recebendo o mesmo que antes, já que a quantidade exportada estava diminuindo.

A situação tornava-se mais grave porque ainda restavam algumas conseqüências do Encilhamento, tais como a inflação e a desvalorização do mil-réis em relação à libra esterlina. Além disso, o orçamento do governo andava desequilibrado, com as despesas superando largamente a receita. Agravando esse quadro, havia ainda um dado desanimador: o governo praticamente não tinha mais condições de pagar os juros e a amortização da dívida externa.

Durante os quatro anos de seu governo, Campos Sales e seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, dedicaram-se ao combate da crise, utilizando uma rígida política monetarista.

Ano	CAFÉ		BORRACHA	
	Sacas	Valor em libras	Toneladas	Valor em libras
1895	6720000	22000000	27700	5000000
1896	6740000	19000000	24300	3700000
1897	9400000	16000000	21600	4200000
1898	9200000	13000000	21200	5300000

Fonte: *"Comércio Exterior do Brasil"*, nº 1, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

Quando o governo decide combater uma crise econômica por meio de uma política monetarista, parte do pressuposto de que o sistema econômico vigente é bom e, portanto, não precisa ser modificado. Assim, as autoridades limitam-se a agir sobre a economia por meio dos chamados "mecanismos" monetários e financeiros: emissão de moeda, taxa de câmbio, impostos, crédito bancário, taxa de juros, orçamento do governo, etc. Aplicada em países subdesenvolvidos, tal política traz habitualmente conseqüências negativas, pois nesses países é justamente o sistema econômico que precisaria ser modificado.

13 Campos Sales adotou como ponto de partida para superar a crise a resolução do problema da **dívida externa**. Alguns meses antes de sua posse na presidência, ele viajou para Londres e negociou com os nossos credores um acordo para protelar o pagamento da dívida: o "**funding-loan**", que estabelecia basicamente o seguinte:

- suspendeu-se por três anos o pagamento dos juros da dívida externa;
- suspendeu-se por 13 anos o pagamento das prestações (amortização) referentes à dívida existente;
- o valor dos juros não pagos durante três anos e das prestações não pagas durante 13 anos constituíram uma nova dívida, que se somava àquela que o Brasil já tinha anteriormente;

- essa dívida total começaria a ser paga em 1911, com o prazo de 63 anos para terminar o pagamento (1974), com juros de 5% ao ano;
- as rendas da alfândega do Rio de Janeiro ficariam hipotecadas aos banqueiros ingleses, como garantia de que cumpriríamos nossa parte do acordo. Se não fossem suficientes, as demais alfândegas do País entrariam também como garantia.

Com esse acordo, Campos Sales garantiu para o seu quadriênio uma relativa folga financeira. Mas os governos que os sucederam herdaram uma verdadeira bomba, pois ao suspender o pagamento da dívida por alguns anos, o funding-loan fez com que ela crescesse enormemente. De qualquer modo, Campos Sales, livre do pagamento das prestações, pôde levar adiante a sua política de "saneamento" da economia.

13 "O que será que ele vai aprontar agora?" — pensará você. É fácil de descobrir. Cinco meses depois de sua posse, o presidente afirmou, em mensagem ao Congresso Nacional: "É tempo de tomar o caminho certo; e o que nós devemos fazer para esse fim é nos esforçarmos para exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições de que outros países, e importar tudo quanto eles possam produzir em melhores condições do que nós". Por trás desse raciocínio aparentemente lógico, que resumia o pensamento das nossas elites, ocultava-se a fórmula do atraso econômico do Brasil. Como produzíamos melhor que os outros apenas o café, estaríamos condenados a eternos exportadores de sobremesa, importando tudo o mais: de alfinetes a locomotivas, passando por alimentos e água mineral.

15 Para iniciar o "caminho certo", Campos Sales tratou de **combater a inflação**, por meio de um verdadeiro tratamento de choque. Como supunha-se que era causada pelo excesso de moeda, resolveu-se simplesmente não emitir mais nenhuma e ainda retirar uma parte de circulação. Conseqüentemente, se em 1897 havia 780 mil contos de reis em circulação, em 1902 essa quantia reduziu-se a 675 mil contos. Alcançou-se o objetivo: o controle da inflação, porém o dinheiro em circulação tornou-se insuficiente para atender as necessidades nacionais. Os negócios entraram em declínio, colocando o comércio interno e a indústria em difícil situação.

Em seguida, o governo passou a combater os **déficits orçamentários**, com uma medida aparentemente óbvia: reduzir a despesa e aumentar a receita. Para diminuir os gastos, Joaquim Murtinho cortou drasticamente o orçamento do governo federal, inclusive cancelando numerosas obras públicas. Para ampliar a receita, elevou todos os impostos existentes e ainda criou inúmeros outros. Conseguiu-se, assim, o equilíbrio do orçamento da União, mas os resultados foram péssimos. Com o aumento indiscriminado dos impostos, tornou-se insuportável a vida das camadas mais pobres, e mesmo da classe média, particularmente nas áreas urbanas. Por outro lado, quando se reduziram as despesas, o setor da economia voltado para o mercado interno (comércio, serviços e indústrias) sofreu um forte abalo: o governo era o maior consumidor do País e repentinamente teve de reduzir seu consumo, logo, os produtores viram-se sem ter a quem vender parte de seus produtos, fechando numerosas fábricas e casas comerciais. Surgia, assim, um novo problema: o desemprego.

Finalmente Campos Sales dedicou-se à **valorização da moeda**, elevando o câmbio de uma taxa de 48 mil-réis por libra para **14** por libra. Desde a independência era a primeira vez que a nossa moeda valorizava, mas o resultado foi trágico. Reduziu-se o preço dos produtos estrangeiros no Brasil (agora eram precisos menos mil-réis para comprá-los) e a indústria nacional, já tão fraca, passou a enfrentar maior concorrência por parte dos artigos importados. Resultado: mais fábricas fecharam suas portas enquanto outras reduziram sua produção.

16 Resumindo, embora a política de Campos Sales e Joaquim Murtinho tenha estabilizado as finanças, prejudicou profundamente a indústria e as condições de vida da população. Por isso, quando o presidente terminou seu mandato e dirigiu-se do palácio para o trem que o levaria a São Paulo, foi vaiado pela multidão durante todo o percurso.

A POLÍTICA DOS GOVERNADORES

17 Para que se dedicasse inteiramente às suas medidas financeiras, Campos Sales precisava de tranqüilidade política e apoio integral do Congresso Nacional.

Como qualquer agitação política se refletia imediatamente no Congresso, você percebe que, quanto mais calmo fosse o cenário político, tanto mais rapidamente a Câmara e o Senado aprovariam as medidas solicitadas pelo presidente.

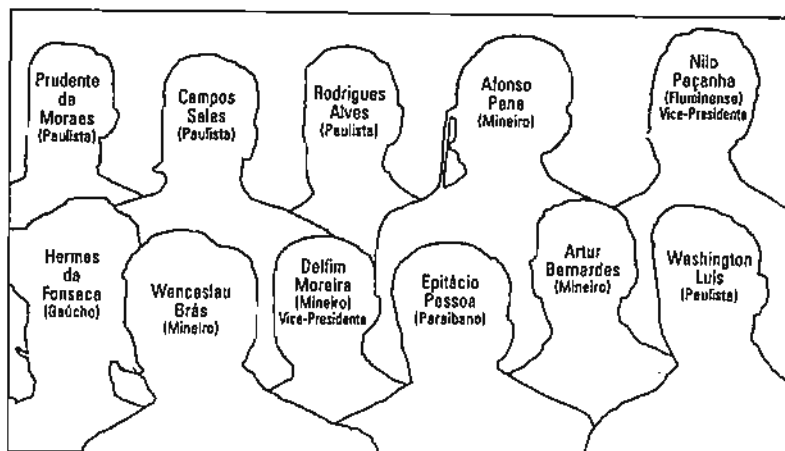
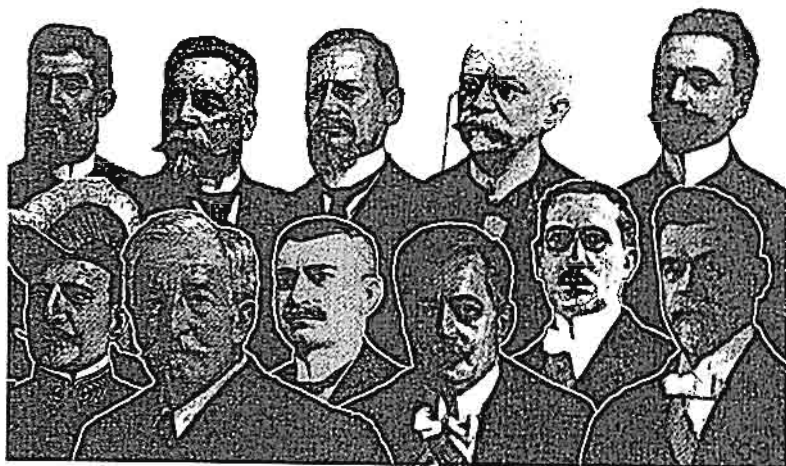
Ora, naquela época, a política interna do Brasil não era calma, muito pelo contrário, era bastante agitada. Primeiro, porque as medidas financeiras tomadas pelo governo desencadearam inúmeras críticas e protestos. Segundo, porque as constantes lutas entre grupos políticos estaduais criavam uma instabilidade que se refletia no Congresso. Isso porque os congressistas que pertenciam a determinado grupo estadual, com a queda desse e a

subida de outro, deixavam de apoiar o governo e passavam para a oposição, desse modo comprometendo o apoio do Congresso ao presidente.

Para solucionar tal problema, Campos Sales criou um mecanismo político conhecido como a política dos governadores, que constituía uma troca de favores: os governos estaduais apoiavam o presidente da República e este, em troca, apoiava os governos estaduais. Isso era feito da seguinte forma: cada governador ordenava aos deputados federais de seu estado que votassem a favor de todas as medidas solicitadas pelo presidente. Em troca, quando ocorriam eleições para deputado, o governo federal só reconhecia a vitória daqueles candidatos que, em cada estado, pertencessem ao partido do governador.

"Mas", perguntará você, "o governo federal tinha condições de impedir a posse de um candidato eleito?" Tinha, porque quem reconhecia e diplomava os eleitos era a **Comissão Verificadora de Poderes**, formada por deputados federais. Ocorre que o presidente tinha controle absoluto sobre ela. Daí em diante, a fraude eleitoral era cometida pela própria Comissão, que só reconhecia como eleitos os candidatos do governador. Chamava-se a isso "degola" da oposição, que daí em diante se via sem condições de ganhar uma eleição.

A partir desse momento, quem governava um estado passou a governá-lo para sempre. Como, no entanto, quase todas as constituições estaduais proibiam a reeleição dos governadores, estes passavam o cargo para seus parentes ou amigos de confiança. Surgiram, assim, as poderosas oligarquias estaduais, famílias que governavam um estado durante 20 ou mais anos seguidos: os Ramos, em Santa Catarina; os Ponce e os Murtinho, no Mato Grosso; os Caiado, em Goiás; os Rosa e Silva, em Pernambuco; os Acioli, no Ceará; os Neiva, no Paraíba; os Pires Ferreira, no Piauí; os Nery, no Amazonas, etc. Em São Paulo e Minas Gerais, estados mais ricos e com uma sociedade mais complexa, não era uma família que exercia o domínio, mas um partido: o Partido Republicano Paulista — PRP (São Paulo) e o Partido Republicano Mineiro — PRM (Minas Gerais).

A política dos governadores foi complementada pela política do café-com-leite, ou seja, o predomínio de São Paulo e Minas Gerais na política nacional. Inclusive todos os presidentes da República Velha, a partir de Prudente de Moraes, foram paulistas ou mineiros, com apenas duas exceções: Hermes da Fonseca, de família alagoana, mas nascido no Rio Grande do Sul, e Epitácio Pessoa, paraibano.

Créditos: Prudente de Moraes – ©Museu da República – GB
Campos Sales – ©Itamaraty
Rodrigues Alves – ©Coleção Afonso Arinos de Mello Franco – RJ – GB
Afonso Pena – ©Arquivo / Agência Estado
Nilo Peçanha – ©Museu da República – GB
Hermes da Fonseca – ©Museu Histórico Nacional – GB
Wenceslau Brás – ©Museu da República – GB
Delfim Moreira – ©Arquivo / Agência Estado
Epitácio Pessoa – ©Ministério das Relações Exteriores
Artur Bernardes – ©Museu Histórico Nacional – GB
Washington Luís – ©Museu da República – GB

O CORONELISMO

[20] Já vimos que o presidente da República recebia o total apoio das oligarquias, que, por sua vez, dependiam do apoio dos chefes políticos locais, ligados à política municipal. Eram os famosos "coronéis", geralmente grandes latifundiários que controlavam o eleitorado das pequenas cidades do interior e das zonas rurais.

Cada coronel tinha o seu "curral eleitoral"; quanto maior o número de eleitores que ele controlasse, maior seria também o seu poder e o seu prestígio junto ao governo do estado. Obrigando os eleitores do "curral" a votarem no partido do governo — era o chamado "voto de cabresto" — o mandatário municipal recebia em troca o apoio do governador e a concessão de verbas e benefícios para o seu município.

[21] Além dessa função política, ao coronel cabia também uma importante função social, dentro de um sistema patriarcal: dar terras aos agregados que viviam em suas fazendas, protegendo-os da polícia e auxiliando-os em qualquer necessidade. Em troca exigia obediência absoluta, prestação de serviços, participação nos grupos de capangas e jagunços. A seus parentes e protegidos políticos, o coronel arrumava empregos públicos, encaminhava-os na política, impedia que fossem presos ou condenados pela justiça.

[22] Em conclusão, o sistema político brasileiro baseava-se no coronelismo, particularmente após a adoção da política dos governadores, constituindo também um elemento fundamental da sociedade rural. Tais características valiam em todo o País, mas principalmente nos estados mais pobres, e mantiveram-se até 1930.

A Presidência de Rodrigues Alves (1902-1906)

23 O sucessor de Campos Sales foi Francisco de Paula Rodrigues Alves: paulista, ex-governador de São Paulo, fazendeiro e cafeicultor...

A maioria dos livros didáticos considera seu governo o melhor de toda a República Velha: finanças equilibradas, inflação sob controle e economia retomando seu ritmo de crescimento. Até a indústria, antes tão abalada, voltou a crescer. Além disso, Rodrigues Alves saneou o Rio de Janeiro, acabando com a febre amarela e a peste bubônica; modernizou a capital com a abertura de largas avenidas e diversas obras públicas, equipou modernamente os principais portos brasileiros e ainda comprou o Acre da Bolívia.

O SURTO DA BORRACHA

24 Evidentemente todas essas transformações exigiam muito dinheiro, do qual Rodrigues Alves dispunha, pois seu governo coincidiu com o auge do ciclo da borracha na Amazônia, que durou aproximadamente 40 anos: de 1880 até 1920.

A princípio o preço da borracha subiu vertiginosamente, cabendo ao Brasil 97% da produção mundial. Mas em 1921, com o preço do produto 10 vezes menor do que em 1910, as colônias inglesas e holandesas do Sudeste Asiático (Malásia e Indonésia) tinham praticamente nos jogado para fora do mercado.

Nesse meio tempo a borracha gerou a riqueza de alguns e a miséria de muitos. A miséria de 220 mil seringueiros que, vivendo sete meses por ano na selva, extraindo a borracha, mal ganhavam para a comida, roupa e munições. A riqueza de um pequeno grupo de seringalistas (donos dos seringais) que lucravam o suficiente para construir fantásticas mansões em Manaus e Belém, comer iguarias importadas de Paris, tratar dos dentes em Londres e mandar lavar a roupa de cama em Lisboa. Foi essa atividade que gerou os recursos para as inúmeras obras de Rodrigues Alves.

A REVOLTA DA VACINA 1904

25 Porém, o progresso durante a presidência de Rodrigues Alves era mais aparente do que real. Ocultava o fato de o povo continuar a viver tão miseravelmente quanto antes. Ou pior talvez. Por isso, em 1904, houve uma sublevação popular no Rio de Janeiro e durante quatro dias o povo mais humilde foi o dono das ruas, espancando policiais, destruindo delegacias, invadindo quartéis, saqueando, incediando bondes da Light. Os nomes dos líderes dessa revolta dificilmente se encontrarão em um livro de História: Manduca, Pata Preta, Beiço de Prata, João Capoeira, todos homens do povo.

Qual a causa da revolta? Uma lei baixada pelo governo, transformando em obrigatória a vacina contra a varíola.

Oswaldo Cruz fora encarregado do saneamento do Rio de Janeiro e da erradicação das doenças epidêmicas que então assolavam a capital, principalmente no verão. Entre as medidas adotadas incluía-se a visita às residências para exterminar ratos e mosquitos, gerando o descontentamento popular, estimulado pela oposição. Quando foi decretada a obrigatoriedade da vacina antivariólica, a revolta estourou. O núcleo da rebelião foi o Centro das Classes Operárias, onde os chefes revoltosos cantavam a Internacional (hino mundial dos socialistas) e hasteavam a bandeira vermelha dos anarquistas. Vê-se, portanto, que ao lado da revolta espontânea do povo, estavam líderes operários, anarquistas, socialistas, políticos da oposição e militares florianistas.

Aproveitando-se da revolta, o general Silveira Travassos e o senador Lauro Sodré sublevaram as Escolas Militares da Praia Vermelha e do Realengo. Porém, após alguns dias, o governo conseguiu retomar o controle da cidade e sufocar a revolta. Então, a violência desordenada do povo foi substituída pela violência organizada do Estado. Prisões em massa, espancamentos, assassinatos, centenas de pessoas deportadas para distantes regiões amazônicas, estrangeiros expulsos do País.

"Ora", dirá você, "uma revolta tão violenta só por causa de uma vacina?" Bem, não foi só por esta causa; havia razões mais profundas para o descontentamento po-

pular. O desemprego, gerado pela política de Campos Sales, ainda era elevado, justamente numa época em que subira o preço dos gêneros de primeira necessidade. No Rio de Janeiro a demolição de grande número de prédios velhos e pardieiros, para a construção de novas avenidas, desabrigou milhares de famílias; aumentando a procura de moradias, elevou-se o preço de aluguéis a níveis altíssimos, obrigando a população mais pobre a morar em lugares distantes de seus pontos de trabalho. Portanto, frente a todos esses fatores, a população pobre e a baixa classe média viam-se numa situação quase insuportável.

O descontentamento popular, há tanto tempo contido, estourou quando Oswaldo Cruz, diretor da Saúde Pública, iniciou a campanha antivariólica, feita com violência e sem esclarecimento ao povo.

Repare agora num detalhe interessante: ao se referirem à revolta de 1904, muitos o fazem em tom de crítica indignada, procurando mostrar que:

- a multidão, sempre violenta e perigosa, deve ser vigiada com cuidado;
- a revolta não era espontânea, mas fruto da ação de "agitadores profissionais", sindicalistas, anarquistas, socialistas e outros "istas";
- esses perigosos "subversivos" devem ser sempre vigiados e até eliminados preventivamente para que não iludam o homem simples do povo;
- os deputados e militares que se aproveitaram da revolta para tentar derrubar o governo eram elementos irresponsáveis e, por isso, toda "oposição irresponsável" é perigosa e deve ser encarada com suspeita.

É curioso. Nenhum desses críticos se lembra de que, no fundo, a principal responsável pelos acontecimentos era a **falta de democracia** da República Velha. Se houvesse liberdade de expressão e respeito aos interesses da maioria da população, a política de Campos Sales, geradora do desemprego e da carestia, jamais teria sido posta em prática. Se houvesse democracia política, a modernização do Rio de Janeiro seria planejada de forma a não lançar milhares de homens, mulheres e crianças ao desabrigo. Se houvesse democracia, a polícia não expulsaria a cacetadas um sujeito da casa em que morava com a família, enquanto uma turma de demolição botava as paredes abaixo! E quando ele e outros iguais a ele perdem a paciência e começam a espancar policiais, são chamados de violentos e perigosos! Se o sistema fosse democrático, o governo é que seria vigiado, e não a multidão.

Esses críticos parecem não perceber que nenhum agitador é capaz de revoltar um povo bem alimentado que se veste e mora decentemente, com garantia de emprego e de escolha livre de seus representantes. E que se os sindicalistas, anarquistas e socialistas influenciavam o povo, era justamente por serem os únicos que se preocupavam com ele e defendiam seus interesses.

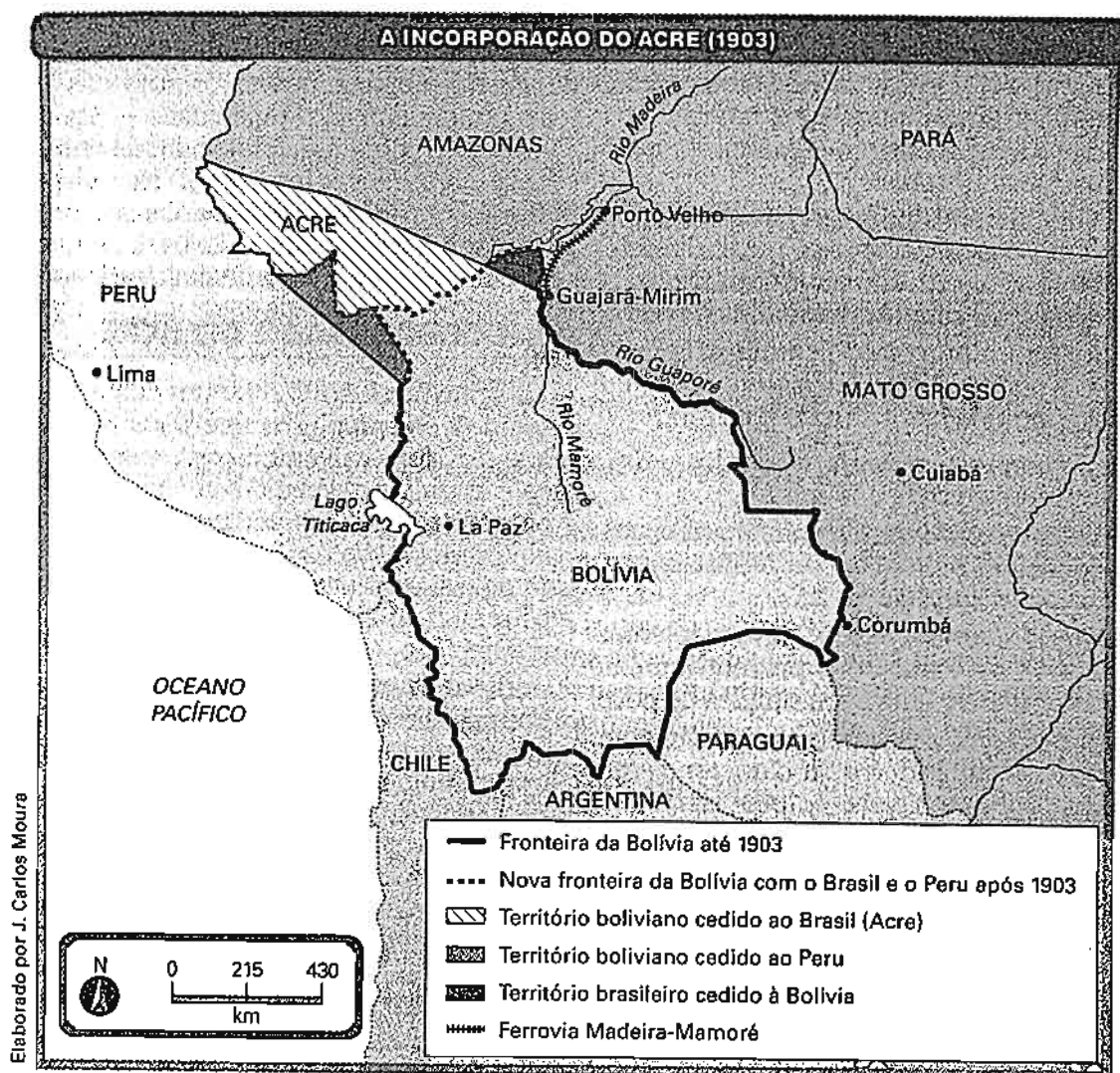
Também não percebem que, se a República Velha fosse democrática, a oposição poderia sempre manifestar suas opiniões, com liberdade e segurança, e não seria obrigada a aproveitar os momentos de revolta e violência para tentar se manifestar ou mesmo ocupar o poder. Como você vê, há gente com uma incrível capacidade — seria vocação? — de não entender os fatos, ou de entendê-los de acordo com seus interesses. Fica claro também que há uma imensidão de causas responsáveis pelos motins populares de 1904, as quais podem ser resumidas em uma só: falta de democracia.

A INCORPORAÇÃO DO ACRE

Em 1903, à porta de um dos elegantes palacetes de Petrópolis, numerosos homens de fraque e cartola, carregando grossas pastas pretas e com ar grave, despediam-se uns dos outros e embarcavam em belas carruagens. Eram representantes diplomáticos do Brasil e da Bolívia e acabavam de assinar um acordo: o Tratado de Petrópolis, pelo qual os bolivianos cediam a região do Acre ao Brasil.

Tudo começou anos antes, no surto da borracha. Seringalistas brasileiros partiram do Amazonas, ocupando a região do rio Acre e seus afluentes, praticamente desabitada, embora pertencesse à Bolívia desde o século XVIII. Criou-se, assim, o problema: território boliviano com habitantes brasileiros. O governo de La Paz reagiu, iniciando-se os combates entre as tropas bolivianas enviadas para a região e os brasileiros que lá estavam. Durante esses combates, que se estenderam pelos anos de 1899 e 1900, Luiz Gálvez chegou a proclamar o Estado Independente do Acre, que se manteve por apenas oito meses, voltando o território ao domínio boliviano.

Em 1903, com a chamada Revolução Acreana, a luta recomeçou. Sob o comando do gaúcho Plácido de Castro, os brasileiros derrotaram as tropas bolivianas e proclamaram novamente o Estado Independente do Acre. Dizem que Castro pretendia realmente fundar um novo país, na zona tropical da América. Verdade ou não, a situação acabou complicando-se, primeiro porque o governo boliviano havia arrendado a exploração da borracha daquela área a uma empresa americana, a Bolivian Syndicate; segundo porque Rodrigues Alves não quis saber de conversa: mandou o Exército ocupar o Acre. Em seguida, propôs à Bolívia um tratado, sendo as negociações encaminhadas pelo Barão do Rio Branco.

O acordo originou o Tratado de Petrópolis, pelo qual a Bolívia entregava o Acre ao Brasil, em troca de 2 milhões de libras e da construção, pelo Brasil, da estrada de ferro Madeira-Mamoré (essa ferrovia permitia aos bolivianos atingirem o rio Amazonas e assim exportar suas mercadorias por Belém do Pará). A Bolivian Syndicate desistiu de seus direitos mediante o pagamento, feito por nós, de 110 mil libras.

A questão do Acre custou à Bolívia quase 200 mil km², na maior parte entregues ao Brasil. O Brasil, por sua vez, cedeu aos bolivianos uma faixa de terras com 3 mil km² e, em 1909, pelo Tratado do Rio de Janeiro, entregou ao Peru uma pequena parte do antigo território boliviano. Quanto a Madeira-Mamoré – conhecida como "ferrovia do diabo" – foi uma verdadeira campeã de absurdos. Com apenas 360 km, levou cinco anos para ser construída, custou uma fortuna, causou a morte de 30 mil trabalhadores, vítimas da malária e da febre amarela, e, quando ficou pronta, já não servia para nada. O ciclo da borracha chegara ao fim e não havia mais o que transportar. Em tempo: para a construção, foram importados da Austrália 90 mil dormentes de madeira; vai ver que eles não acharam árvores na Amazônia... (Fronteiras da época.)

A Presidência de Afonso Pena (1906-1909)

28 Afonso Pena era mineiro e fora vice-presidente de Rodrigues Alves; portanto, sua escolha enquadrava-se perfeitamente na política do café-com-leite. Quando jovem, Afonso Pena havia sonhado em transformar o Brasil num país industrializado; mas, ao assumir o governo, dedicou-se inteiramente aos interesses da cafeicultura, embora conservando alguns vestígios de seu idealismo juvenil. No período entre sua eleição e posse, o novo presidente fez uma longa viagem de navio pelo Brasil, para conhecer melhor o País. Ao assumir o poder tinha 60 anos, mas seus assessores eram elementos jovens, e também na Câmara o presidente apoiava-se nos políticos jovens, enquanto os mais velhos formavam o "Bloco", obedecendo ao líder gaúcho Pinheiro Machado.

Tudo isso não modificava um elemento fundamental: Afonso Pena fora eleito pelos cafeicultores, com a missão principal de defender os preços do café, então em baixa. E esse foi o aspecto mais importante de seu governo.

A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ

29 Durante o século XIX, a produção brasileira de café aumentara extraordinariamente, acompanhada por muito tempo pelo consumo; mas, nos últimos anos do século, a situação começou a se inverter. A partir de 1895, começaram a se acumular os excedentes invendáveis, ano após ano, porque a produção estava crescendo mais depressa que o consumo. Com a oferta de café maior que a procura, os preços começaram a cair: a saca de café, que em 1890/95 valia em média 102 francos-ouro, em 1905 valia apenas 45.

A situação tornava-se insustentável, apavorando os cafeicultores. Somando todas as despesas e os impostos pagos aqui e no exterior, uma saca de café ficava em 66 francos, enquanto seu preço de venda, no início do século, beirava os 40 francos. Por isso, em 1905 o governo de São Paulo propôs um plano oficial de apoio à cafeicultura, o qual encontrou a oposição de Rodrigues Alves, então na presidência, e que acreditava que o Estado não devia intervir na economia.

A não-intervenção do Estado na economia era um dos princípios fundamentais do liberalismo econômico, teoria dominante no mundo naquela época. Acreditavam os liberalistas que a lei da oferta e da procura, por si só, manteria a economia em perfeito equilíbrio (qualquer semelhança com o neoliberalismo *não é* uma simples coincidência).

Diante da recusa do governo federal, em fevereiro de 1906 os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (respectivamente Jorge Tibiriçá, Francisco Sales e Nilo Peçanha) assinaram o **Convênio de Taubaté**, introduzindo a chamada política de **valorização do café**, cujo funcionamento pode ser assim resumido:

- o governo garantia um preço mínimo de 55 a 65 francos-ouro por saca de café;
- o governo passaria a comprar os excedentes de café, equilibrando a oferta e a procura e elevando o preço do produto;
- com isso, o governo formaria estoques de café que poderiam ser lançados no mercado toda vez que houvesse uma redução na produção, mantendo-se os preços estáveis a longo prazo;
- para pôr em prática o plano, seria feito um empréstimo externo de 15 milhões de libras;
- para cobrir os juros do empréstimo, estabelecia-se um imposto de 3 francos-ouro por saca de café exportada;
- criava-se uma Caixa de Conversão, a qual receberia todo o ouro e as moedas estrangeiras (inclusive dos empréstimos) que entrassem no Brasil; com base nesse lastro, seriam emitidos bilhetes ao portador (notas de papel-moeda), ao câmbio de 15 pences por mil-réis (na época um câmbio baixo).

O plano era uma maravilha para os cafeicultores, pois elevava o preço do café, garantindo a venda de toda a safra, e mantinha o **câmbio baixo**, de forma que o produtor recebia mais mil-réis por saca de café vendida. Mas Rodrigues Alves não aceitou o plano, e a "valorização",

durante o ano de 1906, coube aos governos estaduais de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. A partir de 1907, porém, Afonso Pena transferiu os encargos da "valorização" para o governo federal, situação que se manteve até 1930.

A curto e médio prazos, o plano de valorização do café manteve os preços elevados. Mas, a longo prazo, a política adotada teve resultados catastróficos, assim resumidos:

- aumento da inflação: diversas vezes o governo emitiu dinheiro sem lastro, para proteger os cafeicultores;
- crescimento da dívida externa: compravam-se os excedentes com dinheiro de empréstimos externos; entre 1906 e 1929, só para esse fim o Brasil pediu emprestado no exterior 48 milhões de libras;
- aumento dos excedentes invendáveis: com os bons preços alcançados pelo café, os fazendeiros aumentaram cada vez mais a produção, agravando o problema de produção superior ao consumo;
- incentivo a que outros países também produzissem café (devido ao preço elevado do produto), aumentando a concorrência enfrentada pelo Brasil no mercado mundial.

Estes dois últimos fatores podem ser mais bem compreendidos com o quadro abaixo:

Como você vê, enquanto a produção aumentou 81%, o consumo aumentou apenas 15% gerando enormes estoques. Assim, quando surgiu a crise mundial de 1929, a "valorização" não resistiu e ruiu fragorosamente, acabando com o predomínio político dos cafeicultores e a República Oligárquica, ambos derrubados pela Revolução de 1930.

PERÍODO FINAL DO GOVERNO AFONSO PENA

Em 1907, Afonso Pena dedicou quase todas suas energias à montagem da política de valorização do café. Nos dois anos seguintes, dedicou-se com afinco às obras públicas e às tarefas administrativas: construção de estradas de ferro e portos, reorganização do Exército e da Marinha, compra de novos navios de guerra, incremento à imigração e fundação do Instituto Soroterápico Oswaldo Cruz.

Também nesse período começou a tratar-se do problema sucessório, e o presidente indicou como candidato o seu ministro da Fazenda, David Campista. Porém, enfrentando generalizada resistência, David desistiu de se candidatar, enquanto o ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, pedia demissão do cargo e apresentava-se como candidato. Para agravar ainda mais a situação, Afonso Pena morreu, em 14 de junho de 1909, assumindo o vice-presidente Nilo Peçanha.

ANO	PRODUÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ (em sacas)	CONSUMO MUNDIAL DE CAFÉ (em sacas)	ESTOQUES DE CAFÉ NO BRASIL (em sacas)
1915	21000000	20000000	......
1925	24000000	21000000	9600000
1927	36000000	23000000	7300000
1929	38000000	23000000	27000000

Fonte: Carone, Edgar. *A República Velha, Instituições e Classes Sociais*. São Paulo, 1970, pp. 45 a 51.

A Presidência de Nilo Peçanha (1909-1910)

32 Nilo Peçanha exerceu a Presidência da República durante 17 meses, período em que reformulou totalmente o ministério, mantendo apenas dois dos ministros anteriores: o Barão do Rio Branco, nas Relações Exteriores, e Alexandrino de Alencar, na Marinha. Apesar do curto governo, tomou algumas medidas administrativas eficazes e criou o Serviço de Proteção aos Índios (o atual FUNAI), cuja direção coube ao marechal Rondon.

Embora desejasse governar sob o lema "paz e amor", Nilo Peçanha enfrentou um período bastante agitado. No segundo semestre de 1909, frente à intensa violência policial no Rio de Janeiro, inclusive com o assassinato de estudantes, o jornal *Correio da Manhã* escreveu uma mensagem válida para aquela época e outras posteriores: "o que se chama entre nós a polícia, em nenhum país culto do mundo seria tolerado por 24 horas". Alguns fatos contribuíram para essa agitação, entre eles os conflitos entre o presidente e o senador Pinheiro Machado, as lutas armadas em alguns estados (no Amazonas os navios da Marinha chegaram a bombardear Manaus) e, acima de tudo, a campanha eleitoral.

Em maio de 1909 o marechal Hermes da Fonseca foi lançado candidato à presidência, recebendo o apoio dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco, além do apoio do Exército, do governo federal e das oligarquias dos pequenos estados, então liderados por Pinheiro Machado.

Entre 1905 e 1914, Pinheiro Machado foi o mais poderoso chefe político brasileiro, às vezes tão ou mais que o próprio presidente da República. Ex-general, senador pelo Rio Grande do Sul, líder da bancada gaúcha, presidente do Senado, "dono" da Comissão de Verificação de Poderes, representava na área federal os interesses das oligarquias dos pequenos estados.

Também nessa época ocorreu a primeira quebra da política do café-com-leite: São Paulo rompeu com Minas Gerais, recusando-se a apoiar a candidatura militar. Para enfrentar a poderosa campanha de Hermes da Fonseca, São Paulo e Bahia lançaram a candidatura de Rui Barbosa, então senador, o qual iniciou a **Campanha Civilista**, opondo-se ao candidato militar. Acontecia a primeira eleição competitiva da República Velha.

Com a indicação de um candidato como Rui Barbosa, a campanha alcançou uma intensidade eleitoral nunca vista antes. Pela primeira vez, tenta-se galvanizar o eleitorado em torno da pretensão de escolher o futuro presidente por meios democráticos. A Campanha Civilista fez um sucesso enorme e, apesar das múltiplas pressões do governo e do Exército (chegou-se a mandar tropas federais para São Paulo), o eleitorado urbano, mais politizado e ansioso por reformas, votou em Rui Barbosa. No interior, porém, a situação foi outra, pois os currais eleitorais funcionaram a contento, e os coronéis sertanejos despejaram todos os seus votos na candidatura de Hermes, utilizando largamente todo o arsenal coronelístico de fraudes e roubalheiras eleitorais.

Feita a eleição, ambos os lados proclamaram a sua vitória. Na Comissão de Verificação de Poderes, os debates eram intensos, embora houvesse a pressão do governo e dos militares para que se reconhecesse a vitória do marechal. Finalmente, em julho de 1910, o Congresso declarou a vitória de Hermes da Fonseca, com 403 800 votos contra os 222 800 de Rui Barbosa. Na época foi um resultado surpreendente, pois o normal era que o candidato oposicionista recebesse entre 20 a 30 mil votos apenas.

Neste momento, talvez você esteja se perguntando: "mas as oligarquias estaduais preferiam um presidente civil ou militar?" A resposta é civil. "Ora, mas então por que apoiavam Hermes da Fonseca?" Porque este não pretendia alterar em nada o sistema político, enquanto Rui Barbosa defendia a reforma da Constituição, a necessidade de combater as oligarquias e de transformar a justiça, além de medidas a favor da educação, da reforma eleitoral e da instituição do voto secreto.

As oligarquias e seus aliados estrangeiros, por jamais aceitarem esse programa, apoiavam Hermes. Por isso, logo após a eleição, o banqueiro inglês Rothchild apresentou suas congratulações ao marechal por ter sido eleito "por uma forte maioria".

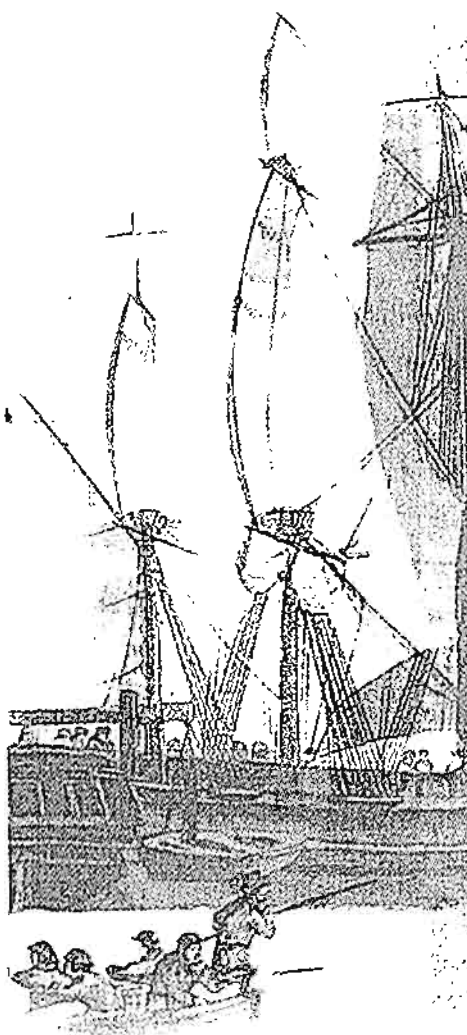
Os Primeiros Abalos do Regime Oligárquico (1910-1919)

Talvez você tenha reparado um aspecto curioso da eleição de 1910. Num país agrícola, totalmente dominado por oligarquias rurais, temos uma eleição presidencial em que nenhum dos candidatos é fazendeiro nem pertence a qualquer oligarquia. Por quê?

A cisão entre São Paulo e Minas mostrou que o relacionamento entre as políticas estaduais e a federal nem sempre podia ser contido no estreito caminho traçado pela política dos governadores e pelo "café-com-leite". Surgiu, então, uma crise nas cúpulas agrárias estaduais, e os grupos oligárquicos, de um lado e do outro, viram-se obrigados a lançar candidatos da classe média, na tentativa de conquistar o apoio do eleitorado urbano. Esse foi o primeiro sinal de fraqueza do sistema oligárquico.

Como resultado, os militares, afastados do poder desde Floriano, encontraram uma via legal — a candidatura Hermes — para voltar ao governo, recebendo o apoio de parte das camadas urbanas e a simpatia de oligarquias estaduais dissidentes. Lentamente, os militares, sobretudo os de baixa patente, começaram a contestar a política dominante, desejando uma maior abertura nesse setor.

A expressão *oligarquias dissidentes* engloba as oligarquias que, mesmo ocupando o poder em seus estados, sentiam-se preteridas pela supremacia de São Paulo e Minas Gerais, e, também, os grupos políticos estaduais que, embora oligárquicos, estavam na oposição e precisavam do apoio do governo federal para poderem tomar o poder em seus respectivos estados.

Portanto, no período compreendido entre 1910 e o fim da Primeira Guerra Mundial, as lutas entre facções oligárquicas e o surgimento de grupos de oposição dentro do Exército causaram a derrubada de numerosas oligarquias estaduais (são as chamadas "salvações"), ocasionando **os primeiros abalos do regime oligárquico.** É o que vamos estudar nesta Unidade.

A Presidência de Hermes da Fonseca (1910-1914)

Hermes da Fonseca foi empossado em 15 de novembro de 1910, formando imediatamente seu ministério; este, o mais instável do Brasil até então, pois quase todos os ministros desejavam o cargo para usá-lo em favor de suas ambições em seus respectivos estados. Além disso, o Barão do Rio Branco faleceu em 1912 e o ministro da Marinha, almirante Marques de Leão, pediu demissão devido o bombardeio de Salvador. Fora do ministério, foi impressionante o número de parentes do marechal, nomeados para altos cargos políticos e administrativos.

Pelo jeito, o excesso de parentes não ajudou Hermes da Fonseca a fazer um bom governo. Em termos políticos, seu quadriênio foi um dos mais violentos e agitados de toda a República Velha. No setor administrativo, a lista de erros conseguiu superar a de parentes; na parte financeira, a situação ficou tão ruim, que em 1914 o governo teve de negociar um novo **funding-loan**, em condições semelhantes ao de 1898.

Além disso, Pinheiro Machado, então no auge de seu prestígio, percebeu que os militares ligados ao marechal desejavam obter importantes posições para assim controlar a política federal e estadual. Para impedir que isso acontecesse, Pinheiro Machado criou um partido de âmbito nacional, congregando as bancadas de todos os estados que apoiavam o presidente da República. Em dezembro de 1910, foi fundado o **Partido Republicano Conservador** (PRC) presidido por Quintino Bocaiúva.

O partido tinha curiosa função: apoiar o presidente Hermes da Fonseca, mas isolando-o de seus simpatizantes militares. Dessa forma, Pinheiro Machado poderia aumentar seu poder e sua influência.

Em 1912, morreu Bocaiúva e Machado assumiu oficialmente a direção do PRC, embora, na prática, tenha sido desde o início seu verdadeiro chefe.

A REVOLTA DA CHIBATA

Uma semana após sua posse, Hermes da Fonseca já enfrentava dificuldades: a 22 de novembro de 1910, os principais navios de guerra ancorados no Rio de Janeiro revoltaram-se, inclusive os dois poderosos couraçados recém-comprados na Inglaterra, o *Minas Gerais* e o *São Paulo*. A opinião pública e as autoridades surpreenderam-se. Mas como? Justamente no momento em que o governo estava modernizando a Marinha!

Logo em seguida, porém, a situação ficou mais clara. A revolta era de marinheiros, liderados por **João Cândido**, o qual, para surpresa da elite dirigente, era um simples marujo, e negro. Não havia a participação de um oficial sequer: os poucos que estavam a bordo foram presos, e quatro deles, ao tentar resistir, foram mortos.

E os marinheiros se revoltavam contra quê? Contra o incrível anacronismo de suas condições de vida: no momento em que se reformava a Marinha, dotando-a de navios modernissimos, os marinheiros recebiam tratamento ainda regulamentado por códigos do século XIX e até do século XVIII! O trabalho era duro e excessivo, a alimentação deficiente, os maus tratos constantes e, para completar, quando um marinheiro cometia um ato de indisciplina, era punido a chicotadas! Essa constitui a causa imediata da revolta: alguns dias antes, o marinheiro Marcelino Rodrigues fora chicoteado 250 vezes, ao som de tambores e diante da tripulação reunida no convés.

Transformando o encouraçado *Minas Gerais* em navio-capitania, os revoltosos enviaram um ultimato ao governo: "Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podemos mais suportar a escravidão na Marinha brasileira..." Em resumo, eles exigiam:

- abolição do castigo da chibata na Marinha;
- abolição dos maus tratos impostos pelos oficiais;
- melhoria na alimentação;
- anistia para os rebeldes.

Se não fossem atendidos ameaçavam bombardear a cidade.

Inicialmente, o governo não parecia muito disposto a

parlamentar com os revoltosos, embora os navios sublevados tivessem um poder de fogo muito superior ao das fortalezas e da artilharia do Exército. A maioria dos oficiais da Marinha (que estavam em terra quando a revolta começou) eram contrários a qualquer acordo, pois afirmavam que sem eles os marinheiros jamais conseguiriam movimentar os navios. Para surpresa geral, porém, os marinheiros manobraram a esquadra com perfeição, e então o governo resolveu mandar o comandante José Carlos de Carvalho entrar em contato com os revoltosos.

7 Retornando à terra, Carvalho fez seu relatório às autoridades: os navios estão em perfeita ordem, João Cândido e seus subordinados são capazes de manobrá-los como qualquer oficial, o cofre de bordo está intacto e bem guardado, o marinheiro chicoteado foi-lhe apresentado (seu estado era tal que precisou ser hospitalizado imediatamente), as queixas sobre a alimentação eram justas, etc. Diante disso, e principalmente da ameaça dos canhões de bordo, o governo resolveu estudar a anistia. Os marinheiros retiraram-se da barra, para voltarem no dia seguinte e esperarem o resultado do projeto de anistia.

Cortesia de Arnaldo Moura

Artilharia da proa do couraçado *São Paulo*. A Marinha brasileira havia sido recentemente reequipada, com a incorporação à esquadra de navios modernissimos. Entre eles, os couraçados *São Paulo* e *Minas Gerais*, que incluíam-se entre os mais poderosos navios de guerra então existentes no mundo. Quando a revolta explodiu, o governo primeiro ficou surpreso com a capacidade dos marinheiros de manobrarem os navios e, em seguida, ficou aterrorizado diante da hipótese de ter que enfrentar os canhões de grosso calibre que aparecem na foto. Então, as autoridades resolveram negociar com os revoltosos.

8 Enquanto o Congresso discutia a anistia, os oficiais da Marinha, que com raras exceções sempre haviam desprezado os marinheiros, planejaram ataques aos navios revoltosos. Fizeram algumas tentativas, mas os poucos navios em mãos dos oficiais foram imediatamente rechaçados pelos marinheiros. O comandante Carvalho novamente encontrou-se com a esquadra rebelada, sugerindo aos revoltosos que substituíssem o ultimato por um pedido de anistia, para não parecer que o Congresso Nacional estava agindo sob pressão. Os marinheiros concordaram, e às 19 horas do dia 24, Hermes da Fonseca assinou o decreto, anistiando os revoltosos e suspendendo a chibata.

9 Os marinheiros cumpriram a sua parte do acordo: devolveram aos oficiais os navios em condições absolutamente perfeitas. Mas o governo, como em muitas outras ocasiões, não cumpriu a palavra empenhada. Dois dias depois, publicou um decreto permitindo a expulsão de marinheiros "cuja permanência se tornar inconveniente à disciplina". A bordo dos navios, os oficiais — armados o tempo todo — provocavam constantemente os marinheiros. Afinal, jamais perdoaram a revolta dos marujos, não só porque pôs em dúvida sua autoridade, mas principalmente porque os marinheiros manobraram os navios com absoluta perfeição, mostrando que a presença dos oficiais não era tão indispensável como se pensara.

A vingança das autoridades e da oficialidade não se fez esperar. Em 4 de dezembro, prenderam 22 marinheiros, acusados de conspiração. Nesse momento, o governo já sabia que os fuzileiros navais da ilha das Cobras estavam preparando uma revolta. Apesar disso, as autoridades não tomaram nenhuma medida, pretendendo usar a revolta como desculpa para uma repressão generalizada.

No dia 9 de dezembro, os fuzileiros revoltaram-se. Bastava ao governo cortar o fornecimento de água à ilha, e os rebeldes teriam de se render. Mas não; ordenou-se um violento bombardeio de artilharia pesada, o qual continuou mesmo depois de os rebeldes terem-se rendido. Cerca de 100 fuzileiros foram mortos. Aproveitando-se da revolta, o governo decretou o estado de sítio e prendeu mais de 600 marinheiros, inclusive os líderes da Revolta da Chibata, 15 dias antes anistiados pelo próprio governo. Além dos presos, aproximadamente 2000 marinheiros foram expulsos da Armada.

10 Afora as medidas legais (ou ilegais?) tomadas contra os revoltosos — prisão, processo, expulsão — as autoridades militares providenciaram também o assassinato puro e simples dos chefes das duas revoltas. Transferidos do Quartel General da Marinha para o Quartel General do Exército, colocaram 18 deles por seis dias numa pequena cela sem ventilação, onde foi despejada cal virgem. Quando finalmente abriram a cela, 16 dos presos haviam morrido sufocados; apenas dois sobreviveram: João Cândido e um fuzileiro naval.

Além disso, embarcaram 105 ex-marinheiros nos imundos porões do navio mercante *Satélite*, deportando-os para a Amazônia. Durante a viagem, vários deles foram fuzilados e o restante, em sua maioria, acabou morrendo de febre e doenças nos seringais amazonenses.

Anos mais tarde, João Cândido saiu da prisão, quase louco, devido às torturas sofridas. Com o passar do tempo, o "almirante negro" — apelido pelo qual ficou conhecido, tornou-se um símbolo para a sua classe, até que morreu em 1969. Mas as autoridades jamais perdoaram a ele, a seus companheiros e a tudo o que eles representavam. Por isso, já na década de 1970, durante o Regime Militar, a censura proibiu por longo tempo uma música cuja letra dizia: "salve o almirante negro, que tem por monumento as pedras pisadas do cais".

A POLÍTICA DAS SALVAÇÕES

11 Após sua posse, Hermes da Fonseca passou a ser fortemente pressionado para intervir nas eleições estaduais que se realizariam entre 1911 e 1912. De um lado pressionavam Pinheiro Machado e o PRF, querendo que o presidente apoiasse os grupos estaduais já no poder. De outro lado, pressionavam os elementos que ambicionavam conquistar o poder: as minorias estaduais e os militares. Embora muitas vezes o presidente mostrasse indecisão, pode-se afirmar que até 1913 Hermes apoiou o grupo formado por seus colegas de farda e pelas oposições. Assim, se por meio das **"salvações"** numerosas oligarquias estaduais foram derrubadas, a partir de 1913 a situação inverteu-se e Pinheiro Machado conseguiu recolocar no poder várias delas. A essa política de trocar grupos oligárquicos por outros dá-se o nome de **"política das salvações"**, que alcançou êxito em alguns estados.

12 Na Bahia, J. J. Seabra (ministro da Viação e Obras Públicas) desejava assumir o governo do estado. Durante a luta entre as facções oligárquicas baianas, as tropas do Exército aquarteladas em Salvador bombardearam a cidade, em janeiro de 1912, causando grandes danos e elevado número de mortos. O bombardeio causou indignação geral (o ministro da Marinha inclusive demitiu-se de seu cargo), mas nas eleições para o governador realizadas nesse mesmo mês, J. J. Seabra foi eleito e tomou posse logo em seguida.

Em Pernambuco, apesar de Rosa e Silva ter apoiado a candidatura de Hermes da Fonseca, quando se tratou de eleger o governador, Hermes apoiou a candidatura do general Dantas Barreto (ministro da Guerra). Com o apoio do Exército, expulsou-se o grupo de Rosa e Silva do poder e Dantas Barreto assumiu o governo estadual.

No Ceará, a família Acioli, que detinha o poder há muitos anos, também foi dele afastada, pois o coronel Franco Rabelo, chefe do Estado Maior da Região Militar local, candidatou-se a governador, apoiado pela oposição estadual. Durante a campanha eleitoral, os violentos incidentes entre o povo e a polícia obrigaram o governador Nogueira Acioli a renunciar ao cargo e fugir do Ceará. Logo em seguida, Franco Rabelo foi eleito governador.

Em Alagoas, Euclides Malta dominava o estado e reelegia-se continuamente. Mas, em 1912, a oposição apresentou como candidato o coronel Clodoaldo da Fonseca, parente do presidente da República e apoiado pelo Exército. O resultado foi óbvio — Euclides Malta renunciou e Clodoaldo elegeu-se governador.

As demais tentativas de "salvações", na Paraíba, no Piauí e no Rio Grande do Sul, fracassaram por pouco. Como se vê, a união de três fatores tornou as "salvações" possíveis: a reação popular ao domínio violento das oligarquias, a aliança entre as oposições estaduais e o Exército e o apoio de Hermes da Fonseca. Todas as oligarquias derrubadas eram aliadas de Pinheiro Machado.

No entanto, a partir de 1913, iniciou-se a reação pinheirista. Por meio de uma série de medidas, Pinheiro Machado conseguiu restabelecer a maioria do PRC no Congresso e afastar os chefes militares que mais abertamente defendiam intervenção do Exército na política. Mas a grande vitória do pinheirismo veio com a **revolta cearense de 1914**.

Com a bênção do Pe. Cícero Romão Batista (o "padim Ciço" dos sertanejos), em Juazeiro, o deputado Floro Bartolomeu iniciou uma revolta contra o governador, coronel Franco Rabelo. As tropas do governador atacaram duas vezes Juazeiro, sem conseguir tomá-la, e em seguida os jagunços de Floro Bartolomeu passaram à ofensiva, cercando Fortaleza. Franco Rabelo renunciou, e os Acioli, com apoio de Pinheiro Machado, voltaram ao poder no Ceará.

Nessa ocasião, já se colocara o problema da sucessão presidencial. O PRC lançou o nome de Pinheiro Machado, mas, diante do veto de São Paulo e Minas Gerais, o senador gaúcho desistiu de sua candidatura. Finalmente, o PRP e o PRM lançaram o nome de Wenceslau Brás, mineiro e vice-presidente de Hermes da Fonseca. Rui Barbosa chegou a lançar sua candidatura, mas acabou desistindo diante do apoio dos principais estados a Wenceslau, candidato único, eleito tranqüilamente em março de 1914.

A Presidência de Venceslau Brás (1914-1918)

[13] Wenceslau Brás e seu vice, Costa Araújo, tomaram posse em 15 de novembro de 1914, governando num período que coincidiu com o começo e o fim da Primeira Guerra Mundial. E é claro que esta nos afetou, positivamente em alguns casos, negativamente em outros.

Nos primeiros meses, Wenceslau preocupou-se sobretudo em manter uma posição de equilíbrio em relação a Pinheiro Machado. Mas, em 1915, com o assassinato de Pinheiro, terminou não só o "pinheirismo", mas também o PRC, cuja única força era a liderança do senador gaúcho. Com isso, a dualidade de poderes — o presidente de um lado e Pinheiro Machado do outro — desapareceu, fortalecendo-se a Presidência da República.

[14] Mesmo assim, Wenceslau Brás enfrentou diversos problemas políticos, principalmente crises estaduais e manifestações militares. No Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso e Pará, as oligarquias que ocupavam o poder entraram em choque com os grupos oposicionistas, ocorrendo em Mato Grosso uma verdadeira guerra civil entre tropas coronelísticas, com violências e massacres de lado a lado.

Simultaneamente, no período entre o final de 1914 até o princípio de 1916, houve diversas manifestações de descontentamento militar, não mais por parte da alta oficialidade, como no tempo de Hermes, mas envolvendo suboficiais e sargentos. Chamada de **revolta dos sargentos**, marcou o início de uma nova fase na participação dos militares na política, já que os oficiais de alta patente colocaram-se do lado do governo, gerando uma divisão entre as cúpulas e parte das bases do Exército. Isso permitirá, alguns anos depois, o surgimento do movimento tenentista, bastante importante na derrubada das oligarquias, em 1930.

A GUERRA DO CONTESTADO

[15] Na fronteira do Paraná com Santa Catarina, situava-se uma área disputada pelos dois estados: a região do Contestado. Como cada um dos dois governos considerava sua a região, e enquanto o problema não era resolvido, a presença das autoridades, no local, tanto catarinenses como paranaenses, era muito pequena. Um mapa do século XIX assim descreve o Contestado: "área desconhecida e inexplorada", com 48000km², quase deserta, sem estradas, nem escolas, nem hospital, nem lei.

Na década de 1900, porém, a situação mudou, pelo menos em um ponto: o Contestado não estava mais desabitado, contando com 58000 habitantes, um número bem elevado, se levarmos em consideração que todo o interior de Santa Catarina possuía 80000 moradores. O que acontecera?

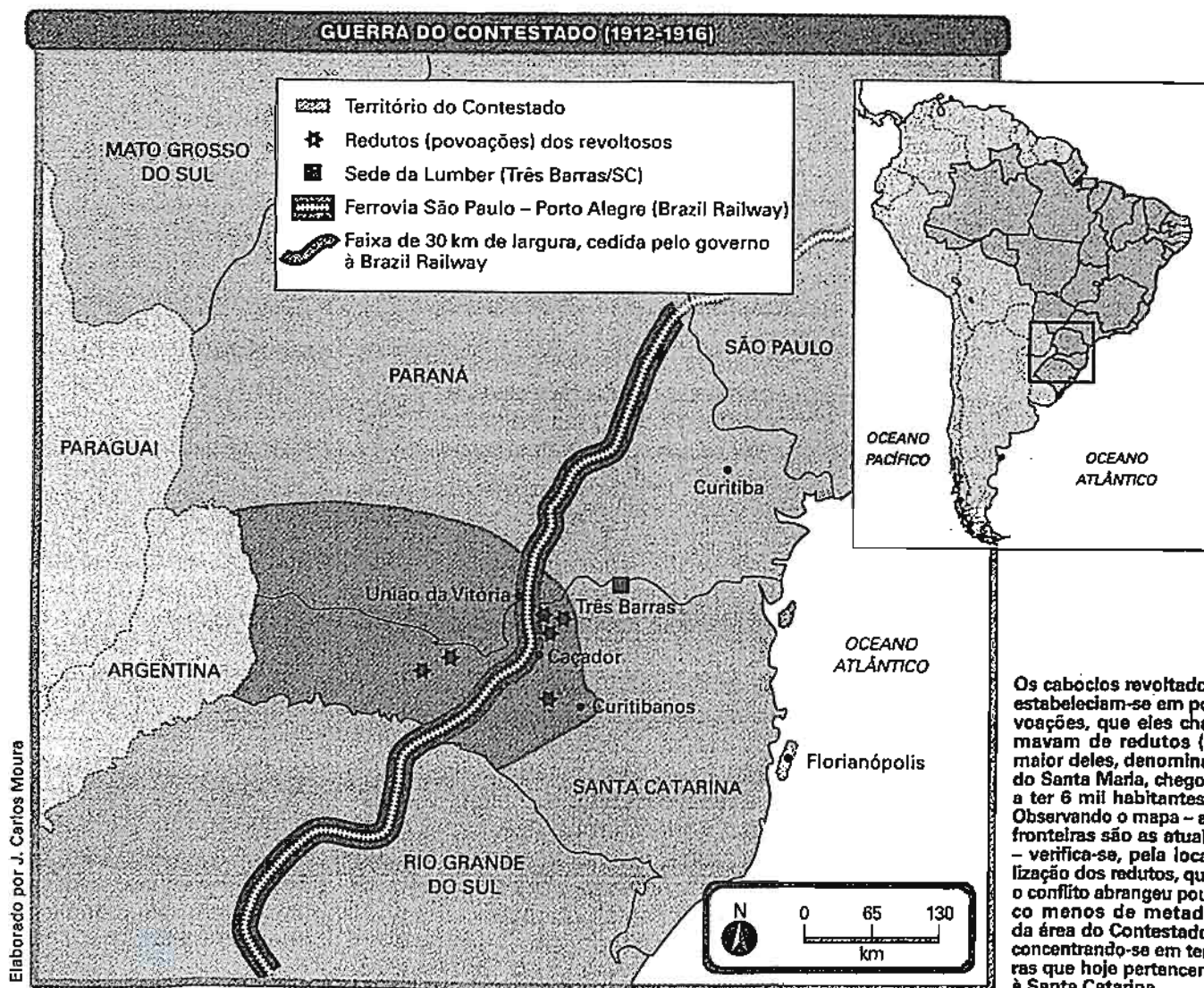
Primeiro, lá haviam-se estabelecido alguns grandes latifundiários de erva-mate: os "coronéis" Marcondes, Juca Pimpão, Artur de Paula, Henrique Rupp e Francisco de Albuquerque, este amigo íntimo da oligarquia Ramos que dominava Santa Catarina. A situação agravou-se quando o governo concedeu à companhia norte-americana Brazil Railway uma faixa de terra com 30km de largura, que se estendia de São Paulo ao Rio Grande do Sul, para a construção de uma ferrovia. Os antigos moradores, expulsos de suas terras, viram em seguida a companhia vender essas mesmas terras a colonos poloneses e alemães. Injustiçados e famintos, esses sertanejos dirigiram-se para o Contestado, tentando encontrar terras para se estabelecerem.

[16] Quando a Brazil Railway terminou a construção da estrada de ferro, despediu 8000 trabalhadores, quase todos nordestinos. Esses homens, sem condições de retornarem a sua terra natal, dirigiram-se para o Contestado, numa verdadeira multidão desorientada que acabou por romper o equilíbrio da sociedade local.

Ao mesmo tempo, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company (subsidiária da Brazil Railway) adquiriu 180000 hectares de terras na região e com um corpo de segurança armado expulsou centenas de famílias.

Repetia-se aqui, em outras circunstâncias, o mesmo problema da modernização do Rio de Janeiro, em 1904. O governo desejava desenvolver uma região — o que em si é uma ótima idéia — mas o fazia sem levar em consideração os interesses da população pobre que ali morava, a qual foi expulsa, perseguida, assassinada. Afinal, para a elite que nos governava, "essa gente" nem sequer existia. Para um cafeicultor educado em Paris, o "caboclo" brasileiro não era bem um ser humano e precisava ser substituído por "gente boa": alemães, poloneses, austríacos, etc.

17 A partir de 1910, perambulavam pelo Contestado milhares de desempregados das companhias estrangeiras e milhares de camponeses cujas terras foram confiscadas pelo governo. A miséria e o desemprego geraram inevitáveis conseqüências: começou a surgir o banditismo, armaram-se emboscadas nas estradas, roubava-se gado. Surgiram também curandeiros e "monges" falando em nome de Deus, prometendo cura e amparo aos miseráveis. Entre eles, um gaúcho mestiço de índio, chamado Miguel Sucena de Boaventura. Cabelos compridos, barbudo, olhar magnético, falava em Deus e contava histórias de Carlos Magno. Ficou conhecido como **José Maria**, dizendo-se herdeiro espiritual do "monge" João Maria, que vivera na região alguns anos antes.

Em torno de **José Maria** foram-se reunindo os sertanejos, num movimento semelhante ao ocorrido em Canudos. Vítimas da exploração dos latifundiários do mate e das companhias estrangeiras, tratados como animais pelo governo, os sertanejos finalmente se revoltaram em 1912. As primeiras expedições militares enviadas contra eles foram completamente derrotadas. Em 1914, porém, sob o comando do general Setembrino de Carvalho, organizou-se uma poderosa força, formada por 7000 soldados do Exército, incluindo até aviões. Após dois anos de luta, derrotaram os sertanejos rebeldes, estabelecendo-se no Contestado uma terrível repressão: degolamentos, chacina de civis indefesos, fuzilamentos, assassinatos, perseguições, etc.

Os caboclos revoltados estabeleciam-se em povoações, que eles chamavam de redutos (o maior deles, denominado Santa Maria, chegou a ter 6 mil habitantes). Observando o mapa – as fronteiras são as atuais – verifica-se, pela localização dos redutos, que o conflito abrangeu pouco menos de metade da área do Contestado, concentrando-se em terras que hoje pertencem à Santa Catarina.

Encerrada a guerra e estabelecida a fronteira entre o Paraná e Santa Catarina, sob o ponto de vista das autoridades, o problema do Contestado estava encerrado. Mais uma vez, a elite agrária e os grupos estrangeiros a ela ligados haviam conseguido resolver de forma "brilhante" um problema que atingia uma numerosa população: matando toda essa população, num total de 20000 pessoas. Mais uma vez, as oligarquias e o capital estrangeiro haviam conseguido usar o Exército, não para defender o Brasil de um ataque externo, mas para perseguir e matar brasileiros. O médico do Exército, Alves Cerqueira, deixou o seguinte relato: "O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era pavoroso... pernas, braços, cabeças... Fazia pavor e pena ver o espetáculo... pavor motivado pelos destroços humanos; pena das mulheres e das crianças que jaziam inertes".

Os "coronéis" do mate, os "barões" do café e os banqueiros estrangeiros podiam dormir sossegados: os rebeldes do Contestado estavam mortos.

OS EFEITOS DA GUERRA MUNDIAL

10 A guerra de 1914 a 1918 afetou de várias maneiras a economia brasileira. Dentre os efeitos negativos, destaca-se carestia, desemprego, baixa dos salários reais. Tanto que, em 1917, ocorreram greves operárias em quase todos os estados brasileiros, mas principalmente em São Paulo, onde uma greve geral durou mais de uma semana e terminou a cacetadas, reprimida pela cavalaria da Força Pública paulista e por tropas federais. Além disso, fomos atingidos pela gripe espanhola, epidemia surgida na Europa em conseqüência da guerra, e que no Brasil matou dezenas de milhares de pessoas, em 1918.

Por outro lado, dentre os efeitos positivos, houve um surto industrial no Brasil. As operações militares na Europa e a guerra submarina no Atlântico reduziram bastante a importação brasileira, dando aos industriais a oportunidade de produzirem no próprio País uma série de produtos antes importados. Embora a indústria ainda fosse um setor secundário de nossa economia, era já suficientemente importante para não mais ser ignorada pelo governo, como acontecia até então.

Em 1917, simultaneamente às greves já citadas, o Brasil declarou guerra à Alemanha e Áustria enviando à Europa uma divisão naval e um corpo de saúde.

Greves operárias já ocorriam no Brasil desde a década de 1890, mas a greve geral de 1917 foi a primeira de grandes proporções. A forte presença de trabalhadores estrangeiros — principalmente imigrantes italianos — fez com que o nascente movimento operário brasileiro sofresse a influência de doutrinas políticas européias, particularmente o anarquismo, que entre outras coisas pregava:

- **o repúdio a qualquer forma de poder ou autoridade estabelecida (Estado, Igreja, partidos, patronato);**
- **negação da propriedade privada;**
- **economia baseada na autogestão;**
- **ação direta dos trabalhadores por meio de greves.**

As principais reivindicações dos trabalhadores eram aumento salarial e redução da jornada de trabalho para oito horas.

DELFIM MOREIRA: PRESIDENTE INTERINO (1918-1919)

11 A sucessão de Wenceslau Brás obedeceu ao esquema da política do café-com-leite, escolhendo-se como candidato a presidente o paulista Rodrigues Alves (o único político da República Velha eleito duas vezes para a Presidência da República) e a vice, o mineiro Delfim Moreira. Feita a eleição, a chapa oficial obteve, como sempre, uma vitória tranqüila, mas o presidente eleito não tomou posse. Doente já há algum tempo, Rodrigues Alves morreu em janeiro de 1919; em seu lugar assumiu o vice-presidente, que governou de novembro de 1918 a julho de 1919, tempo que se levou para escolher, eleger e empossar um novo presidente, que concluísse o quadriênio de Rodrigues Alves.

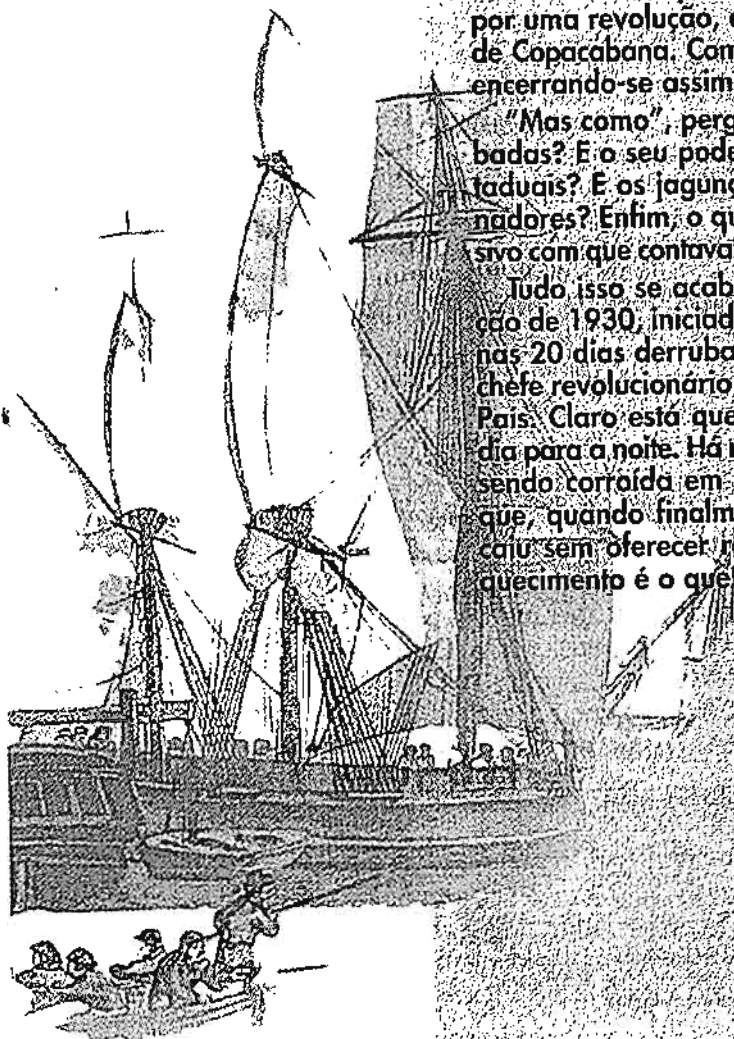
Delfim Moreira manteve o ministério escolhido por Rodrigues, e, durante os oito meses de seu governo, a principal questão foi a sucessão presidencial. A política do café-com-leite acabou-se rompendo, pois tanto São Paulo como Minas Gerais não conseguiram unanimidade interna para lançar um candidato mineiro ou paulista. Assim, indicaram a candidatura do paraibano Epitácio Pessoa, então na Europa, chefiando a delegação do Brasil na conferência de Paz de Versalhes. Este foi o segundo presidente, desde Prudente de Morais, que não era paulista ou mineiro (o primeiro fora Hermes da Fonseca). Representando a oposição, Rui Barbosa lançou-se como candidato, reeditando a Campanha Civilista de 1910.

A única surpresa da campanha e da eleição foram as greves operárias e a crise política de Pernambuco, ocorridas simultaneamente à campanha eleitoral. De resto, repetiu-se a comédia de sempre. Quando Epitácio Pessoa retornou da Europa, estava eleito e reconhecido. Desembarcou no Rio, em 21 de julho de 1919, e tomou posse no dia 28.

O Declínio das Oligarquias (1919-1930)

Final de outubro de 1930. Do palácio Guanabara, residência oficial do presidente da República, sai uma *limousine* preta, escoltada por viaturas militares. No banco de trás, um homem de cavanhaque e cabelos brancos, ar abatido, acompanhado por um cardeal e dois generais; nos estribos do carro, alguns oficiais em uniforme de combate. Era o presidente Washington Luís, deposto do cargo por uma revolução, que estava sendo levado preso à fortaleza de Copacabana. Com ele, caíam as velhas oligarquias agrárias, encerrando-se assim a República Velha.

"Mas como", perguntará você, "as oligarquias foram derrubadas? E o seu poderio econômico e político? E as polícias estaduais? E os jagunços dos 'coronéis'? E a política dos governadores? Enfim, o que acontecera com todo o aparelho repressivo com que contavam os oligarcas para se manterem no poder?"

Tudo isso se acabara, virara fumaça. Fulminante, a Revolução de 1930, iniciada a 3 de outubro em Porto Alegre, em apenas 20 dias derrubara 35 anos de dominação oligárquica, e o chefe revolucionário, Getúlio Vargas, ocupava a presidência do País. Claro está que nada disso acontecera por acaso, ou do dia para a noite. Há mais de 10 anos que a República Velha vinha sendo corroída em suas bases, enfraquecendo-se a tal ponto que, quando finalmente a grande revolta explodiu, o regime caiu sem oferecer resistência. Como e o porquê de tal enfraquecimento é o que vamos estudar nesta Unidade.

As Transformações Econômico-Sociais

1 Durante a República Velha, as transformações socioeconômicas no Brasil, embora lentas, foram significativas. A população passou dos 14 milhões de habitantes em 1889 para 37 milhões em 1930. A distribuição dessa população também mudou significativamente, pois enquanto a população do País aumentou 164%, a do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo) aumentou 275%, numa clara demonstração de que essa região passara a ser o centro dinâmico do Brasil. Embora a população rural superasse ainda a urbana, começavam a surgir cidades com características metropolitanas, como São Paulo, Rio de Janeiro e, secundariamente, Porto Alegre e Belo Horizonte.

2 Por outro lado, os transportes e comunicações iam crescendo, tendo a rede ferroviária passado de 8000km no início da República para 32000km em 1930. Embora lentamente, a instrução pública ia-se desenvolvendo, e, além dos tradicionais cursos de Direito e Medicina, começavam a aparecer as faculdades de Engenharia e outras carreiras técnicas.

3 Mas talvez a alteração mais significativa tenha sido o crescimento da atividade industrial. Observe o quadro abaixo.

Ano	NÚMERO DE FÁBRICAS	NÚMERO DE OPERÁRIOS
1889	900	54200
1907	3120	149000
1914	7430	154000
1920	13430	275500
1930	18800	450000

Fonte: Carone, Edgar. *A República Velha, Instituições e Classes Sociais.*

4 Esse crescimento tinha algumas limitações: a maioria das indústrias era de têxteis e alimentos; 55% das fábricas concentravam-se em São Paulo e no Distrito Federal e o setor industrial era abalado por freqüentes crises. Apesar disso, aumentava a importância das indústrias na economia brasileira, pois o crescimento do setor industrial era mais rápido que o da agricultura.

Nos 30 primeiros anos do século XX, a produção para o mercado interno cresceu mais rapidamente do que a exportação. Como todo o arcabouço da República Velha baseava-se no sistema latifundiário-exportador, à medida que os outros setores foram ganhando importância, o domínio oligárquico foi enfraquecendo-se.

5 Todas essas alterações provocaram também modificações na estrutura social. Desde o final do Império, a **classe dominante agrária** dividia-se em grupo exportador e grupo voltado para o mercado interno, o que se aprofundou durante a República Velha, à medida que os cafeicultores apoderaram-se do controle do governo federal. Esse fato gerou o crescente descontentamento das demais oligarquias que se viram afastadas das grandes decisões políticas nacionais. Se durante um certo tempo a política dos governadores e os privilégios comuns a serem defendidos mantiveram as oligarquias unidas, durante os anos 1920 a luta pelo poder fez surgir em praticamente todos os estados as **oligarquias dissidentes**, que estudaremos mais adiante.

A **burguesia industrial e financeira**, que começara a surgir no final do Império, expandiu-se lenta porém constantemente durante a República Velha, resultado do próprio crescimento da indústria, alcançando no final da década de 1920 riqueza e influência econômica consideráveis. No entanto, a burguesia jamais assumiu um papel de contestação: seu apoio ao regime político oligárquico foi sempre irrestrito. Os industriais identificavam-se perfeitamente com o sistema político da República Velha e não protestaram em momento algum. Apesar disso, a simples presença da burguesia, com interesses próximos aos dos latifundiários, embora não idênticos, já era um fator de desestabilização do regime oligárquico.

6 Paralelamente à burguesia, os 30 primeiros anos do século assistiram ao fortalecimento da **classe média**. Embora a porcentagem da população urbana tenha permanecido baixa durante toda a República Velha, o

crescimento acelerado de algumas cidades — particularmente São Paulo e Rio de Janeiro — bem como o desenvolvimento das atividades industriais, bancárias, comerciais, de transporte e de serviços urbanos em geral, levaram as camadas médias a desenvolverem um processo de autonomia e afirmação em relação aos outros grupos sociais, tornando-as mais conscientes de suas forças e necessidades.

[8] Podemos dividir a classe média em alta, intermediária e baixa, assim composta: da alta classe média, em parte originada da elite agrária, faziam parte os profissionais liberais, gerentes de empresas privadas, altos funcionários, técnicos industriais e alguns poucos elementos do médio comércio e da indústria. Formavam a classe média intermediária pequenos comerciantes, padres, intelectuais e, com destacada participação, os militares. Quanto à baixa classe média, englobava funcionários públicos, empregados do comércio, artesãos, etc.

O inconformismo e espírito de crítica relativamente agudos contribuíram para a participação ativa da classe média em vários movimentos de oposição às oligarquias, inclusive revoltas armadas. Além disso, a presença dos militares nessa classe praticamente esquecida pelo governo acentuou a atitude contestatória e mesmo revolucionária de alguns segmentos da camada média, ao longo dos anos 1920.

[9] Finalmente, o **operariado**. Crescendo desde o final do século XIX, a classe operária inicialmente era composta por uma grande maioria de estrangeiros; mas, a partir da Primeira Guerra Mundial, o número de brasileiros passou a ser maioria, embora os imigrantes continuassem a representar uma parcela importante do operariado. A maior concentração operária ocorria em São Paulo e Rio de Janeiro; o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Bahia ocupavam uma posição secundária, e os demais estados tinham população operária insignificante.

O grande número de operários estrangeiros facilitou a penetração das idéias anarquistas, socialistas e, posteriormente, comunistas — o Partido Comunista foi fundado em 1992 — as quais orientaram a luta da classe operária em prol de melhores salários, redução da jornada de trabalho, proteção ao trabalho da mulher e do menor, segurança no serviço, etc. Após a fundação do Partido Comunista, tornaram-se comuns também as reivindicações políticas.

[10] Os operários reivindicavam principalmente por meio de greves, muitas vezes alcançando vitórias. Mas a resposta patronal e governamental, sempre violenta, baseava-se na repressão policial, que resultava em espancamentos, feridos e mortos; sindicatos eram fechados, líderes deportados, estrangeiros expulsos e as leis aprovadas eram cada vez mais repressivas. As greves de maior duração — como a **greve geral** de 1917, em São Paulo — eram reprimidas inclusive com o uso de forças do Exército e da Marinha. Num levantamento rápido e provavelmente incompleto, podemos assinalar 30 greves entre 1891 e 1900, 60 entre 1901 e 1910, 111, entre 1911 e 1920, e 20 entre 1921 e 1930, redução ocorrida nessa década devido aos longos períodos de "estado de sítio" então reinantes.

A luta dos trabalhadores acima descrita talvez tenha despertado em você a idéia de que o movimento operário durante a República Velha foi poderoso e organizado. Mas não. A classe não conseguiu se organizar em âmbito nacional, muitos operários mantiveram-se alheios ao movimento, também prejudicado pelas lutas entre comunistas e anarquistas. Apesar disso, o crescimento do operariado e de suas reivindicações aumentou a pressão sobre a República Oligárquica, contribuindo para seu enfraquecimento.

[11] Resumindo o que vimos neste capítulo sobre transformações socioeconômicas, você já deve ter percebido o que estava acontecendo: enquanto a economia e a sociedade brasileiras transformavam-se, o sistema de governo permanecia imutável, incapaz de acompanhar a evolução geral do País. Para quaisquer problemas, sociais ou políticos, a resposta das oligarquias era sempre a mesma: violência.

> **"Lugar de criminoso é no cemitério, não na cadeia" (tenente J. Antônio de Oliveira, Força Pública paulista); "Mais vale prevenir com excessos de energia do que oferecer remédios tardios" (Gemiano de Franca, chefe de polícia de Epitácio Pessoa); "A questão social é caso de polícia" (Washington Luís, presidente da República).**

Com essa mentalidade — que não desapareceu inteiramente com o fim da República Velha — o governo oligárquico foi fazendo cada vez mais inimigos: o povo, a classe média civil, os militares, as oligarquias dissidentes e, por fim, até alguns setores da burguesia. Isolando-se cada vez mais, o regime acabou sozinho: quando estourou a Revolução de 1930, ninguém ficou ao lado do governo.

Assim você já sabe o **porquê** da oposição às oligarquias. Vamos agora examinar **como** se realizou essa oposição, estudando os dois principais movimentos oposicionistas dos anos 1920: o Tenentismo e a Dissidência Oligárquica.

As Novas Forças Políticas

O MOVIMENTO TENENTISTA

12 Até 1915, as revoltas militares no Brasil tinham sido sempre chefiadas por oficiais de alta patente, representando em boa medida suas ambições particulares e as de alguns pequenos grupos militares. Mas a partir da Primeira Guerra Mundial a situação inverteu-se: as revoltas passaram a ser lideradas por oficiais jovens, de baixa patente, com a participação de cadetes, suboficiais e sargentos. A esse movimento militar e político dá-se o nome de **Tenentismo**.

13 Inicialmente, os tenentistas protestavam apenas contra a desorganização e o abandono em que se encontrava o Exército. Com o passar do tempo, porém, perceberam que o problema não era apenas militar, mas político. Então começaram a pressionar o governo para que este realizasse uma série de reformas políticas e sociais. No entanto o governo nada fez, e os tenentes voltaram-se frontalmente contra ele, tentando derrubá-lo por meio de revoltas militares.

14 Do final da guerra até 1930, o Tenentismo atravessou três fases bem distintas:

- na primeira, os revoltosos tenentistas restringem-se aos quartéis, sem a participação de nenhum grupo civil;
- na segunda, os revoltosos tenentistas unem-se a algumas oposições estaduais, ampliando-se o movimento com a participação de políticos civis, embora a liderança permaneça com os militares;
- na terceira, os tenentistas unem-se com a oposição em nível nacional, preparando a Revolução de 1930; então a liderança passa aos grupos civis.

15 Durante todo esse período, a força do Tenentismo sempre se ampliou, pois, além da aliança com as oligarquias dissidentes, o movimento passou a contar com o apoio de vários setores da classe média, para os quais os líderes tenentistas em verdadeiros heróis nacionais.

Os líderes tenentistas mais conhecidos foram o capitão Luís Carlos Prestes, o major Miguel Costa e os tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias, Juarez Távora, João Alberto, João Cabanas e Juraci Magalhães.

16 No entanto, o Tenentismo esbarrou em uma série de limitações. Foi apenas um movimento, não um partido político; não teve liderança organizada, nem ideologia definida; seu programa de ação era superficial, baseado na adoção do voto secreto e na colocação de homens honestos e trabalhadores no governo. Além disso, a maioria dos militares tenentistas acreditava pouco ou nada na democracia política, julgando-se verdadeiros salvadores da pátria, ideal bem adequado ao sentimento de "salvação nacional" que caracterizava a oficialidade.

Mesmo assim, o movimento tenentista contribuiu significativamente para a derrubada das oligarquias, pelas inúmeras revoltas que promoveu contra o governo, pela agitação que provocou entre a classe média e por ter dado ao movimento oposicionista um importante componente militar.

AS OLIGARQUIAS DISSIDENTES

17 Você deve lembrar-se de que no Capítulo 37, ao estudarmos o governo de Campos Sales, vimos que ele, ao estabelecer a política dos governadores e a do café-com-leite, entregou o governo de cada estado a uma oligarquia e o controle do governo federal às oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. Com isso, tanto a política federal como a estadual, tremendamente agitadas, sofreram uma relativa pacificação, em que pesem as "salvações" do governo Hermes.

Mas conforme terminava a década de 1920, a situação ia-se complicando, ficando cada vez mais difícil a acomodação entre as diversas facções oligárquicas. Nos estados, apesar do autoritarismo e da violência dos governadores, as oposições — elas mesmas oligárquicas — começavam a se manifestar e até formar partidos políticos; o melhor exemplo é o Partido Democrático, fundado em São Paulo em 1926. As **oligarquias dissidentes** entravam em ação, muitas vezes aliadas a outras classes socias.

Dos 50 000 membros que o Partido Democrático tinha ao final de 1926, aproximadamente 14% eram fazendeiros, outros 14% pertenciam à burguesia, 40% à classe média e 32% às camadas populares.

E não apenas as oposições protestavam. Algumas oligarquias estaduais começavam a reclamar do absoluto predomínio exercido por São Paulo e Minas Gerais na área federal.

A divisão das oligarquias foi um elemento fundamental para a derrubada das ... oligarquias. Talvez isso pareça estranho a você, mas foi exatamente o que aconteceu. Quando a classe dominante dividiu-se, a sua facção mais fraca aliou-se a outros grupos sociais, para derrubar a facção mais forte: as oligarquias dissidentes aliaram-se a setores da classe média e ao Tenentismo e derrubaram a República Velha.

A Presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922)

18 O governo de Epitácio Pessoa (empossado em 28 de julho de 1919) foi cheio de altos e baixos, em muitos momentos sugerindo uma aparência de grandeza. No plano econômico-financeiro, embora o crescimento industrial criado pela guerra já tivesse declinado, a situação financeira ainda era relativamente boa, permitindo ao governo a realização de algumas grandes obras públicas, como a construção de açudes no Nordeste, visando combater a seca. Também no setor financeiro foram tomadas algumas medidas, destacando-se uma nova "valorização" do café e a criação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, que visava facilitar o crédito bancário. Em 1922 realizou-se uma grande Exposição Nacional, para comemorar o centenário da independência, revogando-se nessa mesma época o banimento da família de D. Pedro II.

Em parte essas realizações só foram possíveis graças a um vultoso empréstimo externo, feito nos Estados Unidos, e que marcou o início do declínio da influência inglesa no Brasil e a ascensão da influência norte-americana.

19 Mas por trás dessa aparência de grandeza a situação geral do País não era nada boa. Em 1920, ocorreu uma séria revolta coronelística na Bahia, sob o comando do "coronel" Horácio de Matos, que dominou todo o interior do estado e cercou Salvador; o acordo de paz, conferindo vantagem aos chefes sertanejos, foi feito com a intervenção federal. Já em 1921 ocorreram diversas greves operárias e manifestações de descontentamento militar, estas agravadas pelo fato de o presidente ter colocado civis nos ministérios militares (embora o ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, fosse elemento de grande capacidade).

20 Já no final do governo de Epitácio Pessoa, em 1922, além das revoltas militares — que estudaremos em seguida — em São Paulo ocorreu a **Semana de Arte Moderna**, promovida por jovens intelectuais **modernistas**, em sua maioria pertencentes à pequena burguesia. Nas palavras do historiador Joel Rufino dos Santos, o público recebeu-os "com relinchos, cacarejos, latidos, uivos, batatas, rabanetes e ovos podres... As famílias paulistas arrancaram os cabelos de indignação. Então aquilo era arte? Era arte dos novos tempos, dos novos grupos sociais em ascensão". Embora tenha durado apenas três dias, a Semana sacudiu a velha cultura.

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL — REVOLTA DO FORTE DE COPACABANA (1922)

21 São Paulo e Minas Gerais indicaram o mineiro Artur Bernardes como candidato às eleições presidenciais de março de 1922. Os estados intermediários (Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro), formaram a **Reação Republicana**, e indicaram Nilo Peçanha como candidato da oposição. Pela segunda vez na República Velha — a primeira fora a Campanha Civilista — ocorreu uma eleição competitiva.

Episódios violentos pontilharam a campanha eleitoral principalmente depois que a imprensa publicou uma série de cartas, atribuídas a Bernardes, as quais continham referências ofensivas aos militares em geral e ao Exército em particular. Foi o chamado episódio das **cartas falsas**, aguçando a tal ponto a oposição dos tenentistas, que o Clube Militar protestou contra Epitácio e Bernardes. Em resposta, Epitácio Pessoa fechou o clube, baseando-se numa lei que permitia o fechamento das associações de anarquistas, prostitutas e cafetões. Imagine a revolta dos militares diante desse fato, inclusive, na última reunião do clube, falando-se abertamente em revolução.

Naquelas cartas, entre outras coisas, o marechal Hermes da Fonseca era chamado de "sargentão sem compostura" e um banquete oferecido a ele pelos generais da guarnição do Rio de Janeiro, de "bacanal indecoroso".

Apesar disso, Artur Bernardes foi eleito; afinal, como costumava acontecer no Brasil, o governo ganhava as eleições sempre, de uma maneira ou de outra, principalmente de outra...

Diante disso, a 5 de julho de 1922, algumas fortalezas revoltaram-se no Rio de Janeiro, iniciando a primeira rebelião tenentista, rapidamente dominada por forças fiéis ao governo. Apenas a fortaleza de Copacabana continuou sublevada, com os rebeldes ameaçando bombardear o Palácio do Governo.

Cercados pelas tropas governistas e bombardeados por navios da esquadra, o capitão Euclides Hermes (filho de Hermes da Fonseca) e o tenente Siqueira Campos decidiram deixar sair aqueles que não queriam combater: dos 301, saíram 272, restando 29. O Capitão Euclides dirigiu-se ao ministério da Guerra, mas foi preso. Então, Siqueira Campos decidiu que todos sairiam da fortaleza para enfrentar os 3000 soldados do governo que os esperavam. Alguns debandaram logo à saída, restando 18. Um civil, o engenheiro Otávio Correia, resolveu juntar-se aos rebeldes. Agora, na Avenida Atlântica, eram 19 homens a caminho da morte. Após o primeiro tiroteio, sobraram nove militares e o civil, até que uma última descarga os fez tombar: sobreviveram apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

Avenida Atlântica, próximo ao Hotel de Londres. Terno escuro, gravata, chapéu de abas caídas, o engenheiro civil Otávio Correia avista os 18 militares que avançam pela rua. O que exatamente o fez tomar a decisão jamais o saberemos; naquele momento, talvez, nem ele o soubesse. Mas atravessou a avenida, pegou num fuzil e caminhou para a morte. Talvez em seu subconsciente tivesse surgido aquele súbito impulso que às vezes faz as pessoas se cansarem de ser governadas por um regime inepto, violento e ladrão. Muitos hoje o julgariam um louco. Mas a História mostra como tem sido importante a existência desses "loucos" na luta pela conquista das liberdades políticas.

Embora fracassada, a revolta "dos 18 do Forte" deu ao Tenentismo uma publicidade e uma popularidade de fundamental importância para a continuação da luta contra o regime oligárquico.

A Presidência de Artur Bernardes (1922-1926)

22 O governo de Artur Bernardes foi provavelmente o mais agitado de toda a República Velha. De um lado, os tenentistas e dissidentes constantemente revoltando-se; do outro o governo executando uma repressão política e policial violenta e generalizada. O mandato presidencial durou 48 meses, 44 dos quais sob estado de sítio. Além disso, elaborou-se uma reforma da Constituição, ampliando os poderes do governo de modo a facilitar a intervenção federal nos estados. Ainda se aprovou uma Lei de Imprensa, determinando que os jornais seriam mantidos sob severa censura.

23 Durante seu mandato, Artur Bernardes agiu contra os políticos da Reação Republicana, particularmente os seguidores de Nilo Peçanha, no Rio de Janeiro, de J. J. Seabra, na Bahia e de Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul. No início de 1923, decretou a intervenção federal no Rio de Janeiro, apoiando claramente os elementos que se opunham a Nilo Peçanha. Logo depois, a intervenção também foi decretada na Bahia, empossando-se um governador que se opunha a J. J. Seabra. Em seguida surgiu a oportunidade, se não de derrubar, pelo menos de enfraquecer Borges de Medeiros, aproveitando a eclosão de uma revolta armada contra o governo do Rio Grande do Sul, em 1923.

Liderada por Assis Brasil, a causa imediata da revolta gaúcha foi Borges de Medeiros ter-se reeleito pela quinta vez governador do Rio Grande do Sul. Os rebeldes queriam forçar a renúncia de Borges, sendo apoiados pelo presidente da República. Após dez meses de combate, o ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho — o mesmo do Contestado — conseguiu o acordo entre as partes com o **Tratado de Pedras Altas** (nome de uma fazenda de Assis Brasil), pelo qual Borges de Medeiros continuava no poder, a oposição ganhava participação política e, por meio da reforma da Constituição estadual, proibia-se a reeleição do governador.

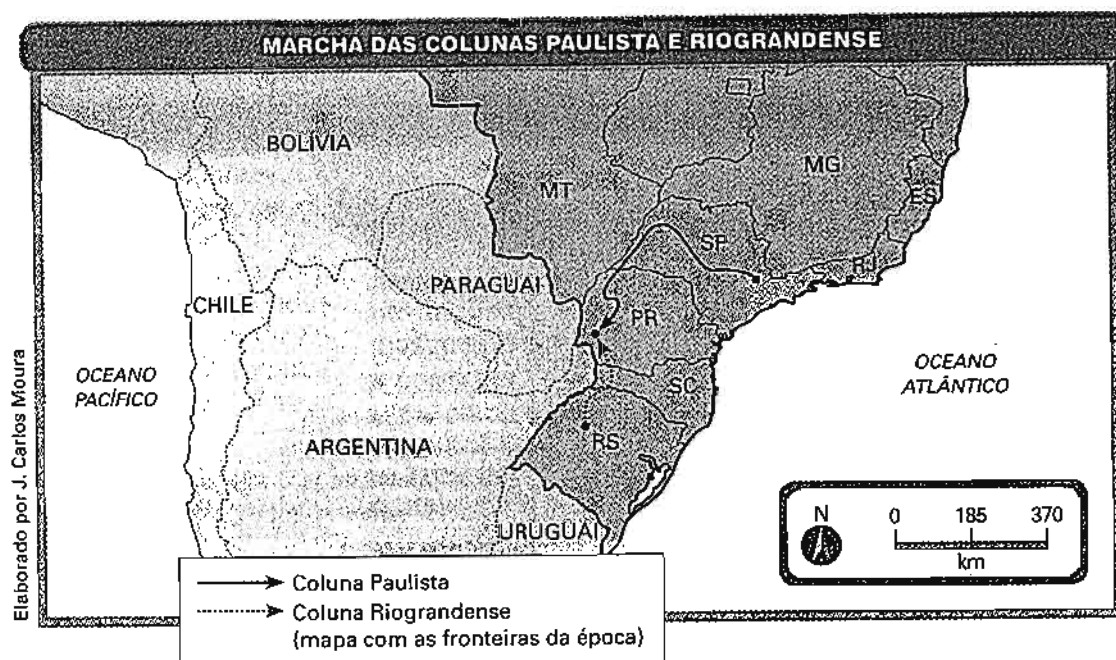
A REVOLTA PAULISTA DE 1924

23 Em julho de 1924, ocorreu a segunda revolta dos tenentistas, desta vez em São Paulo, sob a liderança do general Isidoro Dias Lopes. As guarnições de outros estados (Mato Grosso, Amazonas, Sergipe e Rio Grande do Sul) também iriam aderir ao movimento, mas o governo descobriu a conspiração e impediu que a revolta se alastrasse. Assim, a falta de organização e mesmo de comunicação acabou praticamente isolando os revolucionários paulistas.

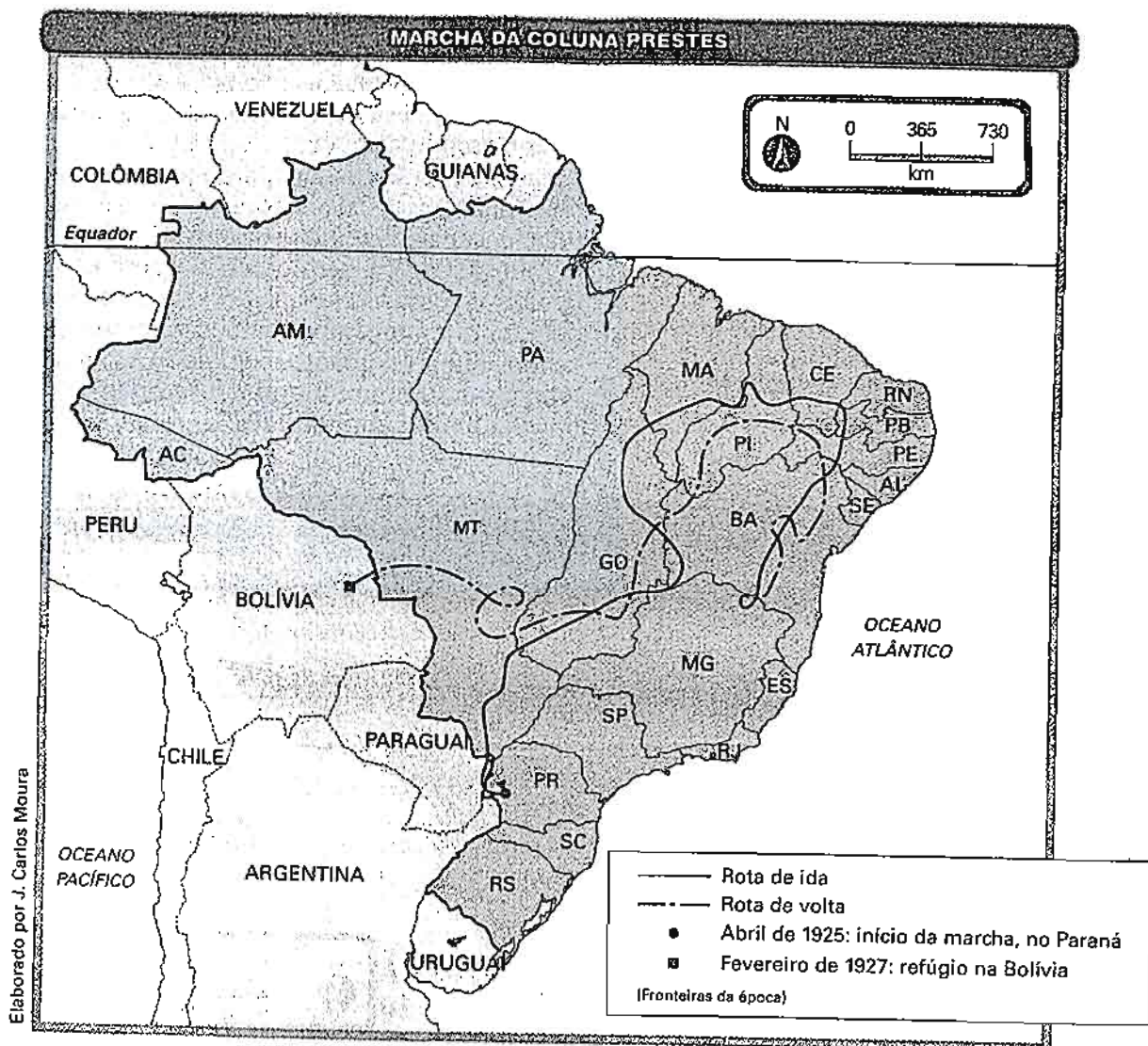
A revolta de 1924 foi o primeiro movimento tenentista a definir um programa político: voto secreto, centralização do poder, limitações das atribuições do Executivo, obrigatoriedade do ensino primário. Porém, não se referiu à questão social nem ao domínio econômico das oligarquias. Por outro lado, os tenentes já demonstravam uma tendência elitista e autoritária, por conceberem a revolução como uma missão quase técnica, a ser realizada por um grupo militar de elite.

Após alguns dias de luta, as tropas rebeldes do Exército e da Força Pública paulista dominaram a cidade de São Paulo. Embora os tenentistas contassem com o apoio popular, os operários já começavam a olhá-los com uma certa reserva; afinal, Isidoro Dias Lopes recusara a proposta feita pelos sindicatos de armar os trabalhadores para que participassem da luta. Mas o comando revolucionário estava mais preocupado com as tropas do governo, que, contando com aproximadamente 15000 homens, cercaram a cidade, bombardeando-a com artilharia pesada. A resposta das tropas rebeldes veio a 27 de julho, quando, com 6000 soldados, formaram a **Coluna Paulista** e retiraram-se para o interior. Sempre combatendo, atingiram Porto Presidente Epitácio, na fronteira de São Paulo com Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) e desceram o Rio Paraná até Foz do Iguaçu, região inóspita e de fácil defesa, devido a seus rios e densas florestas, onde os revoltosos permaneceram de outubro de 1924 a abril de 1925.

A repressão policial estabelecida pelo governo a partir da revolta de 1924 foi tremenda. Só em São Paulo, foram realizadas mais de 10 000 prisões arbitrárias, além das ocorridas no Rio de Janeiro, Sergipe e Amazonas. O arbítrio foi total: Maurício de Lacerda ficou preso três anos sem processo; o comerciante Niemayer foi assassinado pela polícia e atirado do 3º andar de um prédio; no Rio Grande do Sul, soldados do governo atravessaram a fronteira do Uruguai e degolaram vinte rebeldes brasileiros que lá estavam refugiados. Já naquela época o arbítrio e a corrupção andavam de mãos dadas: o marechal Fontana, chefe da polícia, realizou negociatas e trapaças tão escandalosas que foi obrigado a se demitir do cargo.

Nesse meio tempo, no Rio Grande do Sul, ocorreu um levante também sufocado pelo governo. Então um dos oficiais revolucionários, o capitão Luís Carlos Prestes, organizou a **Coluna Riograndense**, com cerca de 2000 homens, e dirigiu-se a Foz do Iguaçu, para juntar-se aos rebeldes paulistas. Prestes começava a revelar a sua notável capacidade de estrategista, pois, além da grande distância a ser percorrida, enfrentou cerca de 10000 soldados legalistas, sob o comando do general Rondon. Após semanas de marcha, vencendo alguns combates e iludindo a vigilância dos federais, a Coluna Riograndense uniu-se à Coluna Paulista, em abril de 1925.

Já reunidos, os comandantes das duas colunas — Isidoro, Luís Carlos Prestes, Miguel Costa, Juarez Távora, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias, João Alberto e muitos outros — decidiram que Isidoro Dias iria para a Argentina organizar a retaguarda do movimento, enquanto os demais formariam uma coluna de resistência que marcharia pelo interior do Brasil, incentivando a rebeldia e a revolução. Miguel Costa seria o comandante geral dessa tropa e o chefe do estado maior, Luís Carlos Prestes. Formava-se assim, a famosa **Coluna Prestes**.

A Coluna Prestes realizou um feito extraordinário: com um efetivo inicial de 1500 homens (650 no final) percorreu 25000 km a pé pelos sertões brasileiros, entre abril de 1925 e fevereiro de 1927.

Ao longo desses 21 meses, a Coluna foi perseguida por todas as tropas disponíveis do Exército, pelos policiais militares de 11 estados e por numerosos grupos de bandidos e cangaceiros — inclusive o de Lampião — aos quais o governo fornecia dinheiro e armas de guerra. Entre as tropas da Coluna e as do governo travaram-se 20 batalhas importantes e mais de uma centena de pequenos combates. E a Coluna Prestes jamais foi vencida. Finalmente, a 4 de fevereiro de 1927, os 620 sobreviventes, famintos, doentes e esfarrapados — mas não vencidos — refugiaram-se na Bolívia. Dois meses e meio antes, Bernardes encerrara seu governo, substituído na presidência por Washington Luís.

A Coluna Prestes teve como perseguidores mais persistentes os "batalhões patrióticos", tropas coronelísticas armadas e equipadas pelo governo federal. Aparentemente, os coronéis perceberam, melhor que ninguém, a ameaça que o Tenentismo representava para o sistema oligárquico. O Exército foi usado com certa cautela, pois as autoridades temiam o contágio das idéias tenentistas. Prestes, no entanto, conseguiu sempre iludir os perseguidores da Coluna, justificando a frase do general Isidoro Dias Lopes: "Dir-se-ia que nossos adversários adivinham sempre onde *não* estamos e para ali marcham.

A Presidência de Washington Luís (1926-1930)

25 Empossado em 15 de novembro de 1926, Washington Luís, logo nos primeiros meses de seu governo, deixou clara duas tendências: concentrar em suas mãos os poderes da presidência e pacificar a situação política. Demonstrou a primeira dessas tendências quando formou seu ministério com pessoas de pouca expressão nacional, que normalmente apenas seguiam ao pé da letra as ordens dadas pelo presidente. A segunda foi revelada pelas medidas apaziguadoras: libertação dos presos políticos; extinção do presídio político da ilha de Trindade e do campo de concentração de Clevelândia, no Amapá. Além disso, atenuou a censura à imprensa e em março de 1927 suspendeu o estado de sítio.

26 Porém, enquanto adotava tais medidas, o governo recusava-se a aprovar uma anistia política; como conseqüência, entre abril de 1927 e maio de 1929, grande número de processos foram movidos contra ex-revoltosos. Simultaneamente, iniciava-se uma tática repressiva que fez longa carreira no Brasil durante o século XX: o anticomunismo. Em 1927 foi aprovado um projeto de Aníbal Toledo, apelidado de **"Lei Celerada"**: a pretexto da luta contra o comunismo, a nova lei restringia a liberdade de pensamento e expressão.

No Brasil — e de modo geral em toda a América Latina — existiu uma verdadeira "indústria do anticomunismo" usada pelos grupos conservadores para se manterem no poder. O esquema era muito simples: todos aqueles que pusessem em risco o domínio das classes dominantes eram genericamente tachados de comunistas e, como tais, perseguidos e, normalmente, eliminados.

Assim, Washington Luís tentava um velho jogo político: de um lado, a concessão de algumas medidas liberais e de outro, a continuação do esquema repressivo, embora atenuado ou, se quiserem, mais discreto. Como resultado, cresceu o descontentamento contra o governo.

A POLÍTICA FINANCEIRA DE WASHINGTON LUÍS

27 Desde o tempo em que era governador de São Paulo, Washington Luís sonhava com uma reforma monetária que estabelecesse o padrão-ouro no Brasil. Quando na presidência, pôde então pôr em prática o seu plano, copiado do modelo adotado pelo presidente da França, Poincaré.

A adoção do padrão-ouro significaria que todas as notas em circulação no Brasil seriam garantidas pelas reservas de ouro do governo, de tal modo que a qualquer momento uma pessoa pudesse ir ao Banco do Brasil e trocar as suas notas pelo equivalente em ouro. A esta moeda que admite ser trocada por ouro chama-se moeda conversível.

O plano consistia das seguintes etapas:

- criação de uma Caixa de Estabilização que administraria todas as reservas-ouro no Brasil e mais aquelas que aqui entrassem futuramente. A reserva-ouro da Caixa seria de 30 milhões de libras;
- todo o papel-moeda no Brasil seria trocado por notas emitidas pela Caixa de Estabilização e conversíveis em ouro;
- o mil-réis seria substituído por uma nova moeda, o "cruzeiro", totalmente lastreado em ouro.

28 Todo o plano seria posto em prática com a adoção de um câmbio baixo, de **5d** (5 pence por mil-réis), ou seja, 1 libra valendo 48 mil-réis (£ 1 = 48$000). Denominado "câmbio vil", embora causasse aumento do custo de vida e da dívida externa, foi bem aceito tanto pelos cafeicultores como pelos industriais.

Neste momento você talvez esteja se perguntando: "mas o Brasil tinha 30 milhões de libras em ouro?" Resposta: não. "Mas, então, como se arranjaria o dinheiro para pôr todo o plano em funcionamento?" Resposta: pedindo emprestado no exterior! Ora bolas... Assim, com um empréstimo inglês de 8 milhões de libras e um americano de 41 milhões de dólares, "nosso" padrão-ouro começou a funcionar.

29 No entanto a reforma de Washington Luís não chegou a completar a segunda fase. Em

maio de 1929, a quebra da Bolsa de Nova Iorque desencadeou a **Crise de 1929**, também chamada de **Grande Depressão**. Iniciada nos Estados Unidos como resultado de uma superprodução de mercadorias, a crise espalhou-se pelo mundo como fogo na palha, causando falências, desemprego em massa e atingindo duramente os países pobres, exportadores de matérias-primas ou alimentos, como o Brasil. O preço do café desabou; as vendas paralisaram-se e os banqueiros estrangeiros pediram de volta os empréstimos feitos à Caixa de Conversão.

Todo o plano financeiro foi por água abaixo, mas o presidente não deve ter-se preocupado muito. Naquele momento, várias coisas estavam desmoronando no Brasil, inclusive a República Velha e o próprio governo de Washington Luís: começara a Revolução de 1930.

A REVOLUÇÃO DE 1930

[30] De acordo com a política do café-com-leite, o sucessor de Washington Luís deveria ser um político mineiro. Por isso, desde 1928 o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, já vinha-se preparando discretamente para assumir a presidência, em novembro de 1930. Porém, Washington Luís rompeu a política tradicional, indicando como candidato oficial, em 1929, o governador de São Paulo, Júlio Prestes. Diante disso, as oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba fundaram, em junho de 1929, a **Aliança Liberal**, que apresentou uma chapa de oposição às eleições presidenciais: Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro da Fazenda de Washington Luís, era o candidato a presidente; João Pessoa, governador da Paraíba e sobrinho de Epitácio Pessoa, era o candidato a vice. Em março de 1930 foi realizada a eleição: Júlio Prestes obteve 1027000 votos e Getúlio Vargas, 809000.

Inicialmente os aliancistas aceitaram o resultado eleitoral. Afinal de contas, a Aliança Liberal não era um partido revolucionário; as oligarquias dissidentes que a constituíam haviam apoiado o governo por muito tempo e, embora o programa da Aliança defendesse a anistia, o voto secreto e reformas sociais, seus membros de modo algum pretendiam abrir mão de seus privilégios econômicos e políticos. Como já havia acontecido após a Campanha Civilista e a Reação Republicana, os dissidentes gaúchos, mineiros e paraibanos, depois da vitória de Júlio Prestes, preocupavam-se em encontrar um meio de se acomodarem com o governo federal. Ou seja: até então, nada de novo.

[31] Aí os fatos novos começaram a ocorrer, resultantes do lento, porém constante, desgaste que as oligarquias vinham sofrendo ao longo dos anos 1920.

Primeiro, Washington Luís cometeu o erro de iniciar perseguições pós-eleitorais contra os vencidos, "degolando" sistematicamente os deputados e senadores mineiros e paraibanos ligados a Antônio Carlos e João Pessoa. Colocadas contra a parede, as oligarquias desses estados começaram a pensar numa revolta armada.

Segundo, as classes médias urbanas passaram a constituir um elemento de pressão a favor de uma solução armada. Isso porque, se antes tiveram suas esperanças de reforma alimentadas pela impetuosa campanha aliancista, agora, com a derrota de Getúlio Vargas, viram seus desejos frustrados.

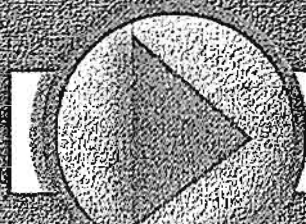
Terceiro, os tenentistas, tanto daqui como os exilados, faziam o possível para reiniciar a luta armada, entrando em contato com elementos dissidentes, particularmente com o Partido Democrático, em São Paulo. Porém, a declaração de Luís Carlos Prestes, aderindo ao comunismo e colocando-se contra a aliança entre os tenentistas e as oligarquias, acabou esfriando tais contatos. Aliás, já surgia desânimo nesse impulso revolucionário, devido à posição extremamente cautelosa de Vargas e Antônio Carlos.

Nesse ambiente ocorreu o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930. Embora questões políticas internas da Paraíba — e também motivos de ordem pessoal — tenham sido a causa do crime, sua repercussão junto à opinião pública nacional foi enorme, atribuindo-se a culpa ao governo federal. Depois disso, seria impossível os aliancistas conviverem com o governo de Júlio Prestes; começaram, então, a preparar uma ação armada em grande escala. Não havia mais segredo: o governo e o povo, já informados e até saturados de um boato que não se concretizava, não mais acreditavam que a revolta se tornaria realidade.

[32] Mas, finalmente, no dia 3 de outubro, em Porto Alegre, a revolução estourou. Em dois dias, o Rio Grande do Sul estava controlado por Getúlio. As tropas revolucionárias, sob o comando do coronel Góis Monteiro, iniciaram a marcha para o Rio de Janeiro, divididas em três colunas: a de João Alberto ia pelo interior; a de Miguel Costa, pela ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul e a de Valdomiro de Lima, pelo litoral. Em poucos dias, ocuparam Santa Catarina e o Paraná, preparando o ataque a São Paulo. Paralelamente, Minas Gerais foi dominada pelos revolucionários, que ocuparam o Espírito Santo e iniciaram o ataque ao Estado do Rio de Janeiro. No Norte-Nordeste, Juarez Távora ocupou todos os estados, exceto a Bahia e o Pará.

Junto a Itararé, no sul de São Paulo, 6200 soldados da Força Pública e do Exército, apoiados por aviões e por quatro canhões. Contra eles a coluna de Miguel Costa, com 7800 homens e 18 canhões. Essa seria a maior batalha da Revolução, se tivesse começado. Mas não começou. Poucas horas antes de se iniciarem as operações, o comandante governista, Pais de Andrade, recebeu a notícia vinda do Rio de Janeiro: uma Junta Militar, formada pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha, havia deposto Washington Luís. Para Pais de Andrade e seus soldados não havia mais motivos para lutar.

A Junta Militar ainda teve pretensões de permanecer no poder, mas em vão, pois foi obrigada a entregá-lo a Vargas, que chegou ao Rio de Janeiro em 31 de outubro. A 3 de novembro, Getúlio tomou posse como presidente provisório do Brasil, e no mesmo dia nomeou seu ministério.

Terminava vitoriosamente a Revolução de 1930. O domínio absoluto das oligarquias era coisa do passado. Encerrava-se a República Velha.

Parte 4

A República Populista (1930-1964)

Com a vitória da Revolução de 1930, o regime republicano brasileiro entrou numa nova fase, que se estendeu até o golpe político-militar de 1964, fase que chamamos de República Populista, pois o populismo foi uma característica fundamental da História do Brasil nesse período.

O populismo — que estudaremos mais detalhadamente no próximo capítulo — é uma prática política em que um setor de elite assume a chefia do movimento de reinvindicações populares de tal modo que as concessões feitas ao povo não prejudiquem os interesses fundamentais da elite.

Essa prática política não foi um fenômeno exclusivamente brasileiro, tendo ocorrido em diversos outros países latino-americanos ao longo do século XX. Os exemplos mais conhecidos são os governos de Lázaro Cárdenas, no México (1934-1940) e de Juan Domingo Perón, na Argentina (1946-1955).

O populismo — que ocorreu tanto em regimes democráticos como ditatoriais — tem, entre suas características, o fato de que as concessões feitas às massas populares, embora contidas nos limites aceitos pela elite, são bastante amplas, contribuindo significativamente para a melhoria das condições de vida da população e estimulando o crescimento econômico.

Veja portanto que a mídia — e também muitos políticos e economistas — que dão, hoje à expressão populismo um sentido pejorativo, de demagogia e irresponsabilidade, mudaram completamente o sentido inicial da palavra. Em nosso texto, *populismo* é utilizada com o significado original.

Durante o período populista, algumas tendências importantes caracterizaram a evolução brasileira, entre elas:

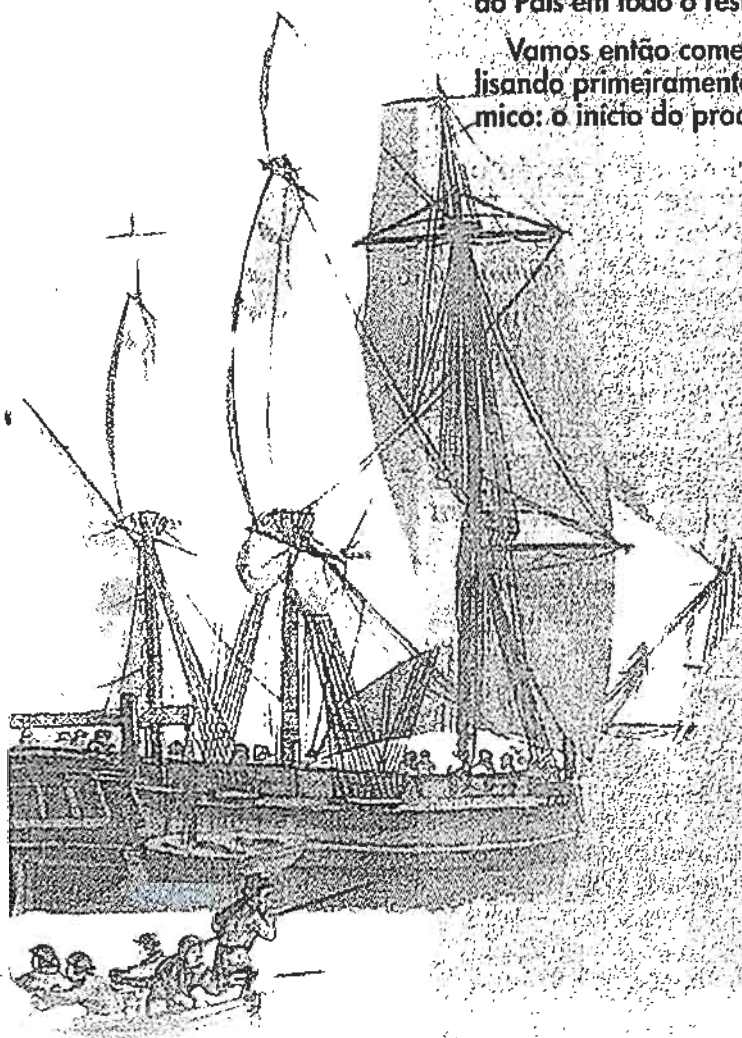
- o setor da economia voltado para o mercado interno superou em importância o setor exportador;
- um rápido processo de industrialização tornou a indústria o principal setor da economia nacional;
- a burguesia industrial transformou-se no grupo social mais rico do País;
- a classe média fortaleceu-se e o operariado urbano cresceu rapidamente;
- acelerou-se o processo de urbanização, principalmente no Sudeste e no Sul;
- consolidou-se o Estado Nacional, declinando o poder político das oligarquias regionais e dos governos estaduais;
- o Estado passou a intervir na economia, cada vez mais, à medida que os anos passavam;
- o capital estrangeiro exerceu influência crescente na economia e na política brasileiras.

De modo geral essas tendências foram progressivas, pois surgiram discretamente nos anos 1930 e foram-se acentuando nas décadas de 1940 e 1950. Paralelamente, durante esse período, ocorreu uma considerável modernização da economia e da sociedade brasileiras, gerando, no início dos anos 1960, uma aguda discussão sobre o futuro nacional, em termos de desenvolvimento ou subdesenvolvimento. Os desdobramentos dessa discussão acabaram desencadeando o golpe de 1964, que encerrou a República Populista.

UNIDADE XIV

A era Vargas (1930-1945)

A etapa inicial da República Populista é conhecida como Era Vargas, a qual corresponde aos 15 anos consecutivos (1930-1945) em que Getúlio Vargas permaneceu no poder: primeiro como ditador, depois como presidente constitucional e, por fim, novamente, como ditador. Os acontecimentos históricos desse período tiveram importância decisiva para a evolução do País em todo o resto do século XX.

Vamos então começar o estudo do período 1930-1945, analisando primeiramente o seu mais significativo fenômeno econômico: o início do processo de industrialização brasileiro.

O Processo de Industrialização

É importante que se diferencie "surto industrial" de **processo de industrialização**: este é um conjunto de mudanças dotado de uma certa continuidade e de um sentido. No caso brasileiro, significou a transformação global de uma economia de base agrária-exportadora para um sistema baseado na produção industrial destinada ao mercado interno. Quanto ao "surto industrial" não passa da criação de um certo número de indústrias, durante algum tempo — por exemplo: durante a Primeira Guerra Mundial — sem alterar as bases do sistema econômico do país.

De modo geral, a industrialização só é viável numa situação de crise do sistema econômico anterior a ela. Tomando o caso específico do Brasil como exemplo, a crise de 1929 abalou profundamente o nosso sistema agrário-exportador baseado no café. As reservas-ouro praticamente desapareceram, a moeda desvalorizou-se, o preço da saca de café caiu de 4 libras para 1 libra, as exportações reduziram-se à metade. Como o Brasil dependia do setor cafeeiro, com a crise era de se esperar uma situação gravíssima. Não foi, porém, o que aconteceu. Pelo contrário, já em 1933 a economia nacional voltava a crescer, paralelamente ao crescimento intensivo da indústria. Portanto, a crise do sistema agrário-exportador desencadeou a industrialização, basicamente por dois fatores:

- a política adotada pelo governo de Vargas para combater os efeitos da crise;
- a existência no Brasil, na época, de um parque industrial que, embora ocupando posição secundária no sistema econômico, já apresentava um certo porte e diversificação.

Vamos então analisar separadamente esses dois fatores.

A POLÍTICA DE DEFESA DO SETOR CAFEEIRO

Embora a Revolução de 1930 tivesse derrubado do poder a oligarquia cafeeira, a cafeicultura continuava sendo o principal setor da nossa economia; assim, diante dos efeitos da crise de 1929, o governo federal teve de adotar medidas para a defesa do café. Como havia enormes excedentes de produção, que faziam diminuir cada vez mais o preço do produto, resolveu-se que o governo compraria os excedentes invendáveis de café.

"Ora", dirá você, "mas isso já era feito desde o Convênio de Taubaté, em 1906." Realmente, só que agora o sistema adotado apresentava algumas diferenças fundamentais. Anteriormente o governo pedia dinheiro emprestado no exterior, comprava a mercadoria e estocava-a. Agora, diante da retração do crédito internacional, devido à crise mundial, não era mais possível obter empréstimos. Então, o governo emitia dinheiro, comprava o café e, em seguida, queimava o produto. Entre 1930 e 1937, quase 80 000 000 de sacas de café foram destruídas; eliminando-se o excedente de produção, evitava-se a queda dos preços.

O objetivo básico dessa política era defender a cafeicultura. Os resultados alcançados, porém, foram muito mais amplos, acabando por defender a economia como um todo e permitindo que o Brasil fosse um dos primeiros países do mundo a superar os efeitos da Grande Depressão. Para que você entenda perfeitamente o que aconteceu, vamos primeiro definir alguns princípios relativos ao funcionamento da economia de um país.

Suponha que você fosse um investidor que resolvesse aplicar seu capital na montagem de uma fábrica. Você compraria um terreno, contrataria um arquiteto para projetar as instalações, um empreiteiro para construí-la, compraria material de construção, compraria e instalaria as máquinas; em seguida, iria adquirir a matéria-prima e finalmente empregaria um certo número de operários e começaria a produzir. Veja que, ao construir sua fábrica, você movimentou diversos outros setores da economia, dando lucro a uma série de pessoas e empresas: à imobiliária que lhe vendeu o terreno, ao arquiteto que fez o pro-

jeto, à empreiteira que construiu o prédio, ao fornecedor do material de construção, ao fabricante das máquinas, ao produtor da matéria-prima e, por fim, você paga o salário de seus operários.

Cada uma dessas empresas, por sua vez, utilizará o dinheiro que você lhes forneceu para suas próprias despesas, pagando aluguéis, impostos, empregados, etc. Portanto, ao aplicar capital em um setor da economia, automaticamente você estará ajudando outros setores a se desenvolverem. E como para crescer esses setores também precisam investir capital, conclui-se que, quando você aplica capital no seu setor, está forçando pessoas de outros setores a também aplicarem nos seus. É o chamado **efeito multiplicador**. Se ao aplicar 10 reais em seu setor você provoca aplicações de 20 reais em outras atividades, dizemos que o **multiplicador de emprego** de seu setor é 2. Se, ao contrário, ao retirar 10 reais os outros setores têm uma queda de 20 reais, dizemos que o **multiplicador de desemprego** é 2.

[7] No caso do café brasilero, como a importância da cafeicultura na economia nacional era muito grande, o multiplicador do setor cafeeiro era bastante elevado. Por isso, qualquer aumento ou diminuição na aplicação de capital nesse setor repercutia sobre toda a economia nacional. Suponha, então, que o governo tivesse adotado em relação ao café a atitude aparentemente racional de obrigar os cafeicultores a reduzirem a produção, equiparando-a ao consumo do mercado. Isso significaria reduzir a produção praticamente à metade, despedindo grande parte dos empregados nas fazendas e cortando drasticamente os gastos. Imediatamente entraria em função o multiplicador de desemprego, transferindo a crise do setor cafeeiro para outros setores da economia, ligados ao café: comércio interno, indústria de ferramentas e sacaria, companhias de armazéns (estocagem), ferrovias, portos, navegação, bancos, casas exportadoras, etc. E o desemprego iria crescendo, reduzindo ainda mais o consumo interno e assim transferindo a crise a novos setores.

Mas, ao comprar e destruir o excedente invendável de café, o governo manteve a cafeicultura praticamente em seu nível normal de atividade; assim, através do multiplicador de emprego, os demais setores dependentes da cafeicultura continuaram também a funcionar sem abalos muito sérios. "Ora", dirá você, "então para o Brasil não houve crise?" Houve — só que muito menos grave do que a de outros países na mesma época. Inconscientemente, o governo federal pusera em prática a mais eficiente política de combate à crise que se poderia imaginar. E dizemos "inconscientemente", porque naquela época a ciência econômica ainda não havia desenvolvido os conceitos teóricos referentes ao multiplicador e seus efeitos. Portanto, não havia uma teoria que, usada conscientemente, resolvesse os problemas práticos impostos pela crise de 1929.

[8] Então o Brasil superou a crise por acaso? Bem, não foi **apenas** por acaso. A mudança dos grupos no poder, devido à Revolução de 1930, influiu também. Se as antigas oligarquias estivessem ainda no poder, a crise certamente seria enfrentada por métodos tradicionais, recomendados pela "melhor" teoria econômica existente, ou seja, a desenvolvida nos países ricos, baseada na realidade desses países e que, ao ser transplantada para nações pobres como o Brasil, invariavelmente agravava ainda mais as crises.

A INDUSTRIALIZAÇÃO

[9] Em conseqüência da crise de 1929, as exportações brasileiras caíram sensivelmente, reduzindo-se também nossa capacidade de importar. No entanto, a política de defesa do café permitiu à economia nacional recuperar-se rapidamente, e, já por volta de 1932/1933, o poder de compra do nosso mercado consumidor interno estava restabelecido. Como tradicionalmente esse mercado era abastecido com manufaturas importadas, surgiu então uma situação contraditória:

- o mercado interno tinha condições de consumir uma quantidade de manufaturas relativamente alta;
- a redução de capacidade de importação, porém, não permitia que o mercado fosse abastecido.

Em outras palavras, a procura de produtos industriais era maior do que a oferta. A conseqüência mais lógica seria a elevação dos preços (inflação); em vez disso ocorreu o início de nosso processo de industrialização. Isso porque a indústria nacional, até então desamparada pelo governo e sujeita à concorrência estrangeira, trabalhava com uma grande **capacidade ociosa**, ou seja, as fábricas estavam produzindo abaixo de sua capacidade de produção. No entanto, diante do estímulo provocado pela redução das importações de manufaturados e pela manutenção da procura, os industriais brasileiros trataram de aumentar sua produção.

Mas e o capital para isso? Onde — em plena época de crise — os industriais arrumaram dinheiro para ampliar suas fábricas e aumentar a produção? Não foi necessário ampliar as fábricas.

Os industriais já tinham as máquinas, os equipamentos e as instalações necessárias, só que, devido à capacidade ociosa, tudo estava sendo subutilizado. Agora bastava utilizar normalmente a capacidade instalada, e as indústrias aumentariam sensivelmente sua produção. Assim, iniciamos no Brasil um processo de **industrialização por substituição de importações.**

O processo de industrialização por substituição de importações funciona do seguinte modo: o mercado consumidor de determinados produtos inicialmente é atendido pela importação de mercadorias estrangeiras, até que, a partir de um certo momento, o produto importado passa a ser substituído por similares fabricados dentro do próprio país. Porém, utilizando-se esse processo, chega-se a um ponto em que todos os produtos de fabricação relativamente fácil já são produzidos no país, e aqueles que ainda não o são, exigem um capital e uma tecnologia que o país normalmente não possui. Assim, o ritmo da industrialização diminui, gerando, na maioria dos casos, uma situação de crise.

Durante boa parte da década de 1930, a indústria cresceu por meio do aproveitamento de sua capacidade ociosa. Quando esta foi totalmente aproveitada, a burguesia industrial já tinha acumulado lucros suficientes para poder investir na ampliação de suas fábricas. E a industrialização passou a ser um processo irreversível.

O Governo Provisório de Vargas (1930-1934)

NOVAS FORÇAS NO PODER

10 Em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas assumiu a presidência, na chefia de um governo provisório e munido de amplos poderes: suspendeu a Constituição de 1891, fechou o Congresso Nacional e as Assembléias Estaduais, substituiu os governadores por interventores federais nomeados por ele próprio (a maioria membros do movimento tenentista). Instaurou, assim, a ditadura, prometendo, ao mesmo tempo, a futura eleição de uma Assembléia Constituinte. Desse modo surgiam as duas tendências básicas que caracterizaram o Governo Provisório, representadas pela formação de um grupo constituído principalmente por políticos civis, favoráveis à imediata reconstitucionalização do País, e de outro grupo, formado basicamente pelos tenentistas, favorável à manutenção do caráter revolucionário do governo; entre ambos, Getúlio Vargas, manobrando a situação habilidosamente para permanecer no governo e ampliar seus poderes.

11 Evidentemente, como Vargas tinha compromissos com os grupos que o apoiaram durante a Revolução, constituiu seu primeiro ministério da seguinte forma:

- Exterior: Afrânio de Melo Franco (mineiro)
- Justiça: Oswaldo Aranha (gaúcho)
- Viação: José Américo de Almeida (paraibano)
- Fazenda: José Maria Whitaker (paulista)
- Agricultura: Assis Brasil (gaúcho)
- Exército: general Leite de Castro
- Marinha: almirante Isaías de Noronha

Para atender às promessas de uma renovação da política social, foram criados dois novos ministérios:

- Educação e Saúde: Francisco Campos (mineiro)
- Trabalho, Indústria e Comércio: Lindolfo Collor (gaúcho)

Foi ainda criada a Delegacia Regional do Nordeste (englobando desde o Espírito Santo até o Amazonas), entregue a Juarez Távora, que por isso foi apelidado de o "vice-rei" do Norte .

12 "Mas", perguntará você, "o Governo Provisório servia aos interesses de quem?" A resposta não é tão simples, pois o Brasil já era complexo demais para que se pudesse dizer que este ou aquele homem público servia diretamente a tal grupo político ou econômico. De qualquer modo, os políticos que a Revolução levou ao poder representavam elementos marginalizados durante a República Velha, particularmente:

- a burguesia industrial e financeira;
- as classes médias urbanas;
- a aristocracia exportadora gaúcha.

13 Indiretamente, tais grupos também representavam os interesses do capitalismo norte-americano, que daí em diante ocupou o lugar antes ocupado pelo capitalismo inglês. Quanto à elite cafeeira, deposta pela Revolução de 1930, esperou pacientemente uma oportunidade de voltar ao poder, o que conseguiu alguns anos depois.

Portanto diversos grupos partilhavam o poder, nenhum deles com força suficiente para se impor aos demais. Habilidosamente, Vargas, aproveitando-se desse equilíbrio de forças, transformou-se no árbitro da situação política, reforçando cada vez mais sua posição. Além disso, coube ao presidente eliminar os elementos indesejáveis: os tenentes foram rapidamente absorvidos pelo sistema dominante; os revolucionários que pretendiam aprofundar as modificações sociais e econômicas introduzidas com a Revolução de 1930 foram perseguidos, torturados e eliminados; os que imaginavam transformar o Brasil numa sólida democracia liberal foram brutalmente acordados de seu sonho, quando em 1937 Getúlio instaurou uma férrea ditadura.

14 "E o povo", perguntará você, "ficou simplesmente falando sozinho?" Não. Vargas e os novos grupos dominantes, conscientes de que não poderiam mais considerar a questão social um "caso de polícia", adotaram uma linha política que perduraria até o golpe político-militar

de 1964: **o populismo**. Este funciona da seguinte forma: diante das crescentes reivindicações populares a favor de reformas sociais e políticas, uma facção da elite assume a defesa dessas reivindicações e passa, assim, a chefiar o movimento popular. Desse modo, as concessões feitas ao povo, embora amplas, restringiam-se aos limites aceitáveis para a elite.

13 O populismo dos anos 1930 baseou-se em dois elementos fundamentais:

- a concessão de direitos previdenciários e trabalhistas às massas urbanas;
- o culto a Getúlio.

Oficializou-se a Previdência Social, os sindicatos foram legalizados e concederam-se inúmeras vantagens trabalhistas: salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas por dia, férias pagas, indenização por demissão sem justa causa (esse direito foi abolido após 1964), proteção ao trabalho de mulheres e crianças, etc. Lembre-se, porém, de que tais medidas não foram uma simples criação de Vargas, pois os trabalhadores já lutavam por elas desde o começo do século. Por outro lado, os direitos trabalhistas foram concedidos apenas aos trabalhadores urbanos, deixando de lado a enorme massa rural.

O aspecto claramente populista das medidas descritas fica bem visível neste trecho de um discurso de Vargas, justificando a necessidade de o Estado organizar o movimento trabalhista: "Não há nesta atitude indício de hostilidade ao capital que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente dos elementos perturbadores destituídos dos sentimentos de Pátria e Família".

Agora fica mais fácil você entender o porquê de no Brasil, em certas épocas, ao mesmo tempo que se permite a existência de sindicatos, não se permite que eles defendam **realmente** os direitos dos trabalhadores (declarando-se ilegais a maioria das greves, por exemplo). Afinal, desde sua criação, os sindicatos não se destinaram a defender o proletariado, mas a transformá-lo em "força orgânica de cooperação com o Estado..."

A REVOLTA PAULISTA DE 1932

14 Nos 18 meses posteriores à Revolução de 1930, as oligarquias por ela derrotadas começaram a se reorganizar. Algumas trataram de se aproximar do governo federal, enquanto outras passaram a planejar uma contra-revolução que as levasse de volta ao poder: eram as oligarquias mineira, gaúcha e, sobretudo, a paulista. Realmente, São Paulo era o principal foco contra-revolucionário, pois a elite paulista, a mais beneficiada pela "máquina" da República Velha, foi também a mais prejudicada pela vitória da Revolução de 1930. Por isso, em São Paulo se preparou uma contra-revolução visando derrubar Vargas, os tenentes e seus aliados do poder.

15 Além desse motivo, havia outros que justificavam a contrariedade dos paulistas. Em novembro de 1931, o banqueiro paulista José Maria Whitaker (ministro da Fazenda), cuja política era nitidamente favorável à lavoura de exportação, foi substituído por Oswaldo Aranha, que embora mantendo a defesa do café, colocou a industrialização como objetivo principal da política econômica do governo.

"Bem", dirá você, "os velhos políticos do PRP deviam realmente estar furiosos; em compensação, o Partido Democrático, mais burguês, devia estar satisfeitíssimo". Mas não. Pelo contrário, o PD estava ressentido e amedrontado. Ressentido porque apoiara a Revolução e esta entregara o governo de São Paulo aos tenentes; amedrontado porque os tenentes, embora estivessem longe de ser esquerdistas radicais, viviam falando em reformas sociais, direitos dos trabalhadores, etc. Para o vigoroso — embora "bitolado" — anticomunismo da burguesia paulista, isso parecia muito suspeito. Por esses motivos, em fevereiro de 1932, o PRP e o PD aliaram-se, formando a Frente Única Paulista (FUP) e passaram a exigir a autonomia de São Paulo e a nomeação de um interventor "civil e paulista".

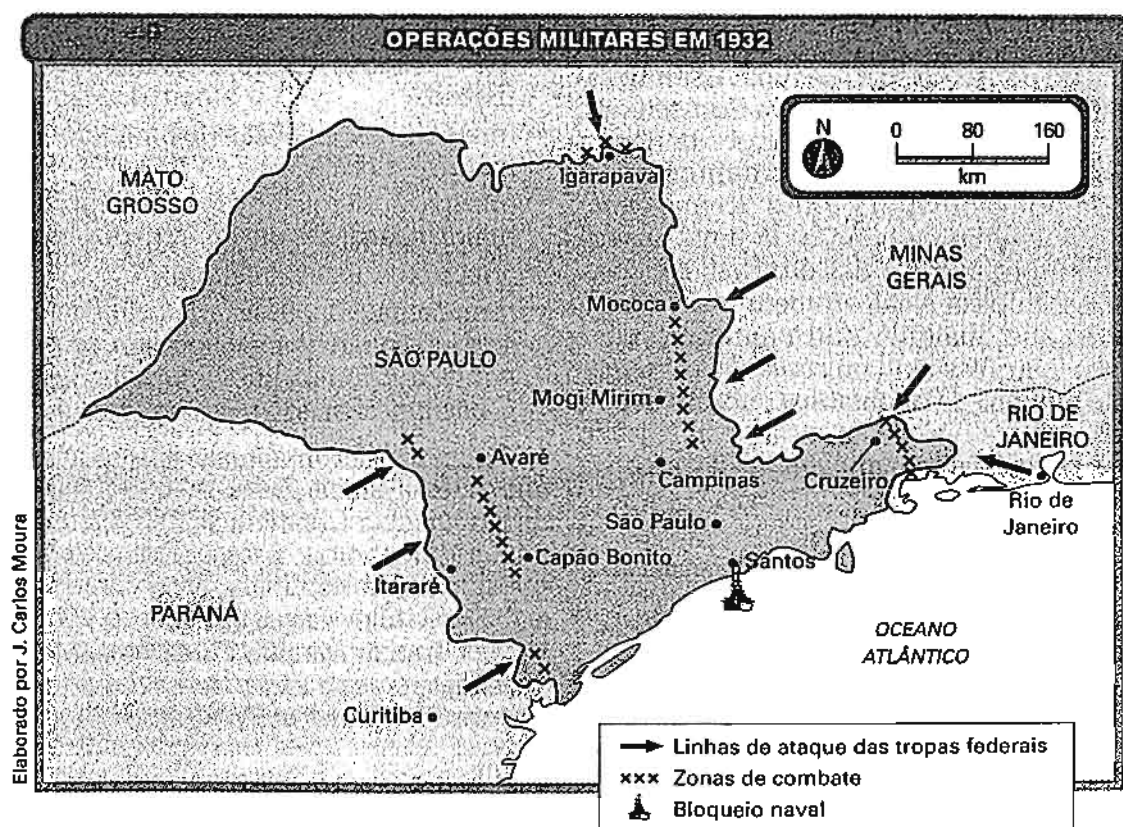
A FUP desejava apenas colocar as oligarquias novamente no poder; diante da opinião pública, porém, afirmava que seu desejo era restituir a São Paulo a "dignidade" perdida e obrigar Getúlio Vargas a conceder uma nova Constituição, "redemocratizando" o Brasil. Juntaram-se assim todos os elementos para que explodisse a revolta armada: o ressentimento do PD, o revanchismo do PRP, o separatismo tolo de alguns líderes, o orgulho ferido da classe média paulista. Faltava apenas que uma faísca pusesse fogo nessa mistura altamente explosiva.

16 E o governo, o que fazia nesse meio tempo? Vargas procurou contemporizar. Publicou o Código Eleitoral, marcou para maio de 1933 a eleição da Assembléia Constituinte, nomeou um interventor civil e paulista — Pedro de Toledo — aceitou que o secretariado de São Paulo fosse indicado pela FUP, que a Força Pública paulista tivesse comando autônomo, e nomeou para comandante da Região Militar o general Isidoro Dias Lopes, elemento simpático à Frente Única Paulista.

19 Essas concessões, embora permitindo à elite paulista consolidar seu poder no estado, não lhe davam condições de recuperar o controle do governo federal. Por isso, decidiu-se pela revolta armada, insuflando habilmente a opinião pública paulista contra Vargas e os tenentes. Nesse sentido, a morte de alguns manifestantes, que em 23 de maio de 1932 atacaram em São Paulo a sede da Legião Revolucionária (o clube local dos tenentistas), foi inteligentemente usada: com as iniciais dos sobrenomes de quatro dos mortos — Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo — formou-se um clube cívico, o MMDC, que imediatamente começou a preparar a revolta armada.

A contra-revolução de 1932 recebeu, em São Paulo, o apoio maciço da oligarquia cafeeira, da burguesia e da classe média. Já o operariado foi menos entusiasta, pois temia que a vitória dos "constitucionalistas" eliminasse as vantagens trabalhistas recém-adquiridas. Tanto é que durante a revolução, quando a indústria de São Paulo procurava produzir o máximo de equipamento bélico para os revoltosos, os industriais criaram sua própria "Milícia Industrial", para evitar sabotagens nas fábricas.

20 Finalmente, a 9 de julho de 1932, estourou o movimento. O interventor Pedro de Toledo foi aclamado governador e chefe político da revolta. A liderança militar coube aos generais Isidoro Dias Lopes, Bertoldo Klinger e ao coronel Euclides Figueiredo. A Força Pública e as tropas do Exército aquarteladas no estado deram apoio integral à revolta, assim como a elite e a classe média. Em poucos dias, 200000 voluntários alistaram-se no "Exército Constitucionalista". Simultaneamente, os industriais esforçavam-se para produzir material de guerra; senhoras e jovens das classes abastadas costuravam uniformes para os soldados e a população colaborou doando ouro, no valor de 6000 contos de réis. Apesar de tudo isso, São Paulo foi derrotado. Por quê?

Primeiro, porque os paulistas ficaram sozinhos. Os 5000 soldados aquartelados em Mato Grosso, sob o comando de Bertoldo Klinger, não participaram da revolta, pois o general foi demitido alguns dias antes de se iniciar o conflito. Minas Gerais, de quem os rebeldes esperavam no mínimo uma "neutralidade simpática", acabou participando ativamente ao lado do governo federal. E o Rio Grande do Sul, cuja participação na revolta seria ativa, na última hora passou para o lado dos legalistas. Na verdade, o resto do Brasil não tinha motivos para apoiar os rebeldes. Isolado, São Paulo teve de enfrentar as tropas do governo em três frentes simultâneas.

Os revoltosos paulistas foram atacados a partir do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Paraná, bem como bloqueados por mar. (Mapa com as fronteiras da época.)

O segundo motivo da derrota foi a inferioridade numérica e material de São Paulo: embora 200000 voluntários tenham-se apresentado, o armamento disponível permitia que apenas 30000 combatessem simultaneamente. E sequer as munições e os outros equipamentos militares produzidos pela indústria paulista foram suficientes para equilibrar aquela inferioridade.

Finalmente, havia a mediocridade do comando paulista — os melhores comandantes ficaram ao lado do governo — e a ausência total de bom entrosamento entre as chefias civil e militar do movimento. Por todos esses motivos, nos primeiros dias de outubro, os rebeldes renderam-se. Vargas nomeou o general Castilho de Lima como interventor em São Paulo e começaram as prisões das lideranças envolvidas no movimento: ao todo 77 pessoas foram banidas, partindo para o exterior.

De qualquer modo, a repressão foi muito menos violenta do que se esperava. Vargas, habilidoso como sempre, compôs-se rapidamente com a elite paulista, a qual, pouco tempo depois, já se entrosava com o governo. Assim, embora militarmente derrotada, a elite acabou vitoriosa em termos políticos, ao contrário do Tenentismo que, vitorioso nos campos de batalha, logo em seguida desaparecia como movimento político, incapaz de obter o apoio de qualquer categoria social.

A CONSTITUIÇÃO DE 1934

31 Em maio de 1933 elegeu-se uma Assembléia Constituinte para elaborar uma nova Constituição brasileira. Comparada com as eleições da República Velha, esta foi muito mais democrática, porque pela primeira vez no Brasil tivemos voto secreto, voto feminino e criação de uma Justiça Eleitoral para organizar e fiscalizar as eleições. Por isso a Assembléia eleita era bem mais representativa do que qualquer outra anterior, pois, embora as oligarquias tenham conseguido eleger um grande número de deputados, outras categorias sociais, como a burguesia, a classe média e o operariado, conquistaram também uma expressiva representação.

A Assembléia era formada por 214 deputados eleitos por sufrágio universal e por 40 representantes de sindicatos: 18 de sindicatos de trabalhadores, 17 de associações de empregadores, 3 de profissionais liberais e 2 representantes do funcionalismo público.

Por esses motivos, a Constituição aprovada em 16 de julho de 1934 — a terceira do Brasil — foi sem dúvida a mais democrática que já tivéramos até então. Seus aspectos básicos eram os seguintes:

- sistema presidencialista;
- presidente eleito por quatro anos, por voto popular direto;
- Câmara de Deputados eleita por quatro anos, cabendo a cada estado eleger um número de deputados proporcional à sua população;
- Senado Federal eleito por oito anos, com dois senadores por estado;
- sistema federativo, mantendo-se a autonomia dos estados;
- garantia das liberdades e direitos individuais.

Como você vê, até aqui havia poucas novidades, mantendo-se o arcabouço da Constituição de 1891. Mas os novos grupos representados na Assembléia fizeram valer sua influência, e então surgiram as inovações:

- voto secreto;
- voto feminino;
- legislação trabalhista (Previdência Social, 8 horas de trabalho diário, salário mínimo, férias, aposentadoria, etc.);
- autonomia dos sindicatos e representação profissional;
- criação do Mandado de Segurança, para defender o cidadão contra eventual prepotência do Estado;
- medidas nacionalistas defendendo as riquezas naturais do País;
- obrigação de as empresas manterem, no mínimo, dois terços de empregados brasileiros;
- criação da Justiça Eleitoral;
- representação classista: os sindicatos e as associações patronais elegeriam seus representantes à Câmara de Deputados (este item da Constituição acabou não sendo cumprido).

Podia não ser uma maravilha, mas era mais do que o Brasil jamais tivera. A 16 de julho de 1934 foi promulgada a Constituição. No dia seguinte, por maioria dos votos, a Assembléia elegeu o novo presidente da República, para o período de 1934 a 1938: Getúlio Vargas (de acordo com as Disposições Transitórias da Constituição, o primeiro presidente seria eleito indiretamente). Estava encerrado o Governo Provisório.

A Presidência Constitucional de Vargas (1934-1937)

22 Getúlio assumiu a presidência constitucional do País em 1934, para permanecer no governo até 1938. Em novembro de 1937, um ano antes do término de seu mandato, Vargas, através de um golpe de Estado, estabeleceu a ditadura e permaneceu no poder por mais de oito anos. Por quê? O que aconteceu para justificar uma brusca interrupção da legalidade constitucional apenas três anos após a aprovação da nova Constituição?

23 Para um observador daquela época, a situação parecia confusa. Afinal, aprovada a Constituição, eleito e empossado Vargas como presidente constitucional, aparentemente o País retornara à normalidade, encerrando-se o ciclo revolucionário iniciado em 1930. Por que, então, o súbito retorno à ditadura? Acontece que essa normalidade era apenas a fachada da situação. Por trás dela, novos fatores políticos, econômicos e sociais surgidos com a Revolução de 1930 encontravam-se ainda em fase de instabilidade, podendo o precário equilíbrio político brasileiro romper-se a qualquer momento.

24 Vamos resumir esses novos fatores da seguinte forma:

- O Estado surgido com a Revolução de 1930 não mais representava diretamente os interesses de um determinado grupo social. Podia, portanto, ligar-se a vários setores da sociedade, sem subordinar-se exclusivamente a nenhum deles.
- Novos grupos sociais, até então marginalizados, tentavam agora participar da política: operários, elementos da classe média, profissionais liberais, militares.
- A pressão política realizada por esses grupos prejudicava as oligarquias, porque as impedia de resolverem entre si os principais problemas do "País", isto é, os problemas *delas*.
- Os cafeicultores, cada vez mais dependentes do governo (que comprava os excedentes de café), desejavam o fortalecimento do Executivo, para que este tivesse melhores condições de auxiliá-los.
- Os industriais, em rápida ascensão, precisavam do apoio do Estado para continuar crescendo, por isso, viam com bons olhos o fortalecimento do governo.

> Lembre-se sempre de que Estado e governo **não são** sinônimos. Estado é o **conjunto** de organismos políticos, administrativos, judiciários e militares que dirigem o país. O governo é **um** desses organismos, aquele que engloba o poder Executivo e as repartições públicas que o assessoram.

A situação favorecia amplamente o fortalecimento do Estado, não só porque este tinha grande liberdade de manobrar os vários setores da sociedade, mas também porque a elite era favorável a esse fortalecimento, quer por motivos econômicos (apoio ao café e à indústria), quer por razões políticas (receio da ação do operariado e da classe média). Vargas, percebendo essa situação, agiu habilmente, procurando aumentar seu poder pessoal e, portanto, o do governo e do próprio Estado. A própria radicalização dos setores operários e da classe média (tanto os grupos direitistas como os esquerdistas), ocorrida principalmente a partir de 1934, acabou auxiliando Vargas em sua política. Portanto, fortalecido, o presidente pôde chegar ao golpe e à ditadura.

OS CHOQUES ENTRE A DIREITA E A ESQUERDA

25 Durante a década de 1930, os choques entre a direita e a esquerda intensificaram-se quase no mundo todo, decorrentes da ascensão de governos fascistas em vários países: Mussolini na Itália, Hitler na Alemanha, Salazar em Portugal, Franco na Espanha, e ainda de regimes semifascistas na Polônia, Romênia, Paraguai, Japão, etc. Visando enfrentar essa ascensão, formaram-se em muitos países "frentes amplas" antifascistas, cujo principal exemplo foi o *Front Populaire*, na França.

A situação mundial refletiu-se também no Brasil. Entre 1930 e 1933, fundaram-se várias organizações de caráter fascista: o Partido Fascista Brasileiro, a Legião Cearense do Trabalho, a Legião de Outubro, o Partido Nacional

Fascista, o Partido Nacional Sindicalista, o Partido Nacionalista de São Paulo, o Partido Nacional Regenerador. Em 1934, todas essas organizações fundiram-se na **Ação Integralista Brasileira (AIB)**, chefiada pelo político e intelectual **Plínio Salgado**.

[26] Influenciado pelo fascismo italiano, o integralismo propunha um Estado forte baseado não no voto popular, mas na representação corporativa de várias classes sociais. Conseqüentemente, defendia um governo autoritário e uma sociedade militarizada, em que a ordem e a disciplina seriam fundamentais. Além disso, o integralismo era nacionalista, conservador e reacionário. Como toda organização fascista, também os integralistas tinham um grande aparato externo: uniformes, desfiles, bandeiras, emblemas, etc. Os membros do partido cumprimentavam-se levantando o braço direito com a mão espalmada e gritando a palavra "Anauê" (em tupi, uma saudação).

Na Itália, os fascistas usavam uniforme com uma camisa preta; na Alemanha, uma camisa cáqui; aqui, nossos fascistas caboclos vestiam camisas verdes, sendo apelidados de "galinhas verdes". Sob o emblema do sigma (Σ) — se usasse a cruz suástica também já seria demais — a Ação Integralista cresceu rápido, com aproximadamente 300000 membros espalhados pelo País, em 4000 células. Participavam do movimento principalmente intelectuais, professores, profissionais liberais, altos e médios funcionários, estudantes, militares, pequenos comerciantes, etc. E até várias personalidades importantes aderiram, como membros ou simpatizantes: Miguel Reale, Antônio Toledo Piza, Gustavo Barroso, Vicente Rao, Francisco Campos, Santiago Dantas, etc.

[27] No Brasil, como reação ao integralismo, foi formada em janeiro de 1935 uma "frente ampla" de esquerda, a **Aliança Nacional Libertadora (ANL)**. Do novo movimento participavam comunistas, socialistas, uma facção do tenentismo, líderes trabalhistas e sindicais e muitos elementos da classe média que, embora não socialistas, eram contrários ao fascismo e consideravam-se de esquerda. O programa da ANL baseava-se em cinco pontos fundamentais: 1) formação de um governo popular; 2) garantia das mais amplas liberdades; 3) proteção aos pequenos e médios proprietários; 4) nacionalização das empresas estrangeiras; 5) cancelamento unilateral da dívida externa brasileira.

[28] Durante a convenção que estabeleceu oficialmente a Aliança, o presidente escolhido foi um oficial da Marinha, o comandante Hercolino Cascardo, enquanto, sob grande aclamação, um estudante então desconhecido, Carlos Lacerda (que entre 1945 e 1968 se tornou um dos mais importantes representantes da direita brasileira), propunha o nome de Luís Carlos Prestes para presidente de honra. O crescimento da ANL foi avassalador: em apenas três meses arregimentou aproximadamente 400000 membros, espalhados em 1600 núcleos. Entre eles, nomes de projeção: os capitães Agildo Barata e Trifino Correia (subcomandante da Coluna Prestes), major Costa Leite, comandante Roberto Sisson, o advogado Francisco Mangabeira, o jornalista Rubem Braga, o general Miguel Costa, o prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, o coronel João Cabanas, o governador do Pará, Magalhães Barata.

[29] Frente ao rápido crescimento da Aliança, as classes conservadoras, fortemente representadas na Câmara de Deputados, apavoraram-se. Aproveitando-se dessa situação, Vargas conseguiu que a Câmara aprovasse, em abril de 1935, uma Lei de Segurança Nacional. Como habitualmente ocorre com leis desse tipo, esta era vaga o suficiente para que qualquer pessoa ou atitude pudesse ser enquadrada em um de seus numerosos artigos. A elite podia dormir sossegada; de agora em diante, os elementos "suspeitos", os adeptos de "ideologias exóticas" poderiam ser facilmente presos e condenados. Suavemente, tão suavemente que muita gente boa não percebeu, Vargas ia empurrando o Brasil em direção à ditadura.

Em 5 de julho de 1935, no Rio de Janeiro, durante um comício realizado pela Aliança em comemoração ao 13º aniversário da Revolta dos 18 do Forte, foi lido um manifesto de Luís Carlos Prestes — que há pouco mais de um ano ingressara no Partido Comunista — lançando a palavra de ordem: "Todo o poder à ANL". Era o erro que o governo esperava: seis dias depois, com base na Lei de Segurança Nacional, a ANL foi fechada e declarada ilegal.

[30] "Bom", dirá você, "agora a briga vai ser feia. Com a força que a Aliança possuía, a reação dos aliancistas deve ter sido tremenda." Não foi. Não houve reação alguma. O seguinte trecho de uma carta do general Miguel Costa a Prestes esclarece o motivo: "... você, naturalmente pouco ou mal-informado, supondo que o movimento da ANL tivesse tanto de profundidade como de extensão, lançou o seu manifesto... No entanto, aí estão os fatos: ...veio o decreto de fechamento da ANL e este movimento popular, que parecia à primeira vista ter tomado todo o País, não reagiu nem com duas greves organizadas...". Miguel Costa estava certo. A esquerda brasileira cometera um erro mais tarde repetido várias vezes: os líderes distanciaram-se das bases, superestimaram a profundidade do movimento, lançaram-se à luta e... ficaram sozinhos. E em todas essas ocasiões a direita acabou por fortalecer sua posição.

[31] Ao fechar a Aliança Nacional Libertadora, Vargas mais uma vez demonstrava sua incrível habilidade para manobras políticas. Funcionando na clandestinidade, o que sobrou da ANL rapidamente ficou sob o controle dos comunistas, os únicos aliancistas com experiência de ação política clandestina. Vargas contava com isso. O Partido Comunista, influenciado principalmente por militares originários do Tenentismo, imediatamente planejou um levante armado que seria realizado por algumas unidades; com isso esperava que o povo apoiasse o movimento, dentro de uma tática tipicamente tenentista. Vargas contava com isso também. Afinal, criara uma bem informada polícia política — a Polícia Especial — com agentes infiltrados em toda parte: na ANL, no Partido Comunista e nas unidades militares suspeitas de tendências revolucionárias.

Finalmente, entre 23 e 27 de novembro de 1935, ocorreu o levante militar aliancista, conhecido sob o nome de **Intentona Comunista**. Sublevaram-se somente quatro guarnições militares: uma em Natal, outra em Recife e duas no Rio de Janeiro. Em Natal, chegou-se a organizar um Governo Revolucionário Popular que durou apenas 80 horas. As forças rebeldes do Nordeste foram rapidamente derrotadas; uma coluna que se deslocou para o interior foi dizimada pelos jagunços de um chefe sertanejo, Dinarte Mariz, que fez depois uma bem-sucedida carreira política, chegando nos anos 1970 a senador pela Arena, o partido que dava sustentação política ao Regime Militar. No Rio de Janeiro, sublevou-se apenas uma parte do 3º Regimento de Infantaria e um grupo de sargentos da Escola de Aviação. Submetidos a pesado bombardeio de artilharia, os rebeldes renderam-se poucas horas depois.

Para o governo, a Intentona foi uma maravilha. Decretou-se o estado de sítio e a Polícia Especial iniciou uma repressão sistemática e violenta. Basta você observar que em uma revolta da qual participaram umas poucas centenas de militares e civis, foram presas mais de dez mil pessoas. Vargas e os elementos que o apoiavam no plano de instalar uma ditadura tiraram do episódio as maiores vantagens possíveis. Inicialmente apavoraram a elite e a classe média com o espantalho do "perigo comunista", conseguindo que o Congresso decretasse não apenas o estado de sítio, mas também um incrível "estado de guerra" (embora o Brasil não estivesse em guerra com ninguém). Posteriormente, com esses poderes excepcionais, e com a Lei de Segurança, o Tribunal de Segurança e a Comissão de Repressão ao Comunismo passaram a prender não só os comunistas, mas todo e qualquer elemento que pudesse oferecer resistência a um eventual golpe de Getúlio.

[32] E o Tribunal de Segurança retardava o máximo possível o julgamento dos acusados, conquistando assim duas vantagens: deixar a opinião pública em constante suspense e manter os presos — contra a maioria dos quais não havia absolutamente prova alguma — mofando na prisão. O encarregado dessa sistemática repressão era o chefe da Polícia Especial, capitão Fillinto Müller, cuja polícia, auxiliada pelos milicianos integralistas, especializava-se rapidamente em prisões arbitrárias, espancamentos, torturas e assassinatos, tudo, é claro, em nome da democracia, da liberdade e do espírito cristão...

A carreira de Fillinto Müller foi longa e brilhante. Primeiro participou do Tenentismo. Depois, traiu seus companheiros e transformou-se no mais feroz perseguidor da Coluna Prestes. Em seguida, foi chefe da Polícia Especial, utilizando-se de métodos brutais semelhantes aos da Gestapo nazista e da KGB soviética. Finalmente, ingressou na política chegando a senador e a presidente da Arena, durante o governo do general Médici, no Regime Militar.

Como você vê, Vargas continuava empurrando o Brasil para a ditadura, embora não tão suavemente quanto antes.

O GOLPE DO ESTADO NOVO (1937)

[33] Como as eleições para presidente da República estavam marcadas para janeiro de 1938, desde janeiro de 1937 vinha-se desenvolvendo a campanha eleitoral. Plínio Salgado lançou-se candidato; embora já soubesse do golpe que se preparava. O ex-governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, também se candidatou, apoiado pela União Democrática Brasileira, congregando as oposições a Getúlio. Para disfarçar suas intenções continuístas, o governo lançou como candidato oficial o ex-ministro José Américo de Almeida, embora fosse quase certo que, se houvesse eleições, o vencedor seria Armando de Sales. Mas Vargas não estava preocupado. A repressão policial era tão intensa, que se tornava impossível uma campanha eleitoral normal e pacífica; além disso, como *ele sabia* que não se realizariam as eleições, apenas esperava a melhor oportunidade para desfechar o golpe e estabelecer a ditadura.

Entre os muitos crimes da Polícia Especial cometidos nesse período, inclui-se a prisão da mulher de Prestes, Olga Benário Prestes. Grávida, foi presa, torturada e depois entregue à Gestapo alemã, acusada de "judia e comunista". Presa no campo de concentração nazista de Ravensbrück, foi assassinada na câmara de gás em 1942.

34 As condições para o golpe já estavam criadas — a opinião pública assustada, os militares de tendência democrática colocados em funções sem importância, os esquerdistas e liberais na cadeia. Alguns líderes estaduais, originários da Revolução de 1930, foram neutralizados em 1936 e 1937: Juraci Magalhães na Bahia, Lima Cavalcanti em Pernambuco, Pedro Ernesto no Distrito Federal, Flores da Cunha no Rio Grande do Sul. Os generais Goiás Monteiro, chefe do Estado-Maior e Gaspar Dutra, ministro da Guerra, apoiavam firmemente a instauração da ditadura. Esperava-se apenas o pretexto final para o golpe; em setembro de 1937, o pretexto surgiu.

35 No dia 30 de setembro de 1937, os jornais anunciaram que o Estado-Maior do Exército descobrira um plano comunista para a tomada do poder. Atribuído ao Komintern (central comunista internacional) e assinado por alguém de sobrenome judeu, Cohen, era o famoso **Plano Cohen**, um pseudoplano comunista de "greves", "massacre de líderes políticos", "desrespeito aos lares", "incêndio de igrejas". Como você vê, era realmente de encomenda. Seu verdadeiro autor? Um militar integralista que servia no Estado-Maior, o capitão Olympio Mourão Filho (27 anos mais tarde, o já então general Mourão Filho sublevou a guarnição de Belo Horizonte, dando início ao golpe político-militar de 1964).

Vargas e os militares golpistas que o apoiavam não iam perder essa oportunidade de ouro: alegando que o País estava à beira de ser controlado pelos comunistas, conseguiram que o Congresso decretasse novamente o "estado de guerra", reforçando ainda mais os poderes do governo. Veja que os ditadores latino-americanos do século XX tiveram uma profunda dívida de gratidão para com Karl Marx: se ele não tivesse inventado o comunismo, como justificar as ditaduras?

Na primeira página de sua edição de 1º de outubro de 1937, o *Correio da Manhã* estampava a manchete: "As instruções do Komintern para a ação de seus agentes no Brasil". E como subtítulo: "O tenebroso plano foi apreendido pelo Estado-Maior do Exército". Notícias desse tipo, veiculadas conscientemente ou não, fizeram o jogo dos golpistas, ajudando a convencer a população da veracidade do Plano Cohen.

Muitos anos depois do golpe de 1937, quando já era pública e notória a falsidade do Plano Cohen, seu autor declarou que o fizera com a mais inocente das intenções: era apenas um "exercício literário"...

Nessa altura, alguns líderes das oligarquias começaram a perceber que, apoiando o fortalecimento contínuo do governo, haviam ajudado a cavar a própria sepultura. Mas era tarde. A 10 de novembro de 1937, Getúlio desfechou o golpe, sem tiros, sem mortes, sem resistência. Uma companhia de soldados fechou o Congresso, os governadores encarregaram-se de prevenir protestos em seus estados, as tropas ficaram de prontidão. O ditador leu um pequeno discurso pelo rádio, anunciando o "nascer da nova era" e a nova Constituição, na verdade pronta há muitos meses. E assim, para defender a liberdade, entramos na ditadura.

A era Vargas (1930-1945)

O Estado Novo (1937-1945)

O ESTABELECIMENTO DA DITADURA

36 A ditadura estabelecida por Getúlio estendeu-se por oito anos, até 1945. Embora Vargas agisse habilidosamente, visando aumentar o próprio poder, é claro que não foi apenas a sua atuação que gerou o Estado Novo. Como já vimos no capítulo anterior, pelo menos três elementos convergiam no sentido de fortalecer o Estado:

- os cafeicultores defendiam o fortalecimento do Estado, pois dele dependiam para a manutenção dos preços do café;
- os industriais assumiam a mesma posição de defesa, porque o crescimento da indústria dependia da proteção estatal;
- as oligarquias e a classe média urbana, assustada com a expansão da esquerda, julgavam que só um governo forte poderia "salvar a democracia".

"Mas", perguntará você, "e os militares? Por que apoiavam o estabelecimento da ditadura?" Por várias razões. Primeiro porque, por sua própria formação profissional, os militares tinham uma visão hierarquizada do Estado, tendendo muito mais a apoiarem um regime autoritário do que um regime liberal. Segundo, porque os oficiais de tendência liberal tinham sido expurgados por Vargas e pela dupla Góis Monteiro-Gaspar Dutra. Terceiro, porque estava se consolidando entre os oficiais o pensamento de que se deveria substituir a política **no Exército** pela política **do Exército**. E a política do Exército, naquele momento, visava ao seu próprio fortalecimento, o que seria bem mais viável num regime autoritário do que numa democracia liberal.

Com todos esses fatores à sua disposição, foi relativamente fácil para Getúlio instalar a ditadura e mantê-la por oito anos, durante os quais o autoritarismo, a censura, a repressão policial e política e a perseguição àqueles que o regime considerava como inimigos — tanto pessoas como organizações — foram implacáveis.

A POLÍTICA ECONÔMICA DO ESTADO NOVO

A CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

37 A esta altura, talvez você esteja com a seguinte dúvida: com tantas violências praticadas durante o Estado Novo, como era possível que Vargas mantivesse e mesmo ampliasse sua popularidade?

A resposta é múltipla. Antes de mais nada, convém lembrar que a rígida censura imposta à impresa impedia que esses fatos chegassem ao conhecimento do

O MINISTRO DA GUERRA DIRIGE-SE AO EXERCITO

O GLOBO

Communicada aos commandos das Regiões Militares a promulgação da nova Constituição

ULTIMA EDIÇÃO 17 HORAS

É bastante comum e curiosa, no Brasil, desde a década de 1930, a confusão — às vezes ingênua, às vezes proposital — entre **democracia** e **anticomunismo**. Considera-se que para ser democrata basta ser anticomunista. Dentro desse conceito, a mais violenta das ditaduras será democrática, bastando para isso que o ditador seja contra o comunismo. Na ilustração ao lado, o jornal *O Globo*, noticiando o golpe de 1937, mostra uma foto do general Gaspar Dutra e sua mensagem às tropas, caracterizando a ditadura como defesa da democracia.

Repare que o subtítulo da manchete faz referência aos "... adversários do regime democrático que nos congrega." Esse "regime democrático" era a ditadura recém-instalada!

grande público, que, por outro lado, era constantemente "trabalhado" pela propaganda do governo. Além disso, como o Estado agora não representava os interesses de um grupo em particular, mas de diversas facções da sociedade brasileira, Vargas pôde dar a seu governo uma configuração dualista: **uma ação política ultra-reacionária e conservadora e uma ação econômica moderna e progressista**. Assim, enquanto nos porões do regime desenvolvia-se uma bárbara repressão, nos setores administrativo e econômico o progresso era evidente.

Entre 1937 e 1940, consolidou-se o poder do Estado, sendo que a maioria das reformas políticas e administrativas visavam solucionar problemas e consolidar tendências existentes desde 1930. Por meio dos interventores, o governo federal passou a controlar a política dos estados. Paralelamente a isso, porém, foi criado em cada estado um **Departamento Administrativo**, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça, e cujos membros eram nomeados pelo presidente da República. Cada Departamento Administrativo estudava e aprovava as leis decretadas pelo interventor, fiscalizava seus atos, orçamentos, empréstimos, etc. Assim, os programas estaduais ficavam subordinados ao governo federal. Além disso, pela composição dos membros desses Departamentos — técnicos em agricultura, advogados, engenheiros, estatísticos — criava-se um novo e importante elemento dentro do Estado: o burocrata de formação técnica, ou **tecnocrata**, que tanta importância possui no Brasil dos dias atuais.

Na área federal, criou-se o **Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)**. Além de centralizar a reforma administrativa, o Departamento tinha poderes para elaborar o orçamento dos órgãos públicos e controlar a execução orçamentária destes. Com a criação do DASP e do **Conselho Nacional de Economia**, não só a atuação administrativa e econômica do governo passou a ser muito mais eficiente, como também aumentou consideravelmente o poder do Estado e do presidente da República, agora diretamente envolvido na solução dos principais problemas econômicos do País, inclusive com a criação de órgãos especializados: o Instituto do Açúcar e do Álcool, o Instituto do Mate, o Instituto do Pinho, etc.

Por meio dessas medidas, o governo conseguiu solucionar satisfatoriamente os principais problemas econômicos da época. A cafeicultura foi convenientemente defendida, a exportação agrícola diversificou-se, a dívida externa foi congelada (suspensão por tempo indeterminado do pagamento dos juros e da amortização), a indústria cresceu rapidamente, a mineração de ferro e carvão expandiu-se, a legislação trabalhista consolidou-se. Com isso as elites se enriqueciam, a classe média melhorava seu padrão de vida, o operariado urbano ganhava a proteção pela qual lutara tantos anos. E por todas essas razões Vargas aumentou sua popularidade, apesar da repressão política de seu regime.

A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA

38 Entre 1937 e 1940, a ação econômica do Estado objetivava racionalizar e incentivar atividades econômicas já existentes no Brasil. Porém, a partir de 1940, com a instalação de grandes empresas estatais, o Estado alterou seu papel, passando a ser um dos principais investidores do setor industrial, particularmente no campo da indústria pesada. O surgimento das empresas estatais teve duas conseqüências imediatas: aumentou consideravelmente a participação do Estado na economia e ampliou o número e a importância dos tecnocratas, cuja influência política, econômica e administrativa cresceu constantemente daí em diante, atingindo, após 1964, os mais altos escalões governamentais.

39 Os investimentos estatais concentravam-se na indústria pesada, principalmente na siderurgia, indústria química, mecânica pesada, metalurgia, mineração de ferro, geração de energia hidroelétrica, etc. Eram setores que exigiam grandes capitais, cujo retorno só se daria a longo prazo, e nos quais a burguesia nacional não estava interessada. A solução era ou apelar para o capital estrangeiro ou para o investimento estatal; Vargas optou pela segunda solução. O êxito da instalação da indústria pesada no Brasil deveu-se ao interesse de um pequeno grupo de indústrias de maior visão empresarial — como Guilherme Guinle, Horácio Lafer e Roberto Simonsen — e principalmente ao apoio dos militares, que associavam a indústria de base à produção de armamentos, considerando-a assim assunto de segurança nacional.

Nas décadas de 1980 e 1990, muitos setores da burguesia criticavam a estatização da economia, mas, curiosamente "esqueciam-se" de que a maior parte da burguesia nacional recusou-se a arriscar seus capitais na instalação da indústria de base, só se interessando pelo assunto depois que o Estado provou, na prática, a rentabilidade de tais investimentos. Essa típica falta de iniciativa da burguesia industrial brasileira era resultado das próprias condições em que ela se formou: originária da elite agrária ou de imigrantes, dependente do apoio do Estado, o empresariado acabou por andar a reboque do governo e do capital estrangeiro, sem ter uma influência política condizente com seu poder econômico.

A maior participação do Estado na economia gerou a formação de novos órgãos oficiais de coordenação e planejamento econômico, dos quais se destacam:

CNP — Conselho Nacional do Petróleo (1938)

CNAEE — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939)

CME — Coordenação da Mobilização Econômica (1942)

CNPIC — Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944)

CPE — Comissão de Planejamento Econômico (1944)

Quanto às empresas estatais criadas, as principais foram as seguintes:

CSN — Companhia Siderúrgica Nacional (1940)

CVRD — Companhia Vale do Rio Doce (1942)

CNA — Companhia Nacional de Álcalis (1943)

FNM — Fábrica Nacional de Motores (1943)

CHESF — Companhia Hidroelétrica do São Francisco (1945)

Desse modo, apesar da desaceleração do crescimento industrial ocasionado pela Segunda Guerra Mundial, devido à dificuldade para importar equipamentos e matérias-primas, quando o Estado Novo se encerrou, em 1945, a industrialização estava plenamente consolidada no Brasil.

AS CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS DO ESTADO NOVO

40 Por curioso que pareça, a ditadura estadonovista baseava-se em uma Constituição; inaugurava-se assim uma característica própria das ditaduras brasileiras: o poder do ditador, embora praticamente absoluto, baseia-se na lei. E esta afirma que o poder do ditador é absoluto. Portanto, veja você, a ditadura torna-se "legal". Exatamente assim era a Constituição outorgada por Vargas em 1937, a qual vigorou até a queda do ditador, em 1945.

Apelidada de "Polaca", foi elaborada por Francisco Campos, conhecido como "Chico Ciência", devido à sua habilidade em transformar atos arbitrários em fórmulas legais (o mesmo Francisco Campos elaborou mais tarde o Ato Institucional nº 1, AI-1, legalizando o golpe político-militar de 1964). A "Polaca", extremamente autoritária, concedia ao governo poderes praticamente ilimitados.

Em termos práticos, o governo do Estado Novo funcionou assim:

- o poder político concentrava-se todo nas mãos do presidente da República;
- o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais foram fechadas;
- o sistema judiciário ficou subordinado ao poder Executivo;
- os Estados eram governados por interventores nomeados por Vargas, os quais, por sua vez, nomeavam os prefeitos municipais;
- a Polícia Especial (PE) e as polícias estaduais adquiriram total liberdade de ação, prendendo, torturando e assassinando qualquer pessoa suspeita de se opor ao governo;
- a propaganda pela imprensa e pelo rádio foi largamente usada pelo governo, por meio do Departamento da Imprensa e Propaganda (DIP).

É claro que fecharam também os partidos políticos, inclusive o Integralista, que passou então a funcionar com a inocente denominação de Associação Brasileira de Cultura. Em 1938, porém, os integralistas tentaram um golpe de Estado, conhecido por **Intentona Integralista**. O governo sufocou-a em algumas horas, prendendo seus principais líderes (Plínio Salgado foi para um cômodo exílio em Portugal). O movimento integralista praticamente desaparecia.

Nesse meio tempo, o DIP e a PE prosseguiam em seu trabalho. Chefiado por Lourival Fontes, o DIP era incansável tanto na censura quanto na propaganda, voltada para todos os setores da sociedade — operários, estudantes, classe média, crianças, militares — e abrangendo assuntos tão diversos quanto siderurgia, carnaval e futebol; procurava-se, assim, formar uma ideologia estadonovista que fosse aceita pelas diversas camadas sociais e grupos profissionais e intelectuais. Cabia também ao DIP o preparo das gigantescas manifestações operárias, particularmente no dia 1º de maio, quando os trabalhadores, além de comemorarem o Dia do Trabalho, prestavam uma homenagem a Vargas, apelidado de "o pai dos pobres".

O relacionamento entre Getúlio e os trabalhadores era muito interessante, temperado pelos famosos discursos do ditador os quais sempre começavam pela frase "trabalhadores do Brasil...". Seguindo uma política tipicamente **populista**, Vargas, de um lado, eliminava qualquer liderança operária que tentasse uma atuação autônoma em relação ao governo, acusando-a de "comunista", enquanto por outro lado, concedia freqüentes benefícios trabalhistas ao operariado, incluindo a decretação do **salário-mínimo** e da **Consolidação das Leis do Trabalho**. Desse modo, por meio de

uma inteligente mistura de propaganda, repressão e concessões, Getúlio obteve um amplo apoio das camadas populares.

O seguinte trecho de uma cartilha intitulada *Getúlio Vargas para Crianças* (para os adultos dizia-se a mesma coisa, porém com outras palavras), vê-se claramente o tipo de propaganda usada no Estado Novo: "Nada há de mais nocivo a uma Nação que os agitadores políticos. A política continuava a atrapalhar as atividades do presidente... Horrorizado pela demagogia crescente do Poder Legislativo,... Getúlio Vargas outorgou ao povo brasileiro uma nova Constituição, criando, nesse dia predestinado, o Estado Novo... O Brasil entrava em novos caminhos de segurança e trabalho... Ao instaurar o Estado Novo, o presidente... em suas viagens e excursões, entre as massas populares, recebeu do contato com o povo a mais decidida aprovação a todos os seus atos e a todas as suas atitudes". É realmente edificante...

41 Enquanto isso, a Polícia Especial (PE), sob o comando de Fillinto Müller, continuava agindo: prendia milhares e milhares de pessoas, sendo que a maioria jamais foi julgada, ficando simplesmente na prisão, por anos e anos, submetida a maus tratos e torturas.

42 Após a derrubada da ditadura, formou-se uma comissão de deputados para investigar as barbaridades cometidas pela polícia durante o Estado Novo, denominada "Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Delituosos da Ditadura". Mas os levantamentos feitos pela Comissão, em 1946 e 1947, eram quase sempre abafados, fazendo-se o possível para que caíssem no esquecimento, por duas razões: a grande maioria dos torturadores e assassinos permaneciam na polícia após a extinção da PE, sendo apenas transferidos para outros órgãos policiais; muitos civis e militares envolvidos nas torturas e assassinatos fizeram mais tarde rápida carreira, chegando a ocupar postos importantes na administração e na política.

De qualquer modo, o relatório revela os extremos de violência e banditismo organizado a que se chegou durante o Estado Novo: prisões arbitrárias, intimidação, torturas. Os presos, pendurados em "paus-de-arara", eram espancados com pedaços de paus e canos de borracha e picados com alfinetes. Enfiavam-lhes farpas de bambu embaixo das unhas, arrancavam-lhes os pêlos do corpo e os dentes com alicates, distribuíam-lhes indiscriminadamente socos e pontapés. Muitos presos tinham seus corpos queimados com pontas de cigarro e usavam-se maçaricos para queimar os órgãos sexuais dos homens e os seios das mulheres. Dar choques elétricos no prisioneiro e obrigá-lo a beber doses cavalares de óleo de rícino era uma prática habitual que até virou rotina.

Os torturadores não respeitavam ninguém: homens, mulheres, crianças e velhos eram para eles uma coisa só. Para obrigarem um suspeito a confessar, comumente prendiam também sua mulher, namorada, mãe ou filha, torturando-a na frente do preso, inclusive com prática de violências sexuais. É óbvio que muitas vezes o infeliz prisioneiro não resistia aos maus tratos e acabava morrendo. Então enterravam o corpo num matagal ou jogavam-no do terceiro ou quarto andar de uma delegacia, afirmando depois que o preso havia-se suicidado.

Além dessas violências diretas, cometia-se um tipo indireto de crime contra os direitos humanos dos cidadãos: a espionagem generalizada. Os órgãos de segurança do governo, civis e militares, utilizavam milhares de espiões — apelidados de "invisíveis" — com a função de espionar esta ou aquela pessoa em particular ou então de fazer espionagem geral, nas escolas, universidades, fábricas, estádios de futebol, nos transportes públicos, nos cinemas nos locais de diversões públicas, nas unidades militares, nas repartições públicas, etc. Formaram-se assim gigantescos arquivos secretos, nos quais dezenas de milhares de cidadãos tinham suas vidas cuidadosamente anotadas.

"Mas", perguntará você, "todos esses crimes não receberam punição após a queda da ditadura?" Não. Organizações, pessoas, arquivos e métodos foram mantidos provisoriamente desativados, diluídos por outros organismos ou disfarçados sob novas siglas, mas prontos para serem usados outra vez, assim que os donos do poder o julgassem conveniente. Quando, 19 anos após a queda do Estado Novo, instalou-se no Brasil uma nova ditadura — o Regime Militar — o aparelho repressivo foi reativado, ampliado e "modernizado". E a repressão que então se viu no País fez a violência do Estado Novo parecer coisa de simples amadores.

O FIM DO ESTADO NOVO

43 O início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, trouxe conseqüências diversas para o Brasil. Em primeiro lugar, permitiu a Vargas uma habilidosa neutralidade, oscilando às vezes em direção aos Aliados, às vezes em direção ao Eixo. Jogando dessa maneira, o governo conseguiu obter dos Estados Unidos o financiamento para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, a compra de armamentos alemães e o fornecimento de material bélico americano.

Getúlio, como sempre, não se definia, esperando que a evolução da guerra mostrasse o provável lado vencedor. Dentro do governo, por sua vez, havia dois grupos claramente definidos: Oswaldo

Aranha (Relações Exteriores) era favorável aos Estados Unidos; Gaspar Dutra e Góis Monteiro, francamente favoráveis aos nazistas (Dutra chegou a sugerir que o Brasil declarasse guerra à Inglaterra). No entanto, a entrada dos Estados Unidos no conflito, em fins de 1941, e o torpedeamento pelos alemães de vários navios mercantes brasileiros fizeram com que a opinião pública começasse a se manifestar a favor de que o Brasil declarasse guerra ao Eixo.

Desse modo, o governo foi inclinando-se a favor dos Aliados. Em janeiro de 1942 rompemos relações com os países do Eixo. Em julho, Lourival Fontes (DIP), Fillinto Müller (PE) e Francisco Campos (ministro da Justiça) demitiram-se de seus cargos, fortalecendo a posição dos elementos favoráveis aos Aliados. Finalmente, em agosto de 1942, declaramos guerra ao Eixo, iniciando-se imediatamente a mobilização militar e a convocação de reservistas. No ano seguinte organizou-se a FEB (Força Expedicionária Brasileira), formada por 25000 soldados e grupos de aviação de caça (em 1941 tinha sido criado o Ministério da Aeronáutica e a Força Aérea Brasileira — FAB). Em 1944, as tropas brasileiras desembarcaram na Itália; iniciava-se nossa participação no conflito.

Muito mais do que os efeitos militares, a guerra foi importante por suas conseqüências sobre a política interna brasileira. O Estado Novo não mais podia manter seu aspecto ditatorial enquanto nossas tropas combatiam o fascismo na Europa. As próprias manifestações de rua favoráveis à entrada do Brasil na guerra começaram a pôr em xeque o rígido esquema repressivo montado por Vargas. Uma parte da elite, que até então tinha apoiado a ditadura, retirou publicamente esse apoio, por meio do "Manifesto dos Mineiros", publicado em outubro de 1943.

"Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam..." (trecho do Manifesto dos Mineiros).

Durante todo o ano de 1944 multiplicaram-se as manifestações favoráveis à redemocratização, apesar da repressão policial. Pressionado, Vargas assinou em fevereiro de 1945 um Ato Adicional, convocando eleições presidenciais para o final do ano. Formam-se então vários partidos políticos: UDN (União Democrática Nacional), PSD (Partido Social Democrático), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), legalizou-se o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e outros menores. O PSD e o PTB lançaram a candidatura do general Gaspar Dutra; a UDN indicou o brigadeiro Eduardo Gomes (ex-líder tenentista); e o PCB lançou o nome de Yedo Fiúza.

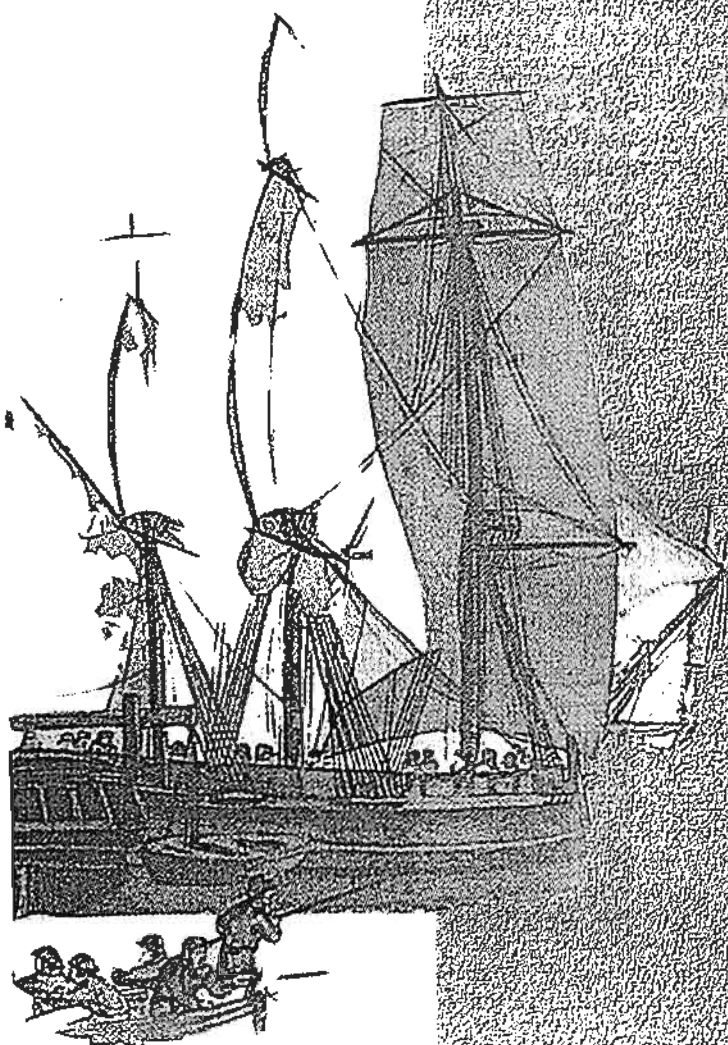
Decretada a anistia aos presos políticos e concedida a liberdade de imprensa, a campanha eleitoral caminhava a todo vapor. Muitos, porém, desconfiavam que Vargas pretendia continuar no poder, principalmente depois que grupos esquerdistas e nacionalistas lançaram a campanha favorável a que o processo de redemocratização fosse feito com a permanência de Getúlio Vargas no governo. Tal movimento ficou conhecido como "**Queremismo**", devido a seu "slogan": "queremos Getúlio".

Naquele momento, porém, as forças políticas mais poderosas do País, tanto civis como militares, posicionaram-se contra Getúlio, apenas esperando uma oportunidade para derrubá-lo. A oportunidade surgiu em 29 de outubro de 1945, quando ele nomeou seu irmão Benjamim Vargas (apelidado de "Bejo") e João Alberto, respectivamente, para os cargos de chefe de polícia e prefeito do Rio de Janeiro. Nesse mesmo dia, os generais Gaspar Dutra e Góis Monteiro ordenaram que forças blindadas cercassem o Palácio Guanabara. Diante disso, Getúlio Vargas renunciou ao cargo, e retirou-se para sua estância em São Borja, no Rio Grande do Sul. Terminava o Estado Novo. Trinta e cinco dias depois, a 2 de dezembro, realizaram-se as eleições: o general Dutra foi eleito presidente, com 3250000 votos (55% do total).

Na realidade, grande parte das forças que derrubaram Getúlio, em 1945, haviam ajudado a implantar o Estado Novo e tinham apoiado a ditadura e dela se beneficiado. O porquê do súbito e suspeito sentimento democrático de tais forças será estudado na próxima Unidade.

UNIDADE XV

A Democracia Populista (1945-1964)

A Democracia Populista (1945-1964)

Tempos de Transição (1945-1950)

No período compreendido entre 1930 e 1945, o velho Brasil exclusivamente agrário e oligárquico fora definitivamente sepultado pela industrialização, pela modernização da economia e da sociedade e pelo crescimento do poder administrativo e econômico do Estado. Apesar disso, quando Vargas foi deposto, em 1945, não éramos ainda um país verdadeiramente capitalista, no sentido moderno da palavra: capitalismo industrial e financeiro, com uma sofisticada base tecnológica.

Esse tipo de capitalismo começou a se estabelecer no Brasil a partir de 1945, porém atravessando uma fase inicial de transição e acomodação, que correspondeu aproximadamente ao governo Dutra, de 1946 a 1951. **Transição** de um regime capitalista ditatorial — o Estado Novo — para uma democracia liberal burguesa; **acomodação** entre as ambições de nosso capitalismo interno e os poderosos interesses do capitalismo internacional, agora liderado pelos Estados Unidos.

E tanto a transição como a acomodação ocorreram dentro do regime populista, com alguns setores da elite chefiando o movimento de reivindicações populares. Claro que, como o sistema agora era democrático, a ação populista era feita por partidos políticos, que agiam dentro do Estado, particularmente no Congresso Nacional e no Ministério do Trabalho.

Nesse contexto e sob o clima mundial da Guerra Fria, dois grandes grupos disputavam o poder no Brasil:

- Um defendia o desenvolvimento de um capitalismo nacional autônomo, subordinado aos interesses do Brasil e não das grandes potências, e empresas estrangeiras: eram os **progressistas**.
- O outro desejava um capitalismo "liberal", com o Brasil totalmente aberto às grandes companhias internacionais e intimamente associado aos interesses norte-americanos e europeus: eram os **conservadores**.

Entre esses dois grupos, havia um outro, bem menor, composto por aqueles que simplesmente rejeitavam a forma capitalista: os comunistas.

"Guerra fria" foi a expressão criada pela imprensa para designar o conflito de interesses surgidos após a guerra entre o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco comunista liderado pela União Soviética. Nesse conflito cada um dos países líderes exigia total obediência dos países subordinados. No caso brasileiro, essa obediência chegou a tal nível de cegueira e bajulação que o ex-líder tenentista Juraci Magalhães, agora promovido a general e ocupando importante cargo diplomático, declarou publicamente: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". E ponto final!

Vamos então estudar a atuação desses grupos no período que se seguiu à derrubada do Estado Novo.

AS LIMITAÇÕES DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Em outubro de 1945, um golpe militar derrubou Getúlio Vargas, encerrando a ditadura. "Ótimo", dirá você, "as forças democráticas estão reagindo!" Calma lá! Essas tais forças democráticas não eram *tão* democráticas assim. Ou pelo menos alguns de seus componentes não eram. Por exemplo: Vargas foi deposto pelos generais Dutra e Góis Monteiro, os mesmos que antes o haviam ajudado a instalar o Estado Novo e que depois tinham apoiado todas as violências da ditadura durante oito longos anos, inclusive sugerindo que entrássemos na guerra ao lado dos nazistas! E agora, como num passe de mágica, surgiam como campeões da liberdade e da democracia. Você há de concordar que esses líderes democráticos eram um tanto suspeitos... Ou melhor, suspeitíssimos!

Como se explica, então, essa súbita mudança? É que Vargas, ao iniciar sua abertura política, em 1945, começou a se inclinar para o lado dos nacionalistas, aproximando-se das esquerdas e contrariando os interesses das grandes empresas estrangeiras e de seus aliados dentro do Brasil. Isso apavorou

aqueles setores da sociedade brasileira que, tendo apoiado a ditadura, desejavam agora a liberalização política do regime, mas sem qualquer mudança econômica que pusesse em risco os interesses da elite interna (principalmente dos latifundiários, dos banqueiros e dos importadores) e do capital estrangeiro. Diante do perigo representado pelas novas tendências de Vargas, tais grupos não hesitaram: derrubaram-no.

Assim, tivemos no Brasil uma contradição que seria cômica, se não fosse trágica: a liberalização política foi chefiada pelos elementos mais conservadores que haviam apoiado a ditadura. E o que é pior: como a redemocratização era um desejo da maioria da população, ao derrubarem Vargas, tais elementos assumiram perante a opinião pública o papel de salvadores da pátria e defensores da democracia. No entanto, é evidente que uma democracia liderada por grupos desse tipo não poderia ter um futuro muito brilhante. Por isso, 19 anos mais tarde, a democracia liberal brasileira desmoronou, mergulhando o País numa nova e mais longa ditadura.

A CONSTITUIÇÃO DE 1946

Nas eleições de 1945, além do presidente da República elegeu-se também o Congresso Nacional, formado por 320 parlamentares (deputados e senadores), com poderes para se transformarem em Assembléia Constituinte e elaborarem a nova Constituição do País. O resultado da eleição por partidos foi o seguinte:

PARTIDO	TOTAL DE VOTOS	NÚMERO DE ELEITOS
PSD	2528000	177
UDN	1574000	87
PTB	603000	24
PCB	511000	15
OUTROS	—	17

Fonte: Souza, Maria C. Campello de. *Estado e Partidos Políticos do Brasil* (1930-1964)

O PSD fora fundado por inspiração de Getúlio, aproveitando toda a máquina política e administrativa herdada do Estado Novo, tanto federal como estadual. Portanto, esse partido, formado de cima para baixo, incorporou muitos dos antigos colaboradores de Vargas, tendo como base social os proprietários de terras, industriais, banqueiros, grandes comerciantes, o eleitorado rural de clientela e parte da classe média.

A UDN tinha bases muito semelhantes às do PSD, representando os interesses da burguesia industrial e financeira, da alta classe média e de parcelas da população urbana. Embora os udenistas fossem em geral elementos que haviam combatido o Estado Novo, ambos os partidos, bastante conservadores, defendiam um capitalismo liberal e totalmente aberto ao capital estrangeiro.

O PTB nasceu também como um partido oficial. Sua estrutura baseava-se na burocracia do Ministério do Trabalho e na organização sindical criada pelo Estado Novo. Embora recebesse apoio razoavelmente significativo dos operários, a maior força política do partido era a imagem de Vargas, o "pai dos pobres", o "protetor dos trabalhadores". Havia assim uma curiosa contradição: o PSD e o PTB, embora representando grupos sociais opostos, tinham o mesmo presidente de honra: Getúlio Vargas.

O PCB, por sua vez, havia passado por uma importante transformação: deixara de ser um partido típico de elementos da classe média, passando a obter o apoio de vários segmentos das camadas populares e dispondo-se a colaborar com qualquer partido que não fosse fascista ou excessivamente conservador.

Esses partidos e diversos outros menores existiram até 1965, quando foram extintos pelo Regime Militar, por meio do Ato Institucional nº 2 (AI-2), exceto o PCB, cassado pelo governo de 1947. Com o passar dos anos, o PSD, embora permanecesse majoritário, lentamente perdeu força eleitoral, enquanto a UDN permaneceu estabilizada e o PTB cresceu constantemente, adquirindo cada vez mais a característica de um grande partido de massas. Quando da extinção dos partidos, em 1965, o Partido Trabalhista caminhava rapidamente para a posição de maior partido do Brasil.

Sob controle desses partidos, em 1946, a Assembléia Constituinte discutiu e aprovou a nova **Constituição** brasileira. Seguindo as linhas gerais das Constituições de 1891 e 1934, a nova Carta Magna determinava o seguinte:

- **Poder Executivo**: exercido pelo presidente da República e seus ministros. O presidente e o vice eram eleitos pelo povo, para um mandato de cinco anos.
- **Poder Legislativo**: constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Os parlamentares eram eleitos pelo povo, os deputados por um período de quatro anos e os senadores por oito anos. O número de deputados era proporcional à população de cada estado e o de senadores, de três por estado.

- **Poder Judiciário**: formado pelos tribunais federais de cada Estado e pelo Supremo Tribunal Federal.

Os estados da federação tinha ampla autonomia política e administrativa, elegendo seus próprios governadores e Assembléias Legislativas. Também a autonomia dos municípios era regulamentada, com prefeitos e vereadores eleitos por voto popular. No geral, a Constituição era bastante liberal e apesar de algumas falhas, adaptou-se bem à realidade brasileira. Porém, a partir de 1964, começou a ser mutilada pelos Atos Institucionais, acabando extinta em 1967.

A PRESIDÊNCIA DE GASPAR DUTRA (1946-1951)

8 Desde o início o governo Dutra sofreu os efeitos das contradições que lhe tinham dado origem; assim, apesar de seu programa de redemocratização, era um governo constituído por elementos conservadores, muitos deles originários do Estado Novo. E ainda por cima, em pleno clima da Guerra Fria. A conseqüência dessa mistura de circunstâncias não foi das mais favoráveis ao Brasil, quer em termos econômicos, quer nos aspectos políticos.

Inicialmente, o governo baseou sua política econômica em três postulados:

- não-intervenção do Estado na economia;
- congelamento dos salários;
- total liberdade de ação para o capital estrangeiro.

9 O resultado foi desanimador. As reservas em dólares acumulados pelo Brasil durante a guerra — mais de 700 milhões de dólares, um valor muito elevado para a época — reduziram-se, em pouco mais de um ano, a 90 milhões, devido à importação de produtos inúteis, principalmente artigos de luxo. A dívida externa, bastante reduzida no final do governo Vargas, recomeçou a crescer. Nossos créditos junto à Inglaterra foram literalmente jogados fora, utilizados na compra de ferrovias brasileiras controladas por empresas inglesas, e cujo equipamento era um verdadeiro "ferro-velho". O País passou a ter dificuldades com o balanço de pagamentos, enquanto a inflação crescia e o capital estrangeiro penetrava em setores importantes da economia.

Diante desse panorama, o governo resolveu modificar sua orientação, passando a intervir discretamente na economia, esboçando um planejamento econômico — o **Plano Salte**, que acabou abandonado pela metade — e suspendendo o congelamento salarial. Essas medidas permitiram uma discreta melhora na economia.

10 Paralelamente, a política brasileira adaptou-se mais ainda aos interesses econômicos norte-americanos, por meio da ação da Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos, chamada de **Missão Abbink**, presidida por John Abbink e Otávio Gouveia de Bulhões. Extremamente conservadora, a Comissão concluiu, entre outras coisas, que a causa da inflação eram os aumentos salariais e que os setores vitais da economia brasileira só poderiam se desenvolver com a participação de capital estrangeiro! Como dizia o general Juraci Magalhães, "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil...".

11 É claro que essa orientação econômica não era adotada isoladamente pelo Brasil: o clima gerado pela Guerra Fria fez com que todos os países do continente americano a seguissem. Nesse mesmo clima, realiza-se em Petrópolis, em 1947, a Conferência Interamericana de Paz e Segurança.

Após a Conferência, assinou-se o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que autorizou a interferência dos Estados Unidos — com a ajuda de tropas de outros países signatários do Tratado — em qualquer lugar em que houvesse uma ameaça à "paz e segurança", ou seja, onde quer que fossem ameaçados os interesses norte-americanos.

> Teoricamente, o Tratado destinava-se a defender qualquer país americano que fosse ameaçado por uma nação de fora do Continente. No entanto, como nenhuma ação conjunta dos países americanos seria possível sem a participação dos Estados Unidos, o Tratado, na prática, servia apenas para a defesa dos interesses norte-americanos.

12 A política interna do governo Dutra seguiu a mesma orientação dada aos assuntos externos e econômicos: o conservadorismo. Estabeleceu-se estrita vigilância sobre os sindicatos (num total de 944 sindicatos, o governo interveio em 400); o Partido Comunista foi posto na ilegalidade em 1947 e os deputados por ele eleitos, cassados no ano seguinte. Os salários foram mantidos em níveis baixos e qualquer protesto mais sério contra o governo era logo denunciado como "agitação comunista" e reprimido com violência.

Em 1950, nesse ambiente, iniciou-se a campanha eleitoral para eleger o novo presidente da República. A falta de visão política de Dutra levou-o a indicar a candidatura de Cristiano Machado, figura de pouca ressonância popular e apoiado a contragosto pelo PSD. A UDN indicou o brigadeiro Eduardo Gomes, enquanto que o PTB e o PSP (o

Partido Social Progressista, de Ademar de Barros) lançaram a candidatura de Getúlio Vargas. O apoio desses partidos — que formavam a maior força populista do País — somado à incrível habilidade de Vargas fizeram dele um candidato praticamente imbatível. Cristiano Machado não tinha chance, e Eduardo Gomes cometeu alguns erros políticos imperdoáveis: chegou a defender a abolição do salário-mínimo e aliou-se aos antigos integralistas de Plínio Salgado.

Em sua campanha, Vargas apoiou-se em três elementos: preciosas alianças políticas no nível estadual (em quase todos os estados o PSD o apoiou, abandonando Cristiano Machado à sua própria sorte); o apoio de Ademar de Barros (o acordo era simples: Getúlio em 1950, Ademar em 1955, um apoiando o outro); o apelo às massas trabalhadoras e a setores da classe média, prometendo o aprofundamento da política social e nacionalista do Estado Novo, só que agora em um contexto democrático. Era demais para seus adversários, como mostraram os resultados das eleições de 1950: Getúlio Vargas, 48,7% dos votos; Eduardo Gomes, 29,7%; Cristiano Machado, 21,5%.

Os Anos Cinqüenta: A Grande Luta pelo Poder

13 A década de 1950 e o começo da seguinte representaram um período de extrema importância para a História do Brasil contemporâneo, com dois grandes grupos disputando o controle político, econômico e ideológico do País:

1) um grupo progressista, que desejava o estabelecimento de uma democracia não apenas política, mas também econômica;
2) um grupo conservador, que defendia a manutenção de uma democracia liberal, porém sem o aprofundamento das reformas econômicas e sociais.

14 O programa de ação do **grupo progressista** pode ser assim resumido:

- nacionalismo econômico, com restrições ao capital estrangeiro, apoio à indústria nacional, defesa da intervenção do Estado na economia e nacionalização dos setores econômicos básicos;
- modernização da economia, defendendo a reforma agrária, a extinção dos latifúndios improdutivos, o incentivo à industrialização, o protecionismo alfandegário, a modernização do sistema de transporte e comunicações e o planejamento econômico;
- reformismo social, com o aprofundamento das conquistas trabalhistas, o fortalecimento dos sindicatos, a participação dos trabalhadores nos lucros e na direção das empresas e o alargamento dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais;
- liberalização do sistema político, defendendo o absoluto respeito aos resultados eleitorais, a ampla liberdade de ação para todos os grupos políticos e ideológicos, a concessão do direito de voto aos analfabetos e a manutenção de uma política externa independente em relação às grandes potências, particularmente os Estados Unidos.

O programa **dos conservadores**, praticamente oposto, pode ser resumido assim:

- liberalismo econômico, defendendo a não-intervenção do Estado na economia e a total liberdade de ação ao capital estrangeiro;
- conservadorismo econômico, rejeitando qualquer reforma econômica mais profunda que pudesse alterar a estrutura produtiva do País;
- reacionarismo social, contrário à concessão de maiores vantagens aos trabalhadores, defendendo inclusive a eliminação de algumas já obtidas;
- conservadorismo político, desejando um regime que, embora baseado no funcionamento de partidos políticos e eleições, fosse intransigente com os movimentos trabalhistas e grupos políticos de base popular; defendia ainda uma estreita colaboração com os Estados Unidos.

15 Essa esquematização em dois grupos e seus respectivos programas é precária — como aliás qualquer esquema — e você deve tomar cuidado para não interpretá-la de forma rígida. Cada um dos grupos incluía pessoas que concordavam apenas com uma parte das idéias defendidas e mesmo elementos que, embora discordassem de pontos essenciais do programa de um grupo, apoiavam-no por falta de opção, ou seja, porque o programa do outro grupo lhe era ainda mais antipático.

16 Por exemplo: os progressistas, apesar de seu reformismo e esquerdismo, defendiam a manutenção do sistema capitalista, porém de um capitalismo profundamente preocupado com os problemas sociais, voltado aos interesses nacionais e independente dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Os comunistas, é claro, contrários ao capitalismo, apesar disso apoiaram os progressistas, pois o programa comunista aproximava-se mais do progressista do que do conservador.

Por outro lado, os reacionários de extrema direita, que desejavam uma ditadura pura e simples, apoiavam os conservadores, apesar de estes defenderem a manutenção do sistema democrata-liberal, com o funcionamento de eleições e partidos.

Os progressistas tinham o apoio de parte da classe média, das lideranças operárias, de boa parte dos trabalhadores urbanos, dos

líderes estudantis e dos intelectuais. Os conservadores apoiavam-se nas oligarquias rurais, na burguesia industrial e financeira, nos grandes comerciantes, na alta classe média.

Embora a maior parte dos militares apoiasse os conservadores, um número significativo de oficiais colocava-se ao lado dos progressistas; por isso, uma das principais vitórias dos conservadores, entre 1951 e 1964, foi eliminar os militares progressistas de quase todos os cargos de comando nas Forças Armadas.

[17] Ao longo dos anos 1950, progressistas e conservadores disputaram o controle do Brasil, com a vitória final destes últimos, no começo da década de 1960. Neste e no próximo capítulo, vamos estudar a evolução dessa luta.

A PRESIDÊNCIA DE GETÚLIO VARGAS (1951-1954)

[18] Empossado a 31 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas iniciava um governo repleto de contradições. Eleito com base numa campanha populista e nacionalista, ou seja, com o apoio do grupo progressista, Vargas tinha, porém, numerosas dívidas políticas para com os conservadores, que haviam colaborado para sua vitória em muitos estados (principalmente em São Paulo e Minas Gerais). Para saldar essas dívidas, Getúlio precisou distribuir altos cargos públicos a esses incômodos aliados.

[19] Surgia, assim, a primeira grave contradição: **um governo progressista, com um ministério conservador**. Avalie a gravidade dessa contradição a partir do seguinte fato: dos sete ministérios civis, quatro foram ocupados por políticos do PSD, um pelo PSP de Ademar de Barros, um pela UDN (o partido que mais combatia Getúlio) e apenas um pelo PTB.

Apesar dessa contradição, Vargas, com sua tradicional habilidade, talvez tivesse conseguido ajeitar as coisas, se não fosse a difícil situação internacional. A Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética havia-se tornado "guerra quente", com o início da Guerra da Coréia. Simultaneamente, a eleição do general Eisenhower para a presidência dos EUA gerara um endurecimento da política externa americana: países que não fossem "confiáveis" politicamente não receberiam auxílio financeiro de Washington. E Vargas precisava desse auxílio para levar adiante seus projetos de industrialização.

[20] Desse modo, nos anos de 1952 e 1953 ocorreram intensas lutas entre progressistas e conservadores, com vitórias de lado a lado. O grande êxito dos conservadores foi o enfraquecimento do apoio militar a Getúlio. O general Estillac Leal, ministro da Guerra, presidente do Clube Militar e líder da ala nacionalista do Exército, demitiu-se do ministério em março de 1952, enfraquecido pelas divergências políticas entre os militares e desmoralizado pela assinatura do acordo militar Brasil-EUA, negociado apenas pelo ministro do Exterior.

[21] Dois meses depois, realizaram-se as eleições para a presidência do Clube Militar. Opondo-se à chapa nacionalista de Estillac Leal, apresentava-se o general Alcides Etchegoyen, apoiado por quase toda a imprensa, pela Cruzada Democrática (composta por oficiais direitistas) e pelo novo ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso. Os oficiais nacionalistas foram fortemente pressionados e, é claro, acusados de "comunistas e subversivos". Resultado: a chapa de Estillac foi derrotada. O apoio militar a Getúlio ia por água abaixo.

[22] Paralelamente, travava-se outra grande batalha: a criação da **Petrobrás**. Desenvolvida entre 1952 e 1953, foi uma das maiores campanhas de opinião pública já ocorridas no Brasil. Contra a estatização da exploração petrolífera, alinhavam-se os conservadores, abertamente apoiados pelas multinacionais do petróleo e pelo governo americano. A favor, os progressistas e nacionalistas, apoiados por grande parte da opinião pública.

[23] O problema em si era simples: entregar a exploração do petróleo ao Estado ou às companhias estrangeiras, pois os capitalistas brasileiros não tinham recursos nem disposição para tal empreendimento. A repercussão da campanha deveu-se ao fato de que, no fundo, a problemática era mais ampla: desenvolver as riquezas do País com recursos nacionais ou entregá-las a empresas estrangeiras, que, embora em alguns casos pudessem trazer um progresso mais rápido, remetiam para o exterior a maior parte de seus lucros e deixavam o Brasil ainda mais dependente das grandes potências.

[24] Em outubro de 1953, o Congresso Nacional aprovou a criação da Petrobrás. Foi a grande vitória dos progressistas, acrescida, nesse mesmo ano, pelo êxito da greve geral dos operários do eixo São Paulo-Rio de Janeiro, da qual participaram 300 mil operários. Apesar de duramente reprimidos pelas polícias estaduais, os grevistas conseguiram o aumento salarial que desejavam e a substituição do ministro do Trabalho, Segadas Viana, pelo líder petebista João Goulart.

Além disso, a Comissão Intersindical de Greve acabou originando o Pacto de Unidade Intersindical e finalmente o Comando Geral dos Trabalhadores — CGT — que no futuro, durante a presidência de João Goulart, teve atuação marcante.

[25] Porém, essas duas vitórias levaram os grupos conservadores a uma poderosa ofensiva contra

Vargas. Uniram-se todos numa dura campanha: a grande imprensa, o capital estrangeiro, a burguesia nacional, militares direitistas, a UDN. A liderança dessa ofensiva cabia ao jornalista Carlos Lacerda, dono do jornal carioca *Tribuna da Imprensa*. A campanha baseava-se em duas acusações à política governamental, ou seja, ao nacionalismo agora defendido abertamente por Vargas: corrupção e infiltração comunista.

Pode-se verificar o caráter profundamente antidemocrático dessa campanha nas palavras de Lacerda, ainda em 1950: "O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar". E veja que Lacerda e seus companheiros se diziam democratas...

Na madrugada de 5 de agosto de 1954, Lacerda sofreu um atentado, no qual morreu o major da Aeronáutica Rubens Vaz, membro de uma guarda-armada composta por oficiais da FAB, guarda essa que protegia o jornalista. O inquérito conduzido pela Aeronáutica, na base aérea do Galeão — apelidada então de "República do Galeão" — apontou como mandante do crime o chefe da guarda pessoal do presidente: Gregório Fortunato. Embora jamais se comprovasse a ligação de Vargas ou de seus assessores com o crime, a campanha contra Getúlio atingiu o auge com a exigência de sua renúncia. Vargas estava só, sem apoio militar, abandonado pelos políticos. Sabendo que preparavam sua deposição, restavam-lhe três opções: resistir, renunciar ou suicidar-se. Escolheu a última. Na manhã de 24 de agosto de 1954, Getúlio suicidou-se com um tiro no coração.

Talvez você esteja se perguntando: "mas Getúlio ainda era popular?" Era. "E tinha apoio dos sindicatos?" Tinha. Então por que não lançou o povo nas ruas, numa vigorosa contra-ofensiva? Por várias razões, mas talvez, principalmente, porque Vargas não era um revolucionário, nem um líder vindo do povo. Era um líder populista, vindo das oligarquias dissidentes, e por isso, embora capaz de apelar ao povo, não teve coragem de levá-lo às ruas, num confronto direto com seus inimigos.

Ironicamente, a morte de Vargas forçou os conservadores a um recuo político. Com a notícia de sua morte e a publicação da **carta-testamento**, denunciando os grupos nacionais e estrangeiros que combatiam a política nacionalista, gigantescas multidões saíram às ruas em todas as principais cidades do País.

Amedrontados com tal reação, os golpistas abandonaram seu plano de instalar uma imediata ditadura militar e concordaram com a subida ao poder do vice-presidente Café Filho. O golpe final havia gorado. A luta entre conservadores e progressistas continuava.

Muitos anos mais tarde, Carlos Lacerda escrevendo sobre o episódio da morte de Getúlio, disse o seguinte: "Nós da UDN preparamos o banquete para comemorar a queda de Vargas... Com seu suicídio, Vargas puxou a toalha da mesa do banquete...".

A PRESIDÊNCIA DE CAFÉ FILHO (1954-1955)

26 No mesmo dia da morte de Vargas, o vice-presidente Café Filho assumiu o poder. Membro do PSP, mas ligado a setores do PSD e UDN, tentou conciliar os três grupos em que se dividia no momento a política nacional: os golpistas favoráveis à ditadura, os conservadores antigetulistas e aqueles que pretendiam manter a política nacionalista de Vargas. Nomeando um ministério com predominância de udenistas, Café Filho adotou uma política econômica contrária à estatização e favorável ao capital estrangeiro; os ministérios da Marinha e da Aeronáutica foram entregues respectivamente ao almirante Amorin do Vale e brigadeiro Eduardo Gomes, antigetulistas ferrenhos. O ministério mais importante, o da Guerra, foi ocupado pelo general Teixeira Lott, militar altamente respeitado e favorável a que o Exército se mantivesse estritamente dentro da legalidade.

Porém a política econômica adotada pelo ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, e pelo diretor da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC), Otávio Gouveia de Bulhões, descontentou profundamente os nacionalistas, o operariado e mesmo alguns setores da burguesia: salários mantidos baixos, redução das emissões, corte drástico do crédito bancário e concessões inacreditáveis ao capital estrangeiro (a SUMOC exercia na época as funções que hoje cabem ao Banco Central).

27 Você pode avaliar a mentalidade estreita, conservadora e antinacionalista dos responsáveis por essa política por meio de dois fatos. Primeiro: consideraram os aumentos salariais a principal causa da inflação, quando, na realidade, tais aumentos não elevavam o ganho do trabalhador, mas apenas repunham o seu poder de compra, desgastado pela inflação. Na maioria das vezes, sequer repunham, pois o aumento era inferior à alta do custo de vida. Segundo: a Instrução nº 113 da SUMOC, concedia às empresas estrangeiras facilidades cambiais para trazerem para cá equipamentos já usados como se fossem novos, embora

já funcionassem no Brasil indústrias nacionais similares. Detalhe: essas mesmas facilidades eram negadas às empresas nacionais.

28 Os resultados dessa política foram tão desastrosos, que o governo viu-se obrigado a abandoná-la parcialmente, no início de 1955.

Nesse meio tempo, realizaram-se as eleições legislativas, em outubro de 1954, quando o PSD elegeu 114 deputados (contra os 112 anteriores), a bancada do PTB passou de 51 para 56 deputados, enquanto a UDN perdeu dez representantes, passando de 84 para 74. Era uma advertência do eleitorado aos udenistas: seus métodos golpistas não estavam agradando.

NOVA TENTATIVA DE GOLPE (1955)

29 A possibilidade de que a política nacionalista de Vargas fosse mantida atemorizava não só a UDN, mas também um grupo de militares (entre os quais se destacavam o então coronel Golbery do Couto e Silva e o general Humberto Castelo Branco) agregados à Escola Superior de Guerra e apelidados de "Grupo da Sorbonne". Dedicados a estudos de geopolítica e economia, de mentalidade conservadora e autoritária, julgavam necessária uma drástica intervenção dos militares na política, considerando a elite civil incapaz de resolver os grandes problemas nacionais. Tal grupo elaborou a ideologia que deu origem ao golpe político-militar de 1964.

O receio desses grupos aumentou ainda mais quando o PSD e o PTB lançaram como candidatos a presidente e vice-presidente da República, respectivamente, Juscelino Kubitschek (ex-governador de Minas Gerais) e João Goulart (ex-ministro do Trabalho de Vargas). Embora em graus diferentes, ambos eram de origem getulista e juntos formavam uma chapa eleitoralmente imbatível. Os outros candidatos eram o general Juarez Távora, pela UDN, Ademar de Barros, pelo PSP e o velho líder fascista Plínio Salgado.

A extrema direita julgava inadmissível Juscelino e Jango (como era apelidado João Goulart) assumirem o poder. Por isso, preparou um novo plano golpista, que seria executado por etapas. Inicialmente, tentariam evitar que os partidos oficializassem a candidatura dos dois políticos: se oficializada, iniciariam uma campanha de desmoralização, com boatos, mentiras e ameaças. Caso fossem eleitos, organizariam um golpe militar para impedir a sua posse no governo.

30 As duas primeiras etapas falharam, apesar de todas as pressões e atitudes sujas utilizadas pelos golpistas, inclusive a publicação no jornal de Carlos Lacerda da chamada **Carta Brandi**, tentando envolver Jango num suspeito contrabando de armas da Argentina para o Brasil e na formação de milícias armadas para a instalação aqui de uma "República Sindicalista" nos moldes do peronismo argentino. Um inquérito presidido pelo general Maurell Filho provou a falsidade da carta e que Lacerda e seu grupo, se não sabiam do fato, pelo menos tiveram tempo suficiente para, antes de publicar o documento, investigar sua autenticidade, o que obviamente não fizeram...

31 Apesar de todas as pressões, Juscelino e João Goulart venceram as eleições em outubro de 1955. Então, Lacerda lançou sua nova palavra de ordem: "Não podem tomar posse, não devem tomar nem tomarão posse". Passava-se assim à última etapa do plano: o golpe. Desenvolvida entre os dias 1º e 10 de novembro de 1955, um mês após as eleições, tal etapa visava colocar na Presidência da República alguém de confiança dos golpistas e afastar do cargo o ministro da Guerra, general Lott, que, com seu prestígio e apego à legalidade, representava um sério problema ao êxito da conspiração.

No dia 1º, durante o enterro do general Canrobert Pereira, o coronel Bizarria Mamede, membro da Escola Superior de Guerra, proferiu um discurso em que incitava os militares à revolta, ferindo assim os dispositivos do Código Militar. No dia 3, Café Filho licenciou-se da Presidência da República, por motivos de saúde; seu substituto foi Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, ligado aos conspiradores.

Nesse mesmo dia, o ministro da Guerra, general Lott, solicitou ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, ao qual estava subordinada a Escola Superior de Guerra, que ordenasse a prisão do coronel Mamede. Mas não foi obedecido. Começava assim a parte mais hábil do golpe. Diante da recusa, Lott só tinha uma alternativa: solicitar ao presidente da República, Comandante-Geral das Forças Armadas, que punisse o coronel Mamede. Foi o que fez.

No dia 9, Lott, durante uma entrevista com Carlos Luz, colocou-lhe a questão em termos claros: ou o coronel era punido, de acordo com a lei, ou ele se demitiria do Ministério da Guerra. Exatamente o que os golpistas desejavam. Carlos Luz cumpriu então sua principal tarefa: comunicou a Lott que não o apoiaria e recebeu dele um pedido verbal de demissão, a ser oficializado no dia seguinte. O ministro demissionário não sabia, mas seu substituto já se encontrava no palácio do governo, devidamente instruído e pronto para assumir.

Mas então o plano subversivo desmoronou subitamente. Na noite de 10 de novembro, os principais comandantes militares do Rio de Janeiro pro-

curaram Lott em sua residência e mostraram-lhe o golpe que se preparava e a armadilha em que o general tinha caído. Mostraram-lhe também a necessidade de uma reação dos militares legalistas para evitar a instauração de uma ditadura no País e que essa reação só poderia ser comandada por ele. Lott vacilou durante horas, pois "não queria ferir a legalidade para defendê-la". Mas por fim, já na madrugada do dia 11, o general decidiu-se. Horas depois, os tanques estavam nas ruas e as tropas ocuparam o Rio de Janeiro.

Carlos Luz, Lacerda e vários militares ligados ao golpe fugiram a bordo do cruzador *Tamandaré*, pensando em ir para Santos e estabelecer um governo de resistência em São Paulo. Mas era tarde. A quase totalidade do Exército permaneceu ao lado da lei; portanto, os fugitivos tiveram de retornar ao Rio de Janeiro e se entregar, enquanto o Congresso Nacional declarava o impedimento de Carlos Luz na presidência e também o de Café Filho, que subitamente "curado" — muita gente chegou a achar que sua doença era apenas um disfarce — tentou reassumir suas funções. O vice-presidente do Senado foi então colocado provisoriamente na Presidência da República e, a 1º de fevereiro de 1956, Juscelino e João Goulart tomaram posse em seus cargos.

Durante muito tempo, o episódio de 11 de novembro de 1955 foi apresentado à opinião pública como o "golpe de Lott". Assim, um militar que fez cumprir a lei e a vontade do povo livremente expressa nas eleições era chamado de golpista, enquanto aqueles que haviam tentado passar por cima da Constituição e do resultado eleitoral, de legalistas. Para que a comédia ficasse completa só faltava acusar Lott de comunista! O que, aliás, foi feito logo depois.

Não pense, porém, que os golpistas derrotados em 1955 desanimaram. Muito pelo contrário, aprenderam a lição, dela tirando algumas conclusões importantes. Primeiro, de que os defensores da legalidade não eram vingativos: Carlos Luz reassumiu sua cadeira de deputado, Lacerda passou uma alegre temporada em Cuba — naquela época sob a ditadura direitista do general Fulgêncio Batista — Mamede e outros militares foram apenas transferidos para os cargos de menor importância. E assim, sossegadamente, puderam preparar um novo golpe.

Segundo, aprenderam que para o êxito do novo golpe, não bastaria manipular a imprensa, usar truques sujos e contar com um partido como a UDN. Era preciso ainda mais: afastar os militares legalistas, impedindo que os oficiais de formação democrática fizessem carreira ou ocupassem comandos importantes. E esse foi um dos principais cuidados dos golpistas nos anos seguintes.

Se você quiser ter uma idéia do tipo de regime político que os golpistas desejavam para o Brasil, o seguinte fato, relatado por Almir Matos em seu livro *Em Agosto Getúlio Ficou Só* (Rio de Janeiro, 1963, p. 64), é esclarecedor: "No cofre do então chefe de polícia do Distrito Federal, coronel Menezes Cortes, havia um plano, apreendido no dia 11 de novembro, com o seguinte despacho: De acordo. Ouvido Borer, providenciar. Era o plano de repressão a ser posto em prática no Rio de Janeiro, uma vez dado o golpe de novembro: 1200 pessoas seriam presas, algumas fuziladas sumariamente; jornais que se opunham ao golpe seriam invadidos e depredados, matando-se na hora seus principais redatores, sob o pretexto de resistência à prisão." Era esse o regime de "salvação nacional" que a extrema direita pretendia estabelecer no Brasil, em nome, é claro, da liberdade e da democracia.

A PRESIDÊNCIA DE JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)

Juscelino tomou posse em 31 de janeiro de 1956, iniciando um governo cuja imagem de sucesso ainda não se apagara, decorridos mais de 40 anos após o seu término. O êxito de seu governo decorreu de quatro fatores principais:

- a habilidade política do presidente;
- a sólida aliança entre o PSD e o PTB;
- a centralização e a eficiência administrativas;
- o apoio das Forças Armadas.

A habilidade de JK ficou famosa e permitiu-lhe contornar praticamente todas as crises sem necessidade de violência ou repressão. E mesmo quando reprimiu, agiu habilmente, como por exemplo ao fechar simultaneamente o Clube da Lanterna, direitista, e a Frente de Novembro, acusada de esquerdista (embora fosse apenas nacionalista). Com a mesma habilidade, sufocou duas pequenas rebeliões da Força Aérea, nas bases de Jacareacanga e Aragarças, anistiando os revoltosos e reintegrando-os em seus postos.

A aliança PSD/PTB dava a Juscelino uma sólida maioria parlamentar, reduzindo a UDN, na oposição, ao seu famoso papel de "banda de música", criando escândalos por meio da imprensa. Ao mesmo tempo, permitia ao presidente fazer uma política, inclusive no campo econômico, que agradava aos conservadores, aos trabalhadores, aos progressistas e à parte dos nacionalistas.

Além disso, a criação de órgãos técnicos e grupos executivos de trabalho, planejando e coordenando a ação econômica e administrativa do governo federal, permitiram a Juscelino uma ação

governamental ágil e eficiente, consolidando a imagem desenvolvimentista de seu governo e o *slogan* que lançara ainda durante a campanha eleitoral: "50 anos em 5".

Finalmente, houve o apoio das Forças Armadas, importantíssimo para JK, e nesse setor a atuação do general Lott — mantido no Ministério da Guerra — foi fundamental. Não só pela grande autoridade do general dentro do Exército, mas também por sua crescente popularidade, devida à sua ação legalista em novembro de 1955, e ao apoio que começava a dar às teses nacionalistas.

A esta altura, você talvez esteja pensando: "mas que governo maravilhoso; finalmente o Brasil teve sorte!" Calma! Há o reverso da medalha, mesmo porque, na prática, não existem governos "maravilhosos", e o de JK não foi exceção. O presidente cometeu alguns erros, e talvez o maior deles tenha sido a criação (ou pelo menos o aprofundamento) de um modelo econômico — o **nacionalismo desenvolvimentista** — que no fundo nem era nacionalista, nem criava um verdadeiro desenvolvimento.

O desejo de fazer o País crescer de forma extraordinariamente rápida obrigou Juscelino a apelar maciçamente ao capital estrangeiro e aos empréstimos externos. Desse modo, nosso nacionalismo foi estranhíssimo, baseado em capital estrangeiro, tecnologia importada e crescimento da dívida externa. Inclusive, muitas empresas nacionais acabaram absorvidas por concorrentes estrangeiros, iniciando-se assim a desnacionalização de nossa indústria! Bem vistas as coisas, considerava-se como solução nacionalista a simples produção, aqui dentro, de produtos antes importados e agora produzidos aqui, por uma filial da empresa que os produzia no exterior. Continuava-se assim com o modelo de industrialização por substituição de importações.

Por outro lado, as numerosas obras públicas realizadas no período JK obrigaram o governo a grandes emissões de papel-moeda, acelerando o processo inflacionário. E tudo agravado pela famosa habilidade do presidente, que incluía uma incrível capacidade de adiar a solução de problemas graves, de tal modo que desabassem sobre a cabeça de seus sucessores no governo.

Assim, a partir de 1958, começou a se formar uma crise econômica, decorrente do endividamento externo, da inflação e da dificuldade em manter o ritmo de crescimento econômico. Essa crise foi herdada pelo governo seguinte, de Jânio Quadros, e, como este ficou no poder apenas sete meses, herdada principalmente por João Goulart.

O crescimento da dívida externa e da inflação, durante o mandato de Juscelino, foi expressivo, mas não tão grande como muitas vezes se afirma. Nos 11 anos anteriores ao seu governo, a inflação média foi de 19,4% ao ano; em seu governo foi de 24,8% e, nos 11 anos posteriores, foi de 43,1%.

Quanto à evolução da dívida externa, nos 25 anos decorrentes entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início do choque do petróleo, os números mostram que o governo JK nem de longe pode ser considerado o campeão do endividamento.

ANO	DÍVIDA EXTERNA (em bilhões de dólares)
1946	0,1
1956*	1,3*
1961*	3,3*
1971	13,0
1976	33,0

* governo JK

Assim, fazendo um balanço dos anos JK, vemos que, apesar de uma evolução econômica que era muito mais de **crescimento** do que de **desenvolvimento**, seu governo conseguiu conciliar um excelente desempenho econômico com uma razoável melhora no padrão médio de vida dos brasileiros e com a manutenção de um sistema político bastante aberto e democrático. E isso, sem dúvida, foi bem mais do que conseguiram os governos que o sucederam em todo o resto do século XX e início do XXI.

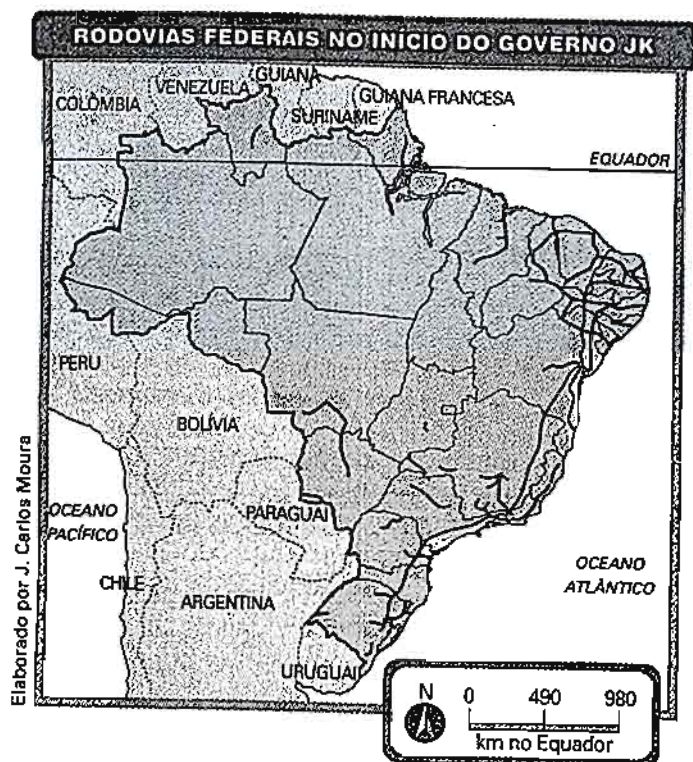
O PLANO DE METAS

As tentativas de planejamento econômico eram feitas desde o Estado Novo, mas somente no governo Juscelino elaborou-se e executou-se quase integralmente um plano de ação econômica em grande escala: o **Plano de Metas**. Previsto para um período de cinco anos, o plano consistia em 30 metas, agrupadas em cinco setores:

- energia
- transportes
- indústrias
- educação
- alimentos

Nos setores de energia, transportes e indústria o êxito foi total, com as metas sendo alcançadas e inclusive superadas. Na educação e na agricultura, boa parte das metas foi atingida, embora fossem menos ambiciosas do que nos demais setores.

É muito comum a afirmação de que os resultados no setor da agricultura foram modestos. Isso é verdade apenas no que diz respeito à superação de antigas e graves falhas na estrutura agrícola do País. No que se refere à produção, o desempenho foi satisfatório: a agricultura cresceu 7,2% ao ano, durante o governo JK, o que contrasta favoravelmente com a taxa de 3,3% ao ano, no qüinqüênio anterior.

Siderurgia, metalurgia, petroquímica, mecânica pesada, indústria automobilística, construção naval, grandes usinas hidroelétricas, milhares de quilômetros de rodovias foram as realizações mais notáveis de JK e seu Plano de Metas, coroado pela construção de Brasília, que, embora não incluída no plano, representava a meta-símbolo do governo.

Entre 1955 e o início de 1961, a malha rodoviária federal quase duplicou, e a parcela pavimentada subiu de 2.300 para 9.600 km. Essa expansão, bem acima das previsões feitas no início do governo JK, revela a preocupação em se criar uma infra-estrutura de transportes que desse sustentação ao crescimento do parque industrial. A prioridade dada às rodovias, em detrimento das ferrovias, deveu-se a três fatores principais: o desejo de que a expansão fosse feita rapidamente; a influência das montadoras de veículos; e o fato de a rede ferroviária já existente ter material sucateado e um traçado pouco adequado ao transporte de mercadorias destinadas ao abastecimento do mercado interno. (Mapas com a divisão em estados atual).

RODOVIAS FEDERAIS NO FINAL DO GOVERNO JK

Elaborado por J. Carlos Moura

O Plano de Metas apresentava falhas, é claro, e a mais grave decorria do próprio modelo econômico então adotado: crescimento acelerado por substituição de importações. Como já vimos, o modelo dependia de capitais e tecnologia vindos do exterior, fornecidos pelas grandes companhias estrangeiras (nessa época começando a se transformar em multinacionais). Porém, essas empresas não se dispunham a nos oferecer o dinheiro e as técnicas de que nós precisávamos, mas apenas as que lhes interessava fornecer-nos.

Assim, no início dos anos 1960, já havíamos substituído a importação daqueles produtos de fabricação mais fácil; portanto, para mantermos o ritmo de crescimento econômico, precisávamos da aplicação de capital intensivo e tecnologia altamente sofisticada. Mas nesse momento, as multinacionais disseram **não**! E a economia entrou em declínio. Esse fato — de enormes conseqüências econômicas e políticas para o Brasil — não afetou Juscelino Kubitschek: em 31 de janeiro de 1961, ele terminou seu mandato e passou o cargo para Jânio Quadros. Este e principalmente seu sucessor, João Goulart, é que tiveram de enfrentar a crise. Como? É o que estudaremos no capítulo seguinte.

A Crise do Populismo (1961-1964)

Ao iniciar-se a década de 1960, a luta entre conservadores e progressistas atingiu seu ponto máximo, aproximando-se o momento em que um deles assumiria sozinho o controle absoluto do País. O acirramento da luta deveu-se, sobretudo, à crise econômica, cujos primeiros sinais apareceram já em 1958, tornando-se evidentes a partir de meados de 1960.

A causa principal da crise foi o fato de que o modelo econômico baseado na industrialização por substituição de importações chegou a um ponto de estrangulamento, já que os grandes grupos econômicos internacionais recusavam-se a nos fornecer os capitais e as tecnologias necessários à manutenção do modelo.

Mas, pensará você, a partir de 1964 esses dois fatores (capital e tecnologia) foram fornecidos ao Brasil em doses maciças! É verdade. E aí está a chave do problema. Para continuar nos fornecendo recursos, os capitalistas estrangeiros exigiam a adoção de medidas que lhes dessem rigoroso controle político e econômico sobre o Brasil, pois só assim, segundo eles, teriam segurança para fornecer os imensos capitais necessários à manutenção do crescimento acelerado de nossa economia.

As exigências dos grupos internacionais eram tão incompatíveis com os interesses nacionais, que nenhum governo democrático — que tivesse, portanto, de prestar contas à opinião pública — se atreveria a atendê-las. Por isso, o fornecimento de capital e tecnologia começou a se reduzir, provocando a diminuição do crescimento. Observe a tabela abaixo:

ANO	PRESIDENTE DA REPÚBLICA	CRESCIMENTO DA ECONOMIA
1958	Juscelino Kubitschek	10,5%
1959	Juscelino Kubitschek	9,8%
1960	Juscelino Kubitschek	9,3%
1961	Jânio Quadros	8,5%
1962	João Goulart	6,5%
1963	João Goulart	2,0%
1964	Castelo Branco	3,3%

Nota: Em 1961 colocamos apenas Jânio, pois, quando Jango assumiu, a política econômica daquele ano já estava estabelecida.

Repare que a redução do ritmo de crescimento iniciou-se ainda no governo JK, revelando que a crise econômica deveu-se ao esgotamento do modelo econômico, e não, como se tem afirmado, aos erros administrativos e políticos cometidos por Jânio Quadros e, principalmente, por João Goulart. Claro que esses governos cometeram erros. Mas considerá-los os principais responsáveis pela crise econômica é um engano grosseiro, ou pior ainda, uma análise desonesta dos acontecimentos.

A redução dos investimentos e a crise econômica acirraram a disputa entre conservadores e progressistas. Entre os primeiros, fortaleceu-se a facção que desejava a qualquer custo aliar-se ao capital internacional, e esta disposta inclusive a estabelecer no País um regime ditatorial que permitisse impor pela força as medidas necessárias a essa aliança. Entre os progressistas, além dos elementos de extrema esquerda, que rejeitavam pura e simplesmente o capitalismo, começou a formar-se um outro grupo que duvidava da eficiência do capitalismo tradicional, de modelo norte-americano ou europeu, para a resolução dos problemas nacionais. Esses elementos, às vezes chamados de **nacionalistas autênticos**, propunham um novo modelo, assemelhado ao capitalismo de Estado (um sistema capitalista com forte presença do Estado na economia) e adaptado às necessidades e características

do Brasil. Então, claro que os conservadores passaram a acusar tais pessoas pura e simplesmente de "comunistas".

De qualquer modo, o surgimento ou fortalecimento dessas novas facções, aliado ao agravamento da situação econômica, transformou o período de 1961 até o início de 1964 numa época em que partidos políticos, sindicatos, imprensa, organizações estudantis e movimentos de opinião pública de todos os tipos partiram decididamente para a defesa de seus interesses e o ataque aos grupos contrários. Fazia-se política como raramente havia ocorrido antes no Brasil. Infelizmente, esse saudável exercício de democracia — chamado pelos antidemocratas de "baderna" — acabou subitamente, quando uma das facções abandonou o jogo democrático e apelou para a força, com um golpe de Estado.

A PRESIDÊNCIA DE JÂNIO QUADROS (1961)

58 Jânio Quadros fizera uma carreira brilhante na política paulista: vereador à Câmara Municipal de São Paulo, prefeito da cidade, governador do Estado. Imprevisível, habilidoso, demagogo, Jânio despertava uma enorme esperança em todas as camadas do eleitorado, particularmente na classe média, esperanças essas ampliadas pelo seu bom desempenho administrativo à frente do governo de São Paulo. Por isso, a UDN abandonou provisoriamente seus instintos golpistas apoiando Jânio nas eleições presidenciais de 1960, acompanhada por diversos pequenos partidos políticos.

59 A aliança PSD/PTB, apesar de diversas dissidências, lançou como candidato a presidente o marechal Lott, e a vice, João Goulart. A vitória de Jango era quase certa — naquela época votava-se separadamente para presidente e vice-presidente — mas o mesmo não se podia dizer sobre Lott. Primeiro porque o marechal, agora decididamente nacionalista, sofria o ataque conjunto de todas as forças nacionais e estrangeiras que temiam a política nacionalista, sendo sua candidatura boicotada e torpedeada inclusive por diversos membros dos próprios partidos que o haviam indicado. Segundo porque, naquele momento, dificilmente alguém poderia resistir à avassaladora força eleitoral de Jânio Quadros.

O terceiro candidato era o ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, cujas chances de vitória, porém, eram nulas; sua candidatura servia apenas para reforçar sua posição dentro da política paulista.

Durante a campanha, Jânio Quadros utilizou-se de uma tática que ampliava mais sua vantagem eleitoral: comprometeu-se não apenas com os grupos conservadores que normalmente já lhe davam apoio, como também com parte dos progressistas, atraindo assim uma parcela de votos que normalmente iria para a candidatura do marechal Lott. No entanto, se por um lado isso lhe rendeu eleitores, por outro causou-lhe alguns sérios problemas de governo, como veremos logo adiante.

60 Realizadas as eleições, o resultado foi o previsto: Jânio Quadros eleito com 5 636 000 votos (48% do total), ficando Lott com 3 846 000 (32%) e Ademar com 2 195 000 (20%). João Goulart foi reeleito para a vice-presidência, com 4 547 000 votos.

Empossado, Jânio começou imediatamente a decepcionar seus eleitores, nomeando um ministério formado exclusivamente por elementos da coligação que o apoiava, atirando pela janela suas promessas de formar um governo de conciliação nacional. Logo em seguida, adotou uma série de medidas financeiras e administrativas que ocasionaram um galopante aumento do custo de vida, ao mesmo tempo que congelava os salários e restringia o crédito bancário. Resultado: a classe média, o operariado e os empresários passaram a criticá-lo, fortalecendo a oposição, já majoritária no Congresso Nacional. As medidas de Jânio, adotadas visando agradar os conservadores que o haviam apoiado, obtiveram, portanto, o efeito oposto: parte da direita retirou-lhe o apoio.

Porém, como o presidente precisava também agradar os progressistas, iniciou uma política externa "independente", anunciando o reatamento de relações com a União Soviética, aproximando-se dos países do Leste europeu, recusando-se a apoiar os Estados Unidos no bloqueio contra Cuba e condecorando o líder cubano Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira. O resultado foi desastroso: os progressistas, percebendo que tais atitudes tinham mais efeito propagandístico do que eficácia real, continuaram não apoiando Jânio; os conservadores, atemorizados por tais medidas, ficaram ainda mais desgostosos. Como você vê, Jânio Quadros havia conseguido se indispor com todos: esquerda, centro e direita.

Desprestigiado junto à opinião pública, combatido pelo Congresso, olhado com desconfiança pelos militares e violentamente atacado por Carlos Lacerda (que o havia apoiado durante a campanha eleitoral), Jânio tentou uma manobra política para reforçar seu poder: a renúncia à presidência. Sabendo que os conservadores e os militares desconfiavam do vice-presidente João Goulart, a quem consideravam "agente do comunismo internacional", Jânio enviou-o em missão oficial à ... China Comunista! Em seguida, responsabilizou o Congresso por todos os males que afligiam o País. E, depois, a grande jogada. A 25 de agosto de 1961,

pegando a opinião pública totalmente de surpresa, o presidente renunciou ao cargo entregando uma carta de renúncia ao Congresso Nacional.

Aparentemente, a intenção de Jânio era que os congressistas, os militares e a opinião pública apavorados com a hipótese de João Goulart assumir o poder — como mandava a Constituição — implorassem para que o presidente permanecesse no cargo, ao que ele atenderia só se lhe dessem "plenos poderes". Mas o golpe fracassou.

O Congresso aceitou imediatamente a sua renúncia, as Forças Armadas não solicitaram que ficasse no poder e ninguém saiu às ruas para apoiá-lo. Percebendo o fracasso da comédia, Jânio publicou uma carta, imitação barata da carta-testamento de Vargas, dizendo que a pressão de ocultas "forças terríveis" haviam forçado sua renúncia. A carreira política de Jânio Quadros, pelo menos por muitos anos, estava acabada.

A PRESIDÊNCIA DE JOÃO GOULART (1961-1964)

31 Quando Jânio renunciou, o vice-presidente encontrava-se em Pequim, chefiando uma missão oficial brasileira. Por isso, o presidente da Câmara de Deputados, deputado Ranieri Mazzilli, assumiu provisoriamente a chefia do governo. Cinco dias depois, os três ministros militares (general Odílio Denis, almirante Sílvio Heck e brigadeiro Grüm Moss) publicaram um manifesto declarando-se contrários à posse de João Goulart. Dizia o manifesto: "No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas (...) manifestam (...) a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do vice-presidente João Goulart (...). As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil".

Nesse manifesto percebe-se a essência do pensamento golpista no Brasil. **A lei** e a **Constituição** determinavam expressamente a posse do vice-presidente. Também os princípios **democráticos** o determinavam, pois Jango havia sido eleito pelo povo, por meio de uma eleição absolutamente legal e democrática. E agora os ministros militares pretendiam impedir a posse do vice, alegando defenderem a **lei**, a **Constituição** e a **democracia**! Na realidade tentavam mais um golpe contra a ordem, e justificavam-se dizendo que era para manter... a ordem! Por fim, apelavam à compreensão do povo, o mesmo povo que havia eleito João Goulart! Aliás, os ministros tinham certeza de que o povo compreenderia. Tendo diante de si tanques, tropas e metralhadoras, as pessoas costumam ser admiravelmente compreensivas...

Mesmo assim, os acontecimentos não evoluíram tão favoravelmente quanto supunham. O Congresso Nacional, recusando-se a vetar a posse do vice-presidente, nomeou uma comissão para estudar uma solução política para o problema. Ao mesmo tempo vários governadores, tendo à frente o governador gaúcho Leonel Brizola, pronunciaram-se favoravelmente à posse, acompanhados dos sindicatos, organizações estudantis e variados setores da opinião pública.

O que mais surpreendeu os golpistas, porém, foi a reação dentro das próprias Forças Armadas, na qual o número de oficiais legalistas era maior do que supunham. O marechal Lott fez uma proclamação a favor da legalidade, e, embora preso pelo ministro da Guerra, suas palavras influenciaram um razoável contingente de militares. No dia 28 de agosto, o general Machado Lopes, comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre, declarou, apoiado por seu Estado-Maior, que suas tropas iriam à luta para defender a posse do vice-presidente.

Diante da hipótese de uma guerra civil, ganhou força a solução política conciliatória proposta pelo Congresso, e que na realidade era um golpe branco: dar-se posse a Jango, restringindo-se, porém, seus poderes, por meio da adoção do sistema parlamentarista. Obtido o consenso em torno dessa solução, a Câmara e o Senado aprovaram, a 2 de setembro, um Ato Adicional à Constituição, estabelecendo o parlamentarismo no Brasil. Assim, determinou-se que o Poder Executivo seria exercido pelo Conselho de Ministros e que cabia ao presidente nomear o primeiro-ministro, o qual escolhia os demais ministros, que deveriam ser parlamentares também pertencentes ao partido ou coligação majoritária.

Nesse meio tempo, Jango iniciava sua volta ao Brasil, percorrendo um complicado roteiro: Cingapura, Paris, Nova Iorque, Montevidéu, finalmente desembarcando em Porto Alegre. A 5 de setembro, chegou a Brasília, assumindo a presidência no dia 7. Os golpistas falharam outra vez, agora aprendendo mais uma lição importante: era perigoso atacar frontalmente a legalidade. Teriam de esperar uma ocasião em que o golpe pudesse ser apresentado à opinião pública como defesa dessa legalidade. E a oportunidade para isso iria aparecer dentro de pouco tempo.

Hoje, analisando esses acontecimentos, ocorridos há mais de 40 anos, ficamos até um pouco admirados de como a democracia brasileira, apesar de sua fragilidade, conseguiu resistir a tantas e tão seguidas tentativas de derrubá-la.

A ETAPA PARLAMENTARISTA (1961-1963)

42 João Goulart assumiu a difícil tarefa de governar um País em crise: economia em declínio, inflação em ascensão e equilíbrio político precário. A esquerda o apoiava, os moderados abriram-lhe um limitado crédito de confiança e os conservadores começaram a tramar sua queda no próprio dia em que tomou posse. A maioria dos militares, embora não simpatizassem com Jango, estavam dispostos a sustentá-lo, dentro da linha legalista. Por isso, as metas do presidente eram basicamente recuperar seus poderes, restabelecendo o presidencialismo, e conquistar a confiança dos moderados, sem perder o apoio das esquerdas.

Entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, três gabinetes parlamentaristas sucederam-se no poder, chefiados respectivamente pelos seguintes primeiros-ministros.

- Tancredo Neves, do PSD.
- Brochado da Rocha, também do PSD.
- Hermes Lima, do PSB (Partido Socialista Brasileiro).

Brochado da Rocha lançou a campanha a favor da antecipação do **plebiscito** sobre a permanência ou não do parlamentarismo (o Ato Adicional marcara o plebiscito para 1965). Após demoradas negociações políticas, o Congresso determinou que se consultariam os eleitores em 6 de janeiro de 1963. A campanha em torno do plebiscito assumiu um caráter em que não mais se julgava o parlamentarismo em si, mas a figura de Jango e suas promessas sobre uma política de reformas econômicas e administrativas.

A maioria dos eleitores julgava que dizer não ao parlamentarismo significava apoiar o presidente; dizer sim, opor-se a ele.

Realizada a votação, os resultados foram os seguintes:

Favoráveis ao presidencialismo	9457448 votos
Favoráveis ao parlamentarismo	2073582 votos
Nulos	307158 votos
Em branco	935072 votos

Mesmo admitindo que os votos nulos e em branco fossem de pessoas favoráveis ao parlamentarismo, Jango conseguira que 74% dos eleitores se manifestassem a favor da tese que ele defendia. Era, sem dúvida, uma grande vitória.

A ETAPA PRESIDENCIALISTA (1963-1964)

43 Após vitória tão expressiva, você talvez esteja pensando que Jango estava consolidado no poder. Não estava. No dia 24 de janeiro de 1963, tomava posse seu primeiro ministério presidencialista. Em 1º de abril de 1964, o presidente foi derrubado por um golpe político-militar. Como ocorrera uma inversão tão rápida na situação política? Vamos analisar os diversos fatores responsáveis pela modificação sem colocá-los em ordem de importância, pois esta é discutível.

O ponto central da política de João Goulart eram as chamadas **reformas de base**: a reforma agrária, a reforma do sistema bancário, do processo eleitoral, da legislação a respeito do capital estrangeiro e da remessa de lucros das multinacionais, a reforma do sistema tributário (para aumentar os recursos financeiros do governo). Visando apressar essas medidas, Jango defendia uma reforma da Constituição de 1946.

44 Entretanto tornava-se difícil realizar esse programa, pela queda constante da economia, pelo aumento da inflação e pelo esforço necessário ao pagamento da dívida externa (então em torno de 3 bilhões de dólares). Primeiro era necessário contornar essas dificuldades para, em seguida, iniciar as reformas. Mas a resolução de tais problemas era extremamente difícil porque:

- o combate à inflação incluía, pelo menos num primeiro momento, medidas impopulares (redução do crédito bancário, controle dos salários, cortes nas despesas do governo), que prejudicariam o único setor da sociedade que apoiava decididamente o governo: o povo;
- a retomada do crescimento econômico e a renegociação da dívida externa exigiam apoio de grupos estrangeiros, os quais só o dariam se o governo desistisse das reformas de base.

45 Caíamos num círculo vicioso, agravado pelo fato de que as forças populares, principalmente por meio dos sindicatos, pressionavam cada vez mais o presidente para que pusesse em prática sua política reformista, enquanto os conservadores procuravam impedir tal política por todos os meios a seu alcance. Complicando ainda mais a situação, os partidos políticos, por meio dos quais deveriam se exercer tais pressões, estavam profundamente divididos, cada um deles tendo facções a favor das reformas, moderadamente a favor, radicalmente a favor, contra a reforma, parcialmente contra e totalmente contra. Isso, aliás, levou à formação, no Congresso, de alianças interpartidárias. Os progressistas formaram a **Frente Parlamentar Nacionalista**, enquanto os conservadores agruparam-se na **Ação Democrática Parlamentar**.

46 Essa incapacidade dos partidos em expressarem a vontade dos vários grupos sociais fez com que numerosas organizações não-partidárias passassem a ter uma ativa participação política, pública

e secretamente. A lista a seguir dará a você uma idéia da intensa movimentação desse período:

Grupos progressistas:

- Sindicatos de trabalhadores (cerca de 1300 em 1964)
- Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)
- Pacto de Unidade e Ação (PUA — aliança intersindical)
- União Nacional dos Estudantes (UNE)
- Ação Popular (católicos de esquerda)
- Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB, reunindo intelectuais de esquerda)
- Frente de Mobilização Popular (FMP, de Leonel Brizola)
- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
- Ligas Camponesas

Grupos conservadores:

- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES, formado por empresários e militares)
- Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD, com constituição semelhante ao IPES)
- Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE, financiada pelo IPES)
- União Cívica Feminina (UCF, também sob orientação do IPES)
- Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE, ligada ao IPES)
- Movimento Anticomunista (MAC, formado por universitários)
- Frente da Juventude Democrática (estudantes anticomunistas radicais)

Desses grupos, os que menos se sobressaíram — o IBAD e o IPES — eram justamente os mais influentes, sobretudo o segundo. Com acesso aos altos círculos econômicos, políticos e militares, vinculados a grupos econômicos externos e à embaixada norte-americana, dispondo de grandes recursos financeiros e influenciando decisivamente os meios de comunicação, esses grupos exerceram uma ação clandestina visando à derrubada de Goulart. Comparada com ela, a ação em contrário dos comunistas — também clandestina — dá a impressão de simples brincadeira.

Além de conspirar para a deposição do governo, esses grupos, o IPES em especial, ajudaram a estabelecer as linhas gerais do modelo econômico adotado no Brasil após 1964.

47 Pelo que já foi dito, você deve ter percebido que dificilmente Jango conseguiria superar as enormes dificuldades econômicas e a contradição das forças nacionais e internacionais que o pressionavam. Mesmo assim ele tentou. Entre janeiro e junho de 1963, por meio de um Ministério formado por políticos moderados — a chamada "esquerda positiva" — o governo procurou implantar o **Plano Trienal**, elaborado pelo ministro do Planejamento, Celso Furtado, o qual tentava estabilizar a economia e criar condições para a implantação das reformas de base. Mas a inflação (19,2% em 1956; 30,9% em 1960; 52% em 1962 e 80% em 1963), a necessidade de conceder aumentos salariais, a falta de recursos financeiros e a pressão da direita e da esquerda levaram o plano ao fracasso. Em junho o ministério foi reorganizado; fracassava assim a experiência da "esquerda positiva".

Daí em diante, João Goulart partiu decididamente para a tentativa de implantar as reformas de base. Como praticamente todas elas prejudicavam os interesses e privilégios dos grupos conservadores, estes redobraram sua luta contra o governo, falando-se já abertamente na derrubada de Jango, acusado de estar a serviço do "comunismo internacional".

48 Em março de 1964, a situação era explosiva. No dia 13, houve um grande comício a favor das reformas, no Rio de Janeiro, em frente à estação da Central do Brasil.

A presença de tanques e soldados, garantindo a realização da manifestação, apavorou os conservadores: tropas *ao lado* do povo? Isso era perigosíssimo para a *nação*! (isto é, para *eles*). A reação foi imediata. Em São Paulo realizou-se a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" com cerca de 300000 pessoas.

Ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, o cabo José Anselmo, líder da Associação dos Marinheiros, instigou os marujos reunidos em assembléia no Sindicato dos Metalúrgicos a se declararem em assembléia permanente, não se apresentando às unidades da Marinha em que serviam (hoje sabe-se que o cabo Anselmo era agente do Cenimar — serviço secreto da Marinha — infiltrado entre os marinheiros com a missão de provocar agitações que enfraquecessem o governo).

De qualquer forma, o "motim dos marinheiros", como ficou conhecido o episódio, precipitou a queda de Jango. Muitos chefes militares que até então o apoiavam, abandonaram-no, pois o motim havia atingido aquilo que o militar de carreira mais preza: a hierarquia. Agora o presidente estava só.

49 Na noite de 31 de março para 1º de abril, os generais Luís Carlos Guedes e Mourão Filho (o

mesmo oficial que elaborara o Plano Cohen em 1937) sublevaram a guarnição de Minas Gerais. Sob a chefia do general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior, e com o apoio de vários governadores (Magalhães Pinto, em Minas Gerais; Carlos Lacerda, na Guanabara; Ademar de Barros, em São Paulo, e outros) a rebelião longamente preparada expandiu-se rapidamente. Diversas unidades militares importantes chegaram a ser mobilizadas para defender a legalidade, mas o precário esquema militar do governo, aliado à recusa de Jango em apresentar resistência armada, fizeram com que em apenas 48 horas o movimento fosse vitorioso em todo o Brasil. Então o presidente abandonou o País, partindo para o exílio no Uruguai, onde morreu alguns anos mais tarde.

Por via das dúvidas, o governo norte-americano havia organizado a chamada *Operação Brother Sam*, destinada a, caso Jango resistisse, dar apoio logístico e militar aos golpistas. Forças aeronavais, capitaneadas pelo porta-aviões *Forrestal*, chegaram a ser deslocadas em direção ao litoral brasileiro. Mas não houve necessidade de pôr a operação em prática, pois os inimigos internos conseguiram derrubar Goulart sem maiores dificuldades.

"Mas", perguntará você, "e os sindicatos? E todas aquelas organizações que apoiavam Jango, o que fizeram?" Nada! Em parte devido à rápida e brutal repressão exercida pelos vencedores, em parte também pela deficiente unidade dos grupos progressistas, muito menos poderosos do que eles mesmos julgavam. Mas principalmente pela incrível falta de visão política das esquerdas, divididas num sem-número de pequenas organizações, com grupos, grupinhos e mini-grupos brigando entre si por causa de sutilezas ideológicas quase sempre ridículas e — pecado imperdoável em quem se dedica à política — geralmente desvinculadas da realidade nacional.

Desse modo, quando a direita deu o golpe, as lideranças de esquerda descobriram que seus liderados, o povo, estavam lá atrás, a quilômetros de distância, preocupados com problemas bem pouco ideológicos, tais como emprego, salário, moradia, vestuário, alimentação, escola para os filhos e preço da condução. Por isso as lideranças ficaram sozinhas, enquanto caía a República Populista e a democracia brasileira entrava num longo e doloroso recesso.

E João Goulart? Seus inimigos dirigiram-lhe muitas acusações: ladrão, corrupto, demagogo, incapaz, comunista; quase todas essas acusações já foram feitas a quase todos os homens públicos importantes deste País. Sob o ponto de vista estritamente histórico, pode-se dizer que o governo de Jango não estava preparado para enfrentar aquele momento singular da vida nacional; se é que alguém estava. Quanto à necessidade das reformas que defendia (veja bem, as reformas em si, e não esta ou aquela forma de aplicá-las), há um trecho de um discurso de Jango que merece reflexão: "Ou marchamos para uma democracia social mais justa, que possibilite melhor distribuição das riquezas, ou então amanhã muitos dos que hoje me atacam terão de chorar a estupidez de não terem também lutado em defesa das grandes aspirações populares (...) As idéias de reforma que preconizo não são minhas, mas de todos os que se interessam pela sobrevivência da democracia".

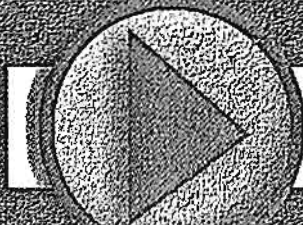
Coloque essas palavras no contexto do populismo, em que uma facção da elite assume a defesa de reivindicações populares. Lembre que Jango era um grande proprietário rural que defendia a reforma agrária. Recorde as vésperas da Revolução de 1930, quando o governador de Minas Gerais — o oligarca dissidente Antônio Carlos de Andrada — disse que "é necessário que nós façamos a revolução antes que o povo a faça". Finalmente, pense na enorme desigualdade da distribuição de renda no Brasil atual e nos níveis inacreditáveis a que chegaram a pobreza, o desemprego e a violência. Provavelmente você irá concluir que João Goulart não era comunista, mas apenas um líder reformista preocupado em modernizar o capitalismo brasileiro.

Quem apoiava o presidente?

É relativamente fácil fazer uma lista dos grupos socioeconômicos e das organizações civis e militares que apoiavam ou combatiam o governo Goulart e suas propostas de reformas de base. Mais fácil ainda é saber a opinião que tinham sobre a deposição do presidente: os aliados de João Goulart diziam que o golpe fora dado *contra o povo*; os golpistas afirmavam que agiram *em nome do povo*. Mas como ninguém pediu a opinião do povo — os derrotados porque não puderam e os vencedores porque não quiseram — nenhum dos lados podia provar suas afirmações.

A verdade só começou a aparecer em 2003, quando o IBOP divulgou, com 39 anos de atraso, os dados de uma pesquisa feita cerca de um mês antes do golpe e cuja divulgação, é claro, foi proibida pelos que tomaram o poder em 1964. Veja só os resultados da pesquisa:

- a popularidade de Jango era elevada;
- a porcentagem dos que apoiavam as reformas de base era maior do que a dos que se opunham a elas;
- 50% dos entrevistados disseram que votariam em Jango, caso ele pudesse se candidatar à reeleição.

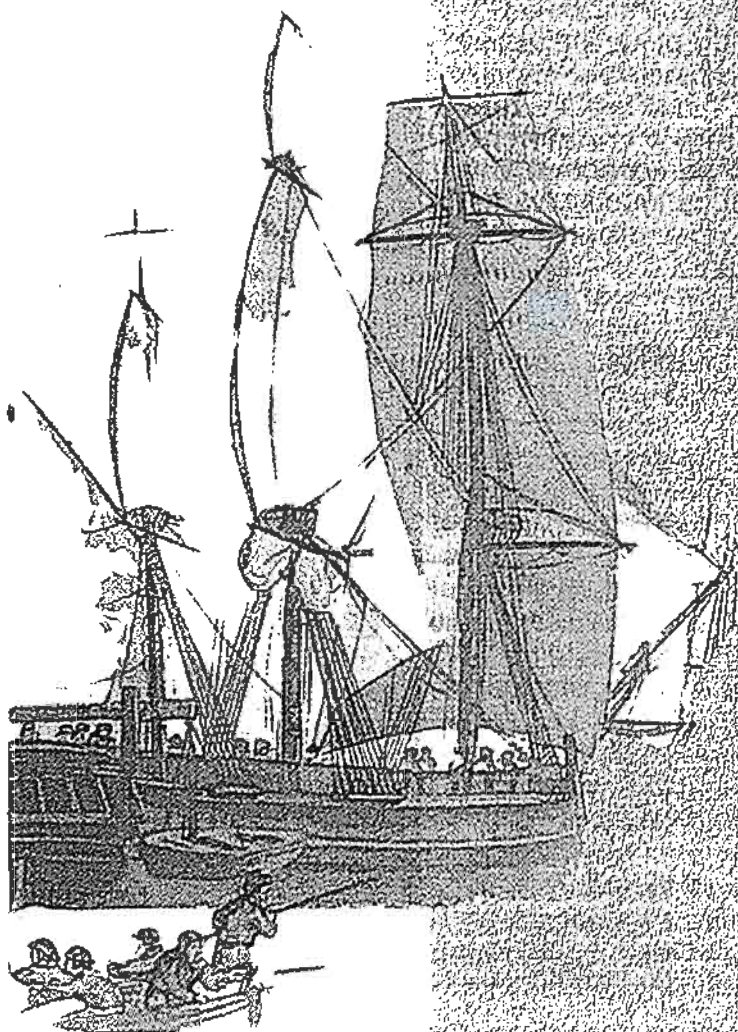
Portanto é possível que ainda não se saiba exatamente em nome de quem foi dado o golpe; mas em nome do povo é que não foi...

Parte 5

O Regime Militar (1964-1985)

A vitória do golpe político-militar de 1964 abriu uma nova etapa da História republicana do Brasil. Não porque as medidas políticas e econômicas adotadas pelos vencedores fossem novidades absolutas, pois já vimos que desde 1951 os grupos que tomaram o poder em 1964 vinham tentando instaurar uma ditadura. No entanto, com a Revolução — como os vencedores chamaram o seu movimento — tais grupos passaram a ter o absoluto controle do governo e do Estado, e então puderam colocar em prática as idéias econômicas e políticas com as quais sonhavam há tantos anos.

Esse aspecto é que distingue o Regime Militar do período anterior: em termos políticos, o completo abandono do modelo então existente; em termos econômicos, o abandono parcial do modelo anterior. E qual o modelo abandonado? Aquele que, na década de 1950 e início da de 1960, tinha lentamente recebido o apoio de consideráveis parcelas da opinião pública nacional: a transformação do Brasil num país rico e próspero, **dentro do sistema capitalista**, porém autônomo em relação ao capital estrangeiro, com um sistema político democrático e com um esquema de distribuição da riqueza nacional que beneficiasse toda a população e não apenas uma minoria privilegiada.

Esse foi o modelo abandonado. E qual o adotado em seu lugar? É o que estudaremos na Unidade a seguir.

O Modelo Econômico e Político do Regime Militar

Economia e Política

Muitos grupos sociais, econômicos e políticos uniram-se para a derrubada do presidente João Goulart, mas apenas alguns conseguiram participar do poder, após 1º de abril de 1964. Entre eles, a burguesia, os grandes proprietários rurais, os técnicos que ocupavam elevadas funções em órgãos estatais — os famosos tecnocratas — e os militares.

De modo geral, os industriais, banqueiros e latifundiários encaravam o golpe de 1964 como uma espécie de operação cirúrgica: colocava-se o paciente na mesa, retirava-se o órgão deficiente e, após uma rápida e feliz convalescença, o doente voltava à vida normal. O "doente" no caso seria o Brasil, e o órgão enfermo, a política reformista que Jango tentara pôr em prática. E a volta do doente para casa seria o retorno do país à normalidade política, ou seja, a volta dos militares aos quartéis e da elite ao poder.

Mas a elite desiludiu-se rapidamente. Em pouco mais de um ano, os militares, assessorados pelos tecnocratas, apoderaram-se completamente do poder, transformando a burguesia urbana e rural numa espécie de torcida organizada, cuja função era aplaudir o governo e dar legitimidade a seus atos.

A burguesia nacional submeteu-se à tal situação por falta de opção melhor. A ditadura, embora a afastasse do centro de decisão política, garantia-lhe a manutenção dos privilégios econômicos. E como agora a defesa desses privilégios era feita de maneira autoritária — e até mesmo violenta — em pouco tempo a elite passou a tirar proveito da situação, mantendo e mesmo aumentando seus lucros, enquanto toda a culpa pela repressão política era jogada sobre os militares.

O modelo econômico e político adotado pelos militares e tecnocratas baseava-se em dois elementos fundamentais: **ditadura política** e **crescimento acelerado da economia**. Para facilidade de estudo, vamos examinar esses elementos separadamente.

O CRESCIMENTO ECONÔMICO

O modelo econômico do Regime Militar não foi criado especificamente pelos militares, pois, ao contrário do que habitualmente se pensa, as Forças Armadas não tinham um projeto de ação econômica já definido. Esse projeto foi estabelecido durante os primeiros anos do regime, pelos tecnocratas a quem os militares entregaram a execução da política econômica.

Um dos elementos que orientou a política econômica então estabelecida foi algo que nós já estudamos anteriormente: a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento. Aparentemente, os governos militares posteriores a 1964 conheciam essa diferença. Assim, tentaram atingir o desenvolvimento por meio do crescimento, acreditando que, se a indústria, a agricultura, a mineração e os serviços crescessem a taxas excepcionalmente altas, o Brasil acabaria automaticamente se transformando numa grande potência desenvolvida. Portanto, a palavra de ordem era crescer, o mais rápido possível. Como, porém, o Brasil não dispunha do capital e da tecnologia indispensáveis a um crescimento acelerado, resolveu-se o problema tomando-se as seguintes medidas:

- aumento da taxa de reinvestimento;
- crescimento da participação do Estado na economia;
- incentivo aos investimentos estrangeiros;
- obtenção de empréstimos externos.

A **taxa de reinvestimento** indica quanto por cento dos lucros obtidos pelas empresas de um país, em um ano, são reinvestidos na economia, no ano seguinte. Como no Brasil essa taxa era baixa, os governos militares, aconselhados pelos tecnocratas, resolveram ampliar a margem de lucros dos empresários, para que estes, ganhando mais, pudessem investir

mais. Mas como aumentar os lucros do empresariado? "Ora", dirá você, "aumentando a eficiência e a produtividade das empresas." Mas isso levaria anos e anos, e, nesse meio tempo, a economia não poderia crescer depressa. A "solução" encontrada foi simples: arrocho salarial. Com essa medida, reduziam-se os salários reais pagos aos trabalhadores, aumentando o lucro dos empresários, que, assim, disporiam de mais dinheiro para investir. Desse modo, a economia começou a crescer, enquanto caía o padrão de vida de grande parte da população.

No entanto, mesmo com o aumento da taxa de reinvestimento, a economia não cresceu tanto quanto desejavam os novos governantes. Por isso, o governo federal criou inúmeros incentivos fiscais (uma parte dos impostos que uma pessoa ou empresa teria de pagar poderia ser investida em determinados setores da economia, escolhidos pelo governo) e dinamizou o mercado de capitais (compra e venda de títulos e ações). Mas se por um lado essas medidas realmente aumentaram o investimento, acelerando o crescimento econômico, por outro, criaram uma incrível especulação e uma série enorme de negociatas, permitindo que um pequeno grupo de especuladores — inclusive muitas companhias multinacionais — ganhassem imensas fortunas em operações financeiras que não geravam novos empregos nem traziam qualquer benefício à população.

Então o governo federal, ciente de que o conjunto de medidas adotadas ainda não bastava para levar o crescimento econômico ao nível que desejava, decidiu investir altas somas nos setores de infra-estrutura, principalmente em transportes, comunicações e energia. Entretanto, como não dispunha de recursos para tais investimentos, o governo reformulou o sistema tributário, aumentando os impostos e transferindo para a área federal receitas fiscais antes pertencentes aos estados e municípios. Além disso, fez grandes **empréstimos no exterior**, junto a bancos norte-americanos, alemães, franceses e japoneses. Desse modo, conseguiu os recursos que desejava para investir maciçamente, ampliando ainda mais a **intervenção do Estado na economia**.

■ A esta altura, você talvez esteja pensando: "mas nós não vimos no capítulo 54 que o principal obstáculo ao crescimento econômico do Brasil era a falta de tecnologia e de equipamento sofisticado para desenvolver a indústria de base? E esse problema foi resolvido depois de 1964?" Foi. "De que modo?" Não do modo mais correto, mas do mais fácil (afinal, era preciso crescer depressa!) **Incentivou-se ao máximo a entrada de capitais estrangeiros** no Brasil, concedendo-se às grandes corporações internacionais todo tipo de vantagens, favores, privilégios e garantias, inclusive algumas negadas a empresas brasileiras, principalmente às pequenas e médias. O Brasil transformou-se assim numa espécie de "paraíso das multinacionais", conseguindo em troca a tecnologia necessária ao estabelecimento das chamadas "indústrias de ponta".

Estava criado o **modelo econômico brasileiro**, assentado no tripé formado **pelo capital estatal, pelas multinacionais e pelas empresas privadas brasileiras**. O Estado dominava o setor que exigia grandes investimentos sem retorno a curto prazo: energia, transporte, siderurgia, etc. As multinacionais controlavam a área que, embora altamente lucrativa, necessitava não só de grandes capitais, mas de tecnologia avançada: indústria química, petroquímica, eletrônica, automobilística, mineração, etc. E a indústria nacional atuava no setor que, embora exigindo também capitais e técnica, necessitava principalmente de mão-de-obra: alimentos, vestuários, metalurgia, mecânica, etc.

Veja, portanto, que o Regime Militar não rompeu totalmente com o modelo econômico anterior (o populismo nacionalista e desenvolvimentista), já que foi mantida a intervenção do Estado na economia; amplos setores econômicos permaneceram reservados ao capital nacional; respeitou-se a maioria dos direitos trabalhistas, obtidos no período populista; e a política governamental deu sempre ênfase ao crescimento econômico. O rompimento foi parcial, e ocorreu principalmente em dois aspectos: setores importantes da economia foram abertos aos investimentos estrangeiros e deixou-se de ter qualquer preocupação com a melhora das condições de vida das camadas populares.

O próximo passo de nosso estudo seria verificarmos quais os resultados alcançados por esse modelo. Como, no entanto, o desempenho de um modelo econômico depende em boa parte do sistema político que o acompanha, vamos primeiro examinar o tipo de estrutura política criada no Brasil após o golpe político-militar de 1964.

A DITADURA POLÍTICA

■ Certamente você percebeu que muitas das medidas econômicas adotadas a partir de 1964 eram impopulares e várias delas francamente contrárias aos interesses nacionais. Evidentemente, para colocá-las em prática, era necessário reprimir os descontentes, subjugar a oposição e abafar qualquer protesto. Só isso já bastava para levar o Brasil à ditadura. E se acrescentarmos o fato de que uma parte dos grupos golpistas que

vinham tentando tomar o poder desde o início dos anos 1950 — e que finalmente o conseguiram em 1964 — estavam quase tão distantes da democracia política como um Hitler ou um Stalin, é evidente que o movimento responsável pela queda de João Goulart tinha grande chance de, mais cedo ou mais tarde, desembocar um regime ditatorial. E isso aconteceu mais cedo do que muitos esperavam.

Os primeiros meses do novo regime caracterizaram-se pela violência: prisões arbitrárias, demissões em massa de funcionários civis e militares, cassações de mandatos, abusos de autoridade, vinganças pessoais, etc. Isso era até certo ponto possível, pois como regra geral, qualquer movimento armado que tome o poder, seja de esquerda ou de direita, reacionário ou revolucionário, age inicialmente com violência. Supunha-se porém que a fase autoritária não duraria muito, pois a repressão estabelecida após 1º de abril de 1964 limitou-se aos elementos ligados ao regime deposto, e o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que dava poderes excepcionais ao governo, limitava tais poderes a um período de seis meses (9 de abril a 9 de outubro de 1964).

Mas a ilusão durou pouco. Conforme passavam os meses, o regime foi endurecendo progressivamente, mostrando que o grupo militar-tecnocrático que se estabelecera no poder pretendia nele permanecer por muito tempo, mesmo que para isso tivesse de empregar a violência.

A ditadura estabelecida no Brasil, após 1964, distinguiu-se de outras então existentes na América Latina pelo fato de não ser exercida por um militar, mas pelos militares em conjunto, sendo presidente o representante da facção — ou das facções — naquele momento mais forte dentro das Forças Armadas. Isso chega até a ser natural, pois num país com uma estrutura econômica e social já bastante complexa, como no caso do Brasil, a ditadura exercida por uma única pessoa torna-se praticamente inviável.

Com as lideranças civis mais expressivas afastadas ou reduzidas a posições inexpressivas, o aparelho de Estado ficou inteiramente nas mãos dos militares, enquanto que os principais cargos de direção econômica eram entregues a técnicos civis — como Roberto Campos, Otávio Gouveia de Bulhões e Delfim Netto — que, embora renomados economistas, tinham pouco apreço pela democracia e idéias muito mais próximas aos interesses das multinacionais do que aos da população brasileira.

Donas do poder, e atuando na prática como um partido político, as Forças Armadas rapidamente se dividiram em facções, dentre as quais duas se destacaram: os "brandos" e os "duros". Os primeiros, originários da Escola Superior de Guerra e liderados pelo marechal Castelo Branco, desejavam um sistema que equilibrasse o autoritarismo com o liberalismo, olhando com um certo receio a excessiva concentração de poderes políticos e econômicos em mãos do Estado. A "linha dura" — cujo porta-voz era o ministro da Guerra, general Costa e Silva — julgava que o Regime Militar não deveria ter prazo para se extinguir, pois precisaria de tempo para "apagar o passado" e levar adiante o famoso projeto de transformar o Brasil numa potência desenvolvida.

O choque entre esses grupos acabou levando o movimento de 1964, cujo objetivo, conforme diziam seus líderes, era fortalecer a democracia, a se transformar no mais autoritário regime que o Brasil já conheceu. Isso porque os "duros" queriam a ditadura pura e simples e para satisfazê-los em parte e assim não perder seu apoio, os "brandos" foram fazendo concessões. Resultado: mantiveram-se as aparências de uma democracia — Congresso, partidos políticos e eleições periódicas — ao mesmo tempo que o governo ia adquirindo poderes praticamente absolutos e a repressão policial ficando cada vez mais violenta.

Por volta de 1968, o sistema político ditatorial estava completo. Todo o poder concentrava-se em mãos do governo federal. O Legislativo e o Judiciário estavam reduzidos à impotência e os governos estaduais e municipais transformados em simples executores das ordens vindas do Palácio do Planalto, em Brasília. Os Atos Institucionais (no total, 17) davam ao presidente da República poderes semelhantes aos dos reis absolutistas europeus do século XVIII.

Os atos institucionais eram decretos autoritários, que davam ao presidente da República poderes praticamente absolutos, exercidos independentemente das leis já existentes, dos tribunais e da própria Constituição.

A repressão policial, a censura à imprensa e a propaganda governamental mantinham a oposição calada e a opinião pública alheia ao que realmente acontecia no País. A resolução dos grandes problemas nacionais cabia a pequenos grupos que, a portas fechadas, nos ministérios e outros órgãos estatais, agiam sem que a população — afinal a grande interessada nesses problemas — pudesse emitir qualquer opinião.

Finalmente, o Estado, cujo poder econômico já vinha crescendo desde a época de Vargas, atingiu um nível tão elevado de participação na eco-

nomia que se aproximava — estranha ironia — de alguns países socialistas. Direta ou indiretamente, por meio de empresas estatais ou da legislação econômica e financeira, o Estado passou a interferir em todos os ramos da economia nacional.

Completava-se, assim, o modelo do Regime Militar, ao qual nos referimos no início deste capítulo: ditadura política e crescimento econômico acelerado.

No entanto, não basta conhecer as características do modelo; é necessário saber também como ele funcionava e quais as suas conseqüências para o Brasil, a médio prazo — ou seja, *durante* o Regime Militar — e, principalmente, a longo prazo, isto é, *após* o encerramento do regime. E você, como qualquer outro brasileiro, sabe muito bem qual a situação do País no início do século XXI: crescimento econômico baixíssimo, dívida externa altíssima, salários achatados, desemprego, índices de pobreza assustadores, violência crescente, corrupção generalizada.

Neste momento talvez você pense: "mas essa desgraça toda é culpa dos governos posteriores ao Regime Militar...!". Não é. Sarney, Collor, Itamar, FHC e Lula podem ser acusados de muitas coisas, principalmente de não terem sido capazes de superar a crise, mas não podemos acusá-los de serem os pais da criança.

O rápido crescimento da dívida externa e o achatamento salarial vêm desde 1964; a corrupção tornou-se um mal crônico já nos anos 1970, a recessão econômica e o desemprego surgiram em 1981, a pobreza e a violência ultrapassaram os limites do absurdo em meados da década de 1980. Dos problemas econômicos surgidos durante o Regime Militar o único que conseguimos eliminar foi a inflação galopante.

Mas então os governos militares só cometeram erros? Não. Foram tomadas também medidas acertadas. Os erros e os acertos, e também os motivos que levaram muitos desses acertos a ficarem comprometidos, é o que estudaremos nos próximos capítulos.

O SISTEMA POLÍTICO

11 Na área política, os resultados do modelo foram desastrosos. O autoritarismo do Estado, além das violências e injustiças que provocou, destroçou o sistema partidário do País, substituindo-o por um novo sistema (o bipartidarismo existente entre 1965 e 1979), que tinha todos os defeitos do anterior (e mais alguns defeitos novos), e nenhuma de suas qualidades. Eliminaram-se as antigas lideranças políticas e impediu-se o surgimento de novas, de tal modo que passaram a predominar na política militante os elementos mais despreparados, ou aqueles que não representavam os interesses de nenhum grupo ponderável da população, ou aqueles que se sujeitavam a qualquer tipo de humilhação apenas para permanecerem próximos do poder, obtendo assim cargos e mordomias. Isso, é claro, contribuiu para o desprestígio da classe política, o que é ruim para os políticos e péssimo para o País.

No Brasil, acostumamo-nos com a idéia de que os políticos são sempre pouco dignos de confiança e que, portanto, se eliminados, não haverá nenhum prejuízo para a nação. Erro ingênuo. Com ou sem políticos, com ou sem partidos, a política existe sempre, pois os dirigentes de um país, sejam eles quem forem, fazem... política! Por isso, a única coisa pior do que um mau governante eleito livremente pelo povo é o governante nomeado por decreto.

12 Outro efeito da ditadura foi a transformação do processo político-eleitoral num simples ritual previamente preparado para dar a vitória ao partido do governo. E sempre que essa vitória estava ameaçada, mudavam-se as regras do jogo, mesmo após este já ter começado, decretando-se leis casuísticas, os famosos "pacotes", como ficaram conhecidos. Esse tipo de comportamento trouxe duas conseqüências altamente negativas: em primeiro lugar, reduziu a participação política da população — a qual nunca fora muito grande — a quase nada, e sabe-se que democracia se aprende praticando; em segundo, reduziu a confiança da população nas autoridades a níveis baixíssimos, provavelmente nunca atingidos em períodos anteriores da nossa História.

Além disso, com a eliminação dos meios pelos quais a sociedade poderia manifestar sua insatisfação, restaram aos descontentes três opções: os mais acomodados simplesmente calaram a boca; os mais habilidosos equilibraram-se precariamente no partido de oposição, o MDB; os mais exaltados apelaram para a luta armada, com tentativas de guerrilha rural (no Vale do Ribeira, em São Paulo, e no Araguaia, no Pará) e principalmente de guerrilha urbana, realizadas por diversas organizações de esquerda.

A curto prazo, a luta armada acabou fortalecendo a ditadura, levando o regime a criar um aparelho repressivo — a famosa "comunidade" de informações e segurança — sem precedentes na História do Brasil, e que fez a repressão dos tempos do Estado Novo parecer brincadeira de criança.

13 Outro aspecto negativo do modelo político foi o excessivo crescimento da interferência do Estado em todos os setores da vida nacional. Por meio de dezenas de milhares de leis e decretos publicados em poucos anos, e do grande número de empresas e órgãos estatais então criados, o Estado no Brasil tornou-se onipresente. Veja bem, a intervenção estatal na economia não é necessariamente ruim, desde que, no mínimo, seja feita com critério, bom senso e, principalmente, que seja equilibrada por uma ampla liberdade política que permita à população acompanhar, vigiar, debater e criticar a ação do Estado. Mas com essa liberdade eliminada, a ação estatal ocorreu em meio a erros crassos e a manias de grandeza absurdas, facilitando a enxurrada de abusos, roubalheiras, mordomias escandalosas e corrupção que caracterizaram o Brasil a partir dos anos 1970.

Por esse motivo, o Estado brasileiro, durante o Regime Militar, teve uma evolução que, para um estudioso do assunto de-

ve ser extremamente interessante, mas para a população do País teve péssimos resultados.

Inicialmente, a ampliação do aparelho estatal foi acompanhada de reformas em vários setores desse aparelho e, principalmente de uma modernização administrativa e gerencial que levaram ao aumento da eficiência do Estado. Porém, a partir de meados da década de 1970, uma série de fatores começaram a corroer essa eficiência.

O primeiro desses fatores foi o excesso de burocracia. Em qualquer país do mundo, inclusive naqueles altamente eficientes, a organização estatal é sempre burocratizada. Até aí tudo bem. Só que no Brasil, durante o Regime Militar, o acúmulo de órgãos burocráticos chegou a tal ponto que ultrapassou os limites do razoável, passando a comprometer a eficiência da ação estatal.

Em segundo lugar, os vários órgãos e empresas estatais passaram a atuar sem qualquer controle da sociedade, sem ter de prestar contas à opinião pública, ao Congresso ou ao Judiciário. A partir daí, esses órgãos e empresas começaram a adotar políticas e comportamentos que visavam beneficiar principalmente seus integrantes ou grupos econômicos e políticos a eles ligados, e não à sociedade brasileira como um todo.

O terceiro fator — na realidade um prolongamento do segundo — foi o mais grave de todos, sendo hoje um dos maiores obstáculos à modernização do País e ao seu desenvolvimento econômico: **a privatização do Estado**. Um pequeno número de grupos econômicos e políticos, aproveitando-se de ligações pessoais com os donos do poder, ou simplesmente por meio de corrupção, passaram a ter tal influência sobre os principais organismos do Estado que este ficou subordinado aos interesses particulares desses grupos, atuando em seu exclusivo benefício.

Nas duas últimas décadas do século XX, uma das meias verdades mais perversas que se impingiu à opinião pública brasileira foi aquela referente à **privatização** (e a meia verdade é mais danosa do que a mentira completa). Aproveitando-se do fato de que o Estado passou a ser ineficiente, afirmava-se que a solução para o problema era privatizar as empresas estatais e os serviços públicos. Assim, enquanto todas as atenções se concentravam na discussão sobre a privatização das estatais, não se discutia o assunto mais importante: a **desprivatização** do Estado, para que este passasse a atuar em favor de toda a sociedade, e não apenas de alguns grupos privilegiados.

Essa privatização do Estado, que começou na década de 1970 e se consolidou na década seguinte, desvirtuou completamente a ação político-administrativa e, principalmente, econômico-financeira do Estado, contribuindo poderosamente para a crise brasileira, que iniciada por volta de 1980, no governo do general Figueiredo, arrastou-se pela metade do século XX e início do XXI.

A ORDEM ECONÔMICA

14 O desempenho econômico do modelo variou consideravelmente entre 1964 e 1985 de tal modo que podemos dividir esse período em quatro fases:

- de estabilização (1964-1967)
- de crescimento (1968-1973)
- de declínio (1974-1980)
- de recessão (1981-1985)

A **fase de estabilização** acompanhou todo o governo Castelo Branco e os primeiros meses do governo Costa e Silva. Nesse período a direção da economia coube ao ministro do Planejamento do governo Castelo, o economista Roberto Campos, seguidor das doutrinas econômicas ortodoxas, ardoroso defensor do capital estrangeiro e monetarista convicto (para relembrar o que é monetarismo, veja o item 12, no capítulo 37).

Para orientar a política econômica do País, durante o triênio 1964-1966, o governo elaborou o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), cujos pontos básicos eram dois: acelerar o crescimento da economia, elevando sua taxa de crescimento a 6% ao ano, e combater a inflação, reduzindo-a a 10% ao ano em 1966. Mas os resultados foram medíocres: o crescimento anual da economia manteve uma média de 3% e a inflação, em 1966, atingiu 40%.

15 Se você comparar esse desempenho com o obtido durante a presidência de João Goulart, verá que, embora a inflação tenha diminuído, o crescimento econômico manteve-se praticamente inalterado. Isso reforça o que dissemos no capítulo 54, a respeito do desempenho econômico do governo de Jango. Não foi a política reformista que gerou o declínio da economia, mas sim o fato de o processo de industrialização por substituição de importações ter chegado a um ponto de estrangulamento.

Apesar de não ter atingido os seus objetivos, o PAEG — junto com as medidas políticas adotadas na época — ajudou a preparar as condições que permitiram o rápido crescimento dos anos seguintes. De que modo? Primeiro, restaurando a "confiança" dos banqueiros estrangeiros e das multinacionais no Brasil. Segundo, congelando os salários dos trabalhadores de renda mais baixa. Terceiro, reprimindo os sindicatos e impedindo qualquer protesto dos grupos menos favorecidos.

16 A **fase de crescimento rápido** correspondeu à segunda metade do governo Costa e Silva e ao período presidencial do general Médici. Observe os índices de crescimento da economia entre 1967 e 1973. (Veja tabela abaixo).

O crescimento foi tão rápido, que o período de 1970 a 1973 ficou conhecido como a época do "milagre brasileiro", tornando famoso o economista Delfim Netto, ministro da Fazenda de Costa e Silva e de Médici.

As causas desse crescimento foram várias. Os empresários brasileiros (pelo menos os das grandes empresas) ampliavam os investimentos, pois seus lucros estavam crescendo, inclusive devido à redução dos salários reais pagos aos trabalhadores. Paralelamente, o governo concedia numerosos incentivos fiscais, favorecendo novos investimentos; além disso, mesmo nos setores em que não se fizeram investimentos, o crescimento foi rápido, pois quase toda a indústria brasileira trabalhava com capacidade ociosa, que existia desde os tempos de Juscelino Kubitschek, e que era agora aproveitada.

ANO	CRESCIMENTO DO PIB
1967	4,8%
1968	12,2%
1969	9,9%
1970	9,5%
1971	12,0%
1972	11,2%
1973	13,0%

Por sua vez, o governo federal injetava um novo dinamismo na economia, investindo enormes quantias, obtidas com o aumento de impostos e a venda das ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional).

Mas os principais responsáveis por esse crescimento foram fatores de ordem externa. No final dos anos 1960 e início dos 1970, a economia mundial expandiu-se rapidamente, gerando um significativo aumento do comércio internacional e dos lucros das grandes companhias americanas, européias e japonesas. Aproveitando-se disso, o governo brasileiro estimulou ao máximo as exportações, que passaram de 1,6 bilhões de dólares em 1967 para mais de 10 bilhões em meados da década de 1970. Além disso, as autoridades concederam toda a sorte de privilégios às multinacionais, que começaram a investir maciçamente no Brasil, ao mesmo tempo em que os bancos internacionais nos concediam empréstimos gigantescos.

[17] "Mas" — perguntará você — "se os salários estavam sendo contidos, onde se arranjava mercado consumidor para a produção originada por tantos investimentos?"

Simples! Uma boa parte da produção era exportada. Para que se consumisse o restante, o governo passou a incentivar o consumismo das classes médias e altas, concedendo-lhes financiamentos para a aquisição — as famosas compras a prazo — de bens de consumo duráveis, tais como automóveis, eletrodomésticos, aparelhos de TV e equipamentos de som. Até o BNH (Banco Nacional de Habitação), que fora criado para financiar casas populares, destinados a famílias de baixa renda, passou a financiar apartamentos classe "A", imóveis de luxo e até *shopping centers*. Foi a vez e a hora da classe média, que passou a poder comprar produtos que sempre desejara e jamais pudera adquirir.

Num modelo econômico caracterizado pela concentração da renda, a utilidade dessas compras para o crescimento da economia a longo prazo era, no mínimo, bastante discutível. Mas o consumidor de classe média foi convencido de que tais produtos eram absolutamente indispensáveis à sua felicidade e *status* social, basicamente pela atividade publicitária, que nesse período sofreu um enorme desenvolvimento no Brasil, exercendo um papel importante na expansão do mercado de bens de consumo.

A época do "milagre brasileiro" correspondeu, portanto, a um período de ufanismo habilmente explorado pelos governos militares por meio de vasta propaganda, com *slogans* como "até 1964 o Brasil era o país do futuro; então o futuro chegou" ou "este é um país que vai pra frente" ou "ninguém segura este país", ou ainda, "Brasil, ame-o ou deixe-o". Foi também o período das obras públicas faraônicas — e quase sempre pouco eficientes sob o ponto de vista econômico — como a Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, Itaipu e, embora já após o fracasso do "milagre", o absurdo acordo nuclear Brasil-Alemanha.

[18] No conjunto, o "milagre" agradou e enriqueceu muita gente: a classe média, "saltitante" de felicidade pela aquisição de automóveis, TV em cores e equipamentos de som; a burguesia, cujos lucros aumentaram tremendamente; as multinacionais, que se derreteram de satisfação, pois finalmente tinham conseguido dominar amplos setores de um dos mercados mais promissores do Terceiro Mundo: o Brasil.

[19] A **fase de declínio** poderia ser explicada por um trocadilho com uma das frases-propaganda dos governos militares: até 1973, o Brasil era o país do milagre e, de repente, o milagre acabou. O que aconteceu? Seria o "milagre" uma simples farsa? Vamos examiná-lo mais de perto.

O crescimento foi real. A economia expandiu-se tanto, que em 1981 possuíamos um parque industrial e um PNB (Produto Nacional Bruto) que nos colocavam entre os dez países mais ricos do mundo e tínhamos uma renda *per capita* de 1 750 dólares, aproximadamente quatro vezes maior do que a média dos países subdesenvolvidos (e cerca de quatro vezes menor do que a dos desenvolvidos).

No entanto esse crescimento não trouxe desenvolvimento. A distribuição da renda sofreu uma completa distorção, em outras palavras, os ricos ficaram mais ricos e os pobres conseguiram a verdadeira proeza de ficarem ... mais pobres. A esmagadora maioria dos brasileiros não se beneficiou do "milagre". Isso porque a nossa crescente dependência ao exterior e a presença dominante aqui do capital estrangeiro levaram-nos a produzir não o que era fundamental para nossa população, mas sim o que era lucrativo para as multinacionais. O crescimento brutal da dívida externa obrigou-nos a exportar o que podíamos e o que não podíamos, diante da desesperada necessidade de obter dólares para pagar os juros e amortizar a dívida.

A partir de meados da década de 1970, periodicamente, altas autoridades federais, principalmente o ministro Delfim Netto, apareciam na televisão para explicar ao público — no mais puro "economês" — que

não havia por que se preocupar com a dívida externa! Esta era perfeitamente administrável! O perfil da dívida era perfeito! A relação PIB/ dívida externa era ótima! Realmente, o público não precisava se preocupar. Afinal, em pouco mais de 10 anos, a dívida havia passado de 3,5 bilhões de dólares para "somente" 40 bilhões...

Desse modo, chegou-se a situações que seriam cômicas, se não fossem trágicas. Embora fôssemos um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, éramos obrigados a importar feijão, arroz e batatas! No final da fase de crescimento rápido, a classe média fazia filas na porta dos açougues para comprar carne, enquanto em várias cidades o povo assaltava supermercados em busca de feijão. Exportávamos centenas de milhares de toneladas de soja (um dos alimentos mais nutritivos), enquanto uma parcela assustadoramente grande da população sofria de subnutrição.

20 Mas os absurdos não paravam por aí. No final dos anos 1970, em plena crise do petróleo, quando pela lógica a maior despesa externa do País deveria ser a importação do "ouro negro", a conta relativa a juros e amortização da dívida externa superava a do petróleo em um bilhão de dólares.

E havia mais. Num País que conseguia ter o 10º maior PIB do mundo, o número de menores abandonados ou carentes chegava a 20 milhões; e enquanto as autoridades despejavam rios de dinheiro em obras inúteis como a Transamazônica, cerca de metade da população não recebia ensino eficiente, nem assistência médica adequada, nem saneamento básico, nem moradia digna desse nome, nem sequer comida em quantidade suficiente.

21 A esta altura você já percebeu que as bases do "milagre" brasileiro eram falsas. E ninguém percebia isso? É claro que sim. Muitos claramente, enquanto muitos outros pelo menos desconfiavam de que algo não ia bem. Mas a propaganda, a repressão policial e a rígida censura à imprensa mantinham todos em prudente silêncio. E os poucos que se manifestavam eram rapidamente retirados de circulação, acusados de contestadores, subversivos e ... comunistas.

A partir de 1974, porém, aquilo sobre o que os tais "contestadores" vinham tentando alertar — e até evitar — finalmente aconteceu. A economia mundial passou do crescimento à recessão. As taxas internacionais de juros subiram, as exportações ficaram mais difíceis e os nossos credores começaram a nos apertar. Internamente, a classe média, já empanturrada de bens de consumo duráveis, não tinha mais condições de ampliar seu consumo, enquanto que a classe baixa, ganhando salários ínfimos, jamais poderia consumir a quantidade de produtos diariamente despejados no mercado. Resultado: as indústrias começaram a ter dificuldades para vender sua produção e o ritmo de crescimento econômico começou a cair.

ANO	CRESCIMENTO DO PIB
1974	9,5%
1975	5,6%
1976	9,0%
1977	5,4%
1978	4,8%
1979	6,5%
1980	7,5%

Comparando esses dados com aqueles referentes à fase de crescimento rápido, talvez você tenha a impressão de que a situação afinal não era tão ruim, principalmente pelo fato de que nos dois últimos anos o PIB voltara a crescer. Pura ilusão! Primeiro, porque a média de crescimento, que na época do "milagre" fora de 10,4% caiu agora para 6,5%. Segundo, porque a partir de 1981 a economia caiu tanto que a taxa de crescimento passou a ser **negativa**!

E assim o "milagre" ruiu. O crescimento acelerado foi substituído pelo crescimento normal; e este, pelo crescimento moderado; e este, pelo crescimento lento; e finalmente, a recessão: produção estagnada ou em declínio, achatamento salarial da classe média, desemprego generalizado, inflação galopante e uma dívida externa tão elevada que não se sabia mais o que fazer com ela.

22 Num regime democrático, os responsáveis por tal desastre provavelmente seriam derrotados na primeira eleição e teriam de abandonar o poder. A maioria passaria um bom tempo em casa, tentando imaginar uma receita melhor para governar o País. Alguns inclusive estariam com suas carreiras políticas definitivamente encerradas. Um ou outro, eventualmente, acabaria na cadeia.

Mas o Brasil não era uma democracia. Por isso pouca coisa mudou: algumas adaptações no modelo econômico, promessas de reformas do modelo político. A única mudança real foi a linguagem. Antes, pedia-se ao povo que apertasse o cinto, pois o crescimento exigia sacrifícios. Depois, pedia-se ao povo que apertasse o cinto, pois o combate à recessão exigia sacrifícios. Notável!

O desempenho da economia brasileira na década de 1970 foi impressionante: chegamos a ser o campeão mundial de crescimento econômico. Poucos anos depois, no entanto, a situação econômica era melancólica, com índices de crescimento variando entre o muito baixo e o negativo.

Essa inversão não se deveu apenas a causas econômicas. Contribuíram também, e muito, os fatores políticos, particularmente a inexistência de democracia e a falta de preocupação com os aspectos sociais. Essa dupla ausência comprometeu os bons resultados econômicos, pois ocasionou a piora na distribuição da renda, o estrangulamento do mercado consumidor interno, a privatização do Estado e impediu que os erros cometidos pelos governos militares fossem evitados ou corrigidos.

23 Na **fase recessiva**, iniciada em 1981, no segundo ano do governo do general Figueiredo, a economia foi tão fortemente atingida que a crise ultrapassou os limites do Regime Militar, mantendo-se até o final do século XX e entrando no século XXI.

Durante o período que no momento nos interessa, ou seja, os quatro últimos anos do Regime Militar, a evolução da economia foi a seguinte:

ANO	CRESCIMENTO DO PIB
1981	–4,0%
1982	+0,5%
1983	–3,0%
1984	+5,0%

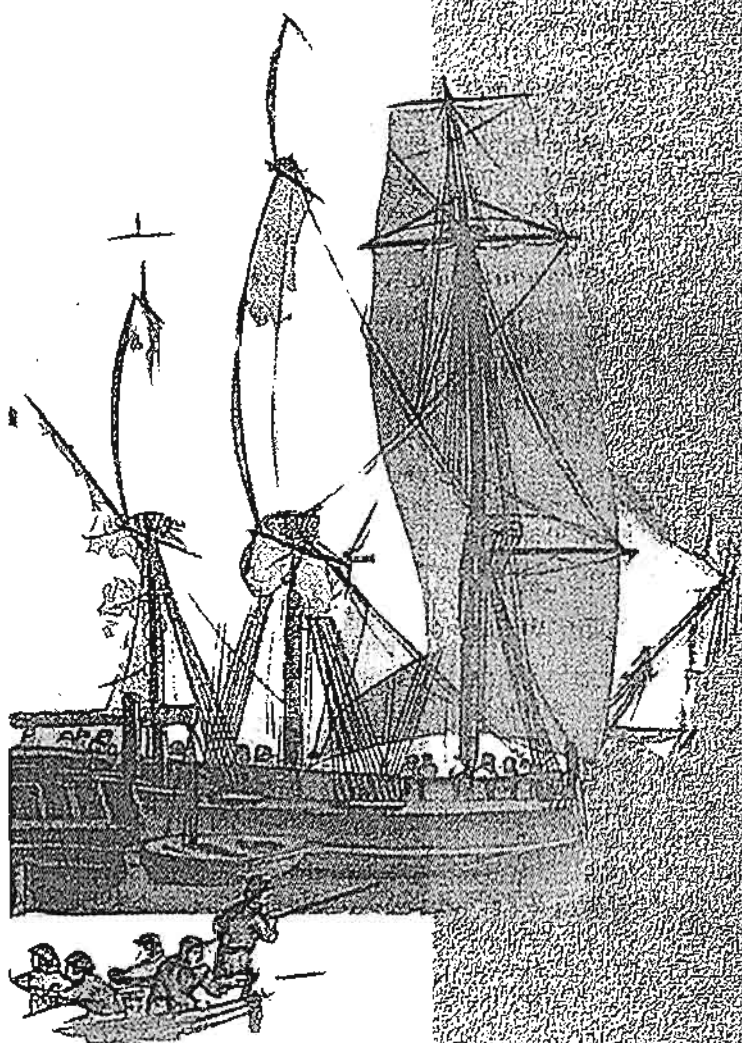
Esses dados mostram que a média de crescimento nesse período foi negativa (–1,5%) e que apesar da recuperação ocorrida no último ano, o PIB brasileiro no final de 1984 era **menor** do que no início de 1981. E o mais grave: a população do País havia crescido durante esses quatro anos. A economia decai e a população aumenta. O resultado é óbvio: a maioria dos brasileiros ficou mais pobre.

"E o governo", pensará você, "o que fez?" Os militares, os tecnocratas, os ministros da área econômica, enfim, toda aquela gente que vivia dizendo que "ninguém segurava este país", que medidas tomaram? Basicamente duas: mais empréstimos externos e internos, para evitar uma queda ainda maior da economia, ou mesmo promover algum crescimento — embora sem bases sólidas — e levar ao extremo a privatização do Estado, de modo que este absorvesse os prejuízos dos setores mais influentes da burguesia e dos grandes proprietários rurais. Isso, é claro, era tampar o sol com a peneira. Nenhum dos problemas básicos da economia brasileira foi resolvido, pelo contrário, todos se agravaram: o Estado faliu e os governantes que sucederam ao Regime Militar herdaram uma crise econômica e social gravíssima.

O modelo econômico e político aqui adotado após 1964 não foi um fenômeno exclusivamente brasileiro. Foi, no contexto da Guerra Fria, uma tentativa das multinacionais e dos governos das grandes potências de manterem seu domínio sobre alguns países — ou regiões — do Terceiro Mundo que tinham possibilidades de desenvolver suas economias de forma autônoma. Na América do Sul, por exemplo, o modelo foi implantado, também com apoio externo, no Uruguai, no Chile e na Argentina, sempre por meio de ditaduras militares extremamente violentas. Para os povos desses países, o resultado foi lastimável. Os chilenos, cujo padrão de vida era elevado em termos sul-americanos, passaram a enfrentar uma inflação de até 600% ao ano! O Uruguai, que tinha uma economia estável e equilibrada, entrou em crise permanente. E a Argentina, que chegou a ser o país mais próspero e rico da América Latina, regrediu tanto que em 1981 sua produção industrial ficou abaixo da de 1970.

UNIDADE XVII

A Evolução Política do Regime Militar

Na Unidade anterior, analisamos as linhas mestras da economia e da política durante o Regime Militar. Para completar esse estudo, vamos agora examinar os principais acontecimentos dos cinco governos militares, entre 1964 e 1985.

A Expansão do Autoritarismo (1964-1974)

A PRESIDÊNCIA DO MARECHAL CASTELO BRANCO (1964-1967)

Derrubado João Goulart, os militares vitoriosos formaram o chamado Supremo Comando da Revolução, integrado pelo general Costa e Silva, pelo brigadeiro Correia de Melo e pelo almirante Augusto Rademaker. A primeira providência desse comando foi decretar, em 9 de abril, o **Ato Institucional nº 1** (AI-1), redigido pelo velho líder fascista Francisco Campos, autor da Constituição ditatorial de 1937. O AI-1, que vigoraria até 9 de outubro de 1964, dava ao Executivo poderes para cassar mandatos parlamentares (e também de governadores e prefeitos), suspender direitos políticos de cidadãos por dez anos, aposentar sumariamente funcionários civis e militares e decretar o estado de sítio sem necessidade de autorização do Congresso Nacional. Determinava também que seriam realizadas eleições diretas para presidente da República em outubro de 1965. Nesse intervalo, o País seria governado por um presidente provisório, eleito pela Câmara e pelo Senado, em 11 de abril de 1964.

Portanto, aparentemente, os militares que haviam tomado o poder desejavam devolvê-lo aos civis, em pouco menos de dois anos, por meio de eleições livres e democráticas. Esse era o pensamento da maior parte da opinião pública quando, em 15 de abril, o marechal Castelo Branco, eleito presidente pelo Congresso, assumiu o poder.

Tal ilusão durou pouco. O ministério de Castelo Branco era formado por elementos de caráter conservador: o general Costa e Silva — representante da "linha dura" — foi nomeado ministro da Guerra e dos 14 ministros, cinco eram militares. Também nessa época começaram a surgir alguns homens que teriam grande poder político nos 21 anos seguintes: nomeou-se para a Casa Militar da Presidência o general Ernesto Geisel, enquanto o general Golbery do Couto e Silva ia para a chefia do recém-criado Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão do qual se originou o gigantesco aparelho repressivo estabelecido no Brasil nos anos seguintes. Paralelamente, milhares de pessoas eram presas — a maioria sem acusação definida e sem culpa formada — e nos poucos meses em que vigorou o AI-1, foram aplicados 3 535 atos punitivos.

Rapidamente a "linha dura" ia tomando conta do poder. Prorrogou-se por um ano o mandato do presidente, que passou também a ter poder para baixar decretos-lei, ou seja, aprovar leis sem a autorização do Congresso Nacional. Simultaneamente, impuseram-se diversas emendas à Constituição, sempre objetivando fortalecer o Executivo, reduzindo os poderes e a autonomia do Legislativo e do Judiciário.

Mas a grande vitória dos "duros" veio em 1965. Nesse ano, houve eleições diretas para governador, em 11 estados. A oposição ganhou em cinco, inclusive nos dois mais importantes: Minas Gerais e Guanabara. Veja você, brasileiro não tem jeito mesmo. Onde é que já se viu votar contra o governo? Isso é subversão! Pensando assim, as autoridades resolveram mostrar ao povo como é que se pratica democracia. A 27 de outubro, o governo decretou o **Ato Institucional nº 2** (AI-2), extinguindo os partidos políticos, estabelecendo eleições indiretas para presidente da República, determinando que os crimes contra a segurança nacional seriam julgados por tribunais militares e dando ao presidente poderes absolutos para cassar mandatos e suspender direitos políticos. Estava estabelecida a ditadura sem disfarces.

E ninguém protestou? Sim, muitos protestaram: a imprensa, o clero, os intelectuais, os sindicatos, os professores, os estudantes. E o governo não tomou conhecimento dos protestos? Tomou. Censurou os jornais, vigiou o clero, prendeu os intelectuais, ocupou os sindicatos, demitiu os professores e silenciou ou expulsou os estudantes. Tudo democraticamente, é claro.

■ Logo depois, em fevereiro de 1966, foi decretado o **Ato Institucional nº 3** (AI-3), estabelecendo que seriam indiretas também as eleições para governador. Com isso o governo visava evitar uma futura derrota eleitoral de seu partido. Mas qual partido? Não tinham todos sido extintos? Ocorre que, após o AI-2, as autoridades federais haviam permitido a formação de dois novos partidos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que apoiava o governo, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que o combatia. A ARENA, amplamente majoritária no Congresso, dispunha de total apoio oficial, enquanto o MDB estava permanentemente ameaçado de ter seus deputados e senadores cassados. Mesmo assim, o governo resolveu não facilitar e eliminou as eleições diretas para governador.

No final de 1966 e nos dois primeiros meses de 1967, Castelo Branco preocupou-se sobretudo com a eleição de seu sucessor, as eleições legislativas e a aprovação de uma nova Constituição, ocorrendo todos esses acontecimentos em clima de grande tensão. Em outubro de 1966, o Congresso Nacional foi cercado por tropas do Exército e fechado, só reaberto posteriormente, para aprovar a Constituição de 1967 e eleger o marechal Costa e Silva como presidente da República. O marechal foi candidato único, sem opositores. Quanto à nova Constituição, cujo projeto havia sido elaborado pelo governo, foi aprovada praticamente sem discussões em janeiro de 1967 (o **Ato Institucional nº 4** (AI-4), de dezembro de 1966, determinara as regras para essa aprovação). Se Stálin pudesse levantar da sepultura, teria aplaudido entusiasmado; era desse tipo de democracia que ele gostava!

A Constituição de 1967, embora suspendesse os atos institucionais, incorporava grande parte do caráter autoritário destes, fortalecendo tremendamente o Poder Executivo. De qualquer modo, essa Constituição mal chegou a ser posta em prática, rapidamente superada por novas medidas autoritárias.

■ E quem venceu as eleições para deputado e senador? A ARENA. Isso significa que a população estava satisfeita com a situação? Talvez sim. Mas há um detalhe significativo: somando-se os votos do MDB, os votos em branco e os votos nulos, o total era superior à votação obtida pela ARENA.

Encerrava-se o mandato de Castelo Branco. Mas antes de examinarmos o governo de seu sucessor, cabe uma pergunta: o que pensavam as Forças Armadas a respeito da ditadura instalada no Brasil? Seriam todos os militares favoráveis a ela? É claro que não. Havia um grupo numeroso de oficiais favoráveis à solução democrática, mas este acabou marginalizado. As promoções de tais oficiais eram retardadas e eles acabavam caindo na reserva compulsória, ou eram colocados em funções burocráticas, sem qualquer importância tática, ou então, pura e simplesmente, eram retirados de circulação. Nos dois anos do governo Castelo Branco, mais de 700 militares foram reformados e transferidos para a reserva com base nos atos institucionais.

A PRESIDÊNCIA DO MARECHAL COSTA E SILVA (1967-1969)

■ A candidatura Costa e Silva de certo modo foi imposta a Castelo Branco, que com ela não simpatizava. Imaginou-se, na época, que o ex-ministro da Guerra seria um elemento intermediário entre os "duros" e os "brandos", e que levaria o País de volta ao regime democrático. Aliás, em seu discurso de posse, o novo presidente prometeu expressamente restabelecer as liberdades democráticas.

Todos os presidentes militares prometeram solenemente restabelecer a democracia no Brasil. O não cumprimento dessa promessa foi um dos fatores que contribuiu para a desconfiança com que a população passou a encarar os governos militares.

■ Os primeiros meses do novo governo pareceram confirmar a promessa de liberalização, embora o ministério nomeado pelo marechal tivesse, num total de 16 ministros, oito militares que controlavam justamente os ministérios mais importantes; e o chefe do SNI era o general Médici. Veja, portanto, que se ia acentuando a tendência a que os cargos ligados à segurança nacional funcionassem como trampolim para a Presidência da República.

A política econômica do governo — agora chefiada pelo ministro da Fazenda, Delfim Netto — foi modificada, eliminando-se a contenção financeira praticada pela administração Castelo Branco; iniciava-se assim uma fase de expansão econômica que trouxe grandes vantagens para a classe média. Aliás, as seguidas tentativas do presidente Costa e Silva em aproximar-se da classe média civil, na época, eram encaradas como uma prova de que o governo estava iniciando a abertura política. Porém, na realidade, acontecia o contrário. Ao procurar o apoio da classe média, o grupo militar-tecno-

crático que detinha o poder, apenas tentava obter aliados para fortalecer a "linha dura". E os acontecimentos dos anos seguintes provaram isso claramente.

10 Em 1967 e 1968, a oposição ao governo intensificou-se. Embora os sindicatos já estivessem praticamente silenciados, os políticos civis e os estudantes ainda tinham algumas condições de ação política. O ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, junto com Juscelino Kubitschek, João Goulart (no exílio) e muitos outros políticos de prestígio, formaram a chamada **Frente Ampla**, lutando pela redemocratização do País. Após alguns meses de contemporização, Costa e Silva extinguiu a frente por decreto, em 1968.

Pode parecer estranho ver Carlos Lacerda, que tanto lutara para derrubar Goulart, agora se unir a ele, num movimento de oposição ao governo. Porém, muita gente que havia ajudado a colocar os militares no poder, estava agora assustada com a sua longa permanência no governo e com o caráter cada vez mais violento do regime. Lacerda, que poderia ser acusado de tudo, menos de esquerdista, declarou em 1968: "Na medida em que ajudei esses aventureiros a tomarem o poder, tenho o dever de mobilizar o povo para corrigir esse erro do qual (...) participei."

11 Também nessa época cresciam as denúncias sobre a penetração abusiva de grupos estrangeiros em todos os setores da vida nacional. Em 1968, CPIs (Comissões Parlamentares de Inquéritos) da Câmara dos Deputados apuraram que a quinta parte (1600000 km²) do território brasileiro já havia sido vendida a estrangeiros, e que o grupo norte-americano Time-Life havia remetido 2800000 dólares à TV Globo — uma quantia muito elevada para os padrões da época. Este último episódio encerrou-se quando o presidente da República considerou normal a transação (embora esse tipo de remessa fosse proibida por lei). A partir daí, a Globo acabou se transformando na maior rede de televisão do País.

12 Simultaneamente, cresciam os protestos estudantis, apesar da repressão política e policial. Na realidade, esta serviu apenas para intensificar os protestos, até que, em março de 1968, durante uma manifetação no Rio de Janeiro, a polícia matou a tiros o estudante secundário Edson Luís.

A partir desse momento, os protestos aumentaram ainda mais, unindo estudantes e segmentos da classe média urbana, culminando com a **Passeata dos Cem Mil**, com mais de 100000 pessoas protestando contra o governo, no Rio de Janeiro, em junho de 1968.

Com sua base de apoio civil cada vez mais reduzida, Costa e Silva radicalizou definitivamente o regime. Em janeiro de 1968, o presidente ampliou os poderes do Conselho de Segurança Nacional (cujo secretário-geral era o chefe da Casa Militar), ficando subordinado a ele todo o planejamento governamental e todas as atividades políticas e administradas do governo. Para você ter uma idéia do caráter policialesco e "soviético" que a ditadura ia adquirindo, o conselho opinava, de forma decisiva, sobre política interna e externa, política econômica geral e setorial, educação, ideologia, arte, ciência, sindicalismo, opinião pública, imprensa, religião, etc.

13 Mas o regime era eclético. Ao lado dos aspectos "sovietizantes", desenvolviam-se também os "nazistóides". Em outubro de 1968, denunciou-se na Câmara dos Deputados que oficiais da Aeronáutica pretendiam utilizar o PARA-SAR — unidade de buscas e salvamento da FAB — em missões de assassinato de líderes políticos e estudantis, que seriam seqüestrados, colocados a bordo de um avião e lançados ao mar, a 40 quilômetros da costa.

Impossível, diria você, essas coisas não acontecem no Brasil! O ministro da Aeronáutica também desmentiu a acusação, porém mais de 20 oficiais do PARA-SAR e seu superior, o brigadeiro Itamar Rocha, confirmaram-na, inclusive denunciando como autor do plano o brigadeiro João Paulo Burnier, chefe do serviço de informações da FAB. "Mas ele foi imediatamente punido, não foi?" perguntará você. Houve punições, sim: os oficiais que haviam confirmado a denúncia foram presos ou transferidos e o brigadeiro Itamar Rocha, demitido do cargo e preso.

Assassinar presos políticos de maneira absolutamente selvagem foi um dos muitos tipos de crimes cometidos pelos ditadores militares que dominaram o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e o Chile nas décadas de 1970 e 1980. Uma dessas selvagerias — atirar prisioneiros pela porta de um avião em pleno vôo — foi evitada no Brasil graças à atitude corajosa dos oficiais do PARA-SAR. Mas os militares argentinos praticaram-na com freqüência — eram os chamados "vôos da morte" — e há indícios de que o mesmo foi feito pelos militares chilenos e uruguaios.

14 Em dezembro de 1968, usando como pretexto um discurso feito anteriormente pelo deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, pregando o boicote popular ao desfile de 7 de setembro, Costa e Silva decretou o **Ato Institucional nº 5** (AI-5), o mais violento e duradouro de todos os baixados pela ditadura. O AI-5, que vigorou até 1979, dava ao presidente poderes para fechar por

tempo ilimitado o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais; decretar intervenção federal em estados e municípios; suspender direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; demitir ou aposentar sumariamente funcionários públicos ou de empresas de economia mista e juízes de tribunais; decretar estado de sítio e prorrogá-lo por tempo ilimitado. Ficava suspensa a garantia do *Habeas corpus*. E para completar: qualquer pessoa atingida pelos efeitos do AI-5 ficava proibida de reclamar na Justiça! No mesmo dia em que se decretou o Ato, fechou-se por mais de dez meses o Congresso Nacional.

No decorrer de 1969, aparentemente o general Costa e Silva convenceu-se de que dera força demais aos radicais, esvaziando-se assim, seu próprio poder político. Tentou então realizar uma reforma constitucional que, se não restabelecia a democracia, pelo menos eliminava os atos institucionais e atenuava o autoritarismo. Já pronta, a reforma, coordenada pelo vice-presidente Pedro Aleixo, seria promulgada em 1º de setembro. Mas não houve tempo. Dois dias antes, Costa e Silva sofreu uma trombose cerebral e ficou incapacitado de governar. Aproveitando a situação, os três ministros militares deram um golpe, impediram o vice-presidente de assumir e tomaram o poder, formando uma **Junta Militar** que governou o País entre 30 de agosto e 31 de outubro de 1969.

A junta realizou sua própria reforma constitucional — na prática, elaborou uma nova Constituição — que mantinha o AI-5 e introduzia uma lei de Segurança Nacional ainda mais violenta e arbitrária. O autor da maior parte da reforma foi o ministro da Justiça, Gama e Silva. Nesse final de 1969 e no ano seguinte, decretaram-se mais 12 Atos Institucionais, ampliando e "aprimorando" os poderes da ditadura.

Definida a impossibilidade de Costa e Silva reassumir o cargo, a Junta declarou vaga a Presidência e a Vice-presidência da República e deu início ao processo de escolha do novo presidente. E como foi essa escolha? Os oficiais-generais das três Armas apontaram os candidatos de sua preferência, e o indicado foi o general Médici, ex-chefe do SNI. A 25 de outubro, o Congresso (reaberto três dias antes) elegeu o general para o período presidencial de 1969 a 1974.

Durante o Regime Militar, o período correspondente aos governos da Junta Militar e do general Médici foi o mais autoritário e repressivo. Foi nessa época que o governo criou uma coisa inacreditável chamada decreto secreto. Veja como funcionava: decretava-se uma lei, mas ninguém — a não ser o presidente da República e alguns ministros — sabia o que a lei dizia. No entanto, qualquer pessoa podia ser presa por ter "descumprido" o decreto secreto. Era o autoritarismo levado aos limites da paranóia. E esse autoritarismo acabou por comprometer os bons resultados econômicos obtidos nessa mesma época.

A PRESIDÊNCIA DO GENERAL EMÍLIO MÉDICI (1969-1974)

O ministério do novo presidente mantinha vários dos ministros anteriores — inclusive Delfim Netto — e mais uma vez incluía na área de segurança pessoas que, no futuro, ocupariam altos cargos: o chefe da Casa Militar era o general João Baptista Figueiredo.

O governo Médici decorreu sob o clima do "milagre" econômico, do sonho do "Brasil potência", da realização de obras caríssimas, — e em muitos casos inúteis — da exploração política em torno da conquista do tricampeonato mundial de futebol e de "projetos-impacto" que acabariam no esquecimento.

Projetos-impacto eram ambiciosos planos para a área social, como o Mobral (para alfabetização de adultos), o projeto Rondon (para assistência médico-sanitária à populações carentes), e o Plano Nacional de Saúde. Anunciados com grande aparato propagandístico, quase todos caíram no esquecimento, sem atingir seus objetivos.

Outra característica desse período foi o terrorismo. Terrorismo político do governo em relação à sociedade civil, da direita em relação à esquerda e da esquerda em relação ao regime.

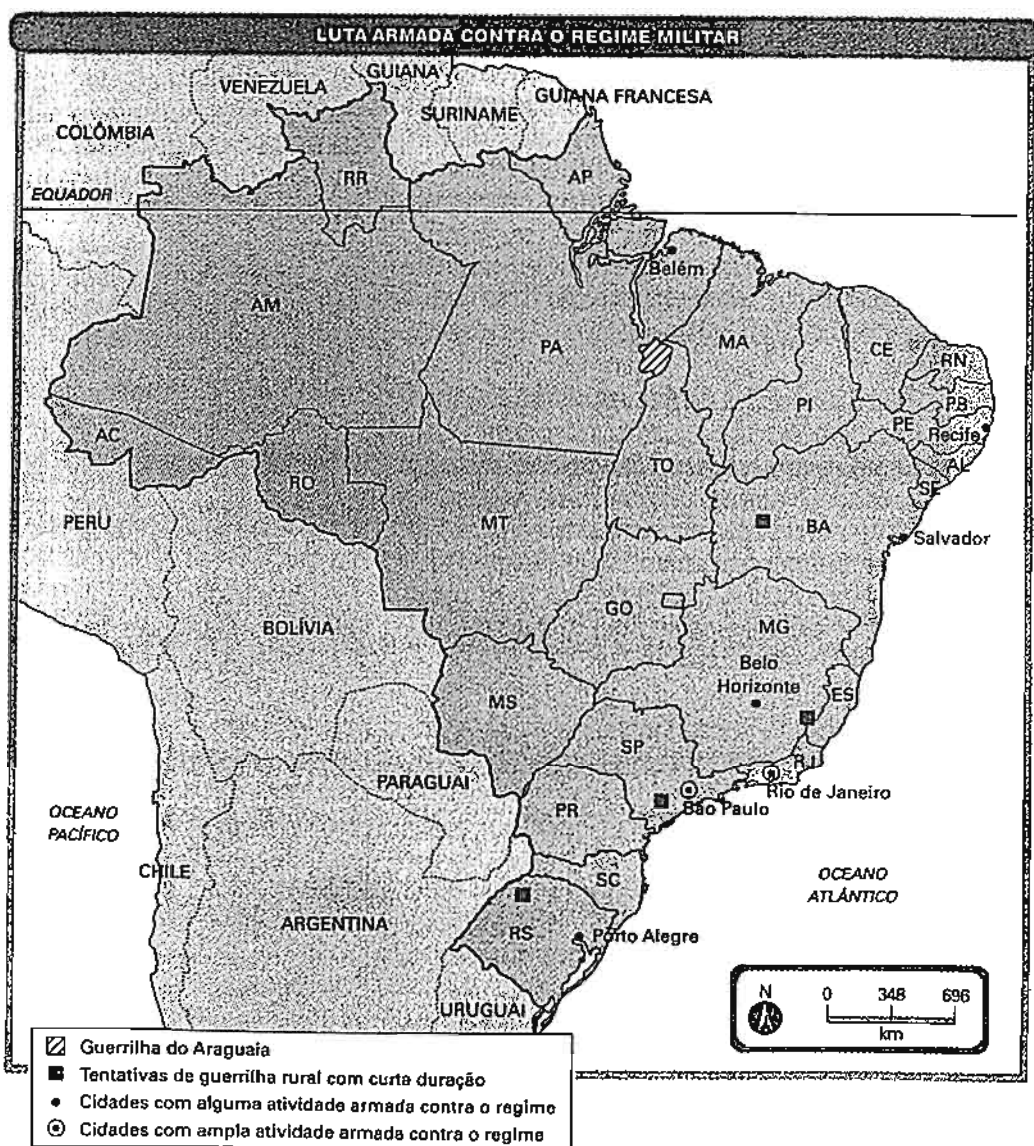
O terrorismo urbano, de direita e esquerda, começou a generalizar-se a partir de 1968, ano em que os atentados da direita superaram largamente os da esquerda: 24 contra 10. Mas a partir do AI-5, cortados quaisquer meios pacíficos de se opor ao regime, a esquerda radical decidiu pegar em armas. O PCB (Partido Comunista Brasileiro) foi contra a luta armada, achando que esta, além de não ter condições de vitória, serviria apenas para justificar o radicalismo e a violência do regime. Parte da esquerda discordou dessa opinião, abandonou o PCB e formou uma multidão de pequenas organizações, partindo para a luta. Dentre essas organizações — no total 27 — as mais conhecidas foram: PC do B (Partido Comunista do Brasil), MNR (Movimento

Nacionalista Revolucionário), MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), ALN (Ação Libertadora Nacional), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro).

Apesar do grande número de organizações, o poderio total dos guerrilheiros era mínimo (aproximadamente 1000 homens em todo o País). Com raras exceções, tais grupos assumiam uma posição elitista, distanciados das massas e desligados da realidade brasileira. Assim, acabaram isolados da opinião pública, dedicando-se a uma guerrilha urbana mais ou menos inócua e que serviu — como havia previsto a direção do PCB — para o regime montar o maior e mais violento sistema repressivo já visto no Brasil. No auge da repressão, a "comunidade de segurança" chegou a empregar cerca de 500000 pessoas, incluindo os informantes espalhados por todo o País.

Nessa época a repressão se internacionalisou. As ditaduras militares que então dominavam o chamado Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile), criaram a **Operação Condor**, pela qual os órgãos repressivos desses países mantinham entre si uma permanente troca de informações e experiências, chegando mesmo a realizar operações conjuntas. O terrorismo estatal praticado por essas ditaduras matou entre 30 e 40 mil pessoas.

16 Dividida internamente e pressionada pela repressão, a guerrilha urbana, cujos líderes mais famosos foram o ex-deputado Carlos Maringhella e o capitão do Exército Carlos Lamarca, foi dizimada em dois anos. Quanto à guerrilha rural, houve apenas três tentativas: na serra de Caparaó, em Minas Gerais, onde as tropas do governo desbarataram-na antes mesmo de começarem os combates (havia apenas sete guerrilhei-

A luta armada das organizações de esquerda radical contra o Regime Militar concentrou-se nas cidades, particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. As ações mais freqüentes foram assaltos a bancos e empresas (para financiar as atividades das organizações), atentados contra unidades militares e policiais e seqüestro de diplomatas estrangeiros, que eram trocados por militantes de esquerda presos pelo governo.
Houve também algumas tentativas de guerrilha rural, sendo a do Araguaia a única com certa importância, entre 1972 e 1975. Para vencer cerca de 80 guerrilheiros, formaram-se três expedições militares, com 5 mil, 10 mil e 6 mil soldados, respectivamente. Os guerrilheiros aprisionados foram assassinados e enterrados clandestinamente e apenas no final da década de 1990 seus corpos começaram a ser localizados.

ros); no vale do Ribeira, em São Paulo, onde nove guerrilheiros comandados por Lamarca fugiram ao cerco de 5 000 soldados do Exército e da PM; e no Araguaia, no Pará onde 15000 soldados das três Armas levaram mais de dois anos para eliminar 80 guerrilheiros.

17 O último ano do governo Médici assistiu ao colapso do "milagre brasileiro". Embora a taxa de crescimento econômico ainda estivesse elevada, praticamente todos os indicadores da evolução econômica mostravam que a fase ufanista chegava ao fim. A inflação voltou a crescer e, como o ministro Delfim Netto havia garantido que esta, em 1973, seria de apenas 12%, as autoridades tiveram de recorrer ao expediente barato de manipular dados, para chegar a uma taxa inflacionária próxima da prometida. E quando os críticos, baseados em resultados de 1973, afirmavam que a economia entrava em crise, Delfim respondia com a taxa de crescimento daquele ano — 13% — a mais elevada dos últimos anos. Quem tinha razão: o ministro ou seus críticos? Para variar, os críticos. A média de crescimento anual do PIB, que fora de 10,4% entre 1968 e 1973, caiu para 6,5% entre 1974 e 1980. E de 1980 até o final do século, manteve-se abaixo de 3%.

E os resultados do "milagre"? Embora o crescimento e a diversificação do parque industrial brasileiro fossem notáveis, o País estava atolado até as orelhas na dívida externa, enquanto, aqui dentro, a distribuição de renda piorava muito. Observe os seguintes dados comparando o Censo de 1960 com o de 1970:

ANO	DISTRIBUIÇÃO DA RENDA ENTRE A POPULAÇÃO	
	Classe alta (5% da população)	Classe baixa (80% da população)
1960	27,3% da renda	45,6% da renda
1970	36,3% da renda	36,2% da renda
1976	39,0% da renda	33,0% da renda

Fonte: Cupertino, Fausto, *A concentração de Renda no Brasil*.
Nota: Os dados de 1976 são de uma pesquisa feita pelo IBGE.

Portanto, enquanto os 5% de renda alta enriqueciam, os 80% de renda baixa ficavam ainda mais pobres. Os defensores do Regime Militar tentaram negar esse empobrecimento, argumentando que, como a renda total do País havia crescido muito, a classe baixa, mesmo tendo reduzido a sua participação percentual sobre a renda, estaria ganhando mais do que antes, em valores absolutos. Em outras palavras, se a renda é 100 e você participa em 30% dela, seu ganho é de 30; se a renda subir para 200 e sua participação cair para 20%, você ganha 40, ou seja, mais do que antes.

Mas essa explicação não se ajusta ao caso brasileiro. Isso porque, entre 1960 e 1970, o salário-mínimo real **diminuiu**, e em 1972, 51% da população brasileira ganhava **menos** de um salário-mínimo. Conclusão: durante o "milagre", 80% dos brasileiros ficaram realmente **mais pobres** do que já eram. E de nada serve um país ser rico, se a esmagadora maioria da sua população for pobre.

A Abertura Política (1974-1985)

A PRESIDÊNCIA DO GENERAL ERNESTO GEISEL (1974-1979)

[18] A sucessão de Médici foi menos agitada do que as anteriores; em junho de 1973, anunciou-se que o novo presidente seria o general Ernesto Geisel, ex-chefe da Casa Militar de Castelo Branco, ex-presidente da Petrobrás, e irmão do ministro do Exército de Médici, general Orlando Geisel. A influência do irmão, aliás, foi um dos fatores que contribuiu para sua indicação como presidente.

[19] A subida de Geisel à presidência marcou o retorno do grupo castelista ao poder. Vários dos colaboradores do novo presidente — e ele próprio — tinham pertencido ao governo Castelo Branco: general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil; general Moraes Rego, chefe da Casa Militar, a partir de 1978; general João Batista Figueiredo, chefe do SNI; o secretário particular do presidente, major Heitor de Aquino. E o retorno de tais elementos significava que o novo governo era mais flexível, menos radical, e, se não chegava a ter tendências claramente democráticas, pelo menos estaria disposto a uma moderada abertura política.

A ABERTURA POLÍTICA

[20] Na realidade, o governo Geisel foi o primeiro, desde 1964, a chegar ao poder com um programa político bem definido: partindo da definição de um objetivo e da verificação de algumas realidades básicas, estabelecia uma estratégia a ser seguida. O objetivo era manter no poder o regime instalado em 1964. As realidades verificadas eram:

- a economia deteriorava-se, sendo impossível repetir o "milagre";
- a sociedade civil cansara-se do longo período militar e da falta de liberdade política;
- as Forças Armadas começavam a se desgastar devido à longa permanência no poder;
- a esquerda radical estava liquidada, não tendo condições de reiniciar a luta armada.

Assim o governo concluía que a manutenção do Regime Militar, tal como estava, acabaria por causar um clima de insatisfação tão generalizado, que poderia levar à queda do regime. E a solução encontrada foi a da **abertura política**, por meio da qual o grupo dominante mantinha-se no poder, preservando as características essenciais do regime, embora este se despisse de seu caráter autoritário e repressivo.

A repressão policial terminaria, o sistema eleitoral seria liberalizado, permitir-se-ia a formação de novos partidos políticos, a censura à imprensa seria quase eliminada, os exilados e presos políticos anistiados e os atos institucionais, suspensos.

"Então", dirá você, "a abertura política significaria a completa redemocratização do Brasil!" Não, porque o projeto de abertura não incluía três aspectos fundamentais para a redemocratização: a modificação da política econômica, a punição dos abusos e arbitrariedades cometidos à sombra dos atos institucionais — principalmente os cometidos pelos órgãos de segurança — e, o mais importante de tudo, o regime não admitiria a entrega do poder à oposição.

[21] Ora, um sistema político que não admite a hipótese de entregar o poder à oposição, evidentemente, não é um sistema democrático. Por isso, repetimos o que já dissemos: o projeto de abertura não visava restabelecer a democracia no Brasil, mas dar condições ao regime militar-tecnocrático de sobreviver numa época de dificuldades políticas e econômicas. E, para sobreviver, o regime estava disposto a uma liberalização até bastante ampla, mas não a uma real redemocratização, pois esta significaria seu desaparecimento.

[22] Levou-se adiante cautelosamente o projeto "aberturista" de Geisel. Sobretudo porque havia elementos da "linha dura" que discordavam dele. Por isso o presidente ia alternando medidas de liberalização com freqüentes utilizações do AI-5, cassando mandatos, adotando medidas eleitorais casuísticas — com o óbvio propósito de dar "vitórias" eleitorais à ARENA — e até fechando o Congresso.

Em novembro de 1974, as eleições legislativas ocorreram num clima de liberdade que não se via há vários anos. O MDB, cujo crescimento eleitoral foi extremamente significativo, ampliou consideravelmente sua bancada na Câmara Federal, elegendo mais da metade dos senadores e ganhando estourado nos grandes centros urbanos. Embora com dificuldade, o governo digeriu sua relativa derrota, mas logo em seguida baixou um decreto, apelidado pela imprensa de "Lei Falcão" (elaborado pelo ministro da Justiça, Armando Falcão), que limitava drasticamente o acesso de candidatos ao rádio e à televisão. Essa lei visava impedir uma nova vitória da oposição, nas eleições municipais de 1976.

23 Ao mesmo tempo (final de 1975 e início de 1976), Geisel começou a reduzir a atuação e a autonomia dos órgãos de segurança dedicados à repressão policial e política, processo acelerado pela morte de dois cidadãos presos no DOI-CODI (principal órgão militar de repressão) do II Exército, em São Paulo: o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho. A versão de suicídio, apresentada pelas autoridades, não convenceu ninguém, e, no caso Herzog, foi recusada mais tarde pela própria Justiça Federal. Com enorme repercussão, o episódio levou o presidente a demitir o comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello. A partir daí, os organismos repressivos começaram a ter sua atuação reduzida.

24 No ano seguinte — 1977 — o MDB conseguiu rejeitar no Congresso Nacional um projeto de reforma judiciária apresentado pelo governo. Resposta do governo: fechou o Congresso, aprovou a reforma por decreto e editou o chamado "pacote de abril", um conjunto de incríveis medidas eleitorais que incluíam a instituição daquilo que ficou conhecido pelo nome de "senador biônico": pela Constituição, cada estado brasileiro elegia três senadores, por voto popular direto; com o "pacote", continuaram sendo três, só que um deles não era eleito pelo povo, mas por um Colégio Eleitoral no qual estava previamente garantida a maioria de representantes da ARENA. E como esta não fazia absolutamente nada sem pedir licença ao governo, na prática, os "biônicos" eram nomeados por Brasília.

O governo agiu de modo bastante inteligente editando o "pacote de abril", que garantia antecipadamente a maioria da ARENA no Congresso Nacional, permitindo a Geisel e a seu sucessor na presidência levarem adiante a abertura e as reformas políticas dela decorrentes com uma sólida maioria parlamentar.

Desse modo, o governo matava dois coelhos com uma só paulada: tinha a certeza de que as reformas políticas estariam de acordo com os seus interesses e apaziguava a linha dura, temerosa de que tais reformas levassem a devolução do poder à sociedade civil. Como você vê, um pouquinho de "prudência democrática" não faz mal a ninguém.

Enquanto tais acontecimentos desenrolavam-se, a sociedade civil, durante tantos anos calada, começava a se mexer. A imprensa libertou-se da censura, o movimento estudantil reorganizou-se, os sindicatos passaram a pressionar o governo, inclusive com greves, visando obter melhores salários e a modificação das leis sindicais, a classe média, que nos tempos do "milagre" constituíra um dos sustentáculos do regime, passou a expressar seu descontentamento. Ocorreram, inclusive, manifestações e passeatas contra o governo.

Todo esse descontentamento evidenciou-se em 1978, na época das eleições para senador e deputado federal e estadual. Apesar da Lei Falcão e do "pacote de abril", o MDB conseguiu praticamente igualar-se à votação da ARENA, inclusive superando-a para o Senado. Portanto, sequer a legislação eleitoral preparada pelo governo conseguiu impedir que os eleitores votassem na oposição. Mas impediu que os desejos do eleitorado fossem cumpridos. Obtendo apenas 1% de votos a mais que o MDB, a ARENA, elegeu 10% a mais de deputados e 100% a mais de senadores. E assim a abertura de Geisel pôde ser levada até o fim, com a revogação do AI-5 no início de 1979.

Entre os casuísmos eleitorais adotados pelos governos militares incluía-se o seguinte: os estados mais pobres, com um eleitorado predominantemente rural e sujeito a influências "coronelísticas", votavam no partido do governo enquanto que os mais ricos, com eleitores mais politizados, tendiam a votar na oposição. Como estes estados eram muito mais populosos do que os primeiros, com um eleitorado muito mais numeroso, o governo corria o risco de o partido oposicionista eleger a maioria dos deputados.

Para evitar tal situação, as autoridades estabeleceram um número máximo de deputados por estado, permitindo assim que os estados com **menos eleitores** elegessem proporcionalmente **mais deputados** do que aqueles com eleitorado maior. Isso foi que permitiu, em 1978, que a ARENA, com praticamente o mesmo número de votos do MDB, elegesse quase 50 deputados a mais do que este.

Essa distorção sobreviveu ao Regime Militar, e ainda existe nos dias atuais.

POLÍTICA ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA

25 Durante o Regime Militar, o governo Geisel foi sem dúvida, o mais inteligente e criativo, sob o ponto de vista político. O mesmo, porém, não

se pode dizer em termos econômicos e administrativos.

Recebendo como herança o fim do "milagre", o governo não soube adaptar a política econômica à nova situação. Pelo contrário, insistiu na manutenção de altas taxas de crescimento, apelando para isso aos empréstimos externos, embora sem condições sequer de pagar os anteriores. Conseqüentemente, nos cinco anos de administração Geisel, a dívida externa passou de 13 para 43 bilhões de dólares e a inflação de aproximadamente 20% ao ano para 40%.

26 Também no setor energético, tremendos erros de planejamento foram cometidos, em função da crise decorrente do brusco aumento do preço do petróleo, a partir de 1974. Os incríveis tecnocratas a quem cabia o destino do País resolveram encontrar fontes alternativas de energia, para substituir o petróleo importado. Criou-se então o Proálcool projeto que visava utilizar o álcool no lugar da gasolina. Assim, de fato conseguiram que o consumo desta caísse substancialmente. No entanto, "esqueceram" que a gasolina é um derivado do petróleo, o qual, quando destilado, fornece, entre outros, benzina, nafta, gasolina, querosene, óleo diesel, óleo combustível, etc. Portanto, não adianta economizar um ou dois desses subprodutos, já que para conseguir-se os demais obtém-se também, necessariamente, aquele que se está economizando.

Foi o que aconteceu. Em pouco tempo sobrava gasolina, que então era exportada a um preço muito inferior ao que pagavam os consumidores brasileiros, ao mesmo tempo em que o governo era obrigado a emitir dinheiro para apoiar a produção de álcool. Continuávamos a importar tanto petróleo quanto antes. E muitas áreas agrícolas, que antes produziam alimentos para consumo interno, agora dedicavam-se ao plantio de cana. E como isso gerava falta de alimentos no País, importávamos feijão, arroz, carne, cebola, leite em pó, etc. E a tudo isso chamava-se ... planejamento!

Também nessa época foi negociado o acordo nuclear Brasil-Alemanha, em absoluto segredo, sendo que a opinião pública só ficou sabendo de sua existência quando já estava pronto e assinado.

Ao "módico" custo de 10 bilhões de dólares (uns 20 bilhões, em valores atuais), ficou estabelecido que teríamos oito usinas nucleares, usando tecnologia ultrapassada e produzindo energia três vezes mais cara do que a hidroelétrica, num país em que o potencial hidráulico estava ainda longe de ser esgotado.

Finalmente, o período de 1974 a 1979 ainda caracterizou-se por diversos escândalos financeiros, envolvendo maciços financiamentos feitos pelo governo a empresas já praticamente falidas e pelo caso das mordomias concedidas a ministros e altos funcionários. O episódio mais gritante foi o do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, que, segundo um relatório apresentado na Câmara dos Deputados, mantinha em residência oficial, em Brasília, 26 empregados, e consumia por mês, 432 quilos de manteiga, 954 quilos de carne, 600 quilos de arroz, 1080 ovos, 440 garrafas de sucos e refrigerantes, etc. Esse "modesto" padrão de vida evidentemente não era sustentado com o dinheiro do ministro, mas do governo, ou seja, do povo.

QUESTÃO SUCESSÓRIA

27 O problema da sucessão presidencial surgiu, à revelia de Geisel, em 1977, quando um grupo de deputados arenistas, ligados à "linha dura", lançou como candidato o ministro do Exército, general Sylvio Frota. Geisel, que já havia exonerado o comandante do II Exército não teve dúvidas: demitiu o ministro. O general Frota ainda tentou resistir, convocando uma reunião do Alto Comando no ministério do Exército. Mas o golpe fracassou, graças à atuação do general Hugo de Abreu, chefe da Casa Militar, que convenceu os membros do Alto Comando a se reunirem com Geisel e não com Frota.

Poucos meses depois, o presidente anunciou que seu sucessor seria o general João Baptista Figueiredo, chefe do SNI e ex-chefe da Casa Militar de Médici. O MDB tentou articular a candidatura do general de reserva Euler Bentes Monteiro, mas sem êxito. Dentro do governo, o general Hugo de Abreu discordou da indicação de Figueiredo e também foi demitido do cargo.

Assim, em janeiro de 1979 o AI-5 foi revogado, e em março o general Figueiredo tomou posse na presidência, com mandato até 1985. O objetivo inicial do projeto de abertura política fora atingido, com a revogação dos atos institucionais. O próximo passo, a ampliação dessa abertura, competia ao novo governo.

Havia na época muitas dúvidas a respeito não da abertura em si, mas do grau que esta poderia alcançar. Tal estado de espírito pode ser avaliado pelo que disse o Jornal do Brasil, em sua edição de 10/12/78: "O formalismo da burocracia lusitana que até hoje acompanha a política brasileira tentará, por certo, dar a impressão de que este País, depois de cair numa ditadura por decreto, dela sairá pela revogação das disposições contrárias à legalidade constitucional (...). A abertura é reversível. Tão reversível como a ditadura". Agora, não poderia haver dúvidas quanto ao fato de que a abertura fora projetada não por espírito democrático, mas sim para manter os velhos grupos no poder, embora com menos autoritarismo. Basta ver

o que disse o general Figueiredo — quando ainda era candidato em 1978 — em entrevista à imprensa: "Quando for presidente, caso seja eleito, serei o dono da bola. Se os políticos jogarem direito, tudo bem. Se não, porei a bola debaixo do braço, sairei de campo e estará terminada a brincadeira".

A PRESIDÊNCIA DO GENERAL FIGUEIREDO (1979-1985)

A ABERTURA POLÍTICA

28 Como já vimos, a grande tarefa atribuída pelo general Geisel a seu sucessor era a de levar adiante a abertura política, sendo que esta teria três características básicas:

- devolveria à sociedade civil uma boa parte das liberdades políticas que haviam sido suprimidas a partir de 1964;
- manteria o Poder Executivo com uma soma de poderes consideravelmente maiores do que o Legislativo e o Judiciário;
- permitiria que o grupo político-tecnocrático-militar, então dominante, permanecesse no poder, preservando as características essenciais do regime, embora este se despisse de seu caráter autoritário e repressivo.

29 Ora, para quem conhecia a consagrada falta de habilidade política do general Figueiredo, poderia parecer estranho que a ele tivesse sido confiada a tarefa, nada fácil aliás, de levar até o fim o projeto aberturista.

Em declarações públicas feitas na época, Figueiredo desfiara algumas pérolas do pensamento "democrático". Entre elas, duas ficaram particularmente famosas: "Vou fazer do Brasil uma democracia e quem for contra, eu prendo e arrebento". E mais esta: "Eu prefiro cheiro de cavalo a cheiro de povo".

A explicação para a escolha de tão estranha figura parece estar nas manobras de um grupo palaciano chefiado pelo general Golbery e pelo major Heitor de Aquino, que eram respectivamente chefe da Casa Civil e secretário particular de Geisel. Reconhecidamente ligados a poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros, Golbery e Aquino trabalharam ativamente para convencer Geisel a impor Figueiredo como seu sucessor, esperando poder manobrá-lo a partir dos bastidores.

Em outras palavras, a total falta de preparo político do general Figueiredo teria sido justamente a principal razão de sua escolha para a presidência da República.

30 E assim, lá partiu o novo governante para completar o projeto de abertura, dispondo para isso do mais longo mandato já atribuído a um presidente brasileiro: seis anos.

Executada ao longo desse mandato, a abertura política foi encaminhada muito mais aos trancos e barrancos do que seus idealizadores haviam imaginado. Isto deveu-se basicamente aos seguintes fatores:

- A crise econômica que se abateu sobre o País nesse período — particularmente entre 1981 e 1984 — aumentou o descontentamento da população e reduziu ainda mais a popularidade do governo, obrigando-o a fazer concessões que não estavam previstas no projeto original da abertura.
- As brigas internas do grupo palaciano que atuava junto a Figueiredo, o que acabou levando o governo à uma semiparalisia que o fazia ser quase sempre ultrapassado pelos acontecimentos.
- A já famosa falta de habilidade política do general Figueiredo levou o governo a meter os pés pelas mãos tantas vezes que acabou sendo abandonado por parte significativa de seus próprios aliados.

Apesar disso, alguns passos importantes foram dados no sentido de redemocratização do País. Em agosto de 1979 foi aprovada a Lei da Anistia, na qual o governo deu um jeitinho de anistiar não só os presos e exilados políticos, mas também os crimes de abuso do poder, tortura e assassinato cometidos por membros dos órgãos de segurança.

31 Se o governo simplesmente aprovasse uma lei anistiando os torturadores, a reação da opinião pública seria gigantesca. Assim, usou-se um estratagema — provavelmente inspirado pela habilidade do general Golbery — que aproveitava a ignorância do público em relação à linguagem jurídica: eram anistiados todos aqueles acusados de "crimes políticos e conexos". Veja você o que se conseguia com uma simples palavrinha (conexos): se um policial ou militar tivesse torturado ou assassinado um preso político, isso era crime. Mas como era um crime "conexo" aquele cometido pelo prisioneiro, estavam perdoados tanto a vítima como o carrasco. Assim, de uma penada, anistiavam-se algumas centenas de inimigos do regime e vários milhares de torturadores e assassinos. Viu como é fácil?

32 Ainda em 1979, no mês de novembro, foi aprovada a **reforma partidária**, extinguindo-se o bipartidarismo e permitindo-se a criação de vários partidos políticos. Mais uma vez ficava demonstrada a habilidade quase diabólica do chefe da Casa Civil, general Golbery, para promover reformas que, embora tivessem um sentido de-

mocrático, permitiam que os elementos do regime continuassem controlando o poder. Tomando-se como base a evolução eleitoral dos anos anteriores, era muito provável que na próxima eleição o MDB venceria facilmente a ARENA, conseguindo maioria no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas dos principais estados e, verdadeira desgraça para o regime, obtendo o controle do Colégio Eleitoral que elegeria o próximo presidente da República. O governo não podia aceitar essa situação, mas também não tinha mais condições de dar um golpe para impedi-la.

Aí então veio a jogada genial. O sistema bipartidário, artificial, imposto pela força, e mal visto por grande parte da população, era obviamente antidemocrático. Alegando que desejava democratizar o sistema, o governo realizou uma reforma partidária, extinguindo a ARENA e o MDB e permitindo a criação de novos partidos. A opinião pública ficou encantada, e os membros do regime mais ainda. Afinal, eles sabiam que os arenistas iriam praticamente todos para apenas um dos novos partidos, enquanto que os emedebistas, que tinham em comum apenas a oposição ao Regime Militar, se dividiriam em várias agremiações políticas. Assim, mantinham-se unidos os que apoiavam o governo, enquanto a oposição se dividia.

33 E foi o que aconteceu. A antiga ARENA apenas mudou de nome, passando a se chamar PDS (Partido Democrático Social), enquanto que do ex-MDB surgiram cinco novos partidos:

— PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
— PP: Partido Popular
— PT: Partido dos Trabalhadores
— PDT: Partido Democrático Trabalhista
— PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

Embora perdesse a maioria na Câmara Federal, o PDS era ainda o partido com maior número de deputados, o que lhe permitia manter a presidência da Câmara — e portanto do Congresso — bem como controlar a maior parte dos trabalhos legislativos. Além disso, graças aos senadores "biônicos", o PDS tinha maioria no Senado. Finalmente — e o mais importante — o partido governamental mantinha a maioria no Colégio Eleitoral, garantindo assim a eleição do próximo presidente da República.

34 Nos dois anos seguintes, o processo de abertura política atravessou uma fase turbulenta, com avanços, recuos e ameaças de retorno à ditadura pura e simples. Em novembro de 1980 foi aprovada a emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para governador. Nessa altura, os grupos mais reacionários do regime começaram a temer que a redemocratização pudesse conduzir a investigações sobre os abusos de poder cometidos a partir de 1964: assassinatos, prisões, torturas, desaparecimentos, roubalheiras e negociatas. Por isso tentaram desestabilizar a abertura, iniciando uma série de atos terroristas, com atentados a bomba contra bancas de jornais que vendiam publicações ligadas à esquerda, fazendo explodir um carro-bomba na sede do jornal *O Estado de São Paulo* e enviando uma carta-bomba à sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), onde uma pessoa foi mortalmente ferida.

35 Essa escalada de violência atingiu o ponto máximo com o episódio do Riocentro, no Rio de Janeiro. Dentro de um carro Puma, um capitão e um sargento do Exército, ligados aos órgãos de repressão, esperavam o momento para colocar duas bombas no Riocentro, onde ia se realizar um show em homenagem ao Dia do Trabalho, com a presença de grandes nomes da música popular e assistido por milhares e milhares de pessoas. A explosão ali, de duas bombas, causaria uma verdadeira catástrofe. Mas houve um "acidente de percurso" e uma das bombas explodiu no colo do sargento, matando-o e ferindo gravemente o capitão.

O episódio causou cisão no Exército e no governo. Golbery queria a punição dos responsáveis, fossem quem fossem. O Alto Comando não queria sequer uma investigação, quanto mais a punição. Finalmente, Figueiredo obteve um acordo: a ala radical do regime não faria mais atentados e em troca alguns de seus membros passariam a participar do governo. O Exército realizou uma investigação que chegou a esta conclusão: não tinha havido nenhuma participação direta ou indireta de órgãos militares no episódio. "E as bombas", perguntará você, "vieram de onde, da União Soviética talvez?" Puxa, você quase acertou! A investigação concluiu que os dois militares, que estavam apenas passeando por ali, foram vítimas de um atentado realizado por esquerdistas, que colocaram uma bomba no colo do sargento...

Embora os responsáveis pelo atentado — elementos da "linha dura" — não tenham sido punidos, o episódio causou grande desgaste na imagem do governo, inclusive nos meios militares. Contribuiu, assim, para enfraquecer a ala radical das Forças Armadas e para apressar o fim do Regime Militar.

36 Os elementos ligados ao general Golbery não aceitaram a solução que o governo deu ao caso Riocentro. O general foi então afastado da chefia da Casa Civil da Presidência da República, e substituído por Leitão de Abreu. Este aliás era também conhecido por sua formação "democrática": havia ocupado o mesmo posto no tempo do general Médici. Sem comentários.

37 Em novembro de 1982, realizaram-se eleições diretas para governador, pela primeira vez desde 1965. O PDS ganhou em 12 estados, o PMDB em 10 e o PDT em um. Em todos os estados mais importantes a oposição assumiu o controle do governo.

Daí em diante, a luta política acirrou-se. Fortalecida, a oposição desejava mais concessões, particularmente a formação de uma Assembléia Constituinte e a eleição direta do próximo presidente da República. Ora, o governo em hipótese alguma poderia permitir tais medidas que significariam sua completa derrota política. Mais do que isso: no estado de espírito em que então se encontrava a opinião pública, a eleição direta de um presidente e de uma constituinte poderiam levar ao completo desaparecimento do modelo econômico e político instalado a partir de 1964.

38 Assim, começou a luta. A oposição intensificando as reivindicações e o governo endurecendo sua posição, inclusive com ameaças mais ou menos veladas de virar a mesa.

Pelo lado oposicionista o movimento mais importante foi a campanha das Diretas Já, visando introduzir uma emenda constitucional determinando que as próximas eleições presidênciais — que seriam em 1984 — fossem realizadas por meio do voto popular direto. Iniciada pelo PT em novembro de 1983 e posteriormente seguida pelo PMDB e por todos os demais partidos (menos o PDS, é claro), teve imensa participação popular, transformando-se no maior movimento de massas já visto na História do Brasil. Feita por meio de comícios realizados em todas as principais cidades brasileiras, culminou com os dois maiores comícios até hoje ocorridos no Brasil organizados no Rio de Janeiro e São Paulo, em 1984, sendo que nesta última cidade mais de um milhão de pessoas participaram da manifestação.

39 Nesse ambiente, o deputado Dante de Oliveira apresentou um projeto de emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para presidente, emenda essa que ficou conhecida pelo nome de seu autor. Apesar de toda a movimentação popular, quando da votação da emenda Dante de Oliveira pelo Congresso Nacional, o PDS, e particularmente seu presidente, o então senador pelo Maranhão, José Sarney, impediram que a emenda fosse aprovada, pois, embora mais da metade dos senadores e deputados votassem a favor, não se atingiu a maioria de dois terços necessária para modificar um item constitucional. Desse modo, a escolha do futuro presidente seria mesmo feita indiretamente por meio do Colégio Eleitoral.

No episódio da campanha das Diretas Já, verificou-se uma situação interessante e típica do comportamento político brasileiro. Quando a campanha foi lançada, pelo PT, nenhum outro partido a apoiou, não porque fossem contra a eleição direta para presidente, mas por ser uma iniciativa do PT, que era praticamente o único partido que denunciava os pontos mais críticos da estrutura sócioeconômica brasileira: a questão agrária, a miséria crescente das massas, a má distribuição da renda, a privatização do Estado, a falência do sistema educacional, o caráter retrógrado do capitalismo brasileiro, etc. Porém, quando se verificou que a campanha das Diretas Já tinha grande apoio popular, os demais partidos aderiram rapidamente, como se a idéia tivesse sido deles, sendo que o PMDB conseguiu inclusive assumir a chefia do movimento.

40 Foi a partir da rejeição da emenda Dante de Oliveira que a elite dominante brasileira demonstrou, como sempre, uma inacreditável capacidade de manobra política e de uso de sua melhor arma, de eficiência historicamente comprovada: a conciliação. Desde os tempos do Império, esta tem funcionado sempre da mesma maneira. Diante de uma situação de crise, em que haja o risco de uma convulsão social que possa pôr em perigo os interesses da elite, esta promove o isolamento político de seus grupos mais radicais, tanto da esquerda como da direita, permitindo que os elementos moderados dominem a situação. São então introduzidas algumas reformas, que evitam a explosão do descontentamento popular e permitem a ela, — elite — continuar no controle do poder.

No caso específico da sucessão do general Figueiredo, a elite era representada basicamente por dois partidos, o PMDB e o PDS, o primeiro mais liberal do que o segundo e cada um deles possuindo sua própria esquerda e direita. A direita peemedebista conseguiu impor ao partido a candidatura de Tancredo Neves, um de seus elementos mais moderados e que acenava com reformas que agradavam ao povo, sem no entanto pôr em risco os interesses das classes dominantes. Simultaneamente, a direta pedessista escolheu como candidato Paulo Salim Maluf, ligado aos grupos mais conservadores do País e que contava com a simpatia de Figueiredo. O reacionarismo de Maluf era tão grande que assustou os elementos moderados de seu próprio partido, criando assim condições para que estes se aliassem aos moderados do PMDB.

41 Assim, tudo aconteceu conforme o combinado. Em junho de 1985, o senador José Sarney renunciou à presidência do PDS. Em julho, a Frente Liberal, formada pelos moderados pedessistas, rompe oficialmente com o partido e formaliza um

acordo com o PMDB, apoiando a candidatura de Tancredo. No mês seguinte, a Convenção Nacional peemedebista escolhe como candidato à presidência o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, e como candidato à vice-presidência o mais novo filiado do PMDB: o senador José Sarney, ex-braço direito da ditadura e ex-presidente do PDS! O Sol, que nos observa lá de cima há milhões de anos, deve ter levado um susto. Ele pensava que em matéria de caradurismo já tinha visto tudo...

"E a esquerda peemedebista", perguntará você, "não fez nada?" Ora, mas fazer o quê? Apoiar Maluf? Nem pensar. Lançar candidato próprio? Era o mesmo que dar a vitória ao Maluf. Adotou então a única atitude que lhe restava: sorriu sem graça para o Sarney e apoiou Tancredo.

Em 15 de janeiro de 1985 o Colégio Eleitoral, por 480 votos contra 180 e 26 abstenções, elegeu Tancredo Neves e José Sarney para a Presidência e Vice-Presidência da República. Os saudosistas da ditadura militar devem ter sentido uma profunda melancolia. Quase tão profunda como a daqueles que desejavam, para o Brasil, uma verdadeira redemocratização.

POLÍTICA ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA

[42] Quando o general Figueiredo formou seu ministério e nomeou Mário Henrique Simonsen para o Ministério do Planejamento, houve uma generalizada decepção, já que este havia sido ministro da Fazenda de Geisel, cujo governo, como já vimos, tivera um desempenho econômico medíocre. Assim, quando em agosto de 1979, Simonsen foi substituído por Delfim Netto, muita gente boa — mas infelizmente mal informada — pensou que as coisas iam mudar. E mudaram mesmo. Só que para pior!

Diante de uma situação econômica interna e externa pouco favorável esperava-se que o novo governo adotasse uma política cautelosa, procurando basicamente:

- manter um crescimento econômico moderado, porém constante;
- evitar a queda dos salários reais;
- manter a inflação sob controle;
- administrar cuidadosamente a já vultosa dívida externa.

Aliás, foi exatamente isso que o novo ministro prometeu logo que tomou posse. Ah! as promessas do ministro... O que se assistiu nos anos seguintes foi exatamente o oposto do que se prometera. As taxas anuais de crescimento econômico vieram caindo, caindo, chegaram a zero e finalmente ficaram negativas! Foi o pior desempenho econômico que o Brasil já tivera desde a crise de 1929.

A queda da economia foi acompanhada por seu cortejo habitual de desgraças: redução dos investimentos, especulações financeiras, fechamento de empresas e um índice assustadoramente elevado de desemprego. Tudo isso, é claro, levou os salários reais a despencarem. Afinal, quando há muita gente procurando emprego e poucos empregos são oferecidos, os salários só podem baixar.

[43] E enquanto a crise se agravava, que medidas tomava o governo para tentar a recuperação da economia? Resposta: nenhuma. "Ora", dirá você, "que afirmação absurda! Que o governo não tenha tomado todas as medidas necessárias, ou até que adotasse medidas erradas, ainda dá para acreditar. Mas afirmar que as autoridades econômicas não fizeram nada para evitar a crise, isso já é demais...!" Pois é demais mesmo. Só que infelizmente é verdade. E o mais absurdo, o governo desejava a crise para "ajustar" a economia e gerar condições para manter o pagamento dos juros da dívida externa.

Vamos explicar. A teoria econômica clássica afirma que diante de determinados desequilíbrios econômicos — como por exemplo, inflação e dívida muito alta — é necessário fazer um ajuste econômico para "esfriar" a economia. Redução dos gastos governamentais, com conseqüente queda nos investimentos, redução da demanda, equilíbrio da receita e despesa do governo, etc. Essas medidas causam queda da economia e aumento do desemprego, porém, dizem seus defensores, preparam o país para uma futura retomada do crescimento, em condições mais equilibradas e saudáveis do que na fase anterior.

Ocorre que a teoria econômica clássica, tal como se apresenta no mundo moderno, foi desenvolvida nos países capitalistas avançados, que são ricos, altamente industrializados, dispõem de tecnologia sofisticada, têm crescimento demográfico baixíssimo, uma boa distribuição da renda nacional entre as várias camadas sociais e possuem uma posição privilegiada no comércio internacional. Em outras palavras, esses países têm uma realidade totalmente oposta à do Brasil, o que significa que a aplicação, aqui, dos princípios econômicos tradicionais deve no mínimo ser cercada de extremo cuidado, para que não produza efeitos contrários àqueles que se deseja obter.

Como o ministério de Figueiredo incluía economistas experientes e de elevado nível técnico, seria de se esperar que o governo dirigisse a economia adotando todos os cuidados necessários e tendo sempre em vista as características reais do País. Isso no entanto não aconteceu por diversos motivos, entre os quais podemos destacar:

1º — vários desses economistas provinham da elite econômica e política brasileira a qual, na sua maioria, tinha mentalidade retrógrada, pré-capitalista, atrasada muitas décadas em relação ao capitalismo praticado nos países desenvolvidos.

2º — mesmo aqueles que não provinham da elite, tinham em geral formação acadêmica tradicional e idéias políticas conservadoras, o que dificultava ou mesmo impedia a formulação de uma política econômica compatível com a situação do Brasil, com suas necessidades e possibilidades reais.

3º — o governo como um todo, e portanto também os responsáveis pela economia, era ligado a um reduzido número de grupos políticos e econômicos, em geral poderosos oligopólios, e, portanto, as medidas governamentais atendiam muito mais aos interesses de tais grupos do que aos da população em geral.

Assim, essa mistura de conservadorismo e ligação a grupos privilegiados levou à adoção de medidas econômicas que visavam ajustar a economia por meio da recessão, sem no entanto prejudicar os grupos oligárquicos que controlavam o governo. Visavam também reduzir o consumo interno, para estimular as empresas a exportar aquilo que não se conseguia vender dentro do País, gerando assim, recursos em dólares para o pagamento dos juros da dívida externa. Os resultados dessa política foram o enorme enriquecimento de uma pequena minoria de privilegiados e o empobrecimento brutal da maioria da população, devido ao desemprego e à redução dos salários reais.

■ Bom, pensará você, pelo menos então a inflação deve ter caído. Se muita gente está desempregada e os que ainda têm emprego ganham pouco, o consumo de mercadorias cai. E quando o consumo cai, os preços não podem subir. Aplicação elementar da lei da oferta e da procura.

Realmente, é o que diz a teoria econômica clássica. Em tempos de recessão econômica não há inflação. Mas o ministro Delfim Netto e sua equipe conseguiram um verdadeiro milagre, e revolucionaram a teoria econômica. Ao lado da mais negra recessão conseguiram quadruplicar a inflação, que durante o governo Figueiredo passou de 40% para 200% ao ano. Criaram até uma palavra nova, para designar a estagnação econômica acompanhada de inflação: "estagflação". Não é lindo?

"E a dívida externa", perguntará você, "o que é que eles fizeram com ela? Pagaram?" É claro que não. A esse respeito valeu a frase atribuída a Delfim: "Dívida não se paga. Se rola". E como se fez para "rolar" a dívida? Fácil. No final de 1979 não havia dinheiro para pagar as prestações da dívida. O valor dessas prestações foi então transformado em uma nova dívida, que se somou à que já tínhamos. E a dívida total ficou um "pouquinho" maior. E os juros? Ah! esses nós pagamos. Como? Fazendo novos empréstimos, ora essa! E com o dinheiro emprestado nós pagamos os juros do dinheiro que anteriormente havíamos pedido emprestado. É claro que com isso a dívida total tornava a ficar um "pouquinho" maior.

E em 1980 repetiu-se a jogada. E em 1981 também. E no ano seguinte. E no outro. Até que no final de 1983 e durante 1984 os credores externos começaram a nos apertar. O governo então recorreu ao FMI, prometendo oficialmente, adotar medidas de austeridade econômica, para poder saldar os compromissos assumidos com os banqueiros internacionais. Assim, o Brasil continuaria a receber novos empréstimos, para pagar os juros dos empréstimos anteriores. Claro está que essas medidas de austeridade iam empobrecer milhões de brasileiros. Mas isso era um detalhe insignificante.

E lá fomos nós. Um bilhãozinho de dólares aqui, outro ali, e a dívida externa, durante o governo Figueiredo, passou de 43 para 100 bilhões de dólares. Foi a "rolagem" da dívida.

A CRISE DO ESTADO

■ Talvez o fenômeno econômico-político mais importante do governo Figueiredo tenha sido a crise do Estado brasileiro. Apesar de ter começado alguns anos antes de o general assumir a presidência, foi durante a administração Figueiredo-Delfim Netto que tal crise se configurou plenamente, transformado-se na década de 1991/2000 no ponto central da crise geral brasileira. Baixos índices de crescimento econômico, pobreza, desemprego, desagregação social, enfraquecimento do setor industrial, infra-estrutura em frangalhos (educação, saúde, transporte, energia, etc.), em resumo, todo o cortejo de desgraças que levaram o Brasil a igualar ou mesmo superar os índices médios de pobreza da América Latina. Nenhum desses problemas poderá ser resolvido enquanto não for superada a crise do Estado.

■ Pode parecer que estamos exagerando. Afinal, pensará você, não é possível que todos os problemas brasileiros estejam amarrados a um ponto central. Mas estão. Basta ver que de 1981 em diante, foram adotadas dezenas de estratégias, choques, congelamentos, planos, planinhos, planões, os problemas básicos não foram resolvidos. O capitalismo brasileiro, mais do que retrógrado e selvagem, é um capitalismo em crise, porque não há capitalismo estável e próspero com um Estado financeiramente falido.

Desde a época de Figueiredo até o início do governo Collor, o Brasil passou por sete planos de estabilização da moeda e 13 políticas salariais diferentes. A política cambial mudou 17 vezes, as regras para o controle de preços sofreram 53 modificações. Para tentar solucionar o problema da dívida externa foram feitos 20 planos e os projetos de austeridade e corte dos gastos governamentais somaram 18 decretos. O País teve quatro moedas diferentes e a desvalorização do dinheiro foi calculada por dez índices variados. Tentou-se tudo, menos a recuperação e desprivatização do Estado.

[47] O mais interessante foi o comportamento da maior parte da elite dirigente diante dessa situação. Alguns ignoraram ou fingiram ignorar o problema, enquanto outros, embora o reconhecerem, chegaram então à seguinte conclusão: o Estado é sempre ineficiente, só atrapalha, e a única solução é acabar completamente com a intervenção estatal, privatizando tudo e deixando que o mercado, a oferta e a procura equilibrem a economia naturalmente. Chegava ao Brasil a interpretação **neoliberal**.

Essa interpretação neoliberal começou a ser adotada entre nós ao longo dos anos 1980, por muitos empresários, políticos e economistas. E grande parte da opinião pública acreditou, não só pelo fracasso dos diversos planos governamentais — no Brasil a maioria das pessoas pensam que governo e Estado são a mesma coisa — mas também porque a crise do Estado fez baixar a eficiência das repartições públicas e órgãos estatais em geral. No entanto, no caso brasileiro (e de muitos outros países, diga-se de passagem), a interpretação neoliberal é falha, não por uma questão de opinião, mas porque não corresponde à nossa realidade histórica.

[48] No Brasil (e você já estudou esse assunto, nas unidades XIV e XV), o Estado começou a intervir diretamente na economia a partir de 1930 e teve um papel fundamental no desenvolvimento brasileiro até o início dos anos 1970, sendo que justamente nessas quatro décadas **o Brasil foi o segundo país de maior crescimento econômico no mundo.** Alidado à burguesia, o Estado captou poupança, investiu pesadamente em indústrias de base e em obras de infra-estrutura, subsidiou a iniciativa privada, incentivou a produção e o consumo, protegeu o empresariado contra a concorrência estrangeira e, com a criação de um sindicalismo paternalista, evitou que os empresários tivessem problemas mais sérios com os trabalhadores. Em resumo, o Estado foi o maior impulsionador do desenvolvimento industrial, como aliás ocorreu em todos os países de industrialização tardia, incluindo a Alemanha e o Japão, em sua fase inicial de industrialização.

[49] Portanto, a afirmação de que o Estado é sempre ineficiente não corresponde à verdade. O que a História revela é que nos países capitalistas desenvolvidos e de industrialização tardia (entre os países capitalistas desenvolvidos apenas Inglaterra, França e Estados Unidos não são de industrialização tardia), após uma fase inicial de intervenção estatal bastante intensa, houve uma diminuição da participação do Estado na economia e, após a Segunda Guerra Mundial, uma nova fase de intervenção, não mais através de participação direta, mas sim de orientação, regulamentação, defesa de mercados, etc. É por exemplo o que ocorre hoje nas áreas mais desenvolvidas do mundo: os Estados Unidos, a União Européia e o Japão.

[50] No Brasil, a intervenção direta do Estado na economia veio crescendo desde 1930. No início da década de 1970, o grau de intervenção havia chegado ao ponto em que deixa de ajudar e começa a atrapalhar o crescimento econômico. O correto então seria ter reduzido a participação estatal e, ao mesmo tempo ter ajustado a economia brasileira ao novo cenário internacional, pois com a primeira crise do petróleo, em 1973, a economia mundial passou a crescer mais lentamente.

[51] Mas o que se fez foi justamente o contrário. Durante a presidência de Geisel aumentou-se a intervenção do Estado na economia e manteve-se, por meio de empréstimos externos feitos tanto pelo governo como pelas empresas privadas, um nível de consumo e de investimento incompatível com as restrições pós-crise do petróleo.

Logo em seguida, no início do governo Figueiredo, a situação se complicou, por dois motivos:

1º) A elevação dos juros internacionais, provocada pela política monetária norte-americana, aumentou assustadoramente a dívida brasileira.

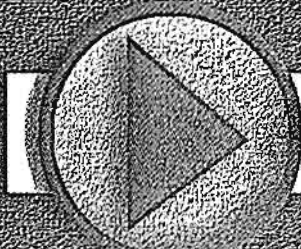
2º) Os grandes bancos europeus e norte-americanos interromperam bruscamente seus empréstimos.

[52] Diante disso, não havia outro remédio a não ser ajustar a economia brasileira. Porém como fazê-lo? O Estado estava profundamente endividado, mas as grandes empresas privadas também, e os empresários não queriam absolutamente arcar com o custo financeiro de suas dívidas nem deixar de receber auxílio e proteção estatais. O ministro Delfim Netto então adotou uma política em que o custo do ajustamento foi assumido principalmente pelo Estado. O mecanismo adotado foi muito simples. Era necessário desvalorizar a moeda nacional — na época o cruzeiro — frente ao dólar para estimular as exportações e desestimular as importações. Isso, no entanto, levaria a

um aumento da dívida que as empresas privadas tinham junto aos bancos estrangeiros.

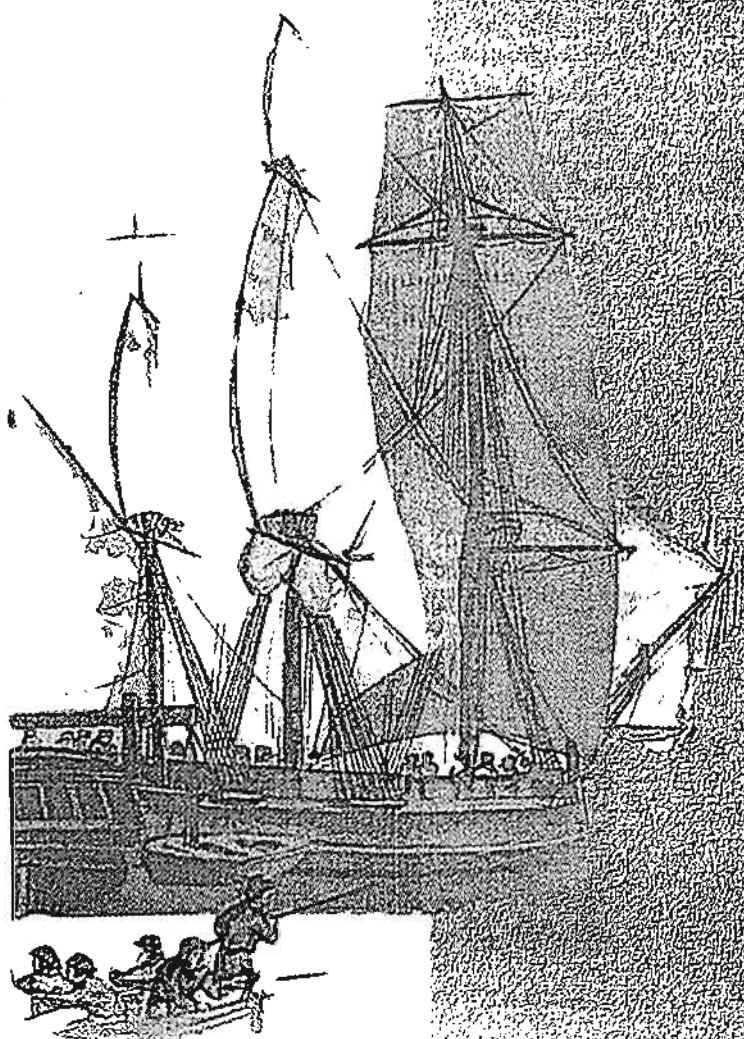
Veja porque a dívida das empresas aumentaria. Suponha que uma empresa recebesse um empréstimo externo de U$100.000 e que a taxa de câmbio fosse de R$5 por U$1. Em reais, a dívida da empresa era de R$500.000. Na hora de pagar a dívida, a empresa com R$500.000 compraria U$100.000 e os entregaria ao banco estrangeiro. Se o governo desvalorizasse o real, passando a taxa de câmbio para R$10 por U$1, a empresa teria de desembolsar R$1.000.000 para comprar os mesmos U$100.000. Portanto, essa alteração do câmbio faria a dívida da empresa, em reais, aumentar em 100%.

As autoridades então permitiram que as empresas privadas pagassem ao governo, **em cruzeiros**, a dívida externa que elas tinham, ficando o governo responsável pela dívida, **em dólares**, junto aos bancos estrangeiros. Em seguida, decretou-se a desvalorização do cruzeiro. A dívida, é claro, cresceu, mas quem arcou com o prejuízo foi o Estado e as empresas estatais, às quais não foi permitido pagar a dívida **antes** da desvalorização. Por este e outros mecanismos, o custo do ajustamento da economia foi transferido quase totalmente para o Estado, o qual ainda continuou fornecendo ao setor privado todos os subsídios e incentivos a que este estava acostumado. Resultado: quando o governo Figueiredo terminou, o Estado estava falido, profundamente endividado, enquanto o setor privado já havia se recuperado e estava financeiramente bem. Curiosamente, o mesmo setor privado que hoje acusa o Estado de ser ineficiente e apresenta, como prova, o fato de o Estado estar falido.

Pouco tempo depois encerrava-se o governo Figueiredo. E assim, o regime que havia sido instalado em 1964 para salvar o Brasil e transformá-lo em grande potência, chegou ao fim, e foi substituído pela Nova República, que estudaremos a seguir. Para aqueles grupos que desde a derrubada de João Goulart vinham encaminhando o Brasil para a pior crise de nossa História — e que continuaram por aí, alegres e saltitantes, a situação não poderia ser mais cômoda. Se o novo regime conseguisse colocar o País nos eixos, melhor para todo mundo, inclusive para eles. E se não conseguisse, pior para todo mundo, menos para eles, que sempre poderiam fazer uma "Revolução". Para colocar o País nos eixos, é claro.

A República Contemporânea

Nos últimos 15 anos do século XX e no início do século XXI, ocorreram no Brasil algumas mudanças — e algumas permanências — que provavelmente terão grande importância para o futuro do País a médio prazo. Mudamos da ditadura para a democracia, mas permaneceu a mentalidade autoritária em boa parte do aparelho de Estado; mudamos do populismo para o neoliberalismo, mas permaneceu o subdesenvolvimento; mudamos do ambiente repressivo aos movimentos de reivindicações populares para o de ampla liberdade a esses movimentos, mas o povo permaneceu pobre e a renda altamente concentrada; trocamos a intensa intervenção do Estado na economia pela ausência quase total dessa intervenção, mas a economia continuou patinando. Saímos da Guerra Fria e entramos no mundo globalizado, mas permanecemos um país periférico.

Nesta Unidade vamos analisar essas mudanças e permanências e a influência que tiveram — e continuam tendo — para o processo histórico do Brasil contemporâneo.

O Brasil e a Globalização

A Nova República

■ O ano de 1984 e o início do de 1985 foi um período singular dentro das três últimas décadas da nossa História. Cansada de vinte anos de autoritarismo, de promessas não cumpridas, começando a acumular o que viria a ser uma das maiores coleções mundiais de desilusões e já enfrentando cinco anos seguidos de crise econômica (meu Deus, naquele tempo eram *apenas* cinco anos!), a opinião pública fez uma coisa raríssima neste País: começou a se mexer. Até a classe média — aquela que ganha pouco, mas se comporta politicamente como se ganhasse muito — resolveu agir.

Foi por isso que a campanha das diretas já lançada inicialmente pelo PT acabou se transformando no maior movimento de massas já ocorrido no Brasil. Derrotada a emenda Dante de Oliveira, graças à atuação das lideranças políticas e econômicas ligadas ao PDS — algumas delas continuam por aí, tão fortes e influentes como antes — a opinião pública não desanimou e passou a apoiar claramente a candidatura de Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral. A vitória do candidato, em janeiro de 1985, acendeu enormes esperanças, mantendo o público vigilante, pois muita gente temia que entre a eleição e a posse alguém tentaria um golpe de última hora.

Foi nessa época que surgiu a expressão "Nova República", para denominar o regime que substituiria a ditadura militar. Significava a esperança de que, além do restabelecimento da democracia, caminhássemos para uma situação de menor desigualdade social, de crescimento econômico e de combate à corrupção e à inflação.

E então, subitamente, a doença e a morte de Tancredo Neves. Chocada e perplexa pela rapidez com que os acontecimentos tinham se desenrolado, a população, ainda meio estonteada, assistiu a posse de Sarney na presidência da República. Mas a necessidade de esperança era tão grande, que, apesar do passado político do novo presidente — o qual sempre apoiara a ditadura, fora senador pela ARENA; presidente do PDS e o principal articulador da derrota da emenda Dante de Oliveira — mesmo assim, José Sarney assumiu o governo contando com um razoável crédito de confiança por parte do público. Vamos examinar então como o novo governante utilizou esse crédito.

A PRESIDÊNCIA DE JOSÉ SARNEY (1985-1990)

■ A Nova República herdara do Regime Militar uma situação lastimável. Economia em crise, a sociedade à beira de um processo de desintegração, estrutura política em frangalhos. Para alterar esse quadro, o novo governo precisava agir, simultaneamente, na área política e na econômico-social, de maneira rápida, decidida, e sem poder se dar ao luxo de cometer erros. Convenhamos que não era fácil.

■ Em termos políticos, era necessário fazer a chamada transição democrática, que começaria pela remoção do "entulho autoritário", ou seja, a eliminação de toda a legislação arbitrária e ditatorial do Regime Militar e terminaria pela construção de um sistema político democrático e legítimo, inclusive com a eleição de uma Assembléia Constituinte e a elaboração de uma nova constituição.

No plano econômico-social, a tarefa era ainda mais difícil. Eliminar a recessão, retomar o crescimento, combater a inflação galopante e reduzir as enormes desigualdades sociais que haviam-se acumulado durante o governo de militares.

Ora, pensará você, e alguém acreditaria que logo o ex-braço direito da ditadura iria fazer tudo isso? Cuidado, não se esqueça de que é fácil ser profeta do passado. Naquele momento, muita gente acreditava. Afinal de contas, poucos anos mais tarde, milhões e milhões de pessoas não acreditaram que Fernando Collor faria surgir um "Brasil Novo"? E além disso, pelo menos na área política Sarney conseguiu cumprir grande parte de sua tarefa. "Mas no setor econômico não", dirá você triunfante. É verdade, infelizmente. Pois, como política e economia estão intimamente ligadas (quando Adam Smith fundou a ciência econômica ele

a chamou de Economia Política), o que acontece na maioria das vezes é que o fracasso num setor acaba dificultando o sucesso do outro.

A POLÍTICA ECONÔMICA DA NOVA REPÚBLICA

5 Como já vimos, Sarney herdara do Regime Militar uma péssima situação econômica: investimentos produtivos baixos, especulação financeira elevada, economia em recessão, altos índices inflacionários e um Estado falido. Superar essa difícil situação era o maior desafio do novo presidente.

Durante os primeiros meses de 1985 nenhuma medida importante foi tomada pela equipe do ministro da Fazenda, Francisco Dorneles, ainda indicado por Tancredo Neves, pois, hesitava-se entre a adoção de uma política ortodoxa, centrada em medidas de caráter monetarista (rígido controle das emissões, redução do déficit governamental, contenção dos salários, desaquecimento da economia, etc.), ou de uma política estruturalista, na qual se combatem as falhas da estrutura econômica, mais do que os aspectos monetários.

No segundo semestre do mesmo ano, Dilson Funaro foi nomeado para o Ministério da Fazenda, dando mais influência aos estruturalistas. O aquecimento da inflação — que em janeiro de 1986 atingiu 20% ao mês — e o exemplo do choque econômico adotado na Argentina levaram o governo a adotar, em fevereiro de 1986, o **Plano Cruzado**, cujas medidas ficaram conhecidas como "choque heterodoxo". Choque, porque pretendia eliminar a inflação rapidamente, e heterodoxo porque misturava princípios da teoria econômica ortodoxa com outros completamente diferentes. O plano visava simultaneamente combater a inflação e manter o crescimento econômico, e suas principais disposições eram a criação de uma nova moeda — o cruzado — o congelamento de preços e salários por um ano, a redução drástica da taxa de juros e a desindexação da economia, por meio da eliminação das ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) e o desestímulo à especulação financeira.

> A economia é indexada quando preços, salários, contratos, etc. são automaticamente corrigidos por um indicador estabelecido pelo governo. Já tivemos como indicador a ORTN, a OTN, o BTN e a TRD. Como essa correção monetária automática tende a aumentar a inflação, quase todos os planos econômicos das décadas de 1980 e 1990 tentaram eliminá-la, ou seja, desindexar a economia.

Logo no início o plano pareceu dar certo. Os preços se estabilizaram, a inflação caiu a zero, os juros baixos permitiam comprar a crédito sem temer o crescimento astronômico das prestações. A esses fatores, que por si já estimulavam fortemente o consumo, acrescente-se o fato de que a súbita queda no rendimento das aplicações financeiras, inclusive a poupança, levou muita gente a desaplicar seu dinheiro e utilizá-lo na compra de mercadorias.

Ocorre que esse crescimento da procura não foi acompanhado pela oferta. E por quê? Por vários motivos, entre os quais podemos destacar:

- uma parte das empresas não estava preparada para ampliar rapidamente sua produção;
- uma outra parte, pega de surpresa pelo congelamento, ficou com os preços de venda defasados em relação aos custos, não tendo, portanto, estímulo para aumentar a produção;
- muitas empresas eram mal organizadas, mas mesmo assim sobreviviam no mercado, graças aos lucros das aplicações financeiras; reduzidos estes, passaram a ter dificuldades para continuar produzindo;
- havia um grande número de empresários que graças à inflação tinham lucros fabulosos e não queriam abrir mão deles; passaram então a reter mercadorias e matérias-primas, apostando no fracasso do plano e na volta da inflação.

Surgiram então a escassez de mercadorias e o ágio, que nada mais é do que inflação disfarçada. O governo foi incapaz de resolver ou contornar tais problemas e, por razões políticas, manteve o congelamento até as eleições de novembro de 1986, contribuindo assim para o fracasso do plano. Quando veio o descongelamento, logo após as eleições, a inflação tornou a disparar.

Daí para a frente, a situação econômica, que já era ruim, deteriorou completamente. Embora o crescimento anual médio de PIB fosse ligeiramente superior ao do governo anterior — 2,5% contra 2,0% — a inflação cresceu sempre e, no final do mandato de Sarney, atingiu o espantoso índice de 90% ao mês. De nada adiantou a constante troca dos ministros da Fazenda — Dilson Funaro, Bresser Pereira, Mailson da Nóbrega — nem a realização de mais dois choques, o Plano Bresser, em 1987, e o Plano Verão, em 1989. O governo havia perdido completamente o controle da economia.

A AÇÃO POLÍTICA DA NOVA REPÚBLICA

6 Durante o governo Sarney foi abolida grande parte do "entulho autoritário" a que nos referimos anteriormente. Eliminaram-se os famosos e inacreditáveis "decretos secretos", acabou-se de vez com a censura à imprensa, ampliou-se o pluripartidarismo,

legalizou-se plenamente o sindicalismo e as grandes centrais sindicais: a CUT (Central Única dos Trabalhadores), ligada ao PT e a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), mais moderada e ligada à esquerda do PMDB e ao PCB.

No que se refere à expansão do pluripartidarismo, foram legalizados os partidos de esquerda tradicionais, como o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PC do B (Partido Comunista do Brasil), mais radical do que o primeiro. Surgiram também novos partidos, como o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), formado por antigos membros do PMDB, ligados à centro-esquerda, e o PL (Partido Liberal), organizado principalmente por empresários adeptos do neoliberalismo, o mesmo neoliberalismo, que durante a década de 1980 chegou ao poder nos Estados Unidos e na Inglaterra (governos Reagan e Tatcher).

Apesar de toda essa liberalização, algumas leis autoritárias ainda pemaneceram, como por exemplo, a Lei de Imprensa, decretada durante o Regime Militar. Aliás, o fato de se ter levado quase uma década para revogar essa lei, mostra como a mentalidade autoritária se instalou fortemente nos centros do poder, persistindo ainda muitos anos após o término da ditadura.

> Essa lei, entre outras barbaridades, proibia que se usasse na Justiça, contra o governo, a chamada "prova da verdade". Em outras palavras, se você fizesse uma acusação contra o presidente da República, baseada em provas materiais irrecusáveis e indiscutíveis, a tal lei proibia que você apresentasse essas provas no tribunal! E sabe como é: acusação sem provas é difamação, e isso dá cadeia...

Em novembro de 1986 realizaram-se eleições simultaneamente para governador, Assembléias Estaduais, Câmara Federal e Senado. Favorecido pelos resultados inicialmente favoráveis do Plano Cruzado, o PMDB elegeu a maioria dos governadores e tornou-se majoritário no Congresso Nacional, o qual seria também Assembléia Constituinte, ou seja, os deputados federais e senadores então eleitos eram encarregados de elaborar a nova Constituição brasileira.

Elaborada ao longo de um ano e meio, a Constituição de 1988 apresentou como principais características:

- sistema presidencialista, com presidente eleito por cinco anos, por voto popular direto e eleição em dois turnos. Caso nenhum candidato obtenha, no primeiro turno, maioria absoluta, no segundo turno participam apenas os dois primeiros colocados, valendo o mesmo sistema para a eleição dos governadores estaduais (posteriormente, o mandato presidencial foi reduzido para quatro anos e as eleições em dois turnos adotadas também para os prefeitos das cidades com mais de 200 mil eleitores);
- reforço dos poderes do Legislativo e transformação do Judiciário num poder verdadeiramente independente, apto inclusive para julgar e anular atos do Executivo e do Legislativo;
- consolidação dos princípios democráticos e da defesa dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos;
- nacionalismo econômico, reservando-se várias atividades somente a empresas nacionais;
- intervencionismo estatal, mantendo as amplas atribuições do Estado na área econômica, característica que vinha se acentuando desde a década de 1930;
- assistencialismo social, ampliando os direitos dos trabalhadores;
- ampliação da autonomia administrativa e financeira dos estados da federação;
- criação de medidas provisórias, que permitem ao presidente da República, em situação de emergência, decretar leis que só posteriormente serão examinadas pelo Congresso Nacional.

No conjunto, uma Constituição amplamente democrática e liberal. Apesar disso, foi muito criticada principalmente pelos grupos conservadores e neoliberais, que afirmavam dar a Constituição excessivas atribuições econômicas e assistenciais ao Estado. Tais críticas correspondem somente em parte à verdade. Uma crítica cautelosa da atual Constituição permite tirar basicamente as seguintes conclusões:

1 — Quanto ao nacionalismo econômico, o erro não está em defender o capital nacional — todos os países capitalistas avançados fazem isso, em maior ou menor medida, particularmente os Estados Unidos, a União Européia e o Japão — mas sim no tipo de defesa, que protege a tal ponto o empresariado nacional contra a concorrência externa que as empresas brasileiras ficam desatualizadas e incapazes de competir no mercado internacional. De qualquer modo, a Constituição já não é mais nacionalista, pois as várias emendas nela introduzidas eliminaram a defesa do capital nacional. O que, por sinal, não fez a economia do País melhorar.

2 — Quanto ao intervencionismo estatal, a Constituição não levou em conta o fato concreto de que o Estado brasileiro havia sido privatizado em favor de uma pequena oligarquia privilegiada e que, portanto e a intervenção na economia seria feita em benefício dessa minoria e não da sociedade em geral. Também não foi levado em conta que a par-

ticipação estatal na economia, no final dos anos 1980, teria de ocorrer de forma e com intensidade diversas daquelas predominantes no Brasil desde a época de Vargas.

3 — Quanto ao assistencialismo, descontado um ou outro exagero, é absolutamente indispensável num país em que a população é majoritariamente pobre ou miserável. Claro que o Estado não pode assumir compromissos para os quais não possua recursos. Mas é bom lembrar que no sistema assistencial brasileiro, se fossem corrigidos metade dos desvios, fraudes e erros administrativos, seria perfeitamente possível manter a grande maioria dos compromissos assumidos. Basta ver que, entre 2002 e 2005, mais de metade do déficit do INSS deveu-se ao fato de o governo isentar determinados contribuintes de pagarem suas contribuições ao INSS e ao fato de que no orçamento do governo federal parte da receita da previdência social é utilizada para outras finalidades.

Uma afirmação constante no Brasil é a de que o Estado não tem dinheiro, ou então, de que gasta além de suas possibilidades. Em grande parte essas afirmações não são verdadeiras. Mais do que gastar muito, o Estado gasta mal. Bilhões e bilhões de reais são literalmente dados de presente todos os anos a grupos privilegiados, sob a forma de falsos incentivos, perdão de dívidas para com os órgãos estatais, etc. Outra fortuna incalculável é aplicada todos os anos em setores absoltamente não-prioritários. Por exemplo, nos anos 1980, o Banco Nacional de Habitação (BNH) entregou 30 bilhões de dólares aos mutuários, sendo que os benefícios para a classe média foram cinco vezes maiores do que para as famílias de classe baixa. Com esse mesmo dinheiro seria possível construir 6 milhões de casas populares e praticamente zerar o déficit habitacional brasileiro.

Na década de 1990, mais de 20 bilhões de dólares (em valores atuais), foram utilizados para "socorrer" instituições financeiras, numa época em que os bancos eram o setor mais lucrativo da economia nacional, pois o Banco Central estabelecia taxas de juros astronômicas (em 1998 chegaram a 42% ao ano!).

4 — Um aspecto problemático, porém pouco divulgado da Constituição, é que, por pressão dos ministros militares da época, foram mantidas para as Forças Armadas as mesmas funções a elas destinadas pelo regime militar: a preservação da ordem social e política internas. Perdeu-se assim uma excelente oportunidade de rediscutir a função da instituição militar dentro da nova realidade mundial, com o fim da Guerra Fria e a desagregação do bloco soviético. Defender a ordem interna contra quem? Os comunistas? Defender o País contra ataques externos de quem? Da Argentina? Do Paraguai? Ajudar na defesa do continente americano contra quem? O fantasma da ex-União Soviética? Sabendo-se da importância que a instituição militar tem tido na História do Brasil, destinar a ela funções pouco claras e também ultrapassadas significa um risco para o País e para as Forças Armadas como instituição.

10 No mesmo ano em que se aprovou a Constituição realizaram-se eleições municipais em todo o País. O crescimento eleitoral de partidos mais à esquerda, como o PT, mostrou o desencanto de boa parcela do eleitorado com a situação política e principalmente econômica, desencanto esse que iria se manifestar mais claramente nas então próximas eleições presidenciais.

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

11 Em 1989, realizaram-se a campanha eleitoral e as eleições presidenciais. Pela primeira vez em 29 anos o presidente seria eleito diretamente pelo povo.

12 A situação do Brasil, nesse momento, apresentava contrastes quase inacreditáveis. Por um lado, era o país que havia sido capaz de levar adiante o maior e mais rápido processo de industrialização por substituição de importações do século XX. O país com o maior parque industrial do Terceiro Mundo, o 10º maior PIB do planeta, produzindo quase todos os bens de consumo de que necessitava e 90% das máquinas e equipamentos. Tinha também a maior capacidade de gerar superávits comerciais em toda a América Latina e uma dívida externa que, embora grande em valores absolutos, em proporção ao PIB era a menor entre os 17 países mais endividados do mundo.

Por outro lado, havia no Brasil 40% da população sem assistência médica, 60% sem moradia digna desse nome, 25% de analfabetos, uma taxa de mortalidade infantil altíssima, quase metade dos habitantes em estado de pobreza ou miséria absoluta. Os 10% mais ricos da população detinham mais da metade da renda nacional, 200 grupos empresariais privados praticamente controlavam a economia e apenas 1,7% das empresas dominava mais da metade do mercado industrial. E justamente essa infinitésima parte da população havia-se apoderado do controle do Estado usando-o em seu benefício. Enriquecendo às custas do Estado enquanto o grosso dos brasileiros se empobreciam, essa oligarquia predominantemente conservadora e de direita, havia criado um sistema tão absurdo, que acabou por levar o Estado à falência e a economia à estagnação.

13 E agora, chegava o momento das eleições. A incompetência dos conservadores e o fracasso do

estatismo de direita por eles criado era tão evidente que, pela primeira vez na História do País abria-se a perspectiva de uma vitória eleitoral da esquerda. Os maiores partidos — PMDB, PFL, PSDB e PDS — não conseguiam fazer seus candidatos deslancharem, o que dava possibilidades reais aos dois pequenos partidos de esquerda: PT e PDT.

Foi então que o setor mais retrógrado da oligarquia dominante fez um lance genial e passou a apoiar um candidato nessa época quase desconhecido: o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello. O fato de ser desconhecido era fundamental, pois assim poderia ser apresentado ao público como alguém não só desligado dos grupos políticos que haviam levado o Estado à falência, mas também como inimigo desses mesmos grupos e defensor dos pobres e oprimidos!

Veja você que achado, que verdadeira preciosidade. Sentindo-se ameaçada pelo avanço da esquerda, a direita lança um candidato que vende ao público a imagem de alguém que vai combater... a direita! Para o eleitorado, no fundo bastante conservador, parecia a realização de um sonho. Poder atacar as velhas raposas que há tantos anos dominavam o poder, sem ter de correr o risco de votar na esquerda, cujo candidato, Lula, parecia bastante perigoso: operário, petista, sem curso superior, um homem assim era até capaz de confiscar o dinheiro da poupança...

Durante a campanha, muitas ressalvas foram feitas em relação a Collor: não cumpriria suas promessas, era incompetente, inexperiente, autoritário, sem controle emocional, não tinha um programa real de governo, sua assessoria era fraquíssima, nenhuma pessoa sensata afirmaria ser possível derrotar a inflação em 90 dias, etc.

Se os críticos de Collor tinham razão ou não, é o que veremos em seguida.

O Brasil Neoliberal

[14] No mesmo momento em que o Brasil elegia Fernando Collor para a presidência, o mundo passava por transformações econômicas e políticas de enorme importância.

Em termos políticos, a queda dos regimes comunistas do Leste europeu, seguida pela desagregação e pela extinção da União Soviética, puseram fim à era da Guerra Fria.

Já no campo econômico, os desdobramentos da Terceira Revolução Industrial produziram a globalização, tanto produtiva como financeira.

> Com a globalização produtiva, as grandes multinacionais formaram cadeias de produção, espalhadas por diversos países, visando maximizar seus lucros. A importância desse fenômeno fica evidente quando se lembra que as 200 maiores multinacionais têm um faturamento equivalente a 35% do PIB mundial.
>
> A globalização financeira levou à formação de um mercado financeiro no qual mais de 15 trilhões de dólares se movem pelo mundo, procurando o máximo de lucros com o mínimo de riscos.
>
> As empresas globalizadas (das quais 95% são norte-americanas, européias e japonesas) pressionam para que os mercados dos demais países sejam abertos a seus produtos e capitais.

O surgimento da globalização e o fim da Guerra Fria criaram uma situação que George Bush, presidente norte-americano entre 1989 e 1993, chamou de *Nova Ordem Mundial*, a qual, é claro, estruturou-se sob hegemonia econômica, política e ideológica dos Estados Unidos.

Essa nova ordem, correspondente ao capitalismo globalizado, teve como principal sustentáculo ideológico o neoliberalismo, que, basicamente, propõe:

- total liberdade às leis de mercado;
- limitação da intervenção do Estado na economia;
- privatização de empresas estatais;
- abertura comercial, reduzindo ou eliminando as taxas alfandegárias sobre as importações;
- total liberdade de ação aos capitais internacionais;
- eliminação, por parte do Estado, de qualquer proteção ou incentivo às empresas nacionais;
- ação do Estado para defender, a qualquer custo, a estabilidade monetária.

Segundo os neoliberais, essas medidas estimulam a livre concorrência, fazendo aumentar a produtividade e acelerando o crescimento econômico. E, dizem eles, o resultado final será, para os países desenvolvidos, o aprimoramento de seu sistema produtivo, e para os subdesenvolvidos, o primeiro passo no caminho do desenvolvimento.

[15] O neoliberalismo expandiu-se rapidamente ao longo da década de 1980 e, com o desmoronamento do bloco socialista, adquiriu um caráter de pensamento único, de verdade universal, que não admite contestação. Quem não concordasse com seus princípios era logo chamado de jurássico, dinossauro, ignorante, neobobo, trogloísta (tradução: troglodita saudoso do socialismo), etc.

Ser nacionalista, então, nem pensar! Assumir a defesa do mercado interno de um país, de suas empresas e de seu mercado de trabalho não era atitude apropriada para pessoas modernas, com mentalidade de Primeiro Mundo.

Ao iniciar-se a década de 1990, a nova ordem, globalizada e neoliberal, originada nos países desenvolvidos, espalhou-se pelo resto do mundo, como uma onda irresistível. E o primeiro governo brasileiro a surfar nessa onda foi o de Fernando Collor de Mello.

A PRESIDÊNCIA DE FERNANDO COLLOR (1990-1992)

[16] Nos três meses que decorreram entre a eleição e a posse de Collor, tanto a esperança como a desconfiança em relação ao novo governo eram muito grandes. Aqueles que haviam votado nele esperavam ver a inflação eliminada, a economia modernizada e em crescimento e a corrupção, em todos os níveis, combatida com a máxima energia. Os que a ele se opunham, temiam que ocorresse o contrário e que, ainda por cima, o governo e o Estado passassem a ser totalmente controlados pelos setores mais retrógrados da elite brasileira.

17 No entanto, nem os opositores nem os simpatizantes sabiam exatamente como o novo presidente iria agir. Suas declarações, embora bombásticas, eram vagas. Nos meses de janeiro e fevereiro, ele passou a maior parte do tempo fora do País. Nos primeiros dias de março, a indicação das pessoas que ocupariam as funções mais importantes na condução da economia não ajudou a esclarecer quais eram os planos de Collor, já que os indicados — Zélia Cardoso para o ministério da Economia, Ibrahim Éris para o Banco Central e Antonio Kandir para a Secretaria de Política Econômica — eram relativamente jovens, pouco conhecidos e com reduzida experiência administrativa. De concreto, mesmo, sabia-se apenas que eram todos mais ou menos alinhados com os princípios neoliberais.

18 O primeiro sinal de que algo importante — ou grave — iria acontecer veio no dia 13 de março, quarenta e oito horas antes da posse de Collor: a seu pedido, Sarney decretou feriado bancário para os seis dias seguintes.

Esse tipo de feriado, que impedia pessoas e empresas de fazerem qualquer movimentação financeira, vinha ocorrendo na decretação dos vários planos econômicos, desde os tempos do Plano Cruzado. Só que nenhum fora tão prolongado como agora.

A expectativa da opinião pública chegava ao máximo. Em 15 de março, o novo presidente tomou posse. No dia seguinte, anunciou o conjunto de medidas que, segundo ele, dariam início a seu prometido "Brasil Novo".

A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO COLLOR

19 Em cadeia nacional de rádio e televisão, Collor e a ministra da Economia Zélia Cardoso anunciaram oficialmente o Plano Brasil Novo. Apoiado em 20 medidas provisórias, três decretos e dezenas de portarias, o Plano Collor, como ficou conhecido, estabeleceu o seguinte:

- seqüestro das contas (contas correntes bancárias, cadernetas de poupança e quaisquer outras aplicações financeiras). A moeda em circulação, o cruzado novo (NCz$), foi substituída pelo cruzeiro (Cr$), na proporção de 1 por 1. Cada pessoa física ou jurídica pôde dispor no máximo de Cr$ 50.000,00 (equivalentes na época a pouco mais de mil dólares). O resto, ou seja, 70% dos recursos financeiros em poder do público, foi seqüestrado, para ser devolvido 18 meses depois, em 12 parcelas mensais;
- congelamento de preços e salários;
- abertura comercial, eliminando-se as restrições às importações;
- eliminação de subsídios a atividades econômicas;
- extinção de órgãos e empresas públicas;
- privatização de empresas estatais;
- demissão de funcionários públicos;
- criação de novos impostos e elevação de outros já existentes.

20 O seqüestro das contas e o congelamento destinavam-se a eliminar de um só golpe a inflação, que Sarney deixara no patamar recorde de 90% ao mês. A idéia da equipe econômica de Collor era simples: com preços e salários congelados e, sobretudo, com as empresas e o público sem dinheiro no bolso, a procura de mercadorias cairia drasticamente, fazendo com que os preços também despencassem. Pronto, estaria eliminada a inflação.

A abertura comercial era outra idéia simples, com dois objetivos. Primeiro, impediria que os empresários voltassem a aumentar os preços, pois estariam enfrentando a concorrência de produtos importados muito baratos. Além disso, mostraria ao mundo que o Brasil agora era um país "moderno", adepto do neoliberalismo.

Simplíssimos também eram os motivos para a extinção de órgãos públicos, a privatização de estatais, a demissão de funcionários e a eliminação de subsídios. Com essas medidas, enxugava-se a máquina estatal — comprovando que éramos neoliberais *mesmo* —, e reduziam-se as despesas do governo, quase eliminando o déficit do orçamento governamental.

E se você estiver pensando que *quase eliminar* não resolve, que seria necessário *eliminar totalmente* o déficit, não se preocupe. Para isso, a equipe econômica tinha outra solução simples: um aumento geral de impostos. Diminui-se a despesa, aumenta-se a receita, e está acabado o déficit público.

21 Como se vê, o plano todo parecia muito simples.

Na realidade ele era simplista, mostrando que seus autores pouco conheciam sobre o processo inflacionário brasileiro. Este era causado muito mais por problemas estruturais do que pelo excesso de procura de mercadorias ou pelo déficit público. A demanda (procura de bens e serviços) já vinha sendo reprimida no Brasil há muitos anos, pela concentração de renda e o achatamento dos salários, ocorridos durante o Regime Militar, e pela crise econômica da década de 1980. E na presidência de Sarney o governo chegara a ter superávits, mas nem por isso a inflação deixara de crescer.

Assim, o Plano Collor foi um completo fracasso. No primeiro mês (abril), o índice inflacionário caiu de forma espetacular, ficando em 3,3%. Mas em maio subiu para 5,4%, em junho para 9,6%, em julho para 10,8% e no final do ano já batia nos 20% ao mês.

Ao mesmo tempo, a crise econômica se agravou. O PIB caiu 4,4% em 1990, cresceu apenas 0,2% em 1991 e caiu 0,8% em 1992. Foi o pior desempenho econômico de um governo brasileiro desde a crise de 1929.

Com o PIB em queda e a inflação em alta, voltamos a nosso já conhecido cortejo de desgraças: falência de milhares de empresas, aumento do desemprego, crescimento da violência. A situação financeira do governo piorou, pois os aumentos de impostos eram compensados negativamente pela queda da produção. A extinção mal planejada de órgãos públicos desorganizou ainda mais o Estado, e a demissão de funcionários — que todos sabiam ser proibida por lei — não passou de conversa fiada.

Tudo isso já nos tinha acontecido antes, e, bem ou mal, o País sempre acabara por superar as crises, puxado pelo setor industrial, que voltava a crescer. Mas agora havia um elemento novo, extremamente preocupante. A adoção simplória dos princípios neoliberais havia levado a uma abertura comercial descuidada, liberando as importações sem a obtenção, junto a outros países, de vantagens correspondentes para nossas exportações e sem preparar os produtores nacionais para enfrentar a concorrência estrangeira.

22. Esse descuido (para não dizer incompetência) representava uma ameaça direta ao setor industrial, ou seja, justamente o responsável pelo fato de o Brasil ter sido, nos 80 primeiros anos do século XX, o país com maior crescimento do PIB no mundo, superando inclusive o Japão.

O fracasso da política econômica "collorida" — mesmo a edição de um desengonçado Plano Collor II, em janeiro de 1991, não conseguiu deter a queda da economia e o aumento da inflação — causou um desencanto geral, e a popularidade do presidente começou a despencar.

É claro que essa situação produziu conseqüências políticas sérias, e a curto prazo. Mas, antes de estudá-las, é bom lembrar que a experiência econômica do governo Collor também deixava para o Brasil duas lições preciosas. Primeira, que o combate à inflação, a qualquer custo, pode causar problemas tão graves quanto ela, ou até piores. Segunda, que a adesão precipitada a doutrinas econômicas originadas nos países altamente desenvolvidos — no caso, o neoliberalismo — pode destruir uma parcela muito considerável do setor produtivo do País, levando-o a desperdiçar o resultado de décadas de crescimento econômico acelerado e a comprometer seriamente suas possibilidades de desenvolvimento.

Essas lições, no entanto, não foram compreendidas pela elite dirigente e pelos segmentos da classe média formadores de opinião. Ou, pelo menos, não foram compreendidas a tempo.

O resultado dessa incompreensão é friamente comprovado pelas estatísticas para o Brasil, a década de 1990 foi tão ruim, que seus indicadores econômicos e sociais (evolução do PIB, da produção industrial, do desemprego, do balanço de pagamentos, da dívida externa e interna, do favelamento, etc.) foram piores do que os da década de 1980. E esta já havia sido tão desastrosa, que ficou conhecida como "a década perdida"...

A EVOLUÇÃO POLÍTICA DO GOVERNO COLLOR

23 O fracasso do plano de estabilização e as crescentes dificuldades econômicas, embora ocasionassem o enfraquecimento político de Collor, não seriam, em princípio, motivo suficiente para fazê-lo perder o cargo. Afinal de contas, Sarney enfrentara problemas semelhantes, e nem por isso se pensara em afastá-lo da presidência.

24 Seu sucessor, no entanto, enfrentou dois outros problemas, os quais, somados à crise econômica, acabaram por liquidá-lo politicamente.

Collor era uma criatura das elites conservadoras, que haviam sustentado política e financeiramente sua candidatura, levando-o à vitória eleitoral. Mas o apoio ao então quase desconhecido ex-governador de Alagoas se dera não porque as elites confiassem nele, e sim por não terem outra opção. Nenhum dos tradicionais políticos de direita tinha condições de vencer as eleições de 1989. Portanto, ou elas investiam pesado no candidato alagoano, ou era quase certo que a esquerda chegasse ao poder, com Lula sendo eleito presidente.

Assim, Fernando Collor não tinha força política própria. Seu partido — o PRN — era diminuto, e, para manter-se no poder, ele dependia do apoio daqueles que o haviam criado e que controlavam, entre outras coisas, os maiores partidos políticos do País, o Congresso Nacional e os meios de comunicação.

Durante um bom tempo — mais de um ano —, esse apoio não lhe faltou. O Congresso aprovou com extrema rapidez quase todas as medidas do governo, inclusive algumas que eram claramente inconstitucionais. A mídia deu-lhe cobertura, mesmo para as iniciativas que chocaram a opinião pública — como o seqüestro das contas —, apresentadas como um sacrifício doloroso, porém necessário para vencer a inflação e transformar o Brasil num país de "primeiro mundo".

"E os eleitores de Collor", perguntará você, "continuaram a apoiá-lo, apesar da permanência da inflação e da crise econômica?" Continuaram, embora sem o fervor dos primeiros tempos. Iam engolindo medidas amargas e curtindo decepções, já que o "Brasil Novo" continuava tão velho quanto antes, e, no governo do "caçador de marajás e protetor dos descamisados", os primeiros continuavam faturando alto, e os segundos permaneciam sem camisa. Embora a contragosto, aceitava-se a situação, com o raciocínio de que *antes ele do que o outro* (Lula).

25 Em resumo, após quase um ano e meio de governo, Collor ainda dispunha do apoio, embora precário, da elite e do público. A não ser que ocorresse algum fato novo, o presidente cumpriria seu mandato até o fim.

E então fatos novos começaram a acontecer. Desde o início de 1992 já circulavam rumores de corrupção nos círculos próximos ao presidente, envolvendo os membros da chamada *República de Alagoas*, inclusive a mulher de Collor, Rosane.

> ***República de Alagoas*** **foi o apelido que se deu ao conjunto de altos funcionários, diretamente ligados a Collor, e de amigos pessoais do presidente, os quais exerciam enorme influência sobre os atos do governo. O mais influente membro desse grupo era Paulo César Farias — o PC —, tesoureiro da campanha eleitoral de Collor.**

Os rumores viraram escândalo nacional quando Pedro Collor, irmão do presidente, revelou à revista *Veja* (10/05/92) o esquema PC — Collor, com casos de fraude eleitoral, suborno, extorsão, desvio de dólares, sonegação de impostos, proteção a empresários e falsificação de concorrências públicas. O impacto da denúncia foi enorme, pois mostrava um esquema de corrupção jamais visto no País.

O resultado foi imediato. A elite retirou a sustentação que dava ao presidente. Não podia continuar apoiando alguém que, sendo seu representante, governava de maneira tão desastrada que comprometia a imagem da própria elite. O público, percebendo finalmente que fora feito de idiota, saiu às ruas em grandes manifestações, exigindo a retirada de Collor da presidência.

Em 26 de maio de 1992, instaurou-se no Congresso Nacional uma CPI para investigar o *caso PC*. No começo, imaginou-se que, para variar, tudo aquilo ia terminar em pizza. Mas as descobertas da CPI foram tão estarrecedoras e a pressão da opinião pública tão grande, que, apesar das manobras do grupo "collorido", chefiado pelo deputado Roberto Jefersom, a Câmara dos Deputados, em 29 de agosto, autorizou o processo de *impeachment* contra Collor, que foi afastado da presidência e substituído, interinamente, pelo vice-presidente, Itamar Franco.

Por fim, na madrugada de 30 de dezembro, o Senado aprovou o *impeachment*.

> **Durante a sessão em que o Senado votava o *impeachment*, Collor apresentou sua renúncia, tentando evitar a cassação de seus direitos políticos. Chegou tarde: o processo já era irreversível.**

Collor perdeu o cargo, teve os direitos políticos cassados por oito anos e resolveu mudar, de país: foi morar numa confortável mansão em Miami. O vice, Itamar, tomou posse em definitivo. O "Brasil Novo" chegava ao fim.

A PRESIDÊNCIA DE ITAMAR FRANCO (1992 – 1995)

26 Itamar Franco exerceu a presidência efetiva durante dois anos quase exatos (29/12/92 a 01/01/95). Nesse período, apesar da constante troca de ministros da Fazenda, a política econômica foi marcada por dois fatores principais: a manutenção da postura neoliberal, com o aprofundamento da abertura comercial, e o fantasma da inflação, que não parava de crescer.

Esta, por sinal, adquiria também importância política, já que em 1994 haveria eleição presidencial, e o público, cansado do fracasso dos sucessivos planos anti-inflacionários, começava de novo a se inclinar para a esquerda, cujo candidato, Lula, subia constantemente nas pesquisas sobre intenção de voto.

O PLANO REAL

27 A perspectiva de uma vitória eleitoral dos esquerdos preocupava as elites — seria difícil tirar um novo Collor do bolso do colete — e, é claro, preocupava também o governo, que decidiu então elaborar uma nova política de combate à inflação.

28 Assim, em maio de 1993, Itamar Franco deslocou o senador Fernando Henrique Cardoso, então ministro das Relações Exteriores, para o ministério da Fazenda. Os assessores do novo ministro começaram a elaborar um plano anti-inflacionário. Primeiro, tomaram-se algumas medidas preparatórias para a estabilização. Depois, em agosto, o cruzeiro (Cr$) foi substituído pelo cruzeiro real (CR$), na proporção de Cr$1000 = CR$1. Finalmente, em julho de 1994, o governo anunciou o Plano Real.

A primeira coisa que ficou clara foi que os autores do Plano Real procuravam evitar os erros res-

ponsáveis pelo fracasso dos anteriores. Nada de choques, surpresas, feriados bancários ou congelamento de preços e salários. Ao contrário, as medidas foram anunciadas com 52 dias de antecedência, durante os quais houve uma espécie de "inflação consentida" pelo governo, o que permitiu às empresas adequarem seus preços, preparando-se para a estabilização que viria a seguir.

As medidas em vigor a partir de 1º de julho foram:

- adoção de uma nova moeda, o real (R$), na proporção de R$ 1 = CR$ 2750;
- redução drástica da emissão de moeda;
- controle da demanda (procura de mercadorias), por meio da restrição das vendas a prazo e da elevação astronômica dos juros;
- pressão sobre os preços, pela facilitação das importações;
- proibição de qualquer tipo de indexação.

Veja você como o plano era inteligente. Não congelava os salários, mas na prática era como se o fizesse — sem indexação, os empresários não eram mais obrigados a dar aumentos salariais a seus empregados. Não congelava os preços, mas também aqui era como se o fizesse — caso um empresário aumentasse o preço de seu produto, não conseguiria vendê-lo, já que os consumidores, sem aumento de salários e sem poder usar o crediário, não teriam como comprar. Resultado: os preços pararam de subir, e a inflação despencou: 47% em junho, 6% em julho, 5,5% em agosto, mantendo-se, até o final do ano, em patamares abaixo dos 3% ao mês.

E não havia o perigo de que a inflação voltasse? Havia. Mas não seria fácil. O governo reprimia o consumo por todos os meios e, mais que isso, criou condições para a entrada no País de grande quantidade de mercadorias importadas. Como elas eram muito baratas, faziam tal concorrência aos produtores nacionais, que estes, para continuar vendendo, foram obrigados inclusive a baixar os preços.

A grande arma do governo para baratear as importações era a taxa cambial. O real foi propositalmente valorizado em relação ao dólar, chegando a valer mais que ele. E, é lógico, quanto menos reais fossem necessários para comprar um dólar, mais baratos ficariam os produtos importados. Por isso a taxa cambial com o real sobrevalorizado era a peça central do novo plano econômico, que passou a depender, como dizem os economistas, dessa âncora cambial.

O sucesso do Plano Real deveu-se à competência com que foi elaborado e também ao amplo apoio que lhe deram as elites econômicas, temerosas de que a permanência da inflação levasse a esquerda a vencer as eleições presidenciais de 1994.

E tinham razão. Alavancada pelo êxito do plano, a candidatura de Fernando Henrique, lançada poucos meses antes, deslanchou, sendo o ex-ministro da Fazenda eleito para a presidência da República.

A PRIMEIRA PRESIDÊNCIA DE FERNANDO HENRIQUE (1995-1999)

FERNANDO HENRIQUE CANDIDATO

A candidatura de Fernando Henrique foi lançada no primeiro semestre de 1994, e durante algum tempo as pesquisas eleitorais o colocavam muito abaixo de Lula, candidato dos partidos de esquerda, que chegou a ter mais de 40% das intenções de voto.

A força das esquerdas, naquele momento, estava ampliada pelas circunstâncias. A população brasileira, embora com um comportamento político predominantemente conservador, dava sinais de impaciência, resultante de anos e anos de crise econômica, inflação galopante e desencanto com salvadores da pátria — como Collor — que apareciam de repente, surgidos do nada, como coelho em cartola de mágico.

Por isso, parcela significativa do eleitorado, que habitualmente não votava em candidatos de esquerda, agora estava disposta a fazê-lo. A não ser que ocorresse alguma novidade.

A percepção de que a inflação era um poderosíssimo cabo eleitoral das esquerdas fez com que todos os setores da elite, inclusive aqueles que lucravam com o processo inflacionário — como, por exemplo, o setor financeiro — apoiassem incondicionalmente o Plano Real. Esse apoio maciço, que não fora dado aos planos anteriores, contribuiu de modo significativo para o sucesso do Real.

A novidade que inverteu o panorama político-eleitoral foi o êxito do Plano Real, transformando o ex-ministro da Fazenda de Itamar Franco num candidato que tinha tudo para ganhar as eleições. Parte da esquerda o apoiava, por ter sido opositor do Regime Militar; pelo mesmo motivo, quase toda a direita também lhe dava apoio, pois fora um opositor moderadíssimo. A parcela mais culta da população votaria nele, por sua posição de intelectual; a grande maioria, menos culta, votaria também, pelo respeito que a "pessoa inteligente" sempre despertou no Brasil. Os adeptos do neoliberalismo confiavam nele, pois prometia reformas liberais que integrassem o Brasil ao Primeiro Mundo; os temerosos do neoliberalismo podiam confiar tam-

bém, pois Fernando Henrique escrevera livros denunciando nossa dependência econômica em relação ao Primeiro Mundo. Era conhecido o bastante para que o público soubesse de suas qualidades; mas não tão conhecido que se soubesse também dos defeitos. E, acima de tudo, o fator que multiplicava todas as outras vantagens: não era alguém prometendo que *iria acabar* com a inflação; era quem *já acabara* com ela.

Você há de concordar que um candidato com essas características, naquele momento, era imbatível.

> A afirmação de que o êxito do Plano Real inverteu o panorama político-eleitoral pode ser constatada pelos seguintes dados: em maio, 40 dias antes da aplicação do plano, as pesquisas de intenção de voto davam 16% para FHC e 42% para Lula; nas eleições, em 3 de outubro, Fernando Henrique teve 54% dos votos, e Lula, 27%.

50 Mas a direita, que já acusara Fernando Henrique de ser até comunista, não tinha receio de apoiá-lo?

Não, por dois motivos: primeiro, porque sabia que a acusação era falsa; segundo, porque Fernando Henrique fez uma aliança com o PFL — o partido que melhor representa a direita brasileira —, o qual indicou o candidato a vice-presidente: Marco Maciel. Caso a coligação fosse vitoriosa nas urnas, o PFL, ou seja, a direita, teria considerável influência no governo.

Com todos esses elementos a seu favor, o surpreendente não foi Fernando Henrique vencer já no primeiro turno das eleições, e sim o fato de Lula ter obtido 17.000.000 de votos.

FERNANDO HENRIQUE PRESIDENTE

51 O Plano Real, quando fora lançado, previa não apenas a eliminação da inflação, mas também uma série de reformas — legislativa, tributária, previdenciária, trabalhista — visando reequilibrar as finanças do governo e modernizar tanto o Estado como a economia. Com isso, dizia-se, seria retomado o crescimento econômico e haveria uma redução das desigualdades sociais.

Esperava-se, portanto, que o novo presidente, aproveitando a força dos 34 milhões de votos que acabara de receber e o altíssimo índice de popularidade de que desfrutava, fizesse aprovar, rápido, um amplo conjunto de reformas, antes que os grupos contrários a elas se organizassem e preparassem a resistência.

Porém o que se viu foi justamente o contrário. O governo deixou o tempo passar e, quando enfim começou a se mexer, apresentou não projetos de verdadeiras reformas, que atacassem pela raiz os principais problemas brasileiros, mas simples remendos, destinados sobretudo a aumentar a receita.

A causa dessa inoperância foi aquilo que se transformou no objetivo político primordial de Fernando Henrique e seus aliados: obter o direito à reeleição.

Para isso, era necessário modificar a Constituição, o que só pode ser feito com a autorização do Congresso Nacional, com o voto de 2/3 dos deputados e senadores.

As negociações entre o presidente e o Congresso foram longas, feitas à base do "é dando que se recebe". E como FHC e seus aliados queriam a reeleição a qualquer custo, teriam de dar muito para poder recebê-la. Excluindo medidas que gerassem o retorno da inflação, tudo o mais foi concedido: cargos, verbas, compra de votos, leis favoráveis a grupos políticos e econômicos e, de quebra, o governo abriu mão dos pontos mais importantes das reformas. Foi por isso que elas ou não foram feitas, ou o foram pela metade — o que não é reformar, é remendar.

Mas se a presidência estava cedendo em todas as frentes, por que não ceder também nas medidas de caráter anti-inflacionário?

Porque a vitória contra a inflação era a única realização importante que FHC tinha para apresentar ao público. Graças a ela fora eleito e dela dependia para manter sua popularidade em níveis aceitáveis e para disputar a reeleição com boa chance de vitória.

Portanto a inflação baixa, se possível próxima de zero, precisava ser mantida a qualquer custo. O governo não tinha uma política econômica, tinha só uma política antiinflacionária, cuja viga-mestra era a âncora cambial, ou seja, a manutenção do real sobrevalorizado em relação ao dólar.

Ocorre que, em economia, é raro uma determinada medida acarretar apenas conseqüências positivas. As negativas também existem e devem ser compensadas por outras medidas, num complexo processo cujo ponto de equilíbrio é atingido quando se consegue, com um conjunto de providências, caminhar em direção ao objetivo desejado, tão depressa quanto seja possível, com o menor custo possível. Isso é política econômica, justamente aquilo que o governo não tinha.

52 Assim, a manutenção da âncora cambial, por anos seguidos, permitiu a entrada de mercadorias importadas a preço baixo, gerando concorrência e forçando os produtores nacionais a não elevarem o preço de seus produtos, ou até mesmo a reduzi-lo. Vinha então a conseqüência positiva: a inflação era quase nula.

Em seguida, porém, vinham as conseqüências negativas, entre as quais se destacam as que enumeramos a seguir.

1. Como o governo não criara condições para as empresas nacionais se prepararem contra a concorrência dos importados, muitas delas não conseguiram competir e fecharam.

   Outras empresas procuraram se modernizar e enfrentar a concorrência. Porém, para comprar novos equipamentos, tiveram de recorrer a financiamento bancário — e, como o governo elevara os juros a níveis estratosféricos, acabaram não tendo como pagá-los e também fecharam. Outras continuaram existindo apenas porque foram compradas por multinacionais. As que conseguiram sobreviver, são hoje mais produtivas do que antes, entretanto o setor industrial brasileiro, entre 1994 e 1999, cresceu ridículos 1,1% ao ano, e milhares de empresas fecharam as portas. Resultado: menos impostos para o governo e a mais alta taxa de desemprego já registrada no Brasil. Mas isso não tinha nenhuma importância. O que interessava é que a inflação continuasse baixa.

Essa política de desindustrialização gerou situações absurdas. Para não irem à falência, muitas empresas industriais simplesmente desativaram suas fábricas, despediram os operários e passaram a importar as mesmas mercadorias que antes produziam aqui. Você mesmo já deve ter comprado produtos de conhecidas e tradicionais marcas brasileiras e visto inscrições como esta: "Produzido na China, para a Companhia Brasileira X S/A." Fecharam-se postos de trabalho no Brasil, e estimulou-se o emprego lá fora.

Criticar o empresário brasileiro? Nem pensar. Ele foi literalmente obrigado a isso, pelo governo de seu próprio país. Melhor seria elogiar o governo chinês, que, apesar de se dizer socialista, parece entender as regras do capitalismo e trata de estimular ao máximo a indústria local.

2. A manutenção do real sobrevalorizado em relação ao dólar fazia com que os produtos estrangeiros fossem baratos no Brasil, mas encarecia nossos produtos no exterior. Em conseqüência disso, passamos a exportar menos do que importávamos, e nosso comércio externo, que era superavitário, passou a ser deficitário, acumulando, entre 1994 e 1998, um déficit de 22 bilhões de dólares. Mas a inflação continuava baixa.

3. O pagamento desse déficit e de outras despesas, como juros da dívida externa, remessa de lucros de empresas estrangeiras, etc., só podia ser feito em dólares, que o Brasil não tinha. Os expedientes para obtê-los foram alguns empréstimos externos, e, principalmente, a manutenção, pelo governo, de uma das ferramentas inicialmente utilizadas para conter a inflação: a alta taxa de juros. Com isso, atraía-se capital especulativo internacional, que, como você já sabe, desloca-se de um país para outro, em busca do máximo de lucros com o mínimo de riscos. Resultado: a tremenda dependência do Brasil em relação a um capital que, ao menor sinal de perigo, abandona o país de um dia para o outro. Isso, porém, também não tinha importância, pois a inflação continuava baixa.

4. A manutenção da alta taxa de juros, que beneficiava os especuladores estrangeiros e os bancos nacionais, custava caríssimo aos brasileiros em geral, e ao governo em particular. Este tinha uma dívida interna muito grande e, para poder pagá-la, fazia mais empréstimos. Ora, se você faz um novo empréstimo para poder pagar os anteriores, e se os juros são elevados, sua dívida total fica cada vez maior. Foi o que aconteceu com a dívida pública. Em 1995 ela era de 170 bilhões de reais (30% do PIB); em 1998, chegou a 360 bilhões (42% do PIB); em agosto de 1999, atingiu 511 bilhões (49% do PIB). Mas veja o lado bom: não houve inflação.

5. O custo dessa dívida monumental desequilibrou as contas governamentais. De 1990 a 1994, o setor público teve um superávit equivalente a 2% do PIB; de 1995 a 1998, um déficit igual a 26% do PIB. Mas a inflação tendeu a zero.

Com tal acúmulo de resultados negativos, é evidente que o desempenho da economia do País não poderia ser bom. Por isso, entre 1995 e 1999, a média de crescimento anual do PIB foi de apenas 2,1%, a dívida externa pulou de 148 bilhões de dólares para 280 bilhões, e a maioria dos indicadores sociais se deteriorou.

Não vá pensar, porém, que esse péssimo resultado ocorreu somente porque o governo combateu a inflação e que seria melhor não ter mexido com ela. É claro que tinha de ser combatida. E também se sabe que esse combate normalmente causa uma retração da economia. O erro foi ter enfrentado a inflação com um ingênuo receituário neoliberal e sem uma política econômica ampla, que minimizasse os efeitos negativos e estimulasse as potencialidades econômicas do País, que são muitas. O erro foi ter mantido a âncora cambial, teimosamente, contra todas as evidências e apesar dos repetidos alertas vindos dos mais representativos setores da sociedade.

■ O governo só enxergou o óbvio quando, em setembro de 1998, a desconfiança dos especuladores internacionais levou-os a retirar capitais do Brasil, e o Banco Central perdeu, em três semanas, a "bagatela" de 22 bilhões de dólares em reservas.

Diante disso, as "autoridades" por fim resolveram desvalorizar o real. Mas a medida, adotada tardiamente e às pressas, fez o governo perder o controle do processo, e a moeda nacional acabou se desvalorizando mais que o necessário. Isso causou às empresas brasileiras um prejuízo financeiro que, atualizado para valores de 2006, chegou a 28 bilhões de reais. Para completar, foi também necessário recorrer ao FMI, atrás de mais um empréstimo externo, de 45 bilhões de dólares. Mas isso o governo só fez em outubro, depois da (re)eleição presidencial.

FERNANDO HENRIQUE REELEITO

Como se explica que, com um governo de desempenho tão fraco, FHC tenha sido reeleito, com vitória já no primeiro turno?

Qualquer resposta que se dê hoje a essa pergunta será incompleta e passível de modificações no futuro. Mas alguns fatos ocorridos no processo eleitoral merecem reflexão.

Antes de mais nada, não pense que o resultado da eleição reflete fielmente a popularidade de Fernando Henrique. Enquanto os demais candidatos ainda não estavam definidos, as pesquisas eleitorais incluíam uma pergunta em que o eleitor devia assinalar se pretendia votar em FHC ou em "outro". E o "outro" invariavelmente ganhava. Quando esse "outro" ganhou um nome (Lula, Ciro Gomes, Eneas e mais oito candidatos), Fernando Henrique passou a aparecer como vencedor.

É bastante provável, portanto, que parcela considerável dos que votaram em FHC não o fizeram por confiar nele, mas por desconfiar mais ainda dos outros candidatos. O que é fácil de entender, se lembrarmos o caráter predominantemente conservador do eleitorado brasileiro e a surpreendente incapacidade dos partidos de oposição em levarem sua mensagem e seus programas até os eleitores. Uma pesquisa feita pelo Vox Populi, em outubro de 1999, mostrou que 76% das pessoas não conheciam as propostas da oposição e que 31% achavam que o País estaria na mesma situação caso o presidente fosse Lula.

Tudo isso no entanto são análises — ou especulações — históricas. O fato político concreto e indiscutível é que Fernando Henrique obteve 53% dos votos válidos e venceu.

A SEGUNDA PRESIDÊNCIA DE FERNANDO HENRIQUE (1999-2003)

Fernando Henrique iniciou seu segundo mandato com um apoio político e partidário fortíssimo, superior ao de qualquer outro governante brasileiro desde 1930. Além dos 36 milhões de votos obtidos pelo presidente — que contava também com a simpatia da mídia —, os partidos que apoiaram FHC elegeram 21 dos 27 governadores estaduais e passaram a ter uma confortável maioria no Congresso Nacional: 74% dos deputados federais e 84% dos senadores.

Dispondo desse verdadeiro "rolo compressor" e com a inflação já sob controle, seria de esperar que o novo mandato de Fernando Henrique se caracterizasse pelo combate à crise econômica e pela implementação das reformas políticas prometidas e não realizadas no mandato anterior. Mas nada disso ocorreu. A economia continuou se deteriorando e o governo limitou-se ao papel de gerente da crise, adotando medidas sempre tardias, não prevenindo os problemas nem tentando resolvê-los depois que já tinham ocorrido. Para que, então, se destinavam as tais "medidas tardias"? Apenas para encontrar um meio de fazer o País conviver com o problema, esperando que o tempo — ou o acaso — se encarregasse de resolvê-lo.

O caso mais gritante dessa "gerência" foi o da crise de energia elétrica. Embora fosse mais que sabido que o sistema gerador de eletricidade estava operando no limite da capacidade de produção, não se investiu praticamente nada no setor. Resultado: em 2001 faltou energia, e o governo foi obrigado a estabelecer o racionamento de eletricidade — apelidado pelo povo e pela mídia de "apagão". As conseqüências, é claro, foram péssimas. A indústria, que no ano anterior tivera um bom desempenho — crescera 6% —, em 2001 cresceu apenas 1,4%.

A "gerência" incluía ainda um detalhe inacreditável: o governo federal aumentou consideravelmente o preço da energia elétrica, para compensar as empresas distribuidoras pelo que elas deixaram de vender durante o racionamento. Assim, a população, que economizou eletricidade durante o "apagão", foi obrigada a pagar pela energia que não consumiu!

Essa fraca atuação no campo econômico repetiu-se na área política: o governo permaneceu semiparalisado e apesar da ampla base parlamentar de que dispunha — dos 594 membros do Congresso Nacional, 450 apoiavam FHC e apenas 144 estavam na oposição — a presidência da República tomou poucas iniciativas de maior importância. E, para aprovar as medidas de seu interesse, recorreu principalmente ao recurso pouco democrático das medidas provisórias, que nos anos de governo de Fernando Henrique, chegaram ao espantoso número de 5200, o que dá uma média de duas por dia!

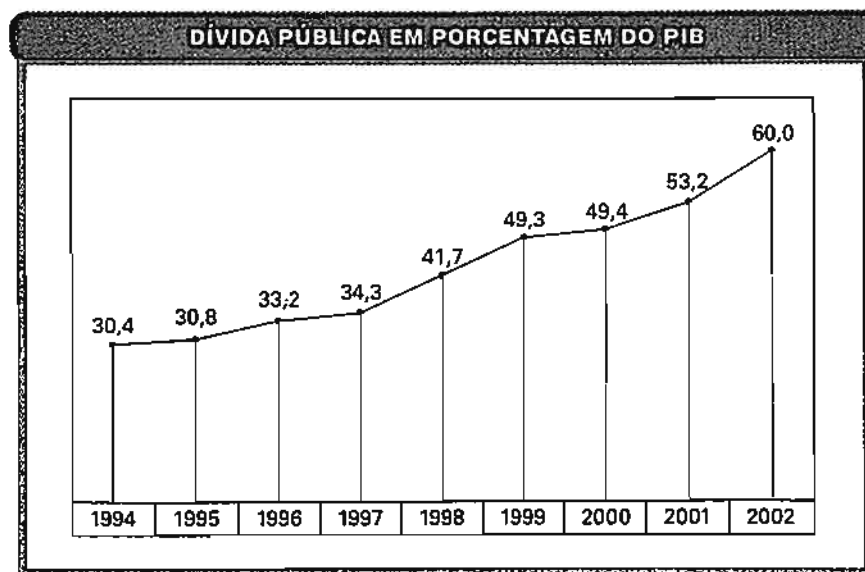
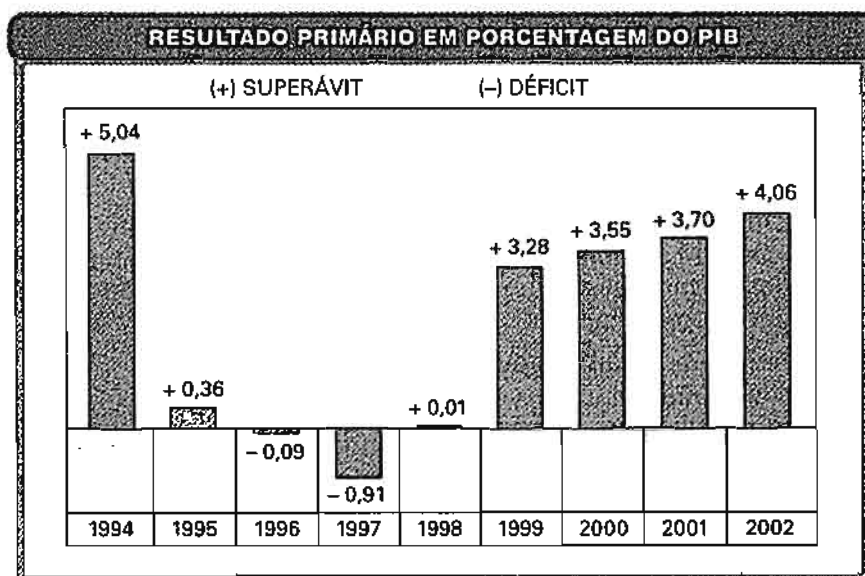
O fraco desempenho econômico e político acabou custando caro a Fernando Henrique e seus principais aliados (PSDB e PFL), derrotados nas

eleições de 2002. Acima de tudo, porém, custou caro ao País, como veremos a seguir.

A POLÍTICA ECONÔMICA

38 A orientação econômica do segundo mandato de FHC foi semelhante à do primeiro: manutenção da estabilidade monetária (inflação baixa) e adoção dos princípios neoliberais. A única diferença significativa ocorreu não por decisão do governo, mas, sim, por imposição do FMI: os déficits primários que caracterizaram as contas governamentais durante o primeiro mandato foram substituídos por superávits primários. Para obtê-los, o governo federal cortou despesas — principalmente nos setores de transporte, energia, segurança, educação e saúde — e aumentou drasticamente os impostos, tanto que, em 2002, a carga tributária brasileira (proporção dos impostos em relação ao PIB) foi a segunda maior do mundo. Assim, a partir de 1998 até o final do governo FHC, foi possível obter superávits primários cada vez maiores.

Superávit primário é o quanto o setor público — governo federal e governos estaduais e municipais — consegue economizar, **sem considerar os gastos com juros da dívida.** Serve para reduzir a proporção da dívida pública — federal, estadual e municipal — em relação ao PIB do país. O dinheiro economizado é usado para pagar os juros da dívida pública, tentando assim evitar que essa dívida aumente ainda mais.

"Menos mal", pensará você. "Obter os tais superávits primários exigiu um sacrifício danado, no entanto, se foi para diminuir a dívida, valeu a pena." Mas, infelizmente, a dívida não diminuiu. Apesar de termos conseguido superávits muito significativos — o que nos valeu rasgados elogios por parte do FMI — a dívida teve um crescimento astronômico, como você pode ver pelos dois gráficos a seguir.

Esses resultados aparentemente contraditórios — crescimento tanto do superávit como da dívida — eram conseqüências das altas taxas de juros mantidas pelo governo federal desde a implantação do Plano Real. As taxas eram tão elevadas que o dinheiro economizado com os superávits primários não era suficiente para pagar os juros.

De 1995 a 2003, o governo economizou 168 bilhões de reais e pagou de juros 577 bilhões. Foi por isso que no mesmo período a dívida interna aumentou um "pouquinho", passando de 154 bilhões para 881 bilhões...

39 A única maneira de fugir desse círculo vicioso seria implantar uma política econômica de longo prazo, tendo como objetivos reduzir a dependência brasileira — em relação aos capitais externos — e estimular o crescimento econômico. Mas Fernando Henrique e sua equipe só começaram a perceber isso no último dos oito anos em que permaneceram no poder. E aí já era tarde. Não havia tempo nem condições para mudar a política econômica, principalmente pelos seguinte motivos:

- Os tecnocratas neoliberais que controlavam o Ministério da Fazenda e o Banco Central continuavam acreditando que, havendo estabilidade monetária, rigor fiscal (leia-se superávits primários) e não-intervenção do Estado na economia, o "mercado" se encarregaria de promover o desenvolvimento econômico do País.
- Os grupos econômicos que apoiavam o governo opunham-se a mudanças na política econômica. Essa oposição vinha, sobretudo, do setor financeiro que foi, de longe, o que mais lucrou com a política econômica da era FHC. Basta ver que, entre 1995 e 2002, a rentabilidade média dos bancos triplicou.
- Os acordos com o FMI haviam "engessado" o governo, tornando quase impossível qualquer tentativa de estimular o crescimento econômico.

Essas limitações que acabamos de citar já existiam desde o primeiro mandato de FHC e foram-se agravando progressivamente. O resultado final foi um desempenho econômico fraquíssimo, como mostra a tabela a seguir.

1995-2002	
Crescimento médio do PIB	2,2% ao ano
Crescimento médio do PIB *per capita*	0,9% ao ano
Crescimento médio da produção industrial	1,9% ao ano

Essa lastimável situação econômica foi acompanhada por outro fato muito grave: a extrema dependência do País em relação ao capital externo. Entre 1995 e 2002, a dívida externa passou de 145 para 240 bilhões de dólares e as transações do Brasil com o exterior deixaram um déficit espantoso: 200 bilhões de dólares!

Para se ter uma idéia do ponto a que chegou nossa dependência em relação ao capital externo, basta ver o seguinte: em 2002, o País precisou obter com o FMI ou com investidores estrangeiros 50 bilhões de dólares (um bilhão por semana!), para pagar prestações da dívida externa, e mais 20 bilhões de dólares para cobrir o déficit das transações com o exterior.

É claro que, como sempre ocorre em situações de crise econômica, os problemas sociais se agravaram. Entre 1995 e 2002, a taxa de desemprego cresceu 45%; o rendimento médio da população empregada diminuiu 10%; nas grandes cidades, a população favelada cresceu duas vezes mais rápido do que a população total; a violência urbana, que já era grande, chegou praticamente ao ponto de uma guerra civil.

40 Diante de tudo o que acabamos de ver, é natural que surjam as perguntas: em termos econômicos, o Brasil piorou? O padrão de vida dos brasileiros, neste início de século XXI, é inferior ao de dez ou 20 anos atrás?

Embora possa parecer contraditório, a resposta é não. A capacidade produtiva do País e o nível médio de vida da população, no início dos anos 2000, são superiores aos da década de 1980. O problema está em saber o **quanto** esse nível de vida melhorou. E com um crescimento do PIB *per capita* de apenas 0,9% ao ano e com a absurda concentração da renda no Brasil — a mais concentrada da América do Sul e uma das mais concentradas do mundo —, é evidente que o padrão de vida da maioria da população melhorou, mas não muito.

Esse fato — a pequenez da melhora — é agravado quando comparamos o crescimento do PIB *per capita* do Brasil com o de outros países, utilizando a chamada Paridade do Poder de Compra (PPP)

O PPP é um fator de conversão criado pelo Banco Mundial que permite saber, aproximadamente, a quantidade necessária de moeda de cada país, para se adquirir a mesma coisa que um dólar pode comprar nos Estados Unidos.

Na tabela a seguir, você pode comparar o crescimento percentual do PIB *per capita*, em PPP, do Brasil com o de alguns dos principais países desenvolvidos e em desenvolvimento.

PIB per capita em PPP	
Crescimento Percentual (1980-2000)	
Países Desenvolvidos	
Japão	201%
Espanha	180%
Estados Unidos	162%
Itália	145%
França	139%
Países em Desenvolvimento	
China	680%
Coréia	523%
Chile	237%
Índia	229%
México	96%
Brasil	83%

Fonte: Banco Mundial

A conclusão é óbvia. o Brasil cresceu economicamente nesses 20 anos; mas como os outros cresceram mais, a distância que nos separa dos países desenvolvidos aumentou e a nossa posição, no mundo, piorou. E há um fato importante, que não pode ser esquecido quando se pensa em políticas econômicas que possam, no futuro, encaminhar o País para uma situação de solidez econômica e melhores condições sociais: se a tabela de crescimento do PIB, que você acabou de examinar, tivesse sido feita para o período de 1930 a 1980, o campeão de crescimento seria o Brasil. É evidente, portanto, que algo de errado aconteceu por aqui, nos anos finais do século XX e no início do século XXI.

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

41 O mau desempenho da economia, que, com exceção de setor financeiro, prejudicou todos os demais segmentos da sociedade, acabou produzindo no País um generalizado desejo de mudanças. Tão generalizado que, se um estrangeiro pouco informado sobre nossa realidade visitasse o Brasil, durante a campanha eleitoral 2002, pensaria que só a oposição lançara candidatos à presidência da República, pois todos eles prometiam alterar significativamente a política econômica de FHC.

Um fato significativo é que, se o tal visitante estrangeiro acompanhasse com atenção o noticiário, perceberia algo preocupante para os candidatos e mais preocupante ainda para o País. Isto é, quase todos os analistas concordavam em dois pontos: que era necessário mudar a política econômica e que o novo presidente, quem quer que fosse, teria enorme dificuldade em fazer as mudanças, pois os acordos com o FMI e a nossa extrema dependência em relação aos investidores externos — aquele "bilhãozinho" de dólares por semana — deixavam o governo brasileiro com uma margem de manobra muito pequena.

Definidos os candidatos à presidência, as pesquisas eleitorais começaram mostrando Lula como primeiro colocado nas intenções de voto. Até aí, nenhuma novidade, pois a mesma coisa já ocorrera nas três eleições anteriores. O que surpreendeu muita gente, principalmente o governo, é que os meses foram passando, a data da eleição se aproximando e, ao contrário do que acontecera em 1989, 1994 e 1998, o candidato do PT permaneceu na frente, abrindo vantagem sobre os concorrentes e vencendo o primeiro turno, com o dobro de votos do segundo colocado, o candidato governista, José Serra. No segundo turno, Lula venceu novamente e elegeu-se presidente da República, concretizando um fato raríssimo na História brasileira: uma vitória eleitoral da oposição em âmbito nacional.

A vitória oposicionista em 2002 foi ampla. Lula, além de ganhar por uma larga margem de votos (52.793.000 contra 33.370.000 obtidos por Serra), venceu em todos os estados, à exceção de Alagoas; na Câmara de Deputados, a bancada do PT pulou do quarto lugar para o primeiro lugar (de 58 para 91 deputados) e o número de deputados dos partidos que haviam apoiado o governo FHC caiu de 365 para 304, enquanto o dos partidos de oposição subiu de 134 para 188.

Dentro do quadro socioeconômico e político brasileiro do início do século XXI, esses resultados deixavam uma certeza e uma incerteza: a certeza de que a grande maioria da população queria mudanças e a incerteza quanto às possibilidades do novo governo em vencer os enormes obstáculos, internos e externos, que se opõem às mudanças.